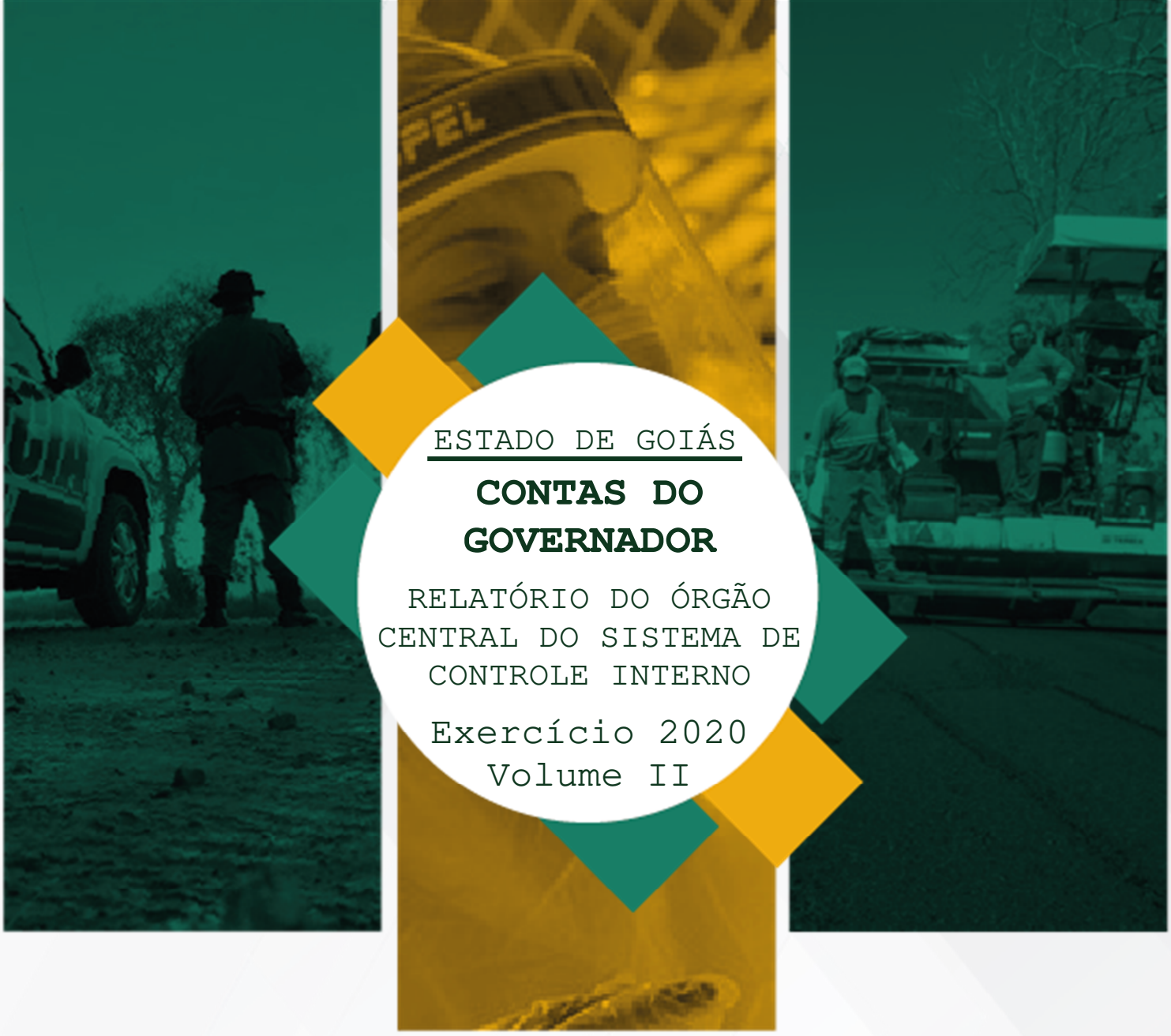


ESTADO DE GOIÁS

CONTAS DO GOVERNADOR

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Exercício 2020

Volume II

CGE
Controladoria
Geral do Estado

GOIÁS
GOVERNO DO ESTADO

É POR VOCÊ QUE A GENTE FAZ

CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2020

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Relatório que integra as Contas do Governador, relativamente ao exercício de 2020, em atendimento ao Artigo 174 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e ao item 23 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-GO nº 007/2018, de 29/08/2018.

Goiânia

Abril /2021

ESTADO DE GOIÁS

RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado

LINCOLN GRAZIANI PEREIRA DA ROCHA
Vice-Governador do Estado

HENRIQUE MORAES ZILLER
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

STELLA MARIS HUSNI FRANCO
Subcontrolador de Controle Interno e Correição

CLÁUDIO MARTINS CORREIA
Superintendente de Inspeção

JEAN MARCK BARBOSA
Gerente de Inspeção de Contas

COLABORAÇÃO – CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE)

IVO CÉZAR VILELA
Gerente de Inspeção Preventiva e de Fiscalização

DJALMA RESENDE JÚNIOR
Gerente de Inspeção de Pessoal

LUIS HENRIQUE CRISPIM
Superintendente de Auditoria

ELISABETE FERNANDES RIBEIRO
Gerente de Auditoria de Programas de Governo

ADRIANO ABREU DE CASTRO
Gerente de Auditoria em *Compliance*

MARGARETH MOREIRA
Gerente de Auditoria de Monitoramento

BRUNO MENDES DIAS
Superintendente de Correição Administrativa

DIEGO RAMALHO FREITAS
Subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã

BRUNO CARVALHO CAVALCANTE ROLIM
Superintendente de Governo Aberto

DANILO BORGES GARCIA CARVALHO
Superintendente de Participação Cidadã

CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO – CGE

ELAINE DE FÁTIMA AIRES
Gestor de Finanças e Controle

COLABORAÇÃO – SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Estado da Economia

FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERÍSSIMO
Secretário-Adjunto

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário-Adjunto

DANILLO CAETANO SOARES CARDOSO
Chefe de Gabinete

GILBERTO POMPILIO DE MELO FILHO
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

CLÁUDIO ANDRÉ GONDIM NOGUEIRA
Superintendente Central de Planejamento

HAROLDO CAMPELO FERES QUEIROZ
Gerente de Planejamento

Equipe Técnica da Gerência de Planejamento:
Antônio Alan de Freitas Gonçalves
Cássio Silva de Brito
Maria de Fátima Machado Xavier
Patrícia Medeiros de Moraes Jardim
Estagiários**:**
Milena Alves Bernardes Rocha
Paulo Henrique Brasil Ribeiro

RAFAEL LISITA JÚNIOR
Superintendente de Orçamento e Despesa

SELENE PERES PERES NUNES
Subsecretária do Tesouro Estadual

MARCO TÚLIO PEREIRA DE CAMPOS
Superintendente Financeiro

JOÃO LUIZ RIOS DA COSTA CARVALHO
Gerente de Administração Financeira

RICARDO BORGES DE REZENDE
Superintendente Contábil

AUBIRLAN BORGES VITOI
Subsecretário da Receita Estadual

GLAUCUS MOREIRA NASCIMENTO E SILVA
Superintendente de Informações Fiscais

MÁRIO MATTOS BACELAR
Superintendente de Recuperação de Créditos

FERNANDO CELSO FITTIPALDI BOMBONATO
Gerente de Gestão de Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Fiscalização

RENATA LACERDA NOLETO
Superintendente de Política Tributária

COLABORAÇÃO – IMB – SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

ADRIANO DA ROCHA LIMA
Secretário-Chefe da Governadoria

GUILHERME RESENDE OLIVEIRA
Diretor-Executivo do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB

EVELYN DE CASTRO CRUVINEL
Gerente de Assessoramento Estratégico

BERNARD SILVA DE OLIVEIRA
Gerente de Dados e Estatísticas

ANDERSON MUTTER TEIXEIRA
Gerente de Estudos Macroeconômicos

ALEX FELIPE RODRIGUES LIMA
Gerente de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas

Clecia Ivania Rosa Satel – Pesquisadora do IMB
Luiz Batista Alves – Pesquisador do IMB
Rafael dos Reis Costa – Pesquisador do IMB
Marcelo Eurico de Sousa – Pesquisador do IMB

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
1100 - SECRETARIA DA CASA CIVIL 11
1200 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO 14
1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC 16
1300 - VICE-GOVERNADORIA 22
1400 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE 28
1500 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO 31
1600 - SECRETARIA DA CASA MILITAR 39
1700 - SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA 40
1761 - AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR 44
1762 - GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV 46
1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO 47
1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO 61
1900 - SECRETARIA DO GOVERNO 69
2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 71
2192 - SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO 80
2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T 88
2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 90
2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA 127
2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER 142
2800 - SECRETARIA DA SAÚDE 148
2890 - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS - IQUEGO 166
2900 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA 169
2902 - POLÍCIA MILITAR 175
2903 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR 178
2904 - POLÍCIA CIVIL 183
2906 - DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 185
2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN 188

3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 191
3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO 196
3161 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG 207
3162 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG 216
3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA 219
3190 - AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A - GOIÁSGÁS 222
3191 - GOIÁS TELECOM 223
3193 - METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS 225
3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A 227
3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 229
3261 - AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA 237
3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER 240
3290 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO 243
3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS 244
3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO 263
3362 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG 268
3390 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO 271
3391 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO 277
3392 - COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS - GOIASPARCERIAS 284
4000 - SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA 286
4200 - SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA 290

APRESENTAÇÃO

Este volume (II) é parte integrante do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno que, juntamente com os Balanços Gerais do Estado, constitui a Prestação de Contas do Governador referente ao exercício de 2020. Em cumprimento às determinações contidas no inciso I, parágrafo 4º do Art. 174 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, esta obra apresenta uma descrição analítica das atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo na execução dos programas e ações incluídos no orçamento anual.

No conteúdo deste volume, constam a identificação do órgão/entidade, sua visão institucional, a auto-avaliação da gestão e a descrição das atividades desenvolvidas nas ações dos programas. No que diz respeito à visão institucional, destaca-se o objetivo e a legislação pertinente a cada órgão/entidade. Por sua vez, a auto-avaliação permite conhecer a gestão de cada órgão/entidade em seus aspectos gerais, os instrumentos de planejamento utilizados, além do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como os principais indicadores de desempenho dos programas e ações.

Ressalta-se que neste relatório estão apresentadas informações institucionais de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Os dados referentes às atividades desenvolvidas nas ações governamentais estão dispostas junto aos órgãos/entidades que são responsáveis por elas. Dessa forma, todas as informações deste documento encontram-se alocadas junto aos órgãos e entidades que as disponibilizaram. Para propiciar uma análise mais completa desses dados, estão evidenciadas as unidades orçamentárias que executaram cada ação em 2020.

Foram encaminhados aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual o Ofício Intersecretarial nº 001/2020 – ECONOMIA/CGE, de 07 de agosto de 2020 (Processo nº 202000004059968, cód. 000014629070) e o Ofício Circular Intersecretarial nº 001/2020 – ECONOMIA/CGE, de 20 de novembro de 2020 (Processo nº 202000004098067, cód. 000016702240), solicitando que fossem prestadas, no Sistema de Planejamento e Monitoramento das Ações Governamentais - Siplam, informações institucionais e sobre a execução das ações dos programas governamentais.

Especificamente para a Secretaria de Estado da Casa Militar, foi remetido o Ofício nº 1496/2020 - CGE (Processo nº 202011867001711, cód. 000016673444), de 19 de novembro de 2020, solicitando que aquela Pasta alimentasse o Siplam apenas com informações institucionais, uma vez que ela não é responsável por ação governamental de programa finalístico ou de gestão de políticas públicas.

Destaca-se, portanto, que todas as informações compiladas neste relatório foram disponibilizadas no Siplam, em atendimento a esses expedientes, pelos órgãos e entidades, os quais respondem por sua consistência e veracidade.

Este trabalho visa também contribuir para a consolidação da transparência da gestão pública, na medida em que proporciona uma visão sistêmica e integrada das atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás. Para isso, este Relatório será disponibilizado à sociedade por meio de sua divulgação no Portal da Transparência do Estado de Goiás – Goiás Transparente.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Alan Farias Tavares

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Casa Civil tem por vocação legal a elaboração, a gestão e a guarda de atos oficiais produzidos pelo Executivo, definidas no art. 5°, da Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019.

2.2 Legislação
Lei 17.257, de 25/01/2011; Decreto nº 7.252, de 16/03/2011; Decreto nº 17.318, de 20/06/2011; Lei 17.319, de 20/06/2011; Lei 17.440, de 20/10/2011; Decreto nº 7.519, de 22/12/2011; Decreto nº 7.565, de 08/03/2012; Decreto nº 7.578, de 20/03/ 2012, Decreto nº 7.733, de 04/10/2012; Decreto nº 7.808, de 26/02/2013; Lei nº 18.445, de 24/04/2014; Lei nº 18.746, de 29/12/2014, Decreto nº 8.457/2015, de 21/09/2015, Lei nº 20.417, de 06/02/2019, Lei nº 20.491, de 25/07/2019, Lei n° 20.491, de 25/06/2019

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Historicamente, desde a sua criação, a Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC teve e tem por vocação legal a elaboração, a gestão e a guarda de atos oficiais produzidos pelo Executivo, atualmente delineados pela Lei n° 20.491, de 25 de junho de 2019. Na construção do presente documento, utilizou-se como referencial os 'Critérios de Excelência em Gestão', evidenciando-se na Secretaria os seguintes aspectos:
- Liderança: práticas de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores tais como: i) estabelecimento de competências de lideranças e avaliação das mesmas, ii) estabelecimento e disseminação de valores e diretrizes da organização. Há evidências pontuais de práticas de gestão de interação da alta direção com as partes interessadas. A alta direção busca comprometimento e oportunidade de melhoria através de reuniões, engajamento via comunicação por aplicativo WhatsApp, disseminação de campanhas via Intranet, estruturação de comissões temáticas e utilização de redes sociais para disseminação de informações;
- Estratégia e planos: práticas de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas à formulação das estratégias da organização para o direcionamento das ações e obtenção de resultados institucionais. Há evidências de práticas de gestão de Planejamento Estratégico (https://www.casacivil.go.gov.br/files/planejamentoestrategico/Planejamento%20Estrategico_2020_imp.pdf), com a definição inicial da missão, visão, planos de ação e projetos estratégicos delineados (https://www.casacivil.go.gov.br/files/documentos/Planejamentoestrategicoquadrofinal.pdf), conforme se pode verificar nos processos SEI n° 201900013002481 (Revisa Goiás), 202000013000803 (Tá na Lei) e 202000013001180 (Participa Mais Goiás).
- Cidadão-usuário: práticas (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores como: i) identificação e avaliação dos níveis de conhecimento dos produtos/serviços e da imagem da Secretaria; ii) seleção de canais de relacionamento com o cidadão-usuário (Fale Conosco); iii) tratamento e avaliação das reclamações e sugestões utilizando-se da Lei de Acesso à Informação (LAI) e iv) relatórios constantes no Sistema de Ouvidoria do Estado, com a utilização da informação para melhorar os serviços conforme o grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Há evidências pontuais de práticas de gestão referentes à seleção de canais de relacionamento com os cidadãos-usuários, tratamento e utilização da informação para melhoria do grau de satisfação. Houve atualização dos serviços descritos na Carta de Serviços, alterando nomenclaturas e descrições com o objetivo de disponibilizar ao cidadão informações atualizadas acerca dos serviços prestados pelo órgão, em cumprimento à Lei Federal n° 13.460, de 26/06/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.277, de 30/07/2018.
- Sociedade: práticas (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores como mobilização de suas competências para o fortalecimento da ação social. Há evidência de prática de gestão referente ao critério Sociedade. Foi implementada ação para tornar mais eficiente a pesquisa sobre legislação no sítio da organização (Legisla Goiás - https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao), para simplificação e desburocratização da legislação goiana (Revisa Goiás - https://revisa.go.gov.br/) e para fomentar processos de comunicação que tornem as leis e o processo legislativo mais compreensíveis ao cidadão (Tá na Lei - https://tanalei.casacivil.go.gov.br/).
- Informação e conhecimento: práticas de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores como, i) identificação dos principais sistemas de informação para apoiar a operação e o gerenciamento da organização; ii) confiabilidade e segurança da informação utilizada; iii) disponibilidade das informações. Há evidências pontuais de práticas de gestão referente ao critério de informação e conhecimento. No âmbito da atividade-meio, são utilizados o AFT, SIOF, RHNET, SEI, SSD, COMPRASNET, SIPLAM, ECG, TCEnet, Transparência, SCO, SFR, SFR 2, SIGMATE, SPMI e SICOP. Na atividade finalística, o Sistema de Acompanhamento da Legislação e o Legisla Goiás. São utilizados como método de segurança criptografia de ponto-a-ponto através de SSL, autenticação de usuários através de senha e de certificado digital e rotinas de redundância e backups. Os conhecimentos mais importantes da organização são difundidos através do sítio da Casa Civil, Intranet, Sistema Eletrônico de Informação (SEI), e-mail corporativo e grupos de aplicativos.
- Pessoas: práticas de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores como, i) definição e implementação da organização do trabalho, comunicação e cooperação entre servidores de diferentes áreas da organização; ii) avaliação e gerenciamento do desempenho pessoal; iii) identificação e tratamento dos riscos relacionados à saúde, segurança e ergonomia; iv) identificação e tratamento dos fatores que afetam o bem-estar, satisfação e motivação das pessoas. Os servidores são reconhecidos através das seguintes ações: i) feedbacks positivos dos gerentes ou responsáveis pelas unidades; ii) atribuição com responsabilidade compartilhada entre as gerências quanto à observância dos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD) para a atribuição das Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, no âmbito do Programa MOVE Goiás. Os servidores são capacitados através das seguintes ações: i) participação nos cursos presenciais oferecidos pela Escola de Governo Henrique Santillo e em cursos à distância (EAD) promovidos pela própria Escola de Governo e pela Escola Virtual de Governo (vinculado à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP); ii) participação dos servidores em palestras, seminários, workshop, Congressos. Em 2020, foram realizadas 351 (trezentas e cinquenta e uma) capacitações entre os 146 (cento e quarenta e seis) servidores que compõem o quadro de pessoal da SECC. Os riscos relacionados à saúde ocupacional e à segurança das pessoas são tratados com as seguintes ações: i) apoio

às ações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); ii) utilização de placas de sinalização para evitar acidentes de trabalho e realização de campanhas internas de prevenção ao câncer da mama e de próstata; iii) entrega de EPI para servidores (luva e máscara) e disponibilização de álcool em gel nas dependências da Secretaria para prevenção de contaminação; iv) adequações dos espaços físicos para melhoria do ambiente de trabalho e a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência; v) intervenções e orientações com a família do servidor em casos de saúde e de ações específicas de combate à pandemia do COVID-19, em razão da implementação decorrente do Decreto n° 9.653, de 19 de abril de 2020, dispondo sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado.
- Processos: práticas de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionadas a fatores como: i) definição de como a organização analisa e melhora os processos meio e finalísticos; ii) como é a definição e adequação dos processos de apoio; iii) como é o atendimento aos requisitos da organização por parte dos fornecedores. Há evidências pontuais de práticas de gestão referente ao critério Processos. Foram realizados mapeamento dos processos principais da organização, com a constituição de Comissão com essa finalidade através da Portaria n° 1.198, de 07 de outubro de 2019, e a publicação do Caderno de Mapeamento de Processos (https://www.casacivil.go.gov.br/files/documentos/CadernodeMapeamentodeProcessos_2020_impresso.pdf), sendo dada sequência nesse trabalho nas atividades-meio referentes à aquisições de produtos e serviços, recursos humanos, patrimônio e gestão orçamentária e financeira da Secretaria (Processos SEI 201900013002375, 202000013001222 e 202000013001676). Consta do processo SEI n° 202011867001356, relacionado à implementação do Programa Compliance Público (PCP), por meio do gerenciamento de riscos da Pasta e a realização de auditoria baseada em riscos pela CGE, em observância ao Termo de Compromisso N° 10/2019, assinado pela Casa Civil, Controladoria-Geral do Estado (CGE) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE).
- Resultado: prática de gestão (atividade disseminada e executada regularmente) relacionada à mensuração de resultados. Há evidências pontuais de práticas de gestão referentes ao Item Resultado, com o fomento e a produção de relatórios de gestão e execução orçamentária e financeira, resumidamente informadas:
i) em relação às despesas inscritas como restos a pagar foi pago, entre os meses de janeiro a novembro de 2020, o montante de R$ 374.094,87 (trezentos e setenta e quatro mil, noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), referente ao exercício de 2018 (gestão do governo anterior), relativo à aquisição de microcomputadores e o valor de R$ 160.001,01 (cento e sessenta mil, um real e um centavo), referente ao exercício de 2019, decorrente da execução de seis contratos e da quitação de vantagens fixas e obrigações patronais relativas à folha de pagamento, totalizando o valor de R$ 534.095,88 (quinhentos e trinta e quatro mil noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos). Comparando com as despesas oriundas de restos a pagar executadas no exercício de 2019 – da ordem de R$ 922.767,60 (novecentos e vinte de dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), observou-se, no presente exercício, uma redução de R$ 388.671,72 (trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos) - (42,12%);
ii) Com a superveniência da Lei Estadual n° 20.491/2019, que alterou a organização administrativa do Poder Executivo, parte das despesas à conta da unidade orçamentária 1101 (da Secretaria de Estado da Casa Civil), passaram a ser executadas à conta da Secretaria-Geral da Governadoria. Desse modo, comparando o saldo de todas as despesas pagas no exercício de 2019 e no exercício de 2020 (de janeiro a novembro), observou-se a redução de R$ 20.040.966,15 (vinte milhões, quarenta mil, novecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos) - (53%);
iii) em relação ao pagamento da folha de pessoal, de janeiro a novembro de 2019, foi efetuada a quitação de valores no montante de R$ 20.737.165,34 (vinte milhões, setecentos e trinta e sete mil, cento e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos). De outra banda, foram pagos em 2020, no mesmo período considerado, o montante de R$ 17.187.159,11 (dezessete milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e nove reais e onze centavos), resultando em uma de R$ 3.550.006,23 (três milhões, quinhentos e cinquenta mil, seis reais e vinte e três centavos) - (17,12%);
iv) As despesas executadas por esta Pasta nos meses de janeiro a novembro de 2020 - quando passou a incidir os efeitos do Decreto n° 9.649, de 13 de abril de 2020, que estabeleceu medidas de contingenciamento de gastos para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, foram inferiores às executadas no mesmo período em 2019, de modo que houve considerável redução de valores em determinados contratos, a saber: i) serviços de correspondências: foram reduzidos R$ 32.232,67 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos) - 86,12%; ii) serviços de impressão e digitalização: foram economizados R$ 80.955,67 (oitenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) - 72,25%; iii) combustíveis: economia de R$ 65.691,52 (sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) - 88,85%; iv) telefonia móvel e internet: menos R$ 8.641,11 (oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e onze centavos) - 58,99%; v) locação de veículos: redução de R$ 65.258,15 (sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos) - 50,16%; vi) aquisição de vales-transporte: economia de R$ 28.181,90 (vinte e oito mil, cento e oitenta e um reais e noventa centavos) - 49,54%; vii) estacionamento de veículos: baixa de R$ 43.198,85 (quarenta e três mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) - 90,98%; e viii) aquisição de passagens aéreas e hospedagem, redução integral de R$ 23.313,92 (vinte e três mil, trezentos e treze reais e noventa e dois centavos) - 100%.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A Secretaria de Estado da Casa Civil, por meio das atividades desenvolvidas pela Comissão Técnica de Planejamento Estratégico - CTPE1, concluiu a elaboração do seu Planejamento Estratégico em novembro de 2019. Seus componentes básicos, perspectivas, diretrizes e objetivos foram consolidados documentalmente e publicados por meio da Portaria n° 559/2020 – CASA CIVIL, de 16 de julho de 2020. Alguns projetos e programas estratégicos foram lançados e estão em execução, a exemplo do Legisla Goiás, que visa tornar mais eficiente a pesquisa sobre legislação no sítio da organização (https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao), do Revisa Goiás, para simplificação da legislaçãoburocrática, facultada à ampla participação da sociedade (https://revisa.go.gov.br/), e do Tá Na Lei, para fomentar processos de comunicação que tornem as leis e o processo legislativo mais compreensíveis ao cidadão (https://tanalei.casacivil.go.gov.br/).
Em relação à ação constante no PPA relativa à revisão do ordenamento jurídico (ação 3017), e à participação e controle social (programa 1013), foram revogados 639 (seiscentos e trinta e nove) decretos, consoante Decreto n° 9.766, de 14 de dezembro de 2020.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Os principais indicadores são operacionais. São utilizados indicadores dos contratos administrativos vigentes e de nível de gastos financeiros (diárias, folha de pagamento e fundo rotativo), descritos no item 'Resultados', obtidos mediante análise dos relatórios fornecidos pela Gerência de Compras Governamentais (GCG) e pela Gerência de Planejamento e Finanças(GPF). Em relação aos indicadores finalísticos, atualmente o órgão conta com o Sistema Legisla Goiás e o Sistema de Acompanhamento, que permitem o monitoramento da produção de atos e horas/trabalhadas por assessor, entre outros dados. Ilustrativamente, a Gerência de Redação e Revisão de Atos Oficiais – GERAT, órgão vinculado à Superintendência de Legislação, Atos Oficiais e Assuntos Técnicos, autuou 1.969 (um mil novecentos e sessenta e nove) processos ao longo de 2020. Isso corresponde à média de 164 processos apreciados mensalmente, dentro do escopo de atribuições da unidade – importante destacar que esse número pode ser ainda maior com a totalização dos dados de dezembro do mesmo ano. Até o presente momento foram encaminhados 96 (noventa e seis) ofícios mensagens com Projetos de Lei, complementar ou ordinária, para apreciação da Assembleia Legislativa de Goiás. Até o dia 8 de dezembro do

corrente ano, a GERAT recebeu 203 (duzentos e três) autógrafos de lei encaminhados pela Assembleia Legislativa de Goiás. Desse total, 197 (cento e noventa e sete) já receberam decisão executiva, até a presente data.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1013 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
AÇÃO: 3017 - REVISÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1100 - SECRETARIA DA CASA CIVIL

U.O.: 1101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL

REALIZAÇÕES
A ação ORDENAMENTO JURÍDICO REDUZIDO é desenvolvida pelo Projeto Revisa Goiás (Processo SEI nº 201900013002481), que consiste na identificação preliminar e mapeamento de leis e decretos passíveis de revogação imediata. O arcabouço normativo goiano conta com aproximadamente 42 (quarenta e duas) mil leis e decretos. Na primeira etapa do Revisa Goiás (Processo SEI nº 201900013002704), a análise se deu em aproximadamente 4.171 decretos publicados entre os anos de 2000 e 2018. No ano de 2020, foram revogados 639 Decretos - Decreto 9766, de 14 de dezembro de 2020.

OBSERVAÇÕES
De se ressaltar, nos termos da Lei n° 20.912, de 08 de dezembro de 2020, a anulação parcial/total de dotações orçamentárias destinadas à esta Secretaria, unidade 1101, programa 1013 (Participação e controle social), ação 3017 (Revisão do ordenamento jurídico estadual), totalizando R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) e programa 4200 (Gestão e manutenção), ação 4202 (Gestão e manutenção da Secretaria de Estado da Casa Civil), no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Marcos Sérgio Melo Silva, CPF 514.937.212-91, 02/01/2020 até 16/06/2020. Tony Carlo Bezerra Coelho, CPF 940.902.201-06, a partir de 18/06/2020.

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A coordenação das ações de comunicação social, propaganda, publicidade e divulgação na imprensa local, regional e nacional dos atos e das atividades do Poder Executivo estadual, bem como da gestão das redes e mídias sociais;
O assessoramento ao Governador do Estado e a coordenação do assessoramento aos Secretários de Estado e seus equivalentes hierárquicos, aos dirigentes superiores de autarquias e fundações, no relacionamento com a imprensa e outros meios de comunicação.

2.2 Legislação
Lei Estadual nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019;
Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019;
Lei Estadual nº 20.820, de 04 de agosto de 2020;
Decreto Estadual n° 9.544, de 23 de outubro de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
No exercício de 2020 teve início a implantação do PPA 2020 – 2023. No referido PPA foram atribuídos a Secretaria de Estado de Comunicação 04 (quatro ações), sendo elas:
2047 – Comunicabilidade para fortalecer o engajamento dos servidores com os resultados da administração pública;
2048 – Transformação das demandas da sociedade em instrumentos de avaliação de políticas públicas;
3019 – Publicização das ações do governo;
3020 – Realização de parceiras públicas privadas para fomentar a cultura de comunicação entre governo e sociedade.
Um aspecto relevante durante o exercício de 2020 foi o encerramento dos contratos de publicidade decorrente do processo 201300028000495, tendo encerrado em 24/04/2020; porém ainda em sua vigência foi celebrado o 8º Termo Aditivo no valor de R$ 3.250.000,00, que corresponde ao acréscimo de 25% da Secretaria de Estado de Comunicação; valor este que foi praticamente todo utilizado para realizar as campanhas para divulgar as ações do governo estadual na conscientização da sociedade quanto aos métodos de prevenção ao combate à COVID-19. Outra utilização do recurso foi quanto a campanha publicitária do repatriamento dos brasileiros que estavam na China, país onde iniciou a COVID-19.
Além das campanhas de COVID-19, também houve a campanha para divulgar a necessidade da vacinação da 1ª etapa contra a febre aftosa de 2020, para que o Estado continue a ser uma área livre da ocorrência da febre aftosa e, assim, poder continuar exportando a sua produção de carne bovina para outros países.
Para suceder o contrato encerrado, foi aberto o processo 201917697000245, que tem como objetivo a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse. Devido à complexidade do procedimento a licitação, apesar de iniciada, ainda não chegou ao seu trâmite final.
Para evitar a desinformação quanto aos procedimentos do governo estadual quanto ao combate a COVID-19 foi realizado o processo 202017697000238, que tem como objetivo a contratação emergencial de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de campanhas publicitárias de utilidade pública exclusivamente relacionados à pandemia do novo coronavírus (Sars-COV-2), causadora da doença denominada COVID-19. A vigência do contrato é de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado até a conclusão do processo 201917697000245. Para cada 02 (dois) meses o valor previsto é de R$ 8.000.000,00. Os contratos emergenciais foram assinados em 04 de setembro de 2020.
Para atender ao previsto na Lei Estadual nº 20.491/2019, nos eventos com participação do Excelentíssimo Governador e da Primeira-Dama sempre constam equipes da SECOM (jornalistas, fotógrafos e equipe da live e redes sociais) para realizar as divulgações dos atos de governo.
Para combater o problema social provocado pela COVID-19, qual seja, a diminuição dos empregos formais e informais e, consequentemente, a falta de recursos para aquisição tanto de gêneros alimentícios quanto de produtos de limpeza pelas famílias goianas, o governo estadual realizou uma campanha para arrecadação dos referidos produtos para as famílias necessitadas de todo o Estado. Para cobrir tais eventos, a Secretaria de Estado de Comunicação sempre se fez presente com seus profissionais para dar divulgação da distribuição dos produtos arrecadados, garantindo a transparência da ação do governo.
Outra ação desenvolvida pela Secretaria foi a criação da live "Caiado ao vivo". Na live, o Governador informa à sociedade o que o Poder Executivo realizou ao longo da semana e, também, anuncia o que será realizado ao longo da outra semana.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A Secretaria de Estado de Comunicação fez uso apenas do Plano pluri-anual 2020 – 2023 e da Lei Orçamentária Anual para balizar as suas ações ao longo do exercício.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Em decorrência da não conclusão do processo 201917697000245, o valor, até agora utilizado, de R$ 3.250.000,00 para as campanhas foi suficiente apenas para divulgar as ações de combate ao COVID-19 e da 1ª etapa de vacinação da campanha contra a febre aftosa.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1013 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
AÇÃO: 2047 - COMUNICABILIDADE PARA FORTALECER O ENGAJAMENTO DOS SERVIDORES COM OS

RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1200 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

U.O.: 1201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

REALIZAÇÕES
Ao longo do exercício de 2020, a Secretaria de Estado de Comunicação, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.491/2019, realizou a cobertura de todos os eventos que contavam com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador e da Primeira-Dama, além dos eventos importantes de outros órgãos / entidades do Poder Executivo Estadual. Inicialmente, a dotação utilizada para cobrir as despesas com diárias foram alocadas na ação COMUNICABILIDADE PARA FORTALECER O ENGAJAMENTO DOS SERVIDORES COM OS RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, porém a partir de julho as diárias foram alocadas na ação do APOIO ADMINISTRATIVO, tendo sido ainda realizada o total de 70 coberturas dos eventos do Poder Executivo que foram realizados no interior do Estado de Goiás ou que contou com a participação do Governador em outra unidade federativa.

AÇÃO: 2048 - TRANSFORMAÇÃO DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE EM INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1200 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

U.O.: 1201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

REALIZAÇÕES
Não foi possível executar a ação devido a pandemia provocada pelo novo coronavírus.

AÇÃO: 3019 - PUBLICIZAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1200 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

U.O.: 1201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

REALIZAÇÕES
Foram realizadas campanhas para instruir os goianos quanto aos meios de combate ao COVID-19. O objetivo da campanha foi exitoso, uma vez que não houve o colapso do sistema público de saúde.
Também houve a campanha da 1ª etapa da vacinação contra a febre aftosa, que chegou ao resultado almejado, qual seja, evitar o aparecimento do foco de doença aftosa no rebanho bovino.

OBSERVAÇÕES
Quando do início da pandemia na China, a base aérea de Anápolis foi a escolhida para repatriar os brasileiros que estavam na China. Para divulgar os cuidados que foram empreendidos para o acolhimento dos brasileiros, o governo estadual fez uma campanha para tranquilizar os goianos, pois todas as ações necessárias para garantir a segurança sanitária foram realizadas.
Para conscientizar a sociedade goiana sobre a COVID-19, o governo estadual realizou campanhas publicitárias educativas de como proceder ao combate ao COVID-19, tais como: isolamento social, uso de máscaras e uso de álcool gel.
Para garantir a exportação da carne bovina goiana, foi realizada a campanha da 1ª etapa da vacinação contra a febre aftosa.

AÇÃO: 3020 - REALIZAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICAS PRIVADAS PARA FOMENTAR A CULTURA DE COMUNICAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1200 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

U.O.: 1201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

REALIZAÇÕES
Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a ação não foi executada.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

De 28/08/2019 até 07/06/2020 por Decreto de 27/08/2019 – DO/GO Nº 23.124– Presidente: José Roberto Borges da Rocha Leão; De 08/06/2020 até 12/08/2020 por Decreto de 08/06/2020 – DO/GO Nº 23.318– Presidente: Sofia Bezerra Coelho da Rocha Lima; De 13/08/2020 até a presente data por Decreto de 13/08/2020 - DO/GO nº 23.364 - Presidente: Reginaldo Alves da Nóbrega Júnior

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Competem à Agência Brasil Central - ABC a execução dos serviços públicos de radiodifusão de sons e imagens das emissoras de propriedade do Estado e administração da Imprensa Oficial do Estado e do seu sistema digital, conforme art. 2º do Decreto 9.529 de 07 de outubro de 2019.

2.2 Legislação
Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1999;
Lei Estadual 15.690, de 06 de junho de 2006;
Lei Estadual nº 18.746, de 29 de dezembro de 2014;
Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019;
Decreto Estadual nº 9.529, de 07 de outubro de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Do ponto de vista da sua estrutura hierárquica e das atividades e ações estabelecidas em plano de governo para o período de 2020 a 2023, as atividades na Agência Brasil Central continuam em andamento, seguindo seu curso normal.
O complexo de comunicação da Agência Brasil Central (ABC), vem crescendo e melhorando a cada dia, com trabalhadores dedicados e muito competentes. Ofertando cada vez mais programas de melhor qualidade à população goiana. Os veículos da ABC estão cada vez mais atualizados e avançando na proposta de melhoria da comunicação que é produzida e veiculada pelas emissoras do complexo.
Em 08 de junho foi nomeado Sofia Bezerra Coelho da Rocha Lima, como presidente da Agência Brasil Central, onde deu continuidade aos trabalhos que estavam sendo executados.
Em 13 de agosto foi nomeado Reginaldo Alves da Nóbrega Junior, para presidência da ABC, um apaixonado por televisão e seus bastidores, que assumiu a ABC com o desafio de modernizar a autarquia e resgatar o protagonismo destes veículos tão importantes à sociedade goiana.
OUTROS DESTAQUES DA GESTÃO EM 2020:
1) Foi dado início as primeiras ações do projeto, firmando entre a Secretaria de Cultura do Estado de Goiás – SECULT e a ABC, para divulgar a cultura, a história e as potencialidades das cidades goianas. Inicialmente, foram escolhidas dez cidades nas quais a TV Brasil Central, as rádios Brasil Central AM e RBC FM farão matérias com esse teor, que serão posteriormente impulsionadas pelas mídias digitais.
2) O combate à violência contra a mulher motivou a Agência Brasil Central (ABC), por meio do Comitê contra violência da mulher, e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) a firmarem parceria para desenvolver uma campanha conjunta sobre o tema. Dividida em cinco temáticas, a campanha abordou aspectos dos seguintes tipos de violência contra a mulher: física, patrimonial, moral, psicológica e sexual. Foram produzidas pílulas de áudio e de vídeo de até um minuto de duração, que foram veiculadas na programação das rádios Brasil Central AM e RBC FM, e também dentro da grade da TV Brasil Central.
3) Foi assinado, o Termo de Cooperação Cultural que renova a filiação da TV Brasil Central com a TV Cultura, estendendo por 48 meses a cooperação e a parceria entre as emissoras de televisão. Com isso, ficam garantidos os compartilhamentos da programação e os esforços para operar também conteúdos com tecnologia, coprodução e eventos. Proporcionando também uma maior exibição de conteúdos do Estado de Goiás, gerados pela TV Brasil Central, na TV Cultura.
4) Secretaria da Educação e a TV Brasil Central reafirmaram parceria para produção do ”Goiás Bem no Enem”. O programa foi um sucesso em 2019 e será um sucesso maior ainda em 2020. Ele proporciona a milhares de estudantes do ensino médio uma possibilidade de melhor se prepararem para as provas do ENEM.
5) A Agência Brasil Central e a Assembleia Legislativa de Goiás assinaram termo aditivo ao convênio celebrado pela ABC e a Alego, prorrogando por mais dois anos parceria que visa cooperação mútua por meio do desenvolvimento conjunto de ações na área de comunicação, notadamente da televisão.
O objetivo é estreitar relações institucionais, com o compartilhamento de conteúdos da TV Brasil Central e da TV Assembleia. O convênio havia sido assinado em 23 de maio de 2018, com vigência até 22 de maio de 2020. Com a assinatura do termo aditivo, fica prorrogado por mais dois anos, ou seja, até 22 de maio de 2022.
A prorrogação deste convênio reforça o papel da TV Brasil Brasil Central como emissora pública, uma vez que permite o intercâmbio de conteúdo e outros projetos em parceria com a Assembleia Legislativa de Goiás. A TBC, assim como a TV Assembleia, são veículos fundamentais para garantir a transparência dos poderes e o exercício da cidadania, levando informação e entretenimento qualificado para todo o Estado.
6) O Compliance, programa de controle e transparência no poder público lançado pelo Governo de Goiás em fevereiro de 2019, avançou mais uma etapa em seu processo de implantação na Agência Brasil Central (ABC). O Comitê Setorial de Compliance da agência apresentou em uma videoconferência a matriz de riscos com 14 itens considerados sensíveis à gestão para monitoramento na agência. O documento foi aprovado em 28 de julho.
A matriz de riscos é pré-requisito para a construção dos indicadores de resultados do Compliance, etapa que também será realizada pelo Comitê Setorial com ampla participação dos servidores. A ABC aderiu ao Compliance Público em setembro do ano passado, em termo de compromisso assinado com a Controladoria-Geral do Estado (CGE), órgão que coordena a implantação do programa em toda a Administração Estadual.
A partir da matriz de riscos, o trabalho terá três metas na agência, focando primeiramente na transparência dos contratos, na gestão de pessoal e nas sindicâncias.
7) O Comitê Setorial de Compliance da ABC, em continuidade aos trabalhos de implantação do PCP na Agência, iniciou então, a

construção do plano de ação para a gestão de riscos de gestão. Os planos definem a dosagem dos riscos em cada área e a traçam ações de controle, e são feitos pelos gestores dos riscos.
Em dezembro de 2020, a Controladoria-Geral do Estado comunicou o resultado do ranking do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás, cuja ABC obteve nota 70,46.
8) A Agência Brasil Central vem acatando e divulgando todas as orientações encaminhadas pelo Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT), para prevenir e combater a disseminação do novo coronavírus.
9) A ABC contratou laboratório, para a realização de testes anticorpos totais (igM/igG) da (COVID-19), importante para detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão do novo coronavírus, causador da doença COVID-19, entre os servidores e conter a circulação no âmbito da Agência. O foco dos testes foram os servidores que trabalham presencialmente para manter no ar as programações das rádios Brasil Central e RBC FM e da TV Brasil Central, além dos serviços do Diário Oficial e da Administração da Agência.
9) Em 16 de dezembro de 2020, por meio Ofício nº 1648/2020 - CGE (000017307024, autos 202011867001572), a Controladoria-Geral do Estado informou o resultado Final da 2ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente. A Agência Brasil Central obteve pontuação de 92,86%, obtendo com esse resultado o Selo Ouro de Excelência em Transparência.
10) Inauguração da reforma dos estúdios e redação da Rádio Brasil Central AM/FM.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A partir da identificação da deficiência da área de planejamento em 2019, foi possível em 2020 o início de sua estruturação por meio da redefinição das atribuições das funções de cada integrante da equipe.
Assim, a autarquia faz uso de outras ferramentas de planejamento além do PPA/LOA. como por exemplo, a utilização do SEOnet para criação da proposta orçamentária; do GOMAPP para monitoramento de projetos de captação de recursos e do Programa Expresso para manitoramento e disponibilização de serviços digitais para o Estado, bem como do sistema SmartSheet para monitoramento do Programa de Gestão de Riscos da ABC.
Alem disso, em 16/09/2019, foi implantado na Autarquia o Programa de Compliance Público – PCP no âmbito da Agência Brasil Central - ABC, e expressa o comprometimento e o apoio dos dirigentes e demais membros da alta gestão da entidade em relação ao PCP, por meio do TERMO DE COMPROMISSO Nº 5/2019 GEAC- 05474 , acessível no SEI nº 8922218.
Adotar conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais;
Garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos, conforme os quatro eixos definidos no Art. 3.º do Decreto 9.406, de 18 de fevereiro de 2019, com as seguintes obrigações:
1 - Instituir Comitê Setorial de Compliance Público - PCP, colegiado de caráter consultivo e permanente, para questões relativas ao PCP, composto obrigatoriamente pelos dirigentes e demais membros da alta gestão da entidade, com competência para coordenar e executar o Programa sob a orientação consultiva da CGE;
2 - Utilizar como referência as normas definidas no Art. 8.º do Decreto Estadual nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019, as versões atualizadas dessas normas, outros instrumentos de boas práticas técnicas e gerenciais, bem como a aplicação de normas em caráter complementar que vierem a ser indicadas pela Controladoria Geral do Estado, conforme disposto no Art. 8º, Parágrafo Único do mencionado Decreto.
3 - Adotar conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais;
4 - Garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos, conforme os quatro eixos definidos no Art. 3.º do Decreto 9.406, de 18 de fevereiro de 2019;

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Indicador da Ação 3021 - MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO DO SINAL DIGITAL DA TV E MELHORIA NOS TRANSMISSORES E PARQUE TECNOLÓGICO DA ABC.
TELEVISÃO BRASIL CENTRAL:
No primeiro semestre de 2020 foram realizadas coberturas de fatos jornalísticos de interesse da comunidade e acompanhamento das atividades do Governo do Estado, com o objetivo de alimentar os telejornais e demais programas da grade programação da emissora.
Essas ações são descritas abaixo :
. Cobertura completa das atividades do Governador do Estado em Goiânia e no interior do Estado;
. Cobertura de assuntos de interesse da população que afetam direta ou indiretamente a vida em comunidade, tanto na capital como no interior;
. Viagens para cobertura jornalística em Brasília e inaugurações de obras e comemorações nas cidades do interior do Estado. A grande maioria acompanhando o Governador do Estado de Goiás.
Totalizando 96 (noventa e seis) viagens e 4014 (quatro mil e quatorze) coberturas de eventos jornalísticos pela Televisão Brasil Central de janeiro a julho de 2020.
RÁDIO BRASIL CENTRAL:
Não foram realizadas coberturas de eventos jornalísticos pela Rádio Brasil Central AM/FM de Janeiro a Julho de 2020.
Indicador da Ação 2049 - ABC DIGITAL:
IMPRENSA OFICIAL:
A média de acessos mensal, ao site do Diário Oficial no período de janeiro a julho de 2020 foi de 3.427.302,8 milhões.
No terceiro quadrimestre a arrecadação entre setembro a novembro de 2020 perfaz o valor de R$ 2.254.174,64 do total acumulado no período (janeiro/novembro) de R$ 10.766.153,96
Indicadores de Gestão de Risco:
1 - Índice Habilitação=(empresas não capacitadas/empresas capacitadas/)*100 - Meta para o indicador: até 3%;
2 - Índice de Gestão de Contratos: I=(Gestão dispersa/Gestão Plena de contratos)*100 - Meta para o indicador: até 3%;
3 - Índice de Termo de Referência: [TR não validados/TR Avaliados]X100 - Meta para o indicador: até 3%;

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1013 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
AÇÃO: 2049 - ABC DIGITAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

U.O.: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

REALIZAÇÕES
1) A partir do dia 2 de março, o Diário Oficial do Estado de Goiás passou a ser publicado em seu sítio eletrônico a partir das 8 horas, e

não mais à 0h01 (meia-noite e um minuto). Esta medida visou proporcionar maior racionalidade e eficiência no uso de recursos materiais e humanos, atendendo aos princípios básicos da Administração Pública. Importante destacar que esta mudança no horário de publicação da edição principal não afeta o prazo diário de entrega das matérias, que segue até as 17 horas dos dias úteis, conforme os artigos 12º e 13º da Resolução Direx nº001/2017, que estabelece normas para acesso, publicação e envio de matérias para o Diário Oficial do Estado de Goiás.
2) As mídias digitais da Agência registraram grande crescimento no número de seguidores no perfil da TV Brasil Central, nesse período de buscas por informações sobre a pandemia. Os números registrados, no aumento da quantidade de seguidores e de visualizações das publicações nos perfis da TV Brasil Central e Rádio Brasil Central, mostram o quanto é importante investir nas redes sociais, em site e em aplicativos que informam o público, isso tem sido feito tudo com base no trabalho das equipes de jornalismo da TV e das Rádios da ABC.
O canal do Youtube da TBC alcançou os primeiros 20 mil inscritos no mês de março e tem ganhado em torno de mil seguidores por semana, um resultado positivo.
As matérias (produzidas pelas equipes da reportagem da TBC) vão para a Internet assim que as reportagens do telejornal vai ao ar. Isso faz com que a quantidade de visualizações (no Youtube) aumente, e isso é muito importante, essa é a principal forma de combater as fake news, fazendo o bom jornalismo.
3) A ABC Digital foi criada para atuar nas plataformas digitais, que são onde mais cresce o número de participantes nos meios de comunicação social. A divulgação das notícias produzidas pelas equipes de reportagem da TBC e das Rádios no Instagram, no Facebook, no Youtube e no Twitter estão contribuindo para combater as fake news e levar as informações verídicas aos internautas.
4) Outro destaque da ABC digital foram as lives do governador Ronaldo Caiado e o grande número de pessoas alcançadas, envolvimentos, compartilhamentos e visualizações registrado durante essas apresentações por meio virtual. O conteúdo dessas lives, inclusive, repercutiram nos jornais, rádios e sites noticiosos de Goiás. Esta é uma importante ferramenta que o Governo do Estado está utilizando para orientar os cidadãos nesse momento de incerteza.
5) A Agência Brasil Central, em conjunto com a Controladoria Geral do Estado, promoveu no dia 23 de novembro, às 14h, uma palestra sobre o tema “Riscos Éticos na Ouvidoria”, com o superintendente de Participação Cidadã da CGE, Danilo Borges Garcia Carvalho.

AÇÃO: 3021 - MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO DO SINAL DIGITAL DA TV E MELHORIA NOS TRANSMISSORES E PARQUE TECNOLÓGICO DA ABC

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

U.O.: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

REALIZAÇÕES
1) O telejornalismo da TV Brasil Central estreou em fevereiro, o quadro #MinhaCidade, produzido em parceria com a Goiás Turismo e a Secretaria de Cultura de Goiás (Secult GO). Os jornais TBC 1 e TBC 2 passaram a incluir em sua programação uma reportagem especial de cinco minutos, feita para retratar aspectos caraterísticos de cidades do interior goiano. A equipe de jornalismo da TBC vai percorrer todas as regiões do Estado para mostrar as potencialidades, o estilo de vida e o perfil das cidades goianas, buscando enaltecer suas belezas naturais.
2) Foi assinado, o Termo de Cooperação Cultural que renova a filiação da TV Brasil Central com a TV Cultura, estendendo por 48 meses a cooperação e a parceria entre as emissoras de televisão. Com isso, ficam garantidos os compartilhamentos da programação e os esforços para operar também conteúdos com tecnologia, coprodução e eventos. Proporcionando também uma maior exibição de conteúdos do Estado de Goiás, gerados pela TV Brasil Central, na TV Cultura.
3) Secretaria da Educação e a TV Brasil Central reafirmaram parceria para produção do ”Goiás Bem no Enem”. O programa foi um sucesso em 2019 e será um sucesso maior ainda em 2020. Ele proporciona a milhares de estudantes do ensino médio uma possibilidade de melhor se prepararem para as provas do ENEM.
4) A Rádio Brasil Central, contou com programação especial em comemoração pelos seus 70 anos, durante o mês de março. A história da Rádio Brasil Central AM se confunde com a história de Goiânia, de Goiás e do Brasil. Fundada em 3 de março de 1950 com a missão de defender a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, nossa emissora foi muito além: tornou-se uma referência cultural (divulgando a música goiana e brasileira e as artes de forma geral), uma referência política (entrevistando personalidades e cobrindo os principais fatos dos gabinetes e das ruas) e uma referência jornalística (mantendo um dos mais longevos programas do gênero no país – O Mundo Em Sua Casa). Tornou-se, mais do que isso, um ponto de encontro para todos os brasileiros, sobretudo aqueles que residem afastados dos grandes centros e que por meio da rádio puderam se conectar com parentes e amigos distantes. Ao longo de 70 anos, a Rádio Brasil Central cumpriu com altivez e competência sua missão como veículo de comunicação social. Parabéns a todos os profissionais que contribuíram com sua garra e profissionalismo para esta brilhante jornada.
5) As emissoras da Agência Brasil Central (ABC) – TV Brasil Central e rádios Brasil Central e RBC FM - estão atuando firmemente na produção de conteúdo jornalístico de qualidade, neste período de pandemia do novo coronavírus, que colocou a maioria da população do planeta em isolamento social. Esses veículos contam também com o apoio da ABC Digital, área da Agência que atua diretamente na plataforma digital, com as mídias sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Youtube).

OBSERVAÇÕES
CONTINUAÇÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO 3021:
6) TBC produziu reportagem especial sobre chegada da energia elétrica à comunidade Kalunga do Vão Moleque, no nordeste Goiano. Uma expedição de mais de três dias, mais de sete horas de gravação, conversas com personagens de origem quilombola que levam uma vida simples em uma região de difícil acesso de Goiás, para testemunhar como foi a chegada da energia elétrica a suas moradias e como esse fato vai melhorar as condições de vida dessa população. Um serviço comum para os moradores das cidades, mas que para os kalunga vai representar o resgate da cidadania, por meio do abandono das lamparinas. O vídeo de cerca de 12 minutos de duração conta como a chegada da eletricidade foi recebida pelos moradores da comunidade kalunga do Vão do Moleque, situada nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.
7) Documentário especial que conta os 45 anos da TV Brasil Central. Dividido em cinco episódios de 15 minutos cada, foi ao ar na TBC, o documentário recupera imagens e personagens históricas na construção da trajetória da TV pública de Goiás. O especial registrou como era o jornalismo em cada tempo, destacando alguns dos fatos mais marcantes da história da TV e do próprio estado, contando também a história de Goiás nos últimos 45 anos.
8) A RBC criou programete, chamado Contexto, com proposta de trazer informações de viagens por lugares, culturas e gastronomias, que inspirem aos ouvintes, o planejamento e, no tempo certo, a retomada dos passeios e viagens. Ele entrou na programação das rádios Brasil Central AM e RBC FM em julho deste ano, sendo veiculado de segunda a sexta feira, três vezes ao dia. O material tem divulgação também pelas redes sociais da Agência Brasil Central (ABC).
8) Depois de temporariamente suspenso devido à pandemia da Covid-19, o TBC no Campo voltou à grade de programação da TV Brasil

Central. Ele traz informações para o produtor rural, tanto aquele que atua no agronegócio como o da agricultura familiar. O telespectador do meio rural voltou a receber informações que são importantes para o desenvolvimento de suas atividades e para a segurança alimentar da população. O TBC no Campo tem as abordagens econômica (questões de economia rural), agronômica (questões de terra e solo) e zootécnica (rebanhos animais). O programa tem quatro exibições diárias, de segunda a sexta-feira

9) TBC produziu e veiculou em sua programação, vídeo em homenagem aos profissionais da saúde, enaltecendo o trabalho desempenhado por eles neste momento de pandemia da Covid-19. Pessoas que, em nome do dever, arriscam a própria saúde e muitas vezes ficam longe de suas famílias. O sacrifício deles salva vidas. Nada é mais importante que isso neste momento.

10) A TV Brasil Central, emissora da Agência Brasil Central (ABC), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), tem veiculado diariamente, de segunda a sexta-feira, duas vezes por dia, vídeo aulas com conteúdos dos ensinos médio e fundamental, com o objetivo principal de alcançar os estudantes da rede estadual de ensino, reforçando o aprendizado durante este período de aulas não presenciais, devido à pandemia da Covid-19. O programa, denominado Seduc em Ação, é uma extensão do trabalho que a Pasta vem realizando pela Internet. Mas agora os alunos podem assistir, via TBC, e também pelas rádios Brasil Central AM e RBC FM, aulas ministradas por professores da rede estadual de todas as disciplinas da grade curricular.

O programa é o resultado de uma parceria da ABC com a Seduc que teve início com a veiculação do programa Goiás Bem no Enem, também com a participação de professores da rede estadual de ensino. A Agência, bem como a TBC e as emissoras de rádio, atuam na área de comunicação pública. E se uniram ao Governo do Estado e à população goiana, neste esforço de trazer informações de qualidade e promover ações que auxiliem neste grave momento de pandemia do novo coronavírus, que exige de todos a adoção de um novo comportamento e soluções criativas.

11) TBC produziu e está veiculando três vídeos de como os seus jornalistas estão se cuidando, com apelos dos servidores da ABC e alertando e ensinando como as pessoas devem se higienizar, se saírem de casa, para evitar o contágio com o novo coronavírus nesse período da pandemia da Covid-19. Os vídeos já estão sendo veiculados na programação da TBC, bem como disponibilizados também nas redes sociais da ABC e no youtube.

12)O jornalismo da TV Brasil Central passa a contar com o serviço de mochilink, para dinamizar ainda mais o trabalho de reportagem, fortalecendo o jornalismo ao vivo. Esse novo serviço é resultado da valorização do trabalho jornalístico implementado pela nova direção da Agência Brasil Central (ABC).

12)Após um ano sem ser utilizada, a legenda oculta, ou closed caption (em inglês), volta à tela da Televisão Brasil Central, proporcionando igualdade de condições às pessoas que têm deficiência auditiva, porque, de acordo com o presidente da Agência Brasil Central (ABC), Reginaldo Júnior, “todos somos iguais e temos o direito de estar bem informados”. Para ele, a TV Brasil Central e os veículos de comunicação da ABC estão vivendo uma fase de notícias positivas trabalhando mais por respeito ao cidadão.

13)Pioneira, ABC usou acessibilidade para levar democracia aos eleitores

14)As estruturas das emissoras de rádio da Agência Brasil Central – Rádio Brasil Central AM e RBC FM – passaram por reforma. O propósito foi prepará-las para transmitir suas programações no novo ambiente digital com os avanços tecnológicos na área de comunicação.

15)As equipes das emissoras da Agência Brasil Central – TV Brasil Central, Rádios Brasil Central AM e FM, assim como as redes sociais – foram mobilizadas no domingo, 15, para realizar a cobertura das eleições municipais de 2020.

16)As emissoras da Agência Brasil Central (ABC) deram um show de cobertura das eleições municipais deste ano. Desde as primeiras horas do dia, as equipes da TV Brasil Central e das rádios Brasil Central AM e RBC FM percorreram as seções eleitorais nas maiores cidades da Região Metropolitana de Goiânia.

17) A TV Brasil Central está em São Paulo, acompanhando a evolução do tratamento do candidato a prefeito de Goiânia Maguito Vilela, que luta contra complicações causadas pela Covid-19. A Brasil Central é a única equipe de TV goiana que está na capital paulista, fazendo essa cobertura jornalística.

18)A programação jornalística das emissoras da Agência Brasil Central (ABC) cresceu 400% só no último mês e seguirá em alta até o final do ano. São muitas novidades tanto na TV Brasil Central quanto nas rádios RBC FM e Brasil Central AM, segundo informa o diretor de Telerradiodifusão Rafael Vasconcelos. Interação de mídias na internet também faz parte do pacote.

19) O esporte está de à TV Brasil Central. O programa será exibido de segunda a sexta-feira, a partir das 19 horas, com produção e apresentação de equipe própria da emissora.

20)A Televisão Brasil Central (TBC) está colocando no ar uma nova grade de programação, com foco voltado para o jornalismo

21)Por causa da pandemia da Covid-19, que exigiu quarentena e isolamento social, por determinação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, o telejornal TBC Notícias 2, que ia ao ar pela TV Brasil Central no início da noite, foi desativado desde março deste ano. No entanto, após seis meses e com a pandemia mais ou menos controlada e em fase decrescente no Estado, ele reestreia na próxima segunda-feira, 14, às 18 horas, agora também transmitido em parceria com a TV Alego.





PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2160 - ENVOLVER - GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES - ABC

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

U.O.: 1261 - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC

REALIZAÇÕES
1) Uma doação emergencial da Universidade Federal de Goiás (UFG) permitiu a testagem de mais de 60 servidores da Agência Brasil Central (ABC) no dia 10 de julho. A ação teve a parceria da Secretaria de Estado da Saúde e se juntou a uma série de medidas que vem sendo tomadas pela Presidência da ABC para prevenir e combater a disseminação do novo coronavírus.
2) Outras medidas já adotadas:
• Implantação dos regimes de teletrabalho e desocupação funcional por calamidade pública (sobretudo para os servidores integrantes do

grupo de risco).
• Estabelecimento de escalas de trabalho presencial nas rádios e na TV.
• Higienização frequente dos ambientes e equipamentos.
• Distribuição de máscaras de tecido para todos os servidores em trabalho presencial.
• Disponibilização de frascos de álcool gel 70% em todas as salas e corredores.
• Colocação de tapetes embebidos em água sanitária nas entradas.
• Divulgação de orientações sobre medidas de distanciamento social e higiene no ambiente de trabalho.
• Divulgação de orientações sobre dicas de saúde e bem-estar para os servidores em teletrabalho.
• Divulgação de procedimentos a serem adotados em caso de aparecimento de sintomas de Covid-19.
3) A Agência Brasil Central vem acatando e divulgando todas as orientações encaminhadas pelo Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT).
4) A Agência Brasil Central disponibilizou aos seus servidores material explicativo para garantir qualidade de vida aos seus colaboradores que estão em regime de teletrabalho. Trata-se de duas cartilhas informativas para o enfrentamento do estrese em tempos de pandemia, além de um vídeo orientando sobre a ergonomia no trabalho.
5) Com os objetivos de orientar os servidores, empregados públicos e gestores da Agência Brasil Central (ABC) e estabelecer procedimentos para a manutenção das atividades essências da autarquia, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) elaborou o Plano de Ação, Prevenção e Controle da Exposição ao Novo Coronavírus.
O Plano vigorará enquanto durar o período de emergência na Saúde Pública no Estado de Goiás e está disponível para a consulta por parte de toda a equipe da ABC. O documento define as responsabilidades. Traz ainda orientações, medidas preventivas e de orientação sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de máscaras faciais de pano, entre outras.
6) A ABC contratou laboratório, para a realização de testes anticorpos totais (igM/igG) da (COVID-19), importante para detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão do novo coronavírus, causador da doença COVID-19, entre os servidores e conter a circulação no âmbito da Agência. O foco dos testes foram os servidores que trabalham presencialmente para manter no ar as programações das rádios Brasil Central e RBC FM e da TV Brasil Central, além dos serviços do Diário Oficial e da Administração da Agência.

OBSERVAÇÕES
Em dezembro de 2020, devido um novo surto de Coronavírus entre os servidores da ABC, foi solicitado uma nova contratação de LABORATÓRIO PARA EXAMES DE DETECÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), através do teste RT-PCR, por meio dos autos 202000028001947, com indicação de recursos na dotação 2020.1261.24.122.1025.2160.3.220.90

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Lincoln Graziani Pereira da Rocha

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Prestar apoio e assessoramento administrativo, operacional e técnico ao Vice-Governador no desempenho de suas atribuições constitucionais e nas funções a ele conferidas por lei ou delegadas pelo Governador;
Este assessoramento é prestado com profissionalismo e comprometimento, de forma ágil e prudente.

2.2 Legislação
Leis n.ºs:
7.986/75
8.049/76
11.655/91
13.456/99
14.415/2003
17.254/2011
17.407/2011
18.286/2013
18.744/2014
20.491/2019
20.539/2019
20.754/2020
20.755/2020
20.821/2020
Decretos nºs:
9.406/2019
9.446/2019
9.455/2019
9.462/2019
9.538/2019
9.657/2020
9.737/2020
9.740/2020
Portarias nºs:
002/2019
75/2020
95/2020

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Visando o pronto atendimento às missões especiais designadas pelo senhor Governador, assim como às demais ações de representação e de coordenação de Programas, a gestão das atividades da Vice-Governadoria é pautada pelo aprimoramento administrativo com foco em três aspectos fundamentais:
1 - Proficiência administrativa – visando a eficácia nos procedimentos administrativos e eficiência no uso dos recursos disponíveis;
2 - Desempenho com compromisso – para, em sinergia com as demais instituições estaduais, desenvolver competências necessárias ao adequado desempenho dos servidores quanto ao profissionalismo, compromisso, disciplina e motivação;
3 - Representação interativa – mantendo esforços para melhoria das condições internas e dos canais de interação social, tanto para atender à sociedade em geral, nos diversos tipos de solicitação, quanto para representação, promoção e divulgação de ações de governo.
Está sendo implantado o Programa de Compliance Público na Vice-Governadoria, sendo trabalhados os 4 Eixos:
I - estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta;
II – fomento à transparência;
III – responsabilização; e
IV - gestão de riscos.
Conforme resposta encaminhada pela Coordenação da Implantação do Programa de Compliance Público, por meio do Processo 202000012000649, seguem, abaixo informações sobre as ações realizadas e resultados dentro do Programa Compliance Público, nesta Vice Governadoria, referente ao ano corrente (2020):
1) O ano se iniciou com o Gerenciamento de Riscos e Controle – Plano de Ação (monitoramento e análise crítica) junto com os gerentes responsáveis pelas áreas de Licitação, de Gestão de Contratos e de Folha de Pagamento.
2) Foi encaminhado o processo nº 202000012000007, contendo o Plano de Ação, às Gerências de Compras e Apoio Administrativo, de Gestão de Contratos e Gestão Institucional para cumprimento dos prazos, com as devidas comprovações documentais das ações tomadas.
3) Houve a primeira reunião do ano no dia 10 de fevereiro de 2020.pelo Comitê Setorial de Compliance Público desta Vice-Governadoria.
4) Processo 202000012000296 foi encaminhado aos membros do Comitê Setorial de Compliance Público da Vice-Governadoria, com os documentos referentes à pauta da Reunião do dia 15 de maio de 2020, para análise, ciência e ponderação.
5) Dentro da pauta a ser tratada na reunião, constava a atualização do CONTEXTO que foi encaminhado via processos SEI 202000012000212 e 202000012000296.
6) O CONTEXTO foi atualizado, primeiramente, via processo 202000012000212 e, num segundo momento, excepcionalmente, conforme Processo 202000012000296, em razão da Decretação de Situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás - com a disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV) - que trouxe alterações na contextualização dos ambientes interno e externo do Órgão.

7) Foram desenvolvidas três etapas dentro da fase de Gerenciamento de Riscos e Controles – nas áreas de Licitação, Contratos e Folha de Pagamento: a) Envio de Planilhas; aos Gerentes das áreas de Licitação, Folha de Pagamento e Contratos por meio dos respectivos Processos 202000012000206, 202000012000207 e 202000012000208 e foi definido o preenchimentos dos seguintes campos da Matriz de Riscos: "Ação ataca Causa/Consequência", "Andamento da Ação", "Data Prevista da Implantação"; b) Foram realizadas áudio/vídeo conferências com os Gerentes das áreas de Licitação, Folha de Pagamento e Contratos para decisão quanto à definição de : "Descrição do Indicador para Monitoramento" e "Meta para o Indicador"; c) Foram realizadas áudio/vídeo conferências com os Gerentes das áreas de Licitação, Contratos e Folha de Pagamento, com fins de "Análise dos Riscos e das Ações de Controle, para proposituras de alterações e/ou fusões em alguns de seus nomes".
8) Foi aprovado pelo Comitê Setorial de Compliance Público, dentro da reunião do dia 15 de maio de 2020, a "Análise dos Riscos e das Ações de Controle, para proposituras de alterações e/ou fusões em alguns de seus nomes".
9) No dia 17 de julho de 2020, foram aprovados e validados alguns elementos analisados da Matriz de Riscos, das áreas de Licitações, Folha de Pagamento e Contratos, incluindo a análise referente ao Primeiro Quadrimestre de 2020 (1Q20).
10) Foi realizado o Monitoramento e Análise Crítica da Matriz de Riscos, incluindo a análise 1Q20 (Primeiro Quadrimestre de 2020), pelos Proprietários ou Gerentes locais de Riscos das áreas de Licitações, Folha de Pagamento e Contratos.
11) Foram realizadas reuniões com os Gerentes das áreas de LICITAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO E CONTRATOS, para discussão e o preenchimento de elementos das planilhas supracitadas, incluindo a análise do 1º Quadrimestre do ano de 2020: "Efetividade dos Controles Existentes", "Risco-Chave?", "Fisc. de Contratos?", "Resultados Positivos", "Economia Gerada (R$)", "Nº de vezes que o Risco se Materializou (1Q20)", "Falhas de Controle / Observações (1Q20)", "Alterações dos Controles (1Q20)", "Efetividade dos Controles ATUAL (1Q20)", "Probabilidade ATUAL (1Q20)", "Impacto ATUAL (1Q20)", "Nível de Risco ATUAL (1Q20)", "Indicador de Monitoram. do Risco (1Q20)"). Nesta análise 1Q20, também foi considerada a COVID-19 como variável externa.
12) Por meio do Processo 202000012000377, os membros do Comitê Setorial de Compliance Público da Vice-Governadoria foram cientificados de todo o andamento das fases descritas acima bem como dos documentos referentes para análise e ponderação, conforme indicado na ata da reunião do dia 17 de julho de 2020.
13) Houve capacitação dos servidores, e membros do comitê setorial de compliance, nos 4 eixos do PCP. Na Reunião do Comitê Setorial de Compliance Público da Vice-Governadoria ficou definida a Gerência de Gestão Institucional responsável por coordenar os servidores.
14) Houve capacitação de servidores no Eixo Ética na Escola de Governo. Na Reunião do Comitê Setorial de Compliance Público da Vice-Governadoria ficou definida a Gerência de Gestão Institucional responsável por coordenar os servidores.
15) Houve replicação de conhecimento em ética -com os respectivos Relatórios, conforme Anexo III da Portaria 44/2020 – CGE, devidamente encaminhado à Controladoria Geral do Estado.
16) Houve divulgações sobre ética de matérias, mensagens, notas, etc., por meio online, com divulgações semanais. Este tópico, também, foi reforçado à Comunicação Setorial pelo Processo 202000012000385. Foi explicado à Comunicação Setorial sobre a necessidade de fazer Relatório, conforme Anexo IV desta Portaria e encaminhar à Coordenação do Programa Compliance da Vice-Governadoria, para que esta faça o posterior encaminhamento à Controladoria Geral do Estado.
17) Houve reavaliação dos Riscos e das Ações de Controle, sendo preenchidos os relatórios "5W2H", e anexados na Matriz de Riscos com as respectivas evidências.
18) Houve Relatório de gerenciamento segundo quadrimestre de 2020 (2Q20);
19) Foi realizada reunião no dia 30 de setembro de 2020 via Zoom, uma vez que esta Vice-Governadoria se encontra em regime de Teletrabalho, devido ao estado de emergência em que o Estado se encontra, diante da declarada Pandemia Coronavírus (COVID-19), presentes os membros do Comitê, elencados no art. 1º da Portaria 95/2019 – VICEGOV.
20) Foi realizado o Monitoramento da Gestão de Riscos, ouvindo-se, individualmente, cada um dos servidores da Gerência de Compras e Apoio Administrativo (apenas da área de licitação), da Gerência de Gestão Institucional (Folha de Pagamento) e da Gerência de Gestão de Contratos.
21) Todas as alterações foram devidamente alinhadas na Matriz de Riscos (000015609493), constante no Processo SEI 202000012000537.
Dentre as atividades delegadas ao Vice-Governador está a coordenação do Programa Goiás de Resultado, instituído pelo Decreto nº 9.446, de 15 de maio de 2019. Segundo o processo 202000012000643, este Programa objetiva a gestão de recursos técnicos e institucionais orientados para a integração das ações e potencialização de resultados na esfera governamental, racionalização do tempo e emprego de recursos públicos, bem como ampliação da qualidade no atendimento da rede de serviços públicos estaduais ou parceiros, com o foco direto na necessidade do cidadão.
1. O Programa Goiás de Resultados é composto por 08 DIRETRIZES Estruturantes, em consonância com 20 Metas estratégicas distribuídas em 32 entregas que produzem transformação social por meio de 115 projetos (ações) executados por 35 Órgãos do Governo, sendo que 06 foram executados no ano de 2020 sendo eles:
a) Interligação de 150 municípios por fibra óptica, pela Goiás Telecom – 2020;
b) Interligação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia e Aparecida de Goiânia – 2020, pela SANEAGO;
c) Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – 2020, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública;
d) Implantação do Portal Único do Cidadão – 2020, Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação;
e) Internacionalização do Aeroporto de Goiânia e a homologação para operação de voos internacionais – 2020, pela Secretaria de Estado de Industria e Comércio;
f) Tá na Lei – 2020, pela Secretaria de Estado da Casa Civil.
Os Projetos são gerenciados por 39 Pontos Focais e 70 Líderes de Resultados, servidores designados pelos Titulares das Pastas, sendo que a função do Ponto Focal é de coordenador dos projetos estratégicos inseridos no Programa Goiás de Resultados e a função do Líder de Resultado é de gerente do projeto, sendo responsável diretamente pela execução do projeto.
A MISSÃO do Programa Goiás de Resultados é nortear as ações da gestão pública estadual fomentando a sinergia governamental, a entrega das metas estratégicas e a produção de resultados com o foco no atendimento da sociedade.
Como LEGADO o Programa Goiás de Resultados se propõe a incorporar ao serviço público do Estado de Goiás as seguintes premissas:
• Nova Cultura: serviço voltado ao cidadão acima de tudo;
• Governo de Resultados: planejamento que gera economia e eficiência;
• Sinergia: produtividade a partir da transversalidade do Governo;
• Legado de Longo Prazo: estruturação de dados para políticas públicas de prevenção;
• Paz Social: dignidade, qualidade de vida e prosperidade.
2. Principais Ações:
2.1. Biometria Neonatal: Garantia de maior segurança dos nascimentos das crianças nas maternidades estabelecendo a coleta biométrica dos recém-nascidos e de suas mães, ainda no ambiente do parto, evitando assim a troca de bebês ou raptos. O Projeto contempla o primeiro evento de vida do cidadão, que é o nascimento, abrindo caminho para as respostas do Estado, que poderá atuar de forma preditiva, preventiva e com eficiência perante as demandas sociais, representando elemento de inclusão social, ao passo que permitirá a prestação de serviços públicos essenciais.

2.2. Identificação de Desaparecidos: Com o banco de dados Goiás Biométrico (AFIS), todos os arquivos de impressões digitais passaram do papel para o sistema virtual. Dessa forma, o Instituto de Identificação de Goiás (II-GO) aderiu a uma sistemática de trabalho mais moderna e inovadora no País. Mais de 730 pessoas que estavam desaparecidas há anos foram identificadas.
2.3. Sistema Estadual de Informações Cidadãs (SEIC): O projeto envolve a unificação dos dados cadastrados pelo cidadão durante seus eventos de vida por meio do acesso às informações biográficas, biométricas e documentais, partindo do nascimento, seguido por outros passos, como por exemplo, emissão dos documentos pessoais, título de eleitor, Carteira de Habilitação, entre outros, em todos os acessos aos serviços públicos estaduais, permitindo que a administração pública possa adotar ações preditivas de políticas públicas e serviços que transformem a vida da população de forma positiva.
2.4. RG Digital: Instituição da Carteira de Identidade em meio eletrônico, implantado por meio do decreto 9.705, publicado no suplemento do Diário Oficial do dia 24 de agosto de 2020 e está em fase de testes.
2.5. Selo Arte: O Selo Arte permite a venda dos alimentos, como lácteos e cárneos, produzidos de forma artesanal em diversos estados, abrindo oportunidade para o produtor incrementar sua renda. Goiás é o primeiro estado do Centro-Oeste a conceder o selo. Três queijarias foram contempladas com o selo (Fazenda Coqueiral -Corumbá de Goiás, Santa Fé da Lagoinha - Santo Antônio do Descoberto e Queijaria Lima - Alexânia). Além das queijarias, mais sete estabelecimentos já estão com projetos aprovados para receberem o selo. A Regularização dos pequenos produtores rurais, assentamentos e cooperativas, com oferta de condições que possam aprimorar ainda mais a produção, contribuiu para o fomento das atividades econômicas no Estado.
2.6. ProIn UEG: É um dos produtos do Programa Goiás de Resultados que integra a diretriz Goiás do Desenvolvimento Econômico. O ProIn é uma incubadora de empresas de base tecnológica que incentiva a criação e o desenvolvimento de pequenas e microempresas industriais ou de prestação de serviços de base tecnológica ou de manufaturas leves, com infraestrutura básica e qualificação técnica e gerencial do empreendedor. Atualmente, a incubadora possui 17 empreendimentos vinculados às respectivas áreas de atuação, modalidades e fases de incubação que recebem todo o apoio do ProIn UEG. O Programa está entre os 300 processos de incubação de universidades do mundo avaliados pela UBI Index, Global Benchmark, em Estocolmo, na Suécia. Entre os vários cases de sucesso que receberam o apoio do ProIn estão a Sollaren Inovação em Tecnologia do Ar, que desenvolveu um equipamento para desinfecção do ar e de superfícies eficaz no combate ao novo coronavírus; Floê Cosméticos, que produz produtos veganos e com ingredientes do Cerrado; a Casa da Minhoca, produtora de insumos agroecológicos; e a Brizze Kombucha, que produz bebidas probióticas e a primeira do segmento em Goiás a obter o registro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
2.7. RHNet: O Programa Goiás de Resultados reuniu servidores da SEAD e da SEDI, que já fazem parte do governo, para desenvolver novas ferramentas para os Sistemas de Recursos Humanos do Estado de Goiás. Modernização do RHNet beneficia mais de 160 mil servidores do Estado.
2.8. Internacionalização do Aeroporto de Goiânia: O Aeroporto Santa Genoveva agora pode receber e realizar voos internacionais. O coordenador do programa Goiás de Resultados, Lincoln Tejota, atuou de modo intenso para a concretização do projeto e se reuniu com representantes da ANAC para agilizar o andamento do processo.
2.9. Agroativo: Desenvolvido pela Agrodefesa, o software garante a padronização de todas as fiscalizações realizadas em Goiás e a correta utilização dos defensivos agrícolas, possibilitando a classificação em graus de conformidade com a legislação. A ferramenta proporciona mais saúde aos consumidores, mais segurança para os produtores rurais e aplicadores e a sustentabilidade da exportação das nossas commodities.
2.10. Habitação: Entrega de moradias para população goiana. Desde 2019, o Governo de Goiás, em parceria com a Caixa, já entregou 3.346 unidades habitacionais, sendo 1.367 delas só no Entorno do Distrito Federal. Mais de 4,6 mil moradias estão em construção e 2,5 mil em estágio avançado de execução. A última entrega foi em Valparaíso, onde 468 famílias receberam o benefício. Outro número importante é o de imóveis regularizados: 2.120 em 08 cidades do estado.
2.11. Tá na Lei: Possibilita a consulta da legislação vigente em Goiás com apenas um toque pelo celular, com acesso digital a todas as leis do Estado de Goiás, além de tornar mais fácil a leitura dos textos jurídicos.
2.12 Reintegração Social: Criado com o objetivo da abertura de 2 mil vagas de empregos para a população carcerária em Goiás, a partir de convênios com poderes públicos e iniciativa privada, numa ampliação da empregabilidade e capacitação profissional no sistema prisional goiano. O projeto também prevê a criação do Plano Estadual de Empregabilidade para presos em Goiás e a criação do Distrito Agroindustrial Prisional para abertura de vagas de trabalho carcerário. No ano de 2020, os detentos de Aparecida de Goiânia confeccionaram mais de 200 jalecos para proteger os servidores do IML de Goiás da Covid-19, as unidades prisionais do Estado produziram mais de 300 mil máscaras para as forças de segurança pública; Em Sanclerlândia, diariamente, detentos produzem 800 blocos de cimentos que são utilizados em obras públicas; Nas unidades prisionais de Itauçu e Araçu, os detentos e detentas trabalharam na obra de reforma das unidades.
2.13.Novo Licenciamento Ambiental: Projeto é uma exigência legal que garante o desenvolvimento econômico, respeitando os recursos naturais. Atualmente, é o sistema usado pelas administrações públicas de todos os estados brasileiros para analisar os possíveis impactos de novos empreendimentos – ou ampliações – em vários aspectos do meio ambiente, desde físicos até socioculturais. O novo licenciamento inclui novas regulações e reorganização das etapas de emissão das licenças ambientais, fazendo com que o Estado de Goiás tenha o modelo mais completo e moderno adaptado às medidas legais já descritas na lei.
2.15. Sala Lilás: Criação do espaço destinado exclusivamente ao atendimento de mulheres vítimas de violência. Além disso, são oferecidos, por meio da Secretaria de Segurança Pública, cursos de capacitação para integrantes das forças policiais para prepará-los para o atendimento inicial das vítimas, de maneira empática e humanizada. Em outubro de 2020 foi implantada a 2ª Sala Lilás na 1ª Coordenação Regional de Polícia Técnico-Científica em Aparecida de Goiânia.
2.16. Implantação do Centro de Inteligência Artificial (CEIA): Por meio de uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (SEDI) e Universidade Federal de Goiás (UFG), o CEIA está bem perto de ser totalmente concluído. A unidade oferecerá aos pesquisadores e envolvidos na área de inteligência artificial, computadores de última geração, mão de obra técnica e qualificada, estrutura física compatível com as entregas e bolsas para pesquisadores de alto nível de engajamento. Alguns produtos que compõem o CEIA, e fazem parte das entregas do Programa Goiás de Resultados, também estão em fase avançada de implementação e vão proporcionar resultados financeiros ao Governo de Goiás, evitar fraudes e sonegação de impostos. Um dos produtos já entregues é o Chatbot da Covid, uma espécie de robô virtual, que presta o primeiro atendimento à população com informações e esclarecimento de dúvidas sobre a Covid-19.
2.17. REDESIM: A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios é um sistema integrado que permite a abertura, alteração, baixa e legalização de empresas na Junta Comercial de Goiás. A iniciativa integra todos os processos com apenas um único envio de documentos para a Junta Comercial, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. Órgãos e entidades federais, estaduais e municipais fazem parte deste processo previsto para todos os municípios de Goiás. Desde sua implantação em Goiás, em 2017, 143 municípios aderiram à Rede Sim, sendo 93 na atual gestão.
2.18. Parceria com o Instituto Mauro Borges (IMB): O objetivo é unificar informações de forma inovadora, estruturar indicadores, cruzar dados , qualificar a produtividade, entender a demanda com análises inteligentes, mapear as necessidades de forma estratificada

geograficamente, o que intensificará as entregas dos projetos inseridos no Programa Goiás de Resultados, bem como outras entregas governamentais.
3. Desenvolvimento e Monitoramento das Metas do Programa Goiás de Resultados, principais destaques:
3.1. As METAS estratégicas dos órgãos estão alinhadas metodologicamente com o Plano Plurianual 2020-2023, direcionando o Governo para vencer os desafios e revelar em qual cenário que quer ver o Estado daqui a 03 anos, além de oferecer um panorama geral das prioridades, bem como medir a capacidade de realização e eficiência dos serviços.
3.1.1. Meta Os 3 "Is" - Integração, Inteligência e Integridade:
O objetivo da meta é reduzir os indicadores gerais de criminalidade para abaixo da média nacional até 2022, diminuindo os crimes e a violência, pela integração, inteligência e integridade. É composta por 06 projetos dos quais podemos destacar o projeto "Implementação do sistema de Segurança Pública na área rural" em execução pela SSP e PM, que em 2020 Goiás foi destaque em policiamento rural com uso de tecnologia.
A meta está com 50% de execução.
3.1.2. Meta Reinserção Social:
O Objetivo da meta é desenvolver medidas eficazes para reestruturação do Sistema Prisional, fortalecendo a ressocialização até 2022. É composta por 05 projetos dos quais podemos destacar a criação de vagas de empregos buscando a ressocialização e a diminuição de custos da administração pública: confecção de uniformes escolares, enxoval hospitalar, tijolos, manutenção de prédios, etc., em parceria com os órgãos: DGAP, SEDUC, SANEAGO, OVG, AGEHAB, GOINFRA. Durante a pandemia ocorreu a produção de mais de 300 mil máscaras de proteção facial que foram distribuídas para os agentes de segurança pública para o enfrentamento da Pandemia.
A meta está com 14% de execução.
3.1.3. Meta Prevenção Social:
O objetivo da meta é Implantar e desenvolver a Política Estadual de Prevenção Social até 2022. É composta por 10 Projetos dos quais podemos destacar o projeto "Implantação da Sala Lilás" que visa garantir atendimento de forma qualitativa a todas as mulheres e crianças vítimas de violência e evitar a revitimização em execução pela SSP e SPTC, bem como destacamos o projeto "Protocolo de Segurança Escolar e estimulo à cultura da paz nas escolas" em execução pela SEDUC.
A meta está com 38% de execução.
3.1.4. Meta Regionalização da Saúde
O objetivo da meta é executar ações de regionalização dos atendimentos da Saúde até 2022. É composta por 02 projetos "Implementação de regionalização por meio das policlínicas, favorecendo a população do interior no acesso a saúde" e "Ampliação do número de leitos por meio de convênios com os hospitais regionais, reduzindo o prazo de espera para a internação" em execução pela SES. Podemos destacar a entrega da policlínica no município de Posse e os andamentos das construções das policlínicas nos municípios de: Campos Belos, Formosa, Goianésia, Cidade de Goiás, Mozarlândia, Pires do Rio, Quirinópolis, Santa Terezinha de Goiás e São Luís de Montes Belos, bem como os andamentos das construções dos Hospitais Regionais nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Jataí e Uruaçu.
A meta está com 28% de execução.
3.1.5. Meta Resposta a Urgência e Emergência
O objetivo da meta é oferecer à população um atendimento digno de qualidade nas ocorrências de urgência e emergência até 2022, reduzindo os riscos de mortes e os impactos de internação. É composta por 04 projetos, dos quais podemos destacar o projeto "Aquisição de avião para transporte aeromédico" em execução pelo Corpo de Bombeiros Militar, aumentando a capacidade de resposta e reduzindo o tempo de atendimento nas ocorrências de transporte aeromédico.
A meta está com 09% de execução.
3.1.6. Meta IDEB Real
O Objetivo da meta é garantir uma estrutura mínima para que os estudantes da rede escolar estadual tenham dignidade e condições de proficiência até 2022.É composta por 08 projetos dos quais podemos destacar o projeto "Goiás TEC - aulas a distância e inovação tecnológica na formação de alunos e professores.", em execução pela SEDUC e ABC. O referido projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Goiás em Junho de 2020 e permitirá acesso ao ensino médio a todos, oferecendo no primeiro momento aulas em unidades escolares da zona rural, distritos e regiões de difícil acesso, ou com falta de professores de áreas específicas de conhecimento, por meio da transmissão ao vivo via satélite.
No mês de junho de 2020 foi instituída a Força-Tarefa da Educação, Turismo, Esporte e Cultura elencando 12 projetos das Pastas SEDUC, SEEL, SECULT e Goiás Turismo, direcionando para o planejamento de ações coordenadas e proativas, no curto, médio e longo prazo, com melhor aproveitamento dos recursos e potencialidades disponíveis.
A meta está com 31% de execução.
3.1.7. Meta Conheça Goiás
O objetivo da meta é até 2022, implantar a política estadual integrada entre o Turismo, Cultura e Esportes, estruturando novos destinos e produtos turísticos de Goiás e desenvolvendo uma cultura de permanência e estruturação promovendo o pertencimento, a geração de legado e o desenvolvimento de uma cidadania cultural. É composta por 11 projetos dos quais podemos destacar o projeto "Desenvolvimento do Caminho de Cora Coralina" em execução pela Goiás Turismo e "Implantação do Instituto de Promoção da Cultura Estrangeira em Goiânia" em execução pela SECULT.
A meta está com 12% de execução.
3.1.8. Meta Goiás do Empreendedorismo e Renda
O objetivo da meta é criar um ambiente favorável para dinamizar a economia para os pequenos negócios e iniciativas empreendedoras, que contribuam para a geração de emprego, renda e riquezas, até 2022. É composta por 06 projetos dos quais podemos destacar o projeto "Ampliação do acesso ao crédito com taxas de juros subsidiadas e oferta de orientação e cursos técnicos", "Programa Goiás Empreendedor" em execução pela SIC e o projeto "Goiás produz mais com a Ciência - laboratórios, doutorados e sustentação de projetos de pesquisa aplicadas a realidade do mercado" em execução pela FAPEG.
A meta está com 34% de execução.
3.1.9. Meta iGov Goiás – Inovação e Empreendedorismo
O objetivo da meta é alavancar e fortalecer a inovação tecnológica, regionalizando o acesso e a oferta de ensino relativo à inovação e empreendedorismo, até 2022. É composta por 05 projetos, dos quais podemos destacar o projeto "Ecossistema de Inovação - Campus Party, Hackathons, Pitch Gov, DemoDays, Game Challengers)" em execução pela SEDI, sendo que a edição 2020, realizada de forma digital, foi disponibilizada para 31 países obteve em um dia teve 6.000 acessos simultâneos.
A meta está com 29% de execução.
3.1.10. Meta Cadeias Agro Sustentáveis
O Objetivo da meta é viabilizar e fortalecer as cadeias produtivas do agronegócio até 2022, investindo em tecnologia, fomentando pesquisas, sustentabilidade e os processos na defesa agrícola. É composta por 04 projetos dos quais podemos destacar o projeto "Certificação internacional do Estado como zona livre de febre aftosa com suspensão da vacinação." em execução pela AGRODEFESA e o projeto "Novo modelo do licenciamento ambiental" em execução pela SEMAD.

A meta está com 43% de execução.
3.1.11. Meta Atração de Novo Negócios
O Objetivo da meta é criar um ambiente econômico favorável, simplificado e atrativo para atrair novos investimentos, novos negócios e garantir ganhos líquidos fiscais, fazendo frente aos investimentos sociais, até 2022. É composta por 06 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Atração de Novos Negócios” em execução pela SIC e o projeto “Interligação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia e Aparecida de Goiânia” em executado pela SANEAGO.
No mês de junho de 2020 foi instituída a Força-Tarefa do Desenvolvimento Econômico Regionalizado de Goiás visando promover o desenvolvimento econômico regional inteligente, inovador, sustentável e duradouro, por meio de um trabalho conjunto dos Órgãos Estaduais que tenham relação direta e indireta com esse tema. Estão designados as Pastas SIC, SEDI, SEAPA, SEAD, ECONOMIA, SEMAD, FAPEG, IMB e CODEGO.
A meta está com 53% de execução.
3.1.12. Meta Parcerias e Desenvolvimento
O Objetivo da meta é executar o Plano de Investimentos, Parcerias e Concessões, aprimorando o crescimento econômico do Estado de Goiás, até 2022. É composta por 06 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Internacionalização do aeroporto de Goiânia com a homologação para operação de voos internacionais” executado pela SIC e os projetos da GOINFRA que possuem como entregas a pavimentação, duplicação, restauração e construção de pontes em Trechos rodoviários para o turismo e escoamento da produção.
A Meta está com 27% de execução.
3.1.13. Meta Rede de Oportunidades
O objetivo da meta é executar a Rede de Oportunidades, zerando a existência de famílias goianas em situação de vulnerabilidade extrema no Estado de Goiás até 2022. É composta por 06 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Construção de 17.500 Unidades Habitacionais” em execução pela AGEHAB que em de 2020 já entregou 40 casas em Barro Alto, 34 em Bonfinópolis, 101 em nova Veneza além de receber 122 propostas de convênios habitacionais de 66 municípios Goianos.
A meta está com 23% de execução.
3.1.14. Meta Biometria Cidadã
O Objetivo da meta é facilitar o acesso do cidadão às políticas públicas de forma integrada durante todo o seu ciclo de vida, por meio da tecnologia biométrica e compartilhamento de bases de dados, até 2022. É composta por 09 projetos dos quais podemos destacar os projetos “Bebê IPASGO” e “Biometria Neonatal” em execução pelo IPASGO, Secretaria de Saúde, Instituto de Identificação da Policia Civil que pretende se conectar ao cidadão durante todo o seu ciclo de vida, buscando dados e informações para oferecer políticas públicas mais eficientes em um momento tão importante como o nascimento de uma criança. A nova tecnologia utilizada pelo Governo de Goiás consegue entregar capturas biométricas com resolução três vezes maior do que os outros leitores que circulam no mercado. Em seguida, os dados são enviados para o Instituto de Identificação que prepara a carteira de identidade da criança, garante maior segurança no processo de identificação dos recém-nascidos e ainda diminui os riscos de trocas ou roubos de bebês.
O Programa Goiás de Resultados elaborou em conjunto com Órgãos: SEDI, SEAD, SES, SEDS, SEDUC, DETRAN, IPASGO, Policia Civil, SSP minuta de anteprojeto de lei e decreto que institui o Sistema Estadual de Informações Cidadãs o qual constitui-se numa política de apoio à gestão pública para a formulação de ações relacionadas aos eventos de vida do cidadão, por meio do acesso às informações biométricas, digitais e eletrônicas. O Anteprojeto de lei foi aprovado e o decreto de regulamentação foram publicados ambos em novembro de 2020.
A meta está com 12% de execução.
3.1.15. Meta Municípios Mais Fortes
O objetivo da meta é desenvolver até 2022 uma carteira de ações destinadas ao aprimoramento institucional dos municípios. É composta por 02 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Fomentar a captação de recursos no âmbito dos municípios” em execução pela Secretaria Geral da Governadoria.
O Programa Goiás de Resultados elaborou, em conjunto com a SEDI, Vice-Governadoria, AGEHAB, CGE, DGAP, SGG, Goiás Turismo, IPHAN, SEMAD, SIC e Goiás Telecom, uma página web para disponibilizar material expositivo visando auxiliar os municípios como aderir aos serviços prestados pelos órgãos supracitados de modo que o resultado é a transformação da vida dos goianos e na melhoria na gestão pública municipal. (https://www.vicegovernadoria.go.gov.br/18-munic%C3%ADpios-mais-fortes.html)
A meta está com 66% de execução.
3.1.16. Meta Goiás Digital
O Objetivo da Meta é tornar os serviços públicos de atendimento ao cidadão digitalizados até 2022. É composto por 10 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Inovação no mecanismo de Compras Governamentais” em execução pela SEAD e “Integração dos sistemas corporativos do servidor” em execução por 07 Pastas (SEDI, SEAD, PM, BM, GOIÁSPREV, SES e SEDUC) que cederam servidores da área de Tecnologia da Informação para elaboração e adequação do sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás frente as alterações legislativas pertinentes aos servidores públicos.
A meta está com 44% de execução.
3.1.17. Meta Mais Cidadão
O Objetivo da meta é facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da integração e digitalização, com elevação da participação social, transparência e compliance. É composta por 07 projetos dos quais podemos destacar o projeto “Transformação de atendimento ao cidadão - EXPRESSO” executado pela SEAD e SEDI, bem como aos projetos da CGE que possuem como entregas aumentar a transparência e aprimorar a prestação de contas à sociedade facilitando o controle social e acesso aos novos serviços públicos.
A meta está com 35% de execução.
4. Produtividade
A Coordenação do Programa Goiás de Resultados realizou as seguintes atividades no ano de 2020:
5ª Trilha do Conhecimento 118 participantes
Líderes de Resultados Capacitados:136
Metas Monitoradas: 20
Projetos Monitorados: 115
Reuniões Presenciais: 39
Reuniões Virtuais: 150
Minutas de Legislação: 9
Apresentações de treinamento para Pontos Focais e Lideres de Resultados: 9
Apresentações elaboradas pelo Programa: 79
Painéis elaborados: 48

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Reuniões Periódicas: A manutenção desta prática visa nivelar o conhecimento das atividades e das necessidades dos diversos setores contribuindo para sinergia e para a mitigação de dificuldades, melhoria de processos e desenvolvimento institucional.

Há o Regulamento do Órgão, que, ao definir competências/atribuições, exprime os objetivos do órgão.
Dentro de 1 das fases de implantação do Programa de Compliance Público PCP, na Vice-Governadoria, houve o estabelecimento do Contexto. Dentro desta Contextualização, existiu a definição de Missão, Visão e Valores. Estes três itens foram aprovados pelo Comitê Setorial do PCP.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho

Em 2020, o orçamento da Vice-Governadoria só contemplou como programa finalístico Programa: M.O.V.E. GOIÁS (1025); Ação: ENVOLVER - GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES - VICE GOVERNADORIA (2161). Porém, não houve realizações dentro desta Ação, em 2020. Não houve nenhuma execução orçamentária e financeira dentro desta Ação , em 2020.. Em conformidade com informações da Gerência de Gestão Institucional, desta Vice-Governadoria, via Processos no SEI 202000012000472 e 202000012000642, a Descrição do Produto desta Ação aborda "Realizar Exames Médicos periódicos nos servidores da Vice-Governadoria". Segundo a Gerência de Gestão Institucional, não houve nenhuma ação física e financeira na Ação "Envolver - Gestão da Qualidade de Vida dos Servidores-Vice-Governadoria" do Programa M.O.V.E. Goiás, no ano de 2020, por causa da pandemia causada pelo novo Coronavirus (COVID-19).ou seja, não houve realização de exames médicos, neste ano de 2020.
Os outros Programas da Vice-Governadoria são:
4100-ENCARGOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS)- Ação 4105 - FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA VICE-GOVERNADORIA.A Ação objetiva registrar as despesas da folha de pagamento dos servidores públicos designados para o cumprimento de funções na Vice-Governadoria. Portanto, não há geração de produto e nem indicadores de desempenho.
4200 - GESTÃO E MANUTENÇÃO Ação: 4205 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VICE-GOVERNADORIA
A Ação objetiva alocar meios, destinados à gestão administrativa, que não concorram diretamente para a produção de bens e serviços específicos gerados pela implementação de ações afins. Portanto, não há geração de produto e nem indicadores de desempenho.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2161 - ENVOLVER - GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES - VICE GOVERNADORIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1300 - VICE-GOVERNADORIA

U.O.: 1301 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

REALIZAÇÕES

Não houve realizações dentro desta Ação, em 2020. Não houve nenhuma execução física e financeira dentro desta Ação , em 2020.. Em conformidade com informações da Gerência de Gestão Institucional, desta Vice-Governadoria, via Processos no SEI 202000012000472 e 202000012000642, a Descrição do Produto desta Ação aborda "Realizar Exames Médicos periódicos nos servidores da Vice-Governadoria". Segundo a Gerência de Gestão Institucional, não houve nenhuma ação física e financeira na Ação "Envolver - Gestão da Qualidade de Vida dos Servidores-Vice-Governadoria" do Programa M.O.V.E. Goiás, no ano de 2020, por causa da pandemia causada pelo novo Coronavirus (COVID-19).ou seja, não houve realização de exames médicos, neste ano de 2020.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Juliana Pereira Diniz Prudente

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A PGE é o escritório de advocacia da administração pública estadual e exerce, como instituição permanente, uma função essencial à Justiça. Sua missão é orientar a condução de processos administrativos e representar a Fazenda Pública nos processos judiciais, atendendo a administração direta e também autarquias, fundações e entidades paraestatais.

2.2 Legislação
As principais legislações são as seguintes:
Lei Complementar n.º 144/2018, Institui a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual;
Lei Complementar nº 58/2006, dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências;
Lei 20.491/2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; e,
Decreto nº 9.526/2019, que aprova o regulamento a Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Procuradoria-Geral do Estado atuou no ano de 2020 com aumento de produtividade, sobretudo por causa do teletrabalho. A PGE registrou, via Projudi, 209.739 comunicações processuais, o que perfaz a média de 1.000 comunicações processuais por dia, e produziu 318.551 manifestações até o mês de novembro, quase que o dobro da produtividade aferida há 5 anos. Em comparação com anos anteriores, houve um incremento de mais de 11% na sua atuação, apesar do contexto de 35% de redução do quadro de Procuradores do Estado na PGE.
A atuação proativa e preventiva da gestão da Procuradoria-Geral do Estado impactou positivamente os cofres estaduais, principalmente, em decorrência das ações de cobrança da dívida ativa não tributária e do trabalho intensivo sobre devedores contumazes. Os resultados ou geraram economia, entendida, nesse caso, como o que o Estado deixou de desembolsar em razão de condenações, ou, então, arrecadação, isto é, a recuperação de crédito, sem, é claro, perder o foco de apoiar a realização de políticas públicas do Governo do Estado de Goiás.
A Procuradoria Tributária, por exemplo, recuperou o total de R$ 120.239.030,70 (Cento e vinte milhões, duzentos e trinta e nove mil, trinta reais e setenta centavos) de créditos ajuizados. Esse valor foi superior ao recuperado em 2018, último ano em que houve programa de benefício fiscal, e 20% maior do que o auferido em 2019, quando foram arrecadados cerca de R$ 100 milhões de reais.
A Procuradoria Judicial, além de gerar economia, garantiu, por sua vez, a viabilidade das ações governamentais, mediante atuações que vão desde garantir a segurança jurídica de políticas públicas, como no caso das ações envolvendo saúde pública e a garantia de repasses federais para o FUNDEF, até a representação jurídica contra outros entes federados. A economia para o Estado chegou ao patamar de R$ 16.524.671.050,36 (dezesseis bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, cinquenta reais e trinta e seis centavos). O destaque de 2020 nas ações judiciais foi para a ação contra a Taurus, na qual a PGE conseguiu a substituição de mais de 700 armas para a Polícia Civil.
Já a Procuradoria Trabalhista atuou na defesa de causas nas quais os servidores figuravam no polo ativo e em causas de interesse do Estado nesta matéria. Em 2020, com base nos valores das causas, foram economizados R$18.180.873,65 (dezoito milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
Um outro exemplo foi a atuação da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente em mais de 08 mil processos. Em termos econômicos, a PPMA obteve sucesso de R$4.073.142,77 (quatro milhões, setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos) em processos de execução fiscal; R$262.572,82 (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos) referentes a créditos recebidos; e, R$1.030.426,49 (um milhão, trinta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) provenientes de sentenças favoráveis.
Destacaram-se entre esses processos as quase mil escrituras públicas de doação analisadas e assinadas por Procuradores do Estado, o que garantiu o acesso à moradia para várias famílias goianas. Sobre a questão da regularização fundiária rural e urbana, promoveu-se, aliás, a revisão da legislação estadual com projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa, a fim de visam facilitar o acesso de famílias que ocupam imóveis públicos ao documento de registro de propriedade desses imóveis.
Em relação ao Crédito não tributário recuperado, ainda que prejudicado pela crise do Covid-19, a PGE arrecadou R$7.249.707,45 (sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos). O sucesso na cobrança da dívida ativa não tributária, calculado considerando a relação entre os pagamentos e os valores inscritos e cobrados, foi quase 7%, podendo ser maior na medida em que a PGE ampliar para outros órgãos estaduais o processo de cobrança.
Um último aspecto da gestão da PGE que merece destaque foi a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem. O tempo médio para a tramitação dos processos na Câmara foi de 67 dias. Esses mesmos processos poderiam levar até 6,8 anos na Justiça comum. Há, portanto, uma poderosa ferramenta para trazer agilidade às ações de representação judicial do Estado.
No entanto, em 2020, o impacto da pandemia foi grande no trabalho desenvolvimento pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PGE. Apesar disso, celebrou-se 93 Acordos e recuperou-se 1,7 milhões em créditos. Espera-se que, com o retorno das atividades, o esforço para reduzir a litigiosidade possibilite, inclusive, a negociação dos créditos não tributário inscritos, aumentando, assim, a recuperação de valores devidos à Fazenda Pública.
Ao todo, os resultados de 2020 da Procuradoria-Geral podem ser expressos da seguinte forma: arrecadação de R$128.786.737,46 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos) e economia de R$16.542.851.924,01 (dezesseis bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e um centavo) para a execução das políticas públicas governamentais.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Além do PPA/LOA, os instrumentos de planejamento utilizados, em 2020, foram os Planos de ação apresentados pelas Procuradorias especializadas em que restaram consubstanciados algumas ações estratégicas estabelecidas em parceria com o Gabinete da PGE e a Matriz de riscos elaborada a partir ferramentas de Gestão de Riscos oportunizadas pelo Programa Compliance Público. Para o

acompanhamento de ações estratégicas, a PGE utiliza o GOMapp e uma ferramenta de EPM disponibilizada pela SEAD e Secretaria Geral da Governadoria. Para o alinhamento estratégico, o Painel do Modelo de Negócios e da Cadeia de Valor elaborados no exercício anterior são os documentos basilares dos projetos e atividades da PGE, estando inclusive divulgados para conhecimento dos servidores e da população na página de Acesso à informação.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Os indicadores de desempenho das ações do PPA são os estabelecido no Decreto nº 5.979, de 27 de julho de 2004 relativo à eficiência, eficácia e efetividade. Tais indicadores relacionam o planejamento, a execução do planejamento e a capacidade do órgão em corresponder de modo econômico aos seus desafios. Além desses critérios de avaliação, também leva-se em consideração, pela natureza dos processos do órgão, a produtividade da representação jurídica do Estado, contabilizadas pelo número de providências tomadas pelas Especializadas e também pelas decisões favoráveis, seja relativas à economia do estado, seja à arrecadação tributária e não tributária além, é claro, do sucesso em projetos como o da cobrança da dívida ativa não tributária e da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1016 - EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO
AÇÃO: 2063 - EXPANSÃO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1400 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

U.O.: 1451 - FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - FUNPROGE

REALIZAÇÕES
A previsão inicial de emissões de Certidão da Dívida Ativa não Tributária foi ultrapassada graças ao trabalho da PGE, que conseguiu zerar o estoque de créditos pendentes de inscrição junto aos respectivos órgãos. Isso decorre da celeridade do processo de inscrição e cobrança dos créditos não tributários no órgão. Vale pontuar que, antes da PGE assumir a inscrição em dívida ativa dos créditos não tributários do PROCON e da SEMAD, o período entre a remessa dos créditos para a Secretaria da Economia e a efetiva inscrição em dívida ativa delongava de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e meio. Hoje, tão logo constituídos definitivamente, dentro de 30 (trinta) dias, é consumada a inscrição em dívida ativa.
Devido à eficiência no processo de inscrição e cobrança, houve aumento considerável da arrecadação. Arrecadou-se em 2020 o total R$7.249.707,50 (sete milhões, duzentos e quarenta e nove mil e setecentos e sete reais e cinquenta centavos), superando, assim a meta estimada.
O incremento impactou também no percentual de sucesso da recuperação dos créditos. Considerando que foram inscritos e cobrados desde o início de 2018 R$ 105.517.760,39 (cento e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil e setecentos e sessenta reais e trinta e nove centavos) o sucesso da recuperação (relação entre o valor recuperado e o valor total inscrito e sobrado) foi de 6,78%.
Sobre a celebração dos Termos de Cooperação, foi formalizado acordo com o TCM, que se encontra em pleno andamento. No que concerne aos demais órgãos, com exceção quanto ao Tribunal de Justiça, reuniões estão em trâmite para assinatura dos Termos de Cooperação no 1º (primeiro) semestre de 2021. A não celebração de todos os acordos foi motivada pela situação de emergência na saúde pública e as consequências sobre o serviço público.

OBSERVAÇÕES
Processo SEI 201900003005565 - Termo de Cooperação 01/2019 em vigor entre a Procuradoria-Geral do Estado e o TCM.
Não se iniciou a inscrição em dívida ativa dos créditos da GOINFRA. Lei n. 20.797 de junho 2020. Em trâmite processo SEI com a GOINFRA para assinarmos o termo de cooperação.
Não há previsão na Lei 20.233/2018 quanto a assunção dos créditos do TJ pela PGE.

AÇÃO: 2064 - PGE AMIGA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1400 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

U.O.: 1451 - FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - FUNPROGE

REALIZAÇÕES
O PGE Amiga é uma proposta que visa proporcionar maior eficiência, agilidade e menor litigiosidade na representação judicial do Estado de Goiás. Assim, ao buscar o diálogo, o PGE Amiga tem como público-alvo tanto credores, como devedores do Estado. Por meio da negociação e conciliação é possível proporcionar economia e arrecadação, o que pode ser verificado nos 93 Acordos celebrados pela PGE, em nome do Estado de Goiás, os quais estão disponíveis na página da PGE (link: https://www.procuradoria.go.gov.br/atuacao/camara-conciliacao.html).
O resultado em 2020 é maior do que o de 2019, quando celebrou-se 49 Acordos, e o de 2018, ano em que foram assinados 03 Termos de Acordo, porém a meta inicialmente prevista não foi atendida integralmente em razão dos efeitos das medidas para contenção do novo Coronavirus e a suspensão das sessões presenciais por alguns poucos meses, até que editou-se Portaria normatizando as sessões virtuais.
Outro resultado da ação foi a implantação do Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Saúde (CEJUSC Saúde), iniciado em 2019. Foi celebrado um ajuste entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e da Procuradoria-Geral do Estado, e o Tribunal de Justiça para criar esse núcleo, cujo o objetivo é incentivar mecanismos consensuais de solução de litígios e reduzir a excessiva judicialização dos conflitos de interesse, a quantidade de recursos e a execução de sentenças.

OBSERVAÇÕES
Há previsão ainda de mais dois Núcleos, uma volta às demandas de servidores públicos estaduais e outro voltado a precatórios. No entanto, esse deverá ser revisto diante da legislação que permite a compensação de créditos tributários com precatórios e aquele teve paralisia momentânea por causa da situação fiscal agravada pela pandemia.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1035 - O AGRO É DE TODOS
AÇÃO: 2120 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1400 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

U.O.: 1451 - FUNDO DE MANUTENCAO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - FUNPROGE

REALIZAÇÕES

Tramitaram no total 159 processos de regularização fundiária na unidade especializada da PGE, a Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e Meio Ambiente. Porém, apenas 14 processos tiveram toda a instrução processual concluída. A meta foi superada porque adotou-se várias providências das quais destacam-se: 1. uniformização das orientações sobre índices de correção de avaliações de imóveis objetos de regularização fundiária, com exclusão de juros compensatórios e moratórios de avaliação pretéritas. Essas orientações foram consolidadas nos Verbetes de Orientação Jurídica da PPMA, aprovados pela Procuradora-Geral do Estado; 2. uniformização da orientações sobre a possibilidade de regularização fundiária de imóveis locados a terceiros, quando houver transferência dos direitos de ocupação ou alteração da natureza da destinação da ocupação. Essa consolidação visava a permitir novo requerimento sobre o mesmo imóvel e facilitar a venda direta, sendo consolidado no DESPACHO Nº 1793/2019 - GAB (000010165363), da Procuradora-Geral do Estado; 3. expedição de orientação pela possibilidade jurídica de, mediante autorização ao Governador do Estado de Goiás, aproveitar contratos celebrados anteriormente à vigência da atual lei estadual 17.545/2012, no caso de o contratante originário permanecer no imóvel até os dias atuais; e, 4. alterações no arranjo normativo da regularização fundiária, especialmente a Lei Estadual nº. 17.545/2012, com o objetivo específico de adequar o procedimento de regularização fundiária no âmbito do Estado de Goiás à legislação federal sobre o assunto, conforme minuta de Lei no processo 201900005015270, apresentado por Grupo de Trabalho constituído para tal fim, cujo projeto foi aprovado em primeira votação no início de dezembro de 2020.

OBSERVAÇÕES

Considerou-se processo instruído aquele com Parecer de análise do Procurador do Estado, Despacho do Chefe da Especializada e Escritura pública assinada.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás é o órgão central dos sistemas de controle interno, correição, transparência e ouvidoria, integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Goiás, na forma da Lei n 20.491, de 25 de junho de 2019. Destacam nas suas competências a defesa do patrimônio público e à prevenção e ao combate à corrupção. Tem como gestor o Secretário Chefe, Sr. Henrique Moraes Ziller

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
O Planejamento Estratégico 2020-2023 a CGE definiu seus macronorteadores:
Missão: Aprimorar a gestão pública estadual com a melhoria do controle interno, fortalecimento da integridade, consolidação da transparência e participação ativa do cidadão.
Visão: Ser reconhecida como organização essencial para uma gestão pública integra, efetiva, transparente e participativa.
Valores principais: o foco no cidadão; a integridade; o profissionalismo; a efetividade; a humanidade e a sensibilidade

2.2 Legislação
Órgão de controle interno do Poder Executivo Estadual, compete desempenhar as atribuições que sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública estadual cujas competências estão descritas no artigo 17 da Lei 20.491, de 25 de junho de 2019 que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Controladoria Geral do Estado de Goiás apresentou dois Programas no Plano Plurianual de 2020-2023, Programa Compliance Público e o Programa Participação e Controle Social.
PROGRAMA COMPLIANCE PÚBLICO
O Programa Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), lançado em fevereiro/2019 pelo governador Ronaldo Caiado para ser implantado no poder executivo estadual ,coordenado por esta controladoria consiste em um conjunto de ações destinado a assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com os padrões éticos e legais, a fomentar a transparência e as denúncias e a combater a corrupção por meio da responsabilização de empresas e agentes de públicos envolvidos em desvio de conduta. Um trabalho intenso foi realizado junto aos órgãos com o objetivo evitar o desperdício do dinheiro público e combater a corrupção de agentes públicos e privados para levar mais serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos.
O PCP em Goiás tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos que se somam no todo como estratégias de busca de fomento à transparência, o combate à corrupção e eficiência administrativa. Neste sentido um rico e exitoso trabalho foi efetuado junto aos órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos com o alcance de 77,50% de implantação , significando o alcance de 38 dos 49 órgãos do poder executivo estadual.
PROGRAMA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
O Programa de Participação e Controle Social visa promover atividades de fortalecimento da gestão e do controle social, contribuindo de forma efetiva para a promoção da ética e da integridade das instituições públicas, premissa que se baseia na perspectiva da transparência ativa, permitindo o devido acompanhamento das rotinas estatais pela sociedade civil e garantindo o direito fundamental de acesso à informação. Dentre estas atividades tem-se a gestão do portal Goiás Transparente, um canal permanente de contato entre o cidadão e o Estado, por meio da divulgação de informações relativas às ações executadas pelo Governo. Esse canal, permite ao usuário, navegar no portal, acessar bancos de dados referentes à execução orçamentária e financeira, gastos com folha de pagamento, receitas e despesas de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, entre outras informações de igual relevância.
O Programa apresenta também estratégias que objetivam a difusão do conhecimento relacionado à prevenção da corrupção, contribuindo para a formulação de políticas públicas sobre o tema. Promove o intercâmbio com outros órgãos para o desenvolvimento de ações de prevenção e de combate à corrupção, e de capacitação da sociedade civil para uma atuação preventiva.
Ainda nesse escopo, esta área da CGE atua na obtenção e gestão de informações estratégicas com a finalidade de subsidiar as atividades de controle exercidas por esta Controladoria-Geral, através da produção de conhecimentos que contribuem para o avanço na coleta e tratamento das informações relativas aos gastos públicos o que, em última análise, cria as condições estratégicas para que a administração possa atuar efetivamente na prevenção da corrupção e na construção de cenários prospectivos acerca das despesas governamentais.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2023
Em meados de maio (2019) a Controladoria iniciou um processo de construção multidisciplinar, participativa e integrativa da formulação das diretrizes gerais do PPA 2020-2023 alinhadas com o eixo governamental intitulado “Goiás da Governança e Gestão Transformadora”. Foram propostos dois Programas governamentais em sinergia com dois macros objetivos governamentais. No macro objetivo governamental “Confiança nas Instituições“ foi proposto o Programa Compliance Público e no macro objetivo governamental “Controle Social”, foi proposto o Programa Participação e Controle Social.
Este trabalho interdisciplinar de formulação de estratégias para o PPA 2020-2023 forneceu a base de estruturação dos macros norteadores – missão, visão e valores do novo Planejamento Estratégico, visto o anterior ter tido vigência de 2015-2018. Muito além de reestruturar os macros norteadores, a concepção do novo Planejamento Estratégico propôs metas e indicadores para o PE 2020-2023 (mesma vigência do PPA) e representa um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pela instituição ao longo de um período de quatro anos.
O método utilizado para a realização do Planejamento Estratégico da CGE foi o Balanced Scorecard (BSC), o mesmo utilizado pela maioria das Controladorias no país, com foco na gestão da performance com mensuração de desempenho. O BSC é orientado por quatro perspectivas, que são: (i) Cliente e Sociedade (relacionado à qualidade dos produtos e serviços ofertados e à efetividade das ações públicas); (ii) Processos Internos (melhoria dos processos internos); (iii) Aprendizado e Crescimento (relacionado à melhoria das práticas gerenciais, capacitação, motivação, promoção do bem-estar e valorização do servidor) e (iv) Financeira (relacionada à economia gerada,

ao prejuízo evitado e à saúde financeira do estado). O BSC adota o Mapa Estratégico com uma estratégia visual de identificar a estrutura do Planejamento Estratégico concebido.
O Planejamento Estratégico 2020-2023 da Controladoria possui 10 (dez) objetivos estratégicos, 30 (trinta) metas definidas, sendo 15(quinze) voltadas para a perspectiva Cliente e Sociedade, 12(doze) para os Processos Internos e 03 três) relacionadas ao Aprendizado e Crescimento. Além das metas, foram definidos também 17 (dezessete) indicadores, dos quais 08(oito) estão relacionados à perspectiva Cliente e Sociedade; 07(sete) aos Processos Internos; 01(um) ao Aprendizado e Crescimento e 01(um) à perspectiva financeira. Tanto as metas quanto os indicadores visam assegurar que a Controladoria alcance os objetivos estratégicos estabelecidos.
Vale destacar que, todas as metas e indicadores estabelecidos e aprovados no PPA 2020-2023 estão contidas no Planejamento Estratégico formulado para o mesmo quadriênio, mas este avança muito mais e como plano, trabalha detalhadamente na estratégica adotada.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
No PPA 2020-2023 essa controladoria tem dois indicadores institucionais. Para o Programa Compliance Público foi instituído o Índice de Compliace e para o Programa Participação e Controle Social, o Índice de Transparência (Nota estadual na escala Brasil Transparente da CGU).Ressaltando que ambos os indicadores são anuais e cabe ao Instituto Mauro Borges a consolidação dos resultados de todos os indicadores previstos no Ppa.
Ao todo, no Planejamento Estratégico CGE 2020-2023 foram estabelecidos 17 indicadores, 2 (dois) macro indicadores que constam no PPA conforme acima citado e mais 15 (quinze) outros que apoiam a instituição a mensurar seus resultados. Os resultados apurados apontaram para o alcance de 100% das projeções efetuadas em 9 (nove) indicadores e a performance de igual ou acima de 75%, em outros 2 (dois).
INDICADORES COM PERFORMANCE IGUAL OU SUPERIOR A 100%
9 (nove) de 17 (dezessete) indicadores com performance igual ou superior a 100%
-Taxa de execução do Plano Operacional das Ações de Controle- ind. nº1- Programa Compliance Público- UM %- Planejado 80,00- Executado 90,21
-Prazo de resposta às manifestações recebidas pela ouvidoria- ind. nº 3- Programa Participação e Controle Social- UM Dia(quanto menos, melhor) Planejado-8,00- Realizado 7,50
-Índice de manifestações na ouvidoria resolvidas- Ind. Nº 8- Programa Participação e Controle Social- UM %- Planejado 40,00- Executado 41,10
-Ações corretivas e recomendações relevantes atendidas- ind. Nº 9- Programa Compliance Público- UM %- Planejado 45,00- Realizado 52,30
-Taxa de Satisfação com a comunicação interna- ind. nº 11- Programa Participação e Controle Social- UM % - Planejado 70,00- Realizado 92,00
-Taxa de execução das atividades planejadas no Plano de Comunicação- ind. nº 12- Programa Participação e Controle Social- UM %- Planejado -75,00- Realizado 81,25
-Percentual de acréscimo de número de Seguidores no Instragam CGE- ind.13- Programa Participação e Controle Social- UM %- Planejado -10,00- Realizado 62,50
-Índice de Compliance- Ind n°14- (indicador do PPA) – Programa Compliance Público-Pontuação (atualmente, o ranking prevê a pontuação para os quatro eixos, que totalizam 100 pontos)- Planejado -60,00- Realizado 71,91
-Percentual de aperfeiçoamento da despesa pública analisada-1 Ind. 17- Programa Compliance Público- UM %-(Quanto menor , melhor) – Planejado 12,00- Realizado 6,57
INDICADORES COM PERFORMANCE IGUAL OU SUPERIOR A 75% E INFERIOR A 100%
2 (dois) de 17 (dezessete) indicadores com performance igual ou superior a 75% e inferior a 100%
-Taxa de alocação de força de trabalho em inspeções e análises preventivas- ind. Nº 2-Programa Compliance Público- UM%- Planejado -60,00- Realizado 55,00
-Índice de confiabilidade no serviço de ouvidoria- ind. Nº 5- Programa Participação e Controle Social- UM Nota-Verde- Planejado 7,00- Realizado 6,80

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1005 - COMPLIANCE PÚBLICO
AÇÃO: 2006 - CONTROLE E CORREIÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1500 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

U.O.: 1501 - GABINETE DO SECRETÁRIO - CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

REALIZAÇÕES
Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Confiança nas instituições” a atuação da Controladoria-Geral do Estado (CGE) como órgão central do Sistema de Controle Interno, visa no Programa Compliance Público, a defesa intransigente do patrimônio público dos goianos e o combate à corrupção. Ao atuar nos processos de forma preventiva e em apoio aos órgãos da estrutura de governo, a CGE procura estabelecer uma relação de confiança desses parceiros, de modo que suas sugestões e recomendações sejam acolhidas sistematicamente.
Goiás é o primeiro Estado brasileiro a ter um programa de integridade em todos os órgãos de sua estrutura administrativa. Em 2020, o Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), implantado em fevereiro de 2019, segue se fortalecendo cada dia mais.
O PCP em Goiás tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos que se somam no todo como estratégias de busca de fomento à transparência, o combate à corrupção e eficiência administrativa.
Neste ano, foi instituída pelo governador, a Câmara de Compliance Público, responsável pelo monitoramento dos riscos estratégicos do governo e de sua estrutura. É por meio do Programa de Compliance, e sob consultoria de CGE, que os órgãos e entidades estaduais passaram a investir, além da gestão de riscos, nos eixos da ética, da transparência e da responsabilização.
Um trabalho intenso foi realizado junto aos órgãos com o objetivo evitar o desperdício do dinheiro público e combater a corrupção de agentes públicos e privados para levar mais serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos. O resultado foi um exitoso trabalho junto aos órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos com o alcance de 77,50% de implantação que equivale a 38 dos 49 órgãos do poder executivo estadual.
Apesar das vicissitudes advindas da pandemia do Coronavírus e a interrupção das atividades presenciais da Escola de Governo e parceiros a qualificação prevista reestruturou-se no formato EaD (educação à distância) o que possibilitou ultrapassar a cifra planejada de número de pessoas capacitadas , de 1295 (número planejado) para 1978 (número realizado) no que tange a capacitação no

Programa Compliance (poder executivo). Essa mesma reinvenção de novas modalidades de capacitação virtual foram implementadas, mudando paradigmas, sendo realizada 1012 capacitações dos servidores da Controladoria relacionadas às competências específicas do órgão muito acima do planejado (315).
O sistema Módulo de auditoria e inspeção desenvolvido (sistema existente - Produto 9761) já com 70% de desenvolvimento permitirá a gestão completa de todas as Ordens de Serviço emitidas, sejam elas para atividades de inspeção ou atividades de análises preventivas. Possuindo integração com o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o SGI não só contribui para uniformizar as atividades de inspeção, como também fornecerá importante banco de dados para a CGE, de onde poderão ser extraídos relatórios gerenciais que fornecerão dados importantes para o constante aperfeiçoamento técnico dos trabalhos desenvolvidos, tornando-os cada vez mais eficientes.
As atividades da área de correição proporcionam o planejamento, orientação, controle, avaliação e supervisão técnica dos procedimentos correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Em 2020 suas principais realizações abrangeram reestruturação legal da atividade correcional, reestruturação administrativa, fortalecimento da área com sistemas tecnológicos específicos e mais robustos, qualificação profissional técnica diversificada, bem como atuação contundente no seu papel de prevenção e combate à corrupção mediante análise de processos administrativos contra fornecedores. Na estruturação tecnológica destacaram-se 04 produtos, : 1 SISPAC, Módulo TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - implantação integral e Módulo SINDICÂNCIA/PAD - implantação parcial (em conclusão); 1 Site - Portal da Corregedoria, 1 Hotsite, denominado Mutirão da Conciliação.
O Índice de Compliance obteve a nota média de 71,91 (38 órgãos)
Então, de forma forma geral, no primeiro ano do Programa Compliance constata-se que os objetivos propostos quando da formulação do Programa tem sido atingidos qual seja, o fortalecimento central de controle interno do Estado potencializando o seu papel na prevenção da corrupção e do desperdício, o que pode ser verificado nas ações específicas desenvolvidas pelas áreas.

OBSERVAÇÕES
PROGRAMA COMPLIANCE
O Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP) consiste em um conjunto de ações destinado a assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com os padrões éticos e legais, a fomentar a transparência e as denúncias e a combater a corrupção por meio da responsabilização de empresas e agentes públicos envolvidos em desvio de conduta.
INDICADOR DO PROGRAMA
O Índice de Compliance, indicador do Programa Compliance PPA 2020-2023, visa contribuir na implementação no âmbito do poder executivo de instrumentos efetivos de auditoria, gestão de riscos, inspeção e responsabilização com foco na prevenção e combate à corrupção. O índice avalia o conjunto de atividades referentes aos quatro eixos que compõe o Ranking do Compliance Público. São avaliados: a quantidade de servidores capacitados; o grau de internalização/disseminação da ética; a evolução da pasta no prêmio Goiás mais transparente; a estruturação das áreas correcionais; o percentual de atendimento a ações corretivas solicitadas pela CGE; a evolução da maturidade em Gestão de Riscos; o percentual de ações implementadas para tratamento de riscos. Atualmente, o ranking prevê a pontuação para os quatro eixos, que totalizam 100 pontos (Vide Portaria nº 93/2019 - CGE publicadas em 01.jul.2019 D.O. GOIAS). Em 2020, o índice mostrou que o êxito do trabalho a nota média de 71,91 pontos em um total de 38 órgãos.
PLANO OPERACIONAL DE CONTROLE (POAC)
Um Plano Operacional de Controle (POAC) foi elaborado para 2020 tendo como objetivo o monitoramento total dos recursos orçamentários e outras formas de execução de recursos (inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações) e é fundamentado em três premissas básicas: visão geral do governo, tempestividade e foco na utilidade e nos resultados.
São abarcadas no plano as despesas licitadas e/ou contratuais; a folha de pagamentos; as contas anuais dos órgãos e entidades; as prestações de contas de convênios, dos termos de parceria, dos contratos de gestão e congêneres; o monitoramento da situação fiscal e das solicitações de ações corretivas; as auditorias baseadas em riscos, e; as auditorias operacionais sobre programas e ações prioritárias.
No POAC estão também identificadas as ações anuais de inspeções e auditorias que são desenvolvidas, a partir da consolidação dos levantamentos de informações, da utilização de critérios de hierarquização das ações de controle, dos processos críticos, do dimensionamento da força de trabalho e horas de trabalho disponíveis, e a definição do tipo de planejamento de cada ação. Na elaboração do POAC foram consultados os diversos stakeholders envolvidos, como os próprios órgãos do Estado, e as entidades de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público.
As principais ações do Programa de Compliance Público podem ser acessadas pelo link http://www.controladoria.go.gov.br/cge/o-que-fazelpmos/programa-de-compliance-publico e o Plano Operacional de Ações de Controle (POAC) completo e seus anexos no link http://www.controladoria.go.gov.br/cge/biblioteca/poac-plano-operacional-de-acoes-de-controle
REALIZAÇÕES - DESTAQUE
No ano de 2020 destacam se no Programa Compliance as seguintes realizações.
ÁREA: AUDITORIA
A auditoria tem papel preponderante no Programa Compliance Público que visa instituir um conjunto de práticas com o objetivo de potencializar a prevenção da corrupção, do desperdício e da falta de conformidade. Cabe à auditoria a prestação de consultoria para implantação/ expansão da Gestão de Riscos no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a realização de auditorias baseadas em riscos para avaliação do desempenho do órgão / entidade. Por outra, compete também à auditoria o acompanhamento do cumprimento das recomendações emitidas pela CGE aos órgãos e entidades e avaliação do desempenho dos programas de Governo.
No ano de 2020 a unidade de Auditoria da Controladoria Geral do Estado realizou um importante trabalho de mudança de cultura na Gestão Pública com os trabalhos de consultoria e avaliação.
No âmbito da Consultoria em Gestão de Riscos a área alcançou o expressivo resultado de conclusão de consultoria em 38 órgãos de um total de 49 órgãos , com ampliação de escopo de áreas mapeadas em 12 órgãos (12 de 38) com dados que apontam mais de 63 milhões de economia e 47 milhões de ingresso de recursos via melhoria de processos.
Para criação da cultura em Gestão de Riscos a unidade promoveu em parceria com a Escola de Governo cursos de capacitação na modalidade à distância (EAD), estratégia exitosa em resposta ao impedimento de aulas presenciais advindas das restrições impostas pelo Coronavírus. Iniciados em julho de 2020, foram realizadas 3 turmas com cerca de 375 servidores inscritos e 285 servidores certificados. Destaca-se também a realização de outro curso EAD em Gestão de Riscos, específico para Alta Gestão com 365 participantes.
A Auditoria de Programas de Governo alcançou também números expressivos. Foram 402 empresas auditadas nos Programas Produzir e Fomentar, sendo 396 no Programa Produzir e 6 no Fomentar, tendo como objetivo, verificar o cumprimento de aspectos de conformidade necessários para a fruição dos benefícios bem como, dos resultados alcançados. Cumpre-nos ressaltar que essa auditoria envolveu as três Pastas responsáveis pela gestão dos Programas. a emissão de 44 Solicitações de Ações Corretivas - SACs e 8 Informativos de Ações de Controle – IACs, totalizando 172 ações para monitoramento do cumprimento pelas Pastas Auditadas das recomendações propostas pela CGE, dentre as quais 23 ações já foram atendidas e 149 em andamento.
Cumpre-nos informar que no decorrer dos trabalhos da auditoria nos Programas Produzir e Fomentar, alguns fatores provocaram o atraso na conclusão dessa auditoria, como a demora na apresentação de dados e documentos para análise por parte das Pastas auditadas,

complexidade na análise desses documentos e a saída de servidor da equipe. Além disso, essa auditoria gerou muitas ações a serem monitoradas. Diante do exposto, não foi possível cumprir o cronograma de execução da auditoria e iniciar a segunda auditoria conforme planejado.
Foi realizado também por essa unidade a emissão de 44 Solicitações de Ações Corretivas - SACs e 8 Informativos de Ações de Controle – IACs, totalizando 172 ações para monitoramento do cumprimento pelas Pastas Auditadas das recomendações propostas pela CGE, dentre as quais 23 ações já foram atendidas e 149 em andamento.
O Monitoramento das ações corretivas obteve também relevante taxa de sucesso: 152 ações corretivas com monitoramento concluído com 100 plenamente atendidas, 24 justificadas e 19 parcialmente atendidas.
O Programa de Compliance Público realizou no ano de 2020 duas ações estratégicas que merecem destaque, estímulo à capacitação nos quatro eixos – Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos e Câmara de e Compliance cujo objetivo é o monitoramento da matriz de riscos de responsabilização do governador e dos riscos estratégicos de governo. Outro avanço a destacar é da maturidade em gestão de riscos - 73.47 % (36 órgãos) estão no nível 2 de maturidade em gestão de riscos significando uma conquista relevante no ano de 2020.
No que concerne ao Índice de Compliance, os resultados obtidos demonstram o crescimento de 10% ,de 61,83% em 2019 para 71,91% em 2020, superando as metas estabelecidas para os referidos anos, de 50% e 60%, respectivamente.
Especificamente, a área de Auditoria propôs para o PPA 2020-2023 dois produtos:
8076 - Programa governamental relevante auditado com o objetivo de contribuir para a promoção da melhoria da gestão e maior efetividade dos processos.
Planejado 2020 (2). Realizado (1)
9758 - Órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos visando implementar no âmbito do poder executivo instrumentos efetivos de auditoria, gestão de riscos, inspeção e responsabilização com foco na prevenção e combate à corrupção.
Quando se compara os resultados do ano de 2019 com o percentual de alcance de 43,75% de órgãos e entidades submetidos a auditoria baseada em riscos (21 de 48) órgãos e os resultados de 2020 com 77,50% (38 de 49) denotam uma expressiva conquista, na ordem de acréscimo de 30% . Embora esse resultado esteja aquém do planejado, considera-se que foi um patamar exitoso visto as vicissitudes advindas da crise sanitária provocada pelo Coronavírus que restringiu e modificou sobremaneira os processos de trabalho e interlocução.
ÁREA: CORREIÇÃO
As atividades da área de correição proporcionam o planejamento, orientação, controle, avaliação e supervisão técnica dos procedimentos correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Em 2020 suas principais realizações abrangeram reestruturação legal da atividade correcional, reestruturação administrativa, fortalecimento da área com sistemas tecnológicos específicos e mais robustos, qualificação profissional técnica diversificada, bem como atuação contundente no seu papel de prevenção e combate à corrupção mediante análise de processos administrativos contra fornecedores.
No campo da reestruturação legal cinco instrumentos se destacaram, à saber: Revisão da Lei n° 10.460/88 (Estatuto) - Do Regime Disciplinar/Do Processo Disciplinar; elaboração da Lei n° 20.756/2020 (novo Estatuto) - Da Atividade Correcional/Do Regime Disciplinar/ Do Processo Disciplinar; Instrução Normativa 003/20 - Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC; Instrução Normativa 004/20 - Regulamenta o uso de recursos tecnológicos para realização de atos de comunicação e de atos processuais em processos correcionais e Cartilha sobre o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC
Na estruturação tecnológica destacaram-se 04 produtos, dentre Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correcionais, Site e Hotsite, todos implantados em parceria com a Gerência de Tecnologia da Informação: 1 SISPAC, Módulo TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - implantação integral e Módulo SINDICÂNCIA/PAD - implantação parcial (em conclusão); 1 Site - Portal da Corregedoria, com foco na Gestão do Conhecimento e 1 Hotsite, denominado Mutirão da Conciliação, desenvolvido com o objetivo de fomentar a celebração de Termos de Ajustamento de Condutas no Poder Executivo.
No que concerne a qualificação profissional, foram realizadas 2 capacitações na modalidade à distância (EaD) sendo a primeira capacitação, Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas com carga horária de 20 horas, formatado em 7 módulos, 15 vídeos, 2 entradas ao vivo e 1 avaliação para certificação, com 10 questões objetivas e a segunda, Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar com carga horária de 20 horas, realizado em 2 módulos, 19 vídeos, 2 entradas ao vivo e 1 avaliação para certificação, com 15 questões objetivas.
No sentido de fortalecer a área de correição no Estado também foram traçadas estratégias inovadoras visando ampliar o canal de comunicação com a elaboração de 27 vídeos sobre a atividade correcional, sendo 25 Vídeos em Pílulas sobre o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e 2 vídeos: “Conhecendo o Termo de Ajustamento de Conduta” e “O Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás”.
No quesito análise de Processos Administrativos contra Fornecedores (PAF-s) destacaram-se a conclusão de 3 PAF-s avocados de outros órgãos /entidades, contratadas na gestão anterior, resultando na determinação de ressarcimento de 26 milhões aos cofres públicos. Além disso, mais 3 estão respondendo a PAFs junto à CGE, com um potencial de economia para o Estado de mais de 40 milhões, em caso de condenação.
Visando contribuir com o fortalecimento no âmbito do Poder Executivo da aplicação de instrumentos de prevenção e combate à corrupção, com vistas à melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade, a Superintendência de Correição Administrativa participa no PPA 2020-2023 com 2 produtos, sistemas tecnológicos e três temáticas de capacitação, os quais passa-se a expor.
Produto 8035: Painel de atos correcionais no portal da transparência implantado
Planejado para início da construção em 2020 (20%), 2021(30%) e 2022 (50%), o referido produto teve sua meta consideravelmente superada, atingindo já 90%. O painel de atos correcionais está pronto, apenas aguardando a migração (junto com o novo site da CGE) para o novo servidor. Nova previsão de término: março/2021.
Produto 7953: Novo Sistema de controle de procedimentos administrativos correcionais (SISPAC) desenvolvido
O novo SISPAC é um sistema composto por módulos e cada módulo trata de um procedimento correcional. Dessa forma, o proposto no PPA trata-se de um sistema que contemplará, até o presente momento, quatro módulos, a saber: módulo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), 100% implementado; módulo Sindicância e PAD, 80% implementado; módulo Procedimento Preliminar Investigatório e Processo administrativo de Responsabilização, implementação a ser iniciada; e o módulo Tomada de Contas Especial, implementação a ser iniciada.
Quando da definição desta meta, vislumbrou-se apenas o módulo Sindicância e PAD, com meta em 2002(60%) e 2021(40%). Entretanto, tendo em vista a necessidade de acréscimo e desenvolvimento de mais 2 módulos (acima descritos), sem prejuízo da possibilidade de desenvolvimento do módulo Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), evidencia-se a necessidade de se redimensionar as metas fixadas, fazendo-a da seguinte forma: mantém-se os 60% para o corrente ano, 20% para 2021 e 20% para 2022.
Produto 9767: Servidor capacitado em eixo do Compliance Público (via Escola de Governo) com 3 das 6 temáticas que compõem o Eixo.
Eixo I - Servidores capacitados em Ética
Eixo III A - Capacitação em Sindicância / PAD /Resolução Consensual de Conflitos
Eixo III B - Capacitação em Processo Administrativo, Responsabilização de Fornecedores (PPI, PAR, PAF)
Eixo I - Servidores capacitados em Ética. Planejado (205), realizado (709)

Meta consideravelmente superada. A modalidade à distância e a excelência do professor Clóvis de Barros Filho contribuíam para o alcance dos resultados com índice elevado de aprovação em avaliação de reação no curso.
Eixo III A - Capacitação em Sindicância / PAD /Resolução Consensual de Conflitos. Planejado (225), realizado (107)
Meta não atingida. Tendo em vista a situação de emergência em saúde pública, devido à disseminação do novo coronavírus - COVID-19, houve a necessidade de elaborar um curso EaD para a capacitação em Sindicância / PAD /Resolução Consensual de Conflitos. Os atuais instrutores do curso são gerentes e foram alocados em atividades relevantes de procedimentos correcionais avocados pela Controladoria-Geral do Estado por meio de portarias bem como pela definição das regras a serem utilizadas no Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Correcionais – SISPAC, cuja meta de conclusão (ousada), reclamou significativo esforço de ambos.
Por fim, destaca-se que houve o esforço e a manifestação desta Pasta junto com a Superintendência da Escola de Governo da Secretaria de Estado da Administração (após a conclusão na elaboração do curso EAD) no sentido de serem disponibilizadas quantas turmas fossem necessárias para que a meta fosse atendida, situação essa que não prevaleceu. Tudo posto, neste ano atípico, não foi possível o alcance da meta planejada, ficando em torno de 47%.
Como solução, no ano de 2021 a equipe da Superintendência de Correição Administrativa se compromete em superar a meta prevista para o ano vindouro em, no mínimo, o quantitativo não atingido no corrente ano.
Produto: Eixo III B - Capacitação em Processo Administrativo, Responsabilização de Fornecedores (PPI, PAR, PAF) .Planejado (225), realizado (226)
Tendo em vista a situação de emergência em saúde pública, devido à disseminação do novo coronavírus - COVID-19, houve a necessidade de elaborar um curso EAD para a capacitação em Processo Administrativo, Responsabilização de Fornecedores (PPI, PAR, PAF), o qual, diferentemente do curso constante no item 3, contou com servidora destacada exclusivamente para elaboração do mesmo o que possibilitou a superação da meta.
ÁREA: INSPEÇÃO
Consiste de ações de controle orientadas à verificação de conformidade normativa, técnica e operacional da atuação governamental; à apuração de fraudes, falhas e irregularidades; e ao cumprimento de determinação normativa (mandatórias).
A Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização realizou diversas ações ao longo de 2020: 283 análises de licitações/aditivos, 167 análises de licitações emergenciais devido à pandemia, 73 análises de conselhos de empresas, 20 análises de diárias/hospedagens e 15 análises de regulamentos de OS. Também foram realizadas 23 inspeções. Essas atividades refletiram em R$ 7.396.547.502,36 de valores fiscalizados, gerando R$ 494.117.735,54 de economia potencial aos cofres públicos.
A Gerência de Inspeção de Contas realizou um trabalho expressivo de análise de 1084 contas em 2020, sendo 703 análises formais de adiantamentos e fundos rotativos, 80 análises de tomadas de contas especial, 42 registros de prestação de contas anual (convênios e demais ajustes), 18 prestações de contas anual de OS, 6 análises formais de RREOs, 4 análises formais de RGFs, 144 processos de conformidade e DEA e restos a pagar, 1 análise de contas do governador e 86 relatórios de PC dos órgãos/entidades.
A Gerência de Inspeção de Pessoal proporcionou, em 2020, evolução no sistema RHNet para melhorias no controle de pagamento e correções dos atos administrativos e financeiros nas gerências de gestão de pessoal dos órgãos em relação a 26 rubricas inspecionadas. Analisou 21 processos de denúncias externas (Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual, Ouvidorias e comunidade em geral). Manifestou sobre os procedimentos de contratação de pessoal dos regulamentos de 6 Organizações Sociais. Promoveu fiscalização de R$ 693 milhões o que gerou uma economia potencial na ordem de R$ 7,6 milhões. Implementou o Painel de Monitoramento de gastos com pessoal no Estado de Goiás, em parceria com a Assessoria de Inteligência de Controle Interno.
Visando contribuir com a promoção da melhoria da gestão pública e maior efetividade dos processos bem como potencializar o seu papel na prevenção da corrupção, do desperdício e da falta de conformidade a Gerência de Tecnologia em parceria com a Superintendência de Inspeção estabeleceu um produto no PPA 2020-2023, a saber:
Produto 9761 - Módulo de auditoria e inspeção desenvolvido (sistema existente). Planejado 2020 (40%), 2021 (60%). Realizado (70%)
O sistema acima permitirá a gestão completa de todas as Ordens de Serviço emitidas, sejam elas para atividades de inspeção ou atividades de análises preventivas. Possuindo integração com o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o SGI não só contribui para uniformizar as atividades da Superintendência, como também fornecerá importante banco de dados para a CGE, de onde poderão ser extraídos relatórios gerenciais que fornecerão dados importantes para o constante aperfeiçoamento técnico dos trabalhos desenvolvidos, tornando-os cada vez mais eficientes.
Ao mesmo tempo, a implantação efetiva do sistema será um dos grandes desafios da Superintendência em 2021, onde processos já consolidados nos trabalhos da equipe serão modificados, o que exigirá um esforço em conjunto para o devido treinamento e adaptação.
ARÉA: GESTÃO INTEGRADA
A unidade de Gestão Integrada contribui com os dois programas do Ppa. Neste relatório alocamos seus resultados no Programa Compliiance, a saber:
A área de Gestão Integrada oferece suporte operacional para as demais áreas da CGE, coordenando a Gestão de Pessoas; a Patrimonial; a Orçamentária, Financeira e Contábil; a de Apoio Administrativo e a de Tecnologia da Informação. O suporte abrange todas as áreas da CGE: programas finalísticos – Compliance Público e Participação e Controle Social e programa meio – apoio administrativo.
Apesar das condições adversas do ano de 2020 em função da Covid-19, as áreas de Gestão Integrada obtiveram importantes resultados, nos quais se destacam:
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS: 40% Mapeamento de Competências CGE concluído; 90% participação pesquisa de teletrabalho na CGE; Diversos eventos virtuais (Festa Junina, happy hour virtual, Confraternização Virtual etc.), Publicação do Plano de Desenvolvimento Profissional da CGE; Projetos Recorda CGE em parceria com SGI e Minha Vida em Quarentena, Projeto Mudando de Assunto Virtual bem como Ações de arrecadação permanente (ação social) para orfanatos em Hidrolândia e Goianira.
TECNOLOGIA: 2 Sistemas Desenvolvidos de Grande Porte (SISPAC e SGI), adaptações do Sistema de Ouvidoria relacionadas ao COVID-19, Nova home do Portal da Transparência, Hotsite Embaixadores da Cidadania e Hotsite Mutirão da Conciliação, e Hotsite do 4° Seminário Goiano de Ouvidorias, Portal da Corregedoria (em fase adiantada de desenvolvimento), Novo site institucional da CGE, Manual Interativo da Ouvidoria, 50% da convergência da infra do PPLT implementada, Contratos com fornecedores de equipamentos e antivírus, 698 demandas de suporte atendidas e 345 demandas avulsas de desenvolvimento atendidas.
ORÇAMENTO, FINANÇAS, COMPRAS E APOIO: Redução aproximada de 30% nos valores de todos os contratos da CGE mantendo-se a mesma qualidade, Controle de receitas e de despesas, gerenciamento e execução das contas a pagar: fornecedores, diárias, folha de pagamento, indenizações de transportes etc., Apoio na elaboração do PPA e da LOA, atualizações financeiras no Sistema Coorporativo (Siplam) e Apoio administrativo no Home Office.
Produto 9774 - Capacitações realizadas pelos servidores da CGE, relacionados às competências necessárias à controladoria geral do estado (vários parceiros).
Meta atingida. Meta planejada para 2020 – 315 capacitações, realizada 1012
Apesar do impedimento de aulas presenciais e cancelamento de todas os cursos agendados pela Escola de Governo por determinação governamental com o advindo da pandemia (Covid-19) a capacitação dos servidores foi efetuada em nova modalidades como oportunidades diante de momentos de crise.

Período: 01/01/2020 a 04/12/2020:
1)- Capacitações pela EGOV: 229;
2)- Capacitações outros parceiros (Enap, Senado, etc): 14 registrados.
Total de capacitações de 01/01/2020 a 04/12/2020: 243 capacitações.
Semana de combate à corrupção: 769 capacitações (só a CGE).
Total: 1012
Duas assessorias desta instituição contribuem com o resultado do Programa Compliace, a Assessoria de Inteligência em Controle Interno e a Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica.
ÁREA: ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA EM CONTROLE INTERNO
Assessoria de Inteligência em Controle Interno contribui com a essa Controladoria na produção de informações estratégicas voltada às ações de prevenção da corrupção, ao apoio do monitoramento dos gastos governamentais e à tomada de decisão para melhoria da aplicação dos recursos públicos. No ano de 2020 realizou um expressivo trabalho de apoio à gestão.
Foram 9 painéis estratégicos, sendo 5 em Inspeção de Pessoal (análise de rubricas, cargos, cedidos para órgão externo, requisitados de órgão externo e frequência), 03 em Inspeção Preventiva e de Fiscalização (compras diário, SIOFI, consulta de dados societários) e 01 Corregedoria (painel de servidores).
Construiu ainda 44 painéis de monitoramento e trilhas sendo 16 rubricas de folha de pagamento na inspeção pessoal; 7 tipologias de compras, Sigmate (Materiais de Consumo), medicamentos da Central Juarez Barbosa, comparação entre medicamentos e SDME na Inspeção Preventiva e Fiscalização e ainda , 17 trilhas do Ipasgo e trilhas CGU sobre auxílio emergencial.
33 bases de dados: 14 no Oracle (JUCEG, SIOFI, SSD, FRE, SFR, GMC, DVVCMP, VAPT_VUPT, SRH, CMP, TRNSPBR e 3 Notas Fiscais), 15 no Sqlserver (SIPEF-EDU, SIPEF-OVG, SIPEF-SES, Ipasgo, SIGA, Juceg, CNES, Detran, Licitações Administração indireta, Folha Administração direta, RFB, TCM, TSE, UEG e AGEHAB), 1 no FIREBIRD (IDOSOS) e Postgres (cargos públicos, UEG, AGEHAB).
A área de Inteligência propôs para o PPA 2020-2023 dois produtos:
9770- Trilha de inspeção desenvolvida com o objetivo de contribuir na promoção da melhoria da gestão e maior efetividade dos processos. Foram planejadas para 2020 30 trilhas de inspeção e realizadas 18
9771 - Acordo de cooperação para intercâmbio de informação firmado com o objetivo de apoiar na ampliação das relações e alianças estratégicas institucionais. Foram planejados para 2020 8(oito) acordos e no entanto , realizados 1 (um),meta não atingida tendo em vista a situação de emergência em saúde pública, devido à disseminação do novo coronavírus - COVID-19 o que interferiu na agenda política e na priorização das possíveis parte interessada comprometendo a expectativa de firmar novos acordos de cooperação.
ÁREA: ASSESSORIA DE HARMONIZAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA
A Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica apoia a Controladoria Geral do Estado na coordenação, elaboração e padronização de normas e manuais, inclusive orientações relativas às atividades finalísticas institucionais, na coordenação, promoção, avaliação e acompanhamento do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), na elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) , Planejamento Estratégico (PE), programas governamentais, projetos , de captação de recursos, governança corporativa, dentre outras.
Embora não tenha um produto específico no PPA 2020-2023 suas atividades contribuíram com o alcance dos resultados organizacionais.
No ano de 2020 foram realizadas 287 atividades de assessoramento, sendo elas: 38 estudos técnicos, pesquisas, coordenações em temáticas interdisciplinares. 58 produções, revisões e análise de normas do Marco Legal, 10 assessoramentos à gestão, monitoramento do PPA & SIPLAM, apoio na elaboração de 3 projetos de captação de recursos e 1 convênio, assessoramento de projetos alocados na ferramenta GOMAPP, de 3 projetos no Programa Goiás de Resultados, na elaboração e monitoramento da Carta de Serviço e no Programa Express . Em destaque também o foco na qualificação da sua equipe técnica com ampla participação em atividades do gênero - eventos promovidos e reuniões presenciais (10) e capacitações realizadas pelos servidores da área (171).
No que concerne fortalecimento institucional 5 relevantes projetos marcaram o ano.
No Projeto IA-CM com destaque a realização de uma auto-avaliarão institucional com emissão de relatório com dados relevantes - o atendimento integral de 60% dos KPAs e 68% das atividades essenciais (média 64%) no nível 2;atendimento de 33% dos KPAs e 46% das atividades essenciais (média 39,50%) no nível 3 e desenvolvimento de Plano de Ação em parceria com as áreas.
O Planejamento Estratégico Institucional elaborado para o quadriênio 2020-2023 teve seu lançamento virtual em abril e o monitoramento efetuado em 2(dois) dos 3 (três) ciclos previstos, sendo o ultimo para jan 2021.Os resultados apurados demonstraram que no planejamento de 2020,das medições realizadas até 30/1120, 40% das metas obtiveram 100% de alcance e que 15% se encontram na faixa igual ou superior à 75% e que, 53% dos indicadores apresentaram a performance de 100% e 13%, no intervalo igual ou superior à 75%
Dois Balanço de atividades CGE foram realizados no ano 2020 com a consolidação parcial dos resultados (Balanço 1º Semestre) e consolidação anual realizada em 9 dezembro do corrente ano.
Dois outros projetos foram iniciados nesse ano, Gestão de Custos com o desenvolvimento de metodologia e a realização de projeto piloto na área de compras CGE com apresentação de relatório e o Projeto de Gestão do Conhecimento (GC), com planejamento, desenho metodológico, definição de modelo do repositório digital de conhecimento a ser desenvolvido, instituição de grupo de trabalho para gestão do conhecimento, início de projeto piloto na AHGE e a elaboração de projeto de desafios de aprendizagem para 2021.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1013 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
AÇÃO: 2050 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1500 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

U.O.: 1501 - GABINETE DO SECRETÁRIO - CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

REALIZAÇÕES
Alinhado com o Macro Objetivo Governamental “Controle Social” a CGE visa no Programa Participação e Controle Social aumentar a participação cidadã e incentivar o controle social. Este é um mote importante, marca deste governo e dessa gestão institucional. Em 2020, várias estratégias estão sendo realizadas com a finalidade de fortalecer a transparência da gestão estadual. Por intermédio do prêmio Goiás Mais Transparente os sites de todas as pastas do governo são monitorados, avaliados e os melhores recebem

reconhecimento e prêmios. Na edição deste ano, o Tribunal de Contas do Estado se uniu à CGE na avaliação referente ao ano de 2020 cujo resultado foi divulgado em dezembro deste ano.
GOVERNO ABERTO
O Governo Aberto – através do trabalho de fomento à participação social, por meio de ferramentas, projetos e ações que possibilitam a aproximação da administração pública e sociedade civil – contribuiu de forma a incentivar o acesso amplo e irrestrito a informações governamentais e incentivar a participação direta da sociedade na execução do controle social da administração pública.
No ano de 2020, com o trabalho do Governo Aberto, o Estado de Goiás foi reconhecido em 2 rankings de expressão nacional e internacional - 1º lugar no ranking OKBR - OPEN KNOWLEDGE BRASIL e 2º (Segundo) lugar no ranking da TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL (COMPRAS EMERGENCIAIS)
Na 2ª edição do PRÊMIO GOIÁS MAIS TRANSPARENTE, foram avaliados 50 portais dos órgãos do executivo estadual – dentre os quais, 86% obtiveram índices de transparência elevado. Este trabalho foi realizado em parceria com o Tribunal de Contas Estado de Goiás - TCE-GO (termo de cooperação), fundamentado numa construção conjunta de metodologias (02) e checklists (02) destinados aos órgãos e entidades com o intuito de padronização dos portais de transparência no Estado. Este trabalho teve como base a realização de treinamentos e consultorias direcionadas aos participantes do Prêmio Goiás Mais Transparente, resultando na análise e avaliação de 37 páginas de acesso à informação da administração direta e 13 da administração indireta. A premiação dos órgãos com melhor desempenho foi realizada durante o mês de dezembro, como parte da programação da “Semana Internacional de Combate à Corrupção” conduzida pelo Governo do Estado através da Controladoria Geral.
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
Visando promover aprofundamento da vontade social e proporcionar maior transparência e eficiência da gestão pública a área de Participação Cidadã contribui com o Estado no Controle Social, de forma a incentivar a participação direta da sociedade na gestão pública e a disponibilização de canais efetivos para o controle social e interlocução com a sociedade civil, bem como desenhar estratégias que coloquem na agenda temas que promovam a prática de ações de cidadania.
Dois projetos se destacaram na promoção do CONTROLE SOCIAL, Projeto Estudantes de Atitude e Embaixadores da Cidadania. O “Embaixadores da Cidadania” obteve expressivos resultados em sua primeira edição, traduzidos pelos seguintes indicadores: 164 projetos de impacto social recebidos; 183 embaixadores certificados e formados, oriundos de 14 estados e o Distrito Federal.
O Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás teve no ano de 2020 um relevante trabalho intragovernamental com aprimoramento do sistema e melhoria dos índices de confiabilidade , de resolução de manifestações na ouvidoria e diminuição de prazo de resposta às manifestações recebidas , o que demonstra maior confiabilidade e maior grau de resolutividade das respostas.
Vale, ainda, destacar a criação do Botão CoronaInfo – destinado a fornecer informações e acolher manifestações referentes aos desdobramentos gerados pela promulgação dos decretos de calamidade pública. Outros esforços para o aprimoramento do serviço de atendimento ao cidadão nas ouvidorias do estado foram a semi-automatização do sistema de ouvidorias e a Publicação do 1° Manual de Ouvidoria do Estado de Goiás.
Conclui-se portanto que o Programa Transparência e Participação Social está cumprindo o seu papel de fomentar a transparencia e aumentar a parcipação e o controle social.

OBSERVAÇÕES
GOVERNO ABERTO - DESTAQUES
Entre as ações de destaque do setor de transparência, apresentam-se a capacitação de 165 servidores – no Curso de Transparência, componente do 2º Eixo do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás; a atualização e divulgação do Manual de Classificação das Informações Sigilosas; e a realização de duas reuniões com Conselho de Transparência e Combate à Corrupção do Estado de Goiás.
No quesito de fortalecimento da transparência no Estado, foram acompanhadas e monitoradas 25 páginas de acesso à informação das organizações sociais com contratos de gestão vigentes, bem como o planejamento das ações de avaliação dos portais de acesso à informação dos órgãos supervisores e respectivas organizações sociais a serem executadas no primeiro trimestre do ano de 2021.
Na ampliação da sistematização da transparência, foram lançadas quatro ferramentas que se configuram como um marco para o acesso efetivo à informação dentro da administração pública do Estado de Goiás: o CoronaTransp, um painel de divulgação das ações de combate ao Coronavírus em Goiás; o CoronaInfo, um mapeamento do perfil de interação nos canais de ouvidoria e construção de protocolos de atuação; o Banco de Preços, Covid-19 e a Inteligência artificial para classificação de dados da ouvidoria.
Com o objetivo de apoiar a instituição na ampliação e aperfeiçoamento da transparência na gestão pública e as formas de interlocução com o cidadão, o Governo aberto propôs 03 produtos no PPA 2020 -2023, sendo apenas dois com meta estipulada para o ano de 2020.
9753 - Portal de dados abertos implantado com meta de 2020 (20%), 2021(30%) e 2022 (50%).
Meta alcançada conforme o planejado (20%).
7952 - Novo portal da transparência implantado com meta de 2020 (80%) e 2021 (20%).
Meta alcançada em termos (31%).
Justificativa: implementação do novo portal momentaneamente paralisada em função da necessidade de se repensar a disposição e inteligibilidade dos mecanismos do portal de transparência para o cidadão e execução de revisão tecnológica do sistema.
7954- Novo painel implantado no portal da transparência
Meta planejada para iniciar somente em 2021(3), 2022(1) e 2023(1)
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
Visando promover aprofundamento da vontade social e proporcionar maior transparência e eficiência da gestão pública. A área de Participação Cidadã contribui com o Estado no Controle Social, de forma a incentivar a participação direta da sociedade na gestão pública e a disponibilização de canais efetivos para o controle social e interlocução com a sociedade civil, bem como desenhar estratégias que coloquem na agenda temas que promovam a prática de ações de cidadania.
Dois projetos se destacaram na promoção do CONTROLE SOCIAL:
PROJETO EMBAIXADORES DA CIDADANIA (Destinado a capacitar, de forma mais aprofundada, os participantes da sociedade civil em temáticas referentes à participação cidadã e controle aberto – além de promover, anualmente, a execução dos 10 melhores projetos apresentados pelos participantes)
O “Embaixadores da Cidadania” obteve expressivos resultados em sua primeira edição, traduzidos pelos seguintes indicadores: 164 projetos de impacto social recebidos; 183 embaixadores certificados e formados, oriundos de 14 estados e o Distrito Federal.
Dos 10 melhores projetos premiados com recursos para sua execução, destacaram-se no ranking os projetos: ESTUDE COMO UMA GAROTA, Senador Canedo/GO (1o lugar); PROJETO SERENDIPIDADE, Goiânia/GO (2o lugar) e QUAL É A SUA HORTA? , Niquelândia/GO (3o lugar).
PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE (Destinado a promover o debate e fomento as ações de controle social, participação cidadã e combate à corrupção no ambiente da rede estadual de ensino de Goiás, através de uma metodologia gamificada e execução de atividades lúdicas ligadas aos temas citados)
Neste programa destaca-se, em 2020, a aprovação de proposta de Convênio de RS 3,5 milhões junto ao Fundo De Direitos Difusos do

Ministério da Justiça e Segurança Pública para continuidade do projeto em 2021 e 2022. Com os recursos do convênio, a previsão para os dois anos seguintes é a de que o projeto atenda 1.000 escolas, 40.000 alunos e 3.000 professores.
Além disso, foi apresentado o "Estudantes de Atitude: fomento ao controle social, inovação e gamificaçâo" no Encontro Brasileiro de Administração Pública e, dando sequência ao esforço de mensurar cientificamente os impactos do projeto, firmou-se convenio com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), no valor de R$ 208 mil, para contratação de quatro pesquisadores destinados a avaliação do projeto.
Com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a transparência na gestão pública e as formas de interlocução com o cidadão, foram estabelecidos 4 produtos relativos ao Projeto Estudante de Atitude.
9737- Estudantes atendidos pelo Projeto Estudante de Atitude
9738- Municípios atendidos pelo Projeto Estudante de Atitude
9739- Escolas atendidos pelo Projeto Estudante de Atitude
9749-- Professores atendidos pelo Projeto Estudante de Atitude
Destaca-se que, em 2020, não foi possível atingir os quantitativos previstos para tais metas, em função dos desdobramentos gerados pela situação extraordinária de calamidade pública oriunda da situação de pandemia e os decretos promulgados para regulamentação das atividades em tal período – que, desde março, interromperam as atividades presenciais na rede pública de ensino do Estado e, consequentemente, inviabilizaram a execução do Estudantes de Atitude.
OBSERVAÇÃO : Premiação de 10 (dez) escolas da 1ª Edição do Projeto de Estudantes de Atitude de 2019
A premiação de 10 (dez) escolas da 1ª Edição do Projeto de Estudantes de Atitude de 2019 foi financiada pela Saneago, conforme Convênio nº 001/2019 (Processo SEI 201911867001933). O evento formal de premiação das escolas vencedoras foi realizado em 2019 (Processo SEI 202011867000089), mas o pagamento somente em 2020, após o repasse financeiro da Saneago.
Em virtude disso, houve a necessidade de fazer as vinculações financeiras e físicas (10) no ano de 2020 ao produto nº 9739- Escolas atendidos pelo Projeto Estudante de Atitude (ano efetivo do repasse financeiro). Abaixo a listagem das escolas premiadas e sua localização.
Nome da Escola-Município
1.COLÉGIO ESTADUAL MOYSÉS PEREIRA PEIXOTO-ANICUNS
2.COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE ARTUR DA COSTA E SILVA-APARECIDA DE GOIÂNIA
3.CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL CECILIA MEIRELLES-APARECIDA DE GOIÂNIA
4.CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL PROFESSOR ALCIDE JUBE-GOIÁS
5.LYCEU DE GOYAZ-GOIÁS
6.COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO-INHUMAS
7.COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA-INHUMAS
8.ESCOLA ESTADUAL CUNHA BASTOS-RIO VERDE
9.COLÉGIO ESTADUAL JOÃO VELLOSO DO CARMO-RIO VERDE
10.ESCOLA ESTADUAL JOVITA GONÇALVES DA SILVA-SANTA BÁRBARA DE GOIÁS
OUVIDORIA
Em 2020, a ouvidoria apresentou avanços expressivos. Foi registrado um número recorde de 83.248 atendimentos – um aumento de 50% em relação ao ano anterior; Mesmo com o incremento da demanda, foi registrado um acréscimo de quase 10 pontos no índice de Resolutividade nas Respostas aos usuários (de 42%, em 2019, para 51.2%, no último quadrimestre de 2020); outro aspecto relevante foi o salto no índice de participação dos usuários na pesquisa de satisfação dos serviços de ouvidoria (de 7,3% para 15,3%) e a redução do prazo médio de resposta para 7,2 dias. Além disso, através do controle de qualidade nas respostas, alcançou-se um percentual de 37% de respostas revisadas (20.329 manifestações).
Vale, ainda, destacar a criação do Botão CoronaInfo – destinado a fornecer informações e acolher manifestações referentes aos desdobramentos gerados pela promulgação dos decretos de calamidade pública. Outros esforços para o aprimoramento do serviço de atendimento ao cidadão nas ouvidorias do estado foram a semi-automatização do sistema de ouvidorias e a Publicação do 1° Manual de Ouvidoria do Estado de Goiás.
Com o intuito de aperfeiçoar os canais de comunicação e participação voltados ao público interno e externo, foi criado no PPA 2020-2023 o Produto
9747 – Ouvidoria Certificada
Meta não alcançada para 2020.
Justificativa: O produto Ouvidoria certificada prevê no seu planejamento a publicação de edital contendo níveis de maturidade no cumprimento de boas práticas em Ouvidoria, execução de diagnóstico do ranking de maturidade das ouvidorias, promoção da oferta de cursos voltados para a certificação e capacitação dos servidores, articulação com parceiros, apuração anual do nível de maturidade e divulgação do ranking de maturidade das ouvidorias
Em 2020 foram efetuados grandes avanços no planejamento e estruturação dos critérios de certificação. No entanto o processo de certificação não ocorreu por fatores relevantes impeditivos em destaque, a sobrecarga de demandas no sistema de ouvidoria, inviabilizando a execução de uma nova iniciativa devido a saturação do sistema e a paralização da realização de cursos pela Escola de Governo (parceiro essencial neste produto) decorrente de medidas preventivas decretadas pelo Estado de Goiá visando conter o avanço da pandemia.
COMUNICAÇÃO
A área de comunicação apoia a CGE na Gestão da informação para divulgação ao público interno e externo, além da gestão do relacionamento com a mídia. Tem atuação e papel relevante no fortalecimento dos canais de comunicação da instituição. Embora não tenha um produto específico estabelecido no PPA 2020-2023, a Comunicação Setorial apresentou, no ano de 2020, expressivos resultados.
Foram efetuadas 308 produções em um mix de atividades, sendo: 119 releases para a imprensa e sites, 159 notícias na intranet e realizadas 30 entrevistas com a alta direção para veículos da mídia.
No campo das redes sociais da CGE (instagram.com/cgegoias e facebook.com/cgegoias), foram postadas 1.006 cards, com evolução de 39% no número de seguidores no Facebook e de 97% nos seguidores do Instagram. Também foi criado canal da Controladoria no Youtube (youtube.com/cgegoias), com 94 vídeos produzidos, 9.852 visualizações e 521 seguidores inscritos

INSTITUCIONAL

1. Gestor

LUIZ CALOS DE ALENCAR - CORONEL QOPM

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A principal missão da Secretaria da Casa Militar, é dar proteção ao Governador e Vice-Governador, bem como às respectivas famílias, além de zelar pela segurança dos palácios e residências oficiais, além de administrar os meios de transportes e deslocamentos das mesmas autoridades e promover a estabilidade das instituições governamentais, através do planejamento, gestão e execução das medidas de proteção das autoridades contempladas por lei.

2.2 Legislação
Lei 787 de 27 de julho de 1925 Art. 8º.
Decreto N° 9.295, de 17 de Agosto de 2018.
LEI Nº 20.417, de 06 de Fevereiro de 2019.
LEI Nº 20.491, de 25 de Junho de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Secretaria de Estado da Casa Militar é um órgão de características específicas, voltado quase que exclusivamente para o atendimento de um público específico, que são as autoridades que tem, por lei, o direito à proteção e segurança institucional. Incumbe-lhe, ainda, a disponibilização dos meios de transporte terrestre e aéreo necessários ao cumprimento dos compromissos oficiais do Chefe do Poder Executivo e autoridades por ele delegadas. Consequentemente, todo o planejamento do órgão é executado tendo em vista a agenda dos dignitários que tem sob sua guarda, a saber:
Promover a assistência ao Governador do Estado nos assuntos referentes a audiências e comunicações pertinentes aos serviços exclusivos da Secretaria de Estado da Casa Militar;
Garantir a segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador, bem como das respectivas famílias, onde quer que estejam, e, ainda, a segurança física do Palácio Governamental, das residências oficiais, do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e do Hangar do Estado de Goiás;
Promover a segurança e o atendimento funcional ao Governador do Estado e aos Dignitários;
Administrar e proporcionar os meios de transportes aéreos e terrestres ao Governador, Vice-Governador, às suas famílias e a demais autoridades públicas do Estado, observadas as normas regulamentares específicas;
Colaborar nas atividades de inteligência e contrainteligência afetas ao Governo do Estado, possibilitando a adoção de medidas proativas em benefício das instituições e da sociedade;
Prestar assessoria militar ao serviço de Cerimonial do Governo do Estado;

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A Secretaria de Estado da Casa Militar é uma unidade eminentemente de Apoio Administrativo. Não trabalha ou administra qualquer programa finalístico. Portanto, não possuímos plano estratégico e temos por instrumentos de planejamento, apenas o PPA e a LOA.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
A Secretaria de Estado da Casa Militar sendo um órgão de atendimento quase que exclusivo das autoridades que tem direito a proteção por lei, temos como indicadores de desempenho a satisfação e o reconhecimento das autoridades a que servimos, colocando sempre a disposição, além da segurança pessoal e patrimonial, os meios de transporte terrestre e aéreo para cumprir os compromissos oficiais do Chefe do Poder Executivo.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Promover o planejamento estadual e sua gestão tributária, orçamentária e financeira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável com equilíbrio fiscal.

2.2 Legislação
Criação: Lei nº 3999 de 14 de novembro de 1961; Alterações: Decreto nº 226/1962; Decreto nº 239/1969; Decreto nº 2801/1987 (com as modificações impostas pelo Decreto nº 3009/1988); Decreto nº 4175/1994; Lei nº 13456/1999; Lei nº 13882/2001; Decreto nº 5486/2001; Lei nº 14383/2002; Lei nº 14664/2004; Lei nº 15123/2005; Lei nº 15596/2006; Lei nº 15846/2006; Lei nº 15909/2006; Decreto nº 6711/2008; Lei nº 16272/2008; Lei nº 17257/2011; Lei nº 18934/2015; Lei nº 20.491/2019; Decreto nº 9.585/2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Secretaria da Economia passou por diversos desafios em 2020, mas, apesar das dificuldades impostas por uma pandemia que se alastrou pelo mundo, foi um período de amadurecimento e crescimento na gestão da máquina pública. Os servidores da Pasta se esforçaram nos últimos 12 meses para entregar à população ações contundentes tais como o desenvolvimento de ferramentas de acesso aos serviços públicos, combate à corrupção, diminuição da sonegação; revisão de benefícios fiscais; desburocratização e constante revisão orçamentária.
* Apesar de ter havido uma queda na receita tributária no primeiro semestre, a arrecadação do ano de 2020 fechou com um crescimento da ordem de 6%, ou seja 1,24 bilhões de reais.
* O ICMS, o principal imposto estadual, cresceu 4,65%, o IPVA, 6,20%, mas os que mais cresceram foram o ITCD, com crescimento de 23,93% e o Fundo Protege Goiás com 23,50%.
* Se retrocedermos a linha do tempo a 2019, quando o governador Ronaldo Caiado tomou posse, veremos que o crescimento da receita própria do Estado teve evolução significativa em dois anos, saltando de R$ 19 bilhões, em 2018, último ano da administração anterior, para R$ 22 bilhões em 2020. Apenas no primeiro ano da atual gestão houve o ingresso de R$ 1,8 bilhão nos cofres do Tesouro, o que representou um crescimento de 9,42%.
* O ProGoiás - Programa de Desenvolvimento Regional, novo modelo de incentivos fiscais do Estado, foi criado com os objetivos de diversificar a indústria goiana, impulsionar a inovação e renovação tecnológicas e reduzir desigualdades sociais e regionais. O programa oferece incentivo fiscal tradicional, ou seja, crédito outorgado, sem financiamento; é mais atraente e menos burocrático que seus antecessores, o Fomentar e o Produzir. O alvo foi atrair investimentos para o Estado de Goiás, gerando empregos e renda para a população. Com o ICMS arrecadado o governo poderá fazer frente a todas as suas despesas, investimentos e ações sociais. Até o momento 65 empresas tiveram o benefício concedido e outras 18 fizeram a solicitação, que se encontra em processo de avaliação.
A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de Goiás – Alego aprovou, em dezembro, um novo calendário de tramitação do projeto referente à Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2021. A mudança aconteceu em virtude da matéria de nº 5213/20, encaminhada pela Secretaria da Economia, que solicitava a alteração na tramitação da propositura de nº 4409/20 para que a Governadoria do Estado pudesse encaminhar à Alego um projeto substitutivo, até o dia 15 de janeiro de 2021. O substitutivo da LOA traz uma nova estimativa de receita para o próximo ano, visto que a projeção de receita feita, anteriormente, havia sido subestimada e o valor sofrerá acréscimo.
O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021 original prevê a aplicação de R$ 1,6 bilhão em áreas prioritárias como saúde, educação e segurança pública. Uma das metas do Governo de Goiás é manter o equilíbrio fiscal e recuperar Capacidade de Pagamento (Capag) junto ao Tesouro Nacional, para realizar operações de crédito com garantias da União e retomar investimentos necessários à execução de políticas públicas.
O documento trouxe a previsão de receitas e despesas do Estado para 2021, baseada na responsabilidade fiscal, transparência e comprometimento desta gestão em manter o equilíbrio para que Goiás cumpra sua vocação de desenvolvimento. Entre as novidades, a LOA traz a padronização com as regras da União.
* Na dinâmica de tornar a máquina pública cada vez mais transparente, o Aplicativo Economia on-line, E-ON, ofereceu diversos serviços ao cidadão, como consulta do preço de combustível, consulta de notas fiscais e pagamento de tributos, além de Boletins Técnicos on-line, com informativos da Secretaria da Economia, Receita Estadual, Tesouro Estadual, Planejamento e Orçamento. Dessa forma contribuímos para a modernização da gestão pública, além de colaborar com a efetividade das políticas públicas. O aplicativo chegou ao índice de 15 mil acessos dentro de um único mês em 2020.
* Fomos destaque na premiação do Programa de Compliance Público - PCP do Governo de Goiás ao conquistar o 3º lugar em 2020. De um total de 38 participantes, foram premiadas oito pastas que receberam as maiores notas. Entre os eixos avaliados estão Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos. Foram promovidas atividades de desenvolvimento dos 4 Eixos do PCP, com destaque para a Gestão de Riscos, revisando as matrizes e monitorando a implantação das ações de controle para mitigação dos riscos identificados nas áreas: Folha de Pagamento, Gestão de Contratos, Licitação e Termo de Acordo de Regimes Especiais. Tivemos a mais alta pontuação dentre todas as pastas em Gestão de Risco.
* Além de trabalharmos para manter o equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado como um todo, a Secretaria da Economia também tem feito sua parte como unidade administrativa. Do ano passado para cá, a Pasta reduziu seus gastos internos em 21%, o que representou economia de R$ 11 milhões em relação a 2019. Quando comparado a 2018 a redução alcançou 28%. Esse resultado foi obtido através da renegociação de contratos e revisão de todos os gastos com Custeio. O saldo orçamentário e financeiro gerado pelas economias acima foi utilizado para investimento em sistemas e para pagar dividas com fornecedores.
* Tivemos que inovar para manter a qualidade no atendimento ao contribuinte durante a pandemia do coronavírus. Considerada uma experiência inovadora em Goiás e no país, o órgão realizou em maio/2020 sua primeira sessão de julgamento de processos contenciosos tributários por videoconferência pelo aplicativo Zoom e no canal oficial do YouTube. A inauguração da nova sede do CAT, com instalações modernas no Complexo Fazendário, deu ainda mais celeridade aos julgamentos, culminando na queda do estoque de

processos, além de facilitar o acesso dos contribuintes.
* Avançamos também no controle das atividades desenvolvidas pela Corregedoria, o que facilitou a atualização das estatísticas no site da Pasta e possibilitou a divulgação da produtividade durante a pandemia, incluindo as principais alterações e novidades da parte disciplinar do Estatuto do Servidor. Ainda em 2020 foram celebrados 11 Termos de Ajustamento de Conduta - TAC e implementados o monitoramento dos prazos dos Processos Administrativos Tributários e das notas fiscais avulsas. A Economia tirou o primeiro lugar em celebrações de TACs pela avaliação da Controladoria Geral do Estado.
* Por fim, visando garantir mais transparência e valorização de nossos colaboradores, implantamos o Espaço do Colaborador, que é um portal criado para o servidor da Secretaria da Economia. Este portal faz parte do Programa de Qualidade de Vida - EconoVida, e integra o eixo "Comunicar", que visa a melhoria nos fluxos de comunicação e integração entre nossos colaboradores.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento Estratégico da Secretaria da Economia (2019-2022).

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Crescimento Real da Receita Tributária Líquida (%)
Porcentagem de Endividamento (Dívida Consolidada Bruta / Receita Corrente Líquida)
Poupança Corrente (Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas)
Variação Real do Investimento

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1016 - EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO
AÇÃO: 3014 - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1700 - SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

U.O.: 1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA
1751 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF-GO

REALIZAÇÕES
Através da implantação do Novo Modelo de Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, os custos em várias áreas foram reduzidos. As principais reduções foram com despesas de Correios, renegociação de contratos de vigilância, frota de veículos e aluguel de imóveis. A Pasta também disponibilizou imóveis à Secretaria de Administração (Sead) para serem alienados. Exemplos disso foram as transferências da Delegacia Regional de Fiscalização de Rio Verde para um shopping da cidade, e do Conselho Administrativo Tributário, em Goiânia, para um espaço mais amplo e arejado dentro do Complexo Fazendário. Em ambos os casos, os imóveis de origem foram repassados à Sead.
Essas reduções de custos possibilitaram o acréscimo de investimentos em novas tecnologias para atender com mais agilidade e eficiência o cidadão. Uma dessas entregas foi a Plataforma Digital de Processos - PDP cujo objetivo é facilitar e simplificar o acesso aos serviços oferecidos pela Secretaria da Economia. A PDP permite que a solicitação do serviço seja feita pela internet, por meio do computador ou celular. Nesta primeira versão, foi disponibilizado o acesso o Pedido de Restituição do IPVA. O processo foi otimizado e todos os formulários de requisição e procedimentos de execução revistos e simplificados. Assim, a Economia pretende universalizar e simplificar o acesso aos serviços e diminuir o tempo de execução e tramitação do serviço, desde a solicitação até a informação do resultado.
Outra nova ferramenta disponibilizada foi o protocolo da Declaração do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) inteiramente pelo site. O novo serviço vem para facilitar a vida do cidadão que passará a declarar por meio digital os fatos geradores do ITCD para apuração de eventuais valores a serem recolhidos. Atualmente são protocoladas cerca de 120 declarações do ITCD por dia.
O site “Espaço do colaborador” foi disponibilizado para atender aos 2.858 mil colaboradores da Economia, contendo informações completas sobre legislação, serviços, direitos e deveres. Além dele, o colaborador também pode fazer o autoatendimento por meio do chatbot disponível para os aplicativos Telegram e Whatsapp. Juntas, as duas ferramentas impactaram positivamente na qualidade do atendimento aos servidores, com redução de 135 consultas diárias diretas ao departamento pessoal.
O aplicativo Economia Online (EON) foi um dos mais importantes serviços oferecidos para os cidadãos, facilitando o acesso aos serviços diversos da secretaria. Um dos pilares dessa ferramenta é a transparência ativa, que é um dos nossos valores, pois disponibiliza periodicamente os relatórios fiscais e orçamentários da Economia e Boletins Técnicos online: Secretaria da Economia do Estado de Goiás; Boletim da Receita Estadual – Mensal, Semanal e Diário; Boletim do Tesouro Estadual - Resultados Fiscais; Boletim do Protege; Campanha de Combate à Covid 19.
Ademais, no que tange à Tecnologia da Informação, vários sistemas foram desenvolvidos e aprimorados:
*Sistema de Fluxo de Caixa;
*Sistema da Dívida Pública;
*Sistema de Contabilidade Geral;
*Sistema de Prestação de Contas Contábeis;
*Sistema de Previsão de Receitas;
*Sistema de Fiscalização Inteligente Seletiva;
*Processo Administrativo de IPVA;
*Módulos do Novo Sistema de Arrecadação;
*Conhecimento de Transporte Eletrônico;
*Escrituração Fiscal Digital;
*Sistema Nota Fiscal Eletrônica;
*Sistema Nota Fiscal Avulsa;
*Sistema Nota Fiscal Fácil;
*Sistema de Gestão de Regimes Especiais (ProGoiás);
*Sistema de Negociação do Contribuinte;
*Sistema Integrado de Automação de Processo;
*Nova versão do Sistema de Cobrança;
*Sistema de Agendamento de Serviços;
*Sistema de Procurações Eletrônicas;
*Sistema Integrado de Automação de Processo.
Visando prover melhores informações para a tomada de decisão, também foram implantados vários Dashboards e relatórios de

governança, trazendo mais transparência de atividades e dados.
Durante a implantação da Gestão de Risco, foram realizados os monitoramentos e orientações para a implementação dos controles que mitigaram os riscos identificados nas áreas de Folha de Pagamento, Gestão de Contratos, Licitações e Termo de Acordo de Regimes Especiais e iniciaram-se os trabalhos de gestão dos riscos estratégicos no Tesouro e na Receita Estadual.

OBSERVAÇÕES
Os Produtos ESTUDO PARA A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICAS PUBLICADO e ESTUDO ESTRATÉGICO PARA O DIRECIONAMENTO E A REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADO foram executados até o mês de julho de 2020 na Secretaria da Economia.
Com o novo formato organizacional do Poder Executivo dado pela Lei Ordinária 20.820 de 04 de agosto de 2020, o Instituto Mauro Borges, que é responsável pelos estudos, passou a fazer parte da Secretaria Geral da Governadoria.
Desta forma, os produtos relacionados acima foram descontinuados.

AÇÃO: 3024 - ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1700 - SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

U.O.: 1751 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF-GO
1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA

REALIZAÇÕES
Além das várias medidas de ajuste implementadas em 2019, várias outras foram implementadas em 2020, também objetivando o atingimento do equilíbrio fiscal. Dentre elas: (i) autorização para realização de leilões dos restos a pagar (Lei nº 20.753/2020); (ii) proibição de saques nas contas de depósitos judiciais (Lei nº 20.751/2020); (iii) autorização para privatização de empresas estatais (Lei nº 20.762/2020); (iv) extinção de 18 fundos especiais (7 fundos pela Lei nº 20.706/2020; 2 fundos pela EC nº 67/2020 e pela Lei Complementar nº 154/2020; e 9 fundos pela Lei nº 20.937/2020), bem como, também por meio da Lei nº 20.937/2020, a inclusão de dispositivos nas leis dos fundos remanescentes permitindo a reversão do saldo financeiro, ao final do exercício, ao Tesouro Estadual e o aumento do rol de despesas passíveis de serem por eles suportadas. Deve-se ainda mencionar que Goiás foi o primeiro e, até agora, o único Estado dentre aqueles que pleiteiam o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal a obter parecer favorável da STN ao Plano de Recuperação Fiscal, do ponto de vista financeiro, o que demonstra sua capacidade de alcançar o equilíbrio fiscal.
Além disso, buscou-se a melhoria da gestão, em especial a gestão eficiente do gasto, em um cenário de turbulência e escassez de recursos financeiros, agravado pela Pandemia da COVID-19. Nesse contexto, vale mencionar o Decreto de Programação Financeira nº 9.657/2020, que realizou algumas restrições de despesas já no início do exercício. Essas ações resultaram no reconhecimento da gestão financeira responsável de Goiás, pela STN, como o Estado que mais reduziu despesas correntes liquidadas no Brasil até o 3º bimestre de 2020. Outros resultados alcançados no exercício de 2020, em termos de gestão, foram: (1) entrega de alguns produtos do NITE(Núcleo de Inteligência do Tesouro Estadual), já em uso pela alta administração da Secretaria e do Estado, tais como, portal web e sala de situação, que dispõem de mais de 40 painéis para gestão, com dados em tempo real, implantados nos Gabinetes da Secretaria da Economia e do Governador; (2) reclassificação das fontes de recursos, já implementadas na PLOA de 2021, visando atender à determinação do TCE e o melhor controle das vinculações; (3) desvinculação automática das receitas estaduais, em conformidade com o art. 39 do ADCT da Constituição Estadual; (4) em cumprimento à determinação do TCE, ao final do exercício de 2020 houve o encerramento da Conta Centralizadora; (5) cumprimento das vinculações constitucionais de saúde e educação pela ótica do pagamento; (6) aprovação, pelo TCE, das contas do Governador de 2019; (7) pela primeira vez houve a integração institucional entre Orçamento e as Superintendências Contábil e Financeira na elaboração da LDO e LOA; (8) maior previsibilidade da despesa dos órgãos; (9) elaboração de boletins periódicos, aumentando sensivelmente a transparência nas informações Financeiras e Contábeis; e, por fim, (10) a implantação da primeira fase do Sistema de Dívida Pública.

AÇÃO: 3025 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1700 - SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

U.O.: 1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA
1751 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF-GO

REALIZAÇÕES
A receita tributária, no primeiro semestre de 2020, foi fortemente impactada pela crise gerada pela pandemia de covid-19 na economia goiana. As medidas de isolamento impostas à população e a paralisação da atividade de grande parte das empresas, exigiu a adoção de respostas imediatas do Governo visando mitigar os danos sofridos, principalmente a preservação dos empregos e a atividade econômica.
Apesar da situação excepcional, o desempenho da arrecadação estadual no primeiro semestre de 2020, resultou em uma queda controlada de arrecadação de 3,81%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme Boletim Mensal da Superintendência de Informações Fiscais.
No que tange à recuperação de créditos, mesmo no contexto de pandemia, houve um expressivo crescimento de 8% do montante recuperado no período em comparação ao mesmo período de 2019, o que demonstra os sólidos avanços nos processos da cobrança.
O segundo semestre de 2020 mostrou sinais de recuperação devido a retomada da atividade econômica e, consequentemente, ao crescimento das receitas tributárias. De julho a dezembro do ano de 2020, em comparação com o ano de 2019, houve um acréscimo de 10,92% no ICMS e 13,07% das receitas tributárias, conforme relatórios do Business Object.
O andamento dos projetos do CAT foi fortemente impactado pelas mudanças decorrentes das medidas adotadas frente à pandemia de covid-19.
Diversas medidas tiveram que ser implementadas, muitas vezes na contramão dos projetos estabelecidos, no intuito de atender às demandas decorrentes das mudanças. Exemplo emblemático foi a implementação de julgamentos por videoconferência, dificultando, por exemplo, a gestão por resultados, no momento em que só foi possível distribuir os PATs que se enquadrassem nos critérios estabelecidos inicialmente na transição do novo sistema de julgamentos.
Outro projeto fortemente afetado foi o do PAT-e, em função da redução de pessoal técnico em TI, pela necessidade de isolamento, e posteriormente, pela morosidade nos procedimentos do processo licitatório para contratação de pessoal para a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

PRESIDENTE DO CONSELHO REGULADOR: EURÍPEDES BARSANULFO DA FONSECA. CPF. 165.080.098-34. RG. 1455. PERÍODO DE GESTÃO: 07/02/2020 A 07/02/2024. ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA CAOBÁ, QD. S 3, L. 12/13, S/N, JARDIM DOS IPÊS, RESIDENCIAL ALPHAVILLE FLAMBOYANT, GOIÂNIA-GO, CEP 74.884-560. ENDEREÇO FUNCIONAL: AVENIDA GOIÁS, Nº 505, 10º ANDAR, SETOR CENTRAL, GOIÂNIA-GO, CEP 74.005.010.

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR é uma autarquia estadual sob regime especial, que possui personalidade de direito público e está jurisdicionada à Secretaria da Economia do Estado de Goiás, tendo autonomia técnico-funcional, administrativa e financeira, revestida de poder de polícia. A agência é responsável por regular, controlar e fiscalizar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, saneamento básico, recursos hídricos entre outros.

2.2 Legislação
AS COMPETÊNCIAS DA AGÊNCIA SÃO DADAS PELA LEI Nº 13.569/99 E PELO SEU REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 9.533/2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A atual Gestão da Agência prioriza a utilização de ferramentas tecnológicas para melhoria do desempenho de suas atividades e consequentemente a melhoria dos serviços públicos no Estado de Goiás, para tanto a Agência tem como:
Missão: Exercer o poder regulatório, de forma autônoma, garantindo o equilíbrio entre o Poder Público, usuários e operadores dos serviços delegados, em prol da sociedade.
Visão: ser uma Agência Reguladora reconhecida pela sociedade.
Valores: honestidade, imparcialidade, transparência, eficiência, credibilidade e comprometimento.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A principal ferramenta da AGR de Planejamento além do PPA/LOA's é a utilização do Mapa Estratégico por meio do qual a Agência estabelece seus principais objetivos, os quais determinam as ações a serem implantadas e desenvolvidas para alcance dos mesmos. Os objetivos são:
Objetivo 1 - Otimizar as despesas;
Objetivo 2 - Ser uma agência autônoma;
Objetivo 3 - Aumentar o nível de motivação;
Objetivo 4 - Prover a agência de pessoal altamente qualificado;
Objetivo 5 - Otimizar os Processos de Trabalho;
Objetivo 6 - Oferecer serviços de alta qualidade;
Objetivo 7 - Aumentar a satisfação do cidãdão-usuário;
Objetivo 8 - Ser referência em gestão no Governo de Goiás.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Por ter como principal característica a atividade fiscalizatória, a Agência tem no número de fiscalizações dos diversos serviços (transporte, energia, saneamento, bens desestatizados, entre outros) seus principais indicadores de desempenho. Tão importante para mensuração do desempenho da Agência é a pesquisa de satisfação do usuário de serviços públicos no Estado de Goiás, que será realizada meio da implantação da Plataforma Móvel de Pesquisa de Satisfação do Cidadão-Usuário dos Serviços Públicos.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1005 - COMPLIANCE PÚBLICO
AÇÃO: 2007 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1761 - AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR

U.O.: 1761 - AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR

REALIZAÇÕES
A AGÊNCIA REALIZOU FISCALIZAÇÕES EM TODAS AS ÁREAS DE ATUAÇÃO (BENS DESESTATIZADOS, DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, SANEAMENTO BÁSICO E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL; DEFINIDAS NO PPA/LOA 2020 CONFORME DOCUMENTOS (ANEXO). AS FISCALIZAÇÕES SÃO O INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS CONCESSIONÁRIAS, MEIO PELO QUAL A AGÊNCIA DEFINI AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À CORREÇÃO DAS EVENTUAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS.

OBSERVAÇÕES
AS FISCALIZAÇÕES NA ÁREA DE BENS DESESTATIZADOS SOFRERAM UM IMPACTO NEGATIVO COM A EPIDEMIA DO CORONA VÍRUS, JÁ QUE SUAS FISCALIZAÇÕES SÃO REALIZADAS "IN LOCO".

AÇÃO: 3008 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1761 - AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR

U.O.: 1761 - AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR

REALIZAÇÕES
A AGÊNCIA POR MEIO DE SUA COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA (UNIDADE DA GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO) CONCLUIU COMO METAS FÍSICAS DO PPA/LOA 2020 A IMPLANTAÇÃO DO PRODUTO "MÓDULO DO SISTEMA DE DÍVIDA ATIVA - CÓDIGO: 8583 E AINDA O PRODUTO "MÓDULO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA - CÓDIGO: 858, AMBOS DESTINADOS À MELHORIA DAS ATIVIDADES DA AGÊNCIA NAS ÁREAS DE DÍVIDA ATIVA E FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÕES
QUANTO AOS PRODUTOS: SISTEMA BI-BUSINES INTELLIGENCE - CÓDIGO: 8584; SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVOS - CÓDIGO: 8582; PLATAFORMA MÓVEL DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO-USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - CÓDIGO: 2384; ESTES TEM PREVISÃO DE INÍCIO NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Gilvan Cândido da Silva

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Promover a gestão previdenciária do Estado de Goiás, otimizando recursos, garantindo a manutenção dos benefícios previdenciários e a dignidade de seus segurados e dependentes.

2.2 Legislação
- Constituição Federal Art.40;
- Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009;
- Lei Complementar nº 77, 22 de janeiro de 2010;
- Lei Complementar nº 102, de 22 de maio de 2013;
- Lei Complementar nº 150, de 10 de junho de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 foi marcado pelas dificuldades impostas pela pandemia do Covid 19. Entretanto, apesar de todas as limitações, iniciamos o ano implementando as medidas decorrentes da Reforma da Previdência com a estimativa de aumento da arrecadação previdenciária em aproximadamente, R$ 40 milhões/mês. Não foi possível a normatização do Programa Aposentadoria Programada antes do trabalho de implementação das regras da Reforma. Foi criada a Cartilha Eletrônica contendo as novas regras de aposentadoria conforme a Emenda da Constituição Federal nº 103/2019 e da Emenda da Constituição Estadual nº 65/2019, da Reforma da Previdência .Foram criados grupos de trabalho para realização das adequações da legislação estadual, LC-66, LC-77 e do SPSM em substituição ao Regime Próprio de Previdência dos Militares (RPPM), conforme a Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Os RPPS ainda apresentam, tanto do ponto de vista financeiro quanto atuarial, grandes desafios a serem superados para que possam garantir, com sustentabilidade, a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários aos seus segurados e dependentes. Com o objetivo de atingir o equilíbrio financeiro e atuarial foi aprovada a recriação do Fundo Previdenciário e a regulamentação do Benefício Especial e incentivo à migração para a Previdência Complementar. Foi desenvolvido o Boletim de Estatísticas Previdenciárias (Edição nº 2) com o objetivo de dar transparência aos dados e para a realização dos cálculos atuariais foram utilizadas ferramentas de última geração. Com o objetivo de atingir o equilíbrio financeiro e atuarial foi aprovada a recriação do Fundo Previdenciário e a regulamentação do Benefício Especial e incentivo à migração para a Previdência Complementar. Foi desenvolvido o Boletim de Estatísticas Previdenciárias e pretende-se fazer adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento Estratégico 2013

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Tempo médio de aposentadoria por tempo de contribuição

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2088 - CENTRALIZAÇÃO DOS DADOS PREVIDENCIÁRIOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1762 - GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV

U.O.: 1762 - GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV

REALIZAÇÕES
Está em andamento as negociações para alteração do Termo de Cooperação Técnica nº03/2017 no sentido de avançar na implementação da centralização da gestão previdenciária.

AÇÃO: 3031 - APOSENTADORIA PROGRAMADA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1762 - GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV

U.O.: 1762 - GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV

REALIZAÇÕES
A elaboração da Normatização do Programa Aposentadoria Programada foi prorrogada , tendo em vista a implementação das alterações realizadas pela Reforma da Previdência .

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Bruno Magalhães D`abadia

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Secretaria de Estado da Administração (SEAD) tem como objetivo planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública estadual, visando fortalecer as capacidades do Estado para a promoção de seu desenvolvimento sustentável e para o aprimoramento da entrega de resultados aos cidadãos, além de promover uma gestão integrada e simplificada a fim de reduzir gastos e evoluir a maturidade da gestão dos órgãos/entidades estaduais.

2.2 Legislação
LEI DA CRIAÇÃO DA SECRETARIA ANO 1961
- Lei nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019 - Reforma Administrativa do Estado;
- Decreto nº 9.541, de 23 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a gestão dos veículos utilizados pelo Poder Executivo;
- Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019 - Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo;
- Decreto 9.462 de 11 de julho de 2019 – Institui o Programa MOVE Goiás no âmbito do Poder Executivo.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Programa 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
No segundo semestre de 2020 foi lançado o Programa de aferição e acompanhamento da produtividade do servidor - PROMOVE. Na primeira etapa foi realizado o mapeamento das entregas e atividades das unidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo. As informações recebidas estão sendo consolidadas e a proposta de regulamentação está em fase final de elaboração para posterior validação do Chefe do Poder Executivo.
Atualmente há 336 cargos, sendo 184 permanentes e 152 transitórios, distribuídos em 38 planos de cargos e remuneração, além de legislações complementares. Neste exercício foi iniciado o diagnóstico geral, pelo Projeto Repensar Carreiras, com estudo de todas as legislações pertinentes de forma a conhecer e ter elementos para comparação, inclusive com outros Estados brasileiros. As diretrizes e critérios para gestão das funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo foram definidos no Decreto nº 9.566, de 25 de novembro de 2019, que regulamenta a gestão das Funções Comissionadas no âmbito do Poder Executivo estadual. O decreto também apresenta o Sistema de Cotas, para dar autonomia aos órgãos e entidades na definição do quantitativo e do valor das funções comissionadas.
A integração dos seguintes Sistemas, os quais estão nas seguintes fases de implementação: Desenvolvimento do Novo Controle de Frequência (70%); SALIS e RHNET (10%); SIGRA e RHNET (0%); SIOFNET e RHNET (5%); SICAD da SSP e RHNET (0%); App de Consignação (100%) e BI para emissão de Relatórios de Gestão de Pessoas (42%).
Como demanda externa teve o Decreto nº 9.634, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelo Poder Executivo durante a pandemia.
Ao longo de 2020 houve as seguintes Seleções simplificadas:
Janeiro: A seleção para estagiário (prova objetiva realizada em janeiro e oficina realizada em fevereiro de 2020 com metade dos estagiários). No entanto foi pausada por causa da pandemia, em dezembro a segunda metade das oficinas, concluindo o processo seletivo;
Abril: TAP - Teste de Aptidão Profissional CBMGO (Teste com prova objetiva que aconteceu em outubro de 2020 para progressão de alguns cargos dos bombeiros);
Maio: Processo Seletivo Emergencial Goinfra e Processo Seletivo da Vice Governadoria (Processo emergencial da Goinfra para Engenheiros e arquiteto para reforma de hospitais e Processo da Vice Governadoria para seleção de servidores para o programa Goiás Resultados);
Julho: Processo Seletivo Emergencial Saúde (Processo seletivo da Saúde para engenheiros para construção de hospitais).
Todas as seleções realizadas foram realizadas online obedecendo aos cuidados de isolamento social. Nesse período tivemos em agosto o processo seletivo para 4 Bolsas para Pós Graduação em Gestão Pública Municipal; Setembro para instrutores para Escola de Governo nas disciplinas de Matemática e Estatística E Econometria; e Outubro seleção de servidor para participar da “Live” do Servidor em comemoração ao dia do Servidor.
O Novo Estatuto do Servidor (Lei nº 20.756/2020) que entrou em vigor no dia 28/07/2020, revogou a Lei 10.460/1988, extinguindo o auxílio creche. Ainda assim, antes de sua extinção, 26 servidores receberam auxílio creche e o custo total no ano foi de R$ 31.000,00. O referido auxílio era pago diretamente no contracheque do servidor e a menor quantidade de auxílio creche concedidos em 2020, se justifica por conta de uma menor demanda por parte dos servidores, uma vez que a legislação trazia critérios rígidos para a sua concessão, o que dificultou o acesso ao referido benefício.
Os eventos de capacitação para a inovação, devido isolamento social, foram adequados e realizados no formato on-line. Os eventos realizados estão dentro do escopo do PequiLab (laboratório de Inovação da Escola de Governo) e do projeto Semear totalizando até novembro/2020: SEMEAR online – 08 edições realizadas – mais de 1.626 pessoas beneficiadas. #PEQUI online - 16 edições realizadas – 2.262 pessoas beneficiadas. Foram 1.104 servidores diplomados em ações presenciais e 3.987 diplomados por EAD. Ademais, 22 cursos produzidos e disponibilizados no formato EAD.
Programa 1040 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
As atividades presenciais realizadas no Centro de Idosos Sagrada Família (CISF), e dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, realizadas nas quatro unidades de apoio ao idoso da OVG (CISF, CIVV, EBV-I e EBV-II) foram suspensas temporariamente. Entretanto, a equipe multiprofissional está realizando um trabalho de monitoramento, orientação e divulgação de informações, por meio de telefonemas, grupos de WathsApp e vídeochamadas.
Nas modalidades ILPI e Casa lar, em que os idosos são institucionalizados, ou seja, moradores das Unidades, as equipes técnicas do CISF e CIVV os professores de educação física, dança, artesanato e de atividades socioeducativas / lazer puderam se dedicar e ampliar os atendimentos aos idosos acolhidos, visando reduzir os efeitos do isolamento social.
O Centro de Adolescentes Tecendo o Futuro ampliou a idade do púbico atendido, atuando com público de 12 a 21 anos, com o propósito de colaborar na melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecendo, por meio de parcerias,

formação profissional e oportunidades de inclusão social.
Devido a pandemia, a equipe multiprofissional do CATF está acompanhando os adolescentes e jovens grávidas por meio de ligações, grupos de whatsapp e envio de atividades / cursos que podem ser desenvolvidos on-line. A entrega de enxovais de bebê para as que estão próximas da data do parto é realizada por agendamento.
Nos contatos com os adolescentes e familiares, a equipe do CATF identificou que, em função do isolamento social, houve aumento de vulnerabilidades de algumas famílias atendidas e casos de violação de direitos sofridos pelos adolescentes. Para essas demandas, foram organizados atendimentos psicossociais presenciais pelos setores de Serviço Social e Psicologia, uma vez por semana, seguindo todas as normas de segurança para prevenção à COVID-19. Na ocasião, além da entrega de cestas básicas e de hortifruti, essas em parceria com o Banco de Alimentos/OVG, também são realizados empréstimos de livros da Biblioteca.
São ofertadas assistência e atendimento socioassistencial às gestantes em situação de vulnerabilidade, com repasse de enxovais para o nascituro e ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento; aos cidadãos, pessoas com deficiências e idosos em situação de vulnerabilidade, visando garantia de direitos aos benefícios de material ortopédico (cadeiras de rodas, cadeira de rodas higiênica, andador, muleta, bengala), doação de fraldas descartáveis geriátricas, colchões especiais (d'água e caixa de ovo), malhas compressivas para queimaduras, realização de exames de investigação de paternidade (teste de DANA); às crianças em situação de vulnerabilidade que necessitam de leites especiais, oportunizando a garantia de acesso, bem como prestando apoio com o repasse de fraldas descartáveis infantis.
O Programa Restaurante do Bem está inserido no eixo de Atenção Social ao Cidadão em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social da OVG, onde realizou a entrega de marmitex sem a utilização dos salões, mas assegurando o fornecimento de refeições a milhares de cidadãos em situação de vulnerabilidade social.
Durante a pandemia, a OVG, as Secretarias de Assistência Social de Goiânia e Luziânia e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) firmaram parceria inédita para o fornecimento de refeições gratuitas para a população de rua e outras situações de vulnerabilidade. De segunda a sexta-feira, são doadas 200 refeições/dia em Goiânia (SEMAS Goiânia), 100/dia em Luziânia (SEMAS Luziânia) e 150/dia às famílias pertencentes à etnia indígena Warao que estão em Goiânia, oriundas da Venezuela (SEDS). Do início até agora, foram entregues 61.500 refeições gratuitas nos dois municípios.
As capacitações foram oferecidas on-line, por meio de minicursos e lives, que abordaram o tema "Voluntariado em tempos de pandemia", alcançando grande número de interessados e superando a meta prevista. Da mesma forma, foram identificadas vagas de trabalho à distância, a fim de que, nesse momento tão delicado, quem mais precisa recebesse a ajuda necessária e a saúde de todos fosse preservada.
As atividades de assessoramento às entidades sociais foram desenvolvidas presencialmente até o mês de março. A partir daí, foram realizadas por meio de contatos telefônicos e reuniões temáticas virtuais, conseguindo superar a meta de atendimento, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo distanciamento social.
É oferecido o serviço de apoio às entidades sociais, grupos e organizações de usuários, movimentos sociais, bem como gestores, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na Assistência Social, incluindo a concessão de benefícios, com vistas na promoção do direito à cidadania e na inclusão social de pessoas menos favorecidas economicamente.
No processo de mobilização da sociedade para ações voluntárias, a OVG desenvolveu constantes articulações para captação de doações, especialmente com a criação da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. A sociedade em geral, empresas privadas e órgãos públicos se sensibilizaram e colaboraram com a Campanha, favorecendo o apoio às entidades sociais cadastradas com a destinação de muitas doações. Desta forma, contribuiu com o fortalecimento do trabalho desenvolvido por essas instituições na atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social e possibilitou a superação da meta de forma significativa.
Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, no mês de junho, o Governo de Goiás, por meio da OVG, promove as atividades do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR) de Trindade, instalado no Km 9,5 da GO-060, oferecendo um ponto de apoio aos cidadãos que participam da tradicional romaria, com lanches, banheiros, espaço para descanso, capela para oração, atendimentos de saúde, como aferição de pressão, glicemia, curativos e massagens nos pés, ou seja, ações voltadas ao bem-estar daqueles que participam dessa manifestação cultural e religiosa tão importante em nosso Estado.
No entanto, em razão das medidas de caráter preventivo para conter a propagação do novo Coronavírus em Goiás, no dia 15 de maio, após reunião com representantes de órgãos da administração pública e os responsáveis pela realização da romaria, ficou acordado oficialmente que a Festa do Divino Pai Eterno 2020 seria realizada somente pelos meios de comunicação e sem a presença física dos romeiros nas celebrações. Diante disso, a OVG comunicou à SEAD, via Ofício nº 39/2020 - OVG (SEI nº 202000058001588) que não haveria a instalação da estrutura e desenvolvimento das atividades do CAR Trindade neste ano, o que gerou o descumprimento da meta prevista no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011, de atender 300 mil romeiros. Consequentemente, não houve repasse financeiro para a campanha/evento de proteção e inclusão social.
Já no fim do mês de maio, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) recomendou ao prefeito de Trindade, Jânio Darrot, e ao reitor da Basílica à época, padre Robson de Oliveira Pereira, o cancelamento da Romaria do Divino Pai Eterno, que estava prevista para acontecer virtualmente. Para o promotor de Justiça Francisco Bandeira de Carvalho Melo, titular da 2° Promotoria de Trindade, mesmo que a romaria fosse transmitida pela internet, muitos fiéis poderiam sair de outros lugares para participar presencialmente do evento, gerando aglomerações. A recomendação foi acatada.
Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, em seu 16º Termo Aditivo, entre os dias 05 e 15 de agosto, o Governo de Goiás, por meio da OVG, promove as atividades do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR) de Muquém, instalado no Km 30 da GO-237 (Rodovia da Fé), oferecendo um ponto de apoio aos cidadãos que participam da tradicional romaria de Nossa Senhora d'Abadia, com lanches, banheiros químicos, capela para oração, espaço de convivência, atendimentos de saúde, como aferição de pressão, glicemia, curativos e massagens nos pés, ou seja, ações voltadas ao bem-estar daqueles que participam dessa manifestação cultlural e religiosa tão importante em nosso Estado.
No entanto, em razão das medidas de caráter preventivo para conter a propagação do novo Coronavírus em Goiás, desde o mês de junho ocorreram negociações entre representantes do Santuário Diocesano de Nossa Senhora d'Abadia do Muquém, município de Niquelândia, e representantes do Ministério Público do Estado de Goiás para tratar do assunto. No dia 12 de junho, a Diocese de Uruaçu comunicou que, acatando as recomendações diocesanas e das autoridades sanitárias, a Romaria de 2020 aconteceria na casa dos romeiros, que a missa do dia 15 de agosto seria transmitida pelo sistema WEB TV MARIA, via internet, e que todas as transmissões poderiam ser acompanhadas pelo site www.am15.com.br e redes sociais do Santuário. Após o Ministério Público de Goiás avaliar ofício do reitor do Santuário de Nossa Senhora d'Abadia, Pe. Aldemir Franzim, sobre a forma como a romaria seria celebrada, foi realizada uma reunião entre as partes e, no dia 03 de julho, o MP-GO emitiu um comunicado sobre o cancelamento da romaria virtual de Muquém, por se tratar de um "momento de muita cautela, considerando que o número de casos confirmados de Covid-19 no município de Niquelândia, a exemplo do que ocorre em todo o Estado de Goiás, vem aumentando de forma rápida". O reitor do Santuário acatou a decisão e o promotor da 1ª Promotoria de Justiça de Niquelândia, Pedro Alves Simões, expediu a Recomendação nº 14/2020 ao Prefeito de Niquelândia, a fim de implementar medidas para coibir a concentração de pessoas. No dia 21 de julho, o Prefeito de Niquelândia,

Fernando Carneiro da Silva, publicou o Decreto Municipal nº 208/2020, que cancelou as festividades da Romaria do Muquém/2020.
Diante disso, a OVG comunicou à SEAD, via ofício nº 709/2020 - DIGER, de 24.07.2020 (SEI nº 202000058002308), que não haverá a instalação da estrutura e desenvolvimento das atividades do Centro de Apoio ao Romeiro de Muquém, o que vai gerar o descumprimento da meta prevista no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011, de atender 30 mil romeiros. Consequentemente, não houve o repasse financeiro da SEAD para a campanha/evento de proteção e inclusão social.
A ação de distribuição de brinquedos nos 246 municípios goianos objetiva viabilizar o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia da segurança de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas.
Solicitamos à SEAD, por meio do Ofício nº 85/2020-OVG, de 30.07.2020 (SEI nº 202000058002305), a reavaliação da meta física pactuada no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG para esta edição do Natal do Bem. Esclarecemos que o quantitativo de brinquedos (600 mil) e o orçamento para 2020 foram definidos considerando os mesmos parâmetros de 2019, quando à época, a OVG deliberou pela aquisição de 6 (seis) tipos de brinquedos, sendo: bola de futebol, bola de vôlei, boneca, carrinho, jogo quebra-cabeça e jogo de ação. Em contato com os representantes das empresas fabricantes de brinquedos, conseguimos a atualização dos valores mediante as especificações definidas apenas em meados de julho/2020, ou seja, após a aprovação da Proposta de Trabalho do 16º Termo Aditivo. Ao considerarmos a quantidade total de 600.000 unidades, levando em consideração a proporção necessária para atender crianças de ambos os sexos e faixa etária de 0 a 12 anos, os valores ultrapassaram o orçamento provisionado em 11,16%. Assim, para readequação do orçamento e manutenção do valor pactuado no 16º TA, sugerimos a redução da meta física em 7,25%, a fim de evitar prejuízos financeiros, com o mínimo de impacto social no cumprimento das metas, com a aquisição total de 556.500 unidades de brinquedos.
A SEAD, por meio do DESPACHO Nº 6619/2020 - GAB, manifestou-se favorável ao atendimento da solicitação para não prejudicar a meta financeira pactuada no referido aditivo.
Por conta da pandemia, as distribuições ocorreram em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em escolas públicas de todos os 246 munícipios goianos. Com essa logística, conseguimos controlar a aglomeração de pessoas e proporcionar um momento feliz e seguro para todas as famílias beneficiadas por essa ação tão especial, que leva esperança e alegria às crianças do nosso Estado. Entre os dias 7 e 18 de dezembro, foram entregues bonecas, carrinhos e bolas de futebol e vôlei para alunos da rede estadual e municipal de ensino. Também foram repassados brinquedos para as entidades sociais com atuação na área infantil. No total, foram entregues 556.500 brinquedos
A partir da declaração de situação de pandemia, devido ao novo Coronavírus, e após a publicação de Decreto Estadual e normativa institucionais com medidas emergenciais para conter a disseminação do vírus, foram implantadas alterações na rotina de trabalho do Programa Bolsa Universitária, com a suspensão dos atendimentos presenciais, devidamente comunicada aos bolsistas, reforçando a disponibilidade de contato via Central de Relacionamento do PBU (telefone e Whatsapp) e Central de Informações do Bolsista (site da OVG-PBU).
O adimplemento das atividades presenciais de contrapartida por parte dos bolsistas, ora obrigatórias, foram suspensas temporariamente e disponibilizadas opções de substituição: realização adicional de doação de sangue, cursos on-line devidamente validados pela área técnica do Programa e participação no Projeto "OVG Com Ciência". O objetivo do projeto é promover, por meio da realização de lives, o compartilhamento de conhecimento com fundamentação científica e o despertamento da visão crítica dos bolsistas. A participação do estudante e o preenchimento do questionário disponibilizado durante a transmissão conferem ao beneficiário pontos de contrapartida.
As metas físicas e financeiras do Programa Bolsa Universitária estão sendo ultrapassadas, especialmente no número de bolsas integrais. Para manter a bolsa integral, o aluno precisa apresentar uma nota mínima de 8,0 (média semestral). Com as aulas realizadas on-line durante a pandemia, os estudantes conseguiram melhorar as notas e alunos que tinham saído da modalidade integral para parcial, em outros períodos, retornaram para a integral neste semestre, ficando um número bem acima do previsto no histórico do Programa.
Na modalidade parcial, as notas também melhoraram, o índice de reprovação diminuiu e muitos desligamentos que normalmente ocorriam no início do semestre, não aconteceram agora. Como o valor da bolsa varia conforme a nota obtida, essa modalidade também impactou nos recursos financeiros.
INFORMAÇÕES DA CAMPANHA DE COMBATE À PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS (Ação que não estava prevista no PPA, mas que foi necessária de ser estruturada e realizada)
A OVG e o Gabinete de Políticas Sociais são gestores da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, projeto criado pelo Governo de Goiás para viabilizar uma rede de proteção e prevenção social, voltado a mobilizar a maior quantidade de pessoas para ajudar os mais vulneráveis neste momento de crise. As arrecadações de alimentos, produtos de higiene e limpeza foram destinadas aos 246 municípios e toda essa articulação com os representantes municipais criou uma rede que precisa ser mantida e fortalecida. Por isso, mobilizar e instrumentalizar os gestores municipais para o fortalecimento dos equipamentos públicos, promover capacitações, estudos e debates sociais, agregar parcerias e criar processos de avaliação e supervisão é fundamental para dar continuidade a essa integração e colaborar com o aperfeiçoamento da política social e da proteção social no Estado de Goiás. A ação é destinada aos 246 municípios goianos, a meta prevista foi de atender 100 municípios/mês e 168 municípios assinaram o Termo de Adesão à proposta e participam das atividades oferecidas.
Desde o início da campanha, em março, até o dia 17 de dezembro, foram distribuídas 502.489 cestas básicas, 453.715 frascos de álcool, 9.867 kits de produtos de higiene e limpeza e 1.028.013 unidades de EPI's (luvas, macacão, óculos de proteção, máscaras de TNT, máscaras de tecidos, máscaras N95 e protetores faciais) para famílias vulneráveis, inclusive para as que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais em todas as regiões goianas.
PROGRAMA: 1014 - GOIÁS ÁGIL
A pandemia provocou redução drástica do quantitativo de atendimentos (produto 3649). Houve restrição de quantidade de servidores e de locais de atendimento, além de prestação de serviços seguindo os critérios de essencialidade. À medida que as regras de isolamento foram flexibilizadas, gradativamente as unidades foram reabertas e os serviços foram incrementados, consequentemente os atendimentos tiveram crescimento. No entanto, os números ainda não retornaram ao patamar indicado, visto que: 1 Não houve retorno de todos os serviços; e 2 Foi implantado o agendamento, porém com previsão de maior tempo de execução do serviço, devido as medidas de sanitização.Não houve acréscimo de serviços no Programa Vapt Vupt a partir de maio, mas sim retorno de serviços suspensos.Atualmente são oferecidos 643 serviços e tem-se empregado grandes esforços para transformação e digitalização desses serviços.Devido as complexidades provocadas pela pandemia da Covid-19 a capacidade de investimentos por parte do Estado e empreendedores não foi possível atender a meta de unidades ativas (produto 12477). No Produto 12477 - UNIDADE DO VAPT VUPT ATIVA, de janeiro a dezembro deste ano, foi liquidado o valor total de R$ 17.805.794,91 para as seguintes despesas: - Contratação de empresa para prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, conservação, copa, jardinagem, piscina e encarregados, incluindo o fornecimento de materiais, produtos, uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI´s) e de proteção coletiva (EPC´s) nas quantidades necessárias ao desempenho desses serviços, para unidades VaptVupts espalhados pelo Estado de Goiás; - Locação de

área de uso comercial, com área útil dos imóveis das Unidades VaptVupts;- A favor da empresa Saneamento de Goiás S.A abastecimento de água tratada, e a coleta/afastamento e tratamento de esgoto sanitário;- Fornecimento de energia elétrica para uso exclusivo das unidades consumidoras VaptVupts;- Despesa, com Diárias para servidores lotados em Unidades VaptVupt de Goiânia e que atualmente estão desempenhando suas funções temporariamente na Unidade VaptVupt de Inhumas, devido à falta de servidores, referente ao mês de janeiro/2020; - Diárias, para atender os servidores desta Pasta, em viagem a serem empreendidas dentro do Estado; - Prestação de Serviços de Vigilância Armada nas Unidades de Atendimento VaptVupt; - Prestação do Serviço de sistema de Vigilância Eletrônica nas Unidades de Atendimento Vapt Vupt.
PROGRAMA: 1012 - GESTÕES TRANSFORMADORAS
O Consórcio Brasil Central - BrC, integrante da administração indireta de sete Unidades Federativas: DF, GO, MA, MT, MS, RO e TO, tem como área de atuação o desenvolvimento econômico e social dos entes consorciados, tendo em seu planejamento para 2020, a execução de 10 programas, com desdobramento em 22 ações. O repasse ao Consórcio via contrato de rateio administrativo, ficou estabelecido em R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) de cada ente consorciado. O Estado de Goiás realizou a compensação dos valores gastos com a cessão de três servidores efetivos ao Consórcio, conforme previsto no Protocolo de Intenções entre os entes Consorciados. Fez a transferência de R$ 14.955,63 (quatorze mil novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos) como saldo remanescente, contudo o Consórcio apontou divergências nas contas e solicitou revisão, ainda em análise no processo nº 202016070000134. O Prêmio de Boas Práticas do Brasil Central foi concluído em 2020. Contou com a inscrição de 17 boas práticas do Estado de Goiás, tendo alçado 1 segundo lugar e 4 terceiros lugares, dentre as 58 boas práticas inscritas nas 6 áreas de atuação definidas.
O Sistema de Gestão Patrimonial (produto 11123) possui mais de 20% de sistema implantado e em execução. A partir dos próximos ciclos do PPA este produto passará a ser monitorado em percentual, representando melhor sua implantação. O desembolso financeiro de R$ 10.000,00 (12/11/2020) é referente à aquisição de software (SisDea Windows) a ser utilizado na elaboração dos laudos de avaliação de imóveis que demandam o seu uso para locações, desapropriações, alienações, processos de doações e regularizações desses imóveis junto ao Estado.
No Produto 11120 - BENS MÓVEIS COM ETIQUETA ELETRÔNICA IMPLANTADA, em maio deste ano foi feito um empenho a favor de SR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI MEA, referente à aquisição de etiquetas e ribbons para confecção de etiquetas patrimoniais, de acordo com o padrão adotado pelo Estado de Goiás. Lt Único Item Objeto Cod.CompNetUND.Med. QtdValorUnit VT 1 - Etiqueta adesiva 72340 Rolos5.000 unid 20 R$670,00 R$13.400,00
As empresas EMATER, METAGO e CASEGO tiveram sua situação fiscal regular no ano de 2020 (produto 11119). A liquidação da empresa EMATER (produto 11118) continua prevista para ocorrer no exercício de 2021, enquanto a liquidação da empresa METAGO (produto 11117) que estava prevista para ocorrer no ano de 2020, foi replanejada para ocorrer no ano de 2022.
O Plano Estratégico (produto 11702) é composto por várias ações que serão concluídas somente no último ciclo do PPA e para melhor representar sua evolução passará a ser monitorado como percentual. Neste ano foram realizadas adequações legislativas (Decreto 9.666/20, IN de Audiência Públicas Virtuais).
O produto 10679 trata-se do processo de execução de Jornada de Transformação da Gestão Pública focada na busca pela excelência operacional, através da inovação e simplificação dos processos corporativos centrais do Estado. Embora a meta estabelecida para esse produto em 2020 tenha sido 0, neste ano foram executados 4 processos de excelência operacional (Janeiro - Transformação do Patrimônio Público Móvel; Fevereiro - Transformação da Procuradoria Setorial da SEAD; Março - Transformação do Atendimento ao Cidadão; Junho - Transformação do Dossiê dos Servidores Públicos da SEAD). Enquanto o ano de 2019 foi realizado a conclusão das reformas estruturantes dos órgãos e entidades da administração pública estadual, leis 20.417 e 20.491, neste exercício ocorreram uma nova adequação da estrutura dos órgãos e entidades que resultou também na criação da Secretaria da Retomada, como medida de combate à crise trazida pela pandemia da Covid-19.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento Estratégico da SEAD.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
- Índice de absenteísmo dos servidores;
- Escola de Governo (dados de capacitação efetiva).

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1012 - GESTÃO TRANSFORMADORA
AÇÃO: 2041 - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL CENTRAL - BRC

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
O Consórcio Brasil Central - BrC, integrante da administração indireta de sete Unidades Federativas: DF, GO, MA, MT, MS, RO e TO, tem como área de atuação o desenvolvimento econômico e social dos entes consorciados, tendo em seu planejamento para 2020, a execução de 10 programas, com desdobramento em 22 ações.
O repasse ao Consórcio, via contrato de rateio administrativo, ficou estabelecido em R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) de cada ente consorciado. O Estado de Goiás realizou a compensação dos valores gastos com a cessão de três servidores efetivos ao Consórcio, conforme previsto no Protocolo de Intenções entre os entes Consorciados. Fez a transferência de R$ 14.955,63 (quatorze mil novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos) como saldo remanescente, contudo o Consórcio apontou divergências nas contas e solicitou revisão, ainda em análise no processo nº 202016070000134.
A pandemia (COVID-19) foi a maior dificuldade enfrentada na realização dos trabalhos do Consórcio. Como decorrência, projetos que demandavam atividades presenciais não puderam ser executados, a exemplo do Projeto Brasil Central Global, que demandaria reuniões entre governadores e investidores de outros países. Da mesma forma o projeto Turismo Integrado, em parceria com a UnB.
O I Prêmio de Boas Práticas do Brasil Central, foi concluído em 2020. Contou com a inscrição de 17 boas práticas do Estado de Goiás, tendo alçado 1 segundo lugar e 4 terceiros lugares, dentre as 58 boas práticas inscritas nas 6 áreas de atuação definidas. Todas as práticas inscritas estão disponíveis no Banco de Boas Práticas do Brasil Central.
O projeto Estudos para Criação do Mercado Comum do Brasil Central, foi parcialmente concluído, com a entrega, pela Fundação Dom Cabral, de 6 (seis) produtos (relatórios), entre eles Estudos sobre as economias das 7 UFs consorciadas, todos estão disponíveis no site do BrC (http://www.brasilcentral.gov.br/atuacao/acoes-e-projetos/mercado-comum/).
O Consórcio já estava executando compras de medicamentos dentro da Ação de Compras Compartilhadas de Medicamentos, para a

qual, são firmados contratos de rateio específicos. Inicialmente foi previsto para o estado de Goiás 61 medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, num valor máximo de R$ 39.547.865,92 o que gerou expectativa de economia de 21% em relação aos preços informados pela SES. Até o momento Goiás enviou R$ 3.641.602,42 para essas aquisições. No geral esta ação gerou expectativa de economia de 28,5% para 7 UFs e um novo ciclo para aquisição de mais medicamentos está previsto para 2021.
Através do BrC a Secretária de Saúde de Goiás recebeu como Doação da empresa Prati Donaduzzi a quantidade de 19.340 doses do medicamento GALANTAMINA (em 3 dosagens diferentes), o que equivale a um valor doado de R$ R$ 63.840,00. A empresa também doou ao Estado de Goiás 12.000 doses do medicamento CABERGOLINA 0,5 MG, perfazendo um valor doado de R$ 18.000,00.
Em decorrência da urgente necessidade de combate à COVID-19, o Consórcio Brasil Central buscou apoiar as 7 unidades da federação consorciadas Além das Compras Compartilhadas o BrC realizou Compras Emergências para aquisição de Medicamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e insumos, contudo a Secretaria de Estado de Saúde do Governo de Goiás não solicitou nenhum item. Está em andamento o levantamento de demanda juntos aos entes consorciados para aquisição de Testes rápidos de Antígeno para detecção do Covid-19, e o Estado de Goiás informou a quantidade de 10.000 (dez mil testes). No início de 2021 o BrC realizará pregão eletrônico para Registro de Preço. Outras informações sobre projetos, ações, parcerias e transparência do Consórcio Brasil Central estão disponíveis no site www.brasilcentral.gov.br.

AÇÃO: 2042 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO ESTADUAL E DA GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS ATIVAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
O Sistema de Gestão Patrimonial (produto 11123) possui mais de 20% de sistema implantado e em execução. A partir dos próximos ciclos do PPA este produto passará a ser monitorado em percentual, representando melhor sua implantação. O desembolso financeiro de R$ 10.000,00 (12/11/2020) é referente a aquisição de software (SisDea Windows) a ser utilizado na elaboração dos laudos de avaliação de imóveis que demandam o seu uso para locações, desapropriações, alienações, processos de doações e regularizações desses imóveis junto ao Estado.
Foi elaborado o levantamento de necessidades de negócio, as regras de negócio e os requisitos do Sistema das Empresas Estatais (produto 12317), no entanto sua implementação foi inviabilizada pela área de TI da SEAD. Com isso, foi proposto uma solução menor estruturada por módulos, que se encontra em análise de viabilidade pela área de TI. Em resumo, neste exercício, foi concluído a fase de planejamento e estudo de viabilidade da solução de TI alcançando 10% de execução do produto. Este produto passará a ser monitorado em percentual a partir de 2021.
A descrição do produto 8311 não reflete a governabilidade do Governo do Estado. O correto deveria ser "Imóveis levados a leilão", já que não temos controle sobre quais imóveis serão efetivamente vendidos, pois depende de fatores externos, tais como o momento econômico do país e o mercado imobiliário. A título de exemplo tivemos 5 imóveis levados a leilão em Agosto, entretanto somente 2 foram efetivamente vendidos.
Os quatro boletins (produto 12318), exercício de 2019, 1º, 2º e 3º trimestre de 2020, foram publicados no mês de Dezembro no site da SEAD (https://www.administracao.go.gov.br/gestao/empresas-estatais.html em “publicações”). A ausência de sistema de TI para a coleta de informações diretamente das empresas estatais e o atraso na publicação dos balancetes trimestrais (autorizados por lei) devido à pandemia de COVID-19 modificaram o cronograma de execução dos boletins.
Para a implantação das etiquetas eletrônicas nos bens móveis (produto 11120) foram realizadas consultas a empresas especializadas com o intuito de estimar o investimento e o valor médio encontrado foi de R$ 5 milhões. Ademais, após minucioso trabalho de diagnóstico e estruturação da gestão patrimonial do Estado percebeu-se que antes de se implantar uma nova tecnologia, ações de estruturação da base patrimonial eram necessárias como revisão da estrutura da base de dados, padronização de procedimentos, melhorias tecnológicas do sistema informatizado de gestão patrimonial etc. Justifica-se, assim, sua não execução em 2020 e solicitação de exclusão deste produto do PPA.
A vistoria em imóvel (produto 12378) compreende a visita ao imóvel para sua caracterização, levantamento de informações detalhadas da ocupação, estado de conservação, registro fotográfico, verificações básicas de dados da certidão do registro do imóvel. Sua execução física esteve de acordo com o planejado.
Levantamento Topográfico (produto 11122) faz a medição e o levantamento dos limites e confrontações do imóvel utilizando equipamentos especializados. É responsável por identificar, localizar e delimitar áreas pela reprodução das certidões de registro do imóvel, assim como, identificar se há invasão dos limites do terreno por terceiros nos imóveis do Estado. Sua execução física esteve de acordo com o planejado.
Quando a meta foi definida em 2019 (produto 11137) não se tinha informações suficientes de produtividade dos avaliadores e nem o número de processos de avaliações que deveriam ser atendidos. Percebeu-se a necessidade de calibrar a meta para estar de acordo com a capacidade operacional de execução. Atualmente a área possui 08 avaliadores com uma média de 4 avaliações por mês, portanto a meta deverá ser repactuada para 384 avaliações por ano. Ademais, o desempenho de avaliações foi extremamente impactado pela pandemia da Covid-19, pois exige-se visitas externas e viagens, que foram limitadas neste ano.
Os profissionais que executam o censo (produto 11138) visitam cada um dos imóveis fazendo sua caracterização, ou seja, verificando a ocupação, as características das edificações, a localização exata, estado de conservação, entre outros. Este trabalho é todo feito in loco, portanto foi altamente impactado pela pandemia mas, mesmo assim, foi possível compensar esse impacto realocando mais profissionais de outras áreas para auxiliar nos trabalhos.

OBSERVAÇÕES
No Produto 11120 - BENS MÓVEIS COM ETIQUETA ELETRÔNICA IMPLANTADA, em maio deste ano foi feito um empenho a favor de SR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI MEA, referente a aquisição de etiquetas e ribbons para confecção de etiquetas patrimoniais, de acordo com o padrão adotado pelo Estado de Goiás. Lt Único Item Objeto Cod.CompNet UND.Med. Qtd ValorUnit VT 1 - Etiqueta adesiva 72340 Rolos5.000 unid 20 R$670,00 R$13.400,00 de alta aderência poliéster metalizado fosco, cor cinza médio, med50x20mm,2 colunas tubete de 03 polegadas 2- Etiqueta adesiva 54684 Rolos1.000 unid. 68 R$50,00 R$3.400,00 Transparente BOPP (película) med.60x30mm, 01 coluna, tubete de 03 polegadas 3- Ribbon 110x450, em resina têxtil. 79168 Rolos1.000 unid 04 R$ 195,00 R$780,00 TOTAL:R$17.580,00.
No Produto 11123 - SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PATRIMONIAL IMPLANTADO, em novembro, foi feita a aquisição de 8 (oito) licenças MONO-USUÁRIO, de uso da cópia do SisDea Windows - Software de Modelagem de Dados utilizando a Análise de Envoltória de Dados, a Regressão Múltipla e as Redes Neurais Artificiais, para serem utilizadas na elaboração dos laudos de avaliação de imóveis que demandam o seu uso para locações, desapropriações, alienações, processos de doações e regularizações desses

imóveis junto ao Estado, perfazendo um total de 10.000,00 reais.
No Produto 12378 - VISTORIA EM IMÓVEL REALIZADA foram feitos empenhos referente a Diárias, para atender os servidores desta Pasta, em viagens a serem empreendidas, no exercício de 2020, na realização de atividades compatíveis com a Gestão do Patrimônio Estadual. Este total foi responsável pela liquidação de 60.000,00 reais.

AÇÃO: 2043 - GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS ESTATAIS EM LIQUIDAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
As empresas EMATER, METAGO e CASEGO tiveram sua situação fiscal regular no ano de 2020 (produto 11119).
A liquidação da empresa EMATER (produto 11118) continua prevista para ocorrer no exercício de 2021, enquanto a liquidação da empresa METAGO (produto 11117) que estava prevista para ocorrer no ano de 2020, foi replanejada para ocorrer no ano de 2022, justificada essa alteração devido as obras de reforma e modernização do complexo de sua sede, sendo repassado ao Controlador em condições de abrigar de forma eficiente parte da estrutura administrativa do Estado, atualmente disposta em imóveis locados.
O produto 11557 – Custo da Folha de Pessoal Ressarcido representa o ressarcimento ao Tesouro Estadual quanto ao repasse de pagamento da folha de pessoal das empresas em liquidação. Essa restituição ocorre a partir do repasses dos DARE proveniente da empresa EMATER de ativos remanescentes da empresas. Para melhor representação desse repasse, por limitações do sistema, os valores representam a divisão da meta de ressarcimento de 100% ao término do ano em fatiais iguais por mês e a variação do valor por mês representa o valor percentual do valor ressarcido. Por exemplo no mês de fevereiro foi ressarcido ao tesouro 88.23%, que correspondeu uma cota de 7,34% neste mês. Da mesma forma no mês de novembro em que o tesouro foi ressarcido em 279,49% o valor correspondente na cota do mês foi de 23,28%. Quando fechamento do sistema os valores do mês de dezembro ainda não tinham sido fechados.

AÇÃO: 2044 - GESTÃO INTELIGENTE DE AQUISIÇÕES E LOGÍSTICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
O Plano Estratégico (produto 11702) é composto por várias ações que serão concluídas somente no último ciclo do PPA e para melhor representar sua evolução passará a ser monitorado como percentual. Neste ano foi realizada adequações legislativas (Decreto 9.666/20, IN de Audiência Públicas Virtuais), levantamento e desenho do fluxo que envolvem as compras corporativas (09 processos redesenhados) e desenvolvimento do novo portal de compras (Comprasnet) com aproximadamente 70% do desenvolvimento realizado.
Neste ano foram realizadas 8 atualizações no sistema SIGMATE (produto 11377), atendidos 851 usuários e realizadas 12 conciliações de estoques. Em 04/08 foi editada a Portaria Intersecretarial nº 004/2020 (DOE nº 23.357, pág 03) que criou o Grupo de Trabalho de Integração das Informações Corporativas Estaduais visando a integração de vários sistemas, inclusive o SIGMATE, e promover ações de melhoria em todos eles. O trabalho foi finalizado em novembro com a identificação de 11 requisitos do sistema aguardando alocação de recursos pela SEDI e ECONOMIA para sua implementação. Paralelamente, em parceria com a Superintendência Central de Transformação e Inovação foi feita a revisão da arquitetura de processos e iniciou-se o mapeamento dos processos de gestão de materiais, onde foram levantados 11 processos corporativos, mais 7 processos da gerência e 2 processos que já estavam mapeados. Esse trabalho norteará as mudanças esperadas no sistema e avaliará a viabilidade de uma nova solução de software.
Quanto ao produto 4867 foi realizado o levantamento das necessidades e requisitos, assim como diagnóstico da situação dos documentos guardados no arquivo geral. Iniciou-se também tratativas com o LABIC/UFG visando desenvolver e implantar um Sistema de Informações de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e um programa para digitalização de documentos com a implantação de um laboratório de digitalização e ações contínuas de digitalização.
Para o Diagnóstico da Frota Própria e Locada (produtos 11366 e 11365) foram cruzadas informações de vários bancos de dados: Sistema de abastecimento de veículos oficiais; Sistema de manutenção de veículos oficiais; Detran/GO e sistema de patrimônio. Foram encontradas inúmeras inconsistências que levaram a mudança de estratégia. A partir de agosto o levantamento foi diretamente nas unidades setoriais utilizando a prerrogativa do Decreto nº 9.541/19 e somente autorizando pedidos de aditivos contratuais ou novas contratações após o levantamento da frota individual de cada órgão e entidade demandante. Por essa razão foram computados dois diagnósticos no ano.
A previsão de capacitação da equipe de compras (produto 12397) foi comprometida devido à pandemia do Corona Vírus que exigiu da Escola de Governo a adaptação às aula virtuais, e adaptação da equipe. Entretanto, mesmo com as dificuldades apresentadas, a maioria da equipe conseguiu cursar grande parte do programa e dentre eles se destaca a formação de novos pregoeiros.

AÇÃO: 3015 - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
O produto 10679 trata-se do processo de execução de Jornada de Transformação da Gestão Pública focada na busca pela excelência operacional, através da inovação e simplificação dos processos corporativos centrais do Estado. Embora a meta estabelecida para esse produto em 2020 tenha sido 0, neste ano foram executados 4 processos de excelência operacional (Janeiro - Transformação do Patrimônio Público Móvel; Fevereiro - Transformação da Procuradoria Setorial da SEAD; Março - Transformação do Atendimento ao Cidadão; Junho - Transformação do Dossiê dos Servidores Públicos da SEAD).
O Processo de Governança Corporativa (produto 10678), trata-se do processo de execução da Política de Governança do Estado de Goiás. Enquanto o ano de 2019 foram realizadas a conclusão das reformas estruturantes dos órgãos e entidades da administração pública estadual, leis 20.417 e 20.491, neste exercício ocorreu uma nova adequação da estrutura dos órgãos e entidades que resultou também na criação da Secretaria da Retomada, como medida de combate à crise trazida pela pandemia da Covid-19, mediante a publicação da Lei Estadual 20.820 em agosto, conhecida como lei da minirreforma. A partir desta lei estão sendo atualizados os regulamentos dos órgãos que sofreram alterações na estrutura de suas unidades organizacionais. A meta para esse produto em 2020 foi

estabelecida como oito, entretanto, até o momento foram executados 11 processos de governança corporativa, conforme seguem: Janeiro de 2020 - Regulamento da Secretaria da Saúde (Decreto 9.595), Regulamento da Secretaria de Desenvolvimento Social (Decreto 9.599), Regulamento do IPASGO (Decreto 9.598), Regulamento da Juceg (Decreto 9.596), Regulamento da UEG (Decreto 9.593) e Regulamento da FAPEG (Decreto 9.597); Maio de 2020 - Política de Governança Corporativa, Decreto 9.660; Julho de 2020: Regulamento da Secretaria de Segurança Pública, Decreto 9.690; Agosto de 2020: Minirreforma Administrativa, Lei Estadual 20.820 ; Setembro de 2020: Regulamento da Secretaria da Casa Militar, Decreto no 9.717; Novembro de 2020: Regulamento da Secretaria-Geral da Governadoria como resultado da Minireforma, Decreto 9.756.
O produto 10680 trata-se do processo de execução da Jornada da Transformação dos Serviços Públicos. Vale dizer que a Jornada da Transformação dos Serviços Públicos é um conjunto de técnicas e boas práticas de gestão a serem implantadas pelos órgãos e entidades estaduais, em etapas definidas, com objetivo de incrementar a sua maturidade de gestão e da sua prestação dos serviços públicos, através da inovação e digitalização dos processos institucionais e de atendimento ao cidadão.
No momento de estruturação das metas pensou-se na viabilidade de implantação de 20 processos, que não se apresentou viável devido as complexidades relacionadas a essas atividades e adaptações impostas pelo teletrabalho ao longo do ano. Dessa forma, até a presente data, foram realizados 05 projetos diretamente relacionados à Transformação de Serviços Públicos de Atendimento ao Cidadão: Janeiro - Construção da Carta de Serviços contendo 650 serviços ofertados pelo Estado de Goiás e disponibilizados no Portal Único do Cidadão, instrumento até então inexistente no Estado de Goiás; Construção da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos dos 36 órgãos/entidades públicas; e Construção da Metodologia de Redesenho/Melhoria de Serviços Públicos contidos na Carta de Serviços; Julho - Redesenho/Melhoria do Serviço de Dispensa de Medicamento de Alto Custo da Secretaria de Estado da Saúde; Outubro - Redesenho/Melhoria do Serviço de Visitar Preso da Diretoria Geral de Administração Penitenciária.
Por fim, destaca-se que, a digitalização dos serviços ainda não foi efetivada devido a dificuldades técnicas como: (i) integração de bases de dados; e (ii) falta de ferramentas necessárias à automatização dos processos que entregam os serviços públicos.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1014 - GOIÁS ÁGIL
AÇÃO: 2051 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
A pandemia provocou redução drástica do quantitativo de atendimentos (produto 3649). Houve restrição de quantidade de servidores e de locais de atendimento, além de prestação de serviços seguindo os critérios de essencialidade. A medida que as regras de isolamento foram flexibilizadas, gradativamente as unidades foram reabertas e os serviços foram incrementados, consequentemente os atendimentos tiveram crescimento. No entanto, os números ainda não retornaram ao patamar indicado, visto que: 1 Não houve retorno de todos os serviços; e 2 Foi implantado o agendamento, porém com previsão de maior tempo de execução do serviço que no atendimento por livre demanda. O objetivo deste prolongamento do tempo previsto para o atendimento justifica-se pela busca de não aglomeração e que os servidores possam higienizar os equipamentos entre os atendimentos. Atualmente todas as unidades estão em funcionamento com 14 órgãos em atendimento por agendamento, além de atendimentos municipais por livre demanda.
Não houve acréscimo de serviços no Programa Vapt Vupt a partir de maio, mas sim retorno de serviços suspensos. Em relação aos 13 novos serviços do mês de março, são 12 serviços da prefeitura de Campos Belos, que passou a fazer parte do Programa Vapt Vupt e 1 serviço na Unidade Morrinhos (Agendamentos de Consulta Médica). Já no mês de maio foi incrementado no rol de serviços oferecidos ao cidadão 1 serviço do Ipasgo (Credenciamento). Atualmente são oferecidos 643 serviços e tem-se empregado grandes esforços para transformação e digitalização desses serviços.
Devido as complexidades provocadas pela pandemia da Covid-19 a capacidade de investimentos por parte do Estado e empreendedores não foi possível atender a meta de unidades ativas (produto 12477). Visando mitigar esses impactos, tem-se buscado alternativas e otimizações levando a uma mudança na governança e na maneira de implementar o atendimento ao cidadão, optando pela digitalização dos serviços e canais de atendimento, que trará facilidade e praticidade na oferta dos serviços ofertados a população.
Ainda assim, em julho foi implantada a Unidade Vapt Vupt Shopping Bougainville. O Governo do Estado de Goiás não teve nenhum custo com a obra e não pagará aluguel, apenas arcará com os custos operacionais. Em dezembro foi finalizada toda instalação da unidade Vapt Vupt de São Luís.

OBSERVAÇÕES
No Produto 12477 - UNIDADE DO VAPT VUPT ATIVA, de janeiro à dezembro deste ano, foi liquidado o valor total de R$ 17.805.794,91 para as seguintes despesas:
• Contratação de empresa para prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, conservação, copa, jardinagem, piscina e encarregados, incluindo o fornecimento de materiais, produtos, uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI´s) e de proteção coletiva (EPC´s) nas quantidades necessárias ao desempenho desses serviços, para unidades Vapt Vupts espalhados pelo Estado de Goiás;
• Locação de área de uso comercial, com área útil dos imóveis das Unidades Vapt Vupts;
• A favor da empresa Saneamento de Goiás S.A abastecimento de água tratada, e a coleta/afastamento e tratamento de esgoto sanitário, para atender as necessidade da unidades consumidoras dos Vapt Vupts;
• Fornecimento de energia elétrica para uso exclusivo das unidades consumidoras Vapt Vupts;
• Despesa, com Diárias para servidores lotados em Unidades Vapt Vupt de Goiânia e que atualmente estão desempenhando suas funções temporariamente na Unidade Vapt Vupt de Inhumas, devido à falta de servidores, referente ao mês de janeiro/2020;
• Diárias, para atender os servidores desta Pasta, em viagem a serem empreendidas dentro do Estado, na realização de atividades compatíveis com a Modernização do Sistema de Atendimento ao Cidadão;
• Prestação de Serviços de Vigilância Armada nas Unidades de Atendimento Vapt Vupt;
• Prestação do Serviço de sistema de Vigilância Eletrônica nas Unidades de Atendimento Vapt Vupt.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2089 - ENVOLVER - GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES

Com a ocorrência da situação de emergência em saúde pública pela Pandemia da Covid-19, a partir de março de 2020, seguiu-se uma série de Decretos Estaduais estabelecendo procedimentos preventivos e de proteção à saúde. A partir de então, a grande maioria dos servidores foram colocados em regime de tele trabalho, de desocupação funcional por calamidade pública, além da recomendação do distanciamento social.

Esclarecemos que o Circuito de Saúde (produto 11528) foi criado com as características de atendimentos presenciais dentro dos órgãos e unidades administrativas e com o objetivo de atingir o maior número possível de servidores participantes nas suas edições, o que tornou inviável a sua realização em virtude da Pandemia, justificando sua não execução.

Pelo mesmo motivo não teve prosseguimento a agenda de início da segunda campanha de Exames Médicos Periódicos (produto 11543), que estava previsto para março do presente ano, a partir da realização do Curso de Orientações para os Exames Médicos Periódicos ocorrido nos dias 18 e 19 de fevereiro. Cabe ressaltar que, em nível federal, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, em seu artigo 15, suspendeu a obrigatoriedade da realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares como medida preventiva. Apesar da referida MP ter perdido sua validade em Julho de 2020, o agravamento da Pandemia levou o Governo Estadual a manter as medidas protetivas.

O Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO) (produto 11544), Lei nº 19.145 - 29/12/2019, tem por objetivo prevenir e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho e a existência de casos de doenças ocupacionais ou danos irreversíveis à saúde dos servidores e deve ser conduzido por equipe multidisciplinar de saúde. Para a elaboração dos PCMSOs é necessário que os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) estejam concluídos. Conforme a Lei nº 19.145/2015, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) é realizado para identificação dos agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes existentes nos ambientes e processos de trabalho dos órgãos e das entidades.

Em virtude da Pandemia, não foi possível a manutenção dos profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, bem como Engenheiros de Segurança do Trabalho in loco nos diversos órgãos/entidades para o levantamento dos riscos ambientais. Além disso, mesmo que isso fosse possível, os mesmos não encontrariam a realidade dos postos de trabalho em virtude do momento que estamos vivendo, de redução de trabalho presencial. Inviabilizando as execuções dos PCMSOs e PPRAs. Neste exercício, até o momento o PCMSO concluído é referente aos órgãos ABC, CBMGO, EMATER, SSP-Luziânia, SEAD e SEDS.

A expectativa é de que, com a redução dos riscos e a possibilidade de retorno dos servidores, a execução dos PCMSOs e PPRAs voltem aos padrões normais em 2021 e que possa ser otimizada a partir de um sistema de gerenciamento.

AÇÃO: 2090 - MERECER - INSTITUIR CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES

No segundo semestre de 2020 foi lançado o Programa de aferição e acompanhamento da produtividade do servidor - PROMOVE. Na primeira etapa foi realizado o mapeamento das entregas e atividades das unidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo. As informações recebidas estão sendo consolidadas e a proposta de regulamentação está em fase final de elaboração para posterior validação do Chefe do Poder Executivo. A previsão é de que até o final do primeiro semestre de 2021 o trabalho esteja concluído, finalizando a entrega do produto 11520.

A realização do Ciclo de Avaliação de Produtividade (produto 11521) depende da conclusão da regulamentação do instrumento avaliatório, por isso não executada neste exercício, e a previsão é de que seja iniciada a partir de 2021.

A definição de Critério de Evolução por Mérito (produto 11637) é um trabalho que requer a revisão de todos os planos de cargos e remuneração - PCRs do Poder Executivo. Para se ter a dimensão do trabalho, informamos que atualmente há 336 cargos, sendo 184 permanentes e 152 transitórios, distribuídos em 38 PCRs, além de legislações complementares. Neste exercício foi iniciado o diagnóstico geral, pelo Projeto Repensar Carreiras, com estudo de todas as legislações pertinentes de forma a conhecer e ter elementos para comparação, inclusive com outros Estados brasileiros. A partir da conclusão do diagnóstico, os estudos serão direcionados para elaboração de proposta de reestruturação das carreiras, com a definição dos critérios por mérito, com previsão de conclusão no final do primeiro semestre de 2021.

Para a definição do Formato para Avaliação de Produtividade (produto 11518) não foi concluída neste ano, pois é parte do trabalho da definição do Instrumento de Avaliação de Produtividade (produto 11520), que está em elaboração conforme exposto.

Quanto ao produto 11517, as diretrizes e critérios para gestão das funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo foram definidos no Decreto nº 9.566, de 25 de novembro de 2019, que regulamenta a gestão das Funções Comissionadas no âmbito do Poder Executivo estadual. O decreto também apresenta o Sistema de Cotas, para dar autonomia aos órgãos e entidades na definição do quantitativo e do valor das funções comissionadas. No ano de 2019 toda cota da SEAD foi alocada seguindo as diretrizes e critérios estabelecidos pelo decreto.

As Avaliações Especiais de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório (produto 11519) ocorreram nos meses de junho e outubro de 2020. O primeiro ciclo, que normalmente aferido entre maio e junho, sofreu prorrogação em razão da situação de emergência em saúde pública pelo Coronavírus - COVID-19, mas foi executado com êxito.

AÇÃO: 2091 - MODERNIZAR - RH DIGITAL E INTEGRADO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
O Dossiê unificado (produto 11540) dependia de contratação de empresa para desenvolvimento de software e digitalização do acervo físico dos dossiês do Estado. O levantamento estimou custo de R$ 17 milhões, inviabilizando o projeto. Mediante aos fatos a SEAD identificou um cenário alternativo, que já foi encaminhado para aprovação da Central de Planejamento na Economia.
Atualmente, o cronograma de implantação do E-Social (produto 11538) para setor público encontra-se suspenso pelo Governo Federal, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 03/09/2020. Justificando-se sua não execução.
O produto 11657 prevê a integração dos seguintes Sistemas, os quais estão nas seguintes fases de implementação: Desenvolvimento do Novo Controle de Frequência (70%); SALIS e RHNET (10%); SIGRA e RHNET (0%); SIOFNET e RHNET (5%); SICAD da SSP e RHNET (0%); App de Consignação (100%) e BI para emissão de Relatórios de Gestão de Pessoas (42%).
As licenças médicas concedidas via web (produto 11537) são realizadas por perícia documental e por videoconferência. Neste exercício realizou-se a primeira modalidade e a execução maior que o planejado justifica-se pela necessidade de permitir a analise remota das avaliações documentais. A modalidade de videoconferência deve ser iniciada em 2021, a partir do atendimento da normas técnicas exigidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, conforme Resolução Nº 1.643/2002 e Parecer nº 09/2012.
O Banco de Talento (produto 8319) está em implementação com o auxílio do Sistema Oportunizar, que embora ainda esteja em desenvolvimento já tem atendido demandas pontuais. O sistema realiza a combinação entre vaga e servidor/estagiário e permite agendar entrevista com psicólogos. Este produto terá unidade de medida de monitoramento alterada para percentual, por melhor representar sua evolução.
A Biometria colhida (produto 11539) será descontinuada pela SEAD, uma vez que durante os estudos de viabilidade, verificou-se a necessidade de alto investimento (estruturação do VaptVupt para atendimento presencial de mais de 78 mil servidores ativos e inativos; e aquisição de leitores biométricos para todos os órgãos) sem contudo ter demonstrado que, uma vez colhidas, o uso da biometria gerará benefícios imediatos. Sendo assim, justifica-se nenhuma execução.
O trabalho de revisão da legislação de pessoal (produto 11522) compreende na elaboração de minuta ou na análise da conveniência e oportunidade para a Administração acerca de determinada proposição ou alteração legislativa. A meta refletia as previsões de iniciativa da própria SEAD, uma vez que as demandas externas são imprevisíveis, daí a justificativa pela maior execução. Boa parte da legislação revisada neste exercício é reflexo da edição do novo regime jurídico dos servidores civis e as adequações do regime jurídico do magistério, Leis nº 20.756 e 20.757. Como exemplo de uma demanda externa tivemos o Decreto nº 9.634, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelo Poder Executivo durante a pandemia.

AÇÃO: 2092 - OPORTUNIZAR - COMPETÊNCIA, CAPTAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS E GESTÃO PARTICIPATIVA.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
1850 - FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR E DE MODERNIZAÇÂO DO ESTADO DE GOIÁS - FUNCAM

REALIZAÇÕES
O dimensionamento da força de trabalho (produto 11524) faz parte do planejamento de gestão de pessoas e consiste no levantamento do perfil e do quantitativo de pessoal adequados para a realização das entregas e atividades de cada unidade administrativa, oferecendo subsídios objetivos para direcionamento da alocação, bem como da necessidade de reposição da força de trabalho. A situação de emergência em saúde pública pela pandemia da Covid-19 causou atraso na execução deste produto, pois, além da necessidade de priorização de outras entregas não previstas no PPA, a exigência de distanciamento social dificultou a preparação de uma equipe de trabalho para desenvolvimento e aplicação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho nos órgãos e entidades do Poder Executivo. Há expectativa que o trabalho seja iniciado a partir de 2021.
Em 2020 tivemos em Junho a conclusão do concurso público (produto 4997) de Agente de Segurança Prisional - ASP 2019, para 500 vagas. Há ainda 02 contratos assinados para realização de concursos públicos: Engenheiros da antiga AGETOP e da Policia Civil, no entanto, são contratos desatualizados que não tem previsão de serem retomados.
Ao longo de 2020 tivemos as seguintes Seleções simplificadas (produto 11658):
Janeiro: A seleção para estagiário (prova objetiva realizada em janeiro e oficina realizada em fevereiro de 2020 com metade dos estagiários). No entanto foi pausada por causa da pandemia, em dezembro a segunda metade das oficinas, concluindo o processo seletivo;
Abril: TAP - Teste de Aptidão Profissional CBMGO (Teste com prova objetiva que aconteceu em outubro de 2020 para progressão de alguns cargos dos bombeiros);
Maio: Processo Seletivo Emergencial Goinfra e Processo Seletivo da Vice Governadoria (Processo emergencial da Goinfra para Engenheiros e arquiteto para reforma de hospitais e Processo da Vice Governadoria para seleção de servidores para o programa Goiás Resultados);
Julho: Processo Seletivo Emergencial Saúde (Processo seletivo da Saúde para engenheiros para construção de hospitais).
Com os decretos de isolamento social, as seleções foram imediatamente revistas e adequadas à nova realidade. Todas as seleções realizadas foram realizadas online obedecendo aos cuidados de isolamento social. Nesse período tivemos em agosto o processo seletivo para 4 Bolsas para Pós Graduação em Gestão Pública Municipal; Setembro para instrutores para Escola de Governo nas disciplinas de Matemática e Estatística E Econometria; e Outubro seleção de servidor para participar da “Live” do Servidor em comemoração ao dia do Servidor.

OBSERVAÇÕES
No Produto 4997 - CONCURSO PÚBLICO REALIZADO, nos meses de abril, maio, junho e novembro foi liquidado R$ 1.904.999,84 a favor do Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES referente a realização de concurso público para a seleção de 500 (quinhentos) Agentes de Segurança Prisional para Diretoria- Geral de Administração Penitenciária DGAP e para dar continuidade a prestação de serviços e materiais nos processos seletivos e concursos públicos realizados por este órgão.
No Produto 11524 - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO POR ÓRGÃO OU ENTIDADE REALIZADO foi liquidado o valor de R$ 12.490,20 referente a prestação de serviços de suporte na execução de concursos e processos seletivos simplificados realizados por esta Secretaria de Estado da Administração, para período de janeiro a abril de 2020, conforme Contrato 021/2018, vigência 15/04/2020 e para a empresa INFOPLAN TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA referente a aquisição de 12 (doze) Detector de

Metais (bastão ou raquete).
No Produto 11658 - SELEÇÃO SIMPLIFICADA REALIZADA, foi liquidada a despesa de R$ 24.368,18 referente a prestação de serviços de suporte na execução de concursos e processos seletivos simplificados realizados por esta Secretaria de Estado da Administração, para período de janeiro a abril de 2020, conforme Contrato 021/2018, vigência 15/04/2020.

AÇÃO: 2093 - VALORIZAR - CAPACITAR E RECONHECER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1850 - FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR E DE MODERNIZAÇÂO DO ESTADO DE GOIÁS - FUNCAM
1801 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

REALIZAÇÕES
Em razão da pandemia da COVID-19, novas ações, que não estavam previstas, assim como outras atividades se tornaram mais prioritárias comparadas à pertinência de realização da premiação para melhores práticas (produto 11877), sendo assim, este produto não teve execução.
Produto 11527 - O Novo Estatuto do Servidor (Lei nº 20.756/2020) que entrou em vigor no dia 28/07/2020, revogou a Lei 10.460/1988, extinguindo o auxílio creche. Ainda assim, antes de sua extinção, 26 servidores receberam auxílio creche e o custo total no ano foi de R$ 31.000,00. O referido auxílio era pago diretamente no contracheque do servidor e a menor quantidade de auxílio creche concedidos em 2020, se justifica por conta de uma menor demanda por parte dos servidores, uma vez que a legislação trazia critérios rígidos para a sua concessão, o que dificultou o acesso ao referido benefício.
Os eventos de capacitação para a inovação (produto 11526), devido isolamento social, foram adequados e realizados no formato on-line. Os eventos realizados estão dentro do escopo do PequiLab (laboratório de Inovação da Escola de Governo) e do projeto Semear totalizando até novembro/2020: SEMEAR online – 08 edições realizadas – mais de 1.626 pessoas beneficiadas. #PEQUI online - 16 edições realizadas – 2.262 pessoas beneficiadas.
Quanto ao produto 11525 - Após a adoção das medidas de distanciamento social em função da COVID-19, todo o esforço foi empregado na estruturação de um ambiente virtual de aprendizagem. A partir de abril, a Escola de Governo passou a disponibilizar cursos em formato EAD. Neste ano, até novembro, tivemos 1.104 servidores diplomados em ações presenciais e 3.987 diplomados por EAD. Ademais, 22 cursos produzidos e disponibilizados no formato EAD:
• SEI! - Básico; Informática Básica; Teletrabalho e Segurança da Informação – Como se proteger de ataques virtuais; Inteligência Artificial; Ética no Serviço Público com Clóvis de Barros; Programa de Compliance Público: Eixo 2 – Fomento à Transparência; Programa de Compliance Público– Eixo 3 – Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas; Programa de Compliance Público– Eixo 3 – Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar; Programa de Compliance Público: Eixo 4 – Gestão de Riscos; Programa de Compliance Público: Eixo 4 – Gestão de Riscos para a Alta Gestão; O Decreto nº 9.666/2020 e seu impacto no sistema Comprasnet.GO; Elaboração de Termos de Referência; Práticas de Gestão de Contratos; Formação de Pregoeiros - PNAE; Reavaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais Móveis; Inventário de Bens Patrimoniais Móveis; Redação Oficial; Oficina para esclarecimento de dúvidas sobre a Lei nº 20.756 - Novo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás; Empatia e Serviço Público: Benefícios e Práticas; ProMove – Programa de Acompanhamento da Produtividade; Business Objects: criando relatórios gerenciais; Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento – Técnico Fazendário Estadual – TFE.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1040 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
AÇÃO: 2136 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DE AÇÕES SOCIAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1800 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
1802 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

REALIZAÇÕES
Devido a grande quantidade de atividades realizadas nesta ação adicionado a limitação de caracteres que são permitidos no campo de resultado da ação, as informações detalhadas do desempenho / resultado desta ação foi incluído no campo observações.

OBSERVAÇÕES
Várias ações que demandavam atividades presenciais somente serão retomadas mediante novas orientações do Governo Estadual/autoridades competentes. Enquanto a situação de pandemia estiver instalada, o cumprimento das metas previstas no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estarão comprometidas, conforme registrado no Ofício nº 722/2020-DIGER, de 13.08.2020 (SEI nº 202000058002565).
10681 - IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDO
A partir do dia 16/03/2020, após declaração de situação de pandemia, devido ao novo Coronavírus, as atividades presenciais do Centro Dia, realizadas no Centro de Idosos Sagrada Família (CISF), e dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, realizadas nas quatro unidades de apoio ao idoso da OVG (CISF, CIVV, EBV-I e EBV-II) foram suspensas temporariamente. Entretanto, a equipe multiprofissional está realizando um trabalho de monitoramento, orientação e divulgação de informações, por meio de telefonemas, grupos de WathsApp e vídeochamadas.
Nas modalidades ILPI e Casa lar, em que os idosos são institucionalizados, ou seja, moradores das Unidades, as equipes técnicas do CISF e CIVV estabeleceram rotinas necessárias e medidas para reduzir a exposição dos idosos ao vírus, com restrições de saídas, suspensão de visitas e compras pessoais. Com a suspensão das atividades de convivência, professores de educação física, dança, artesanato e de atividades socioeducativas / lazer puderam se dedicar e ampliar os atendimentos aos idosos acolhidos, visando reduzir os efeitos do isolamento social. Mesmo assim, é importante registrar que houve comprometimento das metas físicas.
Apesar de todas as medidas de prevenção adotadas desde o início da pandemia, no dia 07 de julho foi registrado os primeiros casos de

COVID-19 em dois idosos da ILPI e um idoso da Casa lar (Vila Vida). Imediatamente, foram tomadas as providências para isolamento desses idosos, bem como a realização de exames de testagem tipo RT-PCR em todos os demais idosos e colaboradores, além da sanitização dos ambientes, dentre várias outras ações norteadas pelas seguintes normativas: Nota Técnica nº 05/2020 - GVIMS / GGTES / ANVISA; Nota Técnica Conjunta MP/GO nº 01/2020; e Nota Técnica nº 07/2020 - GVSPSS / SUVISA / SES. Infelizmente, devido a capacidade de proliferação do vírus, várias idosos foram acometidos, muitos foram curados, mas em julho registramos 8 óbitos, em agosto, 3 e, em setembro, 2 óbitos de moradores da ILPI (CISF). Novos processos de triagem para seleção e admissão de idosos somente poderão ser realizados após a pandemia.

10682 - ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDO

Conforme a Proposta de Trabalho do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, vigente de julho/2020 a junho/2021, o Centro de Adolescentes Tecendo o Futuro ampliou a idade do púbico atendido, atuando com público de 12 a 21 anos, com o propósito de colaborar na melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecendo, por meio de parcerias, formação profissional e oportunidades de inclusão social. Para tanto, a unidade está sendo preparada para a ampliação dos serviços, com reformas estruturais bastante amplas e complexas. Tal oferta integra a visão estratégica da Rede Goiana de Oportunidades, programa do governo estadual que busca integração da oferta de serviços sociais com foco na juventude.

10037 - ADOLESCENTE E JOVEM GRÁVIDA/PÓS-PARTO ATENDIDA NO PROGRAMA MENINAS DE LUZ

10038 - MUNICÍPIO BENEFICIADO COM O PROGRAMA MENINAS DE LUZ

Após minuciosa análise das atividades do Centro Social Dona Gercina Borges (Programa Meninas de Luz), foi proposta uma reestruturação da ação a partir do 16º Termo Aditivo, vigente de julho/2020 a junho/2021. Assim, a meta física de adolescentes e jovens foi reduzida de 215/mês para 150/mês, bem como os recursos financeiros previstos. No 16º TA, houve a exclusão da meta de parcerias firmadas com municípios para promover a interiorização do Programa Meninas de Luz, diante das dificuldades encontradas na disponibilização pelos municípios de infraestrutura e técnicos para implantação do programa, justificando assim as dificuldades para cumprir a meta ao longo do 15º TA.

As atividades presenciais do Centro de Adolescentes Tecendo o Futuro e do Centro Social Dona Gercina Borges foram suspensas temporariamente, a partir da declaração de situação de pandemia, devido ao novo Coronavírus. A equipe multiprofissional do CATF está acompanhando os adolescentes e jovens grávidas por meio de ligações, grupos de whatsapp e envio de atividades / cursos que podem ser desenvolvidos on-line. A entrega de enxovais de bebê para as que estão próximas da data do parto é realizada por agendamento.

Nos contatos com os adolescentes e familiares, a equipe do CATF identificou que, em função do isolamento social, houve aumento de vulnerabilidades de algumas famílias atendidas e casos de violação de direitos sofridos pelos adolescentes. Para essas demandas, foram organizados atendimentos psicossociais presenciais pelos setores de Serviço Social e Psicologia, uma vez por semana, seguindo todas as normas de segurança para prevenção à COVID-19. Na ocasião, além da entrega de cestas básicas e de hortifruti, essas em parceria com o Banco de Alimentos/OVG, também são realizados empréstimos de livros da Biblioteca.

10021 - GESTANTE ATENDIDA COM DOAÇÃO DE ENXOVAL DE BEBÊ

10022 - CRIANÇA ATENDIDA COM DOAÇÃO DE FRALDAS OU LEITE ESPECIAL

10684 - PESSOA ATENDIDA COM AUXÍLIO SOCIAL

A OVG atua como prestadora complementar de serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A ação integrada tem como foco as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social tendo por princípio a matricialidade sociofamiliar. São ofertadas assistência e atendimento socioassistencial às gestantes em situação de vulnerabilidade, com repasse de enxovais para o nascituro e ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento; aos cidadãos, pessoas com deficiências e idosos em situação de vulnerabilidade, visando garantia de direitos aos benefícios de material ortopédico (cadeiras de rodas, cadeira de rodas higiênica, andador, muleta, bengala), doação de fraldas descartáveis geriátricas, colchões especiais (d'água e caixa de ovo), malhas compressivas para queimaduras, realização de exames de investigação de paternidade (teste de DANA); às crianças em situação de vulnerabilidade que necessitam de leites especiais, oportunizando a garantia de acesso, bem como prestando apoio com o repasse de fraldas descartáveis infantis.

A Proposta de Trabalho do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, considerando os reflexos ocasionados pela pandemia na redução da renda familiar, alterou a sistemática de doações contínuas de leites especiais e fraldas descartáveis infantis. As doações que eram feitas a cada dois meses, a partir de julho de 2020 passaram a ser mensais, o que representou um incremento de 75% de benefícios destinados às crianças. O número de fraldas e fórmulas infantis, foi praticamente dobrado, ou seja, mais atendimentos, com um número maior de benefícios em um intervalo de tempo menor, visando promover ainda mais dignidade e redução das vulnerabilidades dos usuários cadastrados. Além dos números, a melhora na qualidade dos produtos está sendo ascendente, pois além da análise do melhor investimento, é feito ainda um rigoroso controle de qualidade.

10685 - PESSOA DO INTERIOR ACOLHIDA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NA CAPITAL

A Casa do Interior de Goiás (CIGO) é um serviço de acolhimento provisório em unidade institucional para pessoas do interior do Estado em tratamento de saúde na Capital, que não possuem referência familiar na cidade, nem condições financeiras para hospedagem. A unidade visa à segurança da acolhida num ambiente de conforto e tranquilidade, funcionando 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando atendimento social, nutricional, psicológico, de enfermagem e atividades socioeducativas e socioculturais. Trabalha em parceria com as Prefeituras Municipais e em articulação com a rede de serviço socioassistencial e de saúde, atuando em conformidade com a Resolução nº 109/2009, oferecendo proteção social para adultos e famílias. O recorte especial (acolhimento específico a pessoas em tratamento de saúde) é regulamentado pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Com o início da pandemia, houve uma diminuição significativa dos pedidos de solicitação de vagas pelos municípios, pois a maioria das consultas agendadas foram canceladas. Atendendo orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda o distanciamento social, a unidade passou a receber apenas os usuários que estão em tratamento de oncologia e casos emergenciais. Além disso, dos 120 leitos disponíveis, até o mês de setembro, operamos com aproximadamente 30% da capacidade, em razão das adequações de distanciamento dos leitos, observando as normativas para prevenção de contágio, e da necessidade de criar uma ala de isolamento para remoção dos idosos do Sagrada Família que testaram negativo, mas precisaram ficar em quarentena pelo contato com os que testaram positivo. A partir de setembro, com a diminuição e controle dos casos no CISF, a ala de isolamento pôde ser liberada e os leitos foram disponibilizados para atender usuários de outras especialidades médicas. Assim, passamos a operar com 50% da capacidade, mantidas todas as precauções em relação ao COVID-19.Todas as medidas tomadas no enfrentamento à pandemia impactaram fortemente no cumprimento da meta.

10044 - PESSOA ATENDIDA NO RESTAURANTE DO BEM

O Programa Restaurante do Bem está inserido no eixo de Atenção Social ao Cidadão em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social da OVG. Suas ações estão em conformidade com o art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social, tendo em vista que contribui para a Proteção Social Básica das famílias e indivíduos, uma vez que reduz as desproteções sociais e danos provocados pela falta de acesso a uma alimentação adequada e digna e assegura a defesa de direitos, no conjunto das provisões socioassistenciais.

As refeições são servidas em 13 unidades de atendimento e, a partir do mês de março, após a declaração de calamidade pública em função da pandemia, para evitar aglomerações nas unidades e diante da necessidade ainda maior de oferecer uma alimentação saudável

e nutritiva à população de rua e aos mais vulneráveis, adotou-se a entrega de marmitex sem a utilização dos salões, mas assegurando o fornecimento de refeições a milhares de cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Ademais, foram apresentados aos usuários ações de conscientização do potencial de transmissão do vírus, formas de prevenção e cuidados com a saúde pessoal e familiar.
Durante a pandemia, a OVG, as Secretarias de Assistência Social de Goiânia e Luziânia e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) firmaram parceria inédita para o fornecimento de refeições gratuitas para a população de rua e outras situações de vulnerabilidade. De segunda a sexta-feira, são doadas 200 refeições/dia em Goiânia (SEMAS Goiânia), 100/dia em Luziânia (SEMAS Luziânia) e 150/dia às famílias pertencentes à etnia indígena Warao que estão em Goiânia, oriundas da Venezuela (SEDS). Do início até agora, foram entregues 61.500 refeições gratuitas nos dois municípios.
Além disso, com a paralisação das atividades presenciais na UEG, em Anápolis, com os estudantes recebendo aulas on-line e os profissionais da administração em home office, a unidade recebeu trabalhadores da região, sem alcançar a capacidade total de atendimento. Desta forma, foi possível que parte das refeições fosse destinada a uma unidade provisória, aberta no Bairro de Lourdes, um dos maiores e mais populosos da cidade, com grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social.
As metas foram cumpridas, ressalvando que a pandemia impactou fortemente o poder aquisitivo da população, provocando um aumento na procura pelos Restaurantes do Bem.
3851 - PESSOA CAPACITADA PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO
A cultura do voluntariado é disseminada em todos os programas e projetos da OVG. A proposta é de que a sociedade goiana, cada vez mais, contribua com o desenvolvimento social e fortalecimento da solidariedade. Para doar horas de serviço voluntário, a pessoa interessada realiza uma capacitação e, de acordo com sua disponibilidade, é encaminhada às vagas disponíveis nas diversas entidades cadastradas e capacitadas pela OVG para receber o voluntário. Durante a pandemia, as capacitações foram oferecidas on-line, por meio de minicursos e lives, que abordaram o tema “Voluntariado em tempos de pandemia”, alcançando grande número de interessados e superando a meta prevista. Da mesma forma, foram identificadas vagas de trabalho à distância, a fim de que, nesse momento tão delicado, quem mais precisa recebesse a ajuda necessária e a saúde de todos fosse preservada.
10039 - ENTIDADE SOCIAL ASSESSORADA E CAPACITADA
Às entidades sociais cadastradas na OVG é oferecido assessoria e capacitação sobre a readequação das suas ações com foco no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim como, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com foco na promoção da capacitação de entidades (públicas e privadas) para acompanhar, assessorar, fortalecer e qualificar sua atuação junto aos beneficiários. Também atua no fortalecimento da cultura do voluntariado, mobilizando as entidades sociais no processo de articulação e apoio no desenvolvimento social.
As atividades de assessoramento às entidades sociais foram desenvolvidas presencialmente até o mês de março. A partir daí, foram realizadas por meio de contatos telefônicos e reuniões temáticas virtuais, conseguindo superar a meta de atendimento, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo distanciamento social.
10040 - ENTIDADE SOCIAL ATENDIDA COM AUXÍLIO
É oferecido o serviço de apoio às entidades sociais, grupos e organizações de usuários, movimentos sociais, bem como gestores, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na Assistência Social, incluindo a concessão de benefícios, com vistas na promoção do direito à cidadania e na inclusão social de pessoas menos favorecidas economicamente.
No processo de mobilização da sociedade para ações voluntárias, a OVG desenvolveu constantes articulações para captação de doações, especialmente com a criação da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. A sociedade em geral, empresas privadas e órgãos públicos se sensibilizaram e colaboraram com a Campanha, favorecendo o apoio às entidades sociais cadastradas com a destinação de muitas doações. Desta forma, contribuiu com o fortalecimento do trabalho desenvolvido por essas instituições na atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social e possibilitou a superação da meta de forma significativa.
10041 - PESSOA ATENDIDA NO CENTRO DE APOIO AO ROMEIRO DE TRINDADE
Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, no mês de junho, o Governo de Goiás, por meio da OVG, promove as atividades do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR) de Trindade, instalado no Km 9,5 da GO-060, oferecendo um ponto de apoio aos cidadãos que participam da tradicional romaria, com lanches, banheiros, espaço para descanso, capela para oração, atendimentos de saúde, como aferição de pressão, glicemia, curativos e massagens nos pés, ou seja, ações voltadas ao bem-estar daqueles que participam dessa manifestação cultural e religiosa tão importante em nosso Estado.
No entanto, em razão das medidas de caráter preventivo para conter a propagação do novo Coronavírus em Goiás, no dia 15 de maio, após reunião com representantes de órgãos da administração pública e os responsáveis pela realização da romaria, ficou acordado oficialmente que a Festa do Divino Pai Eterno 2020 seria realizada somente pelos meios de comunicação e sem a presença física dos romeiros nas celebrações. Diante disso, a OVG comunicou à SEAD, via Ofício nº 39/2020 - OVG (SEI nº 202000058001588) que não haveria a instalação da estrutura e desenvolvimento das atividades do CAR Trindade neste ano, o que gerou o descumprimento da meta prevista no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011, de atender 300 mil romeiros. Consequentemente, não houve repasse financeiro para a campanha/evento de proteção e inclusão social.
Já no fim do mês de maio, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) recomendou ao prefeito de Trindade, Jânio Darrot, e ao reitor da Basílica à época, padre Robson de Oliveira Pereira, o cancelamento da Romaria do Divino Pai Eterno, que estava prevista para acontecer virtualmente. Para o promotor de Justiça Francisco Bandeira de Carvalho Melo, titular da 2° Promotoria de Trindade, mesmo que a romaria fosse transmitida pela internet, muitos fiéis poderiam sair de outros lugares para participar presencialmente do evento, gerando aglomerações. A recomendação foi acatada.
10042 - PESSOA ATENDIDA NO CENTRO DE APOIO AO ROMEIRO EM MUQUÉM
Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG, em seu 16º Termo Aditivo, entre os dias 05 e 15 de agosto, o Governo de Goiás, por meio da OVG, promove as atividades do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR) de Muquém, instalado no Km 30 da GO-237 (Rodovia da Fé), oferecendo um ponto de apoio aos cidadãos que participam da tradicional romaria de Nossa Senhora d'Abadia, com lanches, banheiros químicos, capela para oração, espaço de convivência, atendimentos de saúde, como aferição de pressão, glicemia, curativos e massagens nos pés, ou seja, ações voltadas ao bem-estar daqueles que participam dessa manifestação cultlural e religiosa tão importante em nosso Estado.
No entanto, em razão das medidas de caráter preventivo para conter a propagação do novo Coronavírus em Goiás, desde o mês de junho ocorreram negociações entre representantes do Santuário Diocesano de Nossa Senhora d'Abadia do Muquém, município de Niquelândia, e representantes do Ministério Público do Estado de Goiás para tratar do assunto. No dia 12 de junho, a Diocese de Uruaçu comunicou que, acatando as recomendações diocesanas e das autoridades sanitárias, a Romaria de 2020 aconteceria na casa dos romeiros, que a missa do dia 15 de agosto seria transmitida pelo sistema WEB TV MARIA, via internet, e que todas as transmissões poderiam ser acompanhadas pelo site www.am15.com.br e redes sociais do Santuário. Após o Ministério Público de Goiás avaliar ofício do reitor do Santuário de Nossa Senhora d’Abadia, Pe. Aldemir Franzim, sobre a forma como a romaria seria celebrada, foi realizada uma reunião entre as partes e, no dia 03 de julho, o MP-GO emitiu um comunicado sobre o cancelamento da romaria virtual de Muquém, por se tratar de um “momento de muita cautela, considerando que o número de casos confirmados de Covid-19 no município de Niquelândia, a exemplo do que ocorre em todo o Estado de Goiás, vem aumentando de forma rápida”. O reitor do Santuário acatou a decisão e o

promotor da 1ª Promotoria de Justiça de Niquelândia, Pedro Alves Simões, expediu a Recomendação nº 14/2020 ao Prefeito de Niquelândia, a fim de implementar medidas para coibir a concentração de pessoas. No dia 21 de julho, o Prefeito de Niquelândia, Fernando Carneiro da Silva, publicou o Decreto Municipal nº 208/2020, que cancelou as festividades da Romaria do Muquém/2020.
Diante disso, a OVG comunicou à SEAD, via ofício nº 709/2020 - DIGER, de 24.07.2020 (SEI nº 202000058002308), que não haverá a instalação da estrutura e desenvolvimento das atividades do Centro de Apoio ao Romeiro de Muquém, o que vai gerar o descumprimento da meta prevista no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011, de atender 30 mil romeiros. Consequentemente, não houve o repasse financeiro da SEAD para a campanha/evento de proteção e inclusão social.
10043 - CRIANÇA BENEFICIADA COM BRINQUEDO NO NATAL
A ação de distribuição de brinquedos nos 246 municípios goianos objetiva viabilizar o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia da segurança de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas.
Solicitamos à SEAD, por meio do Ofício nº 85/2020-OVG, de 30.07.2020 (SEI nº 202000058002305), a reavaliação da meta física pactuada no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 - SEAD/OVG para esta edição do Natal do Bem. Esclarecemos que o quantitativo de brinquedos (600 mil) e o orçamento para 2020 foram definidos considerando os mesmos parâmetros de 2019, quando à época, a OVG deliberou pela aquisição de 6 (seis) tipos de brinquedos, sendo: bola de futebol, bola de vôlei, boneca, carrinho, jogo quebra-cabeça e jogo de ação. Em contato com os representantes das empresas fabricantes de brinquedos, conseguimos a atualização dos valores mediante as especificações definidas apenas em meados de julho/2020, ou seja, após a aprovação da Proposta de Trabalho do 16º Termo Aditivo. Ao considerarmos a quantidade total de 600.000 unidades, levando em consideração a proporção necessária para atender crianças de ambos os sexos e faixa etária de 0 a 12 anos, os valores ultrapassaram o orçamento provisionado em 11,16%. Assim, para readequação do orçamento e manutenção do valor pactuado no 16º TA, sugerimos a redução da meta física em 7,25%, a fim de evitar prejuízos financeiros, com o mínimo de impacto social no cumprimento das metas, com a aquisição total de 556.500 unidades de brinquedos.
A SEAD, por meio do DESPACHO Nº 6619/2020 - GAB, manifestou-se favorável ao atendimento da solicitação para não prejudicar a meta financeira pactuada no referido aditivo.
Por conta da pandemia, as distribuições ocorreram em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em escolas públicas de todos os 246 munícipios goianos. Com essa logística, conseguimos controlar a aglomeração de pessoas e proporcionar um momento feliz e seguro para todas as famílias beneficiadas por essa ação tão especial, que leva esperança e alegria às crianças do nosso Estado. Entre os dias 7 e 18 de dezembro, foram entregues bonecas, carrinhos e bolas de futebol e vôlei para alunos da rede estadual e municipal de ensino. Também foram repassados brinquedos para as entidades sociais com atuação na área infantil. No total, foram entregues 556.500 brinquedos
10045 - ALUNO BENEFICIADO COM BOLSA UNIVERSITÁRIA
No 16º Termo Aditivo, haverá diminuição das metas físicas e financeiras do Programa Bolsa Universitária, no período de julho a dezembro de 2020, em função do desligamento de bolsistas que acontece no início de cada semestre por trancamento de matrículas, formaturas, não cumprimento da contrapartida e outras normativas do Programa. Portanto, serão 8.130 bolsas ativas previstas. Entretanto, há previsão para realização de processo seletivo em 2020/2 para novas inclusões no primeiro semestre de 2021 (janeiro a junho), passando para 9.700 bolsas universitárias.
A partir da declaração de situação de pandemia, devido ao novo Coronavírus, e após a publicação de Decreto Estadual e normativas institucionais com medidas emergenciais para conter a disseminação do vírus, foram implantadas alterações na rotina de trabalho do Programa Bolsa Universitária, com a suspensão dos atendimentos presenciais, devidamente comunicada aos bolsistas, reforçando a disponibilidade de contato via Central de Relacionamento do PBU (telefone e Whatsapp) e Central de Informações do Bolsista (site da OVG-PBU).
O adimplemento das atividades presenciais de contrapartida por parte dos bolsistas, ora obrigatórias, foram suspensas temporariamente e disponibilizadas opções de substituição: realização adicional de doação de sangue, cursos on-line devidamente validados pela área técnica do Programa e participação no Projeto "OVG Com Ciência". O objetivo do projeto é promover, por meio da realização de lives, o compartilhamento de conhecimento com fundamentação científica e o despertamento da visão crítica dos bolsistas. A participação do estudante e o preenchimento do questionário disponibilizado durante a transmissão conferem ao beneficiário pontos de contrapartida.
As metas físicas e financeiras do Programa Bolsa Universitária estão sendo ultrapassadas, especialmente no número de bolsas integrais. Para manter a bolsa integral, o aluno precisa apresentar uma nota mínima de 8,0 (média semestral). Com as aulas realizadas on-line durante a pandemia, os estudantes conseguiram melhorar as notas e alunos que tinham saído da modalidade integral para parcial, em outros períodos, retornaram para a integral neste semestre, ficando um número bem acima do previsto no histórico do Programa.
Na modalidade parcial, as notas também melhoraram, o índice de reprovação diminuiu e muitos desligamentos que normalmente ocorriam no início do semestre, não aconteceram agora. Como o valor da bolsa varia conforme a nota obtida, essa modalidade também impactou nos recursos financeiros.
INFORMAÇÕES DA CAMPANHA DE COMBATE À PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS (Ação que não estava prevista no PPA, mas que foi necessária de ser estruturada e realizada)
A OVG e o Gabinete de Políticas Sociais são gestores da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, projeto criado pelo Governo de Goiás para viabilizar uma rede de proteção e prevenção social, voltado a mobilizar a maior quantidade de pessoas para ajudar os mais vulneráveis neste momento de crise. As arrecadações de alimentos, produtos de higiene e limpeza foram destinadas aos 246 municípios e toda essa articulação com os representantes municipais criou uma rede que precisa ser mantida e fortalecida. Por isso, mobilizar e instrumentalizar os gestores municipais para o fortalecimento dos equipamentos públicos, promover capacitações, estudos e debates sociais, agregar parcerias e criar processos de avaliação e supervisão é fundamental para dar continuidade a essa integração e colaborar com o aperfeiçoamento da política social e da proteção social no Estado de Goiás. A ação é destinada aos 246 municípios goianos, a meta prevista foi de atender 100 municípios/mês e 168 municípios assinaram o Termo de Adesão à proposta e participam das atividades oferecidas.
Desde o início da campanha, em março, até o dia 17 de dezembro, foram distribuídas 502.489 cestas básicas, 453.715 frascos de álcool, 9.867 kits de produtos de higiene e limpeza e 1.028.013 unidades de EPI's (luvas, macacão, óculos de proteção, máscaras de TNT, máscaras de tecidos, máscaras N95 e protetores faciais) para famílias vulneráveis, inclusive para as que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais em todas as regiões goianas.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Hélio josé Lopes

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Gerenciar os serviços próprios e de credenciados visando promover a qualidade do atendimento assistencial e de prevenção à saúde.

2.2 Legislação
Criação: Lei nº 4.190, de 22 de outubro de 1962; Alterações: Leis 10.150, de 29 de dezembro de 1986; 14.081, de 26 de fevereiro de 2002; 14.258, de 11 de setembro de 2002; 14.488, de 24 de julho de 2003; 15.150. de 19 de abril de 2005; 15.470, de 29 de novembro de 2005; 15.981, de 07 de fevereiro de 2007; 16.474, de 27 de janeiro de 2009 e 16.673, de 23 de julho de 2009; 16.769, de 10 de novembro de 2009; 16.927, e 09 de março de 2010; 17.477 de 25/11/2011. LEI Nº 18.463, DE 09/05/2014.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O Ipasgo superou uma crise financeira e fechou 2019 com superávit de cerca de R$ 45 milhões, com ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás.
Implantação do firewall e atendimentos às várias recomendações de melhoria na governança de TI com visitas à adoção de boas práticas e garantir ambiente mais seguro das informações.
Ampliado o número de leitos de UTIs exclusivos para o tratamento de Covid-19 como medida emergencial para desafogar a rede privada. Desde o dia 23 de junho, o plano de assistência passou a ter 80 leitos exclusivos no Hospital Garavelo, sendo 32 leitos de UTIs e 48 apartamentos/enfermarias.
Na tecnologia da Informação várias ações foram tomadas, dentre elas:
Implantação do serviço de recadastramento de radioacidentados;
Implementação dos serviços do Ipasgo no Portal para o Goiás Digital;
Implementação dos serviços do Ipasgo no Portal para o Atende Goiás;
Reestruturação da página de Legislações na Intranet;
Digitalização do processo de pagamento de prestadores (fase de implantação;
Alterações nos sistemas para evitar bloqueio financeiro dos usuários durante o período da pandemia;
Ampliação de prazo para recadastramento clínico e socioeconômico dos usuários do Programa de Apoio Social - PAS;
Melhoria na segurança dos sistemas;
Inclusão de cadastro para pacientes judicializados no sistema de programas especiais;
Criação de envio das contas de GTABoX em meio eletrônico;
Criação de validações para emissão e apresentação dos procedimentos relativos ao Covid-19;
Criação de regras para validação de apresentação de contas para evitar apresentações fora dos padrões do IPASGO;
Melhoria no cadastro de novos valores de procedimentos garantindo maior segurança na aprovação de novos valores;
Criação do módulo para regulação de pacientes em internação clínica;
Inclusão da validação da parametrização do procedimento de transporte para autorização automática da solicitação quando satisfazer os requisitos do procedimento, agilizando o atendimento. Antes todas as solicitações dependiam da auditoria;
Criação do módulo para Regulação de pacientes que necessitam de transporte para realização de Exames;
Criação do módulo para cadastro de leitos para acompanhamento de pacientes COVID;
Elaboração do Mapeamento de Riscos identificando Riscos e seus respectivos Planos de Ações;
Adequação dos sistemas para melhor atendimento dos pacientes com COVID19;
Adequação dos sistemas de prestadores para Credenciamento;
Adequação dos sistemas e infraestrutura para abertura do IPASGO Clínicas de Anápolis.
O Ipasgo, nos primeiros meses de pandemia, implantou um processo especial de antecipação dos pagamentos das faturas da rede credenciada como forma de reduzir os impactos provocados pelo coronavírus na área da saúde, em Goiás.
O Código de Ética e Conduta do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado (Ipasgo) foi divulgado pelo Governo de Goiás. A iniciativa inédita oferece um conjunto de normas e princípios para as relações com usuários, colaboradores, fornecedores, órgãos de controle e fiscalização.
Iniciou-se em junho, em caráter experimental, o projeto Bebê Ipasgo, que prevê a inclusão do recém-nascido ao sistema do plano de assistência ainda na maternidade. Com o novo programa, o bebê sai do hospital com seu próprio cartão de usuário Ipasgo, podendo realizar todos os procedimentos e exames médicos necessários sem carência.
A transparência e os métodos de Controle Interno aplicados pelo Ipasgo foram classificados como referência na Avaliação dos Controles Internos dos Órgãos e Entidades realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), em 54 órgãos públicos.
Lançados quatro programas gratuitos de promoção de saúde para seus usuários. Os projetos prestam atendimentos para prevenir casos de obesidade e de hipertensão, garantindo uma vida saudável para quem está na melhor idade e também oferecendo assistência especial às gestantes e recém-nascidos.
O Ipasgo ampliou a rede de atendimento em saúde na região Sul de Goiás. Em Itumbiara, os usuários do plano passaram a ter acesso ao serviço em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no Hospital da Unimed do município, que agora integra a rede credenciada ao Ipasgo.
A região Sul foi a sexta do Estado a ter a rede de serviços ampliada pela atual gestão do Ipasgo. Em outras sete cidades, das regiões metropolitana, Sudoeste, Oeste e no Entorno do Distrito Federal, o órgão credenciou mais de dez novas unidades de saúde.
O Ipasgo estabeleceu um Plano Estratégico para o enfrentamento dos efeitos da pandemia do Covid-19 para garantir atendimento em saúde aos seus mais de 600 mil usuários. Os serviços, que estão sendo implantados conforme a evolução da doença no Estado e também com base nos dados estatísticos apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, têm o acompanhamento do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO).
Manutenção periódica nos ativos de TI do data center do IPASGO, garantido segurança e disponibilidade dos serviços disponibilizados pele Instituto.
Aprovação da Política de Segurança da Informação, garantindo conformidade e respaldo do Instituto quanto a utilização dos recursos tecnológicos, bem como uso adequado e responsável dos dados e informações.

Implantação de solução de firewall: a implantação da ferramenta garante segurança e disponibilidade dos serviços de tecnologia disponibilizados pelo Ipasgo aos seus usuários e prestadores.
Projeto de Governança de Tecnologia da Informação: Projeto de Auditoria e Governança de TI implantado pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, o qual se destina a apoiar o IPASGO no atendimento de recomendações para melhorias no ambiente de infraestrutura de TI.
Ipasgo zera fila de auditorias periciais para cirurgias bariátricas em 40 dias.
Lançamento do projeto Alô Ipasgo, uma ação informativa sobre os direitos e deveres dos usuários e prestadores de serviços.
O Ipasgo proíbe cobrança de valores e/ou honorários extras por parte dos profissionais e empresas de saúde credenciados.
O Ipasgo disponibilizou 26 tipos de atendimentos pelo site e aplicativo e mantém canal telefônico para tirar dúvidas durante a pandemia.
Ipasgo orienta beneficiário sobre o que fazer em caso de atendimentos fora de Goiás.
Ipasgo orienta beneficiários a verificar situação cadastral antes de consultas e exames.
Ipasgo inicia planejamento estratégico para período 2020-2024
Ipasgo promove videochamadas entre usuários hospitalizados e familiares durante a pandemia de Covid-19.
Ipasgo cria Central de Regulação exclusiva para internações por Covid-19. Os usuários do Ipasgo possuem uma Central de Regulação exclusiva para atender às demandas de internações para os casos de Covid-19.
Ipasgo adere à campanha para estimular doação de órgãos.
Ipasgo reforça ações do Setembro Amarelo.
Ipasgo orienta sobre consultas pediátricas em tempos de pandemia.
Ipasgo avalia atual matriz de risco do instituto em relação ao Compliance.
Ipasgo Clínicas alcança a marca de 15,5 mil atendimentos em um ano de funcionamento em Aparecida de Goiânia.
Ipasgo promove 1º Webinar sobre Ética na Saúde.
Inaugurada a terceira unidade do Ipasgo Clínicas.
Ipasgo reúne 500 colaboradores em evento on-line sobre ética e compliance público.
Novembro Azul: Ipasgo dá dicas de alimentação saudável para prevenção do câncer de próstata.
Colaboradores do Ipasgo se unem para ajudar mulheres em tratamento de câncer de mama.
Novembro Roxo: Ipasgo reforça a importância do pré-natal no combate à prematuridade.
Aplicativo Ipasgo Fácil conta com mais de 100 mil downloads.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
O Ipasgo utiliza o Planejamento Estratégico desde 2000, entendendo a necessidade de análise de cenário, estabelece metas bem definidas para o Instituto, com prazos a serem cumpridos, bem como os instrumentos e recursos necessários para tal, com periodicidade de revisão estabelecida de 4 em 4 anos.
O Ipasgo é um órgão do Estado certificado pela NBR ISO 9001 desde 2002 que garante e utiliza o Sistema de Gestão da Qualidade como uma importante ferramenta de gestão, procurando gerir e garantir a qualidade no atendimento aos requisitos legais e do cliente. Assim, o SGQ do Ipasgo está desde então, devidamente implementado e mantido conforme requisitos da NBR ISO 9001/2015, a qualidade está associada à cidadania.
Cabe-nos, portanto, reverter aos clientes/usuários a responsabilidade e eficácia de um trabalho que busca a excelência na prestação de nossos serviços. O SGQ utiliza softwares específicos que auxiliam gestão de documentos, tratamento e controle de não conformidades, revisão e criação de assuntos de processos, no monitoramento dos indicadores e no acompanhamento de planos de ação, assegurando que o Sistema de Gestão da Qualidade do IPASGO possa alcançar seus resultados pretendidos:
Aumentar efeitos desejáveis;
Prever, ou reduzir, efeitos indesejáveis;
Alcançar melhorias.
O Ipasgo aderiu ao Programa Compliance Publico desde 2019 e vem aprimorando a sua gestão de risco a cada dia com a metodologia e implantação de ações de controle, visando expandir o reconhecimento na certificação ISO 19600:2014 com vistas a aprimorar os processos de Gerenciamento de riscos.
Com base na gestão de risco com objetivo de controlar ações para abordar riscos e oportunidades, o Ipasgo busca a reconhecimento da ISO 19600:2014 – Sistema de Gestão de Compliance Diretrizes, o qual vem assegurar que todas as obrigações a que uma organização está sujeita sejam identificadas e cumpridas, utilizando software específico para controle. Paralelamente, além da utilização dos instrumentos legais como PPA/LOA, também utiliza-se a análise SWOT ferramenta que define pontos fortes e fracos, identifica oportunidades e possíveis ameaças, fatores essenciais na análise e identificação do cenário em que o Ipasgo se encontra, e na elaboração de táticas e estratégias para tratar os riscos e oportunidades que são acompanhados e reavaliados sistematicamente em intervalos programados.
Os indicadores de desempenho relacionados ao Planejamento Estratégico foram reavaliados e readequados conforme a Política e Objetivos da Qualidade, sendo monitorados por meio de ferramenta específica para gerenciamento de indicadores.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Descrição dos Principais Indicadores Estratégicos de Desempenho Monitorados:
Índice de satisfação do usuário em relação ao atendimento administrativo - Periodicidade – Mensal;
Índice de erros - Periodicidade: Mensal;
Número de processos judiciais – Periodicidade: Mensal;
Índice de processos (gestão por processo) revisados no ano - Periodicidade: Anual;
Índice de reclamações e denúncia da rede credenciada – Periodicidade: Mensal
Índice de Solução – Periodicidade: Mensal
Índice de satisfação do usuário com a rede de credenciados – Periodicidade: Mensal;
Índice de utilização – Periodicidade: Mensal;
Tempo médio de permanência internação – Periodicidade: Mensal;
Índice de atendimento dos fornecedores – Periodicidade: Mensal;
Índice de satisfação dos funcionários servidores e terceirizados – Periodicidade: Bianual;
Custo Per Capita – Periodicidade: Mensal;
Índice de comprometimento da receita com as despesas assistenciais - Periodicidade: Mensal;
Índice de comprometimento da receita com as despesas operacionais - Periodicidade: Mensal; Número de ações estratégicas finalizados no período – Periodicidade: Mensal;
Índice de rotatividade servidores efetivos – Periodicidade: Semestral;
Índice de rotatividade terceirizados – Periodicidade: Mensal;
Número de afastamentos servidores efetivos e terceirizados (por motivo) - Periodicidade: Mensal.

PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMA: 1012 - GESTÃO TRANSFORMADORA
AÇÃO: 2045 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

U.O.: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

REALIZAÇÕES
Implantação do módulo de cadastro de operadores do AtendeMais.
Implantação do serviço de recadastramento de radioacidentados.
Parcelamento de pagamentos de prestadores em várias referências no sistema SGF CONTAS PAGAR.
Criação do grupo de permissão de Consulta para o sistema SGF ARRECADAÇÃO.
Implementação dos serviços do Ipasgo no Portal para o Goiás Digital.
Implementação dos serviços do Ipasgo no Portal para o Atende Goiás.
Atualização de CPF no Portal Cliente para quem não possui CPF.
Atualização de endereço e contato no Portal Cliente, após um ano da última alteração.
Adaptação das telas do SGF (Parcelamento, Emissão de Boletos, Consulta de mensalidades e coparticipação, para perfil de operador).
Criação da vinculação de Processo SEI e Matrícula do Cliente para utilização no SIGVIDAS.
Envio de e-mail de notificação de débitos em substituição ao SMS.
Permissão específica para acesso a relatórios de manifestações conforme a área do responsável no SIOU.
Reestruturação da página de Legislações na Intranet.
Criação da Solicitação e Autorização de Cancelamento de Receitas.
Digitalização do processo de pagamento de prestadores (fase de implantação).
Alterações nos sistemas para evitar bloqueio financeiro dos usuários durante o período da pandemia.
Ampliação de prazo para recadastramento clínico e socioeconômico dos usuários do Programa de Apoio Social – PAS.
Melhoria na segurança dos sistemas.
Inclusão de cadastro para pacientes judicializados no sistema de programas especiais.
Criação de envio das contas de GTABoX em meio eletrônico.
Criação de validações para emissão e apresentação dos procedimentos relativos ao Covid-19.
Criação de regras para validação de apresentação de contas para evitar apresentações fora dos padrões do Ipasgo.
Melhoria no sistema de distribuição de contas para agilizar a distribuição das contas hospitalares.
Criação de módulo para liberação de cotas de urgência para procedimentos eletivos, que antes o paciente tinha que ir até o Ipasgo.
Criação de módulo para cadastro de plantões para novas especialidades do Ipasgo Clínicas.
Melhoria no cadastro de novos valores de procedimentos garantindo maior segurança na aprovação de novos valores.
Criação do módulo para regulação de pacientes em internação clínica.
Inclusão da validação da parametrização do procedimento de transporte para autorização automática da solicitação quando satisfazer os requisitos do procedimento, agilizando o atendimento. Antes todas as solicitações dependiam da auditoria.
Criação do módulo para Regulação de pacientes que necessitam de transporte para realização de Exames.
Criação do módulo para cadastro de leitos para acompanhamento de pacientes COVID.
Adaptação do SISO para receber as campanhas da PM e Bombeiros.
Inclusão de funcionalidade para PCO temporário para a matrícula do usuário, agilizando autorizações judicializadas de procedimentos.
Elaboração do Mapeamento de Riscos identificando Riscos e seus respectivos Planos de Ações.
Manutenção periódica nos ativos de TI do data center do IPASGO, garantido segurança e disponibilidade dos serviços disponibilizados pela autarquia.
Formalização da Política de Acesso à internet, garantindo conformidade e respaldo do Instituto quanto a utilização dos recursos tecnológicos.
Implantação de solução de firewall: a implantação da ferramenta garante segurança e disponibilidade dos serviços de tecnologia disponibilizados pelo Ipasgo aos seus usuários e prestadores.
Projeto de Governança de Tecnologia da Informação: Projeto de Auditoria e Governança de TI implantado pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, o qual destina-se a apoiar o IPASGO no atendimento de recomendações para melhorias no ambiente de infraestrutura de TI.
O Ipasgo ajustou os sistemas para melhor atendimento dos pacientes com COVID19, os sistemas de prestadores para Credenciamento e os sistemas e infraestrutura para abertura do Ipasgo Clínicas de Anápolis.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2094 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

U.O.: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

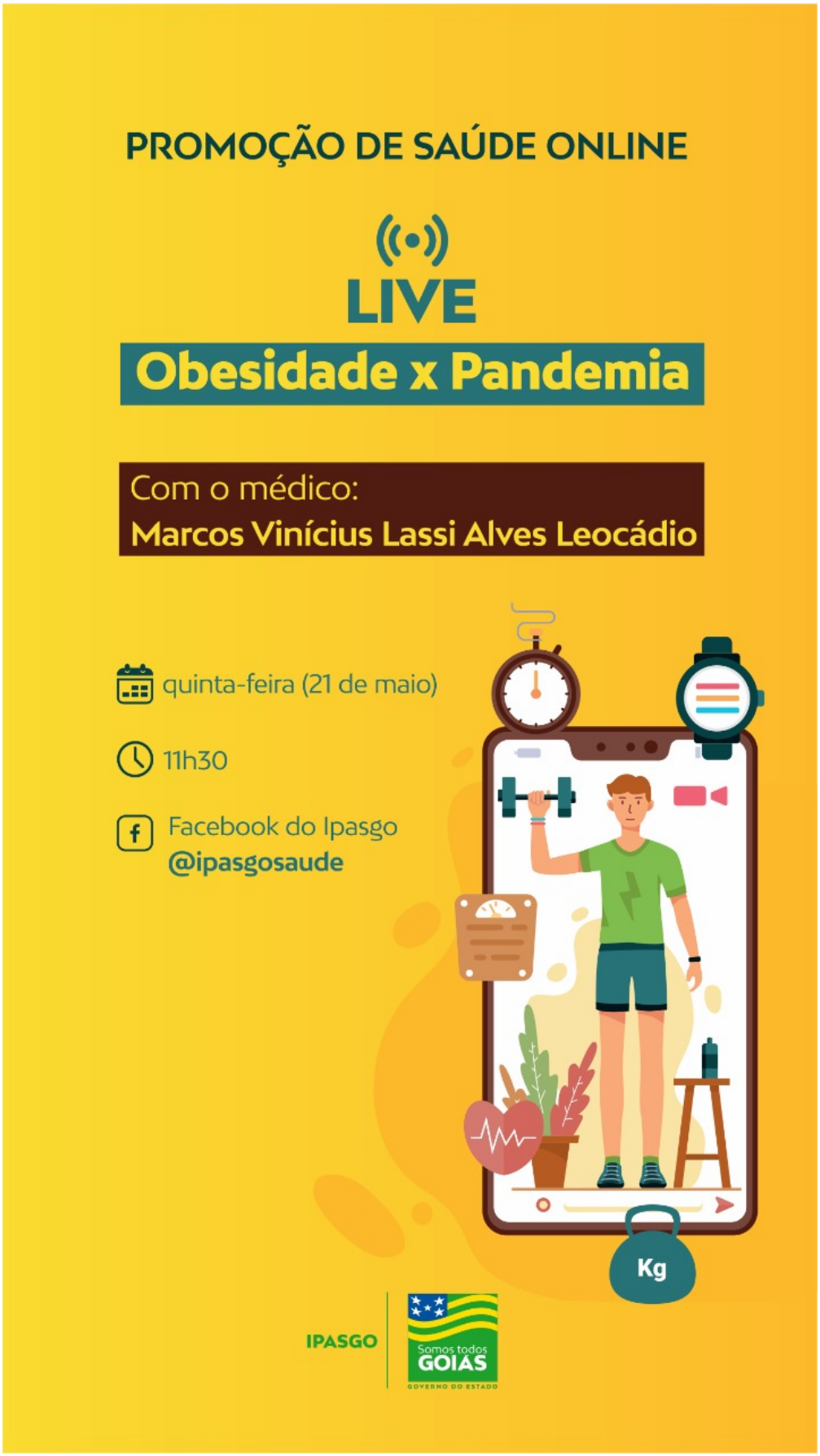
REALIZAÇÕES
Programa Saúde da Mulher
Visando atingir os resultados esperados relativos à redução na taxa da incidência de novos casos de câncer, iniciamos o Programa Saúde da Mulher para a detecção precoce de câncer em usuárias em grupos de risco, em especial casos mais incidentes como câncer de mama e cólon. Foram realizados vários exames, tais como, Raios-X, ultrassonografias e mamografias.
Programas de Prevenção
Contamos com 4 programas de Saúde Preventiva (Boa Forma, Sob Controle, Vida Plena e Manual do Bebê), no qual a população alvo são: idosos, hipertensos, pacientes em diferentes graus de obesidade e recém-nascidos.
Segue abaixo os números de atendimentos realizados em 2020:
Realizamos em Janeiro/2020

57 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
140 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
61 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Fevereiro/2020
43 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
143 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
139 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Março/2020
42 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
99 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
61 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Abril/2020
0 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
0 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
0 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Maio/2020
18 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
33 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
41 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Junho/2020
20 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
93 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
35 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Julho/2020
24 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
84 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
41 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Agosto/2020
27 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
113 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
50 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Setembro/2020
39 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
199 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
122 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Realizamos em Outubro/2020
22 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
147 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
136 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
1 oficina “Amigo Terapia” - Enfrentamento do Covid-19 – para todos os grupos de prevenção
2 oficinas relacionadas a artes com as mãos – Quilling – para todos os grupos de prevenção
Realizamos em Novembro/2020
38 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
162 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
116 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
1 oficina “Meu corpo, minha casa” - para todos os grupos de prevenção
Realizamos em Dezembro/2020
32 atendimentos direcionados ao público “Sob Controle”
190 atendimentos direcionados ao público “Vida plena”
89 atendimentos direcionados ao público “Boa forma”
Número total de atendimentos: 1.403
4 oficinas grupais, com número restrito de participantes por conta da pandemia.
Foram atendidas 1.559 (mil quinhentos e cinquenta e nove) pacientes do Programa Saúde da Mulher, nas especialidades de Ginecologia, Mastologia e Clínico geral.
Na Central de Saúde Preventiva foram realizadas um total de 11 ações em diferentes locais, voltadas para a saúde mental dos pacientes que participam dos programas:
Grupo de Convivência Vida Plena - (5 eventos)
Evento Janeiro Branco para servidores da SEDUC - (01 evento)
Evento Janeiro Branco para servidores da Polícia Militar - (01 evento)
Bloquinho da Saúde - Carnaval Vida Plena - (01 evento)
Roda de Conversa Boa Forma - (01 evento)
Curso para gestantes - (02 eventos)

OBSERVAÇÕES
Ainda durante o momento de pandemia, foram realizadas atividades virtuais com os participantes dos programas de prevenção em forma de videoaulas para a realização de atividade física.
Realizamos também 03 (três) lives através do canal do Ipasgo no facebook abordando os seguintes temas:
A importância dos exercícios físicos na quarentena – Educador Físico Welson Pereira
Alimentação saudável em tempo de pandemia – Nutricionista Natália Duarte
Obesidade x Pandemia – Clínico Geral Dr. Marcos Vinicius Lassi.
O Ipasgo lançou quatro programas gratuitos de promoção de saúde para seus usuários. Os projetos prestam atendimentos para prevenir casos de obesidade e de hipertensão, garantir uma vida saudável para quem está na melhor idade e também oferecer assistência especial às gestantes e recém-nascidos. Os programas são Boa Forma para prevenção à obesidade; Vida Plena para o público da melhor idade; Sob Controle de prevenção e tratamento de hipertensão e o Manual do Bebê, um programa de assistência à saúde da gestante e ao recém-nascido. Estas ações têm como objetivo melhorar a qualidade de vida dos usuários, reduzir os casos de adoecimento e promover saúde.
Projeto Bebê Ipasgo
O Ipasgo iniciou no mês de junho/2020, em caráter experimental, o projeto Bebê Ipasgo, que prevê a inclusão do recém-nascido ao sistema do plano de assistência ainda na maternidade. Com a nova tecnologia, o bebê sai do hospital com seu próprio cartão de usuário Ipasgo, podendo realizar todos os procedimentos e exames médicos necessários sem carência.

O cadastro dos recém-nascidos, via projeto Bebê Ipasgo, garante a inclusão dos dados na base de identificação biométrica da Polícia Civil, possibilitando o aumento da probabilidade de resoluções de inquéritos futuros. A biometria neonatal evita problemas comuns em maternidades como trocas, roubos, vendas, tráfico e adoções ilegais.
O primeiro registro do Bebê Ipasgo aconteceu em Goiânia, no Hospital da Mulher, com a coleta da impressão digital do recém-nascido Felipe Neres da Mota. Ele foi incluído como dependente e os pais receberam o cartão de usuário logo após o nascimento.





AÇÃO: 2095 - IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

U.O.: 1861 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO

REALIZAÇÕES

O Ipasgo superou uma crise financeira e fechou 2019 com superávit de cerca de R$ 45 milhões, com ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás.

Desde 2014, o Instituto estava com as contas anuais no vermelho. Ao total, houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais. Por outro lado, os gastos com despesas operacionais foram reduzidos em 12%.
O Ipasgo ampliou o número de leitos de UTIs exclusivos para o tratamento de Covid-19 como medida emergencial para desafogar a rede privada.
Desde junho/2020, o plano de assistência passou a ter 80 leitos exclusivos no Hospital Garavelo, sendo 32 leitos de UTIs e 48 apartamentos/enfermarias. Antes da expansão do atendimento, eram 56 leitos exclusivos somente nesta unidade de saúde para usuários do Ipasgo. A estratégia de leitos exclusivos para os casos de Covid-19 foi implementada no dia 13 de abril e ampliada uma semana depois devido ao aumento da demanda na rede privada. Além do Hospital Garavelo, o plano possui 10 leitos de UTIs pediátricas exclusivos no Hospital Goiânia-Leste.
Ao total, o plano tem atualmente 90 leitos exclusivos para atendimento de casos de Covid-19, sendo 80 no Hospital Garavelo e no Hospital Goiânia-Leste, onde há 10 leitos de UTIS pediátricas. Há ainda a possibilidade de aumentar este número de leitos em até 28 novos pontos de internações em outra unidade hospitalar. As novas contratações de leitos exclusivos serão realizadas conforme aumento de demanda.
O Ipasgo implantou um processo especial de antecipação dos pagamentos das faturas da rede credenciada como forma de reduzir os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus na área da saúde, em Goiás. No mês de junho, as quitações das faturas foram efetuadas, nesta quinta-feira (4), beneficiando mais de quatro mil profissionais e empresas.
O Ipasgo definiu um calendário de pagamento no qual os credenciados como pessoa física receberiam todo dia 15 de cada mês. Já os prestadores de serviço credenciados como pessoa jurídica, no dia 30 ou o próximo dia útil. Visando a manutenção dos atendimentos aos mais de 600 mil beneficiário do plano de assistência. Garantindo maior transparência na gestão dos recursos.
O Ipasgo unificou as datas das quitações dos prestadores de serviços cadastrados como pessoa física e jurídica. Desde outubro do ano passado, de forma inédita na história do plano de assistência, os pagamentos passaram a ser feitos na mesma data. A unificação tem como objetivo dar mais transparência e segurança aos atos do plano de assistência, conforme prevê o Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.
O primeiro Código de Ética e Conduta do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) foi divulgado pelo Governo de Goiás. A iniciativa inédita oferece um conjunto de normas e princípios para as relações com usuários, colaboradores, fornecedores, órgãos de controle e fiscalização. O lançamento do Código de Ética e Conduta segue as determinações do governador Ronaldo Caiado para que as diretrizes do Programa de Compliance Público sejam implantadas em todos os órgãos.
Ipasgo zera fila de auditorias periciais para cirurgias bariátricas em 40 dias
Em 40 dias, o Ipasgo zerou a fila de 433 auditorias periciais para cirurgias bariátricas. O resultado foi alcançado 20 dias antes da meta que havia sido fixada em agosto. Os atendimentos, que estavam suspensos desde março devido às medidas de prevenção ao coronavírus, foram retomados de forma gradual, conforme as novas regras de segurança.
Ipasgo garantiu a um recém-nascido, portador da Síndrome Hipoplasia do Ventrículo Esquerdo uma viagem para fazer o tratamento da doença em São Paulo. A criança passou por avaliação médica no Hospital Beneficência Portuguesa e teve acesso todo o tratamento necessário para corrigir cirurgicamente a anomalia. A criança e a mãe embarcaram em uma aeronave da empresa de táxi-aéreo Brasil Vida, equipada com UTI Neonatal, o que assegurou a segurança da criança durante o transporte de Goiânia a São Paulo. Todo procedimento, desde a viagem, a realização de exames até a própria cirurgia, foi custeado pelo Governo de Goiás.

OBSERVAÇÕES

Em agosto, o Ipasgo iniciou a campanha Alô Ipasgo, uma ação informativa sobre os direitos e deveres dos usuários e prestadores de serviços do plano de assistência. O objetivo é ampliar os canais de disseminação dos benefícios e atendimentos de saúde oferecidos e também sobre as regras de acesso e conduta. Essas informações são divulgadas no site oficial e nas redes sociais do instituto.
Ipasgo promove videochamadas entre usuários hospitalizados e familiares durante a pandemia de Covid-19.
A tecnologia tem sido grande aliada no combate à pandemia do coronavírus, principalmente quando aproxima pacientes hospitalizados e seus familiares. Beneficiários do Ipasgo internados em UTI com Covid-19 têm acesso a tablets para falar com familiares a distância.
Os usuários do Ipasgo possuem uma Central de Regulação exclusiva para atender as demandas de internações para os casos de Covid-19. A medida, que segue parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como objetivo organizar o acesso aos leitos, de acordo com o diagnóstico de cada paciente.
O trabalho também auxilia na formatação dos dados dos pacientes contaminados, internados e recuperados, que são enviados diariamente às Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, bem como no estabelecimento de novas estratégias para atender às demandas dos usuários do plano. Não é possível se internar pelo Ipasgo sem passar pela central de regulação.
Com o objetivo de despertar reflexões sobre a importância da doação de órgãos e tecidos, o Ipasgo iluminou as fachadas da sua sede administrativa com a cor verde. A ação segue durante todo o mês, em adesão à Campanha Setembro Verde.
Ipasgo reforça ações do Setembro Amarelo, o enfrentamento à pandemia ampliou importância da campanha, em razão do isolamento social. O Instituto desenvolve trabalhos que colaboram com bem-estar e garantem suporte a usuários e colaboradores.
Prevenir o suicídio e promover a valorização da vida são objetivos do Ipasgo ao aderir à campanha Setembro Amarelo, que discute a importância da saúde mental da população. Nas redes sociais do órgão, os internautas acompanharam diariamente o Calendário da Gentileza, com postagens de frases positivas e dicas de gestos que podem mudar o dia. A iniciativa também foi adotada nos corredores da sede do Instituto para atingir os usuários e os colaboradores.
O Comitê Setorial de Compliance do Ipasgo, composto pela presidência, diretoria e secretaria-executiva, se reuniu em setembro com o setor de Gestão de Compliance para avaliar a atual matriz de risco do Instituto.
Contar com a liderança e as equipes técnicas capacitadas é fundamental para melhorar o atendimento oferecido aos usuários. Com esse objetivo, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo) é o primeiro órgão estadual goiano a lançar a sua própria Política de Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Humano (Geadh), focada em projetos inovadores na área de recursos humanos.
A partir de um regulamento interno, o Ipasgo passa a valorizar a aprendizagem de todos os colaboradores, com feedback individualizado e ações que têm como objetivo proporcionar maior qualidade no atendimento ao público. Serão trabalhadas 19 competências ao longo dos próximos meses.
Em apenas um ano de funcionamento, mais de 15,5 mil consultas e exames foram feitos pelo Ipasgo Clínicas em Aparecida de Goiânia, tornando o local referência em Pediatria e Saúde da Mulher. A unidade, inaugurada pelo governador Ronaldo Caiado no dia 5 de outubro de 2019, integra as ações de descentralização do Governo de Goiás, que tem por objetivo expandir os serviços de saúde para todos os municípios do Estado.
Ipasgo promove 1º Webinar sobre Ética na Saúde. Ipasgo discutiu, no dia 16 de outubro, o tema “Ética na Saúde” em videoconferência para mais de 100 pessoas entre eles, usuários do plano de assistência, prestadores de serviço e servidores público do Ipasgo e de outros órgãos do Governo de Goiás e OAB.
Inaugurada a terceira unidade do Ipasgo Clínicas a entrega ocorreu no dia 22 de outubro de 2020, dia em que o Ipasgo celebrou seus 58 anos. Em Anápolis, o governo investiu R$ 175 mil para reformar e estruturar o espaço que, antes, comportava apenas atendimentos

administrativos. Após a adequação e criação do Ipasgo Clínicas, a unidade passa a dispor de seis consultórios e 15 médicos para consultas nas áreas de pediatria, endocrinologia, reumatologia, pneumopediatria e clínica geral, definidas a partir de um estudo técnico para atender a demanda da região.
O Ipasgo promoveu o seu 1º Compliance Week – Ética, Integridade, Risco e Compliance Público nos dias 22 e 23 de outubro e 4 e 6 de novembro. O evento, totalmente online, teve como proposta assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e políticas internas. A ação integra o Programa de Compliance Público (PCP), lançado pelo governador Ronaldo Caiado em fevereiro de 2019, para dar mais transparência e consistência aos atos e serviços de todos os órgãos públicos do Governo de Goiás.
A campanha Novembro Roxo tem por objetivo mostrar os cuidados que as mulheres devem ter antes do parto, para evitar a prematuridade. Sabendo disso, o plano de assistência oferece um acompanhamento integral às usuárias que estão gestantes. A unidade do Ipasgo Clínicas, de Aparecida de Goiânia, por exemplo, é especializada em Saúde da Mulher e Pediatria, além de realizar exames no mesmo lugar da consulta.
Em dezembro, o aplicativo Ipasgo Fácil já foi baixado por mais de 100 mil beneficiários do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (Ipasgo). Por meio do software, disponível para download na Play Store e na Apple Store, é possível fazer a troca da senha, o bloqueio e a solicitação de um novo cartão, visualizar o status do plano, bem como ter acesso ao Cartão Virtual.
Este último se trata de uma funcionalidade que promete facilitar a vida daqueles que perderam ou esqueceram o cartão magnético em casa e precisam ir a uma consulta ou fazer exames. A ferramenta, prática e inovadora, funciona da mesma forma que o cartão tradicional. A diferença é que está acessível no celular a qualquer momento.
Obs 1: Os valores liquidados no produto (9360) Hospital do Servidor Implantado/Número, referem-se aos pagamentos do restante das medições técnicas que estavam previstas no contrato de mão de obra.
Obs 2 : Considerando que o prazo final para inserir as informações sobre a execução dos programas e ações governamentais, é dia 23 de dezembro de 2020, não foi possível incluir as informações referentes aos produtos vinculados a esta ação dos meses de novembro e dezembro, devido à apuração dos dados serem disponibilizados somente após o fechamento do mês, que ocorre após aproximadamente 45 dias.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Ernesto Guimarães Roller

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Articulação política e administrativa do Governo com as esferas federal, municipal e estadual, outros poderes ou instituições representativas da sociedade civil, bem como coordenação das suas relações com os municípios, a gestão de convênios e acompanhamento da execução de projetos estaduais neles implantados. Cabe a esta Secretaria a coordenação dos pagamentos de honorários aos advogados dativos, por serviços prestados a título de assistência judiciária no âmbito da Justiça Estadual.

2.2 Legislação
Lei Estadual 20.820/20, Dec. Est. 9653 / 20, Decreto Estadual n 9.542 23/12/2019, Decreto Estadual 9.49 de 14/08/2019, Lei Estadual 20.491 de 25/06/2019, Decreto Estadual 9436 de 29/04/2019, Lei Estadual 20.417 de 06/02/2019, Decreto Estadual 9.376 de 02/01/2019, Portaria 136 de 2019, Portaria 11 de 2019, Portaria 2 de 2019, Portaria 68 de 2018, Decreto Estadual 8993 de 18/07/2017, Lei Estadual 19700 de 23/06/2017, Lei Estadual 19474 de 03/11/2016, Lei Estadual 19383 de 07/07/2016.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Secretaria de Estado de Governo, SEGOV, é uma pasta de ação política e administrativa que tem como a função principal estimular o bom relacionamento com políticos, líderes classistas, municipalistas e com a população em geral. A maioria das ações realizadas pela Secretaria tem como principal objetivo o reforço da administração pública estadual, ou seja, trata-se de um órgão auxiliar direto da Governadoria, uma secretaria-meio da área de gestão. Mas também com ações finalísticas, como a celebração e o acompanhamento da execução de convênios com municípios e ajustes com entidades sem fins lucrativos, análise e a instrução de processos administrativos destinados ao pagamento de honorários a advogados dativos (serviço de assistência judicial). Com relação aos convênios os esforços foram voltados para a prestação de contas dos mesmos.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Seguindo as Diretrizes do DECRETO N° 9.406, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019, que Institui o Programa de Compliance Público no Poder Executivo do Estado de Goiás, a Segov instituiu seu Comitê setorial para elaboração do Compliance dentro da Secretaria, que esta em fase de elaboração. Outro Programa que está sendo desenvolvido é Programa MOVE. Outro serviço realizado foi a disponibilização dos serviços prestados pela SEGOV, que se encontram no https://www.go.gov.br/servicos/servicos-por-orgao/secretaria-de-estado-de-governo.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Um indicador muito relevante é quantidade de serviços de assistências judiciais prestados pelos Advogados Dativos que foram pagos pelo Governo de Goiás, mediante Secretaria de Estado do Governo.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1014 - GOIÁS ÁGIL
AÇÃO: 2052 - GOVERNO EM AÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1900 - SECRETARIA DO GOVERNO

U.O.: 1901 - GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

REALIZAÇÕES
Nenhum evento realizado até o presente momento.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1033 - MUNICÍPIOS TRANSFORMANDO GOIÁS
AÇÃO: 2118 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1900 - SECRETARIA DO GOVERNO

U.O.: 1901 - GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

REALIZAÇÕES
Nenhum convênio com municípios foi celebrado até o momento .

OBSERVAÇÕES
A Segov concentrou-se em resolver as prestações de contas dos convênios celebrados nos anos anteriores

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1039 - PROTEÇÃO AOS DIREITOS
AÇÃO: 2134 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 1900 - SECRETARIA DO GOVERNO

U.O.: 1950 - FUNDO ESPECIAL DE PAGAMENTO DOS ADVOGADOS DATIVOS E DO SISTEMA DE ACESSO A JUSTIÇA - FUNDATIVOS

REALIZAÇÕES
Cabe a esta a Secretaria a coordenação dos pagamentos de honorários aos advogados dativos, serviços prestados a título de assistência judiciária no âmbito da Justiça Estadual, no total de 30.897 serviços, sendo liquidado um valor de R$ 9.025.233,43.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Andréa Vulcanis

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Com a reforma administrativa de junho de 2019, passa a ser responsável pela formulação, gestão e execução da política estadual do meio ambiente e de recursos hídricos, saneamento e resíduos sólidos com o exercício do poder de polícia sobre as atividades que causem impacto ambiental, dando informações nas áreas de ciências atmosféricas, coordenação do zoneamento ecológico-econômico do Estado, educação ambiental, mediação de conflitos ambientais e produção de conhecimento científico

2.2 Legislação
LEI Nº 17.257, DE 25 DE JANEIRO DE 2011
LEI Nº 20.491, DE 25 DE JUNHO DE 2019
DECRETO No 9.568, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Formulação e execução da política estadual do meio ambiente, proteção dos ecossistemas, dos recursos hídricos e minerais, da flora e fauna e exercício do poder de polícia sobre as atividades que causem impacto ambiental

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Além do PPA-2020-2023 e da LOA , o planejamento se baseia no plano de governo atual e nós:
Os Planos de Recursos Hídricos ;Planos Estaduais de Resíduos Sólidos;Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB); Projeto indutor do Programa Produtor de Água implementado no Estado de Goiás, que é o Programa Produtor de Água do Ribeirão João Leite; Projeto Juntos Pelo Araguaia; Projeto de Segurança Hídrica na Bacia do Meio Ponte

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
No Período de Janeiro a Dezembro de 2020:
1042 - PROGRAMA DE SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE : Em 2020 a SEMAD coordenou da elaboração do Plano Estadual do Saneamento Básico – PESB e a a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos objetivando fomentar a redução da geração per capita de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a redução, a redução da disposição de Resíduos recuperáveis (secos) em aterros sanitários, a formação de associações e/ou cooperativas de reciclagens, a redução dos RSU orgânicos nos aterros sem reaproveitamento energético, implantação de Aterros Sanitários Regionais viáveis economicamente, a destinação dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) de forma ambientalmente adequada, a destinação ambientalmente adequada dos Resíduos da Construção Civil (RCC), a estruturação da logística de engenharia reversa, a destinação de forma ambientalmente adequada dos resíduos de tratamento de água/esgoto, a destinação de forma ambientalmente adequada dos resíduos dos Serviços de Transporte, a destinação de forma ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris e a destinação de forma ambientalmente adequada dos resíduos de Mineração.
Está em fase de elaboração os Termos de Referência para a contratação de empresa de consultoria especializada para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico, já atendendo as diretrizes estabelecidas pelo novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei n° 14.026 de 15 de julho de 2020, e contemplando: o abastecimento de água potável; a coleta e tratamento de esgotamento sanitário; a revisão e atualização do tema de manejo de resíduos sólidos (Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Portaria SEMAD n° 250/2017); e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O Plano deverá contemplar todos os 246 municípios do Estado de Goiás.
O ano de 2020 impôs algumas dificuldades para realização das atividades, de uma forma geral, foram associadas à restrição de recursos orçamentários e o impacto decorrente das priorizações estabelecidas pelo DECRETO Nº 9.649, de 13 de abril de 2020, que institui o Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás. Ressalta-se, também, a complexidade inerente à transversalidade das ações de implementação de políticas públicas de resíduos no Estado de Goiás, tendo em vista as competências de cada ente envolvido no processo de implementação dessa política.
1009 - PROGRAMA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS : O Programa é bastante amplo, abrangendo o gerenciamento de recursos hídricos com participação social, a gestão e monitoramento da segurança de barragens e o monitoramento hidrológico e meteorológico sendo, ressaltando-se que para todas as ações a abrangência é estadual, gerando impacto em todo o território goiano.
No que tange à gestão dos recursos hídricos as principais realizações es foram: o apoio e fomento à realização de reuniões e grupos de trabalho dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos: a continuidade na elaboração dos planos de recursos hídricos nas bacias afluentes ao Rio Paranaíba; a participação na construção da atualização do Marco Regulatório da Bacia do rio São Marcos e a implementação de alocações negociadas de água nas bacias do Alto Rio Meia Ponte e do Ribeirão Piancó, envolvendo os respectivos Comitês de Bacias e os usuários de recursos hídricos nos municípios Itauçú, Inhumas, Ouro Verde, Santo Antônio de Goiás, Brazabrantes, Nova Veneza, Damolândia, Nerópolis, Goiânia e Anápolis.
Os usuários de recursos hídricos nesses municípios participaram de ações de cadastramento, monitoramento hidrológico, monitoramento de consumo de água dos usuários outorgados, emissão de novas outorgas, criação de novos parâmetros para emissão de outorgas em situação de criticidade, dentre outros. Também cabe ressaltar a continuidade da implementação do sistema eletrônico de emissão de outorgas de direito de uso da água – WebOutorga e a diminuição do passivo de processos de pedido de outorga em meio físico. A principal dificuldade, além das técnicas, de necessidade de apoio constante da área de Tecnologia da Informação e da própria escassez hídrica enfrentada pelo estado, foi a limitação do número de servidores.
Quanto à segurança de barragens, as principais realizações foram o avanço na gestão da segurança de barragens com a implantação e aperfeiçoamento dos normativos para monitoramentos que visam a diminuição de ocorrência de acidentes com barragens (Lei Estadual 20.758/2020 e IN 001/2020-Semad), a realização de vistorias “in loco” em 81 barragens até maio/2020, a promoção de eventos de capacitação de atores envolvidos com segurança de barragens (215 participantes) e a evolução no sistema de cadastro e gerenciamento de risco das barragens.
Quanto ao monitoramento, as principais realizações foram o início do monitoramento fluviométrico em tempo real em dois pontos da bacia do rio Meia Ponte e a implementação do serviço de monitoramento em tempo real do consumo de água de usuários localizados

nesse território.
1011 - PROGRAMA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS : Em 2020 ocorreram avanços na normatização dos procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, com o andamento na elaboração da minuta de Instrução Normativa; na regulamentação do art. 35, da Lei Estadual n.º 14.247/2002, que trata da compensação ambiental no Estado de Goiás. Foi elaborado o projeto de lei para alteração da Lei Estadual nº 18.102/2013, que sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções e institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual, para incluir a regulamentação da mediação de conflitos, a criação do Núcleo de Autocomposição Ambiental e outras medidas. O PL foi colocado em consulta pública, as sugestões foram analisadas e o texto está em fase final de revisão, previsto para o início de 2021.
No que consistem na implementação da medicação de conflitos ambientais em 2020, foi editado a Instrução Normativa nº 03/2020 – Autorização para queima controlada; foram regulamentadas as Lei Estadual nº 20.694/2019 – Licenciamento Ambiental e a de nº 20.773/2020 – Licenciamento Ambiental Extraordinário.
Foi desenvolvido e implantado o Sistema de Informações Geográficas Ambientais - SIGA, oficializado por meio da Portaria 85/2020 – SEMAD, publicada no DOE do dia 02/06/2020, com avanços também na regulamentação do art. 50, da Lei Estadual n.º 20.694/2019 (Lei de Licenciamento), que trata da criação de fundo privado para recebimento de recursos de compensação ambiental; definição da estrutura do módulo de cálculo da compensação ambiental (modelo Excel). Referente às ações, houve o incremento da produtividade e do número de processos analisados. O Sistema tem como objetivo de promover adequada sistematização, padronização, divulgação e uso de informações geoespaciais oriundas das atividades, programas e projetos ambientais e de recursos hídricos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O sistema já conta com 109 camadas de informações espaciais. Com relação as informações ambientais por bacia hidrográfica foram realizadas por tipologia e não por recorte geográfico. Inicialmente todas as informações espaciais existentes em outros sistemas informatizados foram concentradas no SIGA. Posteriormente iniciou-se o trabalho de vetorização do passivo de informações. As principais camadas existentes no sistema são relacionadas a unidades de conservação estaduais (23) e municipais (83), propostas de criação de unidades de conservação (3), RPPN estadual (19), processos de licenciamento em análise (2595), licenças emitidas (2172), áreas embargadas (3153), infrações ambientais (1882), áreas desembargadas (334), processos de regularização fundiária SEAPA (187), averbação de reserva legal (214), áreas de incêndios florestais dentro de unidades de conservação (70), autorizações de supressão para comunidades tradicionais (120). As ações de fiscalização passaram a ter uma triagem. Essa atividade consiste na juntada de processos abertos com a mesma demanda. Além disso, passou-se a ser realizada uma análise prévia utilizando-se técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento diminuindo a necessidade de fiscalizações in loco. Vale ressaltar, que a SEMAD está passando por várias transformações e por um processo de modernização do processo de licenciamento Ambiental que nos permitirá focar nas atividades de monitoramento e fiscalização de autorizações emitidas. Esta será uma entrega futura, programada para o início de 2021. Já está em elaboração 01 plano de manejo (Parque Estadual da Mata Atlântica - PEMA) e o Plano de Manejo Espeleológico do Parque Estadual de Terra Ronca também está em elaboração. Devido a pandemia as atividades estão paralisadas. Foram elaborados outros 12 Termos de Referência para a contratação de empresa para elaboração de plano de manejo e estes estão sendo direcionados para os planos de trabalho de aplicação direta dos recursos de compensação ambiental.
Foi criada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (Damolândia-GO, RPPN Córrego Capoeirão - Portaria SEMAD nº 05-2020) no período. Foram elaborados 13 planos operativos o que corresponde as 13 unidades de conservação de proteção integral (100%). Os planos operativos foram elaborados agora devem ser implementados ao longo do ano, pois são planos anuais. Está andamento encontram-se diversos processos de aquisição (desapropriação administrativa), contemplando as seguintes unidades: Parque Estadual dos Pirineus, Parque Estadual de Terra Ronca, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual de Paraúna e Parque Estadual da Mata Atlântica. Os recursos disponíveis para os processos de desapropriação administrativa são provenientes de Conversão de Multas, Compensação Ambiental e Decisão/Bloqueio Judicial, somando o montante de R$ 20.868.094,10 (vinte milhões oitocentos e sessenta e oito mil noventa e quatro reais e dez centavos). Nos casos do Parque Estadual de Paraúna, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual da Mata Atlântica, falta publicar decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, para que os processos de desapropriação administrativa possam ser pagos. Já nos casos do Parque Estadual de Águas Lindas, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual da Serra Dourada e Floresta Estadual do Araguaia, falta publicar decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, realizar o levantamento fundiário e o georrefenciamento da unidade e abrir os processos administrativos, para que os processos de desapropriação administrativa possam ser pagos. No âmbito do Programa Juntos pelo Araguaia - Inovação em Recomposição Florestal, Conservação de Solo e Água, Engajamento Social, Enfrentamento dos Efeitos das Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento do Agronegócio para a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, no Estado de Goiás foi realizado nos primeiros meses de 2020 a definição das áreas prioritárias a serem recuperadas. O Programa visa recuperar 5 mil hectares de áreas degradadas na Bacia do Rio Araguaia no Estado de Goiás. Iniciou-se a implementação do Projeto Pro Águas Meia Ponte. Nesse projeto, é previsto o plantio total de 150 mil mudas em uma área de 120 hectares. Por conta da pandemia do COVID-19, as atividades de plantio que se iniciaram no mês de março tiveram que ser paralisadas.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1009 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
AÇÃO: 2029 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE DO USO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se a Implementação do Sistema Web Outorga e Finalização das análises no sistema antigo (SGA – sistema de gestão ambiental)

OBSERVAÇÕES
BACIA HIDROGRÁFICA COM COBRANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADA
Em 2020 foi dado andamento da implementação, por ora, vem ocorrendo como planejado, já que, como dito, as discussões para implementação da Cobrança já se iniciaram em duas das quatro bacias afluentes ao Paranaíba. A expectativa é de que ao final do ano de

2020 tenha-se uma proposta de modelo de cobrança (mecanismos e valores) e de agência de bacia para, pelo menos, uma das bacias afluentes ao Paranaíba.
Como ponto negativo para a implementação deste produto destaca-se a Pandemia provocada pela COVID-19 que, além de afetar o processo de construção e discussão da cobrança pelo uso da água, fragilizou, economicamente, os usuários de recursos hídricos, que serão os pagadores, tornando desafiadora a tarefa de implementação da cobrança nesse contexto.
Em 2020 foram criados no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e São Marcos, Grupos de Trabalho para discussão da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, notadamente a proposição de mecanismos e sugestão de valores para a cobrança.
O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba aprovou a Deliberação nº 115/2020 que dispõe sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Paranaíba.
O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou em sua última reunião a atualização do Preço Público Unitário da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, conforme deliberado pelo CBH do Rio Paranaíba.
A proposta das bases estruturantes para implementação dos mecanismos e valores da cobrança nas bacias hidrográficas do Estado foi elaborada e está em análise.
COMITÊ DE LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE GRANDES EMPRENDIMENTOS CRIADO
O Estado de Goiás possui 4 (quatro) Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs instalados e em pleno funcionamento, quais sejam: a) Comitê da Bacia hidrográfica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, b) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e dos Bois, c) Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte e d) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos. Em 2020, esses comitês já realizaram 2 (duas) reuniões plenárias. No âmbito destes Comitês estão criados e em funcionamento 12 (doze) grupos de trabalho e 1 (uma) Câmara Técnica Permanente.
Aguarda-se, para 2021, a publicação do Decreto de Criação do 5º Comitê de Bacia Hidrográfica Goiano, que será o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Goianos do Rio Araguaia. Após a publicação do Decreto, a Diretoria Provisória, por ele nomeada, terá um prazo de 240 dias para concluir o processo de instalação.
ESTUDO DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES POR BACIA HIDROGRÁFICA ELABORADO e PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA ELABORADO
O processo de elaboração dos Planos de Bacia, que também apresentará proposta de enquadramento, sofreu atraso por conta da necessidade de revisão do escopo técnico da contratação, resultante de uma série de reuniões promovidas pela SEMAD em conjunto com representantes dos CBHs e da Agência Nacional de Águas, objetivando o refinamento e melhor definição de alguns produtos, a incorporação de novos produtos e a ampliação da participação social em todas as etapas do processo de elaboração dos Planos.
O contrato celebrado entre a SEMAD e FUNAPE/UFG foi aditivado em prazo, com a atualização do TDR, a previsão de conclusão e aprovação dos Planos de Bacia e, por consequência, da Proposta de Enquadramento, passou de março de 2020 para julho de 2021.
Os Planos das Bacias Hidrográficas afluentes ao Rio Paranaíba, em um total de 4 (quatro), estão em processo de elaboração pela Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - FUNAPE/UFG. Os Planos de Bacia contemplarão as áreas de atuação dos 4 (quatro) Comitês de Bacias Hidrográficas instalados. A previsão de conclusão e aprovação dos Planos de Bacia é em 2021, que trará proposta de enquadramento dos corpos de água em classes de uso e o seu Programa de Efetivação.
Os Planos estão sendo elaborados conforme cronograma do aditivo e até o presente momento foram entregues os seguintes produtos intermediários: Produto 1 - Bases Metodológicas; Produto 2 - Diagnóstico dos Recursos Hídricos das UPGRHs; Produto 3 - Prognóstico dos Recursos Hídricos das UPGRHs e Produto 4 - Diretrizes, Programas e Metas – Atualização dos Planos de Ação das UPGRHs.
PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA HÍDRICA ELABORADO
Em 2020 foram realizadas algumas ações relativas a um Programa Estadual de Segurança Hídrica, tais como: Elaboração da Edição 2020 do Projeto de Segurança Hídrica Meia Ponte-Piancó e a edição/publicação do Decreto Estadual que declara situação de risco de emergência hídrica nas bacias hidrográficas do Alto Rio Meia Ponte e do Ribeirão Piancó.
Na bacia hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte foi implementado o monitoramento telemétrico individual de 60 usuários de recursos hídricos e a instalação de equipamentos para descarga de fundo nas barragens.
O CBH Meia Ponte aprovou a Deliberação Nº 015, de 01 de julho de 2020 que definiu as diretrizes para o enfrentamento de crise hídrica na bacia hidrográfica do rio meia Ponte, a montante de Goiânia, posteriormente ratificada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
Na bacia hidrográfica do Ribeirão Piancó a SEMAD apresentou a proposta de alocação negociada de água aos membros do Grupo de Trabalho para o enfrentamento do Conflito pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Piancó, instituído pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos (CBH CVSM).
A proposta apresentada para a alocação negociada consiste em estabelecer um acordo entre os usuários da bacia (SANEAGO e irrigantes), no âmbito do Comitê da Bacia com intermediação da SEMAD, para o compartilhamento das águas disponíveis. Trata de uma iniciativa singular de governança dos recursos hídricos, necessária para a ampliação da segurança hídrica dos cidadãos urbanos e rurais de Anápolis e da bacia.
O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos - CBH CVSM aprovou as deliberações nº 13, 14 e 15/2020, em 09 de novembro de 2020, que dispõem sobre: a vazão específica para a bacia do Ribeirão Piancó; a alteração da vazão outorgável na bacia do Ribeirão Piancó; e as diretrizes para enfrentamento à crise hídrica na bacia.
O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou em reunião do dia 30 de novembro de 2020 as deliberações do CBH CVSM que tratam da segurança hídrica na bacia do Ribeirão Piancó.
PROJETO INDUTOR DO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA IMPLEMENTADO
O Projeto indutor do Programa Produtor de Água implementado no Estado de Goiás, que é o Programa Produtor de Água do Ribeirão João Leite teve sua primeira fase finalizada em 2019 e recursos da ordem de R$1,6 milhões foram investidos. Em 2020, a coordenação do Programa passou para a Gerência de Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental, e carece da realização de um novo pacto na bacia, entre as entidades gestoras, para a sua continuidade, sendo que em virtude da pandemia e das restrições emposta não foi possível dar continuidade, o que esta previsto para iniciar em 2021.
SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS E DE COBRANÇAS IMPLANTADO
A proposta de desenvolvimento/implantação de um Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos e Cobrança encontra-se em estudo e a expectativa é de que, pelo menos, um modelo de concepção do sistema esteja pronto em janeiro de 2021.
SISTEMA DE OUTORGA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES IMPLANTADO
O sistema está implantado e atualizado por meio do Web Outorga. Ainda não estavam sendo emitidas as outorgas de diluição de efluentes devido à ausência de servidor capacitado. Tal necessidade foi suprida em junho de 2020. O servidor encontra-se capacitado e já atuando na área. Porém a implantação desta tipologia de outorga depende também de questões como enquadramento dos corpos d'água, definição de parâmetros em conjunto com o Licenciamento Ambiental, monitoramento e demais questões relacionadas a políticas públicas. Desta forma consideramos que o processo de implementação encontra-se em estágio avançado, porém não se trata de uma atividade exclusiva da Gerência de Outorga.
SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
As solicitações de outorga, estão sendo respondidos por meio dos processos SGA e SEI , com uma média de 80 outorgas mensais. Com

a recente implementação do Web Outorga, novas estatísticas serão realizadas. A meta de conclusão do passivo acumulado se encontra dentro do programado, sendo analisados processos concomitantemente nos sistemas SGA e Web Outorga. Passivo atual do sistema SGA: a) Águas superficiais: 90, sendo somente processos de retorno, tendo sido concluídas todas as análises iniciais. b) Águas subterrâneas: 140, sendo parte primeira análise e parte retorno.

AÇÃO: 2030 - GESTÃO E MONITORAMENTO DA SEGURANÇA DAS BARRAGENS DO ESTADO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:
SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO E BARRAGENS GERENCIADAS
Foram realizadas as seguintes atividades referentes ao sistema de barragens, em 2020: Resultados obtidos: Sistema de cadastro de barragens revisado com inclusão de um cadastro simplificado para barragens menores que 5 ha de espelho d'água; Adequados à nova legislação de segurança de barragens: parâmetros e fluxogramas decisórios que interferem nas exigências documentais aos empreendedores; Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) do sistema de barragens adequados; Iniciada a construção da segunda etapa do sistema de segurança de barragens, direcionado ao monitoramento dos empreendimentos – elaboração do plano de negócios em parceria com a Gerência de Tecnologia da SEMAD-GETEC;
Mesmo com o atraso na finalização do sistema como um todo, vale ressaltar que houve considerável evolução no sistema com as revisões e adequações realizadas, facilitando o processo de cadastro para os pequenos empreendimentos, o que tem resultado em adesão de um maior número de barragens ao cadastrado e consequentemente maior acurácia no gerenciamento.
BARRAGENS GERENCIADAS
Foram realizadas as seguintes atividades: Elaboração e Publicação de nova Instrução Normativa 01/2020 sobre segurança de barragens; Contribuições na elaboração de projeto de lei para edição da Lei 20.758/2020 sobre segurança de barragens ;Incentivo do cadastro dos usuários no Sistema de Segurança de Barragens por meio de mobilização – devido à pandemia, a mobilização se deu através de Webinar, realizado no dia 27 de maio de 2020; Capacitação de colaboradores internos/externos para gerenciamento da segurança de barragens e o uso do sistema estadual – primeira apresentação realizada em fevereiro de 2020. E a segunda, também aberta ao público em geral, no Webinar em maio/2020; Análise dos dados informados pelo usuário no sistema de Cadastro das Barragens sob competência da SEMAD; Vistoria "in loco" para averiguação da situação de barragens cadastradas no sistema que apresentaram alto dano e/ou alto risco em sua classificação, e/ou com inconsistências cadastrais. Foram também realizadas vistorias, devido aos eventos de rompimentos e/ou risco de rompimento de barragens ocorridos no primeiro semestre do ano – total: 71 barragens vistoriadas/fiscalizadas até 31 de maio de 2020, sendo 63 não cadastradas. No mês de julho e agosto foram vistoriadas 09 barragens não cadastradas. Em setembro foram vistoriadas 12 barragens cadastradas, sendo em outubro 03 e novembro 04 não cadastradas; Análise de demandas de processos externos (SEI) - MP/Tribunal de Justiça e demais órgãos de Controle – relativos à Segurança de Barragens; Análise de demandas de processos internos (SEI) - denúncias relativas à Segurança de Barragens
Monitoramento e gerenciamento até 07 de dezembro de 2020:Não cadastradas – 79 (gerenciamento in loco); Cadastradas – 2.078 (gerenciamento eletrônico/in loco); Total – 2.157 barragens gerenciadas.

OBSERVAÇÕES
A época de elaboração do PPA 2020-2023 previu-se um montante de mais de 30 mil barragens a serem gerenciadas no estado, conforme informações obtidas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). No entanto, com o refinamento dos estudos, a Política Estadual se restringiu a um gerenciamento das barragens com área acima de 5 ha de espelho d'água, o que resultou em um novo universo estimado em cerca de 1.980 barragens.
Destaca-se que com com a edição da nova Lei de Licenciamento nº 20.694 de dezembro de 2019 e a Lei Estadual sobre segurança de barragens nº 20.758 de 30 de janeiro de 2020, houve a necessidade de suspensão na continuidade do desenvolvimento do sistema durante a adequação do normativo antigo (Portaria 146/19-Semad). Tal revisão culminou com a publicação da Instrução Normativa 001/20-SEMAD em 26 de maio de 2020. Estas adequações demandaram também ajustes no módulo inicial do sistema de cadastro que já estava em funcionamento desde julho de 2019.
Os ajustes exigiram grande esforço e tempo de trabalho da equipe de tecnologia da informação da SEMAD, o que impossibilitou a conclusão do módulo de análise e monitoramento do sistema, previsto para o primeiro semestre de 2020.

AÇÃO: 2031 - MONITORAMENTO HIDROLÓGICO E METEOROLÓGICO EFICIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se :
CENTRO DE INFORMAÇÕES METEOROLÓGICAS E HIDROLÓGICAS DE GOIÁS – CIMEHGO MODERNIZADO TECNOLOGICAMENTE
Em 2020, foi implementado o sistema de modelagem numérica de tempo e clima regional para o Estado de Goiás, com a aquisição e implementação de servidores (computadores de alto desempenho), ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar.
O período de pandemia ocasionou atrasos no que o foi planejado, sendo necessário mais técnicos para atender às demandas apresentadas.
LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS AMPLIADO E MODERNIZADO TECNOLOGICAMENTE
O processo de modernização do Laboratório teve seu andamento com a realização de pesquisa de produtos, bem como a elaboração de processos de aquisição, tendo em vista atendimento às diversas demandas de análises laboratoriais.

REDE DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA AMPLIADA: Em 2020 , iniciou-se a fase de 120 pontos de monitoramento.
REDE DE MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO AMPLIADA
Em 2020, foram instaladas as 02 estações de monitoramento hidrológico no Rio Meia Ponte, que produzirá informações para apoio à tomada de decisões por parte da SEMAD/CIMEHGO, frente ao período de crise hídrica

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1011 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS
AÇÃO: 2035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O ESTADO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se;
Em 2020, foi elaborado o projeto de lei de alteração da Lei Estadual nº 18.102/2013, que sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções e institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual, para incluir a regulamentação da mediação de conflitos, a criação do Núcleo de Autocomposição Ambiental e outras medidas. O PL foi colocado em consulta pública, as sugestões foram analisadas e o texto está em fase final de revisão. Assim, concluiu-se a meta de 30% de implementação da medicação de conflitos ambientais para o primeiro semestre de 2020, conforme o PPA.
PLANO ESTADUAL DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS ELABORADO: A Câmara Temática (CT) do Clima acompanha os Estados e auxilia no diagnóstico da Política do Clima nos Estados e trabalha na criação de uma metodologia para elaboração do plano de trabalho para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Um importante resultado dos trabalhos da CT do Clima foi a Carta dos Estados, que reflete o compromisso assumido pelos Estados na Conferência Brasileira do Clima de 2019, com auxílio de instituições, como a GIZ e ICLEI.
Os trabalhos da Câmara são focados em: 1) analisar os status dos Estados na implantação da política do clima (Leis, Fóruns, inventários, mecanismos de reporte, planos de adaptação e mitigação); 2) analisar a NDC (escrever por extenso) brasileira, verificando quais compromissos podem ser assumidos pelos estados (compromissos que estejam sobre sua governança).
PROJETO DE DIFUSÃO DOS 17 ODS IMPLEMENTADO: Em 2020 não houve execução da ação.
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USUÁRIOS DE RECURSOS AMBIENTAIS NO MEIO URBANO E RURAL COM MAIOR DENSIDADE DEMOGRÁFICA IMPLEMENTADO: Em 2020 foi elaborado o “Projeto Conceito” para a criação de um aplicativo de educação ambiental, o que possibilitou o desenvolveu no segundo semestre do ano de 2020 o aplicativo mobile PlanteGO, com o objetivo de incentivar a população Goiana, residentes em área urbana ou rural, a plantarem mudas de plantas arbóreas e registrarem seus plantios em ambiente virtual, inicialmente por aplicativo de celular com sistema operacional Android. Esse app e as ritualizações previstas subsidiarão várias campanhas de Educação Ambiental com diferentes públicos-alvo.

AÇÃO: 2036 - GESTÃO DA QUALIDADE DO SOLO E REABILITAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E CONTAMINADAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se:
ÁREA DEGRADADA RECUPERADA
Em 2020, foi implementado o cadastro de áreas contaminadas e está sendo atualizado conforme novas áreas são identificadas, sendo que para o próximo ano o cadastro de áreas contaminadas deverá ser disponibilizado e atualizado no SIGA.
O projeto Juntos Pelo Araguaia, inovação em Recomposição Florestal, Conservação de Solo e Água, Engajamento Social, Enfrentamento dos Efeitos das Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento do Agronegócio para a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia, no Estado de Goiás foi realizado nos primeiros meses de 2020, a definição das áreas prioritárias a serem recuperadas. O Projeto visa recuperar 5 mil hectares de áreas degradadas na Bacia do Rio Araguaia no Estado de Goiás. Até o momento foram entregues o Projeto Conceitual, Mapeamento de áreas Prioritárias e o Projeto Executivo. Foi celebrado acordo de cooperação técnica (entre a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria de Governo da Presidência da República, a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso), realizado o estudo para definição de áreas prioritárias e realizado o Workshop Técnico com os órgãos envolvidos para aprovação do Estudo de Áreas prioritárias.
Iniciou-se a implementação do Projeto Pro Águas Meia Ponte. Nesse projeto, é previsto o plantio total de 150 mil mudas em uma área de 120 hectares. Por conta da pandemia do COVID-19, as atividades de plantio que se iniciaram no mês de março tiveram que ser paralisadas.
No Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Meia Ponte, foram levantadas as informações de áreas que demandam recuperação na Bacia do Alto Meia Ponte; Elaborado do Projeto Conceitual e Projeto Executivo.
Em 2020, foi dado continuidade ao convênio firmado com a Agência Nacional de Águas para Implementação de Atividades de Conservação de Água e Solo, foi realizado o terraceamento, a readequação de estradas vicinais, o plantio de mudas em matas ciliares, a

capacitação e a mobilização da sociedade local acerca dos aspetos inerentes à conservação ambiental na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite. Ressalta-se que todas essas atividades foram finalizadas e encontram-se em fase de prestação de contas. No que se refere ao convênio visando a conservação ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantinzinho, foi realizado o terraceamento (206 Km) e o cercamento (15 Km). As ações de readequação de estradas vicinais, o plantio de matas ciliares e a capacitação e mobilização da sociedade local serão realizadas em 2021. Encontra-se em andamento o processo para contração de empresa para implementação de mais 10 Km de cerca e realização de 4 seminários e 4 oficinas para capacitação dos proprietários da região.
Com relação ao produto "projeto de levantamento dos resíduos contendo poluentes orgânicos persistentes (POPs) implementado" foi executado apenas 5%, pois não é um produto prioritário em relação às outras demandas da superintendência de licenciamento. Neste caso, sugerimos que seja solicitada a possibilidade de conclusão do produto até o final de 2023

AÇÃO: 2037 - GESTÃO E PROTEÇÃO DA FAUNA E FLORA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se:
m 2020, ocorreu a participação da equipe na discussão de Orientações Normativas para padronização de análises de processos envolvendo o uso e manejo da flora;
Elaboração de Check list para processos de Queima Controlada e análise de processos envolvendo o uso e manejo da flora
A SEMAD está passando por várias transformações e por um processo de modernização do licenciamento que nos permitirá focar nas atividades de monitoramento e fiscalização de autorizações emitidas conforme estipulado como produto do PPA. Esta será uma AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO MONITORADA E FISCALIZADA
Incremento das ferramentas de atendimento ao usuário.
Início do Mapeamento do Passivo de Processos SGA relativos à GEFLORA; Capacitação da equipe para melhor desempenho em atividades de Monitoramento da Cobertura Vegetal utilizando ferramentas de Geoprocessamento; Participação no desenvolvimento do Sistema Ipê; Análise de 408 processos envolvendo o uso e manejo da flora entre os meses de agosto a dezembro de 2020; Análise de 411 movimentações no Sistema DOF entre os meses de agosto a dezembro de 2020; Emissão de 33 Autorizações envolvendo o uso e manejo da Flora entre os meses de agosto a dezembro de 2020;
Todos as solicitações para cadastro de criação amadoristas foram analisadas, a consideração de porcentagem, refere-se aos solicitantes aptos. Da mesma maneira, todas as solicitações para uso e manejo de fauna, em tempo, foram respondidas. Já as atividades relacionadas a fiscalização de empreendimentos de uso e manejo de fauna, considerando as metas definidas.

OBSERVAÇÕES

AÇÃO: 2038 - LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se:
No que se refere a Compensação Ambiental, ocorreram avanços na normatização dos procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, com o andamento na elaboração da minuta de Instrução Normativa; na regulamentação do art. 35, da Lei Estadual n.º 14.247/2002, que trata da compensação ambiental no Estado de Goiás. Houve avanços também na regulamentação do art. 50, da Lei Estadual n.º 20.694/2019 (Lei de Licenciamento), que trata da criação de fundo privado para recebimento de recursos de compensação ambiental; definição da estrutura do módulo de cálculo da compensação ambiental (modelo Excel). Referente às ações, houve o incremento da produtividade e do número de processos analisados.

OBSERVAÇÕES
AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ILEGAIS DE USO DE RECURSOS NATURAIS
As ações de fiscalização passaram a ter uma triagem. Essa atividade consiste na juntada de processos abertos com a mesma demanda. Além disso, passou-se a ser realizada uma análise prévia utilizando-se técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento diminuindo a necessidade de fiscalizações in loco. Também houve mudanças na estratégia de fiscalização, priorizando Operações em conjunto com instituições parceiras (DEMA, CPA, GT3, IBAMA e ICMBio) em relação ao atendimento de demandas pontuais.
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL RESTRUTURADA E IMPLEMENTADA
Em 2020, ocorreram avanços na normatização dos procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, com o andamento na elaboração da minuta de Instrução Normativa; na regulamentação do art. 35, da Lei Estadual n.º 14.247/2002, que trata da compensação ambiental no Estado de Goiás. Houve avanços também na regulamentação do art. 50, da Lei Estadual n.º 20.694/2019 (Lei de Licenciamento), que trata da criação de fundo privado para recebimento de recursos de compensação ambiental; definição da estrutura do módulo de cálculo da compensação ambiental (modelo Excel). Referente às ações, houve o incremento da produtividade e do número de processos analisados. Conforme previsto no PPA 2020-2023 a meta para o ano de 2020 é de 50% do produto implementado. Em virtude dos avanços alcançados até o mês de dezembro já se tem o percentual de 86,50% da compensação ambiental reestruturada e implementada.
DADOS E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS POR BACIA HIDROGRÁFICA
Em 2020, o georreferenciamento de informações ambientais foi realizado por tipologia e não por recorte geográfico. Inicialmente todas as informações espaciais existentes em outros sistemas informatizados foram concentradas no SIGA. Posteriormente iniciou-se o trabalho de vetorização do passivo de informações. As principais camadas existentes no sistema são relacionadas a unidades de conservação estaduais (24) e municipais (97), propostas de criação de unidades de conservação (3), RPPN estadual (19), processos de licenciamento

em análise (2749), licenças emitidas (2782), áreas embargadas (3776), infrações ambientais (3078), áreas desembargadas (412), processos de regularização fundiária SEAPA (187), averbação de reserva legal (214), áreas de incêndios florestais dentro de unidades de conservação (70), autorizações de supressão para comunidades tradicionais (120).
EMPREENDIMENTO LICENCIADO MONITORADO em 2020 , em função da Pandemia do COVID 19, foram monitorados 220. empreendimentos
INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E LICENCIAMENTO INTEGRADO
Foi desenvolvido e implantado os Sistema: SIGA de Informações Geográficas Ambientais (http://siga.meioambiente.go.gov.br/), oficializado por meio da Portaria 85/2020 - SEMAD, publicada no DOE do dia 02/06/2020. O Sistema tem como objetivo de promover adequada sistematização, padronização, divulgação e uso de informações geoespaciais oriundas das atividades, programas e projetos ambientais e de recursos hídricos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O sistema já conta com 109 camadas de informações espaciais; o IPÊ (Sistema de Licenciamento e Ambiental de Goiás https://portal.meioambiente.go.gov.br/portal/login.mago) A plataforma integra o Portal Ambiental de Goiás, que também reúne serviços como emissão de outorga, segurança de barragens, Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas do Estado de Goiás (Cimehgo) e outras áreas estratégicas; o sistema WEB LICENÇA Licenciamento ambiental para atividades de baixo impacto ao meio ambiente.; o sistema WEB OUTORGA e o CADASTRAMENTO De BARRAGEM entre outros.
LICENCIAMENTO AMBIENTAL EMITIDO Os processos de licenciamento não resultam apenas na emissão de licenças. Para emitir uma licença os projetos devem estar adequados e isto não depende da secretaria, mas sim dos empreendimentos e respectivos responsáveis técnicos. Desta forma, uma vez que o processo é protocolado, a análise conclusiva pode estabelecer os seguintes encaminhamentos: a) deferimento e emissão da licença ou autorização solicitada; b) Notificação para complementação/correção dos projetos;c) Indeferimento e arquivamento do processo.
Os licenciamentos ambientais emitidos em 2020 foram calculados a partir do percentual de licenças emitidas em cada mês em relação ao total de licenças emitidas no ano.
Como sugestão, recomendamos que o produto “licenciamento ambiental emitido” seja substituído pelo produto “porcentagem de processos de licenciamento protocolados e analisados”, pois entendemos que este produto reflete de forma mais adequada a eficiência da secretaria em relação à análise de processos de licenciamento ambiental.
MODELO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS IMPLEMENTADO: Foi desenvolvido e implantado o Sistema de Informações Geográficas Ambientais - SIGA, oficializado por meio da Portaria 85/2020 - SEMAD, publicada no DOE do dia 02/06/2020. O Sistema tem como objetivo de promover adequada sistematização, padronização, divulgação e uso de informações geoespaciais oriundas das atividades, programas e projetos ambientais e de recursos hídricos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O sistema já conta com 153 camadas de informações espaciais. O sistema ganhou o prêmio como Ação Inovadora em Transparência Pública na 2a Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Por meio do SIGA foi estabelecido processo para efetivação de fiscalizações ambientais utilizando aeronaves remotamente tripuladas, emissão de Laudos de Informação Geoespacial (elemento para subsidiar a tomada de decisão) e utilização de alertas de ilícitos ambientais automatizados para o combate à degradação ambiental. Estes procedimentos estão melhorando a eficácia e eficiência das ações fiscalizatórias e do monitoramento sistemático do território goiano.

AÇÃO: 2039 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a maio de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se;
Projeto de lei que altera a Lei Complementar Estadual nº 90/2011 – ICMS Ecológico
O processo de elaboração de planos de manejo é longo (até 12 meses). Já está em elaboração 01 plano de manejo (Parque Estadual da Mata Atlântica - PEMA) e o Plano de Manejo Espeleológico do Parque Estadual de Terra Ronca também está em elboração. Devido a pandemia as atividades estão paralisadas. Foram elaborados outros 12 Termos de Rereferência para a contratação de empresa para elaboração de plano de manejo e estes estão sendo direcionados para os planos de trabalho de aplicação direta dos recursos de compensação ambiental.
Foi criada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (Damolândia-GO, RPPN Córrego Capoeirão - Portaria SEMAD nº 05-2020) no período.
Foram elaborados 13 planos operativos o que corresponde as 13 unidades de conservação de proteção integral (100%). Os planos operativos foram elaborados agora devem ser implementados ao longo do ano, pois são planos anuais
Encontram-se em andamento, diversos processos de aquisição (desapropriação administrativa), contemplando as seguintes unidades: Parque Estadual dos Pirineus, Parque Estadual de Terra Ronca, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual de Paraúna e Parque Estadual da Mata Atlântica. Os recursos disponíveis para os processos de desapropriação administrativa são provenientes de Conversão de Multas, Compensação Ambiental e Decisão/Bloqueio Judicial, somando o montante de R$ 20.868.094,10 (vinte milhões oitocentos e sessenta e oito mil noventa e quatro reais e dez centavos). Nos casos do Parque Estadual de Paraúna, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual da Mata Atlântica, falta publicar decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, para que os processos de desapropriação administrativa possam ser pagos. Já nos casos do Parque Estadual de Águas Lindas, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual da Serra Dourada e Floresta Estadual do Araguaia, falta publicar decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, realizar o levantamento fundiário e o georrefenciamento da unidade e abrir os processos administrativos, para que os processos de desapropriação administrativa possam ser pagos.
No que se refere ao PLANO DE USO PÚBLICO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADO, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas será a unidade piloto no processo de confecção do Plano de Uso Público, com previsão de início em Junho/2020 .
Em virtude da indisponibilidade por parte do governo federal do módulo do Programa de Regularização Ambiental, programa necessário para a recepção e análise das propostas. A assinatura em si de Termos de Compromisso de Regularização Ambiental (TC - PRA) não está acontecendo, isso porque os termos são resultantes da análise das propostas de regularização ambiental apresentadas no âmbito desse Programa. Ações secundárias e preparatórias relacionadas ao tema estão sendo realizadas, como a construção de arcabouço normativo, o caso, por exemplo, da instrução normativa que estabelece os Procedimentos para Quitação e Monitoramento da

Restauração da Vegetação Nativa (PEQUI), em avançada tramitação. No segundo semestre está previsto o início da elaboração da norma que vai regulamentar o Programa de Regularização Ambiental no âmbito do estado.

OBSERVAÇÕES

TERMO DE COMPROMISSO PARA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS FIRMADO: Em virtude da indisponibilidade por parte do governo federal do módulo do Programa de Regularização Ambiental, programa necessário para a recepção e análise das propostas. A assinatura em si de Termos de Compromisso de Regularização Ambiental (TC - PRA) não está acontecendo, isso porque os termos são resultantes da análise das propostas de regularização ambiental apresentadas no âmbito desse Programa. Ações secundárias e preparatórias relacionadas ao tema estão sendo realizadas, como a construção de arcabouço normativo, o caso, por exemplo, da instrução normativa que estabelece os Procedimentos para Quitação e Monitoramento da Restauração da Vegetação Nativa (PEQUI), em avançada tramitação. No segundo semestre está previsto o início da elaboração da norma que vai regulamentar o Programa de Regularização Ambiental no âmbito do estado.

TERMO DE COMPROMISSO MONITORADO: Quanto ao Monitoramento dos Termos de Compromissos do Programa de Regularização Ambiental (TC-PRA) firmados, informa-se não ser possível realizar tal ação por enquanto, dado que não há termos firmados.

PLANO DE USO PÚBLICO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADO (GEUPUC): metodologia selecionada e aprovada pela SUCRA (processo 202000017003365). O Parque Estadual da Serra de Caldas Novas terá o Plano de Uso Público elaborado com recursos de Compensação Ambiental, através do processo 201900017006391 (falta assinar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental para que se possa dar início ao processo de confecção do plano); o Parque Estadual dos Pirineus terá o Plano de Uso Público elaborado com recursos de Compensação Ambiental, através do processo 201900017006391 (falta assinar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental para que se possa dar início ao processo de confecção do plano); o Parque Estadual de Terra Ronca terá o Plano de Uso Público elaborado com recursos de Compensação Ambiental, através do processo 201800017002555 (falta realizar o primeiro termo aditivo ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental para que se possa dar início ao processo de confecção do plano); para os demais parques está planejado ações para 2021. metodologia selecionada e aprovada pela SUCRA (processo 202000017003365.

TERMO DE COMPROMISSO PARA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS FIRMADO (GEUPUC): no que diz respeito às Unidades de Conservação, é uma ação conjunta entre a GEUPUC e a GECAR. Até o presente momento nenhum processo teve o termo firmado.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA CONCLUÍDA: antes do ano de 2002, algumas unidades de conservação já possuíam a regularização fundiária concluída, sendo elas: Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), Parque Estadual dos Pirineus (PEP) (100% de sua área é de posse do Estado de Goiás, onde 24,89% da área está aguardando decisão judicial quanto aos valores dos imóveis), Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP), Parque Estadual Telma Ortegal (PETO), Parque Estadual do João Leite (PEJoL), Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR) e Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João (ARIE São João). Já as demais UC's apresentam a seguinte percentagem de área regularizada: Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR) 61,83%, Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ) 7,77%, Parque Estadual de Paraúna (PEPa) 18,35%, Parque Estadual do Araguaia (PEA) 50,48%, Parque Estadual da Serra Dourada (PESD) 0%, Parque Estadual de Águas Lindas (PEAL) 0%, Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA) 29,61% e Floresta Estadual do Araguaia (FEA) 52,87%.

Em 2020, estão em andamento diversos processos de aquisição (desapropriação administrativa), contemplando as seguintes unidades: PEP, PETeR, PESJ, PEPa e PEMA. Os recursos disponíveis para os processos de desapropriação administrativa são provenientes de Conversão de Multas, Compensação Ambiental e Decisão/Bloqueio Judicial, somando o montante de R$ 24.088.634,71 (vinte e quatro milhões oitenta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e um centavos). Nos casos das unidades PEPa, PESJ, PEMA, PEAL, PEA, PESD e FEA, falta publicar decreto de utilidade pública, para fins de desapropriação, para que os processos de desapropriação administrativa possam ser pagos.

ICMS ECOLÓGICO REESTRUTURADO E IMPLANTADO: Projeto de lei que altera a Lei Complementar Estadual nº 90/2011 – ICMS Ecológico

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM PLANO DE MANEJO ELABORADO:

O processo de elaboração de planos de manejo é longo (até 12 meses). Já está em elaboração 01 plano de manejo (Parque Estadual da Mata Atlântica - PEMA) e o Plano de Manejo Espeleológico do Parque Estadual de Terra Ronca também está em elaboração. Devido a pandemia as atividades foram paralisadas por um período, mas já foram retomadas.

Foram elaborados outros 14 Termos de Referência e cotações orçamentárias para a contratação de empresa para elaboração/revisão de plano de manejo, e estes estão sendo direcionados para os planos de trabalho de aplicação direta dos recursos de compensação ambiental.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CRIADA: Em 2020, foi efetivada a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural, com 10,749 ha (Damolândia-GO, RPPN Córrego Capoeirão - Portaria SEMAD nº 05-2020) e o Parque Estadual Águas do Paraíso, situado no município de Alto Paraíso de Goiás, conforme DECRETO Nº 9.712, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADO: Em 2020, foram elaborados 13 planos operativos o que corresponde as 13 unidades de conservação de proteção integral (100%). Os planos operativos foram elaborados e agora estão em fase de implementação.

No período foram elaborados os Termos de Referência para a contratação dos planos de manejo para 12 Unidades de Conservação, bem como sua inclusão em planos de trabalho para execução via compensação ambiental.

O plano de manejo do Parque Estadual da Mata Atlântica já está em processo de elaboração, bem como o plano de manejo espeleológico do Parque Estadual de Terra Ronca.

AÇÃO: 2040 - ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES

No período de janeiro a dezembro de 2020 não houve execução de ações vinculadas ao ZEE.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1042 - SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE
AÇÃO: 2144 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se:
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS INCENTIVADO
O Plano Estadual de Resíduos Sólidos, aprovado pela Portaria SEMAD n° 250/2017, publicada no DOE em 21 de novembro 2017, prevê sua revisão a cada 4 anos. Adequações e atualizações serão realizadas no Plano Estadual de Saneamento para posterior implementação das ações atinentes a SEMAD, já de maneira harmonizada com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei n° 14.026, de 15 de julho de 2020.
PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLEMENTADO
O Plano Estadual de Resíduos Sólidos, aprovado pela Portaria SEMAD n° 250/2017, publicada no DOE em 21 de novembro 2017, prevê sua revisão a cada 4 anos. Adequações e atualizações serão realizadas no Plano Estadual de Saneamento para posterior implementação das ações atinentes a SEMAD, já de maneira harmonizada com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei n° 14.026, de 15 de julho de 2020.

AÇÃO: 2145 - GESTÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

REALIZAÇÕES
A ação no Período de Janeiro a dezembro de 2020 realizou as metas pactuadas, apesar das dificuldades encontraras em função da pandemia do COVID.
Destaca-se:
AMPLIAÇÃO DA REDE DE TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO INCENTIVADA
Este produto depende do Plano Estadual de Saneamento Básico, ainda em elaboração, e a ser contratado, e que deverá definir a regionalização em blocos de municípios para a prestação desse serviço, a orientação técnica para a ampliação da Rede pelos prestadores desse serviço aos municípios.
Os dados de ampliação de rede de tratamento de esgotamento sanitário nos 226 municípios operados pela SANEAGO serão informados pela Companhia, cabendo a SEMAD propor e coordenar as políticas públicas estaduais de saneamento básico, envolvendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem Urbana, conforme Lei Nº 20.491, de 25 de Junho de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 26 de Junho de 2019 e Regulamentada pelo Decreto Nº 9.568, de 28 de Novembro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 29 de Novembro de 2019.
PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO
Em 2020 foi iniciado a fase de desenvolvimento os Termos de Referência para a elaboração do Plano. Diante da negativa de aditivação do Contrato nº 12/2017 celebrado entre o Estado de Goiás, por meio da SECIMA à época, e a Fundação de Apoio a Pesquisa - FUNAPE da Universidade Federal de Goiás – UFG (Processo SEI nº 201700017000823, Despacho n° 914/2019 – PROCSEC), restou prejudicada a execução do referido Plano Estadual de Saneamento Básico, estando em curso o desenvolvimento dos TDRs para a nova contratação.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Diretor Presidente

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Objetiva a prestação de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, na forma da lei, considerada como conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

2.2 Legislação
Constituída por meio da Lei Estadual nº 6.680, de 13 de setembro de 1967; Legislação aplicável, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei 13.303/16"), e pela regulamentação aplicável.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Breve Histórico
Constituída por meio da Lei Estadual nº 6.680, de 13 de setembro de 1967, a Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, objetiva a prestação de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, na forma da lei, considerada como conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.
Em 11 de dezembro de 2001, foi deferido o pedido de registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM de forma a possibilitar a negociação no mercado de balcão não organizado, de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Atualmente, a Companhia conta com mais de 5.800 colaboradores diretos, distribuídos na operação de sistemas de água e esgotos em 226 dos 246 municípios de Goiás, incluindo a cidade de Goiânia, possibilitando, dessa forma, o fornecimento de serviços de abastecimento de água e coleta e/ou tratamento de esgoto para um grande número de consumidores residenciais, comerciais, industriais e públicos.
A Saneago busca atender parâmetros como universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário; atendimento às peculiaridades de cada município atendido; sustentabilidade econômico-financeira; gestão transparente; segurança e regularidade nos serviços prestados.
Quando o assunto é índice de atendimento, por exemplo, a Companhia tem trabalhado pela universalização do serviço e alcança hoje resultados muito expressivos, acima da média nacional. Conforme dados de novembro de 2020, a companhia atende 5,82 milhões de pessoas com água tratada o que representa 97,4% da população abrangida em sua área de atuação enquanto a prestação de serviços de esgotamento sanitário abrange 3,86 milhões de pessoas perfazendo um índice de atendimento de esgotamento sanitário 64,6% da população.
Síntese das Ações Gerenciais Realizadas no Exercício
Considerando que o website de Relações com Investidores (RI) é o principal canal de comunicação entre uma companhia de capital aberto e seus acionistas, potenciais investidores, analistas e comunidade acadêmica, em 07 de abril de 2020 a Superintendência de Relação com Investidores realizou a contratação da empresa MZ Consult Serviços e Negócio LTDA. (Contrato nº 30000074) para a prestação de serviço especializado no desenvolvimento e manutenção do website de Relações com Investidores, conforme detalhado nos autos do Processo nº 2333/2020.
Ainda, demonstrando que a Companhia valoriza a ampliação de suas conexões com diversas partes do mundo e visando maior alcance e acessibilidade das informações relevantes ao mercado em geral, em 06 de julho de 2020 foi realizada a contratação da empresa LD Translations EIRELI (Contrato nº 30000157) para a prestação de serviço especializado em traduções não juramentadas, textos, documentos, legislações e outros materiais de divulgação da Companhia em língua portuguesa para a língua inglesa, tendo em vista que este é o idioma mais utilizado nas relações internacionais de mercado, conforme detalhado nos autos do Processo nº 4623/2020.
Buscando manter todas as normativas em consonância com as obrigações legais e as necessidades do mercado, a Superintendência de Relação com Investidores realizou a atualização da Política de Transações com Partes Relacionadas da Saneago – PL00.0044 em 15 de julho de 2020, visando assegurar que as decisões da Companhia sejam tomadas de forma coerente às normas impostas pela empresa e possibilitando o monitoramento de potenciais conflitos de interesses oriundos das transações, adotando assim as melhores práticas de governança corporativa.
Por fim, considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhoras práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança, a Superintendência de Relação com Investidores deu início ao projeto de implementação das melhores práticas de Environmental, Social and Governance – ESG na Companhia, conforme detalhado nos autos do Processo nº 12648/2020. Por meio da Resolução da Diretoria nº 67/2020, foi criado um Grupo de Trabalho Multidisciplinar para elaborar um plano de ação para implementação de práticas de ESG. Entre as ações realizadas pelo grupo, como o levantamento de indicadores, riscos e ações ESG da Companhia, destacasse a criação do Comitê de Sustentabilidade, responsável pelas estratégias, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia, conforme determinado pela Resolução da Diretoria nº 80/2020.
Em 2020 as ações desempenhadas pela Unidade de Governança, Gestão de Risco e Compliance, foram objetivando aprimoramentos dos mecanismos de combate à corrupção e desvios de conduta, dentre as quais destacamos:
1 . Divulgação das Pílulas de Governança;
2 . Implantação da Lei Estadual n° 20.489/2019;
3 . Acompanhamento e gestão do processo de atualização das Políticas:
• Política de Prevenção de Conflitos de Interesse;
• Política de Acesso à Informação;

• Política de Patrocínio;
• Política de Prevenção de Atos de Corrupção;
• Política de Segurança da Informação;
• Política de Distribuição de Dividendos;
• Política de Porta Vozes, Comunicação e Divulgação de Informação;
• Política de Não Retaliação;
• Política de Transações com Partes Relacionadas;
• Política de Gestão de Riscos;
• Política de Compliance;
• Política de Alçadas e Limites da Saneago;
• Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicação de Recursos;
• Política de Avaliação da Alta Administração;
• Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;
• Política de Responsabilidade Socioambiental.
4 . Treinamento do Código de Conduta e Integridade, disponibilizado para todos os empregados, conforme Lei 13.303/2016;
5 . Treinamento da Alta Administração, conforme Lei 13.303/2016;
6 . Avaliação do Tratamento de Riscos em conjunto com a Gerência de Riscos.
No que compete à gestão dos riscos, em congruência com o eixo Gestão de Riscos Corporativos, tem-se instituído o Comitê Setorial de Compliance e Governaça Companhia (CSCG) para assuntos relacionados ao escopo: aquisições/contratações, gestão de contratos, folha de pagamento, estrutura de barragem e segurança do trabalho.
Nesse sentido, os riscos do escopo foram devidamente reavaliados em 2020, considerando as interferências da pandemia do coronavírus (COVID-19), utilizando-se de metodologia aderente à norma “ISO 31000:2018”, utilizando-se ainda o modelo “COSO”, e com tratamentos e indicadores chave de risco (KRI key risk indicators) monitorados periodicamente pelo CSCG.
Quanto ao eixo Matriz de Riscos em Contratações, como parte das exigências contidas na Lei nº 13.303/2016, é conceituada, como: “cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação”.
Além dos itens exigidos em Lei, a Saneago adota a mensuração da probabilidade de ocorrência dos eventos listados, como forma de sinalizar ao licitante a significância dos eventos. Em 2020, além do apoio às contratações enquadradas, com a elaboração e revisão de matrizes, houve revisão da matriz, tornando-a mais simples do ponto de vista construtivo e mais efetiva do ponto de vista jurídico, contando com maior eficiência na citação das consequências da materialização, ações mitigatórias e resposta ao risco a ser observada pelo gestor do contrato.
Realizações e ações melhorias nos processos contábeis:
1. Parametrização da Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Contábil Fiscal (ECF) através do sistema SAP/Vtax, com o implemento dos procedimentos básicos para o envio das obrigações acessórias;
2. Implantação do Novo Sistema SAP para os Consórcios Águas Lindas e Corumbá, incluindo controle dos Ativos, trazendo padronização, agilidade, qualidade e automatização nas informações contábeis;
3. Realização de Treinamentos dos colaboradores das áreas envolvidas nos processos relativos a entradas de documentos fiscais, proporcionando a redução de erros e retrabalhos;
4. Reforço dos trabalhos junto às demais unidades da Saneago quanto aos prazos para entradas físicas e autuação dos processos de pagamento, com suporte aos usuários, o que proporcionou redução no prazo do fechamento contábil mensal e reduziu a possibilidade de entrada de notas fora do período de competência.
5. Contabilização e controle automatizado das remunerações contratuais no Ativo para registro e amortização das obrigações firmadas em contratos da Saneago para com qualquer município goiano;
6. Treinamentos para a equipe, tanto para a atualizações das mudanças normativas contábeis e fiscais o que nos possibilitou uma melhora nos processos; e dentre esses treinamentos destacam-se: Webinar Series BDO - Impactos Contábeis oriundos da Covid-19; Webcast com a PWC das Novas Perspectivas - Fechamento dos Trimestres 2020; Curso Contabilidade Regulatória e Indicadores ministrado pela UNIABES; e curso atualizado de retenções tributárias ministrado pela CENOFISCO.
7. Elaboração de estudos sobre Juros Sobre o Capital Próprio – JCP que traz consigo grandes vantagens fiscais e economia tributária para a Companhia;
8. Desenvolveu-se a digitalização de processos e documentos arquivados na Contabilidade, com apoio da Gerência de Controle, Tramitação de Documentos e Gestão Arquivística (G-GTD) a fim de alimentar o acervo digital da Companhia, facilitar o acesso das informações e proporcionar agilidade no fluxo.
9. Redução de impressões e uso de papel, proporcionando redução de custos para a Companhia;
Na Unidade de Marketing foram desenvolvidos em 2020:
- Criação do novo layout de sinalização da Companhia;
- Estruturação e veiculação das Campanhas internas em relação a medidas administrativas de prevenção e combate ao Covid-19;
- Estruturação e veiculação de Campanhas para o público externo, com destaque para as campanhas;
- Sanear Contra a Covid-19
- Amor por Goiás
- Da nascente até a torneira
- Garantia de Abastecimento: esse é o nosso compromisso (Anápolis, Pirenópolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia)
- Campanha: “Consumo Consciente Preserva o Meio Ambiente”, com ampliação do escopo de atuação dos personagens Banja e Sato, que agora, acompanhados da Dona Faísca, além de tratarem do Consumo Consciente de água, também promovem reflexão sobre as queimadas e destino correto do lixo; Destaque para: - Cartilha para escolas;
- Distribuição de copos e tonéis de água. Foram distribuídas 7.996 caixas com copos de água.
- Produção, cerimonial e execução de eventos institucionais, com destaque para:
- Reunião Estratégica da Dipre
- Assinatura do Contrato de Anápolis
- Lançamento das obras dos Linhões
- Visita técnica às obras dos Linhões
Produção, cerimonial e execução de eventos institucionais, com destaque para:
- Evento Dia das Mulheres
- Visita técnica às obras do Sistema de Esgoto de Anápolis
- Webinar 1º Encontro de Gestores da Saneago

- Inauguração do Sistema de Abastecimento de água do
Povoado de São Domingos
- Campanha de Arrecadação de Cestas Básicas para famílias
carentes. Foram arrecadadas 2.606 cestas básicas;
- Aprovação da Política de Patrocínio;

No Relacionamento com a Imprensa com canais de comunicação locais e nacionais; elaborando notas respostas, sugerindo pautas e organizando entrevistas. O objetivo da unidade é ser o canal de comunicação entre a imprensa e a Saneago, esclarecendo dúvidas, noticiando o trabalho da Companhia e aumentando a presença positiva da Saneago na imprensa.

Também cabe à Gerência de Relacionamento com a Imprensa a administração dos perfis online da Saneago nas redes sociais, quais sejam: Instagram, Facebook, LinkedIn e Twitter. Além do planejamento e publicação de postagens, a unidade também realiza o primeiro atendimento ao cliente que procura a Saneago pelas redes sociais.

Diante disso, destacamos os seguintes pontos:

- Redução no número de notas retorno em comparação com 2017,
2018 e 2019.

O pedido de nota retorno costuma acontecer quando a imprensa detecta algum problema ou denúncia em relação à Saneago, como: falta de água, vazamentos em geral, problemas com obras. A diminuição no pedido de notas retorno significa que a imagem e o serviço da empresa estão melhorando.

- Publicações no Site e na Intranet: Ocorreram 1.563 publicações na intranet e 1.117 no site; somando ambas, uma média de 244 por mês;

Na área financeira durante o exercício de 2020 foram:

1. Realizada a 7ª Emissão de Debêntures no valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) aprovado no PES 2020-2024;
2. Elaboração do Plano de Contingência Financeira em conjunto com a Direção, com objetivo de gerar liquidez no Fluxo de Caixa tendo em vista aumento da inadimplência desde Março/2020 devido a pandemia do COVID-19;
3. Revisão do Procedimento de Viagens PR000.0233.01, sendo revisado o fluxo de aprovações, prestações de contas e com digitalização de todo processo no Sistema no GED;
4. Protocolo de cartas consultas no total de R$ 147 milhões, sendo: a) R$ 30,6 milhões para ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Anápolis; b) R$72,1 milhões para ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água Aparecida de Goiânia; e c) R$ 44,4 milhões para para ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Goiânia;
5. Como parte do Projeto “Saneago 1 Click”, entando 100% digitalizados todo o processo de pagamento até a autorização junto as instituições financeiras;
6. 8ª Emissão de Debêntures no valor de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) com objetivo de resgate da 7ª emissão de Debentures e também para capital de giro;
7. Prestação de Contas Final com a quitação das obrigações emitida pelo BNDES referentes ao contrato 06.2.0504.01, no valor de R$ 124.930.400,00 e o nº 06.2.0504.02, no valor de R$ 67.216.400,00, ambos celebrados em 11 de setembro de 2006, totalizando um valor de R$192.146.800,00. Com a quitação tivemos a com liberação das garantias e R$ 8 milhões disponível em conta reserva;

E no atendimento ao cliente e acesso de informações na Ouvidoria da companhia foram implementados:

. Atualização do portal de Acesso à Informação para atendimento a nova metodologia da CGE/TCE, com participação no II Prêmio Goiás Mais Transparente, ficando em 2º lugar dentro das Empresas do Estado, caracterizando o selo Prata de Excelência em Transparência, conforme o Sistema de Avaliação do Índice de Transparência – SISLAI (a ser divulgado na Semana de Combate à Corrupção em dezembro/2020);

• Contratação de Videoaulas para treinamento em Lei de Acesso à Informação – LAI, a todos os gestores e membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E ACESSO – CADA;
• Recertificação em Ouvidoria, da Ouvidora, pela Associação Brasileira de Ouvidores – ABO;
• Implementação de Pesquisa de Satisfação Interna, para os empregados que utilizarem o canal da Ouvidoria para denúncias;
• Melhorias operacionais no sistema de Ouvidoria como aumento da capacidade de caracteres no campo de devolução, inclusão de campos para registro de empregados envolvidos, CEP, CPF ou CNPJ;
• Atualização e transcrição da Carta de Serviços ao usuário para o Portal Goiás Digital;
• Elaboração de projeto para teletrabalho (repassado à SUREH);
• Integração Webservice do Sistema de Ouvidoria entre OGE e Saneago;
• Atualização de roteiro de atendimento para o Call Center (0800 645 0117) da Ouvidoria;
• Palestra ministrada em Live, sobre “Ética no Setor Público”, a convite da Agência Brasil Central;
• Inclusão no Sistema de Ouvidoria da Agência Reguladora de Água e Esgoto de Rio Verde – AMAE;
• Publicação mensalmente do Relatório Estatístico no portal LAI;
• Criação de relatório de registro dos empregados envolvidos em denúncias no Sistema de Ouvidoria (inseridas as informações desde 2016);
• Treinamento sobre o Sistema de Ouvidoria para os empregados da nova empresa de Call Center -Access;

Melhorias e inovações no sistema comercial

1. Melhoria e aperfeiçoamento do Comunicado de Troca de Hidrômetro;
2. Desenvolvimento e implementação de nova aplicação para restauração de débitos;
3. Desenvolvimento e implementação de nova aplicação que possibilitou negociação, via call center e agência virtual (site), de débitos do perído de 02 a 07/2020, dentro do Programa Sanear Contra a Covid-19;
4. Início dos testes do software próprio, que está sendo desenvolvido em parceria com a SUTEC para a execução dos serviços comerciais – leitura com emissão de fatura, corte, revisão de corte e religação;
5. Desenvolvimento e implementação do sistema Aging List, utilizado para acompanhamento da inadimplência;
6. Atualização da aplicação que gera relatório de débitos de órgãos públicos, com adequação ao relatório contábil;
7. Atualização da aplicação de cadastro de órgãos públicos, com criação de códigos para subdivisão dos mesmos por tipos específicos;
8. Adequação da aplicação de emissão e envio de faturas dos órgãos públicos;
9. Elaboração do projeto Fatura Digital, que permitirá o envio da fatura por e-mail (projeto em fase de testes no ambiente de homologação);
10. Elaboração do projeto Auto Cadastro, que permitirá que o próprio cliente, por meio de
aplicativo para celular, faça a atualização de seus dados pessoais junto à Saneago;
11. Adequação do sistema para faturamento do consumo medido em mais de uma ligação em uma mesma unidade usuária (múltipla medição).

Na área de Recursos Humanos foram realizadas ações como:

1. Desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados: 2328 empregados treinados;
2. Contratações 161 empregados em diversos cargos em 2020 do concurso 01/2017;
3. Contratação de Consultoria para Dimensionamento da Força de Trabalho;

4. Realização de concurso público para provimento de 24 vagas para o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho e 01 Técnico em Enfermagem do Trabalho;
5. Manutenção de 165 estagiários de nível médio e 385 estagiários de nível superior;
6. Manutenção de 296 jovens aprendizes na empresa e contratação de mais 33 jovens;
7. Acolhimento social com levantamentos socioeconômicos de clientes de baixa renda para mediação de negociação de débito e tarifa social;
8. Acolhimento social a empregados com dependência química e encaminhamento de 15 empregados com aceitação para efetivo tratamento;
9. Políticas para prevenção a contaminação do coronavírus:
• Nomeação da comissão de crise, acompanhamento e combate à propagação do coronavírus;
• Elaboração de procedimentos preventivos básicos à disseminação do coronavírus;
• Sistema de teletrabalho, revezamento e remanejamento de empregados
• Aquisição e distribuição de EPI's.
• Acompanhamento diário de cada empregado infectado pelo coronavírus até sua completa recuperação;
• Distribuição de EPIs: - 100.000 máscaras PFF2 distribuídas entre os empregados que laboram com esgoto; - 3,000 óculos de proteção - 1.000 protetores faciais - 3.000 macacões impermeáveis - 17.000 máscaras de tecido
• Testagem de cerca de 1500 empregados como forma de prevenção à disseminação da COVID-19.
10. Automatização do levantamento de riscos por empregado
11. Concessão de benefícios para 93 filhos PCD de 91 empregados da Companhia.
No setor de Logística da Companhia foram realizadas as melhorias como:
1. Implementação do sistema SAP - A utilização do sistema SAP proporcionou melhorias significativas no processo de gestão da companhia. Devido ao rastreamento de usuário, data e hora de inserção de informações e documentos no sistema, o SAP traz maior confiabilidade aos dados registrados e permite a integração entre diversos setores da Saneago, facilitando o acesso as informações.
2. Disponibilização de dados das contratações de serviços e aquisição de materiais para o TCE e CGE - A ação consiste em disponibilizar as informações das contratações para os órgãos fiscalizadores, com o intuito de atender aos preceitos da Lei nº 13.303/2016 e da Constituição Federal de 1988 que prevê o princípio da publicidade como requisito de validação das contratações nas empresas públicas e sociedades de economia mista.
3. Implantação da Pré-qualificação de marcas e Licitações exclusivas para préqualificados - A ação faz uso do procedimento auxiliar previsto no Art. 64 da Lei 13.303, identificando bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade desta Administração, aumentando o nível de qualidade dos insumos fornecidos bem como dando mais eficiência nos processos aquisitivos com o uso da exclusividade de participação para pré-qualificados.
A Superintendência de Assuntos Regulatórios, sobre as principais realizações do ano de 2020,e com propostas de melhorias para o ano de 2021, apontadas abaixo:
1. Contratação de consultoria para levantamento da Base de Ativos Regulatórios (BAR) da Companhia
• Contrato: 30000020/2020
• Empresa: Asset Experts Consultoria e Engenharia de Avaliações LTDA
• Data de Conclusão dos Trabalhos: Junho/2021
• Objetivo: Levantamento, valoração e conciliação da Base de Ativos Regulatórios da Companhia, referente a Dezembro/2018 e Dezembro/2020.
• Importância para a Companhia: A Base de ativos regulatórios (BAR) é a variável econômica mais relevante no processo de revisão tarifária, o que permitirá a Companhia uma revisão tarifária mais coerente com os investimentos realizados em sua base de ativos.
2. Contratação de consultoria para construção de metodologia de revisão e reajuste tarifário
• Contrato: 300000172/2020
• Empresa: Abdo Ellery & Associados Consultoria Empresarial em Energia e Regulação • Data de Conclusão dos Trabalhos: Março/2021
• Objetivo: Construção de metodologias de reajuste e revisão tarifária, alinhadas com o novo marco regulatório dos saneamento no Brasil e treinamento da equipe da SUREG sobre aspectos inerentes a regulação econômica.
• Importância para a Companhia: Dispor de metodologias sólidas e atualizadas para discussão com os reguladores acerca dos processos de revisão e reajuste tarifário. Documento: 53775/2020 Página 1 de 4
3. 2º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Saneago
• Processo AGR: 201900029008760
• Previsão de Conclusão dos Trabalhos: Entre Dezembro/2020 e Janeiro/2021
• Objetivo: Atualizar as tarifas da Companhia com vistas ao equilíbrio econômico dos investimentos realizados até o mês dezembro/2019
• Importância para a Companhia: Recuperar os investimentos realizados em sua base de ativos, e prover condições sustentáveis para os investimentos futuros na ampliação dos serviços de saneamento.
4. Acompanhamento de prazos e resposta aos Termos de Notificação, Autos de Infração, Ofícios, Resoluções Normativas, Consultas Públicas e demais documentos recebidos dos órgãos reguladores estadual e municipais (AGR, ARG e AMAE)
5. Auxílio na cobrança de informações para resposta as defesas administrativas dos Autos de Infração aplicados pela Agência Reguladora Estadual – AGR e Municipal de Rio Verde – AMAE
6. Acompanhamento de fiscalizações realizadas pelas Agências Reguladoras Estadual e Municipais, quando necessário.
7. Participação em reuniões das Agências Reguladoras com o intuito de aprovação de documentos e apresentação de defesa e recursos aos autos de infração recebidos.
8. Proposição de melhorias ao sistema de Gestão da Regulação, a fim de dar maior organização e facilidade no controle de prazos e processos junto as diversas áreas da Companhia, inclusive facilitando na identificação das atividades realizadas por período por unidade organizacional.
9. Realização de visitas preventivas a todos os distritos operados pela Saneago, nas quais são realizadas simulações de fiscalizações dos órgãos reguladores em cada município pela equipe da SUREG, pontuando melhorias que devem ser executadas para minimizar/evitar o recebimento de notificações e autos de infração. Em decorrência da pandemia no ano de 2020 o planejamento proposto não foi executado, visando a segurança dos funcionários envolvidos. A partir de 2021 o projeto será retomado, assim que houver confirmação de um cenário mais favorável a realização de visitas.
10. Gerenciamento de grupo de trabalho para revisão de resoluções normativas dos órgãos reguladores (AGR, ARG e AMAE), com previsão de encerramento e apresentação de resultados à Diretoria até 15/03/2021.
11. Elaboração e análise de manuais de atendimento, operações e especificações técnicas e de manuais de aprovação de projetos junto as áreas responsáveis da Companhia, Documento: 53775/2020 Página 2 de 4 o intuito de submeter a aprovação do órgão regulador municipal de Goiânia – ARG.
12. Auxílio na análise da elaboração e adequação do Plano de Racionamento de Goiânia as normas propostas pelas Agências Reguladoras Estadual e Municipal.
Na área de tecnologia da Informação foram realizadas ações como:

1. Implantação do ambiente de Disaster/Recovery (DR) para a plataforma SA Criação de ambiente redundante para execução dos sistemas da plataforma SAP em caso de falha do ambiente principal.
2. Implantação do SAP nos Consórcios de Águas Lindas e Corumbá - Ativação e configuração do ambiente SAP para controle das informações contábeis e de logística dos consórcios Águas Lindas e Corumbá.
3. Criação do catálogo de software e garantia da conformidade de software - A criação do catálogo de software tem como finalidade facilitar o processo de controle dos softwares passíveis de instalação nos computadores da SANEAGO, identificando quais softwares podem ser instalados nos computadores de cada unidade, bem como proporcionar uma melhora significativa no controle do uso das licenças para os softwares que requerem a contratação de licenciamento junto aos desenvolvedores/distribuidores.
4. Suporte às ações de adequação às exigências da LGPD - Mobilização inicial das Superintendências, apresentando os fundamentos da lei e os impactos dela nas atividades departamentais.
• Diagnóstico inicial de privacidade e proteção de dados da empresa;
• Levantamento das principais lacunas departamentais em relação à proteção dos dados pessoais;
• Preparação documental de normas para atendimento da lei;
• Definição do grupo de trabalho para auxiliar às unidades organizacionais na adequação à LGPD.
5. Implantação do processo digital através do sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Docflow – Ações incluídas:
- Implantação dos tipos e modelos de documentos que compõe os processos digitais; - Implantação do trâmite hierárquicos entre as unidades organizacionais;
- Implantação da assinatura digital por token; - Implantação das funcionalidades: minhas minutas, histórico da unidade, validação de inclusão de protocolo, remoção de documentos vinculados, lista fechada de assuntos e evoluções nas listagens de documentos e processos.
- Implantação do acesso externo;
- Criação de serviços de integração entre o GED e o ambiente Web do Portal de Sistemas Corporativo.
6. Automação do processo que permite a abertura e o trâmite do requerimento para Lançamento de Efluentes não Domésticos na rede de esgoto da Saneago - Para que a rede de esgoto da Saneago seja utilizada para dejetos de efluentes não doméstico em um determinado imóvel, é necessário que o proprietário faça um requerimento solicitando uma vistoria e aprovação da ligação no esgoto. Esse processo era totalmente manual e presencial, ocasionando o incômodo de deslocamento para o cliente, alto custo em viagem de vistoria para a Saneago, grande volume de processos físicos, sobrecarga de trabalho na sede da Saneago, etc. O sistema foi desenvolvido para automatizar o processo ponta a ponta, contemplando as seguintes etapas:
• Formulário de requerimento;
• Geração de guia de pagamento do requerimento;
• Integração de leitura do arquivo de recebimento emitido pelo banco;
• Disponibilização da solicitação para a regional de destino;
• Disponibilização do laudo para a validação da SUTOP (área responsável na sede da SANEAGO);
• Disponibilização de autorização de lançamento de efluentes não doméstico na rede de esgoto da SANEAGO com chave de veracidade para o usuário final.
7. Início do desenvolvimento do sistema Gestão de Investimentos – KPA - O sistema faz a gestão dos investimentos a serem feitos pela SANEAGO nos diversos municípios a serem atendidos a longo prazo.
8. Processo de aquisição de computadores desktops, notebooks e monitores - Criado processo 7399/2020 para aquisição de 800 computadores desktops (CPU+Monitor), 100 notebooks e 130 monitores, com o objetivo de suprir as novas demandas destes equipamentos, bem como substituição de equipamentos já obsoletos.
9. Informatização da ETA Mauro Borges e melhorias na topologia das redes ETA Mauro Borges e Barragem João Leite - - Conclusão da informatização da ETA Mauro Borges, com a estruturação da comunicação de dados e voz no complexo da ETA interligando o prédio da Administração, Edifício de Cloro, Filtros e Sopradores e Guarita. Adicionalmente, em projeto conjunto da SUPERV. DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E AUTOMAÇÃO (P-SDA/P-GIN/SUTOP) com a COORD. DE ADM. DE REDES (G-CRD/G-GLG/SUTEC), foram implantadas melhorias na topologia das redes ETA Mauro Borges e Barragem João Leite, que agora estão interconectadas através de enlace de rádio próprio, operando em redundância na comunicação com nosso datacenter. Ou seja, caso haja qualquer indisponibilidade (ex.: queima) de um dos modems da operadora Oi, o tráfego será repassado para o roteador da outra localidade. Adicionalmente, o tráfego da Barragem está utilizando, por padrão, o link (de maior velocidade) da ETA.
- Ações concluídas:
02/2020 – Implantação dos roteadores redundantes para interligação ETA Mauro Borges e Barragem João Leite;
06/2020 – Instalação da central telefônica sendo possível realizar e receber ligações externas e ligações internas ramal-ramal entre as unidades da região metropolitana; 06/2020 – Instalação linha de comunicação de dados de 16Mbps para interligação em rede;
06/2020 – Implantação de redundância da comunicação de dados por meio de comunicação via rádio entre a ETAMB e a Barragem e saída pelo circuito de dados da Barragem de 4Mbps;
06/2020 – Conclusão da instalação de todo cabeamento estruturado de dados e voz do prédio principal de maneira que já é possível acessar os sistemas informatizados a partir do laboratório, da sala da automação e recepção 06/2020 – Conclusão do cabeamento de dados na Guarita;
06/2020 – Conclusão do cabeamento de dados no Edifício de Cloro;
08/2020 – Lançamento de cabo telefônico e fibra ótica (+fusões) para interligação do prédio da administração com o Edifício de Cloro 08/2020 – Lançamento de cabo telefônico para a Guarita;
08/2020 – Lançamento de cabo telefônico para o prédio dos Filtros e Sopradores; 08/2020 – Realização da instalação da elétrica para alimentação do switch e computadores dos escritórios do 1º andar do prédio da administração;
09/2020 – Contratação de empresa terceirizada para realização da conclusão da interligação das fibras (fusões);
09/2020 – Acompanhamento/fiscalização do serviço de fusão das fibras por empresa terceirizada a ser contratada;
09/2020 – Conclusão da ativação dos ramais telefônicos nos prédios apartados do principal.
10. Implantação da solução Nuvem Saneago - A fim de favorecer o desenvolvimento das atividades laborais online durante e pós a pandemia da COVID-19, e melhorar a dinâmica de interação entre todos os colaboradores, foi disponibilizada a solução em Software Livre Nextcloud, como serviço de nuvem privada da Saneago, de agora em diante chamada somente Nuvem Saneago, a qual apresenta como principais características:
• Nuvem privada: os dados da Saneago são armazenados em nossos datacenters e não com terceiros;
• Videoconferência Web (Falar/Talk): adequada para ser a ferramenta oficial de videoconferência da Saneago; não requer software adicional no PC; testada com até 15 participantes;
• Edição colaborativa de documentos (LibreOffice Online): web e simultânea, pode ser usada em conjunto com videoconferência;
• Grupos de trabalho (Círculos): permite que o usuário crie grupos de trabalho com outros colaboradores, para então compartilhar arquivos ou criar salas de videoconferências com os mesmos;
• Integração com serviço de e-mail da Saneago: seus arquivos podem ser anexados a partir da aba Drive do webmail;
• Quadros Kanban (Deck ou Wekan): pode facilitar a gestão/visualização das atividades de equipes e/ou projetos;

• Armazenamento, sincronia e compartilhamento de dados (arquivos/pastas), semelhante ao Dropbox e OneDrive.
11. Adequação da infraestrutura tecnológica para suportar novas demandas tecnológicas impulsionadas pelo advento da pandemia da COVID-19 (Teletrabalho e outros) - Considerando o novo cenário da pandemia da COVID19, diversos trabalhos precisaram ser realizados online, além do teletrabalho e outras medidas. Diante dessa nova realidade que demanda um link de dados mais robusto, foi realizado aditivo contratual para aumentar a velocidade de 300Mbps para 1Gbps, provendo assim tranquilidade e disponibilidade para a execução das atividades laborais dos colaboradores e atendimento aos clientes. - Por outro lado, o serviço Virtual private network (VPN) para acesso remoto, já existente na Saneago, necessitou passar por melhorias para atender adequadamente os colaboradores em teletrabalho. O serviço passou a suportar até 2000 colaboradores conectados simultaneamente. - Para acompanhar o uso dos serviços de rede através dos acessos em teletrabalho foi criado um painel com a visão geral do uso desses recursos.
No ano de 2020, as principais realizações relativas ao Meio Ambiente, pela Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos foram:
1. Fundo Socioambiental – FSA: possui como objeto, a execução do plano de recomposição florística que envolve roçagem, coroamento, plantio de mudas nativas do cerrado Goiano, cercamento e manutenção da área de plantio, em áreas de nascentes e/ou matas ciliares que compreende a bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte, em 172 propriedades rurais, abrangendo 84 nascentes e 638.542,79 mt de trechos, em 9 (nove) municípios goianos. Foram licitados e estão em fase de execução dos serviços, 5 municípios (Goianira, Brazabrantes, Santo Antônio de Goiás, Nerópolis e Damolândia). Os outros 4 municípios (Nova Veneza, Ouro Verde, Inhumas e Itauçu) estão em fase final de processo licitatório.
2. Ser Natureza: ações de recomposição florística feitas em parceria com o Ministério Público, Prefeituras e outras entidades públicas e privadas. Foram recuperadas em diversos municípios goianos um total de 166 nascentes e 1 trecho; 510.000 m2 de área total de cercamento; 33.641 mudas de plantas, plantadas/doadas; correspondendo ao total de R$ 640,7 mil reais de investimento.
3. Perfuração de Poços: Os serviços de perfuração de poços foram realizados nas seguintes regiões: Norte (33 poços perfurados); Sul (76 poços perfurados); e Anápolis (21 poços perfurados). Totalizando 130 poços perfurados em 32 municípios goianos, com montante total de vazão obtido de 1.207,59 (335,4 l/s).
4. Educação Ambiental e Ação Social: a) E ducação Ambiental: As ações de educação ambiental relativas ao Programa Olho no Óleo, resultaram em 410 atendimentos, com um volume de 38.852,33 litros de óleo coletados; sendo concedidos R$ 19.426,09 total de créditos. Além disso, foram cadastrados 3 (três) novos grandes geradores, somados com os 410 já cadastrados totalizou 810 (oitocentos e dez) grandes geradores. Despacho: 50825/2020 b) Ação Social: As ações de educação social resultaram em 66.382 atendimentos, sendo: 53.217,5 em Goiânia; 10.444 em Anápolis; 2.242 em Pirenópolis; 7 em Vianópolis; 188 em Cavalcante; e 283,5 em Rubiataba.
E no Atendimento ao Cliente, o ano 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, e no atendimento geral da Companhia obtivemos uma nova forma de atendimento jamais experimentado, assim adaptações foram necessárias, como serviços realizados por agendamento nos atendimentos presenciais e serviços implementados via chat, contact center e agência virtual, consequentemente os serviços reduziram drasticamente no presencial e aumentaram nos virtuais, porém atendemos todos com o mesmo nível de qualidade.
E foram implementadas ações de segurança contra propagação do coronavírus, seguindo os protocolos da OMS e SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIAS, com isso foram constatados poucas contaminações e sem nenhum óbito de nossos empregados nas unidades de atendimento ao cliente.
Informamos também que no dia 25 de agosto de 2020 foi assinado um novo contrato dos serviços de Contact Center, com implementações de serviços extremamente relevantes, assim provado por essa pandemia, tais como: serviço de interação via whatsapp, voicebot, chatbot, novos serviços via URA , cobrança via telefone, SMS e pesquisa de satisfação do cliente ao custo de R$ 9.701.966,26 (nove milhões, setecentos e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), sendo que o contrato anterior era no valor de R$ 18.374.721,28 (dezoito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos), obtendo uma economia anual de R$ 8.672.755,02 (oito milhões, seiscentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos) equivalente a 47% menos no caixa da companhia.
Quanto as premiações em qualidade e excelencia de serviço fomos comtemplados com:
1. Prêmio PNQS Ciclo 2020 - Certificado Finalista NÍVEL 1 - Categoria AMEGSA - As melhores em gestão no saneamento - Distrito Goiás
2. Prêmio PNQS Ciclo 2020 - Certificado Finalista NÍVEL 1 - Categoria AMEGSA - As melhores em gestão no saneamento - Distrito Santa Helena
3. Reconhecimento do Laboratório Central de Água- P-SBA no Sistema de Gestão dos Laboratorios - NBR ISO 17025:2017
4. Reconhecimento do Laboratório Central de Esgoto - P-SLG no Sistema de Gestão dos Laboratorios - NBR ISO 17025:2017
5. Acreditação do Inmetro das análises do Laboratório Central de Esgoto - P-SLG

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento e Gestão Estratégica, Procedimento para Aplicação dos instrumentos de Planejamento, Estrutura Tarifária, Projeção do fluxo de caixa, orçamento programa e plano de investimento.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
- Percentual da População atendida com água .
- Percentual da População atendida com esgoto.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1042 - SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE
AÇÃO: 2146 - IMPLANTAR E AMPLIAR INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2192 - SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

U.O.: 2192 - SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

REALIZAÇÕES
Em relação ao Sistema de Abastecimento de Água, no acumulado de 2020, houve uma expansão no atendimento que passou de 97,2% em dezembro/2019 para um índice de atendimento de 97,4% da população em novembro/2020. No que tange ao número de ligações faturadas de água, o incremento foi de 54.121 novas ligações ,enquanto a extensão de rede de distribuição cresceu 638.866 m .
Foram executados em 2020 obras de grande relevância como o Sistema Produtor Corumbá IV, onde foram realizadas Estação Elevatória de Água Bruta, trecho da Adutora de Água Bruta, Linha de Transmissão 138kV e Subestação.
Situação atual das obras: As obras encontram-se em estágio final – resta a execução do Sistema de Comunicação entre as unidades do Sistema Produtor Corumbá (Captação e Estação de Tratamento), enchimento da adutora de água bruta e conclusão da Linha de Transmissão que alimentará a Captação.

Para os serviços relacionados a esgotamento sanitario, o crescimento no atendimento passou de 62,6% em dezembro/2019 para 64,6% em novembro/2020. Em relação ao número de ligações faturadas do referido serviço o incremento foi de 56.132 novas ligações, enquanto a extensão de redes de esgoto cresceu 133.993 m no periodo (Dez/19 a Nov/20).
No Exercício de 2020 foram executados em 2020 obras de relevância como:
- Execução das obras e serviços de complementação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de Anápolis –GO com execução de redes coletoras de esgoto
- Execução de obras e serviços de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Iporá –GO, com execução de rede coletoras de esgoto.
- Execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Itapirapuã –GO.
- Execução obras de complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Itapuranga –GO –Construção de Interceptor para ligação de redes coletoras na região oeste da Cidade à EEE na região norte.
- Execução das obras de implantação de redes coletoras de esgoto, ramais domiciliares e outros na cidade de Petrolina de Goiás –GO, Execução de Ramais Domiciliares.
- Execução do remanescente das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Pirenópolis e execução das placas de concreto dos taludes da lagoa facultativa.
- Execução das obras de universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Porangatu –GO
- Execução de obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Vianópolis –GO com a execução de ramais domiciliares, rede coletora de esgoto e execução dos leitos de secagem na ETE.
- Ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Alvorada do Norte -GO
Resumo Objeto: Implantação de rede coletora e ligações domiciliares, implantação de 07 Estações Elevatórias de Esgoto, implantação da Estação de Tratamento de Esgoto. Sendo executado no período: Implantação de 02 Estações Elevatórias de Esgoto, redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares, sendo concluída em 2020.
- Aparecida de Goiânia:
A conclusão dessas obras e o início de funcionamento das unidades correspondentes, eram de responsabilidade exclusiva da SANEAGO, não cabendo à Subdelegatária qualquer obrigação neste sentido. Dessa forma serão objeto de reequilíbrio contratual a conclusão das obras e início da operação da 1ª Etapa da ETE Santo Antônio, a execução das obras da Estação Elevatória de Esgoto Almeida e respectiva linha de recalque e a execução de trechos dos interceptores Pipa, Almeida e Tamanduá.
• Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Santo Antônio: As unidades previstas na ETE Santo Antônio são: Tratamento Preliminar (Gradeamento, Caixa de Areia e Calha Parshall), Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente, Leitos de Secagem, Tanque Diário de Lodo, Sistema de Desidratação de Lodo (Centrífugas), Filtros Biológicos de Alta Carga, Decantadores, Filtros Rápidos de Areia, Desinfecção com Ultravioleta e Medição Final (Parshall).
Foram executadas Redes Coletoras na Bacia Santo Antônio e Reabilitação de redes coletoras.
• Elevatórias Paço Municipal e Vila Sul No mês de janeiro de 2020 concluíram as obras da elevatória Paço Municipal e Vila Sul.
• Execução de coletores e interceptores no método não destrutivo com furo direcional no interceptor Saltador.



Vianópolis- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Reator anaeróbio



Execução das obras relacionadas ao Sistema Produtor Corumbá IV



Vianópolis- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Leitos de secagem

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Lener Silva Jayme

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Atuar de forma empreendedora e inovadora nas áreas de geração e transmissão de energia, promovendo o desenvolvimento sustentável.

2.2 Legislação
Autorizada pela Lei n° 13.537 de 15.10.1999, com redação dada pela Lei n° 15.148 de 11.04.2005

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
- Prover o Estado de energia que garanta a sustentabilidade de seu crescimento sócio-econômico de acordo com a abrangência de suas atividades e normas regulatórias.
- Obediência aos preceitos de qualidade e confiabilidade do sistema elétrico, considerando-se suas concessões e normas do setor elétrico.
- Aumento da confiabilidade, da segurança e da oferta do suprimento de energia elétrica em várias regiões do estado, dentre elas Firminópolis, Itumbiara, Goiânia e Aparecida de Goiânia.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Planejamento Estratégico CELG GT (2019-2028)

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
- MVA - Potência instalada de transformação - somatório das potencias em transformações em MVA. Tem como objetivo demonstrar a expansão da capacidade de transmissão do sistema elétrico, que permite ampliar o abastecimento de energia na rede de distribuição para a região em que a obra esta sendo realizada;
- km - Quilometro - km de linha de transmissão - Extensão de km de linha de transmissão;
-MW - Potência instalada de geração - somatório das potencias instaladas de geração em MW pela implantação ou ampliação da capacidade da usina.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1020 - INOVAR MAIS
AÇÃO: 3027 - P&D E DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS SOLUÇÕES QUE ENVOLVAM ENERGIA ELÉTRICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

U.O.: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

REALIZAÇÕES
A CELG GT não realizou nenhum gasto na ação no ano de 2020.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1029 - MATRIZ ENERGETICA DE GOIÁS
AÇÃO: 3036 - EXPANSÃO E MELHORIA DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

U.O.: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

REALIZAÇÕES
- Estudos de viabilidade para implantação de usina fotovoltaica em Cachoeira Dourada.
- Execução do processo de modernização da usina de São Domingos.
- Investimentos no Consórcio Médio Rio Claro.

OBSERVAÇÕES
9039 - JATAI - CONSORCIO MEDIO RIO CLARO - Gastos efetivados refere-se a avaliação/estudos, obra ainda não iniciada.

AÇÃO: 3037 - EXPANSÃO E MELHORIA DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

U.O.: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

REALIZAÇÕES
- Execução de obras de implantação de bancos de transformadores nas subestações Carajás, Cachoeira Dourada, Xavantes,

Anhanguera e Firminópolis referentes as Resoluções autorizativas 7286/18, 5861/16, 5484/15, 6800/18 e 4891/14.
- Aquisição de materiais elétricos para as diversas subestações da CELG GT.
- Gestão e licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Itumbiara- Paranaíba.
- Elaboração dos projetos de reforma e ampliação do Centro de Operação da Transmissão - COT.
- Aporte de capital na SPE Vale do São Bartolomeu.
- Elaboração de projeto básico para subsidiar a contratação da instalação de 365 km de cabo OPGW para permitir a teleproteção de várias linhas de transmissão da empresa.

AÇÃO: 3038 - MODERNIZAÇÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

U.O.: 2196 - CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG G T

REALIZAÇÕES
- Compra de equipamentos para levantamento patrimonial da CELG GT.
- Compra de móveis, ar condicionado, cortinas, televisor, microfone e equipamentos de T.I. para a CELG GT.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Secretaria de Estado da Educação tem como objetivo universalizar a oferta da educação compromissada com a municipalização; executar, controlar e inspecionar as atividades de educação básica sob responsabilidade do poder público estadual; formular e executar a política estadual de educação e promover o desenvolvimento de pesquisa educacional (Art. 25 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019).

2.2 Legislação
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.
- Lei Complementar nº 2, de 28 de dezembro de 1998..
- Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015.
- Lei nº 19.224, de 13 de janeiro de 2016.
- Lei nº 19.691, de 22 de dezembro de 2017.
- Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019.
- Lei nº 20.757, de 28 de janeiro de 2020.
- Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020.
- Lei nº 20.755, de 28 de janeiro de 2020.
- Lei nº 20.754, de 28 de janeiro de 2020.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O presente relatório tem por objetivo apresentar o resultado das ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc) durante o ano de 2020, para implementação das políticas públicas de educação tendo como base a educação como um direito social e essencial à dignidade da pessoa humana, conforme preconiza o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.
Em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE) – instituído pela Lei nº 13.005/2014 – e o Plano Estadual de Educação (PEE) – instituído pela Lei 18.969/2015 – o Programa Educação que Queremos, criado pelo Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2020-2023 (Lei nº 20.755, de 28 de janeiro de 2020) possui como objetivo estratégico garantir o aprendizado através do acesso a uma educação básica de qualidade, emancipadora e inclusiva, que atenda as demandas do mundo contemporâneo e propicie o exercício pleno da cidadania.
O PNE e o PEE definem as diretrizes, as metas e estratégias do planejamento e execução decenal das políticas educacionais. Ambos, objetivam a erradicação do analfabetismo, a universalização e superação das desigualdades educacionais, a erradicação de qualquer forma de discriminação, a melhoria da qualidade da formação, a promoção da cultura, da tecnologia e da ciência nacional, sobretudo, considerando o respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade e à diversidade socioambiental.
Nessa perspectiva, a Seduc implementou projetos e atividades da política educacional estabelecida pelo PPA buscando a educação plena e a formação para a cidadania. E, com vistas à concretização dos seus objetivos, a Seduc começou no mês de fevereiro a elaboração do seu plano estratégico o qual tinha como meta definir as estratégias de fortalecimento da governança e de implementação das políticas públicas educacionais sob sua responsabilidade. No entanto, a elaboração do plano foi sobrestada em decorrência da suspensão de atividades presenciais para conter a disseminação do Covid-19. As atividades foram retomadas no mês de outubro. Embora o plano estratégico não tenha sido concluído nos primeiros meses do ano como previsto, é possível afirmar que as discussões travadas no início de sua modelagem influenciaram na implementação de projetos e atividades desenvolvidas no decorrer do ano.
No PPA, a Seduc ficou responsável por 3 (três) Programas, com 22 (vinte e duas) Ações e com os desafios de implementar as políticas educacionais sob sua responsabilidade e de fazer isto em harmonia com sua arquitetura organizacional que inclui 40 unidades descentralizadas e 1029 escolas jurisdicionadas.
Além disso, é importante mencionar que a gestão orçamentária também é um desafio imposto pela necessidade premente de melhorar a qualidade do gasto em manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesse sentido, foram adotadas diversas medidas para garantir que os gestores designados como responsáveis pela gestão do orçamento alocado nas Ações e pelo atingimento das metas físicas dos produtos a elas vinculados tenham o suporte técnico necessário para desempenhar suas funções. Desse modo, cumpre dizer que os gestores foram designados através de Portarias (Portaria 0797/2020 – Processo SEI nº 202000006011496; Portaria 1736/2020 – Processo SEI nº 202000006026950); Portaria nº 3181/2020 – Processo SEI nº 202000006045221 e Portaria 3562/2020 – Processo SEI nº 202000006050763) e suas funções foram explicitadas na Instrução Normativa nº 0001/2020 (Processo SEI nº 202000006011496). A orientação inicial e suporte técnico para a realização de suas atividades foi oferecida pela Gerência e Planejamento.
Vale destacar que a estrutura organizacional da Seduc foi alterada pela Lei nº 20.820, de 04 de agosto de 2020, de modo que a sua arquitetura organizacional atual é formada por 1 Gabinete da Secretária, 1 Conselho de Alimentação Escolar, 1 Chefia de Gabinete, 1 Procuradoria Setorial, 1 Comunicação Setorial, 1 Ouvidoria, 3 Subsecretarias (sendo elas: Governança Educacional; Execução de Política Educacional; e Governança Institucional), 1 Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação, 13 Superintendências, 56 Gerências, 3 Assessorias (a saber: Controle Interno; Contábil e a de Acompanhamento e Execução de Recursos), 1 Coordenação de Estúdio de Programa Goiás TEC, 1 Unidade Técnica de Estúdio, 1 Unidade de Infraestrutura e Comunicação, 40 Coordenações Regionais de Educação e 1.029 unidades educacionais estaduais (estruturadas em 750 escolas padrão, 148 escolas de tempo integral, 60 escolas privadas com convênio, 58 escolas militares, 10 escolas quilombolas e 03 escolas indígenas).
Com a alteração na arquitetura organizacional a necessidade de análise e (re)modelagem dos processos de trabalhos foi intensificada. Neste particular, é importante mencionar que o não provimento de cargos de chefia e direção prejudicou a implementação das políticas a cargo das unidades administrativas que ficaram ou continuaram vagos durante todo o ano. Desse modo, destaca-se que os cargos das seguintes unidades administrativas ficaram ou permaneceram vagos em 2020: Subsecretário de Governança Educacional; Subsecretário de Governança Institucional; Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação; Gerente de Acompanhamento dos Contratos Administrativos e Parcerias Públicas; Gerente de Transporte Escolar, Logística e Serviços; e Gerente de Gestão da Tecnologia da

Informação e Comunicação.
De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação brasileira está organizada em dois níveis de Ensino: a Educação Básica, constituída pelas etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e a Educação Superior, constituída pela graduação e pós-graduação. As modalidades de ensino segundo essa Lei são: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Especial; Educação a Distância; Educação Básica do Campo; Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.
Além disso, o artigo 25 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, detalha as atribuições da Seduc, sendo elas: "a formulação e execução da política estadual de educação; a execução das atividades de educação básica sob responsabilidade do Poder Público Estadual; o controle e a inspeção das atividades de educação básica; a produção de informações educacionais; o desenvolvimento de pesquisa educacional e a universalização da oferta da educação compromissada com a municipalização e a crescente melhoria de sua qualidade".
No que se refere ao estabelecimento de parcerias estratégicas, em 2020 foram firmadas as seguintes parcerias: Acordo de Cooperação com a Sociedade Brasileira de Cardiologia; Acordo de Cooperação com a Família Agrícola de Uirapuru; e Termo de Cooperação com o Detran. Além disso, as parcerias firmadas com instituições governamentais e não governamentais nos anos anteriores foram mantidas e dentre essas, as seguintes instituições se destacam: Ministério Público Estadual; Tribunal de Justiça de Goiás; Defensoria Pública de Goiás; Administração Penitenciária; Instituto BEI; Procuradoria Geral do Estado de Goiás; Saneago; Gabinete de Políticas Sociais do Governo; Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Inovação (SEDI); Instituto Tecnológico de Goiás (ITEGO); Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER) e a Central de Abastecimento de Goiás S.A. (CEASA).
Outrossim, em relação as parcerias estratégicas firmadas em 2020, têm-se:
(I) Acordo de Cooperação (assevera-se que o rol aqui declinado é passível de alteração já que existem ajustes em fase de tramitação final como, por exemplo, aqueles que estão aguardando assinatura das partes, ou até mesmo com pendência de regularidade documentação para serem outorgados e publicados):
a) Processo SEI n° 201900001005297 – Acordo de Cooperação n° 295/2020 (outorga: 30/07/2020);
b) Processo SEI n° 201900006056435 – Acordo de Cooperação n° 003/2020 (outorga: 07/04/2020);
c) Processo SEI n° 201900025092700 – Acordo de Cooperação n° 305/2020 (outorga: 20/08/2020);
d) Processo SEI n° 202000006007570 – Acordo de Cooperação n° 285/2020 (outorga: 09/09/2020);
e) Processo SEI n° 201700006027331 – Termo de Cooperação n° 304/2020 (outorga: 23/11/2020);
f) Processo SEI n° 202000006052352 – Termo de Cooperação Técnica n° 321/2020 (outorga: 11/12/2020); e,
g) Processo SEI nº. 201900006059643 – Acordo de Cooperação n° 001/2020 (outorga: 02/01/2020).
(II) Termo de Cooperação – Colégios Militares:
a) Processo SEI n° 201800002052844 – Termo de Cooperação n° 302/2020 (outorga: 13/11/2020);
b) Processo SEI n° 201700006027331 – Termo de Cooperação n° 304/2020 (outorga: 23/11/2020);
c) Processo SEI n° 201900002019970 – Termo de Cooperação n° 286/2020 (outorga: 09/10/2020);
d) Processo SEI n° 201900006014711 – Termo de Cooperação n° 304/2020 (outorga: 25/11/2020); e,
e) Processo SEI n° 201800002052844 – Termo de Cooperação n° 302/2020 (outorga: 13/11/2020).
(III) Convênios:
a) Processo SEI n° 201918037000245 – Convênio n° 301/2020 (outorga: 12/08/2020); e,
b) Processo SEI n° 202000006028166 – Convênio n° 306/2020 (outorga: 26/11/2020).
(IV) Municipalização (Acrescenta, por fim, que além dos ajustes relacionados neste relatório, foram celebrados no corrente ano convênios para transferência de recursos aos municípios e instituições decorrentes de emendas parlamentares):
a) Processo SEI n° 202000006012166 – Convênio n° 008/2020 (outorga: 13/05/2020);
b) Processo SEI n° 202000006005307 – Convênio n° 017/2020 (outorga: 15/05/2020);
c) Processo SEI n° 201900006069007 – Convênio n° 020/2020 (outorga: 18/05/2020);
d) Processo SEI n° 201900006068450 – Convênio n° 023/2020 (outorga: 22/05/2020);
e) Processo SEI n° 201900006068328 – Convênio n° 010/2020 (outorga: 14/05/2020);
f) Processo SEI n° 201900006068019 – Convênio n° 019/2020 (outorga: 18/05/2020);
g) Processo SEI n° 201900006068001 – Convênio n° 021/2020 (outorga: 19/05/2020);
h) Processo SEI n° 201900006067999 – Convênio n° 013/2020 (outorga: 14/05/2020);
i) Processo SEI n° 201900006067997 – Convênio n° 018/2020 (outorga: 15/05/2020);
j) Processo SEI n° 201900006067976 – Convênio n° 004/2020 (outorga: 12/05/2020);
l) Processo SEI n° 201900006064103 – Convênio n° 011/2020 (outorga: 13/05/2020);
m) Processo SEI n° 2019000060607547 – Convênio n° 016/2020 (outorga: 15/05/2020);
n) Processo SEI n° 201900006064294 – Convênio n° 009/2020 (outorga: 14/05/2020);
o) Processo SEI n° 201900006062904 – Convênio n° 012/2020 (outorga: 14/05/2020);
p) Processo SEI n° 201900006067591 – Convênio n° 006/2020 (outorga: 14/05/2020);
q) Processo SEI n° 201900006064724 – Convênio n° 005/2020 (outorga: 12/05/2020);
r) Processo SEI n° 201900006066518 – Convênio n° 024/2020 (outorga: 15/06/2020);
t) Processo SEI n° 201900006065407 – Convênio n° 024/2020 (outorga: 15/06/2020);
u) Processo SEI n° 201900006064727 – Convênio n° 015/2020 (outorga: 15/06/2020);
v) Processo SEI n° 201900006062002 – Convênio n° 014/2020 (outorga: 15/05/2020);
x) Processo SEI n° 201900006061958 – Convênio n° 293/2020 (outorga: 30/07/2020); e,
z) Processo SEI n° 201900006059395 – Convênio n° 022/2020 (outorga: 20/05/2020).
Destaca-se que em decorrência da brusca alteração de contexto provocada pela pandemia de covid-19, a Seduc adotou várias formas alternativas para manter a comunicação entre todos os elos de implementação da política educacional do estado de Goiás e também para qualificar seus agentes (dirigentes e servidores) por intermédio de reuniões, cursos, seminários e suas variantes , realizados através dos recursos de comunicação e educação a distância como, por exemplo, curso de capacitação dos tutores educacionais e assessores pedagógicos das Coordenações Regionais de Educação sobre a temática "devolutivas de planos de ação" e curso de formação das equipes que atuam nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) a fim de garantir a clareza dos objetivos do novo modelo pedagógico e de gestão da educação integral em tempo integral.
Além disso, a Seduc desenvolveu diversos projetos para prevenir e corrigir a distorção idade/ano escolar e é preciso destacar que algumas iniciativas do passado não obtiveram o sucesso esperado, pois o perfil do estudante em distorção idade/ano escolar vem se alterando ao longo do tempo. Diante dessa questão, a Seduc reelaborou em 2020 a proposta de correção de fluxo dos anos finais do ensino fundamental denominada "Projeto Aprender para Avançar".
No tocante às Ações realizadas no referido ano destacou-se o Programa de Inovação Educação Conectada que seguiu as orientações do Ministério da Educação para a sua implementação. A Seduc orientou as unidades educacionais a elaborarem o PIano de Aplicação Financeiro (PAF) para receberem o recurso da contratação do plano de internet para uso pedagógico e para melhorar a infraestrutura interna na unidade escolar. Assim, foi disponibilizado suporte técnico às unidades escolares para manutenção de infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação por meio do atendimento local e centralizado no laboratório de manutenção.

No que se refere ao esforço de melhoria da governança a Seduc fez a revisão do seu Regulamento em conformidade com a sua nova estrutura organizacional (Processo SEI nº 202000005017574), criou o Regulamento do Fundo Estadual de Educação Infantil (Processo SEI nº 202000006040580) e o seu Regimento Interno (Processo SEI nº 202000006051773). Além disso, foram implementados o Projeto Reformar, o Projeto Equipar e atividades setoriais do Programa de Acompanhamento da Produtividade dos Servidores (PROMOVE) liderado pela Secretaria de Estado da Administração (Sead) e atividades setoriais do Programa Goiás Expresso que consiste no avanço da disponibilização dos serviços públicos através dos recursos de tecnologia de informação e comunicação, sendo este último, coordenado pela Secretaria Geral da Governadoria (SGG) e executado pela Sead e pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi).

Em relação à gestão da infraestrutura escolar, a Seduc adquiriu 43 salas de aulas modulares no início do ano de 2020 para atender alunos do ensino fundamental e médio, o que garantiu a eles maior dignidade com o fim do quarto turno. Reconhecendo a necessidade de melhorar o ambiente físico das escolas para receber os alunos, a Seduc repassou no início de 2020 recursos financeiros aos Conselhos Escolares de 1.005 unidades escolares em todo estado de Goiás através do Programa Reformar. Esse Programa destinou recursos para a manutenção predial e pequenos reparos na estrutura física das unidades escolares da rede pública estadual. Destaca-se que o recurso destinado a cada escola foi calculado de acordo com o número de alunos por escola.

É preciso destacar que o contexto de pandemia impôs novos desafios à Seduc como a necessidade de reinvenção de práticas de trabalho e do processo de ensino-aprendizagem com a adoção de ferramentas tecnológicas e digitais o que também exigiu imediato suporte técnico aos docentes na transposição das aulas presenciais para o formato de aula mediadas por tecnologia. Nesse sentido, também foi criado o portal de conteúdo NetEscola, disponibilizando aos estudantes atividades e conteúdos em diferentes formatos como, por exemplo, textos, lives e material digital.

No tocante ao alunado atendido pela rede pública de ensino estadual destaca-se que a Seduc teve 561.282 alunos distribuídos entre todos os níveis e modalidades de ensino conforme registros da meta física atingida nas Ações do Programa 1008 -Educação que Queremos. Do total de matrículas, 96.024 foram de novos alunos, mantendo-se a tendência de queda no ingresso de novos alunos com 7,85% de alunos a menos que no ano de 2019 e houve abandono escolar de 15.538 alunos, conforme dados do Goiás 360.

Em relação ao quadro de pessoal, a Seduc chegou ao final de 2020 com 40.642 servidores. Desse quantitativo, 67,72% são professores e 32,28% servidores administrativos, ou seja, 27.521 professores e 13.121 servidores administrativos. No primeiro caso, nota-se que 95,83% dos professores encontram-se nas unidades escolares, 2,26% em coordenações e 1,91% na administração geral. Além disso, 3,86% dos servidores que se encontram nas unidades escolares são gestores e que destes 0,20%, 7,96% e 91,84% são, respectivamente, servidores administrativos, servidores com contrato por tempo determinado e professores. Cumpre registrar que do quadro total de professores da Seduc, 65,67% pertencem ao quadro de servidores de natureza efetiva sem cargo comissionado e que o restante, ou seja, 34,33%, pertencem ao quadro de servidores com contrato por tempo determinado. No segundo caso, observa-se que do quadro total de servidores administrativos 90,42% dos professores encontram-se nas unidades escolares, 4,47% em coordenações e 5,11% na administração geral.

Destaca-se também que o quantitativo total de agentes administrativos educacionais da Seduc (cargo criado pela Lei nº 13.910/2001) é de 6.631 servidores que encontra-se distribuído da seguinte forma: 82,54% do apoio; 0,51% do superior; e 16,95% do técnico – o que em termos nominais representa 5.473, 34 e 1.124, respectivamente. Em observância a Lei nº 13.664/2000, o quadro total de servidores com contrato por tempo determinado (15.576 servidores) possui 60,66% de servidores no magistério (9.448 servidores) e 39,34% no apoio administrativo/profissional (6.128 servidores).

No que se refere à avaliação especial de desempenho dos professores em estágio probatório (regulada pelo Decreto n° 9.396/2019) é importante pontuar que a Seduc preparou uma equipe específica para acolher de forma adequada os professores no momento da entrega dos documentos e disponibilizou um curso em EaD cujo objetivo é proporcionar a estes professores a oportunidade de conhecer as normas, os regulamentos e a estrutura da Secretaria tanto no ciclo de apreciação quanto no de aferição.

No ciclo de apreciação o desempenho dos professores em estágio probatório foi acompanhado por uma equipe da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP) que permaneceu em contato direto com a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Professor Setorial da Coordenação Regional de Educação (CAEDP). Além disso, no mês que antecedeu o início do ciclo de apreciação foram realizadas orientações para os professores em estágio probatório tais como: divulgação no site da Seduc, cronograma, slides, vídeos de divulgação de acesso ao Portal Goiás e ao Sistema PAV Professor (plataforma de avaliação) e realização de webconferências com a CAEDP, professores, diretores e coordenadores.

No ciclo de aferição foram desenvolvidas atividades de mobilização e monitoramento das inserções no Sistema PAV, exame dos relatórios e contatos com CAEDP e, em alguns casos, com as unidades escolares. Os principais entraves encontrados na avaliação especial de desempenho do professor em estágio probatório foram os seguintes: dificuldade de acesso dos diretores e coordenadores ao Sistema PAV Professor e o domínio da SEAD – uma vez que a plataforma de avaliação encontrava-se em desenvolvimento e esteve constantemente sobrecarregada o que tornou as mensagens de erro um evento frequente. É importante destacar também que em decorrência da pandemia de Covid-19 a avaliação que por Regulamento deveria ser realizada no mês de maio, foi realizada no mês de junho de modo que o desempenho de 440 professores do estágio probatório foi avaliado. Deste total, 14 professores apresentaram alguma restrição (menos de 90 dias em docência e/ou licença maternidade) o que resultou na inserção de 426 professores no Sistema PAV.

Conforme dados disponibilizados pelo Sistema de Acompanhamento de Licenças de Saúde (SALIS), foram concedidas 2.866 licenças para tratamento de saúde no período de janeiro a outubro de 2020, o que representa um total de 100.861 dias de licenças para este fim. É importante mencionar que o número supracitado de licenças concedidas não corresponde à totalidade de licenças concedidas durante o ano uma vez que não foi possível obter até o fechamento deste relatório os dados referentes aos meses de novembro e dezembro. Apesar das medidas adotadas pela Seduc para evitar a propagação do Covid-19 entre seus servidores, no mesmo período foram registrados 1.024 casos confirmados, 631 casos recuperados, 359 casos suspeitos e 15 óbitos.

Ainda no tocante à gestão de pessoal, destaca-se que durante o ano houve 108 demissões resultantes da conclusão de apuração através de processos administrativos disciplinares abertos a partir de 2003. Além disso, houve 58 exonerações a pedido e 943 aposentadorias. Estima-se que em 2021 ocorrerão 564 aposentadorias das quais 85 serão do quadro administrativo e 479 do quadro docente.

Durante o ano de 2020 a Seduc conseguiu retornar 545 professores para as funções de regência de classe nas unidades escolares. Deste total, 535 professores estavam modulados em bibliotecas e 10 professores encontravam-se modulados em unidades administrativas. Além disso, é importante mencionar que por meio do monitoramento da folha de pagamento a SGDP identificou inconsistências de modulação que geraram prejuízos ao erário e ao servidor e promoveu as correções necessárias. Disto resultou a implantação de sistemas de controle interno (utilizando banco de dados das folhas de pagamento extraídas do Sistema RHNet) nas unidades administrativas da Gerência de Folha de Pagamento e Registros Funcionais da SGDP tanto para a realização de cálculos de diferenças de pagamentos e de acertos trabalhistas, para inclusões e exclusões em Sistema RHNet quanto para o controle das contratações por processo seletivo simplificado. Neste sentido, a otimização dos vínculos ativos e o melhor aproveitamento das habilidades e competências dos servidores permitiu a redução da folha de pagamento sem prejuízos para as atividades da Secretaria e

ainda conferiu celeridade nos cadernos processuais que tramitam na SGDP como, por exemplo: aposentadoria; remoção; readaptação; modulação; e contratação temporária dentre outros.
A realização do Projeto SGDP/SEDUC Itinerante, ofereceu formação tanto aos assessores financeiros quanto aos gestores de unidades escolares o que possibilitou que inconsistências e/ou erros na modulação (incompatibilidade de cargo e função) fossem corrigidos.
Apesar de ter empreendido práticas melhores de humanização no atendimento aos servidores, a SGDP reconhece a necessidade de atualizar a prática de avaliação de desempenho de seus servidores atualizando a legislação específica através de projetos de lei a serem encaminhados em tempo oportuno.
Em atendimento ao Decreto n° 9.406/2019, que instituiu o Programa de Compliance Público (PCP) em Goiás, a Seduc tem desenvolvido atividades visando adotar um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando (i) a ética, (ii) a transparência, (iii) a responsabilização e a (iv) gestão de riscos (os quatros eixos do PCP).
Outrossim, temos como metas para o ano de 2021, realizar os seguintes avanços pelos eixos:
(i) Ética – a continuação da promoção do tema Ética no âmbito da Pasta com a devida divulgação, aos profissionais da Educação e a sociedade, e a realização de eventos e palestras;
(ii) Transparência – a melhoria no Índice Goiás Mais Transparente, não obstante o selo ouro conquistado neste ano de 2020;
(iii) Responsabilização:
a) A utilização de forma alternativa aos processos disciplinares, com a celebração de acordo com o servidor na forma de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – inaugurado no ordenamento jurídico do Poder Executivo por meio da Lei n° 20.756/2020;
b) A apuração de desvios, nos limites de sua competência, para a devida responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual – Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), Decreto n° 9.573, de 05 de dezembro de 2019 que regulamenta a Lei n° 18.672/2014;
c) A realização de processos administrativos de responsabilização de fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas (PAF) – instaurados com base na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Estadual n° 17.928, de 27 de dezembro de 2012, e demais legislações aplicáveis; e
(iv) Gestão de Riscos – a expansão da Gestão de Riscos para além do escopo inicial (processos de Licitação, Execução Contratual e Folha de Pagamento, implementados em 2019).
No que se refere ao ranking PCP 2020 é importante destacar que dos 16 (dezesseis) itens avaliados a Seduc obteve pontuação máxima em 6 (seis) deles e pontuação na faixa entre 50% e 90% em 7 itens avaliados, conforme mencionado a seguir: pontuação acima de 90% em dois itens, pontuação acima de 75% em um item, pontuação acima de 60% em 3 três itens e pontuação acima de 50% em 1 um item avaliado.
A Seduc obteve pontuação inferior a 50% nos seguintes itens avaliados:
a) 42% no item 15 – Avaliação de Maturidade – que considera a aplicação de avaliação de maturidade em Gestão de Riscos, por meio de auditoria baseada em riscos, conforme ISO 31000/2018;
b) 19,25% no Item 5 – Aplicação de questionário sobre internalização do tema da ética – que considera o número de servidores que responderam o questionário em relação ao total de servidores do órgão/entidade; e
c) 0% no Item 10 – Celebração dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) – em que considera o quantitativo de TAC's realizados na Pasta em relação ao quantitativo de situações passíveis de celebração de TAC.
Por fim, no tocante ao PCP, ressalta-se que os itens destacados com desempenho inferior a 50% serão incorporados à agenda de governança desta Secretaria no ano de 2021.
Em relação a gestão do seu patrimônio móvel e imóvel foi através da Lei nº 20.820, de 04 de agosto de 2020 que a Seduc acrescentou a Gerência de Patrimônio à sua estrutura organizacional com atribuições já incorporadas ao novo Regulamento dentre as quais se destacam: organizar e gerenciar o uso dos bens móveis e imóveis, incluindo patrimônio, almoxarifado e locações; organizar e gerenciar o registro, o armazenamento, a guarda, a distribuição e a movimentação dos bens patrimoniais móveis novos e usados, inclusive daqueles que se encontrarem cedidos às unidades jurisdicionadas da Seduc e às instituições parceiras; realizar o inventário, a catalogação e restauração de documentos dos bens móveis e imóveis, tangíveis e intangíveis da Seduc, observando as diretrizes do Decreto n° 9.063/2017.
Ressalta-se que a Gerência de Patrimônio ainda está sendo estruturada para cuidar de toda da gestão patrimonial da Seduc. Enquanto isso, a Gerência está atendendo apenas as demandas mais urgentes e se preparando para dar conta das atribuições definidas em Regulamento.
Ressalta-se também que, o primeiro desafio enfrentado pela Gerência de Patrimônio foi a reestruturação patrimonial da Seduc, tendo como foco o aperfeiçoamento das informações sobre seus bens e a identificação de divergências residuais de modo a garantir o prosseguimento do trabalho de melhoria e solução dos fatos apontados nas determinações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e nos apontamentos da Secretaria de Estado da Administração para esta Secretaria.
No que se refere a gestão de almoxarifado é importante mencionar que a Seduc dispõe de dois almoxarifados sendo um deles central e o outro setorial. O almoxarifado central encontra-se em instalações alugadas situadas na Avenida Perimetral Norte, quadra 01, lotes 02/03, Vila João Vaz. Esse almoxarifado conta com um espaço físico satisfatório com acessibilidade e sistema eficiente de monitoramento para receber bens permanentes e material de consumo. Além disso, o almoxarifado central é de fácil acesso.
Anualmente, os servidores do almoxarifado são capacitados no que se refere a administração de material, organização e atividades de almoxarifado, gestão de estoque e de patrimônio, com atenção especial aos fluxos de trabalho. Frequentemente a equipe do Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT) da Seduc realiza orientações quanto ao uso de EPIs e segurança no local em caso de incêndios.
Além disso, dentro da estratégia da Seduc de otimização de suas despesas, a Gerência de Patrimônio está providenciando a transferência do almoxarifado central para a sede da Seduc. Todavia, é necessário pontuar que a Gerência de Patrimônio conta apenas com o espaço disponível de duas quadras cobertas que estão funcionando como depósitos transitórios e inadequados para o fim proposto, tanto nas condições dadas aos servidores, quanto nas do armazenamento e segurança dos bens ali depositados. O controle de entrada e saída dos materiais é feito pelo PMI. Portanto, é necessário a construção de um local adequado para a implantação do almoxarifado central na sede da Seduc que atenda aos requisitos mínimos de segurança do trabalho (fornecimento de produtos de EPI's, modelagem e implementação de um plano de prevenção de doenças ocupacionais e plano de prevenção de incêndios).
O almoxarifado setorial, por sua vez, possui sede própria com espaço físico limitado, porém com sala climatizada. Esse almoxarifado encontra-se localizado na Avenida Anhanguera, n° 1630, Leste Vila Nova, Goiânia – GO. O almoxarifado setorial atende as demandas emergenciais da Seduc e é responsável pela distribuição de bens de consumo de uso diário. O controle de entrada e saída desses bens é realizado por meio do Sistema de Gestão de Materiais (SIGMATE), que controla a gestão de bens de consumo nos setores públicos do estado de Goiás.
Portanto, vários desafios estão postos para o próximo ciclo de gestão, dentre os quais destacam-se: garantir suprimento de EPI's adequados para execução dos trabalhos diários (entrega de água, mudanças, manutenção preventiva de equipamentos) e recomposição

do quadro de servidores para a realização das tarefas de rotina em ambos os almoxarifados.
Em relação a gestão ambiental na sede da Seduc, a Superintendência de Gestão Administrativa em observância ao Decreto n° 7.222/2011, começou a utilizar a função de agentes dengueiros, nomeando duas servidoras lotadas na Gerência de Patrimônio. Estas agentes realizam vistorias nos espaços físicos e indicam condutas a serem adotadas, além de atender notificações dos agentes fiscalizadores e no tocante à separação e destinação de resíduos sólidos foram instaladas pontos de coleta seletiva (lixeiras) em conformidade com orientações da Comissão de Gestão Ambiental desta Secretaria.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Plano Estadual de Educação instituído pela Lei 18.969/2015.
- Plano de Ações Articuladas - PAR (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação).

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Ideb - Rede Estadual - Anos finais do Ensino Fundamental (Ano 2019): 5.3
Ideb - Rede Estadual - Ensino Médio (Ano 2019): 4.8
Proficiência Média SAEGO - Matemática- Rede Estadual - 3ª série do Ensino Médio (Ano 2019):275,0.
Proficiência Média SAEGO - Matemática- Rede Estadual - 9º ano do Ensino Fundamental (Ano 2019): 254,0
Proficiência Média SAEGO - Língua Portuguesa - Rede Estadual - 3ª série do Ensino Médio (Ano 2019):274,4
Proficiência Média SAEGO - Língua Portuguesa - Rede Estadual - 9º ano do Ensino Fundamental (Ano 2019): 261,7
Taxa de Abandono Escolar da Rede Estadual (Ano 2019): 1.0 no Ensino Fundamental e 2.3 no Ensino Médio.
Taxa de adequação na formação docente do Ensino Médio da Rede Estadual (Ano 2019): 46.7

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1008 - EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
AÇÃO: 2010 - APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
Foram realizadas atividades e projetos de suporte ao ensino dos alunos da rede estadual e para garantir a conclusão do ano letivo de 2020 com qualidade, mesmo diante da situação atual provocada pela pandemia de coronavírus, dentre os quais se destacam:
Um projeto (em andamento) denominado TRANSCOLAR RURAL com o objetivo de garantir a integração e racionalização de rotas a fim de gerar menor tempo de deslocamento, menor custo por aluno e maior eficiência nos repasses de recursos aos municípios.
Aquisição e disponibilização de máscaras e álcool em gel para a comunidade escolar para prevenção e proteção da mesma atendendo às imposições de precauções e cuidados para a não contaminação e proliferação do coronavírus (COVID-19).
Impressão de cópias monocromáticas, encadernação, grampeamento, empacotamento e acabamento de cópias, serviços de digitalização, fornecimento de equipamentos de grande porte, fornecimento de suprimentos originais e de insumos, fornecimento de mão-de-obra especializada e prestação de assistência técnica especializada para o desenvolvimento pedagógico das atividades do ensino.
Serviço de transporte utilizado para conduzir professores, servidores, colaboradores e alunos da rede de ensino estadual para a realização das atividades escolares extraclasse aos alunos de difícil acesso, participação em programas de capacitação, competições, apresentações culturais e esportivas, estaduais e interestaduais.
Manutenção do fornecimento de água e energia elétrica das unidades escolares estaduais e administrativas jurisdicionadas a Seduc, dando mais qualidade ao processo de ensino da rede pública.
Projeto de redução dos custos com locação com a devolução de alguns imóveis em desusos, resultando em expressiva economia.
Monitoramento das despesas com o fornecimento de energia elétrica, água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário das unidades escolares estaduais dentre outros.



AÇÃO: 2011 - APRIMORAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
O Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação – CEPFOR foi instituído para formular e implementar a política de formação dos profissionais da educação de Goiás visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes, da prática pedagógica dos professores e o aprimoramento das práticas de gestão e competências de liderança no serviço público educacional.

No entanto, o ano de 2020 foi atípico, pois até o dia 13 de março a Seduc realizou formações presenciais. Após essa data, considerando a edição do Decreto estadual que impôs medidas de prevenção à disseminação do COVID-19 e da Resolução 02/2020, de 17 de março de 2020, do Conselho Estadual de Educação de Goiás, sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás a Seduc passou a realizar formações, cursos e treinamentos para os profissionais da educação da rede pública estadual com a utilização de recursos de tecnologia de informação e comunicação. Dentre as atividades de aprimoramento realizadas destacam-se:

1) Habilidades pela Prática Curricular – HPC; Curso Disseminadores de Educação Fiscal; O contexto atual de formação continuada: desafios e possibilidades; Grupo de Estudo de Professores(as) de Língua Inglesa de Goiás – GEPLIGO; GRUPO CEPFOR – Seduc/Telegram/Google Sala de Aula e EJATEC;

2) Alimentação escolar – foram realizados dois encontros de capacitação com os atores envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no estado de Goiás, para os servidores da merenda das Regionais de Campos Belos e Goiânia. O curso teve como objetivo habilitar os envolvidos quanto à implementação do Programa, a licitação, chamada pública, prestação de contas, cozinha experimental e boas práticas na manipulação de alimentos;

3) Formação para a equipe do Programa GoiásTec – Ensino Médio ao Alcance de Todos – proporcionou formação inicial e continuada aos profissionais da educação, com o aprimoramento dos conhecimentos e dos métodos pedagógicos que facilitem e maximizem os resultados positivos do processo ensino-aprendizagem, buscando a excelência e a equidade.

4) Formação para as equipes que atuam nos Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs, a qual foi imprescindível para garantir a clareza dos objetivos da proposta de educação integral em tempo integral, bem como para apresentar os princípios que regem a concepção da educação integral. Dessa maneira, todas as equipes escolares das unidades educacionais que passaram a ofertar essa modalidade de ensino se submeteram, inicialmente, a um processo formativo, a fim de conhecerem e entenderem sobre o modelo pedagógico e o modelo de gestão;

5) Capacitação dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos – EJA – foi realizada no dia 07 de fevereiro de 2020, na cidade de Goiânia – GO e contou com a participação de 75 profissionais da educação;

6) Formação de tutores educacionais e assessores pedagógicos das Coordenações Regionais de Educação em devolutivas de Planos de Ação;

7) Oficina de Badminton para os professores de educação física da Regional de Luziânia sobre essa temática com o objetivo de incentivar professores de educação física à adoção de novas modalidades educativas esportivas na escola;

8) Projeto de avaliação dos servidores comissionados lotados na Centralizada/Seduc – SEDUC AVALIA/2020 e o Projeto Transformar – II Pesquisa Espontânea – Realizada com os Coordenadores Regionais de Educação para alinhar e melhorar o atendimento das superintendências e suas gerências.

9) Treinamentos para usuários de sistemas da Seduc visando o aperfeiçoamento e uso de ferramentas tecnológicas para otimização de tarefas e melhoria da informação e comunicação, como: Sistema de Gestão Escolar – SIGE; Sistema Administrativo e Pedagógico – SIAP; Sistema de Modulação – MDL; Sistema de Manutenção de Matrícula – MAN6; Microsoft Teams – plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos no local de trabalho e do Sistema de Atendimento a Chamados – SAC.

10) Finalização da 2ª, 3ª e 4ª etapa do Ciclo do Projeto Pilares de forma remota - com foco nos dez Municípios de Maior Vulnerabilidade em parceria com o TJ/GO.

11) Seminário “A Arte de saber Escutar” em parceria com o Centro de Valorização da Vida.

OBSERVAÇÕES

Descrevemos abaixo as metodologias utilizadas nas formações que foram executadas por esta Secretaria:

1) A instituição do Grupo de Estudo de Professoras/es de Língua Inglesa de Goiás (GEPLIGO) foi uma proposta de formação continuada para professores de Língua Inglesa das redes estadual e municipal de Goiás. Contou com o apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Foram realizados encontros presenciais mensais às segundas-feiras das 7h30 às 11h30, primeiro semestre: 09/03/20; 13/04/20; 11/05/20; 08/06/20 e segundo semestre:10/08/20; 14/09/20; 19/10/20 e 09/11/20. A carga horária de 40 horas.

2) Habilidades pela Prática Curricular (HPC) – realizado com o objetivo de promover a formação continuada para professores de 6º ao 9º ano, em serviço, com proposição estratégica de atualização do conhecimento científico e das práticas pedagógicas realizadas em sala de aula. A formação iniciou no dia 13 de março e término em 17 de julho de 2020. Com carga horária de 120 horas, distribuídas em cinco módulos: no formato de EaD (Educação à Distância). Os participantes foram professores de todas as áreas do conhecimento, lotados nas Coordenações Regionais de Educação (CREs) de Anápolis, Águas Lindas, Ceres, Formosa, Goianésia, Goiânia, Goiatuba, Iporá, Itaberaí, Itumbiara, Luziânia, Mineiros, Morrinhos, Novo Gama, Planaltina, Posse, Quirinópolis, Rio Verde, Silvânia e Trindade. No primeiro semestre foram selecionados 960 professores e desses 220 foram certificados e no segundo semestre ocorreu a 2ª edição do HPC com 503 inscritos.

3) Curso Disseminadores de Educação Fiscal – teve como público-alvo professores, coordenadores e gestores educacionais da SEDUC. O curso foi em formato EaD, onde os cursistas acessavam os principais conceitos do Programa Nacional da Educação Fiscal – PNEF e participavam de fóruns de discussão. O período de realização foi de 23 de março a 31 de maio de 2020 e contou coma carga horária de 120 horas. Houve participação de 200 cursistas.

4) Banco Interativo de Aprendizagem (BIA) – teve por objetivo construir e disponibilizar um banco de questões revisadas com gabarito, expectativa de aprendizagem, habilidade e comentários, nos componentes curriculares de Geografia, História, Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Matemática do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os componentes curriculares de Biologia, Química e Física do Ensino Médio. No entanto, o programa possibilitou ao servidor da educação acesso as atividades da sua área de atuação.

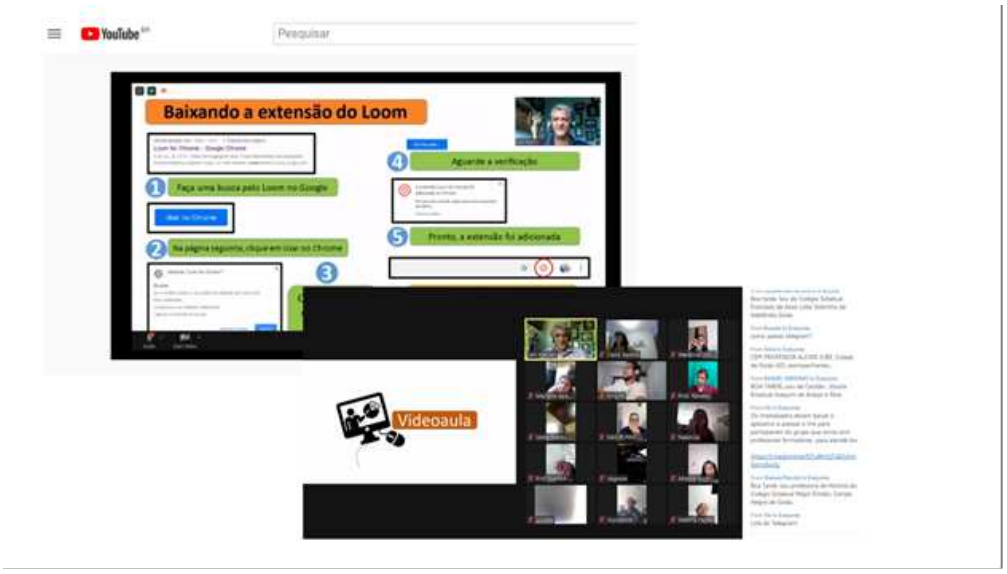
5) Curso de Formação Continuada para Gestores Escolares “Melhor Gestão, Melhor Ensino” – formação na modalidade EaD, com carga horária de 120 horas, ofertada aos profissionais da educação em efetivo exercício do cargo de Gestor Escolar. O curso teve por finalidade fortalecer o trabalho da gestão e aprimorar suas competências e habilidades para um trabalho efetivamente comprometido com a elevação dos resultados de aprendizagem dos estudantes. Para esta primeira edição do curso foram disponibilizadas 350 vagas preenchidas pelos primeiros gestores escolares da Rede Estadual de Educação de Goiás que se inscreveram. O referido curso iniciou em junho de 2020 e terminou em novembro do corrente ano, com 226 concluintes.

6) Canal de Formação On-line – As lives atenderam as necessidades de formação que foram registradas por meio das enquetes realizadas com os professores da rede de ensino. Assim, por meio da comunicação audiovisual o professor apropriou-se de conhecimentos didáticos-pedagógicos que permitiram a mediação do conhecimento e interação com os estudantes com o objetivo de:

• Elaborar estratégias de uso pedagógico utilizando os recursos audiovisuais disponíveis e de fácil acesso a partir das demandas dos professores.
• Orientar os professores no uso de ferramentas tecnológicas para trabalhar os conteúdos com os estudantes.
• Desenvolver os conteúdos do componente curricular que lecionam presencialmente em plataformas não presenciais.
• Orientar os professores a organizarem o trabalho docente na realidade das aulas não presenciais.

• Oferecer suporte aos professores por meio de sugestões de sites pedagógicos.
Conteúdos: Criação de videoaulas em diferentes aplicativos tais como: Power Point, Movie Maker, Zoom, Cantasia, ActivePresenter, Google Class.
Objetivo: Orientar professores para que se apropriem de uma prática pedagógica de produção audiovisual e as utilize de acordo com o seu componente curricular e suas estratégias de ensino. As aulas podem, inclusive, ser produzidas com os estudantes nas aulas não presenciais. Sendo ofertado, sete oficinas de 1h, acesso ao material impresso e tutorial digital.
I Ciclo de Lives Formativas – Eixo Educação e Tecnologia
Ciclo composto por 6 lives formativas e 4 lives complementares
Período: 09/06/2020 a 30/07/2020. Total de Participantes: 9.679 Participantes por canal de veiculação: Youtube: 7.599 Meet/Zoom/Teams: 2.180.
II Ciclo de Lives Formativas – Eixo Prática Pedagógica. Ciclo composto por 5 Lives Formativas
Período: 22/09/2020 a 01/10/2020. Total de Participantes: 10.678 Participantes por canal de veiculação: Microsoft Teams: 3.159 Facebook: 4.988 Youtube: 2.531.
III Ciclo de Lives Formativas – Eixo Educação e Tecnologia. Ciclo composto por 04 Lives Formativas
Período: 05/10/2020 a 09/10/2020. Total de Participantes: 5.743 Canal de veiculação: Youtube: 5.743.
IV Ciclo de Lives Formativas – Eixo Práticas de Cidadania e o processo educativo. Ciclo composto por 06 Lives Formativas.
Período: 05/10/2020 a 04/11/2020.
V Ciclo de Lives Formativas – Eixo Gestão Pedagógica. Ciclo composto por 05 Lives Formativas. Período: 01/10/2020 a 01/12/2020. Total de Participantes: 8.507. Canal de veiculação: Youtube: 8.507.
VI Ciclo de Lives Formativas – Eixo Competências Socioemocional. Ciclo composto por 07 Lives Formativas. Período: 26/10/2020 a 12/11/2020 Total de Participantes: 27.269. Canal de veiculação: Youtube: 27.269.
7) O contexto atual de formação continuada: desafios e possibilidades, os cinco passos para uma formação de qualidade com Sônia Regina Guaraldo – Consultora da Fundação Lemann; dia:13/03/2020 com 40 participantes.
8) GRUPO CEPFOR – Seduc/Telegram/Google Sala de Aula – Ação continua durante a pandemia Covid-19 iniciada dia 13/03/2020, como espaço para ajudar os professores a utilizarem ferramentas que os auxiliariam nas aulas não presenciais. 4800 participantes.
9) EJATEC – Capacitação de professores para atuação do EJATEC; dia 09/02/2020 com 75 participantes.
10) Formação – Programa GoiásTec – Ensino Médio ao Alcance de Todos – foram capacitados 200 profissionais.
11) Formação inicial para as equipes que atuam nos Centros de Ensino em Período Integral/CEPI – realizada pela Secretaria de Estado da Educação/SEDUC por meio da Superintendência de Educação Integral, no período de 28 a 30 de janeiro do corrente ano. A Formação inicial para as equipes escolares dos Centros de Ensino em Período Integral/Fomento, implantados em 2020, foi direcionada para 25 escolas, contemplando aproximadamente 600 participantes em 15 regionais, 17 municípios, totalizando uma carga horária de 22 horas.
12) Formação de Tutores Educacionais e Assessores Pedagógicos em Devolutivas de Planos de Ação – foram capacitados 220 profissionais da educação.
13) Capacitação Programa Nacional de Alimentação Escolar – foram realizados dois encontros com os atores envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado de Goiás, nas Regionais de Goiânia e Campos Belos, sendo um total de 150 servidores capacitados. Na Coordenação Regional de Educação de Campos Belos, foram realizados dois dias de capacitação, para atender todas as unidades escolares com os servidores comprometidos na gestão do Programa sendo eles: Coordenadores Administrativos Financeiros, Executores de Merenda e Coordenadores Regionais.
Na Coordenação Regional de Educação de Goiânia foram três dias de capacitação, onde se realizou o curso de capacitação em Boas Práticas na Manipulação de Alimentos com os gestores do programa de cada unidade escolar, para que os mesmos posteriormente pudessem multiplicar os conhecimentos adquiridos para os demais envolvidos no Programa.
14) Oficina de Badminton – realizada na CRE Luziânia no dia 14/02/2020, com duração 06 horas de aula prática aos 32 professores, com o intuito de que estes consigam incorporar tal modalidade esportiva em sua prática.
15) Profissional da Educação Avaliado
1 - Projeto Avaliação Interna para Servidores Comissionados lotados na Centralizada/Seduc – SEDUC AVALIA no qual 05 servidores obtiveram o conceito "ótimo", 44 obtiveram o conceito "bom" e 02 obtiveram o conceito "regular".
2 - Avaliação das superintendências em forma de pesquisa espontânea com objetivo de alinhar e melhorar o atendimento às Coordenadorias Regionais de Educação. Foram utilizados os conceitos: excelente, bom e regular. Participaram da pesquisa 30 (trinta) Coordenadores Regionais de Educação totalizando em 75% de participação.
3 - Avaliação Especial de Desempenho dos Professores em estágio probatório com o seguinte resultado: Avaliação dos professores: 100%; Avaliação dos chefes imediatos: 99,6% e Avaliação da Comissão – CAEDP: 100%.
16) Gerência de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – A equipe do NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional realizou palestras para as escolas (professores, alunos, coordenadores pedagógicos, gestores) e tutores pedagógicos das Coordenações Regionais de Educação com os temas:
• “Conscientizar é preciso por uma WEB mais positiva” – direcionada a alunos do Ensino fundamental – 9.000 alunos alcançados;
• “Tecnologia: uma grande aliada contra a indisciplina na escola do século XXI”;
• Como usar as ferramentas digitais a favor das competências socioemocionais”;
• “Cultura digital e BNCC”;
• “Educação 4.0: o que devemos esperar?”;
• Treinamento do Google Drive.
No primeiro semestre de 2020 foi realizado em parceria com a Fundação Telefônica/Vivo, por meio do Projeto Escolas Conectadas, a divulgação, sensibilização e acompanhamento dos cursos online de formação de professores em temas que apoiaram a prática pedagógica em sala de aula, inspirando-os à inovação a partir do uso de TICs, considerando contextos urbanos ou rurais.
• Curso “Produção Textual na Cultura Digital” – Com 390 servidores inscritos;
• Curso “Inova Escola – Papel do Professor” – Com 609 servidores inscritos.




YouTube
Pesquisar
Baixando a extensão do Loom
Faça uma busca pelo Loom no Google
Aguarde a verificação
Pronto, a extensão foi adicionada
Videoaula





Habilidades Pela Prática Curricular - HPC



Oficina de Badminton



O Grupo de Estudo de Professoras/es de Língua Inglesa de Goiás -

AÇÃO: 2012 - ATENDIMENTO DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL OU PRIVADOS DE LIBERDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

Aquisição de acervo bibliográfico adequado para os alunos de EJA prisional (Processo nº 2018000006012357) e monitoramento da escolarização através de atividades pedagógicas para os estudantes privados de liberdade que cumprem medidas socioeducativas através do Termo de Cooperação Técnica entre a SEDUC e a Diretoria Geral de Administração Penitenciária-DGAP, conforme Resolução CD/FNDE nº 48/2013 tudo em conformidade com a Meta 7 do Plano Estadual de Educação de Goiás e com a Lei SINASE.

Com o surgimento da pandemia do coronavírus foi instituído pelo Poder Executivo do Estado de Goiás o Decreto nº 9.649, de 13 de abril de 2020, cenário em que as ações pedagógicas da EJA prisional e da EJA socioeducativo foram interrompidas por meio da suspensão das aulas presenciais, diante da impossibilidade de acessar a internet no sistema prisional e socioeducativo. No entanto, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela Seduc em atender a EJA prisional durante o período de pandemia 05 (cinco) turmas foram atendidas no segundo semestre de 2020.

Vale destacar a força-tarefa do Programa Goiás de Resultados objetivando acelerar a implantação de vários projetos de ressocialização de presos. Assim, os representantes de diferentes órgãos do Governo de Goiás participaram da força-tarefa da ressocialização, meta prioritária do Programa. Dessa forma, vários projetos em parceria com a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) foram executados, um deles foi o uso da mão de obra carcerária para serviços de manutenção na Secretária de Educação do Estado de Goiás (Seduc).

O Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas de Minaçu – GO atendeu a modalidade de EJA e Educação Prisional. Essa escola ficou em primeiro lugar na Etapa Estadual no Prêmio Gestão Escolar 2020, tem se destacado pela comunicação eficiente com alunos e pais via WhatsApp, entrega de atividades impressas a alunos sem acesso à internet, aulas ao vivo por plataformas virtuais e reuniões regulares entre gestores, professores e estudantes para formação e alinhamento de estratégias. Portanto, essas foram as estratégias que a escola utilizou durante o período de isolamento social.

AÇÃO: 2013 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E PRÉDIOS PÚBLICOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

Construção de quadras, cobertura de quadras já existentes, construção de unidades escolares, reformas e ampliações de unidades escolares e prédios públicos onde estão instaladas as Coordenadorias Regionais de Educação – CRE's e da sede da Seduc.

Envio de recurso para execução de projetos de melhoria da infraestrutura das unidades escolares jurisdicionadas a esta Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/GO).

Envio de recurso para execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – Goiás (P.D.D.E. GOIÁS) desta Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/GO diretamente para as unidades escolares da rede própria de ensino.

Envio de Recursos do Projeto REFORMAR II com o objetivo de fazer a melhoria da infraestrutura das unidades escolares desta Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/GO: repasse para 963 unidades escolares.

OBSERVAÇÕES





AÇÃO: 2014 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

Acompanhamento e monitoramento pedagógico aos alunos quilombolas, indígenas, do campo e itinerantes, em cumprimento a Meta 9 do PEE/GO; acompanhamento e monitoramento pedagógico aos alunos da educação especial com deficiência intelectual, física e sensorial e transtornos globais; atendimento aos alunos no centro de apoio especializado às pessoas com surdez; atendimento em condições especiais de saúde aos alunos pelo Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH); atendimento de alunos ao Núcleo de atividades de altas habilidades/super dotação em cumprimento às Metas 11 e 12 do PEE/GO.

Nesse sentido, sobre a educação especial no regime especial de aulas não presenciais o trabalho dos profissionais de apoio e professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) seguiu normalmente, porém à distância. Esses profissionais auxiliaram o aprendizado dos estudantes com deficiência, transtornos globais, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação no

aprendizado, com ofertas de atividades adaptadas/flexibilizadas em formato impresso. Assim, foram disponibilizados intérpretes de libras nas teleaulas e no Projeto Goiás Bem no ENEM.
Vale destacar que, dentre as estratégias para auxiliar os professores e os estudantes da rede estadual de ensino durante esse período de pandemia, a Seduc realizou 25 webconferências e 01 webinar com estudantes, gestores e professores de escolas do campo, quilombolas e indígenas e coordenadores regionais e criou um portal de conteúdo com aulas e listas de atividades, para todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o portal NetEscola. O portal possui conteúdos em formato de textos e vídeos que abordam todos os componentes curriculares de todas as áreas do conhecimento trabalhadas na educação básica.
Nesse contexto, em cumprimento às determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc) substituiu as reuniões presenciais por webconferências, evitando gerar aglomeração de pessoas. As webs que foram realizadas desde o dia 16 de março teve em média a participação de 1.200 pessoas por dia. Desde a suspensão das aulas presencias na rede estadual de ensino, webconferências sobre diversos assuntos puderam ser acompanhadas a distância.
A Seduc adquiriu dispositivos portáteis de visão artificial OrCam MyEye para os estudantes da rede estadual, os quais atenderam todos os estudantes cegos da rede estadual. O aparelho faz leitura de textos e reconhecimento de pessoas e objetos para deficientes visuais com descrição por áudio. Esse dispositivo contribuiu para facilitar e dar celebridade à aprendizagem dos alunos cegos, ainda que não dominem o Braille.
Uma outra atividade importante foi o lançamento do Programa Escola Acessível do Ministério da Educação (MEC) por meio do PDDE Interativo, cujo objetivo foi a aquisição de recursos para as salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos.
Portanto, com a suspensão das aulas presenciais e a implantação do regime de aulas não presenciais estabeleceu uma nova rotina de trabalho, a tecnologia foi uma forte aliada nesse período de isolamento social. Em regiões onde a tecnologia não é tão acessível, como assentamentos, escolas rurais, comunidades quilombolas e escolas de famílias agrícolas a alternativa que os professores encontraram foi imprimir o material didático na escola ou na Coordenação Regional de Educação e levar pessoalmente à casa do aluno ou em algum lugar onde ele ou a família pudessem buscá-lo.
Esta Secretaria manteve em funcionamento três Escolas Famílias Agrícolas – EFAs, nos municípios de Orizona, Uirapuru e Goiás. As EFAs trabalharam dentro de um sistema conhecido como Pedagogia da Alternância Integrativa. Essa pedagogia garantiu uma boa formação técnica profissional aos jovens do campo contribuindo para a formação integral e para o desenvolvimento autossustentável da agricultura familiar.

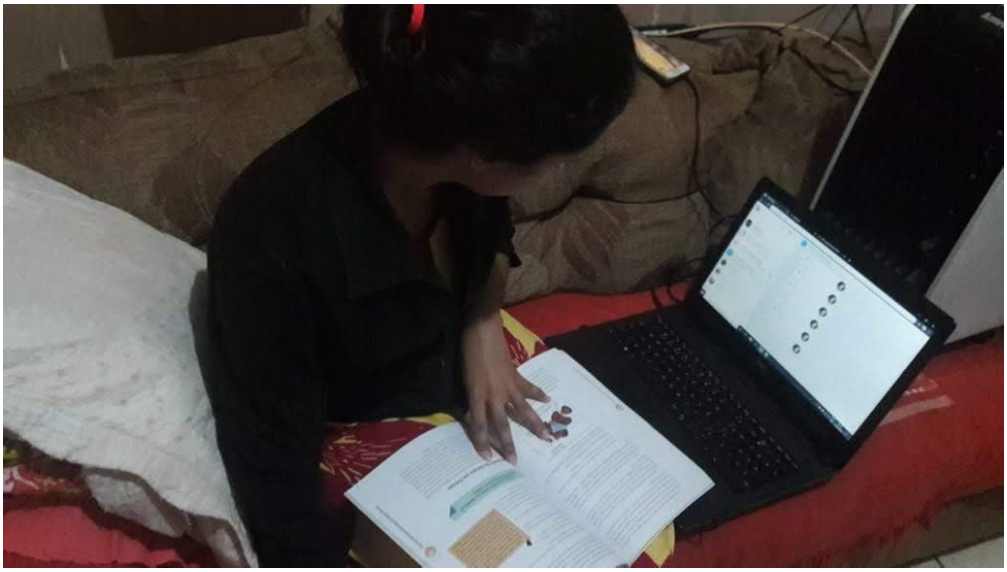
OBSERVAÇÕES
Na esteira dos esforços de disponibilização dos serviços públicos através das ferramentas de governo eletrônico o acesso aos serviços ao público desta Ação os seguintes serviços foram disponibilizados na rede mundial de computadores:
Acessar Conteúdos e Atividades On-line – Portal Net@scola;
Acessar Portal do Estudante;
Solicitar Atendimento ao Estudante com Deficiência Visual ou com Baixa Visão;
Solicitar Atendimento ao Estudante Surdo ou com Deficiência Auditiva;
Solicitar Atendimento Educacional ao Estudante com Altas Habilidades/Superdotação;
Solicitar Atendimento Educacional Domiciliar ou Hospitalar para Estudantes.

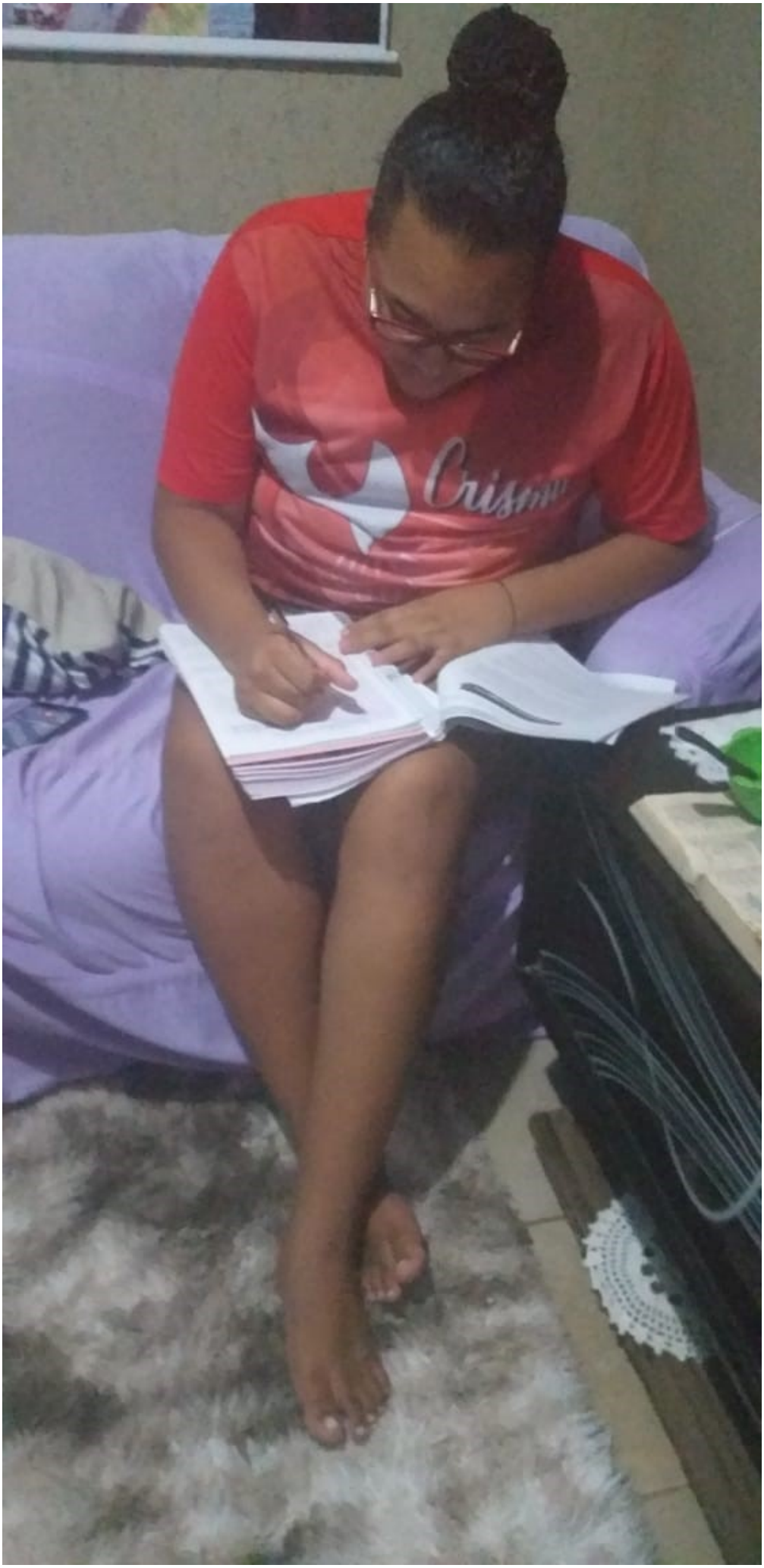
AÇÃO: 2015 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

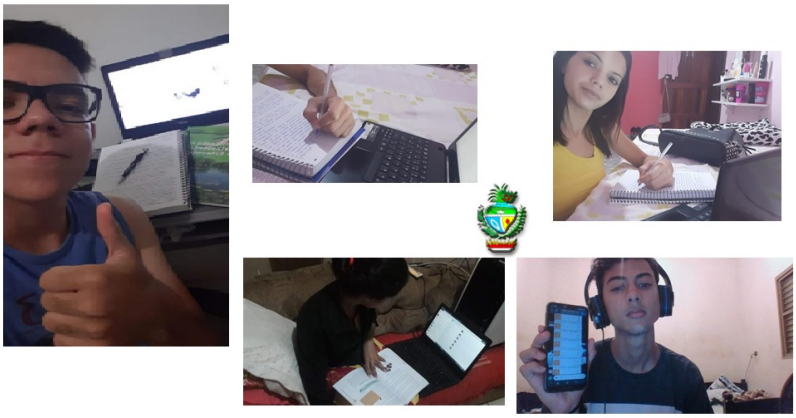
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
Com o objetivo de atender as demandas do mundo contemporâneo, propiciar o exercício pleno da cidadania e ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de projetos e ações de assistência técnica e financeira a Seduc fez a manutenção de turmas – (2017) e (2018) – cursos técnicos ofertados na forma concomitante ao ensino médio – Iniciados em 2017 – por meio do Programa PRONATEC/MEDIOTEC em 41 turmas distribuídas em 38 escolas de diversos municípios do Estado.
Foram ofertados os cursos: Técnico em Administração; Técnico em Agroecologia; Técnico em Agronegócio; Técnico em Alimentos; Técnico em Enfermagem; Técnico em Fruticultura; Técnico em Informática; Técnico em Logística; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Panificação; Técnico em Química; Técnico em Redes de Computadores; Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Teatro e Técnico em Vendas. Iniciados em 2018 – por meio do Programa PRONATEC/MEDIOTEC em 65 turmas distribuídas em 33 municípios do Estado, conforme descritos abaixo: Técnico em Informática; Técnico em Informática para Internet; Técnico em Redes de Computadores; Técnico em Manutenção em Informática; Técnico em Agricultura e Técnico em Administração.
Em decorrência da pandemia de coronavírus as aulas não presenciais aconteceram por meio do uso do aplicativo WhatsApp, todos os dias de 19:00 às 22:30, conforme mostra a Figura 2. No dia das aulas foi solicitado que os alunos preenchessem uma chamada virtual em quatro momentos da aula, no decorrer da mesma os professores fizeram uso de slides, os quais foram postados em forma de arquivo em extensões “.ppt” ou “.jpg”. Nesse caso as explicações e interações entre o professor e os discentes foram realizadas por meio de mensagens escritas e áudios. Utilizou-se nas aulas artigos científicos e vídeos do YouTube. As atividades foram postadas em arquivos em extensão .DOC, resolvidas pelos alunos no próprio arquivo e reenviadas para os e-mails do professor do dia e do coordenador. As Figuras 1 e 3 retratam as alunas que não possuíam computadores e se esforçavam para responderem as atividades nos cadernos, as quais eram encaminhadas aos professores através de fotos pelo WhatsApp. Após o recebimento das atividades, os professores postavam-as na plataforma, https://formacao.educacao.go.gov.br/login/index.php, no formato “.pdf”, onde faziam as correções e em seguida atribuíam as notas e realizavam a devolutiva aos discentes.







Curso Técnico em química cidade de Itumbiara Polivalente Dr. Menezes Jr.

AÇÃO: 2016 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS DE COMBATE À DISTORÇÃO IDADE/ANO, DA EJA E DE REDUÇÃO DO ANALFABETISMO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

Os números atualizados desta Secretaria mostram que do total de estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais da Rede Estadual de Goiás aproximadamente 18% encontravam-se em distorção idade/ano escolar. Para corrigir essa distorção os alunos foram atendidos com atividades pedagógicas de correção de fluxo/idade/ano escolar. A saber, 1 em cada 5 estudantes de escolas públicas municipais e estaduais tem 2 ou mais anos de atraso escolar, distorção idade-série (Censo Escolar 2018, INEP-MEC).

Nas últimas décadas, diversos programas de aceleração de estudos foram criados nos vários municípios e estados brasileiros, desde a década de 1990, impulsionados pela necessidade de adoção de políticas públicas educacionais para o enfrentamento da problemática de evasão escolar e da correção de fluxo, devido a altos índices de distorção idade/ano em nosso país, principalmente na rede pública.

Em Goiás, nos últimos anos, a Seduc aderiu a vários programas e também desenvolveu diversos projetos em busca de prevenir e corrigir a distorção idade/ano escolar. Entretanto, algumas iniciativas no passado não obtiveram o sucesso esperado, e outras, apesar do sucesso, tornaram-se obsoletas, pois o perfil do estudante em distorção vem se alterando ao longo do tempo. Frente a essa questão e após a releitura da política de atendimento, a Seduc reelaborou em 2020 a proposta de correção de fluxo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com o nome de Projeto Aprender para Avançar.

Conforme os quadros abaixo das Figuras 1 e 2 perceberam-se que a distorção idade/ano não se apresenta de maneira padrão e uniforme na região Centro-Oeste. Contudo, apresentam-se percentuais variando de 10% a 28%, nos níveis de Ensino Fundamental, reafirmando a importância deste Projeto de forma regionalizada e com acompanhamento sistemático pelas Coordenações Regionais de Educação (CRE), pelos municípios e pelas unidades escolares.

Desta forma, fez-se necessário em 2020 a reestruturação do Projeto de Correção de Fluxo/Anos Finais para atender com maior eficiência os estudantes matriculados do 6º ao 9° ano do Ensino Fundamental.

Por fim, destaca-se que os alunos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA do ensino fundamental e do ensino médio foram atendidos com atividades pedagógicas com o objetivo diminuir o índice de analfabetismo e de distorção idade/ano.

OBSERVAÇÕES

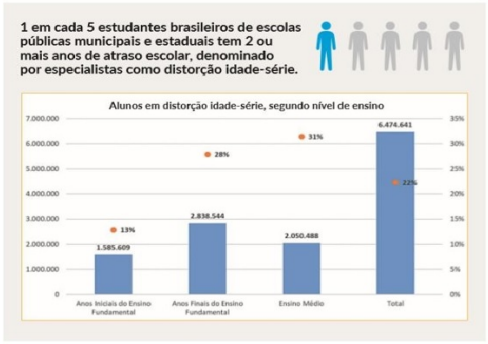


Figura 1: Estudantes e distorção idade/ano nas redes públicas municipais e estaduais no Ensino Fundamental e Ensino Médio (Censo Escolar 2018 - INEP/MEC).



Região	Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Centro-Oeste	100.265	10%	183.439	23%	135.621	28%	419.325	19%
Nordeste	649.411	18%	1.104.260	36%	722.361	39%	2.476.032	29%
Norte	316.350	20%	439.543	37%	317.085	45%	1.072.978	31%
Sudeste	369.893	8%	746.167	20%	623.353	24%	1.739.413	16%
Sul	149.690	9%	365.135	26%	252.068	30%	766.893	20%
Total	**1.585.609**	**13%**	**2.838.544**	**28%**	**2.050.488**	**31%**	**6.474.641**	**22%**

Figura 2: Estudantes e distorção idade/ano nas redes públicas municipais e estaduais segundo o nível de ensino e região (Censo Escolar 2018 - INEP/MEC).

AÇÃO: 2017 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

Tendo como meta crucial a universalização da educação básica a Seduc atendeu a todas as solicitações de matrícula na rede estadual de ensino e no esforço pela melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem desenvolveu ainda as seguintes atividades:
Nivelamento dos alunos do ensino fundamental com atividades pedagógicas complementares elaboradas a partir dos conhecimentos essenciais, pré-requisitos para preencher lacunas de aprendizagem das áreas de conhecimento de língua portuguesa e matemática. Essas atividades pedagógicas foram organizadas em blocos, as quais trabalharam as habilidades, as expectativas de aprendizagem e descritores dos alunos. As atividades foram trabalhadas em todas as unidades escolares da rede estadual. Os instrumentos utilizados no nivelamento foram:
1) Avaliação de entrada: esta avaliação de cunho diagnóstico evidenciou os conhecimentos essenciais que estavam em defasagem, a fim de que fossem explorados junto aos estudantes para a ampliação dos conhecimentos;
2) Atividades em sequência didática: atividades pedagógicas complementares trabalhadas de forma gradual, a fim de sanar déficits de aprendizagem;
3) Avaliação da aprendizagem: atividade avaliativa com o intuito de apresentar os resultados alcançados, após o trabalho com os conhecimentos essenciais.
O Projeto Acolhimento implementado no início do ano letivo foi um marco na vida dos estudantes, pois houve troca de experiências e integração entre as unidades educacionais.
Como medida de controle da disseminação do novo coronavírus foram adotadas medidas de prevenção e as aulas em todo o Estado foram suspensas e, com isso, novas rotinas e dinâmicas foram organizadas com a disponibilização de aulas através de recursos de tecnologia de comunicação e informação como o Portal NetEscola, o YouTube, miniaulas ao vivo transmitidas pela Televisão Brasil Central e distribuição de conteúdos impressos e listas de atividades encaminhadas aos alunos que não possuíam acesso à internet. No entanto, apesar do uso intensivo de todos os recursos de educação a distância pela rede, em decorrência de divergências conceituais em torno da modalidade, foram monitorados no produto apenas os alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos atendidos com atividades pedagógicas na modalidade de educação a distância.
Aquisição de uniformes escolares com o propósito de padronizar o vestuário dos alunos matriculados na rede estadual de ensino e teve como objetivo garantir a integração social de forma igualitária, possibilitando a identificação visual e aumentando a segurança dos alunos.
Orientação e acompanhamento quanto a realização das ações do Programa Saúde na Escola-PSE, junto às unidades educacionais.
Mediação de conflitos que comprometem a Saúde Emocional dos educandos das unidades educacionais da rede, por meio do Projeto Pilares.
Articulação da intensificação da campanha Maio Laranja junto ao Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, diálogo com professores e estudantes afim de intensificar a cultura da Paz.
Articulação da intensificação da campanha Setembro Amarelo junto ao Centro de Valorização da Vida, diálogo com professores e estudantes a fim de intensificar a valorização da vida, discutir sobre saúde socioemocional e suicídio.
Intensificação da comunicação entre SEDUC – PNAISARI - SEDS – SMS em prol da promoção da saúde integral dos socioeducandos.
Seminário para escuta compreensiva em parceria com o Projeto “Estação da Amizade” /CVV.
Dia do Coração na Escola foi uma ação do projeto SBC Vai à Escola realizado no CEPI Francisco Maria Dantas – Goiânia-GO.
Elaboração da Proposta de Acolhida Socioemocional no contexto da pandemia.
Modelagem do Projeto de Acolhida/Atendimento Multiprofissional em que está prevista a constituição de equipes multiprofissionais.

OBSERVAÇÕES

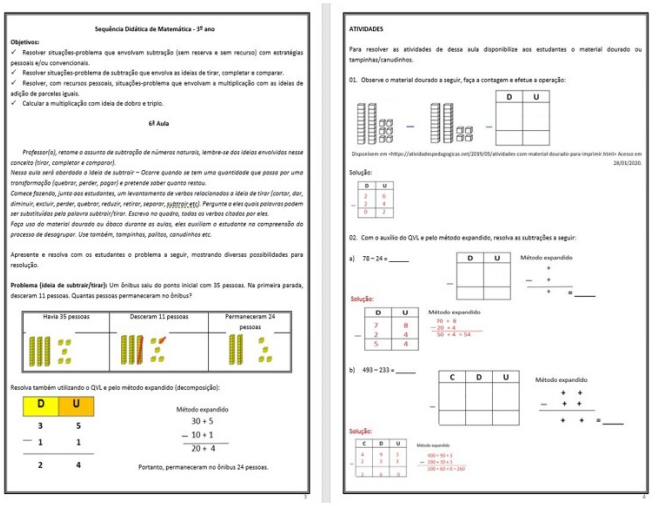
O trabalho mencionado de avaliação de entrada, despertou o interesse da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME para a realização de um trabalho em regime de colaboração e sua aplicação em todas as unidades escolares das redes municipais, abrangendo assim todo o território goiano.
Esta Ação trata do desenvolvimento de ações pedagógicas cuja finalidade é o atendimento dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio como beneficiados da referida ação.
Assim, a Seduc, por meio da Superintendência de Educação Integral, apresenta as ações realizadas no decorrer do ano de 2020, que tiveram impacto pedagógico nos estudantes e estão organizadas por categoria de atendimento:
1. Disponibilização de equipamentos, materiais e mobiliários – benefício ao estudante;
2. Acompanhamento de acesso e permanência – combate a infrequência, transferência e abandono;
3. Projetos e Ações e Orientações Pedagógicos com envolvimento de estudantes – melhorias de ensino e aprendizagem.
Foi realizada uma Roda de Conversa com jovens das escolas de tempo integral, que contou com a participação de 2 jovens egressos e 1 regularmente matriculado no CEPI. Os jovens trouxeram a mensagem para todos os 18 mil jovens do Ensino Médio, no que se refere a diferencia de estudar em escola de tempo integral, suas vidas, antes e depois, suas resistências, decepções, concepções e formação de conceitos a respeito de si e da escola, o apoio dos professores e tutores acadêmicos e suas expectativas para o futuro. Assim, os mais de 200 jovens participantes da Roda de Conversa foram impactados pelos seus colegas, cumprindo assim o objetivo da ação em questão.
Foi fácil notar que após essa atividade, os CEPIs se organizaram e replicaram tal prática, numa grande rede de compartilhamento de experiências e vivencias, tanto no âmbito da escola quanto nas redes sociais. A utilização inicial de materiais alternativos como sucatas de eletrônicos e ambientes para programação e cultura digital, sobretudo gratuitos disponíveis na web foi, com objetivo de possibilitar a ampliação do acesso à ciência e tecnologia, de forma a criar espaços de interação com esta realidade e desenvolver a capacidade de formular e equacionar problemas, e assim potencializar aos jovens ações de protagonismo e se tornam ativos na construção do seu conhecimento.
Ressalta-se que, os resultados do ENEM obtidos pelos estudantes da rede estadual de educação no ano de 2020 foram:
• 32% em universidades públicas (estadual e federal) e 57% em universidade privadas, considerando o tipo de IES local da cidade/região que o aluno optou por fazer o curso;
• Aprovação em 09 Estados: Rio Grande do Norte, Bahia, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande de Sul e Paraná, ou seja, em todas as regiões do país;
• A aprovação em curso superiores, por área de conhecimento, indicou até o momento que 22% em Biológicas, 35% em Exatas e 37,6% em Humanas e ainda 0,5% em cursos Tecnológicos. Os estudantes foram aprovados em 77 diferentes cursos superiores;
• A pontuação média de redação destes estudantes foi de 713,1 que está acima da média estadual que é de 523,6, sendo que 94% superaram a média estadual;

• A média de idade destes estudantes é de 17,6 anos, ou seja, o tempo de conclusão é menor do que a média nacional que é de 19 anos.
Configura-se em documento quinzenal enviado pela Seduc às escolas, que constam de espaço especifico aos Centro de Ensino de Período Integral-CEPI, dada a especificidade pedagógica para subsidiar o trabalho desenvolvido pelos professores, coordenações e gestores que atuam nos CEPIs. Vale ressaltar que as orientações tiveram momentos quinzenais e mensais devido a demanda de contexto e o impacto disso para os estudantes são os aspectos pedagógicos para melhoria do ensino e aprendizagem, portanto, uma atividade meio, com a finalidade de beneficiar os estudantes do ensino fundamental e ensino médio. Segue abaixo um extrato das orientações pedagógicas.
1º semestre:
Tutoria; Eletivas; Protagonismo Juvenil; Iniciação Científica – Ensino Fundamental; Preparação Pós-Médio apenas para o Ensino Médio; Plano de Ação; Conselho de Classe Participativo. Trabalho Coletivo: Atividade em Excesso; Estímulo à Participação e Colaboração dos Estudantes no REANP; Atuação dos professores do Núcleo Diversificado no REANP; Cronograma ENEM/2020; Registro das Ações no REANP. Inscrição no ENEM – Ensino Médio; Atuação das Coordenações de Área durante o REANP; Canal Virtual da SUPEI; Carga Horária e Matriz Curricular do CEPIs; Estudo Orientado II; Web Conferência da Superintendência de Educação Integral/SUPEI; Atuação das Coordenações durante o REANP; Atuação dos Professores durante o REANP; Culminância dos Projetos; Atualizações de Dados Pessoais dos Estudantes no SIGE; Sugestões de Plataformas e Ferramentas Digitais; Canal Virtual de Comunicação SUPEI; Parada Reflexiva – 10/06: Tutoria; Registros dos professores durante o Regime de Aulas Não Presenciais/REANP; Culminância dos Projetos: Eletivas, Iniciação Científica e Clubes Juvenis; Análise dos Resultados do SAEB; Quadro de Monitoramento do Plano de Ação; Devolutivas do Plano de Ação; Acolhimento; Atuação do Grupo Gestor; Uso da ferramenta Kanban; Semana Protagonismos em Ação; Template para validação dos projetos de eletivas; Sugestão de planejamento de aula para Projeto de Vida; Organização e efetivação da construção de Portfólio dos estudantes; Solicitação do preenchimento do Quadro de Monitoramento do Plano de Ação.
2º semestre:
Registro de Frequência e Participação dos Estudantes nas Atividades do REANP; Reuniões Gerenciais; Tutoria; Plano de Ação; Semana Protagonismo em Ação; Processo Avaliativo 3º Corte; Perspectiva de Futuro e projeto de Vida; Rotina dos Estudantes; Atuação dos professores Modulados em Estudo orientado I e II; Tutorial para o Instagram oficial dos CEPIs – Ensino Fundamental; Guia de Recursos para Atividades Pedagógicas; Canal Virtual Seduc; Análise dos Resultados do Índice de Desenvolvimento da educação Básica – IDEB; Plano de Ação x Resultados do IDEB; Cadastramentos de Notas no SIGE/SIAP; Parada reflexiva; Estudo Orientado I; Parceria entre os Professores Modulados em Estudo Orientado II e Professores; Tutores; Projetos de Eletivas; Iniciação Científica; Clubes Juvenis; Preparação Pós-Médio; As Escolas em Tempos de Pandemia – BNCC em Foco; Busca Ativa; Estudo Orientado I e Tutoria; Quadro de monitoramento – 3º ciclo / Quadro de resultados/ Relatório de Análise dos Projetos de Eletivas 2º semestres/2020.
Com ênfase no acesso, permanência e êxito do estudante no ensino médio, com a presença de professores mediadores e uso da tecnologia, a Seduc remeteu aos estudantes atividades relacionadas à aplicação dos conhecimentos e habilidades constituídas ao longo da educação básica, as quais foram coerentes com a diversidade cultural e com o contexto dos estudantes.
Vários projetos foram de destaque com a participação dos alunos do Ensino Médio, como: Jovens embaixadores; Jovem Senador; 14ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas; Programa de Iniciação Científica; Solta o Verbo – Roda de Conversa de Protagonismo Juvenil; Acolhimento de Estudantes.



Estudantes do 9º ano da rede estadual participando do Nivelamento





Sequência Didática de Matemática - 3º ano

Objetivos:
- ✓ Resolver situações-problema que envolvam subtração (sem reserva e sem recurso) com estratégias pessoais e/ou convencionais.
- ✓ Resolver situações-problema de subtração que envolva as ideias de tirar, completar e comparar.
- ✓ Resolver, com recursos pessoais, situações-problema que envolvam a multiplicação com as ideias de adição de parcelas iguais.
- ✓ Calcular a multiplicação com ideia de dobro e triplo.

6ª Aula

Professor(a), retome o assunto de subtração de números naturais, lembre-se das ideias envolvidas nesse conceito (tirar, completar e comparar).
Nessa aula será abordada a ideia de subtrair – Ocorre quando se tem uma quantidade que passa por uma transformação (quebrar, perder, pagar) e pretende saber quanto restou.
Comece fazendo, junto aos estudantes, um levantamento de verbos relacionados a ideia de tirar (cortar, dar, diminuir, excluir, perder, quebrar, reduzir, retirar, separar, subtrair etc). Pergunte a eles quais palavras podem ser substituídas pela palavra subtrair/tirar. Escreva no quadro, todas os verbos citados por eles.
Faça uso do material dourado ou ábaco durante as aulas, eles auxiliam o estudante na compreensão do processo de desagrupar. Use também, tampinhas, palitos, canudinhos etc.

Apresente e resolva com os estudantes o problema a seguir, mostrando diversas possibilidades para resolução.

Problema (ideia de subtrair/tirar): Um ônibus saiu do ponto inicial com 35 pessoas. Na primeira parada, desceram 11 pessoas. Quantas pessoas permaneceram no ônibus?

Havia 35 pessoas	Desceram 11 pessoas	Permaneceram 24 pessoas

Resolva também utilizando o Q/V, e pelo método expandido (decomposição):

D	U
3	5
− 1	1
2	4

Método expandido
30 + 5
− 10 + 1
20 + 4

Portanto, permaneceram no ônibus 24 pessoas.

ATIVIDADES

Para resolver as atividades de dessa aula disponibilize aos estudantes o material dourado ou tampinhas/canudinhos.

01. Observe o material dourado a seguir, faça a contagem e efetua a operação:

Disponíveis em <https://atividadespedagogicas.net/2019/05/atividades-com-material-dourado-para-imprimir.html> Acesso em 28/01/2020.

Solução:

02. Com o auxílio do Q/V, e pelo método expandido, resolva as subtrações a seguir:

a) 78 – 24 = ____

Método expandido

Solução:

Método expandido
70 + 8
− 20 + 4
50 + 4 = 54

b) 493 – 233 = ____

Método expandido

Solução:

AÇÃO: 2018 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

A Secretaria de Estado de Educação desenvolveu um conjunto de projetos e atividades com vistas à melhoria da qualidade do ensino na rede pública, de forma a garantir o acesso às diversas etapas e modalidades de ensino. Os principais projetos/atividades desenvolvidos foram:

1 - Projeto Saberes: elaboração do Documento Curricular DC-GO, instituindo formação continuada para todos os atores envolvidos na educação e projetos que sanem as dificuldades de aprendizagem e nesse caso específico da proficiência, o Projeto Saberes;

2 - Os estudantes da rede estadual de educação, séries finais do ensino fundamental – 4º e 5º anos (1ª fase) e 8º e 9º anos (2ª fase) – foram atendidos com as atividades para exames de proficiência, nesse caso atividades pedagógicas complementares abordam as quatro áreas do conhecimento, as quais foram elaboradas a partir dos descritores de avaliações externas (SAEB/SAEGO), em conjunto com as habilidades do DC GO, com o intuito de melhorar a proficiência dos estudantes do ensino fundamental da rede estadual. As atividades pedagógicas foram enviadas mensalmente, de forma digital, a fim de orientar o trabalho e o plano de aula do professor, visando os conhecimentos básicos para melhorar a proficiência do estudante;

3 - Cerca de 260.800 estudantes da rede estadual de educação foram atendidos com atividades educacionais complementares: atividades pedagógicas elaboradas a partir do Documento Curricular para Goiás, para os estudantes do ensino fundamental, com o intuito de complementar a prática do professor. Foram enviadas, quinzenalmente, de forma digital e impressas, para estudantes que não possuem acesso. As atividades complementares foram elaboradas contemplando as quatro áreas de conhecimento e ainda, foram utilizadas como instrumento avaliativo da aprendizagem;

4 - Foram realizadas atividades para os alunos do ensino médio por meio do projeto Goiás Bem no Enem, onde aconteceu a produção de listas de atividades semanais para os estudantes e a produção de videoaulas por meio do Projeto Jovem de Futuro.

Com esses esforços a Seduc procurou melhorar os resultados da proficiência da etapa do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e dos

Anos finais no Estado de Goiás e elevar o aproveitamento dos estudantes e os índices educacionais do Ensino Médio.

OBSERVAÇÕES

1 - Projeto Saberes:

Atividades Educacionais Complementares/Turno Ampliado – Projeto Saberes tem como objetivo ampliar os conhecimentos dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, priorizando a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. O professor regente da turma foi o responsável pelo atendimento aos estudantes do turno ampliado. A esse professor regente foi acrescido 7 (sete) horas/aula em sua carga horária semanal, cumprida no contra turno de trabalho. O professor realizou o diagnóstico da turma e desenvolveu um plano de ação de acordo com as dificuldades detectadas, apresentando atividades de aprendizagem, priorizando o desenvolvimento de competências de leitura, expressão oral, escrita e produção de textos, assegurando o domínio dos usos da língua em sua diversidade social. Assim, o professor desenvolveu com os alunos o raciocínio lógico, a construção de conceitos matemáticos e a resolução de cálculos em situações de problemas. Destaca-se que o plano de trabalho desses professores foi avaliado pelo coordenador pedagógico da unidade escolar e pelo técnico pedagógico da CRE (tutor pedagógico).

A formação e o cadastro das turmas no SIGE para as atividades complementares/turno ampliado – Projeto Saberes/2020 tiveram início em fevereiro sendo consolidado através do envio da ficha cadastral do turno ampliado, ficha para modulação do professor regente 40h - 1º ao 5º ano do ensino fundamental e termo de compromisso devidamente preenchidos pela unidade educacional e enviada à Coordenação Regional Regional a que estava jurisdicionada. A ficha cadastral do turno ampliado foi enviada mensalmente até o dia 05 de cada mês, à Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Inciais para análise e acompanhamento dos resultados e do desempenho dos estudantes.

A sistemática de acompanhamento para o gerenciamento e monitoramento dos resultados alcançados estavam agendadas para início, a partir de março do corrente ano, porém, em virtude da suspensão das aulas presenciais a partir de 17 de março de 2020, em cumprimento ao Decreto n.º 9.633, de 13 de março de 2020, houve a necessidade de uma nova proposta para o regime especial de aulas não presenciais. Nesse caso, aconteceu o (re)planejamento e acompanhamento pedagógico das unidade educacionais. O foco foi a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais e Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas dos anos finais do ensino fundamental;

2 - Foram realizadas avaliações das ações de arte e educação de 2019 projetos de cultura arte e educação, lazer e desporto educacional, diversidade, projeto de vida, dentre outros, voltados ao atendimento dos estudantes do Sistema Socioeducativo, para inclusão no Projeto Político Pedagógico-PPP da referida unidade escolar Assim, nesse Projeto foram mantidas as atividades complementares de dança e teatro via Ciranda da Arte, assim como as atividades Projeto Desporto Educa em parceria com a Superintendência de Desporto;

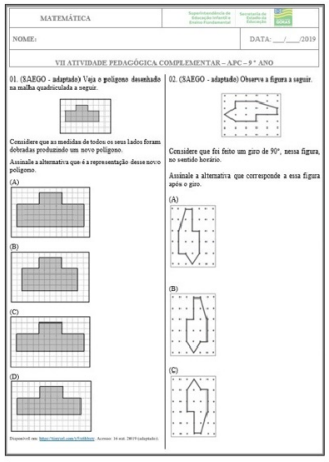
3 - Realizou-se orientações à todas as unidades educacionais socioeducativas a incluírem no PPP ações de parcerias intersetoriais para o desenvolvimento de projeto culturais, como: arte, esporte e projetos de autoconhecimento, autocuidado e projeto de vida.

O segundo semestre foi voltado para a elaboração da etapa “Festival de Humanidades” no formato virtual. Para essa conclusão mobilizamos as seguintes ações:

- Planejamento interno – Equipe midialab, Arte-educação, Humanidades;
- Articulação com as escolas participantes;
- Articulação individualizada com articuladores participantes;
- Articulação individualizada com estudantes participantes;
- Estruturação do Festival e do site da Olimpíada de Humanidades;
- Organização e edição dos materiais;
- Lançamento do site;
- Oficinas de audiovisual;
- Comunicação e divulgação do evento;
- Auxílio de edição dos vídeos participantes;
- Gravação da apresentação com personagens Chico e Pata Prenha;
- Edição da apresentação da transmissão do Festival de Humanidades;
- Festival de Humanidades;
- Relatórios;
- Entrega dos prêmios a cada uma das equipes participantes; e
- Investigação sobre o tema da próxima edição.



Estudantes do Colégio do Sol, realizando as atividades pedagógicas complementares



MATEMÁTICA

NOME: DATA: __/__/2019

VII ATIVIDADE PEDAGÓGICA COMPLEMENTAR – APC – 9.º ANO

01. (SAEGO - adaptado) Veja o polígono desenhado na malha quadriculada a seguir.

Considere que as medidas de todos os seus lados foram dobradas produzindo um novo polígono.

Assinale a alternativa que é a representação desse novo polígono.

(A)

(B)

(C)

(D)

02. (SAEGO - adaptado) Observe a figura a seguir.

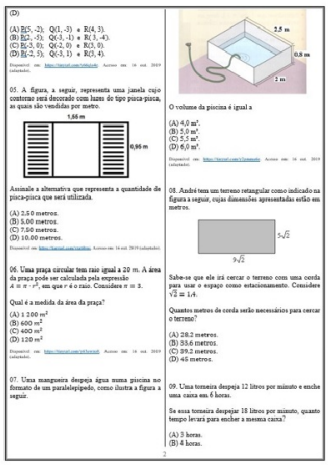
Considere que foi feito um giro de 90°, nessa figura, no sentido horário.

Assinale a alternativa que corresponde a essa figura após o giro.

(A)

(B)

(C)



(D)

(A) B(5, -2); Q(1, -3) e R(4, 3).
(B) B(2, -5); Q(-3, -1) e R(3, -4).
(C) B(-3, 0); Q(-2, 0) e R(3, 0).
(D) B(-2, 5); Q(-3, 1) e R(3, 4).

05. A figura, a seguir, representa uma janela cujo contorno será decorado com luzes do tipo pisca-pisca, as quais são vendidas por metro.

1,66 m

0,96 m

Assinale a alternativa que representa a quantidade de pisca-pisca que será utilizada.

(A) 2,50 metros.
(B) 5,00 metros.
(C) 7,50 metros.
(D) 10,00 metros.

06. Uma praça circular tem raio igual a 20 m. A área da praça pode ser calculada pela expressão $A = \pi \cdot r^2$, em que r é o raio. Considere $\pi = 3$.

Qual é a medida da área da praça?

(A) 1 200 m²
(B) 600 m²
(C) 400 m²
(D) 120 m²

07. Uma mangueira despeja água numa piscina no formato de um paralelepípedo, como ilustra a figura a seguir.

2,5 m

0,8 m

2 m

O volume da piscina é igual a

(A) 4,0 m³.
(B) 5,0 m³.
(C) 5,5 m³.
(D) 6,0 m³.

08. André tem um terreno retangular como indicado na figura a seguir, cujas dimensões apresentadas estão em metros.

$5\sqrt{2}$

$9\sqrt{2}$

Sabe-se que ele irá cercar o terreno com uma corda para usar o espaço como estacionamento. Considere $\sqrt{2} = 1{,}4$.

Quantos metros de corda serão necessários para cercar o terreno?

(A) 28,2 metros.
(B) 33,6 metros.
(C) 39,2 metros.
(D) 45 metros.

09. Uma torneira despeja 12 litros por minuto e enche uma caixa em 6 horas.

Se essa torneira despejar 18 litros por minuto, quanto tempo levará para encher a mesma caixa?

(A) 3 horas.
(B) 4 horas.

2

Superintendência de Educação Infantil e Ensino Fundamental | Secretaria de Estado da Educação | GOIÁS

FICHA CADASTRAL DO TURNO AMPLIADO - (Anexo III)

CRE: Morrinhos	**Unidade Educacional: Escola Estadual Drª Gertrudes Lutz**		**Munícipio: Morrinhos**
Série: 2º Ano	**Nome do professor (a) regente de sala: Suleide Teixeira da Silva**		**Mês: Fevereiro**
Dias da semana para atendimento aos estudantes: Segunda e Terça	**Turno:** Vespertino	**Horário: Seg.:** 13:00 às 15:30	**Ter:** 13:00 às 15:30
Dia da semana de planejamento do professor: Quarta		**Horário:** 13:00 às 15:00	
Nome do Coordenador Pedagógico que acompanha as Turmas: Lívia Marta Ribeiro dos Santos Soares			
Local onde acontece o Turno Ampliado: Sala 4			

Nº	Nome dos estudantes que serão atendidos	Dificuldades Apresentadas	Atividades a serem desenvolvidas	O estudante permanece no turno ampliado*	
				Sim	Não
01	Ágatha Vitória de Souza Pereira	Produzir frases e textos. Efetuar contas.	Uso de jogos das frases, produção escrita.Contas armadas.	x	
02	Arthur Henrique A. Bittencourt	Memorizar	Jogo da memória, leitura de letras com alfabeto móvel.	x	
03	Davi Rosa dos Santos Silva	Produzir frases.	Atividades diversas na apostila.	x	
04	Renato Francisco da Silva	Memorizar	Jogo da memória, leitura de letras com alfabeto móvel.	x	
05	Emily Vitória Vidal Gomes	Identificar letras do alfabeto, registrar os números.	Ordenação do alfabeto móvel contagem e correspondência.	x	
06	Esmeralda Ketlyn de Amorim	Ler, escrever palavras e frases. Registrar os números e efetuar contas	Leitura e escrita com uso de ficha. Contas armadas	x	
07	Guilherme Henrique F. da Silva	Ler e formar palavras.	Leitura e escrita na apostila.	x	
08	Hollyver Kaway Silva Santos	Memorizar	Jogo da memória, leitura de letras com alfabeto móvel.	x	
09	Ludmylla Ferreira e Silva	Ler, formar palavras. Registrar os números resolver contas.	Formação de palavras. Resolução de contas armadas.	x	

Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Quinta Avenida Qd. 71 Lt. 10 – Setor Leste Vila Nova – Goiânia/GO.
Telefone: 3201-3252 / 3201-3224 / 3201-3211 / 3201-3217

AÇÃO: 2019 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

Os estudantes da rede estadual de ensino foram assistidos com merenda escolar em todos os níveis e modalidades de ensino (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Especial, Ensino Profissional e Educação de Jovens e Adultos). Os recursos aplicados foram oriundos do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS e do FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, os quais proporcionaram a aquisição de alimentação saudável, balanceada e nutricionalmente adequada aos alunos de acordo com a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020.

Vale destacar que o Programa mais Merenda foi implantado neste ano e teve como objetivo fornecer uma refeição extra, além do lanche, aos alunos das unidades escolares dos dez municípios do Estado de Goiás considerados vulneráveis. Assim, o principal alvo foi suprir as necessidade nutricionais dos alunos em situação de vulnerabilidade social.

Com o surgimento do coronavírus (Covid-19) providências de caráter emergencial foram adotadas para atender o Programa de Alimentação Escolar. A publicação do Decreto nº 9.463, de 25 de março de 2020, dispôs sobre o Programa de Alimentação Escolar da rede pública de ensino, durante o período de suspensão das aulas. Nesse caso, houve a necessidade de descentralização de créditos orçamentários e financeiros específicos disponibilizando-os às famílias dos alunos matriculados na rede estadual que são beneficiárias da

Bolsa Família, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.
Destaca-se ainda que no período de aulas não presenciais, a Seduc atendeu mais de 500 mil alunos da rede com kits durante cinco meses seguidos no valor de R$ 30,00 (trinta reais) por aluno. Esses valores foram repassados aos Conselhos Escolares.
Em relação ao Produto 7842 – Horta Escolar implantada, em 2020, hortas de pequeno, médio e grande porte foram implantadas em unidades educacionais de 40 Coordenações Regionais jurisdicionadas. A maioria delas produz cheiro verde, couve, alface e variedades de tubérculos.

OBSERVAÇÕES
Considerando a Resolução nº 2, de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), a Gerência de Alimentação Escolar trabalhou na aquisição de produtos alimentícios em forma de kits alimentares para distribuição aos alunos.
Deu-se continuidade ao Projeto Mais Merenda, iniciado em 2019, com o objetivo fornecer uma refeição extra aos alunos da rede estadual. A implantação de hortas nas unidades educacionais, otimizou o lanche dos alunos e contribuiu para suprir as necessidades nutricionais de alunos em zona de vulnerabilidade social. Dessa forma, em 2020 expandiu-se o número de unidades escolares atendidas pelo referido Projeto.
Ressaltamos que o aluno beneficiado com alimentação escolar recebeu recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE e uma verba complementar do Fundo Protege.
Considerando o estilo de vida da população brasileira assim como o tipo de alimentos consumidos e hábitos alimentares, a Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006/Ministério da Saúde, instituiu diretrizes que definem a promoção da alimentação saudável nas escolas com base. Em seu Art. 3º, Parágrafo II, apresenta-se com um dos seus eixos prioritários o “estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola” e no Parágrafo VI do mesmo artigo a alimentação saudável tem que “aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras”.
Desta maneira, a implantação e manutenção de hortas vem dar um novo direcionamento às ações já desenvolvidas nas unidades escolares, como a criação de Projetos com o suporte das instituições, das prefeituras locais e das cooperativas em Agricultura. Com esse trabalho, a horta na unidade escolar agrega ao processo de alimentação nas escolas novos olhares na promoção de uma alimentação saudável à partir de cultivo de verduras e legumes seguros, em diversos tamanhos de espaços.



- **Horta Escolar**







- **Supervisão in loco**

AÇÃO: 2020 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

Devido a pandemia mundial ocorrida no ano de 2020, os processos de aquisição de equipamentos eletrônicos foram diretamente impactados.

Seguindo as orientações do Ministério da Educação para implementação do Programa de Inovação Educação Conectada, a Seduc orientou as escolas sobre a importância do programa e a elaboração do Plano de Aplicação Financeira – PAF a fim de receber o recurso da contratação do plano de internet para uso pedagógico e melhoria da infraestrutura interna nas unidades escolares. Ao todo 956 (novecentas e cinquenta e seis) unidades escolares da rede pública estadual de Goiás receberam o recurso do governo federal.

Buscando a melhoria das estruturas de tecnologia da informação e comunicação das Coordenações Regionais a Seduc realizou manutenções periódicas, preventivas, corretivas e reinstalação das redes de dados nas Regionais de Educação de Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Rio Verde referente às mudanças de endereço e novas redes de dados foram reinstaladas. O circuito de dados da Coordenação Regional de São Miguel do Araguaia teve upgrade de velocidade de acesso para equivaler à velocidade das outras Coordenações Regionais e ainda, a Coordenação Regional de Quirinópolis teve suas máquinas de ponto substituídas.

Nesse sentido, promoveu-se a melhoria dos acessos à internet nas unidades escolares e para isto foi efetuado o upgrade de velocidade do circuito de internet em 118 escolas, sendo que: 114 escolas tiveram a velocidade aumentada para 10Mbps; 5 escolas tiveram a velocidade aumentada para 5Mbps e 4 escolas tiveram a velocidade aumentada para 2Mbps. O objetivo da Seduc foi conseguir junto as operadoras que todas as unidades escolares fossem atendidas com velocidade de 10Mbps.

No decurso desse ano foi disponibilizado atendimento técnico às unidades escolares para manutenção de infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação através do atendimento no local e do atendimento no laboratório de manutenção da centralizada. Destaca-se que o atendimento no local foi destinado a mudanças ou instalações de redes de dados e manutenção.

A Supervisão de Redes durante o ano realizou atividades, como: atendimento de chamados, aquisição e instalação de novo storage com capacidade liquida total de 296TB, instalação de link de internet de nova operadora em 152 escolas, fiscalização e acompanhamento da instalação do cabeamento lógico da sede da Secretaria, organização e entrega para as Coordenações Regionais de 1036 Smartphones doados pela Receita Federal, criação e moderação de lives e reuniões, configuração e disponibilização de acesso VPN aos usuários da Seduc para trabalho remoto, aquisição de 150 (cento e cinquenta) impressoras para atender 150 (cento e cinquenta) salas de aula do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica, e, por fim, implementação de novos links de internet nas unidades externas da Seduc em Goiânia.

As regionais listadas foram reformadas e tiveram o cabeamento lógico estruturado finalizado. São elas: Formosa, Itaberaí, Jataí, Jussara, Rio Verde, Santa Helena, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Mineiros, Uruaçu, Planaltina, Quirinópolis, Pires do Rio e Silvânia.

Nas Coordenadorias Regionais de Educação foi realizado cabeamento lógico estruturado em sede provisória, pois estavam sendo reformadas. São elas: Aparecida de Goiânia, Goianésia, Goiás, Goiatuba, Luziânia, Novo Gama, Piracanjuba, Goiânia e Águas Lindas de Goiás.

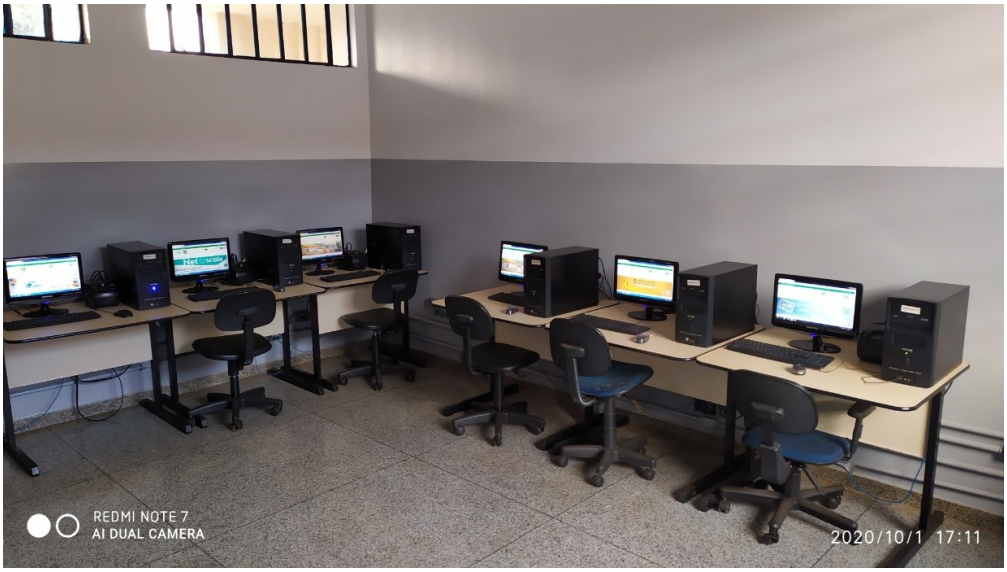
As regionais listadas a seguir não receberam reforma, porém foram atendidas com execução de manutenções para atender as escolas jurisdicionadas. São elas: Anápolis, Campos Belos, Ceres, Itapaci, Itapuranga, Minaçu, Piranhas e Porangatu.

OBSERVAÇÕES

Nas unidades escolares listadas a seguir foram reativadas o Laboratório de Informática. São elas: CEPI DR. GENSERICO G. JAIME; CEPI DR. GENSERICO G. JAIME – LAB 02; COL. EST. ARY RIBEIRO VALADÃO FILHO; COL. EST. JOÃO JOSÉ COUTINHO; COL. EST. VISCONDE DE MAUA; CEPI DOM ABEL SPL; COL. EST. DEP. JOSE DE ASSIS; CPMG GERALDA ANDRADE MARTINS; CEPI CUNHA BASTOS; COL. EST. PROF. EDUARDO MANCINI; CENT. DE EDUC. E CONV. JUVENIL DONA SINHÁ; COL. EST. ALFA OMEGA; COL. EST. ELOI P. MARTINS; COL. EST. PROF. ALFREDO NASSER; COL. EST. ALFREDO NASSER; COL. EST. JOSÉ DUTRA DE OLIVEIRA; COL. EST. DEP. JOSÉ DE ASSIS; COL. EST. MARIANO B. JUNIOR; COL. EST. FELISMINA CARDOSO BATISTA; COL. EST. JOAQUIM DE SOUZA FAGUNDES; COL. EST. PROF. RICARDO; COL. EST. ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA; COL. EST. IRANY NUNES DO PRADO; ESC. EST. GERMANA GOMES; COL. EST. DONA JOAQUINA PINHEIRO; CEPI POLIVALENTE DE ANTUSA; COL. EST. ELIAS JORGE CHEIM; CEPI POLIVALENTE PROF. ANTUSA; COL. EST. MANE VENTURA; ESC. EST. DJALMA DE FREITAS, ESC. EST. JOSÉ MADALENA e COL. EST. CONEGO TRINDADE.







AÇÃO: 2021 - GOIÁS PARCEIRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

No ano de 2019 o Gabinete de Políticas Sociais levantou dados muito importantes sobre a real situação em que se encontrava o Estado em relação às políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos goianos. Com resultados alarmantes concentrados na desigualdade e pobreza o engajamento foi a principal ferramenta para que então ações eficazes fossem realizadas para a mudança dessa dura realidade. A articulação e a integração foram as palavras de ordem para que toda a equipe do governo pudesse, sem medir esforços, encontrar soluções e trabalhar nas mudanças sociais.

Em parceria com o Instituto Mauro Borges (IMB) e de posse de dados estatísticos criou-se o Índice Multidimensional de Carências das Famílias Goianas – IMCF e a classificação do índice foi realizada para os 246 municípios goianos. A partir dessa ação 10 (dez) municípios foram classificados em situação crítica de concentração de pobreza multidimensional.

A partir de então, muitos projetos foram sendo estruturados e solidificados, para então atender de forma específica esses 10 (dez) municípios. A mobilização envolveu parcerias, planejamentos, reuniões técnicas, visitas in loco, escutas e a compreensão daquilo que deveria ser executado para que então a realidade desses municípios começasse a ser transformada.

Diante de tantos esforços e do engajamento de todos, os resultados começaram a ser evidenciados nos municípios mais vulneráveis, que começou a acontecer mesmo de forma tímida, mas com um significado importante diante do que foi encontrado inicialmente. Sendo assim, o Gabinete de Políticas Sociais conseguiu visualizar que o caminho escolhido e percorrido serviu de norte para avançar na busca de melhoras mais intensas e necessárias. Outros projetos foram dando forma a metodologias significativas voltadas para a mudança desse cenário tão caótico encontrado nos municípios no início da gestão atual.

Após o levantamento, a equipe técnica pedagógica da Seduc se deslocou até os municípios, para in loco conhecer a realidade educacional das unidades escolares e assim traçar as ações a serem realizadas. Essas ações que foram concentradas na oferta dos projetos já desenvolvidos na Rede Estadual de Ensino, porém, com formato voltado para a realidade de cada município.

Nesse sentido, a Seduc elaborou para o ano de 2020, um cronograma de visitas, cuja finalidade seria a de estar atuando diretamente com os 10 municípios goianos destacados no IMCF.

Desde novembro de 2019, a equipe técnica da Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, tem se desdobrado na busca de informações por meio de levantamentos de dados para traçar o perfil de cada unidade. Com os dados em mãos a gerência se organizou para atender às demandas pedagógicas voltadas para a qualidade do ensino em Goiás.

Após o levantamento a equipe técnica pedagógica se deslocou até os municípios, para in loco conhecer a realidade educacional das Unidades Escolares, e assim traçar as ações a serem realizadas. Ações estas, que estarão concentradas na oferta dos Projetos que já veem sendo desenvolvidos na Rede Estadual de Ensino, porém, com formato voltado para a realidade de cada município.

A Gerência de Educação Infantil e Ensino fundamental/Anos Iniciais, elaborou para o ano de 2020, um cronograma de visitas, cuja finalidade seria a de estar atuando diretamente com os 10 Municípios Goianos destacados no Índice Multidimensional de Carências das Famílias Goianas – IMCF.

Em fevereiro do ano corrente as técnicas pedagógicas, deram início às visitas, onde apresentaram aos Prefeitos e Secretários Municipais, os Projetos e Programas desenvolvidos pela Seduc/Superintendência Educação Infantil e Ensino fundamental/ Gerência de Educação Infantil e Ensino fundamental/Anos Iniciais.

Em março seria iniciado o projeto de formação de professores para a educação infantil, porém devido à pandemia e suspensão das aulas presenciais a partir de 17 de março de 2020, cumprindo o Decreto n.º 9.633, de 13 de março de 2020, que estabeleceu situação de emergência na saúde pública do Estado, a Seduc suspendeu todas as atividades externas e o projeto foi paralisado.

OBSERVAÇÕES







AÇÃO: 2022 - MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

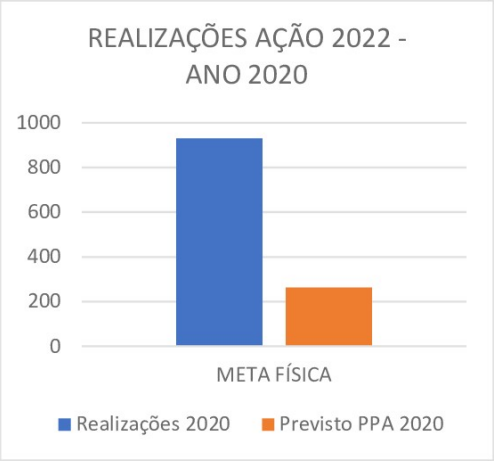
A Ação superou com muito êxito as metas previstas, tanto físicas quanto financeiras. O investimento e quantidade de beneficiários ultrapassou o previsto para o ano e quase alcançou o total dos quatro anos de PPA (2020-2023). O resultado disso é uma renovação de grande parte do mobiliário e equipamentos das Unidades Escolares da rede estadual de ensino, o que traz mais conforto e condições apropriadas de trabalho, para todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

É importante constar que os projetos equipar I e II, responsáveis por uma porcentagem desse incremento na rede, foram executados de forma a garantir que as peculiaridades de cada escola fossem de fato observadas. Dessa maneira, cada uma repôs e/ou recebeu aquilo que precisava.

Vale mencionar que dentre os diversos materiais adquiridos registra-se aqui os conjuntos de mobiliário para o professor e aluno, cadeiras acadêmicas em resina termoplástica – ABS com prancheta universitária, (mesas e cadeiras) para refeitórios, armários e estantes de aço, refrigeradores, freezers, fogões e liquidificadores industriais, pratos, talheres, panelas de pressão, panelas de alumínio, refrigeradores e outros.

OBSERVAÇÕES

Destaca-se ainda que outros processos de aquisição foram estartados em 2020, para atingir os objetivos propostos pela gestão







CONJUNTO PARA PROFESSOR E ALUNO



MONOBLOCOS (MESAS E CADEIRAS)

AÇÃO: 2023 - PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

O Protocolo de Segurança Escolar – PROSEG e a implantação de vídeomonitoramento em unidades educacionais proporcionaram maior segurança, agilidade na tomada de decisões e na elaboração de um plano de emergência. É importante frisar que a padronização das ações para toda a comunidade escolar se apresenta como uma opção para nortear o planejamento e o desenvolvimento de ações do cotidiano das escolas.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março foram realizadas capacitações presenciais do PROSEG em 04 Coordenações Regionais de Educação. No entanto, devido à pandemia do Covid-19, as capacitações ocorreram via videoconferências. Nessas capacitações aconteceram um alinhamento de conhecimentos a respeito de conceitos sobre a prevenção da violência no ambiente escolar, troca de experiências, intensificação das ações dos procedimentos contidos no PROSEG e formação de novos mediadores.

Durante as capacitações os mediadores foram informados da existência de materiais no Portal Educa e no site da SEDUC. Além das videoconferências em grupo, os técnicos do PROSEG realizaram atendimento individual com alguns mediadores das coordenações regionais através de videoconferência e Whatsapp.

Os principais procedimentos atendidos com base nas orientações do PROSEG foram:

1) Solicitação de viaturas para escolas, quando surgiram conflitos;
2) Policiamento ostensivo através da Polícia Militar (PM) nas escolas da rede estadual do Estado de Goiás;
3) Visitas às escolas proferindo palestras sobre coibição de atos criminosos ou infracionais;
4) Aproximação da PM com a comunidade escolar;
5) Mediação de conflito entre a direção, CREs e a escola;
6) Ameaças e atentados contra unidades educacionais;
7) Orientações de segurança escolar para a prática da cidadania e ações preventivas no ambiente escolar; e
8) Palestras nas unidades educacionais da rede objetivando a promoção da cultura da paz, a diferenciação entre ato infracional e indisciplinar e o combate ao bullying;

Nesse sentido, para dar maior segurança às unidades educacionais a Seduc implementou um projeto de videomonitoramento que beneficiou algumas escolas da rede com os serviços de instalação de câmaras, locação e manutenção de segurança eletrônica integrada por meio de circuito fechado de TV e sistema de alarme com cobertura patrimonial.

Nesse contexto, o PROSEG e a implantação do projeto de videomonitoramento ofereceram à comunidade escolar um ambiente mais seguro, de paz e de prevenção à violência.

OBSERVAÇÕES

Devido a pandemia do Covid-19 várias viagens para realização das capacitações de forma presencial foram adiadas impossibilitando o avanço da implantação do projeto de prevenção da violência no ambiente escolar em outras Coordenações Regionais de Educação de Goiás.

PROTOCOLO DE SEGURANÇA ESCOLAR

PROMOVENDO A CULTURA DE PAZ E CIDADANIA NAS ESCOLAS



2019

Superintendência de Segurança Escolar e Colégio Militar

Secretaria de Estado da Educação

GOIÁS





AÇÃO: 2024 - PROESCOLA - REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

A descentralização de recursos financeiros foi realizada para o fortalecimento da autonomia das unidades escolares nas atividades administrativas e pedagógicas, mas também possui importante impacto no desenvolvimento socioeconômico de diversos municípios onde se situam as escolas beneficiadas pelos repasses.

Os repasses de recursos financeiros são destinados as unidades escolares e às Coordenações Regionais de Educação, através da fonte 116 (Salário Educação Quota Estadual) e da fonte 100 (Receitas Ordinárias do Tesouro Estadual). Estes repasses atenderam cerca de 969 (novecentos e sessenta e nove) unidades escolares da rede estadual de ensino na 1ª parcela e 959 (novecentos e cinquenta nove) e na 2ª parcela. Os recursos foram distribuídos nas etapas de Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Ensino Especial e nas 40 (quarenta) Coordenações Regionais de Educação.

Dessa forma, através da 1ª e 2ª parcela o PROESCOLA atingiu satisfatoriamente seu objetivo de realizar a transferência dos recursos financeiros aos Conselhos Escolares e aos Conselhos Regionais de Educação no exercício de 2020. Na 1ª parcela foram contemplados 558.339 alunos (Processo SEI n° 202000006023234) e 40 (quarenta) Coordenações Regionais de Educação (Processo SEI nº 202000006024330). Na 2ª parcela, 536.668 (quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito) alunos foram contemplados (Processo SEI n° 202000006044027) e 40 Coordenações Regionais de Educação (Processo SEI nº 202000006044032).

OBSERVAÇÕES

O Programa - Dinheiro Direto na Escola PROESCOLA, exercício 2020, atendeu 556.947 alunos no montante geral de R$ 15.674.894,75 referentes às despesas com manutenção das unidades escolares do Ensino Básico da 1ª Parcela (Figura 3), sendo:

1. R$ 7.667.117,02, de Custeio/Capital repassado para o Ensino Fundamental;
2. R$ 6.470.510,81, de Custeio/Capital para o Ensino Médio;
3. R$ 1.294.207,34, de Custeio/Capital para o Ensino EJA e
4. R$ 243.059,57, de Custeio/Capital para o Ensino Especial.

E R$ 1.092.492,22 foram transferidos às 40 Coordenações Regionais de Educação referente a - 1ª PARCELA do PROESCOLA – 2020.

Ressaltamos que 04 (quatro) Conselhos Escolares estavam inadimplentes, portanto 1.392 alunos não foram atendidos. Nesse caso, restou o saldo no valor de R$ 43.293,21, para finalizarmos o Processo de Repasse na 1° Parcela de 2020.

Com relação à 2° PARCELA de 2020 o Programa - Dinheiro Direto na Escola PROESCOLA atendeu 532.962 alunos no montante geral de R$ 15.176.703,88, sendo:

1. R$ 7.623.250,65, de Custeio/Capital repassado para o Ensino Fundamental;
2. R$ 6.377.896,81, de Custeio/Capital para o Ensino Médio;
3. R$ 821.336,00, de Custeio/Capital para o Ensino EJA e
4. R$ 242.874,68, de Custeio/Capital para o Ensino Especial.

E R$ 1.092.492,22 foram transferidos às 40 Coordenações Regionais de Educação referente a - 2ª PARCELA do PROESCOLA – 2020.

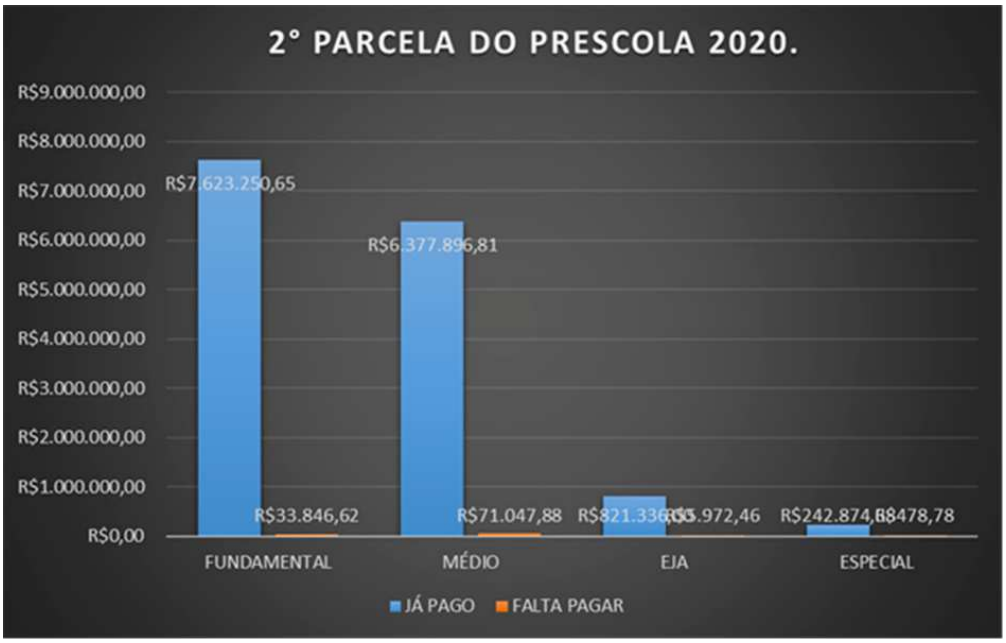
Vale destacar que a 2ª parcela do PROESCOLA de 2020 faltam atender 3.706 alunos e restando o valor de R$ 111.345,75.

Para atingir todas as unidades escolares e consequentemente o alunado, que é objetivo principal seria necessário que os gestores dos conselhos escolares observassem e fizessem o controle da aplicação dos recursos, no acompanhamento da conta bancária, bem como o prazo da vigência das portarias, evitando assim a inadimplência e o bloqueio dos recursos financeiros por falta de prestação de contas.

Neste sentido, quanto ao repasse dos recursos às Coordenações Regionais de Educação foram atingidos 100% (cem) da meta prevista.







AÇÃO: 2025 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E JOGOS ESTUDANTIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES

O Programa Desporto Educa contemplou projetos de iniciação desportiva em 29 Coordenações Regionais de Educação. A saber, 6.763 (seis mil e setecentos e sessenta e três) alunos do ensino fundamental e do ensino médio foram atendidos com aulas de treinamento em diversas modalidades desportivas e outras atividades complementares, relacionadas diretamente e/ou indiretamente com esporte e saúde.

Para alcançar os objetivos do Programa foram estabelecidos critérios de prioridades de atendimento como a seleção dos 110 melhores projetos executados. Para atender esse critério aumentou-se o número de projetos nas unidades educacionais jurisdicionadas em municípios com alto índice de violência, que atendem alunos com a faixa etária de 12 a 17 anos de idade.
Os municípios atendidos por esse Programa foram aqueles com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os municípios da Rede Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE.
A partir do dia 23 de março até a presente data, as aulas do Programa foram realizadas de forma online cumprindo a carga horária especificada previamente. Dessa forma, para dar continuidade ao Programa foram implantadas atividades teóricas e práticas não presenciais, as quais foram orientadas à distância pelo professor de educação física por meio de videoaulas, webconferências, grupos de Whatsapp, Zoom, slides, debates, textos, questionários, filmes, plataformas digitais de ensino e outras metodologias para aulas não presenciais.
Para os alunos do projeto que não tinham acesso à internet ou que não possuíam ferramentas tecnológicas (computador, tablet ou celular) as atividades foram disponibilizadas semanalmente pela equipe pedagógica da unidade educacional no comércio local de fácil acesso ou entregue pessoalmente para o aluno em seu domicilio. O controle da frequência foi realizado através da devolutiva das atividades propostas, da participação nos grupos de aplicativos e redes sociais, de vídeos gravados pelo aluno com a execução das atividades ou pelo registro fotográfico das atividades.
Os jogos estudantis do estado de Goiás aconteceram de forma online. Considerando o distanciamento social em razão do Covid-19 os jogos foram realizados de forma remota, com a participação de alunos da rede pública estadual de 12 a 17 anos de idade, sob a orientação dos professores de educação física por meio de vídeos gravados. Nessa versão, foi proposto um circuito de práticas esportivas, como: embaixadinha, abdominal, flexão de braço, pula corda e polichinelo.
Devido o distanciamento social os outros produtos a seguir não foram executados:
1) 7458: Aluno Atendido com Jogos Paralímpicos;
2) 7478: Aluno com Necessidade Especial, Atendido com Prática Esportiva;
3) 7504: Aluno Quilombola, Indígena, do Campo e Itinerante, Atendido com Atividades Esportivas.
Ao final do exercício de 2020 a Seduc está fazendo uma licitação para aquisição de materiais esportivos para distribuição entre as escolas da rede pública estadual (Processo SEI nº 202000006032229).

OBSERVAÇÕES
O Projeto Desporto Educa foi instituído em janeiro de 2020 através da Portaria nº 0097/2020 – SEDUC, que estabeleceu as normas e as diretrizes para a operacionalização e a execução de projetos de iniciação desportiva de forma integral do aluno. Esse projeto teve como objetivo a inclusão e a participação dos estudantes nos jogos estudantis do estado de Goiás, onde o aluno foi sensibilizado para a participação da transformação social no ambiente em que vive. Os professores de educação física que executaram os projetos foram modulados com carga horária de 7 ou 14 aulas de treinamento semanais, as quais foram realizadas no turno oposto das aulas regulares.
No período regular das aulas presenciais o projeto foi executado em turno estendido, com aulas de treinamento de 350 a 700 minutos por semana, nas modalidades desportivas coletivas e individuais. Contemplando 11 modalidades desportivas diferentes em 112 unidades educacionais jurisdicionadas em 64 municípios do estado prioritários ao Projeto.
A Superintendência do Desporto Educacional, Arte e Educação em parceria com o articulador do desporto educacional da regional acompanhou, orientou, monitorou e avaliou a execução de todos os projetos durante as aulas presenciais e apresentou propostas de atividades para os professores executarem durante o período de isolamento social. Foi criado um grupo de Whatsapp com todos os articuladores e professores que possuíam projetos de troca de experiências e de informações, além da solicitação das frequências mensais e metodologias de execução, juntamente com o consolidado dos relatórios de todos os projetos.

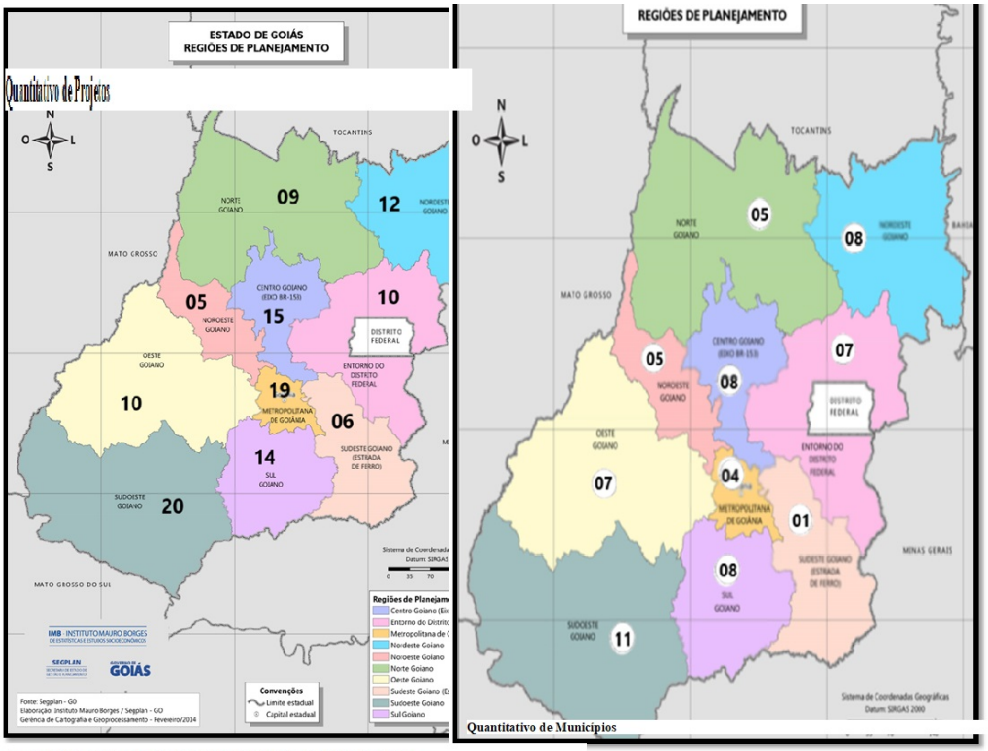




Aulas de treinamento presenciais



Aulas de treinamento presenciais



1. **Programa Desporto Educa nas 10 Regiões de Planejamento do Estado.**

AÇÃO: 2026 - SAÚDE E BEM ESTAR DO SERVIDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
Atendendo às determinações da Lei Estadual nº 19.145/2015, a SEDUC realizou ações preventivas e de atenção, que possibilitaram identificar, analisar e minimizar os fatores de riscos ocupacionais, aos quais os profissionais desta Secretaria encontravam expostos.
Dessa forma, o Projeto de Saúde Mental e Cidadania foi executado pela equipe multidisciplinar (assistentes sociais e psicólogos) que teve o objetivo de integrar o cuidado, como um princípio ético e político, integrando a organização, o atendimento e a prestação de serviços. Dessa forma, o servidor da educação foi atendido de maneira integral. Nesse caso, foi necessário uma compreensão ampla sobre os fatores que fazem com que o sujeito adoeça.
O Projeto de Práticas Integrativas Corporais buscou estimular o servidor a adotar um estilo de vida ativo e saudável, proporcionando através do Projeto Práticas Corporais da SEDUC (ginástica laboral, ginástica funcional, dança, pilates, voleibol, futsal e lazer) a prevenção de doenças e uma melhoria nos aspectos biopsicossociais.
Os benefícios da prática de atividade física para a saúde e qualidade de vida das pessoas de todas as idades foram positivados na literatura científica há algum tempo. O sedentarismo produz graves consequências, como o aparecimento de doenças crônicas, hipertensão, problemas cardiovasculares e o aumento do risco de doenças osteomusculares.
Assim, nesta Ação foram realizadas atividades e projetos com o objetivo de aumentar a qualidade de vida e o bem-estar dos servidores da educação, bem como, contribuições para a resolução integrada das necessidades dos mesmos, acompanhamento funcional/psicossocial; palestras preventivas; mediação de pessoas e visitas in loco, dentre outras atividades para coleta de dados sobre os servidores da educação, conforme se explicita abaixo:
a) Foram realizadas rodas de conversa reflexivas, com música para todos os servidores da centralizada (de sala em aula e ao ar livre);
b) Dia da Saúde – Execução de várias atividades/atendimentos em parceria com prestadores de serviços (laboratório Padrão);
c) Prevenção das DSTs Carnaval – Distribuição de cartazes e panfletos educativos na unidade da centralizada da Seduc e momento de descontração;
d) Saúde e valorização da mulher – Execução de várias atividades/atendimentos em parceria com prestadores de serviços como a Bioextratos, Laboratório Padrão, Instituto Embeleze, entrega de 1000 (mil) esmaltes para todas as mulheres da centralizada e recolhimento de lenços para Campanha de Lenço para os Hospitais de Tratamento contra o câncer em mulheres;
e) Práticas integrativas corporais – Ginástica funcional, ginástica laboral, coral. Foram executadas com os servidores, diariamente ao ar livre ou nas salas da sede da Seduc.
Destacamos que em virtude da pandemia do coronavírus, os atendimentos presenciais e as visitas in loco nos meses de março e abril não foram realizadas, porém foram adotadas estratégias de atendimento aos servidores por telefone e videoconferência.

OBSERVAÇÕES
Outras atividades executadas:
a) Acolhimento, escuta e acompanhamentos funcionais:
• Presenciais na Sala da Gerência;
• Via Telefone;
• Atendimento Individual via Videoconferência pelas Psicólogas e Assistentes Sociais com servidores;
• Visitas in loco nas cidades de Rio Verde.
b) Trabalho administrativo:
• Planejamento anual das Ações/projetos;
• Reuniões internas;
• Levantamento de dados dos servidores em processo de readaptação de função com elaboração de relatório;
• Elaboração de Termo de Consentimento (Readaptação de Função);
• Abertura de processos de aquisição de materiais necessários para a implementação das atividades.
c) Reuniões com departamentos e parceiros:
• Planejamento anual das Ações/projetos;
• Replanejamento para o segundo semestre das Ações/projetos;
• Reuniões internas presencial e online;
• Reuniões com Departamentos e Parceiros;
• Levantamento de dados dos servidores em processo de readaptação de função com elaboração de relatório;
• Levantamento e acompanhamento de servidores que tiveram Covid-19;
• Elaboração de Termo de Consentimento (Readaptação de Função).
d) Participação de campanhas:
• Valorização a vida;
• Prevenção ao câncer de mama;
• Prevenção ao câncer de próstata;
• Exames da Covid-19.

AÇÃO: 2027 - TRANSPORTE ESCOLAR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
Todos os estudantes que necessitavam de transporte escolar para chegarem até às unidades escolares estaduais nos 246 municípios goianos foram atendidos pelo transporte escolar. O objetivo foi garantir a permanência do aluno em sala de aula e proporcionar aos pais tranquilidade e oportunidade de verem seus filhos prosperarem, sem que fosse necessário abandonarem suas atividades no campo.
O transporte escolar é regido pelas seguintes Leis: Lei Federal nº 10.709, de 30 de julho de 2003; Lei Estadual nº 14.556, de 07 de outubro de 2003; Decreto de Regulamentação nº 5.902, de 12 de fevereiro de 2004; e Resolução GAB/SEE nº 001 de 09 de maio de 2014.
Seguindo o que preceitua a Lei Federal supracitada que estabelece que “cabe aos Estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses do aluno”. Nesse sentido, o transporte escolar em Goiás foi executado de duas formas:
1) A maior parte é executada indiretamente pelas prefeituras, por meio de parceria entre o estado e os municípios, mediante assinatura de um Termo de Adesão e Responsabilidade. Esse documento é assinado anualmente pelo gestor do município. Nele, contém o valor por aluno/mês a ser repassado ao município, bem como os parâmetros para a realização do transporte. O recurso é repassado pela Secretaria de Estado da Educação aos municípios que assinaram o Termo de Adesão e Responsabilidade em 10 (dez) parcelas anuais.

Os valores foram definidos através de Resolução. Para a definição dos valores mensais, foram considerados os seguintes fatores: dimensão territorial, segundo dados oficiais do IBGE; características das vias rurais de circulação; IDH; arrecadação do município (ICMS e FPM) e o número de alunos transportados diariamente. A partir desses fatores foi feita a classificação dos municípios em 3 (três) diferentes níveis, obedecendo a Lei 14.556/03. São os grupos A, B (B e C) e C (D e E), com valores das parcelas específicos a cada grupo.
2) A outra parte, que é formada pela minoria dos municípios, o transporte escolar estadual é executado diretamente por esta Secretaria, por meio de contratação de empresas terceirizadas e especializadas na prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes, prioritariamente na zona rural, assentamentos e/ou acampamentos, com disponibilização de veículos e motoristas, destinados à Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais naqueles municípios onde os prefeitos não aderiram à parceria e em alguns municípios onde existem assentamentos e/ou acampamentos.
Visando cumprir o disposto na referida Lei e aprimorar o atendimento do aluno com os serviços de transporte escolar modelou-se um projeto de reestudo do transporte escolar que tem como finalidade o aperfeiçoamento do transporte escolar realizado no estado de Goiás, especialmente na qualidade dos serviços, na modernização da gestão e na otimização dos recursos públicos investidos.
Nesse contexto, o transporte escolar no exercício de 2020 teve algumas mudanças por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Desde o mês de março as aulas presenciais deram lugar às aulas à distância. Sendo assim, o transporte de alunos foi substituído pelo transporte de profissionais da educação e de material de apoio aos alunos da rede estadual de ensino que não possuíam acesso à internet, para acompanhamento das aulas remotas.

OBSERVAÇÕES
O Programa de Transporte Escolar possibilita o acesso e a permanência do aluno na sala de aula, contribuindo para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
O Programa é composto pelas seguintes etapas:
• Sensibilização dos prefeitos e com esta finalidade foram feitas visitas a diversos municípios, inclusive aos municípios não partícipes da parceria estado/município para sensibilizá-los quanto ao Programa.
• Diagnóstico detalhado do transporte escolar no Estado de Goiás, consolidando as informações sobre a frota, os serviços prestados e os custos totais, de todos os municípios do Estado: esta etapa está em execução. Foram solicitadas aos municípios informações sobre a execução do transporte escolar, custos, veículos próprios ou terceirizados, Km rodado, turno e outros.
• Reestudo das rotas, buscando a redução dos custos operacionais: as equipes de fiscalização/medição de rotas se deslocaram aos municípios para redimensionar e reestruturar as rotas.
• Incremento na fiscalização da qualidade dos serviços: houve o aumento do número de fiscais e maior envolvimento das Coordenações Regionais de Educação no acompanhamento da execução do transporte escolar.
• Reordenamento das matrículas, considerando a unidade escolar mais próxima da residência do aluno e a disponibilidade do transporte escolar: esse ano, na maioria das situações, levou-se em conta a disponibilidade do transporte escolar para a efetivação das matrículas.
• Reavaliação da forma de remuneração e dos valores investidos pelo estado, incluindo os serviços terceirizados e as parcerias com os municípios: está sendo implantado em parceria com a UFMG o Programa Transcolar Rural, que irá otimizar a execução do transporte escolar em todo o Estado, otimizando, assim, os recursos investidos. O processo para estabelecer a parceria com a UFMG está quase finalizado.
• Atualização da legislação estadual sobre o transporte escolar, que data de 2003 e nesse sentido foi redigida uma Minuta de Lei para ser apresentada à Assembleia Legislativa.

AÇÃO: 3011 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
A Avaliação Diagnóstica Amostral – ADA foi substituída pela Avaliação Prodígio para ser realizada de forma presencial e mensal em 2020. Contudo, devido à pandemia do Covid-19 e o estabelecimento do regime especial de aulas não presenciais esta ação foi interrompida no mês de março, dando lugar à elaboração de atividades pedagógicas de todos os componentes curriculares para todos os anos do ensino fundamental.
Com relação ao Sistema de Avaliação da Educação de Goiás – SAEGO foi necessário a alteração no cronograma de 2020 sobre a aplicação do SAEGO devido a deliberação do Centro de Operações de Emergências – COE de Goiás e a Nota Técnica n.º 13/2020 da Secretaria de Estado da Saúde recomendando a manutenção da suspensão das aulas presenciais no Estado, haja vista a situação de pandemia ocasionada pelo Covid-19.
O SAEGO tem seguido o propósito de fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade, constituindo uma política de Estado cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem da educação pública.

OBSERVAÇÕES
O Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás – SAEGO tem seguido o propósito de fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade, constituindo uma política do Estado cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem da Educação Pública. O trabalho é baseado em estabelecimento de metas e resultados, que fazem parte das ações de modernização da gestão pública da Educação do Estado. Teve como objetivo melhorar os indicadores educacionais e sociais, sobretudo o Índice de Desenvolvimento Educacional de Goiás – IDEGO, permitindo o diagnóstico no âmbito pedagógico de outras variáveis inerentes à gestão do processo ensino e aprendizagem, por meio de indicadores tais como: gestão escolar, desempenho e perfil de professores, formação pedagógica dos profissionais, planejamento curricular e estrutura física e organizacional da escola.
A saber, o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Educação – Seduc, firmou o Contrato n° 213/2017, com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, tendo como objeto a contratação de instituição especializada em avaliação educacional em larga escala para prestação de serviços de operacionalização dos procedimentos relativos ao SAEGO, edições 2017, 2018 e 2019, conforme Processo n° 201600006019529 e Ato de Dispensa de Licitação n° 009/2016.
O SAEGO compreende ações para o desenvolvimento da avaliação externa no que diz respeito à revisão das Matrizes de Referência das séries e disciplinas avaliadas; elaboração, seleção e validação de itens para os testes; elaboração, editoração e diagramação dos instrumentos; constituição e treinamento das equipes de campo; aplicação dos instrumentos; distribuição e recolhimento; processamento de dados; análise estatística pela TRI e TCT; elaboração, impressão e distribuição do material de divulgação dos resultados e oficinas de apropriação dos resultados e formação continuada em apropriação e utilização dos resultados para as equipes técnicas, gestores e pedagógicas da rede.

A Edição do SAEGO/2019, objeto desse relatório, avaliou os estudantes matriculados no 2°, 5° e 9° anos do Ensino Fundamental e no 3° ano do Ensino Médio da rede estadual de Goiás e da rede privada conveniada. Os alunos do 2° ano do Ensino Fundamental foram avaliados na disciplina de Língua Portuguesa (Leitura) e os demais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Assim, o presente Relatório abordará mais algumas atividades que integram o componente produção de dados, mais especificamente as ações de recolhimento, triagem, digitalização, segurança, sigilo e validação das correções das respostas dos instrumentos de avaliação. Esse componente descreve os procedimentos, as estratégias, métodos e técnicas para o processamento e digitalização dos instrumentos da avaliação, a constituição da base bruta de processamento do SAEGO/2019.

Os procedimentos realizados pelo CAEd/UFJF no recolhimento dos materiais e instrumentos da avaliação do SAEGO/2019 nas sedes das 40 CREs foram semelhantes aos executados na fase de distribuição. Cabe ressaltar que, como nas fases anteriores, foram adotados rigorosos procedimentos de segurança e monitoramento do material, de forma a garantir a qualidade e fidedignidade das avaliações. Todo o material referente ao projeto do SAEGO/2019 foi recolhido nas sedes das 40 CREs e encaminhado para Juiz de Fora/MG na Rodovia BR 040, km, nº 783, para armazenamento, conferência e processamento de instrumentos, digitalização e verificação de dados, sendo adotados rigorosos procedimentos de segurança e monitoramento do material, de forma a garantir a qualidade e fidedignidade das avaliações.

Antes de iniciar o processamento, os materiais foram recepcionados, identificados e enviados para manuseio. Todas as tarefas desta etapa foram realizadas dentro de um leiaute exclusivo com o objetivo de garantir elevada capacidade operacional e elevados níveis de segurança. A manipulação do material é realizada por uma equipe especializada, conforme descrito anteriormente, com experiência em manipulação e processamento de grandes volumes de material. Após a finalização da etapa de triagem e conferência, os lotes com instrumentos foram enviados para digitalização e processamento dos instrumentos de aplicação. Cabe ressaltar que as atividades realizadas nesta etapa foram articuladas de forma a garantir o registro de todos os paletes, pacotes de prova e lotes de instrumentos no SIA para geração de relatórios de controle de recebimento que permitiram um acompanhamento detalhado desta operação. Sendo assim, foram disponibilizados recursos humanos e técnicos necessários para manutenção ininterrupta das atividades realizadas e todos os profissionais envolvidos nas atividades firmaram termo de compromisso e de confidencialidade.

Após a digitalização, todos os lotes criados e registrados no SAI foram armazenados em caixas e posteriormente em paletes no A3 que conta com oitocentas posições de armazenagem. Este espaço é organizado por ruas, prédios e níveis que são cadastradas no SIA com o objetivo de garantir a rápida recuperação do material processado quando necessário. Para processamento dos instrumentos utilizados na aplicação, foi utilizado uma licença do software TELEFORM na versão 10.7 utilizado para captura de informação que converte papel em informação online para banco de dados, com capacidade de processamento diário de 600.000 instrumentos/dia. Para garantir a integridade dos dados, existe uma política de segurança de dados, com realização de cópias de segurança diárias, em mídias removíveis, realizadas em unidades de fita LTO com capacidade de armazenamento entre 400 a 800 Gb. São realizadas sempre duas cópias que ficam armazenadas em dois cofres mídia antifogo distintos. A área destinada ao processamento de documentos é monitorada por circuito interno de TV e conta com monitoramento de vigilantes vinte quatro horas por dia, sete dias por semana. Além disso, a área de processamento possui um circuito de segurança que conta com sensores capazes de detectar presença de fumaça, alertando sobre riscos de incêndio. A atividade de processamento do material de aplicação do SAEGO/2019 foi realizada em ambiente monitorado no Centro de Processamento de Documentos em Juiz de Fora, com rigoroso controle de acesso das equipes de trabalho aos locais de manuseio, processamento, digitalização e armazenagem, com o objetivo de garantir o sigilo e a segurança do material de aplicação e administrativo. Como descrito anteriormente, todos os colaboradores envolvidos na atividade de processamento do material de aplicação do SAEGO/2019 firmaram Termo de Compromisso e Confidencialidade e passaram por processo de qualificação para receber instruções sobre as rotinas de segurança aplicadas no CPD. O acesso à área interna foi feito apenas pela Recepção do CPD, onde está implantada a primeira barreira para checagem de autorização de acesso, o qual foi permitido através de oito catracas com leitores biométricos. Neste momento, todos os colaboradores das equipes de trabalho tiveram que portar crachá de identificação. A execução desta primeira rotina de checagem foi sempre acompanhada por seguranças e toda a movimentação de acesso também monitorada por meio de câmeras de segurança. Antes de executarem a segunda rotina de validação de acesso, todos os colaboradores tiveram que guardar seus pertences nos guarda-volumes disponibilizados. Em seguida, foi realizada a segunda etapa de checagem por meio da utilização de uma porta giratória com detector de metais. A validação de acesso é necessária e tem como objetivo identificar pessoas portando objetos como celulares e equipamentos eletrônicos, evitando, assim, que permaneçam com eles durante a execução de suas tarefas, em seus respectivos turnos de trabalho. Esta etapa de checagem é monitorada por seguranças que fazem uso adicional de detectores de metal manuais, como uma barreira complementar de segurança.

Devido à pandemia da Covid-19, essa ação pedagógica foi interrompida em meados de março e foi substituída pelas atividades pedagógicas complementares, que são enviadas quinzenalmente para as regionais realizarem o repasse às unidades escolares e subidas para o portal NET ESCOLA da Seduc.

Tarefa	Início	Término
Modelagem de testes		
Elaborar e validar a Matriz de Referência com parceiro	Sex 11/12/20	Sex 18/12/20
Construção de instrumentos de avaliação e monitoramento		
Validar cadernos editorados	Seg 25/01/21	Qua 27/01/21
Base Planejada		
Receber dados institucionais	Qua 20/01/21	Qua 20/01/21
Criticar base de dados administrativos	Qua 20/01/21	Sex 22/01/21
Produzir base planejada	Ter 26/01/21	Qua 27/01/21
Produzir dados variáveis	Qua 27/01/21	Qui 28/01/21
Gerar relatório quantitativo de instrumentos	Qui 28/01/21	Qui 28/01/21
Elaboração de materiais de capacitação		
Produzir materiais de capacitação e sensibilização	Qua 06/01/21	Qua 27/01/21
Solicitar e validar vídeo instrucional	Ter 26/01/21	Ter 16/02/21
Impressão e distribuição de instrumentos e volumes		
Enviar arquivos para impressão	Seg 01/02/21	Seg 01/02/21
Imprimir e manusear os instrumentos e materiais	Seg 08/02/21	Qui 25/02/21
Distribuir instrumentos e materiais	Sex 26/02/21	Qua 03/03/21
Distribuir instrumentos e materiais (Manuais)	Sex 12/02/21	Qua 17/02/21
Seleção e capacitação de agentes de campo		
Monitorar o recrutamento e alocação dos agentes de campo	Ter 05/01/21	Sex 19/03/21
Solicitar e monitorar o pagamento dos agentes - Ajudas de custo	Ter 19/01/21	Qua 20/01/21
Capacitar os agentes de aplicação (online)	Ter 23/02/21	Ter 23/02/21
Aplicação		
Aplicar instrumentos	Ter 09/03/21	Qui 11/03/21
Recolhimento, recepção e processamento de instrumentos		
Recolher instrumentos e materiais	Seg 15/03/21	Sex 19/03/21
Digitalizar instrumentos e decodificar dados	Qui 25/03/21	Qui 01/04/21
Tratamento dos dados e correção dos instrumentos		
Realizar certificação do dado para geração de microdados	Seg 05/04/21	Seg 05/04/21
Configuração e consistência de dados de aplicação		
Realizar a alteração dos dados após a aplicação	Qui 18/03/21	Seg 22/03/21
Realizar a recodificação dos dados (publicação)	Sex 26/03/21	Qui 01/04/21
Validação dos resultados		
Criticar os dados disponibilizados	Qua 07/04/21	Sex 09/04/21
Produzir e enviar microdados	Qui 22/04/21	Sex 23/04/21



AÇÃO: 3048 - PROJETOS E ATIVIDADES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
A Seduc foi contemplada no ano de 2020 com “135 Emendas Parlamentares" destinadas para Rede Estadual de Ensino para custeio e investimentos, conforme consta na Lei Orçamentária Anual – LOA, publicada no suplemento no Diário Oficial do Estado nº 23.226, em 28 de janeiro de 2020 (000014715925). Nesse documento constam 35 Emendas do grupo de despesas de custeio (000014715434) totalizando o valor de R$ 2.370.000,00 (dois milhões e trezentos e setenta mil reais) e 100 Emendas contemplando despesas do grupo de investimentos (000014715581) no valor total de R$ 10.367.000,00 (dez milhões e trezentos e sessenta e sete mil reais).

AÇÃO: 3050 - DESPESAS COM MERENDA ESCOLAR, DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

U.O.: 2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÕES
O orçamento destinado a essa Ação foi transferido para a Ação 3048, razão pela qual não houve a fixação de meta física para o produto dela.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

ADRIANO BALDY DE SANT ANNA BRAGA

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Execução da política de desenvolvimento da cultura; conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico; criação e manutenção de bibliotecas, centros culturais, museus, teatros, arquivos históricos; promoção de cursos, seminários, conferências; preservação dos valores culturais; promoção, incentivo e o apoio às artes cênicas, visuais, audiovisuais, à música, à literatura; estabelecimento de parcerias para a produção cultural; promoção e o apoio de eventos ou festas tradicionais.

2.2 Legislação
Lei 20.417 de 06 de fevereiro de 2019 – Lei de criação da Secretaria de Cultura.
Lei 20.491 de 25 de junho de 2019 – Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo
Decreto Estadual 9.528 de 07 de outubro de 2019 – Regulamento da Secretaria de Cultura.
Lei 15.633 de 15 de março de 2006 - Dispõe sobre a criação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 foi extremamente desafiador para todo o serviço público no Estado de Goiás, exigindo adaptações e muita criatividade, também por conta da pandemia causada pelo Novo Coronavírus - COVID-19.
Sobretudo para área da cultura, a qual historicamente possui grandes realizações por meio de eventos e espetáculos que costumam reunir grande público, na ordem de milhares de pessoas. Foram fechados espaços, museus, teatros, casas de espetáculos etc, entretanto, a Secretaria de Estado de Cultura de Goiás fez a cultura goiana alcançar públicos antes desconhecidos por meio de ações culturais desenvolvidas e disponibilizadas pela Internet.
Diante do cenário de isolamento social nossas unidades administrativas e culturais foram bastante promissoras em disponibilizar ao público, desta vez não somente o público goiano, mas também a qualquer pessoa do planeta com acesso à rede mundial, conteúdos de qualidade e entretenimento cultural com inúmeras atividades.
Tivemos, então, a realização da 21ª Edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - FICA 2020, em ambiente 100% on-line, por meio das seguintes plataformas: www.fica.go.gov.br, canal do Youtube da Secretaria de Estado de Cultura e plataforma ZOOM, com oficinas, mesas de debates, palestras, exibição e premiação de 37 (trinta e sete) filmes nacionais e internacionais.
Durante todo o ano de 2020, conseguimos realizar pagamentos de “restos a pagar” dos editais do Fundo de Arte e Cultura - FAC de 2018, na ordem de R$ 3.976.184,40 (três milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)."
A Lei 20.820 de 04 de agosto de 2020 alterou a Lei 20.491 de 25 de junho de 2019, e estabeleceu a organização administrativa do Poder Executivo, retirou, portanto, o Centro Cultural Oscar Niemeyer - CCON da competência da SECULT e o inseriu na estrutura da Autarquia Goiás Turismo.
Houve a finalização da obra de Restauração da histórica e bela Igreja Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Jaraguá, iniciada em outubro de 2018 e concluída em 26 de novembro de 2020.
Na área de Artes Visuais a Secretaria de Cultura do Estado vem mantendo ativas diversas ações culturais, a exemplo de aulas por meio da Escola de Artes Visuais (EAV), que funciona no Centro Cultural Octo Marques, e atualmente realiza o projeto “Residência Artística - Ateliê Livre”. A atividade teve início em fevereiro deste ano, com a seleção de 14 artistas residentes feita por meio de regulamento. Em decorrência da pandemia, os alunos são atendidos de forma remota, com todo suporte necessário para o bom desempenho dos trabalhos.
A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás autorizou e o Chefe do Poder Executivo efetuou a transferência, por meio do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás – FAC, do montante no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a título subvenção social ao Museu Casa de Cora Coralina de acordo com a lei 20.853 de 04 de setembro de 2020.
O fomento à cultura e a valorização da nossa classe artística se tornou mais evidente em 2020 por meio das ações determinantes adotadas sobre os recursos recebidos do Ministério do Turismo – Secretaria Especial da Cultura, decorrentes da Lei Aldir Blanc, a qual disponibilizou recursos na ordem de R$ 39.285.000,00 (trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais) para pagamento de renda emergencial mensal aos profissionais da Cultura, R$ 9.879.493,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais) para pagamentos de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos e R$ 10.645.910,74 (dez milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dez reais e setenta e quatro centavos) de reversão dos Municípios em favor do Estado de Goiás.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Não foram utilizados outros instrumentos de planejamento além do PPA/LOA.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Não há indicadores de desempenho para o exercício de 2020.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 2163 - FOMENTO E INCENTIVO À ECONOMIA CRIATIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

REALIZAÇÕES
.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1026 - MAIS CULTURA E ARTE
AÇÃO: 2097 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA CULTURAL NO ESTADO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

REALIZAÇÕES
- JANEIRO: 03 Pesquisas ao arquivo da Faculdade de Arquitetura – PUC Goiás referente à arquitetura modernista e ao prédio da Antiga Sede da CELG, sobre as relações entre Frei Confaloni e artistas latino-americanos (sociais e estéticas) para subsidiar o dossiê técnico da Antiga Sede da CELG.
- FEVEREIRO: 03 Pesquisas biográficas sobre o engenheiro e primeiro presidente da CELG, Oton Nascimento, sobre modernismo em Goiás e sobre o governo de Juca Ludovico; sobre arquitetura modernista e construção de Goiânia, e a gestão do espaço urbano em Goiânia; 01 Assessoria junto a processo de tombamento da Antiga sede da CELG e painel de Frei Confaloni - inclusão de Impugnação dos proprietários dos bens, e 01 Assessoria na emissão de Declaração de Não Tombamento referente a imóvel localizado em Fazenda Retiro, Goiânia/GO.
MARÇO: 01 Assessoria na resposta ao Ministério Público de Goiás (81ª Promotoria de Justiça de Goiânia) com informações sobre o processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni; 01 Assessoria no processo de tombamento da Antiga sede da CELG e painel de Frei Confaloni com elaboração de parecer sobre impugnações referentes a abertura do processo de tombamento; 01 Assessoria na emissão de 01 Declaração de Imóvel Não Tombado referente ao imóvel Fazenda Santo Antônio, no Município de Hidrolândia; 01 Assessoria na elaboração de plano de trabalho e prioridades sobre o Patrimônio Material e Imaterial para 2020; 02 Assessoria com a participação em curso de formação mediadores em patrimônio cultural; 01 Assessoria com a participação em curso sobre convênios com utilização do SICONV; 01 Assessoria com participação em Conferências Governo de Goiás, programa Maratona do Conhecimento da Secretária Geral; 01 Pesquisa sobre empresas e profissionais que realizam restauro de afrescos e pinturas murais para elaborar laudo do Afresco de Frei Confaloni, localizado no edifício da antiga Sede da Celg para verificação da possibilidade de recuperação do mesmo após o ato de vandalismo; 01 Pesquisa realizada no acervo documental do arquivo da Prefeitura de Goiânia para levantamento da cronologia de evolução da ocupação/implantação do imóvel do prédio da antiga sede da CELG dentro do lote.
- ABRIL: - 01 Assessoria na Resposta ao Ministério Público de Goiás (81ª Promotoria de Justiça de Goiânia) com informações sobre estado de conservação do painel de Frei Confaloni; 01 Assessoria para elaboração de Minuta de Termo de Referência para Contratação de empresa especializada em restauração de obras de artes para elaboração de laudo técnico, proposta de trabalho e orçamento para recuperação/restauração do painel de Frei Confaloni; 01 Assessoria na Elaboração da estrutura inicial do Dossiê Técnico referente ao edifício da Antiga Sede da CELG; 03 Assessoria com a participação em curso de formação mediadores em patrimônio cultural; 01 Assessoria com a participação em curso sobre convênios com utilização do SICONV; 01 Assessoria com a participação em Conferências do Governo de Goiás, programa Maratona do Conhecimento da Secretária Geral; 01 Pesquisa sobre arquitetura moderna, Goiânia e temas afins para subsidiar a elaboração do dossiê técnico do edifício da antiga Sede da Celg; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre as Cavalhadas e análise de processos de registros semelhantes; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a Feira Hippie e análise de processos de registros semelhantes.
(Continua nas observações)

OBSERVAÇÕES
- MAIO: 01 Assessoria com resposta ao Ministério Público de Goiás (81ª Promotoria de Justiça de Goiânia) com informações sobre a responsabilidade pela recuperação do painel vilipendiado de autoria do artista Frei Nazareno Confaloni; 01 Assessoria com resposta ao MP em Niquelândia sobre o estado de conservação e a proposta de plano de trabalho para a preservação das Ruínas de Traíras, naquele município; 01 Assessoria com Atendimento a pesquisadores (acadêmicos) sobre documentação referente ao Lago das Rosas, Bosque dos Buritis e Bosque Botafogo; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e painel de Frei Confaloni com solicitação aos proprietários de informações sobre as ações de restauração do painel de autoria do artista Frei Nazareno Confaloni, após ato de vandalismo; 01 Assessoria com documento técnico sobre a solicitação de construção pelo Governo do Estado de Goiás de um marco oficial histórico no local onde se deu o maior conflito armado da Coluna Prestes, na Fazenda Zeca Lopes, na cidade de Perolândia/GO; 03 Assessoria com a participação em curso de formação mediadores em patrimônio cultural 01 Assessoria com a participação em curso sobre convênios com utilização do SICONV; 01 Assessoria com a participação em Conferências do Governo de Goiás, programa Maratona do Conhecimento da Secretária Geral; 01 Assessoria para a realização de documento que solicita apoio e parceria do Comando da Polícia Militar para providenciar reforço de ronda e policiamento na Praça Cívica e especialmente nas imediações do Coreto e da Torre do Relógio; 01 Pesquisa sobre arquitetura moderna, Goiânia e temas afins para subsidiar a elaboração do dossiê técnico do edifício da antiga Sede da Celg; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre as Cavalhadas e análise de processos de registros semelhantes; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a Feira Hippie e análise de processos de registros semelhantes.
- JUNHO: 01 Assessoria com emissão de 01 Declarações de Não Tombamento referente ao imóvel Lagoa Quente HJR; 03 Assessoria com a participação em curso de formação mediadores em patrimônio cultural; 01 Assessoria com a
participação em curso sobre convênios com utilização do SICONV 01 Assessoria com a participação em Conferências do Governo de Goiás, programa Maratona do Conhecimento da Secretária Geral; 01 pesquisa sobre as Ruínas de Traíras e procedimentos de gestão

para ações de conservação; 01 Pesquisa sobre arquitetura moderna, Goiânia e temas afins para subsidiar a elaboração do dossiê técnico do edifício da antiga Sede da Celg; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre as Cavalhadas e análise de processos de registros semelhantes; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a Feira Hippie e análise de processos de registros semelhantes.
- JULHO: 01 Assessoria com proposta de produção de postagens referentes às ações de gestão do patrimônio cultural pela SECULT; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e painel de Frei Confaloni com documento de orientação aos proprietários sobre procedimentos para a conservação dos bens tombados provisoriamente pelo Estado; 01 Assessoria na elaboração de Plano de Trabalho para a conservação das Ruínas de Traíras, bem tombado pelo Estado de Goiás no município de Niquelândia; 01 Assessoria técnica na elaboração de resposta referente ao interesse na gestão do imóvel identificado como “Casa JK” localizado na cidade de Anápolis; 01 pesquisa sobre as Ruínas de Traíras e procedimentos de gestão para ações de conservação; 01 Pesquisa sobre arquitetura moderna, Goiânia e temas afins para subsidiar a elaboração do dossiê técnico do edifício da antiga Sede da Celg; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre as Cavalhadas e análise de processos de registros semelhantes; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a Feira Hippie e análise de processos de registros semelhantes; 01 Publicação cultural realizada: pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e realização de vídeo para postagem sobre a gestão do patrimônio cultural no Estado de Goiás.
AGOSTO: 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com juntada de cópia atualizada da Certidão de Matrícula do Imóvel; 01 Assessoria na elaboração de Plano de Trabalho para a conservação das Ruínas de Traíras, bem tombado pelo Estado de Goiás no município de Niquelândia; 01 pesquisa sobre as Ruínas de Traíras e procedimentos de gestão para ações de conservação; 01 Pesquisa sobre arquitetura moderna, Goiânia e temas afins para subsidiar a elaboração do dossiê técnico do edifício da antiga Sede da Celg; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre as Cavalhadas e análise de processos de registros semelhantes; 01 pesquisa de levantamento bibliográfico sobre a Feira Hippie e análise de processos de registros semelhantes; Publicação cultural realizada: pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e finalização de vídeo para postagem sobre patrimônio material no Estado de Goiás.
- SETEMBRO: 01 Assessoria para a ampliação do Grupo Coletivo das Cavalhadas do Estado de Goiás (bem em processo de Registro); 01 Assessoria com Atendimento aos Detentores da Cavalhadas; 01 Assessoria com resposta ao Ministério Público de Goiás (81ª Promotoria de Justiça de Goiânia) com atualização das informações sobre o processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com encaminhamento aos proprietários dos bens da Decisão do Conselho Estadual de Cultura sobre as impugnações apresentadas; 01 Assessoria referente a solicitação de inclusão da Exposição Nacional de Orquídeas realizada no Município de Piracanjuba/GO, no calendário Cívico, Cultural e Artístico do Estado de Goiás; 02 Assessoria com emissão de 02 Declarações de Não Tombamento referentes aos seguintes imóveis: Salão de Múltiplo Uso 1 do Goiânia Shopping, Av T15, St. Bueno, Goiânia/GO, Galpões 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, localizados à BR 153, Fazenda Retiro. Goiânia/GO; 01 Assessoria técnica através de pesquisas e contatos com instituições culturais de outros Estados sobre a chancela Cidade Criativa da UNESCO; 01 Assessoria na produção de parecer sobre as Ruínas de Traíras; 01 Assessoria referente a informações sobre o Castelinho no Lago das Rosas; 01 Assessoria referente a produção de texto e gravação de vídeo para projeto do MIS sobre aniversário de Goiânia; 01 Assessoria com participação em reunião sobre Edital FAPEG; 01 Assessoria sobre Autógrafo de Lei sobre a declaração da gastronomia e cultura dos “Pit Dogs" como patrimônio cultural goiano; 01 Assessoria à SEDUC para avaliação e orientações de contratação de restauração de painel artístico na Sede da Secretaria (antigo IEG) em Goiânia, aguardando emissão de relatório técnico; Pesquisa referente ao histórico da Igreja Matriz e a cidade de Aparecida de Goiânia; 01 Pesquisa referente a análise tipológica da Igreja Matriz e contextualização urbanística da cidade de Aparecida de Goiânia; 01 pesquisa para o aprimoramento da Instrução do Patrimônio Imaterial; 01 Publicação referente a pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e finalização de vídeo para postagem sobre patrimônio imaterial no Estado de Goiás.
OUTUBRO: 01 Assessoria com Atendimento a pesquisadores (acadêmicos) sobre documentação referente ao patrimônio cultural em art déco tombado pelo Estado de Goiás; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com juntada de nova Impugnação dirigida ao Conselho Estadual de Cultura; 01 Assessoria na participação de reunião e fomento de dados junto ao Programa Goiás de Resultados; 02 Assessorias com emissão de 02 Declarações de Não Tombamento referentes aos seguintes imóveis: Lote de terras n. 04/07, Rua 70, Jardim Goiás. Goiânia/GO, Lote 04/03, Av. T-8, St. Bueno, Goiânia/GO; 01 Assessoria para a realização da 1ª Reunião Virtual com os Detentores das Cavalhadas do Estado de Goiás; 01 Assessoria com realização de pesquisas e contatos com instituições de outros Estados sobre a chancela Cidade Criativa da UNESCO; 01 Assessoria com pesquisas e elaboração de peças gráficas e de documento técnico com critérios para preservação de bem tombado 1ª Usina Hidrelétrica do Distrito Federal; 01 Assessoria sobre autógrafo de lei sobre a inclusão do “Dia Estadual da Família na Escola” no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás; 01 Assessoria sobre autógrafo de lei sobre a inclusão do “Dia do Garçom” no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás; 01 Assessoria para inclusão de Projeto no Edital FAPEG; 01 Assessoria com realização de Reunião com o prof.º Yussef Daibert Salomão (UFG) para a construção de projeto para o edital da FAPEG; 01 Assessoria ao processo de registro das cavalhadas no Estado de Goiás; 01 Assessoria à obra do BRT, com inspeções nos edifícios tombados da Praça Cívica e Estação Ferroviária de Goiânia, inclusive emissão de relatório técnico; 01 Pesquisa referente a viabilidade do pedido de tombamento das Ruínas de Ouro Fino; 01 Pesquisa sobre o histórico da Igreja Matriz e a cidade de Aparecida de Goiânia; 01 Publicação cultural realizada: pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e finalização de vídeo para postagem sobre a Praça Cívica, bem tombado pelo Estado de Goiás.
NOVEMBRO: 01 Assessoria com resposta ao Ministério Público de Goiás (81ª Promotoria de Justiça de Goiânia) com informações sobre processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com solicitação aos proprietários de indicação de representante para acompanhar os técnicos da Secult para vistoriar e atualizar as informações sobre o estado de conservação do edifício e do painel; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com juntada de gravação em vídeo contendo entrevista do arquiteto e urbanista Elder Rocha Lima e Parecer elaborado pela historiadora Salma Saddi Waress de Paiva; 01 Assessoria ao processo de tombamento da Antiga sede da CELG e do painel de Frei Confaloni com juntada de solicitação da diocese de Goiás para a transferência do Painel do artista Frei Nazareno Confaloni para o Convento e Santuário da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade de Goiás-GO; 01 Assessoria em Reuniões Virtuais com os detentores das Cavalhadas por agrupamento de cidades; 01 Assessoria com Atendimento a pesquisadores (acadêmicos) sobre Legislação do Patrimônio Imaterial; 01 Assessoria para inclusão de Projeto Edital FAPEG; 02 Assessoria na emissão de 02 Declarações de Não Tombamento referentes aos seguintes imóveis: localizado no Jardim Goiás, Goiânia/GO; lotes da Qd. 524 no Jardim América, Goiânia/GO; 01 Assessoria com Visita técnica as Ruínas de Ouro Fino e encontro com o proprietário da área; 01 Assessoria com pesquisas e elaboração de peças gráficas e de documento técnico com critérios para a preservação do bem tombado 1ª Usina Hidrelétrica do Distrito Federal; 01 Assessoria - Divulgação e atendimento para a participação nos editais da Lei Aldir Blanc; 01 Assessoria na redação para a atualização e a adequação da minuta da Instrução do Patrimônio Imaterial; 01 Assessoria com informações sobre o tombamento da Praça da Fonte Luminosa, atual Praça Balduíno da Silva Caldas, tombada pelo Município de Itaberaí; 01 Assessoria com emissão de documento técnico, referente a solicitação de instalação de

decoração de natal pela OVG na Praça Cívica e edifícios tombados, na cidade de Goiânia; 01 Pesquisa cultural referente à viabilidade do pedido de tombamento das Ruínas de Ouro Fino; 01 Pesquisa cultural referente ao pedido para a abertura de processo de tombamento das Ruinas de Ouro Fino; 01 Pesquisa cultural sobre o histórico do Museu Memorial e a cidade de Trindade; 01 Pesquisa cultural sobre a tipologia do Museu Memorial e sua contextualização urbanística na cidade de Trindade; 01 pesquisa sobre o histórico da Usina de Saia Velha e a construção de Brasília; 01 Publicação cultural: pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e finalização de vídeo para postagem sobre as Cavalhadas em processo de registro pelo Estado de Goiás.
- DEZEMBRO: 04 Assessorias na emissão de 04 Declarações de Não Tombamento referentes ao imóveis: Lotes 01 a 05 na Rua T-30, Goiânia/GO, AREA na Fazenda Sta Rita, Goiânia/GO, AREA no Bairro Granja Agr Jacirema, Goiânia/GO, Lotes 10, 11 e 13 da Qd P88, St Funcionários, Goiânia/GO; 01 Assessoria para inclusão de Projeto Edital FAPEG 01 Assessoria Divulgação e atendimento para a participação nos editais da Lei Aldir Blanc; 01 Assessoria na participação de reunião e fomento de dados junto ao Programa Goiás de Resultados; 01 Assessoria ao Plano e Cronograma do Projeto: Preservação e Fortalecimento do Patrimônio Material e Imaterial; 01 Assessoria com pesquisas para a elaboração de peças gráficas e de documento técnico com critérios para a preservação do bem tombado 1ª Usina Hidrelétrica do Distrito Federal; 01 Assessoria com elaboração de documento para solicitar a abertura de processo de tombamento das Ruínas de Ouro Fino; 01 Assessoria com Reunião Virtual com os detentores das Cavalhadas sobre a Lei Aldir Blanc; 01 Assessoria com emissão de documento técnico, referente a solicitação de intervenção no Atheneu Dom Bosco, na cidade de Goiânia; 01 Pesquisa para pedido de abertura de processo de tombamento das Ruinas de Ouro Fino; 01 Pesquisa sobre o histórico do Museu Memorial e a cidade de Trindade; 01 Pesquisa sobre o histórico da Usina de Saia Velha e a construção de Brasília; 01 Publicação cultural realizada: pesquisa, produção de textos, escolha de imagens, edição e finalização de vídeo para postagem sobre o Centro Cultural Marieta Telles Machado, bem tombado pelo Estado de Goiás.
CAPACITAÇÃO REALIZADA
Local: Escola de Artes Visuais no Centro Cultural Octo Marques
Data: até 30 de novembro 2020
Quantidade: 01 curso
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO: Curso com Professora Sandra Aloísia Moreira Damascena | Supervisora e Coordenadora Pedagógica | Artista Plástica
Curso de Aquarela “Arteterapia” para jovens e adultos Diante a situação vivenciada mundialmente que afeta de forma efetiva a realidade e a necessidade do confinamento social, as aulas do Curso de Aquarela “Arteterapia” estão sendo ministradas virtualmente por meios remoto (whatsapp, e-mail, vídeo aula, telefone). O Curso de Aquarela “Arteterapia” irá concluir em 30 de novembro de 2020. O atendimento individual e presencial caso seja necessário, será agendado o acompanhamento de mentoria conforme solicitação complementar do curso durante o mês de janeiro e fevereiro/2021. Iniciaremos novas turmas em março/2021 - Turma 02, diante os quais, se ainda persistir a situação do Isolamento Emergencial, continuaremos com a mesma metodologia online até segunda ordem.
Processo Criativo - MeditAR: Método PI
Trabalhando com o elemento AR;
Respiração Consciente - Prática do “AGORA”;
Atividades relacionadas.
Trabalhando elemento ÁGUA.
Trabalhando elemento FOGO.
Trabalhando elemento TERRA.
V Módulo
• Mandalas em Aquarelas: Mais um recurso do despertar criativo e do focar no “agora”.
• Método AC;
• Mandalas – Processo Criativo I;
• Mandalas – Processo Criativo II;
• Mandalas Aquarelas III
CAPACITAÇÃO REALIZADA
Local: Escola de Artes Visuais no Centro Cultural Octo Marques
Data: Agosto, Setembro e Outubro
Quantidade: 01 curso
Curso com Professor Luiz Mauro | Artista Plástico| Professor responsável
A Residência Artística Ateliê Livre, curso da Escola de Artes Visuais, Unidade de ensino ligada à Secretaria estadual de Cultura de Goiás (Secult-GO), é uma atividade de estudo que estabelece acompanha o desenvolvimento de processos de produção e criação artística, oferecendo orientação à produção de artistas em processo de formação de linguagem interessados em desenvolver trabalhos em desenho, pintura, fotografia, vídeo, objeto e site specific. Para tanto, o curso disponibiliza suporte em pesquisas e execuções de trabalhos, em técnicas e suportes específicos, fundamentado na História da Arte brasileira e internacional e também no conhecimento prático e técnico, otimizando o processo de pesquisa de cada aluno. A singularidade da proposta reside em uma orientação profissionalizante de jovens artistas em busca de linguagem própria.
O curso tem como meta a formação de artistas em desenvolvimento de linguagem. Neste sentido, o objetivo é oferecer subsídios teóricos e práticos, que venham proporcionar o desenvolvimento de propostas autorais de produção artística, por meio do qual os alunos possam se profissionalizar gradualmente, identificar e pesquisar os assuntos e temas como conceito na elaboração de seus trabalhos. Os alunos são estimulados a explorar oportunidades relacionadas à criação a partir de suas demandas e características pessoais na produção de seus trabalhos. O ensinamento é voltado para despertar nos alunos a necessidade de atenção nas escolhas a partir do universo cultural e pessoal fundamentado na experiência do dia a dia no ateliê.
Entre os objetivos específicos estão a aquisição de um vocabulário básico sobre a arte contemporânea, que permita ir além da descrição para a caracterização, análise e interpretação do que já foi produzido e do que está se produzindo hoje na área; proporcionar orientação direcionada e específica a cada aluno, buscando desenvolvimento de uma poética; fomentar aspectos de reflexões acerca da arte contemporânea; fornecer subsídios técnicos e teóricos para realização de trabalhos dos alunos; preparar os alunos para que insiram sua produção no cenário da arte contemporânea regional e nacional, participando de editais de salões e residências, nos quais terão a oportunidade de terem seus trabalhos avaliados por comissões especializadas.
Oficinas de Capacitação Online – Como preservar livros
Descrição: vídeocast com a conservadora de acervos museológicos Vitória Bandeira, sobre conservação de livros. Objetivo: divulgar as ações de conservação realizadas no Museu da Imagem e do Som de Goiás e estimular a conservação dos acervos particulares, no período de distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19
Oficinas de Capacitação Online - Como preservar suas coleções fotográficas.
Descrição: vídeocast com a conservadora de acervos museológicos Vitória Bandeira, sobre conservação de coleções fotográficas. Objetivo: divulgar as ações de conservação realizadas no Museu da Imagem e do Som de Goiás e estimular a conservação dos acervos particulares, no período de distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19.

Local: Plataformas On Line: site www.fica.go.gov.br, Youtube Secult/go e Zoom
Quantidade: 04 OFICINAS NO FICA 2020
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO:
04 Oficinas que foram realizadas no Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, sendo elas:
Tema: Devolução de acervos: uma inversão de perspectivas com Vicent Carelli;
Tema: Direção para documentário com Camila de Moraes
Tema: Desenvolvimento e Estruturação de projetos com Marcus Ligocki
Tema: Sustentabilidade no Cinema com Patricia Mazoni
A adesão às oficinas superou as expectativas da Secretaria de Estado de Cultura devido à disponibilidade dar-se de forma on-line para qualquer profissional da cultura, assim, a produtividade e alcance das oficinas foram multiplicadas. Em cada oficina foram capacitados 100 profissionais da área da cultura com emissão de certificado pela plataforma Sympla.
Foram realizadas 9 oficinas de capacitação tecnológica nos municípios de Alexânia, Olhos D'Água, Colinas do Sul, São Jorge, Alto Paraíso, Teresina de Goiás, Cavalcante e Goiânia para agentes culturais que auxiliam artistas e artesãos locais para se inscreverem nos editais culturais da Lei Aldir Blanc. Foram capacitados ao todo 142 profissionais.
Pesquisa Cultural | MIS – Curadoria de Exposições
Descrição: pesquisa para curadoria (pré-produção) das exposições Alois Feichtenberger e Acervo Fonográfico do Museu da Imagem e do Som de Goiás. As exposições com data de abertura prevista para 2021, objetivam a comunicação os acervos do Museu da Imagem e do Som de Goiás e também a sua aproximação com os pesquisadores, professores, estudantes, artistas visuais, fotógrafos, musicistas, produtores culturais e comunidade em geral.



#primaveradememuseus2020 #14primaveradosmuseus

Transformações Digitais no Mundo das Locomotivas

168 visualizações · 3 meses atrás

33 0 Compartil... Download Salvar



#primaveramisgo2020 #14primaveradosmuseus

14ª Primavera dos Museus - Lago das Rosas

34 visualizações · 3 meses atrás

4 1 Compartil... Download Salvar

Secult Goiás
1,48 mil inscritos
INSCRITO

AÇÃO: 2098 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA GOIANA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON

REALIZAÇÕES
LITERATURA ENCENADA 2020
Sucesso de público, a Literatura encenada pela atriz Pollyana Bento, vem trazendo alegria de muitas crianças durante esse período de isolamento social para prevenção contra o corona vírus, disponibilizando todo o conteúdo online. Assim como o SCULT- Kids, esta ação também integra o Projeto Cultura em Casa, criado pela Secretaria de Estado de Cultura, para garantir entretenimento e cultura às crianças goianas, através de plataformas digitais da secretaria. Toda a quarta-feira vai ao ar às quinze horas, histórias interativas, onde as crianças visualizam bichinhos se movimentando por trás da tela e o melhor de tudo isso é que todo final de história tem um ensinamento ético e moral. De fevereiro a dezembro, foram realizadas 46 edições do projeto.
FEVEREIRO
09 – Marcelo, Marmelo, Martelo – Ruth Rocha
15 – A Primavera da Lagarta – Ruth Rocha
22 – Carnaval da Biblioteca Infantil do CCON – Frevolina
23 – Dourado e o Mar – Ilka Valle
MARÇO
05 – Franiquito, Suritico no Mosquito – Jonas Ribeiro
22 – Gordon, O Gato do Celeiro – Lyndsey Amatt
31 – A Arca de Noé – Ruth Rocha
ABRIL
01 - João e Maria – Contos de Grimm (Live)
08 – Os três Porquinhos – Contos de Grimm (Live)
15 – Branca de Neve e os Sete Anões – Contos de Grimm (Live)
18 – O Flautista de Hamelin – (Live)
22 – Cinderela – Contos de Grimm (Live)
28 – Chapeuzinho Vermelho – Contos de Grimm (Live)

MAIO
06 – João e o Pé de Feijão – Contos de Grimm (Live)
13 – O Patinho Feio – Contos de Grimm (Live)
20 – A Bela Adormecida – Contos de Grimm (Live)
27 – O Gato de Botas – Contos de Grimm (Live)
JUNHO
03 - Rapunzel – Contos de Grimm (Live)
10 – A Bela e a Fera – Contos de Grimm (Live)
17 - A Cigarra e a Formiga – Contos de Grimm (Live)
24 – Pinóquio – Contos de Grimm (Live)
JULHO
01 – Ana Júlia – Augusta Faro (Live)
08 – Giovanna e a Casa Mágica – Augusta Faro
15 – Pedroca – Augusta Faro (Live)
22 – O Drama da Macaquinha Bibi – Augusta Faro (Live)
29 – Ana Júlia – Augusta Faro – (Reprise)
AGOSTO
05 - João e Maria – Contos de Grimm (Gravação)
12 – Onde está o Bolinha - Eric Hill (Gravação)
19 – As Férias do Bolinha - Eric Hill (Gravação)
26 - Branca de Neve - Disney (Gravação)
SETEMBRO
02 – O Gato de Botas – Contos de Grimm (Gravação)
09 – o Patinho Feio – Contos de Grimm (Gravação)
16 – A Bela Adormecida - Contos de Grimm (Gravação)
23 – Os Três porquinhos – Contos de Grimm (Gravação)
30 – Cinderela – Contos de Grimm (Gravação
OUTUBRO
05 – Poema de Cora no Palácio – Cora Coralina – (Gravação)
07 – Cachinhos de Ouro
14 – A Dama e o Vagabundo – Disney – (Gravação)
21 – Bolinha na Fazenda – Eric Hill (Gravação)
28 – Curupira – Folclore – (Gravação)
NOVEMBRO
04 – Peter Pan - J.M.Barrie – (Gravação)
11 – Amigo Urso – Nery Weiss – (Gravação)
25 – O Coelho Teimoso – Elza Sallut - (Gravação)
DEZEMBRO
02 – Bom Dia Todas as Cores – Ruth Rocha – (Gravação)
09 – A Lagartixa que virou Jacaré – Izomar Camargo Guilherme
16 – A Bela Borboleta – Ziraldo
A serem publicadas: 02 edições já gravadas

OBSERVAÇÕES
SECULT KIDS 2020
Secult Kids é uma ação voltada para as crianças com o intuito de levar diversão e conhecimento. Esta ação integra o projeto Cultura em Casa, criado pela SECULT Goiás para garantir entretenimento e cultura às crianças goianas, por meio de plataformas digitais, durante a pandemia de Covid-19. Em meio a um cenário colorido, os bonecos de fantoches, representados por Lilica e João, que são servidores da pasta, apresentam, de forma alegre e envolvente, dentro de histórias infantis, algumas reflexões sobre ética e comportamento na formação do indivíduo, visando ao desenvolvimento moral das crianças. De julho a dezembro, foram realizadas 20 edições do projeto.
JULHO
17 – Banho é Bom – Estreia
24 - Corona Vírus - (Gravação)
31 – Bullyng - (Gravação)
AGOSTO
07 – Obidiex (Gravação)
14 – Medo Não – (Gravação)
23 – Compartilhar – (Gravação)
28 – Avô, Avó Biso e Bisa – (Gravação)
SETEMBRO
04 – No Stress – (Gravação)
11 – Boas Maneiras – (Gravação)
18 – Quarentena – (Gravação)
25 – Inclusão – (Gravação)
OUTUBRO
02 – Diário do Dia – (Gravação)
09 – Não Ficar Todo Dia no Celular – (Gravação)
14 – A Dama e o Vagabundo – (Gravação)
TALK SHOW KIDS 2020
OUTUBRO
16 – Entrevista com secretário Adriano Baldy – (Gravação)
23 – Entrevista com psicóloga Lorena Borges – (Gravação)
30 – Entrevista com produtora Claudinha Fernandes – (Gravação)
NOVEMBRO
06 - Entrevista com dentista Marcelo Maróstica – (Gravação)
13 – Entrevista com gari Ana Cézar – (Gravação)
27 – Entrevista com nutricionista Carol Siqueira – (Gravação)
DEZEMBRO
04 – Entrevista com o violinista Lukas Santana (Gravação)
11 – Entrevista com a bióloga Dêzyre Mendes (Gravação)

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS:
- Recepção a Escola São José na Biblioteca Infantil do Centro Cultural Oscar Niemeyer
52 crianças de manhã
48 crianças de tarde
- Contação de Histórias na Base Aérea de Anápolis para egressos em quarentena
- Evento na Biblioteca Infantil do Centro Cultural Oscar Niemeyer
- Entrevista para UEG TV com a servidora Pollyana Bento
- Abertura da temporada do Teatro Goiânia
- Aniversário do Teatro Goiânia
- Abertura do FICA em Goiás (Cerimonial com a atriz Pollyana Bento)
- Premiação do FICA (Cerimonial com a atriz Pollyana Bento)
- Interpretação de poema no Palácio (atriz Pollyana Bento), em ocasião do encerramento do ano Cora Coralina
- Participação na Comissão de Editais para aplicação da Lei Aldir Blanc
- Palestra sobre Lei Aldir Blanc em Alexânia e Olhos d'Água (pela servidora Anne Borges)
- Palestra sobre Lei Aldir Blanc na Região da Chapada dos Veadeiros (pela servidora Anne Borges)
- Palestra sobre Lei Aldir Blanc em Goiânia (pela servidora Anne Borges)
- Apoio à Campanha de Entrega de Cestas Básicas no período de pandemia, com arrecadação e entrega.
- Revitalização e manutenção dos espaços do Centro Cultural Octo Marques
- Revitalização e manutenção dos espaços do Centro Cultural Martim Cererê
- Participação no projeto Natal na Praça (com apresentação dos servidores Lukas Santana, Pollyana Bento, Leonardo Morais e os artistas convidados Aline Araújo e Anastácio Alves).

Foram iniciados os pagamentos do auxílio emergencial ao setor cultural referente à Lei 14.017 de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc. No mês de dezembro de 2020 184 trabalhadores receberam os recursos do auxílio emergencial.

Exposições

Sala Antônio Poteiro

Exposição Residência Artística Canteiro – em atividade no mês de janeiro

A Vila Cultural Cora Coralina expôs durante o mês de janeiro de 2020 as obras produzidas durante a primeira residência artística ocorrida em seu espaço. Onze estudantes de artes visuais da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Augusto Cezar, Beatriz Bortolozzo, Daniela Marques, Guilherme Fagundes, Itandehuy Castañeda, Jhony Aguiar, Mateus Martins, Matheus Pires, Melissa Araújo e Renan Accioly - utilizaram a Sala, na Vila Cultural, como ateliê. Durante o projeto, os jovens artistas receberam orientação e acompanhamento crítico. Em janeiro, a exposição esteve aberta todos os dias e recebeu um público de 378 visitantes.

Público: 378 pessoas

Sala Sebastião Barbosa

Exposição Jardim – Artista Plástico Lauro Gontijo

No dia 18 de janeiro, a Vila Cultural Cora Coralina abriu a exposição Jardim, com trabalhos recentes do artista plástico Lauro Gontijo. As obras trazem uma interlocução entre natureza e espaço urbano. A presente exibição permanecerá em cartaz até o final do mês de fevereiro de 2020. Recebeu um público de 240 pessoas no presente mês

Total Geral: 618 pessoas

Exposições

Sala Antônio Poteiro

Exposição Residência Artística Canteiro - em atividade no mês de fevereiro

A Vila Cultural Cora Coralina expôs durante o mês de janeiro de 2020 as obras produzidas durante a primeira residência artística ocorrida em seu espaço. Onze estudantes de artes visuais da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Augusto Cezar, Beatriz Bortolozzo, Daniela Marques, Guilherme Fagundes, Itandehuy Castañeda, Jhony Aguiar, Mateus Martins, Matheus Pires, Melissa Araújo e Renan Accioly - utilizaram a Sala, na Vila Cultural, como ateliê. No mês de fevereiro, foram realizadas as últimas atividades referentes à esta exposição – a artista mexicana Itandehuy Castañeda realizou a intervenção têxtil denominada Entre Nós, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2020.

Público: 93 pessoas

Sala Sebastião Barbosa

Exposição Jardim – Artista Plástico Lauro Gontijo

Durante os meses de fevereiro e primeira quinzena de março, a Vila Cultural Cora Coralina recebeu a exposição Jardim, com trabalhos recentes do artista plástico Lauro Gontijo. As obras trazem uma interlocução entre natureza e espaço urbano. Recebeu um público de 566 pessoas durante este período.

Total Geral: 566 pessoas

Hall e Sala de Mídias

08 de Fevereiro – 1º Encontro de Jovens APNs

No dia 08 de fevereiro, houve a reunião do 1º Encontro de Jovens APNs em Goiânia. Houve apresentações musicais de rap e palestras sobre o movimento negro.

Público: 25 pessoas

07 e 08 de março – Feira E-cêntrica

Durante estes dois dias, ocorreu a feira E-cêntrica. Durante este dois dias, mais de duas mil pessoas passaram pela Vila Cultural Cora Coralina e tiveram acesso a mais de cem publicadores independentes, oriundos de seis estados e do Distrito Federal. A programação, toda gratuita, contemplou o acesso à feira, com os expositores, oficinas, minicursos, rodas de conversa com escritores, contação de história e lançamentos de livros literários.

Público: 2000 pessoas

Público Total – Fevereiro e Março (1ª Quinzena): 2684 pessoas

Março a Dezembro de 2020

Em decorrência da publicação do Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, que decreta situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em decorrência da pandemia de covid-19, todas as atividades presenciais da Vila Cultural Cora Coralina foram suspensas.

Sendo assim, o projeto "Em Casa" foi desenvolvido e tem sido a porta para a interação com nosso público, trazendo a oportunidade de artistas que estavam previamente agendados para este ano possam mostrar suas mais recentes produções.

Projeto "Em Cartaz"

Por meio do projeto "Em Cartaz", vídeos de curta duração tem sido produzidos para alimentar a plataforma Youtube da Secretaria de Estado da Cultura. O público visitante da Vila Cultural Cora Coralina continua tendo acesso, mesmo que virtualmente, à exposições de arte ou conhecer um pouco dos processos de criação e produção de artistas consagrados e jovens artistas emergentes. Neste projeto,

estão abarcadas três tipos de ação. O "Cultura em Casa", que apresenta um jovem artista ao cenário cultural da cidade, em mostra virtual. O "Ateliês Goianos" faz uma visita a ateliês de artistas goianos consagrados do grande público e por fim a "Artistas na Vila", traz montagens de exposições que estavam agendadas para a Vila Cultural Cora Coralina para o ano de 2020 e permite que o público possa acessá-las virtualmente, até que as mostras voltem a normalidade e possam ser visitadas fisicamente.
Atividades:
• Data: 15/03/2020.
Projeto Cultura em Casa. Mostra "Aglomerações". Artista: Pedro Campos. . Montagem: Steffano Rocha. Curador: Gilmar Camilo. 113 visualizações e 10 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=eY_U_iHD8TY&t=57s
• Data: 19/06/2020.
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Marcelo Solá. Curador: Gilmar Camilo. 189 visualizações e 21 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=o4zK39HugbA
• Data: 23/06/2020.
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Pitágoras. Curador: Gilmar Camilo. 483 visualizações e 34 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=edHoJHpdwpk
• Data: 30/06/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Sandro Torres. Curador: Gilmar Camilo. 150 visualizações e 18 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=rdllMzgYlKE
• Data: 07/07/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Célia Gondo. Curador: Gilmar Camilo. 133 visualizações e 37 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=ptWuS2Hhktg&t=1s
• Data: 14/07/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Carlos Monaretta. Curador: Gilmar Camilo. 152 visualizações e 35 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=hFyORsHPoRA&t=19s
• Data: 21/07/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Gilvan Cabral. Curador: Gilmar Camilo. 119 visualizações e 2 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=GwqEi8WIyrA&t=39s
• Data: 28/07/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Nancy de Melo. Curador: Gilmar Camilo. 212 visualizações e 38 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=D9EigIUX3CQ
• Data: 04/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Evandro Soares. Curador: Gilmar Camilo. 149 visualizações e 14 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=7Sf4i1H93zM
• Data: 11/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Ebert Calaça. Curador: Gilmar Camilo. 155 visualizações e 23 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=CNUbjZFHqKY&t=3s
• Data: 18/082020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Zé Cesar. Curador: Gilmar Camilo. 350 visualizações e 61 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=rkbxIukU-d4
• Data: 25/08/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Hortência Moreira. Curador: Gilmar Camilo. 119 visualizações e 21 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=OKTtLU3b5l0
• Data: 11/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Ebert Calaça. Curador: Gilmar Camilo. 183 visualizações e 24 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=CNUbjZFHqKY&t=3s
• Data: 18/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Zé Cesar. Curador: Gilmar Camilo. 400 visualizações e 63 curtidas. Link: https: https://www.youtube.com/watch?v=rkbxIukU-d4
• Data: 25/08/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Hortência Moreira. Curador: Gilmar Camilo. 157 visualizações e 22 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=OKTtLU3b5l0&t=1s
• Data: 01/09/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Diego Rustoff. Curador: Gilmar Camilo. 272 visualizações e 43 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=ULfi9ahSXRI
• Data: 09/09/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Decy. Curador: Gilmar Camilo. 108 visualizações e 12 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=zI14UPcQyyQ&t=25s
• Data: 22/09/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Helder Amorim. Curador: Gilmar Camilo. 176 visualizações e 28 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=OG4XapDKJ4M
• Data: 29/09/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Tarcísio Amorim. Curador: Gilmar Camilo. 637 visualizações e 118 curtidas. Link: https://www.youtube.com/watch?v=CxpVm5kLg00
• Data: 06/10/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Mateus Dutra. Curador: Gilmar Camilo. 107 visualizações e 14 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=iFTPDFR_oR8
• Data: 13/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Salvess. Curador: Gilmar Camilo. 67 visualizações e 11 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=Dl9pp1jDFS0
• Data: 20/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Marcelo Andrade. Curador: Gilmar Camilo. 95 visualizações e 11 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=iFTPDFR_oR8
• Data: 27/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Lauro Gontijo. Curador: Gilmar Camilo. 103 visualizações e 24 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=3kRR-s_Nsh4
• Data: 10/11/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Adrien Dorme, Rafael Play, Enoque Barbosa e Yuri Lemes. Curador: Gilmar Camilo. 136 visualizações e 18 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=6ZB3-WCYYD0
• Data: 01/12/2020

Projeto Artistas na Vila. Artista: Vinícius Yano. Curador: Gilmar Camilo. 49 visualizações e 08 curtidas. Link:https://www.youtube.com/watch?v=YRWKzw2Czek

AÇÃO: 2099 - MODERNIZAÇÃO DO EQUIPAMENTOS CULTURAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON

REALIZAÇÕES
Foram iniciados os processos de elaboração de diagnóstico para realização do Plano museológico dos museus Pedro Ludovico, Palácio Conde dos Arcos e Museu da Imagem e do Som de Goiás.
Foram digitalizadas 1.517 fotografias da coleção Samuel Costa, goiano, nascido em Jataí-GO, atuou como fotógrafo na França nas décadas de 1970/1980.
Aproveitando a pausa nos eventos por ocasião da pandemia, para cuidar de manutenção e revitalização no Centro Cultural Martim Cererê, de setembro a dezembro de 2020, a saber:
Revitalização das grades, que cercam o espaço, do corrimão e do portão de entrada;
Revitalização dos jardins e pátio;
Nos teatros Pyguá e Yguá, foram corrigidas as infiltrações com impermeabilização dos camarins e das casas de máquinas, recuperação de peças elétricas: tomadas, interruptores, lâmpadas e chuveiros;
Manutenção dos banheiros com troca de acentos nos sanitários, válvulas de descargas e troca de registros de chuveiros;
Organização do mobiliário nas salas de administração; organização do depósito que passou a abrigar todos os equipamentos e refletores de iluminação cênica;
Foram disponibilizados acervo bibliográficos na Biblioteca Pio Vargas e Gibiteca Jorge Braga, além de acervo bibliográfico digital disponibilizado aos usuários da Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo e doações de livros para as bibliotecas públicas dos seguintes municípios do Estado de Goiás: Alexânia, Bela Vista de Goiás, Cidade Ocidental, Corumbá, Faina, Goianápolis, Guaraita, Ipameri, Jaraguá, Jussara, Niquelândia, Goiânia (biblioteca do Museu Pedro Ludovico/ Centro Cultural Oscar Niemeyer), Niquelândia, Nova Crixás, Pirenópolis, Pires do Rio, Porteirão, Santa Cruz de Goiás, São Francisco, São Miguel do Araguaia, Anápolis, Brazabrantes, Crixás, Israelândia, Itaguari, Goiânia.

AÇÃO: 2100 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON

REALIZAÇÕES
- JANEIRO: 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Palácio Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Centro Cultural Martim Cererê, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, na cidade de Goiânia.
- FEVEIRO: 01 Vistoria Técnica ao Edifício da Antiga Sede da CELG e Painel de Frei Confaloni acompanhados de restaurador para verificar possibilidade de recuperação do painel (Bem tombado provisoriamente); 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Arquivo Histórico Estadual, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Museu Pedro Ludovico, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Teatro Goiânia, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para acompanhamento das obras na Igreja Matriz de Trindade/GO.
- MARÇO: 01 Vistoria Técnica ao Edifício da Antiga Sede da CELG e Painel de Frei Confaloni acompanhados de restaurador para verificar possibilidade de recuperação do painel (Bem tombado provisoriamente); 01 inspeção para avaliação conclusiva dos serviços de manutenção executados no Palácio Conde dos Arcos em 2019, na cidade de Goiás/GO.
- MAIO: 01 inspeção para avaliação das condições de conservação da fachada do Palácio Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Centro Cultural Martim Cererê, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação das condições de conservação dos avarandados externos do Palácio das Esmeraldas, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para recebimento da obra de restauração do Coreto da Praça Cívica, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral da obra de restauração do Theatro Sebastião Pompeu de Pina, na cidade de Pirenópolis/GO.
- JUNHO: 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Cine Teatro São Joaquim, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Palácio Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação das instalações hidrossanitárias do Centro Cultural Martim Cererê, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação das condições de salubridade do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral da obra de restauração da Antiga Chefatura de Polícia, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Teatro Goiânia, na cidade de Goiânia.
(Continua nas observações)

OBSERVAÇÕES
- JULHO: 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Cine Teatro São Joaquim, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Palácio Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção avaliação dos equipamentos instalados no Centro Cultural Martim Cererê, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para acompanhamento dos serviços nas instalações elétricas do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Jaraguá/GO.
- AGOSTO: 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Cine Teatro São Joaquim, na cidade de Goiás/GO; 01

inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Palácio Conde dos Arcos, na cidade de Goiás/GO; 01 inspeção para avaliação da arborização do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Museu Goiano Zoroastro Artiaga, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação do Teatro Goiânia, na cidade de Goiânia.
- SETEMBRO: 01 inspeção para avaliação dos espaços e instalações do Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia.
- OUTUBRO: 01 Publicação do Decreto nº 9.723, de 07 de outubro de 2020, que determina o tombamento como patrimônio cultural do Estado de Goiás do edifício da 1ª Usina Hidrelétrica do Distrito Federal, também denominada de Usina do Ribeirão Saia Velha, localizada em Cidade Ocidental. 01 inspeção emergencial em razão de infiltrações no Arquivo Histórico Estadual, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação das condições de conservação dos Painéis do Frei Confaloni na Estação Ferroviária de Goiânia, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação das infiltrações no Centro Cultural Marieta Telles Machado, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação das infiltrações no Museu Goiano Zoroastro Artiaga, na cidade de Goiânia; 01 inspeção para avaliação preliminar à restauração do Relógio da Avenida Goiás, na cidade de Goiânia.
- NOVEMBRO: Conclusão da obra de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Jaraguá/GO, iniciada em outubro de 2018, e concluída em 26 de novembro de 2020, em valor total final de R$ 1.592.752,07.
- DEZEMBRO: 01 inspeção para avaliação geral das condições de conservação da Casa do Padre Silvestre, na cidade de Jaraguá/GO; 01 inspeção para avaliação geral da obra de restauração do Theatro Sebastião Pompeu de Pina, na cidade de Pirenópolis/GO.
Durante o ano de 2020 houve 39 vistorias em 17 imóveis tombados:
1. Antiga Chefatura de Polícia, Goiânia/GO, 1x
2. Arquivo Histórico Estadual, Goiânia/GO, 2x
3. Casa do Padre Silvestre, Jaraguá/GO, 1x
4. Centro Cultural Marieta Telles Machado, Goiânia/GO, 7x
5. Centro Cultural Martim Cererê, Goiânia/GO, 4x
6. Cine Teatro São Joaquim, Goiás/GO, 3x
7. Coreto da Praça Cívica, Goiânia/GO, 1x
8. Igreja Matriz de Trindade, Goiânia/GO, 1x
9. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Jaraguá/GO, 1x
10. Museu Goiano Zoroastro Artiaga, Goiânia/GO, 3x
11. Museu Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia/GO, 1x
12. Painéis do Frei Confaloni na Estação de Goiânia, Goiânia/GO, 1x
13. Palácio Conde dos Arcos, Goiás/GO, 6x
14. Palácio das Esmeraldas, Goiânia/GO, 1x
15. Relógio da Avenida Goiás, Goiânia/GO, 1x
16. Teatro Goiânia, Goiânia/GO, 3x
17. Theatro Sebastião Pompeu de Pina, Pirenópolis/GO, 2x







AÇÃO: 2101 - PROMOÇÃO E APOIO A FESTAS E EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2500 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

U.O.: 2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL

REALIZAÇÕES

PROJETO MÚSICA NA VARANDA 2020

O projeto Música na Varanda foi realizado de 25 de março a 30 de setembro com o objetivo de levar cultura e entretenimento para os goianos durante o isolamento social imposto pela pandemia. As primeiras apresentações aconteceram nas varandas de apartamentos de vários setores de Goiânia, depois passaram a ocorrer também em áreas de lazer de condomínios.

Com grande sucesso, as lives foram transmitidas pelo instagram e youtube da Secult/Goiás. A partir de julho, as apresentações musicais passaram a ser transmitidas das varandas do Centro Cultural Octo Marques e em setembro contaram com aparato técnico maior dentro do Teatro Yguá e no Teatro de Arena, do centro cultural Martim Cererê. Participaram do projeto bandas e músicos reconhecidos no cenário cultural goiano, que voluntariamente cederam seus trabalhos musicais à Secretaria de Estado de Cultura (SECULT-GO). Pelo período de seis meses, o público ouviu boa música e embalou suas noites no conforto de seus lares com repertórios diversificados de artistas como o sanfoneiro Amim Braga, grupo Zabumba Beach, violinista Lukas Santana, o tenor Alexandre Vaz, a cantora Elen Lara e o

cantor Fernando Manso, um dos selecionados do The Voice Brasil. Criado para o Projeto “Cultura em Casa”, iniciativa da SECULT-GO, o Projeto Música na Varanda foi produzido pela Gerência de Salas de Espetáculos e Gastronomia, juntamente com sua equipe. De março a setembro, foram realizadas 29 edições do projeto.
MÊS DE MARÇO, QUARTAS-FEIRAS, ÀS 19:30.
25 - Lukas Santana. Endereço: Condomínio Terra Mundi, Parque Cascavel.
28 - Tom Sax. Endereço: Condomínio Terra Mundi, Parque Cascavel.
MÊS DE ABRIL, QUARTAS-FEIRAS, ÀS 19:30.
01 - Amim Braga. Endereço: Condomínio Terra Mundi, Parque Cascavel.
03 - Alexandre Vaz. Endereço: Condomínio Terra Mundi, Parque Cascavel.
17 - Lukas Santana. Endereço: Edf Park Style, Jardim Atlântico.
22 - Lukas Santana. Endereço: New Park Residencial Clube, Jardim Atlântico .
24 - Lincoln Marcos. Endereço: Ed.Premier Vision, Jardim Goiás.
MÊS DE MAIO, QUARTAS-FEIRAS ÀS 19:30.
08 - Elen Lara -Endereço: Vision, Parque Flamboyant.
13 - Lukas Santana – Endereço: Edf Dubai, Setor Bueno.
20 - Lukas Santana - Endereço: Varandas de Copacabana, Jardim Atlântico.
27 - Elen Lara –Show Goianês.Endereço: Setor Jaó.
MÊS DE JUNHO, QUARTAS-FEIRAS ÀS 19:30.
03 - Fernando Manso, Endereço: Ed. Park Style, Jd Atlântico.
06 - Pryscilla Silva, Endereço: Le Parc, Jardim Goiás.
10 - Lukas Santana. Endereço: Condomínio Terra Mundi, Parque Cascavel.
17 - Cantora, Paula Coelho. Endereço: Edf. Park Style, Jardim Atlântico.
24 - Gustavo Martins e Bruno Momisso. Endereço: Centro Octo Marques.
MÊS DE JULHO, QUARTAS-FEIRAS ÀS 19:30
01 - Lukas Santana. Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
08 - Thainá Janaina. Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
15 - Lukas Santana. Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
22 - Alexandre Vaz, Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
29 - Paula Coelho. Endereço: Edf. New Park, Jardim Atlântico.
MÊS DE AGOSTO, QUARTAS-FEIRAS ÀS 19:30
05 - Lukas Santana - Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
12 - Elen Lara - Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
26 - Paula Coelho - Endereço: Centro Cultural Octo Marques.
MÊS DE SETEMBRO DE 2020, QUARTAS-FEIRAS ÀS 19:30
02 – ZABUMBA BEACH – CENTRO CULTURAL MARTIM CERERÊ.
09 – MAURÍCIO VALLE E RENY CRUVINEL – CENTRO CULTURAL MARTIM CERERÊ.
16 – LUKAS SANTANA – CENTRO CULTURAL MARTIM CERERÊ
23 – ALINE ARAÚJO – CENTRO CULTURAL MARTIM CERERÊ.
30 – LUKAS SANTANA - CENTRO CULTURAL MARTIM CERERÊ

OBSERVAÇÕES
EVENTO ARTÍSTICO E CULTURAL REALIZADO
Local: Plataformas On Line: site www.fica.go.gov.br, youtube, Secult/go e Zoom
Data: 16 a 21 de novembro de 2020
Quantidade: 01 Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - 2020
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO:
O Festival de Cinema e Vídeo Ambiental Edição OnLine 2020. O Evento foi realizado em ambiente 100% OnLine, com oficinas, mesas de debates, palestras, exibição e premiação de 37 (trinta e sete) filmes nacionais e internacionais, obtivemos uma quantidade expressiva de 11.049 visualizações durante o evento.
OFICINA DE CAPACITAÇÃO REALIZADA
Local: Plataformas On Line: site www.fica.go.gov.br, youtube secult/go e Zoom
Data: 16 a 21 de novembro de 2020
Quantidade: 04 OFICINAS NO FICA 2020
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO:
04 Oficinas que foram realizadas no Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, sendo elas:
Tema: Devolução de acervos: uma inversão de perspectivas com Vicent Carelli;
Tema: Direção para documentário com Camila de Moraes
Tema: Desenvolvimento e Estruturação de projetos com Marcus Ligocki
Tema: Sustentabilidade no Cinema com Patricia Mazoni
PROJETO CULTURAL PREMIADO
Local: Plataformas On Line: site www.fica.go.gov.br, youtube secult/go e Zoom
Data: 16 a 21 de novembro de 2020
Quantidade: 03 PRÊMIOS
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO:
03 prêmios contemplados no Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, no projeto “Goiás do Futuro”, onde foram premiados projetos de cidadãos vilaboenses, sendo eles:
Projeto: Os Fios da Vida de Suzana Almeida e Mariana Bulhões
Projeto: Teu Patrimônio, nossa arte de Abadia Oliveira e Cristiane Araújo
Projeto: Goiás e Suas Histórias de Pedro Diniz
EXPOSIÇÃO CULTURAL REALIZADA
Local: VILA CULTURAL CORA CORALINA
Data: Diversas
Quantidade: 13 até 15/12/2020
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO:
Em decorrência da publicação do Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, que decreta situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em decorrência da pandemia de covid-19, todas as atividades presenciais da Vila Cultural Cora Coralina foram suspensas.
Sendo assim, o projeto “Em Casa” foi desenvolvido e tem sido a porta para a interação com nosso público, trazendo a oportunidade de artistas que estavam previamente agendados para este ano possam mostrar suas mais recentes produções.
Projeto "Em Cartaz"

Através do projeto "Em Cartaz", vídeos de curta duração tem sido produzidos para alimentar a plataforma Youtube da Secretaria de Estado da Cultura. O público visitante da Vila Cultural Cora Coralina continua tendo acesso, mesmo que virtualmente, à exposições de arte ou conhecer um pouco dos processos de criação e produção de artistas consagrados e jovens artistas emergentes. Neste projeto, estão abarcadas três tipos de ação. O "Cultura em Casa", que apresenta um jovem artista ao cenário cultural da cidade, em mostra virtual. O "Ateliês Goianos" faz uma visita a ateliês de artistas goianos consagrados do grande público e por fim a "Artistas na Vila", traz montagens de exposições que estavam agendadas para a Vila Cultural Cora Coralina para o ano de 2020 e permite que o público possa acessá-las virtualmente, até que as mostras voltem a normalidade e possam ser visitadas fisicamente.
Atividades:
• Data: 11/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Ebert Calaça. Curador: Gilmar Camilo. 183 visualizações e 24 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=CNUbjZFHqKY&t=3s
• Data: 18/08/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Zé Cesar. Curador: Gilmar Camilo. 400 visualizações e 63 curtidas.
Link: https: https://www.youtube.com/watch?v=rkbxIukU-d4
• Data: 25/08/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Hortência Moreira. Curador: Gilmar Camilo. 157 visualizações e 22 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=OKTtLU3b5l0&t=1s
• Data: 01/09/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Diego Rustoff. Curador: Gilmar Camilo. 272 visualizações e 43 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=ULfi9ahSXRI
• Data: 09/09/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Decy. Curador: Gilmar Camilo. 108 visualizações e 12 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=zI14UPcQyyQ&t=25s
• Data: 22/09/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Helder Amorim. Curador: Gilmar Camilo. 176 visualizações e 28 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=OG4XapDKJ4M
• Data: 29/09/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Tarcísio Amorim. Curador: Gilmar Camilo. 637 visualizações e 118 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=CxpVm5kLg00
• Data: 06/10/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Mateus Dutra. Curador: Gilmar Camilo. 107 visualizações e 14 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=iFTPDFR_oR8
• Data: 13/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Salvess. Curador: Gilmar Camilo. 67 visualizações e 11 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=Dl9pp1jDFS0
• Data: 20/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Marcelo Andrade. Curador: Gilmar Camilo. 95 visualizações e 11 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=iFTPDFR_oR8
• Data: 27/10/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Lauro Gontijo. Curador: Gilmar Camilo. 103 visualizações e 24 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=3kRR-s_Nsh4
• Data: 10/11/2020
Projeto Ateliês Goianos. Artista: Adrien Dorme, Rafael Play, Enoque Barbosa e Yuri Lemes. Curador: Gilmar Camilo. 136 visualizações e 18 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=6ZB3-WCYYD0
• Data: 01/12/2020
Projeto Artistas na Vila. Artista: Vinícius Yano. Curador: Gilmar Camilo. 49 visualizações e 08 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=YRWKzw2Czek
Ainda estão em processo de finalização mais 03 vídeos que serão publicados até o final do mês de dezembro
• Samuel Caixeta – Ateliês Goianos
• Américo Poteiro – Ateliês Goianos
• Wes Gama – Artistas na Vila
EXPOSIÇÃO CULTURAL REALIZADA
Local: Centro Cultural Octo Marques (exposições virtuais)
Data: JUNHO A DEZEMBRO 2020
Quantidade: 06 até 15/12/2020
PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES VIRTUAIS NO CENTRO CULTURAL OCTO MARQUES.
Visando ocupar as duas galerias de arte do Centro Cultural Octo Marques, o programa se instala com alternativa possível para o desenvolvimento de atividades culturais durante o período de pandemia decorrente da Covid-19. A série de exposições virtuais se baseia na montagem física de mostras de artistas goianos, para filmagem e circulação virtual pelo canal da Secult Goiás no Youtube, e pelas contas no Instagram e no Facebook.
O programa considera a diversidade de linguagens técnicas e poéticas, do naif ao erudito, do modernismo ao contemporâneo, da produção da capital à produção do interior.
Como projeto piloto do programa foram realizadas três filmagens documentais, sendo duas dedicadas a mostras que foram abertas anteriormente ao período pandêmico e uma aberta virtualmente após o decreto de quarentena. No interior da imagem montada na Galeria Frei Nazareno Confaloni e a mostra Tubo de Ensaio montada na Galeria Antônio Sibasolly, em Anápolis. A mostra Arte Naif, “o sagrado e o popular” foram montados na Galeria Sebastião dos Reis.
Com a repercussão dos dois vídeos registros de exposições já lançados, pudemos avaliar que houve uma boa aceitação por parte da comunidade cultural, além de constatarmos a potencialidade das produções de muitos artistas represadas nos ateliês, ou mesmo de colecionadores guardadas em residências, o que estimulou o desenvolvimento deste programa de exposições.
As periodicidades entre cada exposição são de 15 a 20 dias, tempo necessário para pré-produção, produção e pós-produção das mostras. A equipe técnica responsável pelo projeto é composta pelos servidores do CCOM: Cleandro Elias Jorge e Luiz Mauro de Deus. A documentação videográfica fica a cargo de Edgard Soares.
Atividades:
Junho/2020
Data:19/06/2020: Exposição “Tubo de Ensaio”, artistas: Carlos Mota Moraes, Estevão Parreiras, Flávia Fabiana, Isabella Brito, Lina Cruvinel, Lívia Chagas, Walter Pimentel.
174 visualizações e 11 curtidas

Link .https://youtu.be/fWA8tRO4TSg
Setembro/2020
Data: 14/09/2020 – Lançamento da exposição virtual " O Sagrado e o Popular", Artistas: Antônio Poteiro, Bené Silveira, Fé Córdula, Con Silva, Ernane Silva, Helena Vasconcelos, Manoel dos Santos e Sandro Carvalho.
243 visualizações e 32 curtidas.
Link. https://www.youtube.com/watch?v=bPBuFa4gEh8&t=244s
Data: 30/09/2020 – Lançamento da exposição Virtual "No Interior da Imagem". Artistas: Alexandre Gontijo, Amaranta Lima, Ana Flávia Marú, Anna BehatrizAzevêdo, Benedito Ferreira, Carlos Monaretta, Cristiana Olibri, Hélio Tafner, Hortência Moreira, Lucélia Maciel, Manuela Costa Rios, Marcelo Andrade, Nancy de Melo, Rodrigo Flávio e Vinicius Figueiredo.
290 visualizações e 40 curtidas.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=THkCDhV-1L0&t=2s
Outubro/2020
Data : 23/10/2020 – Lançamento da exposição virtual "Goiânia em Arte 2020". Artistas: Amaury Menezes, Valdir Ferreira, Pedro Galvão, Helena Vasconcelos, Luciana Machado, Waltterdann Guedes, Antônio Vieira, Sanatan, Saloisia, Antunis Arantes, Solange Soares, Dorothy Hannas, Taise Faustino, Bila, Carla Neves Demirane, Talita Bortolucci, DôiaIvana Martins, LioniziaGoyá, Ana Iguana, Rosy Cardoso e Laurice Xavier.
464 visualizações e 64 Curtidas
Link: https://www.youtube.com/watch?v=0ddvYcnOuHk&t=24s
Novembro /2020
Data:06/11/2020: Lançamento da exposição: "A Natureza e as Máquinas", do artista R. Godá.
345 visualizações e 39 Curtidas
Link:https://youtu.be/kCk4P8B835E
Dezembro/2020
Data:10/12/2020 – Lançamento da exposição "Intertextualidade, Desconstrução e Insólito" da artista Anasor Ed Seraom.
133 visualizações e 14 curtidas
Link: https://www.youtube.com/watch?v=xzcD86Ire7I&t=32s

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Rafael Ângelo do Valle Rahif

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Objetivo Institucional: Fomentar o esporte em Goiás, utilizando políticas públicas transparentes e criteriosas, para que assim o Estado volte a ter condições de incentivar e auxiliar os talentosos atletas que são criados aqui, tal qual projetos de iniciação esportiva, que visam a inclusão social e saúde, com atividades destinadas para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

2.2 Legislação
• Lei da Criação 20.417 de 06 de fevereiro de 2019
• LEI Nº 20.491, DE 25 DE JUNHO DE 2019
• Regulamento - Decreto 9.555 - de 18 de novembro de 2019
. LEI Nº 19.071, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 (Criação do Fundo Especial de Esporte e Lazer -Fundo de Esporte)
. LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998. (Lei Pelé)
. LEI Nº 20.655, DE DEZEMBRO DE 2019 (Criação do Fundo Rotativo).
. Pró-Atleta - 06 de maio de 2009
. Pró-Esporte - 30 de setembro de 2003

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Com o surgimento da Pandemia do novo Corona Vírus, os projetos que estavam previstos para o exercício de 2020 foram bastante prejudicados e não foram executados em suas totalidades. Algumas ações foram implementadas a partir do mês de agosto com os protocolos de segurança estabelecidos pelo Ministério da Saúde e OMS.
• Oferta de 7 mil vagas de atividades esportivas para a população em geral, de todas as faixas etárias, contemplando 26 modalidades de iniciação esportiva, paradesporto e práticas saudáveis. A previsão não foi concretizada em sua totalidade por conta da Pandemia.
• Abertura de 800 vagas em turmas de karatê para crianças e adolescentes, na Região do Entorno do Distrito Federal. Quatro cidades tiveram seus projetos iniciados em escolas estaduais (Novo Gama, Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás). A previsão não foi concretizada por conta da Pandemia.
• Início das atividades do Centro de Referência Paralímpico, em parceria com o CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), no Centro de Excelência do Esporte. Goiânia passou a ser uma das 14 cidades brasileiras a contar com o projeto. A princípio foram abertas 200 vagas para quatro modalidades (vôlei sentado, atletismo, natação e parabadminton). Há projetos para a inclusão de bocha e goalball.
• Revitalização geral do gramado do Estádio Serra Dourada, visando a disputa do Campeonato Brasileiro. Trabalho havia sido realizado pela última vez no final da temporada de 2017. Foi executado neste exercício o total previsto.
• Revitalização geral do gramado do Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira. Também foi criada uma sala para o uso de VAR (sigla de assistente de árbitro de vídeo, em inglês) e foram feitas adaptações para os protocolos de segurança sanitária elaborados pela CBF, para receber jogos do Campeonato Brasileiro.
• Revitalização do piso do Ginásio Rio Vermelho. Local estava interditado desde o início de 2019 por falhas estruturais, mas foi colocado em condições e voltou a receber competições, como Campeonato Brasileiro de Ginástica de Trampolim, e abrigar aulas da iniciação esportiva e paradesporto.
• Retomada das aulas de natação e hidroginástica no Parque Aquático, que não contava com atividades desde 2016. Com a revitalização de uma das piscinas o local vem atendendo turmas da iniciação esportiva e do paradesporto. Piscina olímpica do parque continua interditada.
• Lançamento do Pró-Atleta 2020. Programa vai contemplar 600 atletas goianos de alto rendimento, de oito a 35 anos, escolhidos a partir de critérios técnicos, junto a federações esportivas e através de entrevistas presenciais, assim como prestações de contas dos atletas contemplados em 2019.
• Implementação do compliance. O Programa de Compliance Público foi instituído na administração estadual em Goiás pelo governador Ronaldo Caiado. O objetivo é otimizar a utilização dos recursos públicos e combater quaisquer atos de corrupção no governo do Estado. Em janeiro de 2020, a Seel instalou seu Comitê Setorial e iniciou as atividades do PCP, com auxílio de consultores da Controladoria Geral do Estado.
• Distribuição de kits esportivos para prefeituras. Em 2020 a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer já fez a entrega de kits esportivos a 25 prefeituras. Cada kit é composto por materiais esportivos de diferentes modalidades, como futebol de campo, futsal, vôlei e basquete. Estes materiais são utilizados tanto para projetos sociais quanto para turmas de iniciação esportiva destes municípios.
• Instalação de duas caixas de brita no Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna. As obras foram realizadas em pontos estratégicos, após as áreas de escape das curvas 0 e 1, trazendo maior segurança a pilotos em provas de automobilismo e motociclismo. Também foi realizada a pintura de fachadas da ala dos boxes, arquibancadas, muretas, áreas de cronometragem, cabines de imprensa e demais fachadas.
• Retomada do automobilismo em 2020, com provas da Stock Car, Goiás Superbike e Copa Truck. Outras categorias já reservaram datas até o fim desta temporada.
• Recuperação dos aquecedores das piscinas da praça do Setor dos Funcionários. O local recebe aulas de hidroginástica e natação. Também foi realizado o trabalho de manutenção e limpeza da praça, que também abriga aulas de ginástica artística, ginástica funcional e futsal.
• Entrega de 1000 kimonos para alunos das turmas de karatê na Região do Entorno do Distrito Federal. Material vai atender crianças e adolescentes de Novo Gama, Luziânia, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás.
. Retomada das obras na Praça de Esportes do Setor Pedro Ludovico, com orçamento de R$ 4,4 milhões e previsão de entrega para abril de 2021. O complexo esportivo vai abrigar, além do campo de futebol, quadras poliesportivas, piscinas e pista de atletismo, com estruturas para salto em distância e salto em altura.
• Instalação do cinema drive-in no estacionamento do Estádio Serra Dourada. Parceria ofereceu boa opção de lazer e entretenimento para a população, com todos os protocolos de segurança sanitária para o combate à transmissão de Covid-19, além de arrecadar

alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social, através do ingresso solidário.
. Eventos esportivos realizados com o apoio do Governo de Goiás
. Copa Brasil Body Classic – Musculação e fisiculturismo (24 e 25 de outubro)
Evento de fisiculturismo realizado no Teatro Madre Esperança Garrido, que reuniu cerca de 600 pessoas, sendo 340 atletas.
. Superliga C de vôlei masculino (3 a 7 de novembro)
O Ginásio Rio Vermelho foi sede de um dos grupos da competição nacional. Cinco times, de Goiás, Distrito Federal e Pará duelaram entre si. Competição marcou o retorno do Rio Vermelho ao calendário de eventos esportivos.
. Volta Ciclística de Goiás (4 a 8 de novembro)
Competição de ciclismo de estrada passou pelas cidades de Caldas Novas, Rio Quente, Pires do Rio e Ipameri. Foram seis etapas realizadas.
. Campeonato Centro-Oeste de Jiu-Jitsu (21 de novembro)
Competição regional reuniu mais de 400 atletas, de Goiás e de outros estados, no Ginásio Rio Vermelho. Torneio contou pontuação para os rankings da FGJJ (Federação Goiana de Jiu-Jitsu) e COJJ (Centro-Oeste Jiu-Jitsu).
. Amistoso de Flag Football (21 de novembro)
Amistoso regional de flag footbal feminino (modalidade similar ao futebol americano). O Goiânia Rednecks recebeu o Brasília Selvagens no Estádio Olímpico. Vitória do time brasiliense, por 42 a 13.
. Campeonato Goiano de Natação – Categorias Mirim/Petiz (27 e 28 de novembro)
Evento marcou a volta da modalidade ao calendário de competições em Goiás. Disputa no Sesi Ferreira Pacheco reuniu nadadores de 9 a 12 anos e também contou para o Campeonato Nacional de Integração.
. Campeonato Goiano de Basquete (27 a 29 de novembro e 5 e 6 de dezembro)
Ginásio Rio Vermelho recebeu rodada do Campeonato Goiano de Basquete, que reuniu quatro equipes, e depois também sediou partidas da semifinal e disputa de terceiro lugar.
. Volta a Correr Unimed (28 de novembro)
Corrida de rua realizada no circuito do Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna. Inscrições dos atletas arrecadaram 700 litros de leite, que foram encaminhados para a OVG (Organização das Voluntárias de Goiás).
. Operação Golden Chainsaw – Air Soft (6 de dezembro)
Evento de Air Soft no Serra Dourada, que arrecadou cerca de 500 cestas básicas com as inscrições dos participantes. Alimentos foram revertidos para famílias em situação de vulnerabilidade social.
. Campeonato Goiano de Ciclismo (6 de dezembro)
Campeonato Goiano Criterium de Ciclismo foi realizado na Praça Cívica, com seis provas disputadas pela manhã.
. Campeonato Goiano de Natação – Categorias Infantil, Juvenil, Júnior e Senior (12 a 13 de dezembro)
Disputa no Sesi Ferreira Pacheco reuniu competidores acima dos 13 anos. Competição também contou para o Campeonato Nacional de Integração.
Apoio de transporte terrestre realizado pelo Governo de Goiás
. Time feminino do Vila Nova Futebol Clube (22/11 e 06/12)
Transporte do time feminino do Vila Nova para a Copa Brasília.
. Time feminino do Aliança Futebol Clube (21/11 e 08/12)
Transporte do time feminino do Aliança para a Copa Brasília.
. Liga Goiana de Ciclismo (02/11 e 08/11)
Transporte para a Liga Goiana de Ciclismo, de Goiânia a Caldas Novas.
. Goiânia Rednecks, Futebol Americano (05/12 e 12/12)
Transporte para Brasília, para a Taça Cairo Santos de Futebol Americano.
. Federação Goiana de Atletismo (08/12 a 13/12)
Transporte da delegação goiana de atletismo para a cidade de São Paulo, para a disputa do Troféu Brasil de Atletismo.
As ações que não puderam ser realizadas em 2020 por conta da Pandemia, serão retomadas para 2021 e com a certeza de que teremos uma vacina para controlar o Vírus-COVID 19, realizaremos nossas propostas.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
*Busca por convênios com o Governo Federal.
*Inauguração de núcleos Paralímpicos.
*Convênio com CPB.
*Eventos Esportivos no Parque Marcos Veiga Jardim.
*Comemoração - Mês do Servidor.
*Incentivo ás Práticas Saudáveis com objetivo de fomentar o esporte para a promoção da saúde.
*Projeto Rua de lazer.
*Retomada de convênio com o Ministério Público.
* Parceria para adequações no Serra Dourada.
*Retorno das Estruturas do Centro de Excelência.
*Projeto para capitação de recursos.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Apesar de um ano atípico devido a pandemia (Covid-19) 595 atletas atendidos Pró-Atleta, 11 eventos de 8 modalidades em novembro e dezembro, entrega de 1.000 kimonos para alunos de Karatê

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1008 - EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
AÇÃO: 2028 - INICIAÇÃO ESPORTIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE

REALIZAÇÕES
* A Iniciação atendeu em janeiro, fevereiro e março 879 jovens e crianças, 690 adultos em Goiânia com modalidades esportivas como: basquete, futsal, voleibol, ginástica artística, tênis de mesa, hidroginástica, treinamento funcional e natação.
* Nos meses de abril a dezembro de 2020 devido ao DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. não houve atendimento ao público. Porém, foram adquiridos materiais de limpezas para a manutenção das

piscinas , pois, mesmo não tendo aulas, as piscinas precisam ser cuidadas para que não haja perda da água. A Iniciação Esportiva atua em três locais com aulas de hidroginástica e natação, a saber: Praça do Setor Pedro Ludovico, Centro de Excelência e Praça de Esportes do Setor dos Funcionários.

OBSERVAÇÕES
A aquisição de material de limpeza de piscinas foi realizado em conjunto entre as Gerências de Iniciação Esportivas e de Práticas Esportivas, Paradesportivas e Paralímpicas.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1027 - ESPORTE TRANSFORMANDO VIDAS
AÇÃO: 2102 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTÁDIOS, PRAÇAS ESPORTIVAS E GINÁSIOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE

REALIZAÇÕES
1. Manutenção e reforma no Autódromo Internacional Ayrton Senna para aumentar a segurança dos pilotos, nas duas caixas de britas das pista; uma na curva 01 e outra na curva 0. Retorno da cor original, ampliação dos camarotes para melhor circulação do ar.
1.1 - Serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal, em 02 (dois) grupos geradores de 500 KVA, com motor diesel Cummins arrefecido a água para atender ao Estádio Olímpico. Serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal, em 01 (um) grupo gerador de 375 KVA, com motor diesel Cummins para atender ao Estádio Olímpico. Serviço de manutenção preventiva e corretiva mensal, em 01(um) grupo gerador de 360 KVA, com motor diesel Scania para atender ao Estádio Olímpico.
1.2 - Aquisição de Telas e Acessórios a serem utilizados nas Praças Jurisdicionadas a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Praças Esportivas)
1.3 - Reforma no estádio serra dourada
1.4 - Reforma no estádio Olimpico
1.5 - Reforma no Ginásio Goiânia Arena
1.6 - Reforma do Autódromo Internacional Ayrton Senna

OBSERVAÇÕES
*Serviços de Limpeza e Conservação
*Serviços de Vigilância Armada e Desarmada, Diurna e Noturna
*Serviços de Manutenção Predial - Construção Civil
*Serviços de Revitalização e Manutenção periódica, preventiva e corretiva em gramados de campos esportivos profissionais.







AÇÃO: 2103 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE

REALIZAÇÕES
* A Federação Goiana de Musculação, Fitness e Fisiculturismo (FEGOMFF - IFBB GOIÁS) 9ed.copa Brasil Body Classic realizada em Goiânia em Outubro/2020. Mesmo diante da pandemia COVID-19, o comprometimento de nossa entidade, membros dirigentes, fornecedores e prestadores de serviços foi substancialmente capaz de administrar um projeto coeso, com resultados positivos, eficientes e acima de tudo, proporcionando o fomento da modalidade em todos os seus aspectos, desportivos e sociais..
* Liga Goiana de Ciclismo, realizado em Caldas Novas -GO em Novembro/2020. Considerando ser de relevância Internacional, uma vez

que tivemos atletas da Argentina, Uruguai e Venezuela, além das 15 primeiras equipes do ranking nacional e mais 4 equipes, Goianas convidadas. O público alvo nesse projeto são todas as pessoas homens, mulheres e crianças, mas esse ano por ser um ano atípico, devido a pandemia, o objetivo maior foi oportunizar aos atletas a competição em alto nível para a manutenção do condicionamento e bem estar deles.
* Centro-Oeste Brasileiro de Jiu-Jitsu realizado em Novembro/2020 no ginásio Rio Vermelho em Goiânia, neste evento tivemos 400 atletas inscritos, e distribuídos em um cronograma altamente eficiente, toda equipe de trabalho usando máscara, e os árbitros luvas e máscaras, dois STAFF orientando os atletas que perdiam em suas lutas e os que já ganharam as medalhas a se retirarem do ginásio para evitarmos aglomerações.
Amistoso de Flag Football (21 de novembro)
Amistoso regional de flag footbal feminino (modalidade similar ao futebol americano). O Goiânia Rednecks recebeu o Brasília Selvagens no Estádio Olímpico. Vitória do time brasiliense, por 42 a 13.
* Campeonato Goiano de Natação – Categorias Mirim/Petiz (novembro)
Evento marcou a volta da modalidade ao calendário de competições em Goiás. Disputa no Sesi Ferreira Pacheco reuniu nadadores de 9 a 12 anos e também contou para o Campeonato Nacional de Integração.
* Campeonato Goiano de Basquete (novembro a dezembro)
Ginásio Rio Vermelho recebeu rodada do Campeonato Goiano de Basquete, que reuniu quatro equipes, e depois também sediou partidas da semifinal e disputa de terceiro lugar.
*Volta a Correr Unimed (novembro)
Corrida de rua realizada no circuito do Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna. Inscrições dos atletas arrecadaram 700 litros de leite, que foram encaminhados para a OVG (Organização das Voluntárias de Goiás).
* Operação Golden Chainsaw – Air Soft (dezembro)
Evento de Air Soft no Serra Dourada, que arrecadou cerca de 500 cestas básicas com as inscrições dos participantes. Alimentos foram revertidos para famílias em situação de vulnerabilidade social.
*Campeonato Goiano de Ciclismo (dezembro)
Campeonato Goiano Criterium de Ciclismo foi realizado na Praça Cívica, com seis provas disputadas pela manhã.
* Campeonato Goiano de Natação – Categorias Infantil, Juvenil, Júnior e Senior (dezembro)
Disputa no Sesi Ferreira Pacheco reuniu competidores acima dos 13 anos. Competição também contou para o Campeonato Nacional de Integração.
Apoio de transporte terrestre realizado pelo Governo de Goiás
* Time feminino do Vila Nova Futebol Clube (22/11 e 06/12)
Transporte do time feminino do Vila Nova para a Copa Brasília.
* Time feminino do Aliança Futebol Clube (21/11 e 08/12)
Transporte do time feminino do Aliança para a Copa Brasília.
* Liga Goiana de Ciclismo (02/11 e 08/11)
Transporte para a Liga Goiana de Ciclismo, de Goiânia a Caldas Novas.
* Goiânia Rednecks, Futebol Americano (05/12 e 12/12)
Transporte para Brasília, para a Taça Cairo Santos de Futebol Americano.
* Federação Goiana de Atletismo (08/12 a 13/12)
Transporte da delegação goiana de atletismo para a cidade de São Paulo, para a disputa do Troféu Brasil de Atletismo.

OBSERVAÇÕES
Em janeiro, fevereiro e março foram atendidos 610 crianças e adolescentes em Senador Canedo e Mossâmedes. Após o DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020 - O qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Sendo assim, não houve atendimento ao público por causa da aglomeração. Porém, vários brinquedos passaram por reformas e manutenções.
















AÇÃO: 2104 - EVENTOS ESPORTIVOS E PARADESPORTIVO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE
2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

REALIZAÇÕES
* Em janeiro, fevereiro e março foram atendidas 475 crianças com deficiência nas seguintes modalidades: Atletismo, natação, tênis de mesa, parabadminton, vôlei sentado, futsal, bocha e futebol de 5.
* O paradesporto não realizou atendimentos nos meses de abril a dezembro de 2020 devido ao DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020 - Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19 . Porém, foram adquiridos materiais para manutenção das piscinas, visto que mesmo não havendo aulas, as piscinas precisam ser cuidadas para que não haja perda da água. Praça do Setor Pedro Ludovico, Centro de Excelência e Praça de Esportes do Setor dos Funcionários.

OBSERVAÇÕES
A aquisição de material de limpeza para as piscinas foram junto com as gerências: Iniciação Esportiva. Práticas Esportivas, Paradesportivas e Paralímpicas.

AÇÃO: 2105 - MANUTENÇÃO, UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AUTÓDROMO INTERNACIONAL AYRTON SENNA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE
2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

REALIZAÇÕES
Janeiro a março: Treinamento de ciclismo e atletismo, RAFAEL LOPES DE SOUZA e RM MOTORS SPORTS COMPETIÇÕES, GOIAS SUPERBIKE.
Abril: Mesmo com o DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020 - Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. no Autódromo Internacional Ayrton Senna houve treinamentos nas categorias Nacional e Regional BRUNA TOMASELLI, BARENBRUG DO BRASIL SEMENTES, sem público.
Maio e junho: treinos nas categorias Nacional e Regional, BRUNA TOMASELLI, CAR RACING, sem público. .
Julho: STOCK CAR, treinos nas categorias Nacional e Regional, BRUNA TOMASELLI, CAR RACING, sem publico, voltou os treinamentos de ciclismo e atletismo com regras de proteção, horários reduzidos e máscaras.
Manutenção e limpeza para melhorar a segurança dos treinos, competições e público.

OBSERVAÇÕES
1 - Empresa Garra Forte Administração e Serviços Ltda
1.1 - Serviços de Limpeza e Conservação, Portaria, Jardinagem e Manutenção Predial, com fornecimento de Materiais e Equipamentos no Autódromo Internacional Ayrton Senna, conforme contrato nº. 066/2016 - Lote 02
2 - TOTAL Vigilância e Segurança Ltda
2.2 - Serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, executados nas dependências do Autódromo Internacional Ayrton Senna, conforme contrato nº. 068/2016






AÇÃO: 2106 - MANUTENÇÃO, UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ESTÁDIO SERRA DOURADA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE
2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

REALIZAÇÕES
DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020 - Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Devido ao Decreto não houve ação no Estádio Serra Dourada, apenas manutenção.

OBSERVAÇÕES
1 - GARRA FORTE Administração e Serviços Ltda
1.1 - Serviços de Limpeza e Conservação, Portaria, Jardinagem e Manutenção Predial, com fornecimento de Materiais e Equipamentos no Estádio Serra Dourada, conforme contrato nº. 067/2016 - Lote 01
2 - TOTAL Vigilância e Segurança Ltda
2.2 - serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, executados nas dependências do Estádio Serra Dourada, conforme contrato nº. 068/2016
3 - MURANO CONSTRUÇÕES EIRELLI - ME
3.1 - Prestar serviços, sob demanda, de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI.
4 - QUATROR CF LTDA - EPP
4.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revitalização e manutenção periódica, preventiva e corretiva em gramados de campos esportivos profissionais, situados nos Estádios Serra Dourada.

AÇÃO: 2107 - PRÓ - ATLETA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE

REALIZAÇÕES
Janeiro e Fevereiro: preparação de edital para o programa 2020, finalização da prestação de contas para o Fundo Protege/2019. De abril a julho (Pandemia) covid 19, análise de documentos e seleção de atletas.
Por motivo da edição do decreto do Governador, onde, foi declarado a situação de emergência em saúde, e, com isso suspendeu as atividades esportivas, e devido à proibição de assinatura de novos contratos, o programa Pró-Atleta, ficou suspenso até outubro, sendo autorizado após consulta à Procuradoria Geral do Estado, onde obtivemos parecer favorável à liberação do programa, com o pagamento das três parcelas referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro

AÇÃO: 3033 - JOGOS ABERTOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE
2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

REALIZAÇÕES
Devido ao DECRETO Nº 9.653, DE 19 DE ABRIL DE 2020 - Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Não houve jogos abertos em Goiás.

AÇÃO: 3034 - PATROCÍNIO A ATLETAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2600 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

U.O.: 2601 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
2650 - FUNDO ESPECIAL DE ESPORTE E LAZER - FUNDO DE ESPORTE

REALIZAÇÕES
Tendo em vista a Pandemia do novo Corona Vírus a meta prevista para a Ação não foi efetuada nenhum projeto.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

ISMAEL ALEXANDRINO JUNIOR

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Formulação e a execução da política estadual de saúde pública;
Gestão das atividades de serviços de saúde, produção de alimentos, drogas e medicamentos;
Gestão, a coordenação e a fiscalização do Sistema Único de Saúde no Estado;
Gestão da vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental em saúde, de saúde do trabalhador e da rede estadual de laboratórios de saúde pública; e
Promoção da pesquisa científica e da educação profissional e tecnológica, formação, capacitação

2.2 Legislação
- Lei no 3.999, 14/11/1961
- Lei 7928, 21/05/1975, NOAS 01/02. Lei nº 17.797, de 19/09/2012 - Institui o Fundo Estadual de Saúde (FES), por meio de reestruturação do Fundo Especial de Saúde (FUNESA)
- Lei nº 15.260, 15/07/2005 - Cria a Escola de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago
- Lei nº 8.080, 19/09/1990
- Lei Complementar nº 141, 13/01/2012
- Lei 20.491, 25/06/19 - Reforma Administrativa e suas alterações
- Decreto nº 9.595, 21/01/20, que aprova o Regulamento da Saúde.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 foi marcado por ações de contingenciamento para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (Covid-19).
Foi instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), como uma unidade operacional de trabalho de caráter extraordinário e temporário, para a gestão das ações nos âmbitos da vigilância em saúde e assistência. O COE se reúne semanalmente e dentre tomadas de decisões, a equipe elabora semanalmente o Boletim Epidemiológico sobre o Covid-19. Em 2020 foram formulados 39 Boletins.
Sobre o Painel Covid-19:
O boletim com as notificações da SES-GO foi informatizado e realiza o processamento dos dados a partir dos sistemas do Ministério da Saúde (e-SUS VE e Sivep Gripe). Eventuais diferenças são justificadas por ajustes nas fichas de notificação pelos municípios, como por exemplo, a atualização do local de residência da pessoa.
Para conferir os detalhes dos casos e óbitos confirmados, suspeitos e descartados, acesse o painel Covid-19 do Governo de Goiás por meio do link http://covid19.saude.go.gov.br/.
Sobre os dados:
Desde as primeiras confirmações de doença pela Covid-19, a SES-GO divulga boletins diários com atualizações sobre os casos confirmados e óbitos. Os números são dinâmicos e passíveis de mudanças após investigação mais detalhada de cada situação.
Os dados podem ser alterados conforme investigação das Vigilâncias Epidemiológicas Municipais e atualização das fichas de notificações pelos municípios nos sistemas oficiais. Diante de eventuais inconsistências nos números, estes serão atualizados a partir das correções feitas pelas cidades nos sistemas de notificação.
Outro canal de comunicação da Saúde é o por meio do instagram: saudegoias, os dados são atualizados diariamente sobre os casos de coronavírus em Goiás, de Fóruns de Saúde, Ferramentas para Enfrentamento da Covid-19, Mesa Redonda, Campanhas de Vacinação.
Além das ações contingenciais executadas no ano de 2020, diversas outras ações de controle da SES foram atendidas, destacamos algumas: Elaboração do orçamento 2020, Plano Estadual de Saúde (PES) de 2020-2023, a Programação Anual de Saúde (PAS) 2020, monitoramento diário das realizações e metas físicas do PPA 2020-2023 SES, atualização da Carta de Serviços, Programa Goiás de Resultados, Otimização de Processos, Gestão de Riscos, Planejamento Estratégicos, Formulação do Regulamento, Relatórios com os atos oficiais e controle de recursos estaduais e federais sobre o Covid-19 e Retomada do Processo de Planejamento Regional Integrado para o Estado de Goiás.
A Rede estadual de Saúde ganha reconhecimento para além das fronteiras do país, com a Certificação Internacional do Centro de Terapia Intensiva (CTI) do Hospital Estadual Alberto Rassi (HGG), pela agência de Calidad Sanitária de Andalucia (ACSA), uma das mais renomadas instituições de certificação da Europa.O Certificado da ACSA se soma à acreditação máxima da Organização Nacional de Acreditação, a ONA3 – Acreditação com Excelência, título que o Hospital mantém desde 2018.
O Estado de Goiás foi escolhido para participar do Seminário Internacional de Segurança do Paciente, o qual ocorreu dias 18 e 19/11/2020.
O Planejamento Estratégico da SES foi finalizado em meados de junho de 2020 por meio do Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS e o Mapa Estratégico das 27 SES entregue em novembro.
Participação de diversos técnicos no Seminário de Apresentação do Planejamento Estratégico das 27 SES: Resultados e Perspectivas pelo Hospital Oswaldo Cruz no dia 25 de novembro.
Com a finalização do Planejamento destacamos o início do monitoramento dos Projetos Estratégicos por meio da ferramenta em julho de 2020 dos: Programa Goiás Policlínicas; Programa Goiás Hospitais; Projeto Redução da Mortalidade Infantil Projeto Imuniza Goiás; Projeto Prontuário Integrado do Paciente; Projeto Impressão Sustentável; Projeto Integra Goiás; Projeto Desospitaliza Goiás; Projeto Ampliação dos Leitos de Saúde Mental; Projeto Sistema Hiperdia; Projeto Ampliação do Hemocentro; Projeto Fortalecimento da Gestão; Projeto Provimentos Médicos; Projeto Centro de Formação de Gestores; Projeto Judicialização Integrada; Projeto Plano de enfrentamento ao Covid19 em Goiás; Projeto Plano Estadual de Regulação; Projeto Doenças Negligenciadas e Projeto Saúde Móvel.
Estratégias Enfrentamento do novo Coronavírus COVID 19:
- Implantação de hospitais de campanha para atendimento de pacientes com Covid-19 em Goiás nas seguintes localidades e que foram beneficiados com recurso:
1 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus - Hospital São Marcos em Itumbiara

2 Hospital de Campanha Goiânia
3 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Regional de Luziânia
4 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de Formosa
5 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital de Águas Lindas
6 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de São Luís de Montes Belos
7 Hospital São Cottolengo
8 Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros – LACEN/SES-GO
9 Hospital das Clínicas Dr. Serafim de Carvalho – Jataí
10 Hospital Padre Tiago na providência de Deus – em Jataí
11 Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital de Porangatu
12 Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT
13 Hospital de Urgências de Trindade – HUTRIN
14 Hospital Estadual de Jaraguá Sandino de Amorim – HEJA
15 Hospital de Urgências de Anápolis – HUANA
Ampliação e implementação da Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (aquisição de equipamentos e insumos): Ampliado os NVEHs em mais 3 Hospitais: HCAMP Goiânia, HEJA, e HUANA.
39 Boletins epidemiológicos COVID-19.
Elaboração do Plano Estadual de Contingência para o Enfrentamento da Doença pela COVID-19.
8 Capacitações realizadas com o nível central (SUVISA), 18 Regionais de Saúde e 135 municípios (484 participantes) sobre Atualização do Guia de Vigilância de
COVID-19.
Envio de relatórios diários de casos de COVID-19 em Goiás para o Ministério da Saúde.
15 Capacitações com os Núcleos de Vigilância Epidemiológica dos Hospitais Estaduais e Hospitais de Campanha.
Elaboração de documentos norteadores para o enfrentamento da COVID-19: 17 informes técnicos; 3 notas técnicas; 1 nota informativa.
Participação na construção do Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino do Estado de Goiás.
Condução das reuniões do Centro de Operações de Emergências - Coronavírus.
Designados técnicos da GVE para a função de apoiadores das Regionais de Saúde.
Adquiridos equipamentos e mobiliários com o objetivo de estruturar os novos leitos do Hospital de Urgências de Anápolis Dr. Henrique Santillo – Huana.
Aquisição, via importação direta, de forma emergencial de unidades de ventiladores mecânicos, para fins de operação e funcionamento de Hospitais de Campanha e Hospitais Estaduais.
Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e logística de transporte aéreo e importação e seguro de ventilador pulmonar mecânico, entrega será em território Italiano, visando o atendimento à emergência em saúde pública
Expansão de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI e leitos de enfermaria
92 diárias no Atlantica Hotels Internacional Brasil Ltda (Comfort Suites Flamboyant) por 60 dias, para profissionais da área da saúde que trabalham na linha de frente ao enfrentamento do COVID-19
500 unidades de filtro anti-bacteriano e anti-viral de única utilização, para uso em ventiladores mecânicos.
- Solicitações Covid-19 reguladas:
a) UTI: 4150
b) Enfermaria: 6953
- Leitos Covid-19 implantados:
a) UTI: 1959
b) Enfermaria: 2479
Fonte: Gerência da Regulação / SES-GO – 25.01.2021 às 10:56
Plano de Enfrentamento ao Covid-19: 246 municípios (100%) enviaram.
Transparência da Regulação Estadual: Mapa de Leitos:
O Mapa de Leitos apresenta à comunidade, de forma transparente e em tempo real, a situação de todos os leitos SUS, Gerais e UTI das unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde.
Distribuição de leitos nos hospitais sob gestão do Estado de Goiás:
- UTI adulto: 79,74%
- UTI pediátrica: 59,82%
- Destinados ao Covid-19: 61,63%
- Covid-19 UTI: 75,53%
- Covid-19 Enfermaria: 49,25%
Policlínicas Concluídas ou em andamento:
Posse e Goianésia – Inaugurada
Quirinópolis - 97% da obra executada
Formosa - 95% da obra executada
Cidade de Goiás - 91% da obra executada
São Luís de Montes Belos – 88% da obra executada
Obras Concluídas ou em andamento:
Construção do Hospital Uruaçu - 93% da obra executada
Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde - Setor III - Aguas Lindas de Goiás – concluída
Reforma do Hospital de Doenças Tropicais – HDT 68% da obra executada
NÚMEROS:
211.166 atendimentos com medicação de alto custo realizado e 14.900 atendimentos com medicamentos, equipamentos e insumos, em cumprimento de ações judiciais e 15.856 atendimentos pelo termo de cooperação técnica com MP/GO, com investimentos mais de 183 milhões
60 Centros de Atenção Psicossocial ou Serviço de Residência Terapêutica atendido, com recursos em R$ 4.302.849,48
100% dos municípios atendidos com medicamentos farmácia básica mais de R$ 30 milhões investidos
Cerca de 8 milhões investidos na inovação de tecnologia e informações estratégicas em saúde
68 Campanhas educativas em vigilância sanitária, ambiental e saúde do trabalhador realizada
Mais de 7.800 fiscalizações e Inspeção Sanitária e Ambiental realizada
Cerca de 184 mil exames de diagnóstico laboratorial em doenças e agravos realizado
Cerca de 1.900 atendimentos pelo SIATE realizado e 108 atendimentos aeromédicos e UTI aéreo realizado
509 leito hospitalar disponibilizado com cofinanciamento, com investimento de mais de 49 milhões
5.450 atendimentos odontológico realizado
46.747 atendimentos a dependente químico realizado

24.901 atendimentos ambulatorial no CREMIC realiza
2.379 pacientes radioacidentado monitorado
13.323 atendimentos ambulatorial no CAPS I
Mais de 1,4 milhões de atendimento ambulatorial e / ou hospitalar realizado
571 órgãos e tecido transplantado
Cerca de 60 mil cobertura da triagem neonatal (teste do olhinho, pezinho, orelhinha, coraçãozinho, linguinha) monitorada
Mais de 1,4 milhões de kit e saúde bucal distribuído
1.533 Equipes de Saúde da família implantada/confinanciada - ESF
3.647 atendimentos em tratamento do consumo de álcool e outras drogas pelo CEAT e Comunidades Terapeuticas
614 pacientes atendidos nos serviços de saúde de média e alta complexidade
Foram repassados cerca de R$ 69 milhões aos 246 municípios, para atendimento de serviço de saúde regionalizada via financiamento

Controle de doenças e agravos:
Vacinação extramuros em modo Drive Thru durante o período de campanha de vacinação Contra Influenza para o grupo prioritário de idosos.
Dos 246 municípios do Estado, 194 atingiram cobertura vacinal geral maior ou igual a 90%, representando uma homogeneidade de 78,86%. Contudo, não houve alcance da cobertura vacinal preconizada para todos os grupos prioritários.
Na intensificação de vacinação contra Sarampo, Goiás totalizou 151.130 doses aplicadas para o público de 20 a 49 anos. Para a população de crianças de um ano
a cobertura vacinal acumulada até maio de 2020 é de 57,03%.
Em Goiás, a cobertura vacinal total para influenza alcançou o índice de 94,03%, sendo que a meta preconizada pelo Ministério da Saúde é de no mínimo 90%. Dos
grupos prioritários atingiram a cobertura: Trabalhadores de Saúde (103,46%), Indígenas (225,06%) e Idosos (126,19%). Os demais ficaram abaixo da meta preconizada: crianças de 6 meses a menores de seis anos (65,16%), gestantes (82,02%) Puérperas (88,11%), adultos com faixa etária de 55 a 59 anos (74,33) e
indivíduos com comorbidades (85,19%).
Realização de 18 ações prevenção e controle em IST-Aids, através de reuniões de avaliação com Macro Regionais e apoio institucional em Qualificação de Notificações, Execução de Teste Rápido, Manejo Clínico de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Profilaxia Pré-Exposição do HIV, Sistema de Monitoramento Clínico de Pessoas Vivendo com HIV e sistema SISLOBLAB e Manifestações Dermatológicas em Pessoas Vivendo Com HIV.
As Campanhas de conscientização foram feitas através de mídias sociais para prevenção e detecção precoce de hepatites virais.
3.503 casos de hepatite investigados
Regionalização:
Todas as cinco macrorregionais, estratégicas para garantir o atendimento à população, possuem unidades públicas habilitadas para o tratamento de pacientes com Covid-19.
Desde o início da pandemia, os hospitais localizados no Centro-Oeste, Centro-Sudeste, Centro-Norte, Sudoeste e Nordeste de Goiás, já realizaram inúmeros procedimentos, números que englobam exames, atendimento de urgência e de emergência e internações, seja de enfermaria ou de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).
Ao todo, o governo implantou, ampliou ou reestruturou 15 unidades de saúde, que estão sob a gestão do Estado ou atende por meio de convênios, em diversos municípios.
Para o atendimento dos pacientes, o Governo de Goiás já adquiriu respiradores, incluindo as compras feitas pela gestão estadual e as doações recebidas do Ministério da Saúde e de instituições parceiras.
Além das internações em leitos de UTI e enfermaria, que são encaminhadas via regulação, de acordo com o perfil de cada unidade, a população também tem acesso a atendimentos de urgência e de emergência, exames de raios X, tomografias, eletrocardiogramas, ultrassonografias e análises clínicas.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Plano Estadual de Saúde (PES);
- Programação Anual de Saúde (PAS);
- Relatório Anual de Gestão (RAG);
- Relatório Detalhado Quadrimestral;
- Pactuação Interfederativa de Indicadores;
- Planejamento Estratégico (PE);
- Carta de Serviços;
- Relatório de Gestão Anual – Anexo III;
- Cadeia de Valor.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
- Indicadores do Objetivo Estratégico: Longevidade e Vida Saudável:
AVPP - Anos de vida potencialmente perdidos
Razão de Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos)
Taxa de Mortalidade Infantil
- Indicadores do Objetivo Estratégico: Monitoramento de Perfis de Saúde
ICSAP - Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Primária
Taxa de pacientes portadores de Diabetes Mellitus (DM) acompanhados
Percentual de Municípios que atingiram cobertura vacinal 95% em todas as vacinas que compõem o PQA-VS
- Indicadores de desempenho formulados no processo de Planejamento Estratégico
Percentual de municípios que realizam a inserção de DIU na Atenção Básica
Percentual de atendimentos de enfermeiro/atendimentos médicos
Número de unidades assistenciais, sob gestão estadual. construídas e equipadas
Número de Hospitais Gerais com Leitos em Saúde Mental Implantados
Taxa de mortalidade prematura pelo conjunto das 4 principais DCNT
Taxa de pacientes portadores de Diabetes Mellitus (DM) acompanhados na Atenção Básica (AB) em Goiás
Taxa de mortalidade de câncer de mama em mulheres em Goiás
Número de notificações de violência interpessoal/ autoprovocada registrada no SINAN
Taxa de mortalidade por acidente de transito
Número Absoluto de Óbitos por Dengue
Proporção de Cura dos Casos Novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes

Número Absoluto de Óbitos por Chagas Crônica
Taxa de letalidade de Leishmaniose Visceral
Número de casos confirmados de sarampo
Proporção de Cura dos Casos Novos de Tuberculose Diagnosticados
Proporção de eventos de saúde pública (ESP) detectados, monitorados e respondidos oportunamente
Proporção de Cura dos Casos Novos de Tuberculose Diagnosticados
Proporção de eventos de saúde pública (ESP) detectados, monitorados e respondidos oportunamente
Número de hospitais de enfrentamento ao COVID-19 implantados, temporariamente
Razão de óbitos maternos.
Taxa de mortalidade infantil
Taxa de internações por causas sensíveis/n º de leitos
Manter o percentual de encaminhamentos menor de 15%
Percentual de municípios com selo de acreditação bom e ótimo no Programa de Cuidados a Pessoas com Problemas Crônicos
Percentual de municípios que atingiram cobertura vacinal 95% em cada vacina que compõem o indicador do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS)
Percentual de serviços regionalizados sob Gestão Estadual regulados
Número de solução (ões) informatizada implementada para Acompanhamento e Monitoramento das demandas Judiciais
Número de Notas Técnicas de Revisão Rápida (NTRR) de Avaliação de Tecnologias em Saúde no âmbito da SES-GO produzidas e divulgadas
Número de profissionais qualificados da SESG/SES-GO para produção de NTTR
Número de tecnologias avaliadas para Número de PCDT (protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas) implantados
Proporção de serviços de saúde com UTI com Núcleo de Segurança do Paciente implantados e as ações implementadas
Proporção de serviços de saúde que realizam parto cirúrgico com Núcleo de segurança do paciente implantado e as ações implementadas
Proporção de serviços de saúde da atenção primária com Núcleo de Segurança do Paciente implantados e as ações implementadas
Proporção de serviços de saúde com UTI participantes da Autoavaliação das Práticas de Segurança do Paciente da ANVISA
Proporção de notificações de eventos de interesse (óbitos / never events) concluídas dentro do prazo pelos serviços de saúde
Densidade de Incidência de Infecção Primária Decorrente Sanguínea Laboratorial (DI-IPCSL) em pacientes internados em UTIs, no estado de Goiás com percentil acima de 90
Densidade de Incidência de Pneumonia (DI-PAV) em pacientes
internados em UTIs, no estado de Goiás com percentil acima de 90
Densidade de Incidência de Infecção do Trato Urinário (DI-ITU-AC) em pacientes internados em UTIs, no estado de Goiás com percentil acima de 90
Percentual de cursos com Projetos de Intervenção (PI) aplicados nos Projetos planejados pela ESG
Percentual de unidades administrativas da SES com dimensionamento de pessoal realizado
Percentual de unidades administrativas da SES com perfis de competência definido
Número de processos prioritários otimizados na SES-GO
Índice de desempenho dos coordenadores regionais de saúde, composto por indicadores estratégicos de aplicação regional
Percentual de Conselheiros de Saúde qualificados
Percentual de unidades administrativas com centro de custos implantados

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1022 - TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE
AÇÃO: 2081 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO À SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

- Os medicamentos estão sendo disponibilizados para pessoa privada de liberdade com medicamento.
Ressaltamos que devido ao recurso federal ser repassado anualmente em parcela única, não necessariamente a distribuição ocorre em todos os meses do ano. Os medicamentos referentes ao recurso do Exercício de 2018 foram 100% distribuídos aos municípios nos meses de janeiro, fevereiro e março. Referente ao recurso do Exercício de
2019, a distribuição foi realizada no segundo semestre, iniciando em julho. Porém, estamos aguardando a entrega pelo fornecedor de dois medicamentos (Dipirona 500mg comprimido e Azitromicina 500mg comprimido) para finalizar a distribuição referente a este recurso. Quanto ao Exercício de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de repasse no dia 03 de novembro de 2020, faremos a pactuação em CIB com as normas de execução no mês de dezembro de 2020.
- Solicitação de aquisições dos medicamentos necessários para o cumprimento das metas de atendimento aos pacientes, tanto para novos pacientes quanto para a manutenção dos estoques e continuidade do fornecimento.
- Adoção de medidas sanitárias e de gestão necessárias para a manutenção do atendimento em virtude da COVID-19, de forma a não haver a interrupção na prestação do serviço à população, e o atingimento das metas pactuadas: a) Dispensação de medicamentos para 2 ou 3 meses (de acordo com os estoques e tipo de medicamentos), diminuindo a necessidade de interação presencial dos pacientes;
b) Abertura de novos processos somente via e-mail, eliminando a necessidade de interação presencial dos pacientes;
c) Renovação automática de processos, conforme autorização do Ministério da Saúde, eliminando a necessidade de interação presencial dos pacientes;
- Planejamento e as solicitações de aquisições dos medicamentos necessários para o cumprimento das metas de atendimento aos pacientes, fazendo ainda o acompanhamento dos processos de aquisição, que são todos de responsabilidade da SES/GO, tanto para novos pacientes quanto para a manutenção dos estoques e continuidade do fornecimento.
- As aquisições são feitas pelas Gerências de Apoio Administrativo e Logístico de Compras Governamentais, cabendo à CEMAC a definição dos objetos e das quantidades a serem adquiridas.
- Repasse da contrapartida estadual referente ao cofinanciamento da Farmácia Básica aos municípios está sendo realizado regularmente. Ocorreu o repasse dos meses de janeiro a junho conforme programado.
- As distribuições dos medicamentos para atender os Planos de Contingências estão sendo realizadas conforme a demanda, atingindo o objetivo de apoiar os municípios.
- Limitação quanto a possibilidade de se trabalhar estoque, pois, via de regra, não há estoque que possa ser trabalhado.

- O atendimento está sendo realizado com bastante irregularidade, uma vez que não disponibilizamos de estoque dos medicamentos que fazem parte do elenco pactuado na Resolução nº 016/17 - CIB. Estamos com dificuldades no processo de aquisição.
- 60 Centros de Atenção Psicossocial ou serviço de residência terapêutica atendidos com recurso financeiro.
- 14.910 atendimentos com medicamentos, equipamentos e insumos em cumprimento a condenações da SES/GO em ações judiciais realizadas.
- 15.856 atendimentos pelo termo de cooperação técnica com MP/GO realizado.
- 211.166 atendimentos com medicação de alto custo realizado.
- 191 medicamentos para programas estratégicos por meio de planos de contingência adquirido.

OBSERVAÇÕES
- Transferência de recursos para custeio de ações e serviços nas redes de atenção a saúde municipais (atenção primária à saúde, assistência ambulatorial e hospitalar e vigilância em saúde) decorrentes do coronavírus – covid-19 aos produtos: 9065 - capacidade disponibilizada de atender pessoa privada de liberdade com medicamento,14320 – Centro de Atenção Psicossocial ou serviço de residência terapêutica atendido com recurso financeiro e 9068 – cofinanciamento da farmácia básica a município realizado.

AÇÃO: 2082 - INOVAÇÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Aquisição de 300 computadores para atender as diversas áreas da SES-GO.
- Implantação da Solução de Segurança de Rede – Firewall.
- Implantação de 5 novos sistemas/versões de sistema.
- Publicação de novos 8 Painéis.
- Implantação de 01 painel e/ou modelo preditivo no Conecta Sus.
- Implantação do Prontuário único nas unidades geridas pela AGIR.
- Migração das imagens e laudos da antiga central de Laudos FIDI para o Data Center Estadual.
- Todos os 246 municípios contemplados na elaboração do Sumário Executivo.
- Desenvolvimento de um indicador sintético (nota), utilizando análise fatorial, para nortear a definição, de forma técnica e objetiva, os municípios que mais teriam perfil de sediarem uma policlínica à luz de sua infraestrutura sanitária: equipamentos, leitos e profissionais de saúde e produção ambulatorial, considerando o perfil de atendimento da Policlínica no âmbito das Regiões de Saúde
- Desenvolvimento do Indicador de Fluxos Assistenciais criados com duas temáticas desenvolvidas: Cobertura de procedimentos de mamografias e Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). No âmbito destas duas temáticas foram desenvolvidos os indicadores: Percentual de autossuficiência, Percentual de Enviados e Percentual de Recebimentos. Além destes indicadores com setas direcionais que representam a relação origem-destino daqueles que buscaram assistência e conseguiram. Todos os 246 municípios foram contemplados neste estudo.
- Desenvolvimento de sistemas para as diversas áreas da Secretaria (Regulação, Subsecretaria, Planejamento, GAOS, etc) e para apoiar as decisões referentes à COVID-19.
- Adaptação da infraestrutura para o teletrabalho.
- Criação de painéis para apoiar a gestão das mais diversas esferas de Gestão.
- Implantação do sistema MV que permite a unificação dos dados referentes às OSs, facilitando o controle e dando mais transparência ao processo.
- Elaboração de indicadores sintéticos e de fluxos assistenciais e Índice Poli – Projeto Policlínica.
- 4 processos de elaboração de sumários executivos implantados (Projeto Policlínicas, Perfil de óbitos em Goiás e Suicídio e UTI).
- Produção de 44 Sínteses de Evidências com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão da gestão sobre temas diversos.

AÇÃO: 2083 - OUVIDORIA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
A) Conselho Estadual de Saúde:
Ações realizadas no primeiro semestre:
- Realização de 3 Reuniões Plenárias: Aprovação do Termo de Referência para contratação de Organização Social para gerenciar a Policlínica de Quirinópolis (14/01/2020), Nenhum produto deliberado (04/02/2020), Aprovação dos Termos de Referência para contratação de Organização Social para Gerenciar as Unidades de Saúde Hospital Materno Infantil e Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (03/03/2020).
- Produção de 6 relatórios e 6 pareceres por parte dos integrantes da Secretaria-Executiva e das Comissões Inter-setoriais, os quais permitiram à Mesa Diretora apreciar e o Presidente deliberar “ad referendum” do plenário, sobre os seguintes Termos de Referência: Contratação emergencial de Organização Social em Saúde, visando à celebração de Contrato de Gestão para o gerenciamento, operacionalização e a execução dos atendimentos dos casos de covid-19 em regime 24 horas/dia: no Hospital de Campanha de Luziânia; Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás; Hospital de Campanha de Itumbiara; Hospital de Campanha de Goiânia; Hospital de Campanha de Formosa e Hospital de Campanha de São Luís de Montes Belos.
- Apresentação e validação do Plano Estadual do CES/GO;
- Elaboração da Nota Técnica nº 001/2020: Assessoramento para Organização e Composição do CMS do Município de Posse;
- Elaboração das Resoluções nº 001/20 e 002/20, que dispõem sobre o Termo de Referência para Licitação referente a contratação da Organização Social que gerirá o Hospital Estadual Materno Infantil – HMI Dr. Jurandir do Nascimento e o Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – HEMNSL, respectivamente.

OBSERVAÇÕES
Ações realizadas no segundo semestre:
- Apresentação e validação do Plano Estadual do CES/GO
- Nota Técnica nº 001/2020 – Assessoramento para Organização e Composição do CMS do Município de Posse.
- Realização de 1 Reunião Plenária (13/10/2020) com deliberações sobre as Resoluções Ad Referendum 01, 02, 03, 04, 05 e 06/2020,

que dispõem sobre o Termo de Referência que objetiva a contratação Emergencial de instituição qualificada como Organização Social em Saúde, para celebração de Contrato de Gestão, para o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha implantado nas dependências do Hospital Regional de Luziânia/GO"; no Hospital de Campanha de Itumbiara/GO, implantado nas dependências do Hospital e Maternidade São Marcos – Itumbiara/GO"; no Hospital de Campanha de Formosa/GO, implantado nas dependências do Hospital Municipal Dr. César Saad Fayad –Formosa/GO"; no Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás/GO"; no Hospital de Campanha implantado nas dependências do Hospital Municipal Dr. Geraldo Landó – São Luís de Montes Belos/GO"; e no Hospital de Campanha de Goiânia, implantado nas dependências do Hospital do Servidor Público Fernando Cunha Júnior – Goiânia/GO", respectivamente.
- Realização de 1 Reunião Plenária (13/10/2020) com deliberações sobre as Resolução Ad Referendum 07, que dispõe sobre o Regimento Eleitoral que regulamenta o pleito para escolha das organizações representativas da sociedade organizada visando à composição do CES para exercer mandato 2021 – 2024 e dá outras providências e Resolução Ad Referendum 08, que dispõe sobre a designação da Comissão Eleitoral do CESGO 2020.
- Elaboração de 12 pareceres técnicos (002 a 013) da Comissão Intersetorial de monitoramento e execução orçamentária financeira (CIMEOF) referentes a contratações emergenciais de Organizações Sociais para Gestão do Hospitais de Campanhas de Luziânia; Itumbiara; São Luís de Montes Belos; Águas Lindas; Goiânia; Luziânia; Águas Lindas; Formosa; Itumbiara; São Luís de Montes Belos e Goiânia, respectivamente.
- Realização de 1 Reunião Plenária (15/12/2020) com deliberações sobre os Pareceres Técnicos da CIMEOF, sendo: 001/2020 Análise dos objetivos, metas e ações do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2017 da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.; 5A/2020 Nova celebração de contrato emergencial do Hospital de Campanha na cidade de São Luís de Montes Belos; 6A/2020 - Nova celebração de contrato emergencial do Hospital de Campanha na cidade de Águas Lindas; e 008/2020 Celebração de Contrato de Gestão da Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas de Jataí; além do Parecer Técnico nº 014/2020 da Comissão Intersetorial de monitoramento da execução das políticas de saúde – (CIMEPS) – Análise dos objetivos, metas e ações do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2018 da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás; Resolução nº 003/20 que "Dispõe sobre Análise do Relatório Anual de Gestão 2017; e Realização do Processo Eleitoral Mandato 2021 a 2024;

B) Ouvidoria Setorial:
- 15.079 – referente ao total de ocorrências/atendimentos realizadas pela Ouvidoria Geral do SUS/SES-GO e a suas Ouvidorias descentralizados.
- 11.032 - referente ao produto ocorrências da Ouvidoria Estadual de Saúde registradas (Manifestações Registradas);
- 4.047 - referente ao produto Ocorrências da Ouvidoria Estadual de Saúde não Registradas (Disseminação de Informações);
- 92,71% - média referente às Ocorrências/atendimentos da Ouvidoria Estadual de Saúde Concluída (Taxa de Resposta).
- Hospitais e Unidades de Ouvidoria Nível I implantados no mês de outubro 2020 (5): HEELJ (Hospital Estadual de Ernestina Lopes Jaime) Hospital Regional de Formosa, Hospital Regional São Luis de Montes Belos Doutor Geraldo Landó, Policlínica Regional Unidade Posse, Hospital Regional de Itumbiara São Marcos de Itumbiara.

AÇÃO: 2084 - PREVENÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO DE PRODUTOS, SERVIÇOS, AMBIENTES E SAÚDE DO TRABALHADOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Realização de 691 ações de fiscalização e inspeção sanitária e ambiental. O número pode ser considerado baixo em relação as capacidade operacional da SUVISA, mas devido à pandemia as ações externas de fiscalização foram reduzidas ao atendimento de demandas de denúncias, Ministério Público e abertura de empresas, portanto conseguimos cumprir minimamente com o programado para este período.
- Além das ações de fiscalização e inspeção foi um período de grande produção documental com relação às medidas de prevenção à COVID-19 sendo elaboradas diversas notas técnicas, notas orientativas e protocolos para funcionamento das atividades econômicas.
- Realização de 68 campanhas educativas em vigilância sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.
- Realização de 27 fiscalizações na área de saúde do trabalhador.
- Utilização de estratégias de elaboração de Notas Técnicas (NT) e Boletins Informativos(BI), divulgando as informações de vigilância ambiental e em saúde do trabalhador para as Regionais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde, como atividade de campanhas educativas, considerando as limitações impostas pela Pandemia de Covid19. Todo o material está no site da SES.
- Realização de eventos para o Projeto Pró Catador: 07 eventos de ação educativa em Saúde da Trabalhadora de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável.
- Realização de ações educativas em controle vetorial voltadas para o uso de inseticidas e equipamentos, bem como alimentação de sistemas de informação e Nota Técnica sobre Inseticida Cielo.
- Realização de ações em controle vetorial voltadas para o uso de inseticidas e equipamentos, bem como alimentação de sistemas de informação e Uma Nota Técnica sobre Inseticida Fludora.
- Realização de Live com participação de servidora do Cerest Estadual (Elise), com o tema Cuidando do Cuidador (14/10/20).

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1043 - SAÚDE INTEGRAL
AÇÃO: 2147 - AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES LABORATORIAIS DE INTERESSE DE SAÚDE PÚBLICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.:

2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
O Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros é partícipe da Rede Nacional de Laboratórios, cuja competência é a coordenação da rede estadual de laboratórios públicos e privados que realizam análises de interesse de Vigilância em Saúde, controle de qualidade analítica, procedimentos de maior complexidade como complemento de diagnóstico, além da promoção de capacitação de recursos humanos e a prestação das informações relativas às atividades laboratoriais para os gestores nacionais.
O diagnóstico e monitoramento de doenças de notificação compulsória, a vigilância de doenças transmissíveis e saúde do trabalhador, da água para consumo humano e diálises, monitoramento de resíduos e contaminantes em amostras ambientais e o monitoramento da qualidade de produtos e serviços expostos à população fazem parte do escopo deste Laboratório e exigem respostas muito rápidas, dado à grande exposição a fatores ambientais, biológicos, químicos e físicos a que a mesma se submete cotidianamente.
1. Realizados 184.478 diagnósticos laboratoriais para o monitoramento de doenças de notificação compulsória, para a vigilância de doenças transmissíveis e saúde do trabalhador. Os procedimentos realizados são considerados de alta complexidade, incluindo diagnósticos de agravos como IST/AIDS, Hepatites Virais, contagem de células TCD4, TCD8 e TCD45, Dengue, Zika, Chikungunya, Influenza A H1N1, SARS-COV-2, outros vírus respiratórios, Tuberculose, Meningites bacterianas, sarampo, rubéolas, Febre Mayaro, Febre Amarela, etc.
2. Realizados 18.771 ensaios para o monitoramento da água para consumo humano e diálises, onde foram avaliadas presença/ausência de coliformes totais e Eschericia coli, além das quantidades de resíduos e contaminantes em amostras. Embora a meta de análise de água fosse de 40.000 análises/ano, em virtude dos decretos nº 9.634, de 13 de março de 2020 e nº 9.653, de 19 de abril de 2020, com suas respectivas alterações, as análises foram suspensas e retomadas na segunda quinzena de setembro de 2020, com a percepção do achatamento da curva de novos casos da COVID-19 e novamente autorizado o fluxo de envio de amostras de água de consumo humano ao LACEN.
3. Realizados 4.357 procedimentos laboratoriais para o monitoramento da qualidade de produtos e serviços expostos à população de riscos ambientais, biológicos, químicos e físicos. São avaliadas as características físicas, químicas, toxicológicas e microbiológicas de produtos acabados e/ou in natura, como medicamentos, alimentos, saneantes, cosméticos, etc. A Unidade reitera que tem impactado negativamente a morosidade na conclusão do processo de gestão do parque de equipamentos do LACEN, e a falta deste contrato gera na Unidade um grande número de equipamentos sem calibração, qualificação e manutenção preventiva e corretiva, não estando aptos a serem utilizados nas análises destes produtos, o que fez com que a produção ficasse aquém da proposta inicial e da necessidade de realização dos serviços.
4. No mês de fevereiro o LACEN-GO participou de forma ativa na missão “Operação Regresso à Pátria Amada Brasil” em Anápolis-Go, sendo responsável pela vigilância laboratorial da COVID-19 na tripulação da aeronáutica brasileira e nos repatriados advindos da China. Essa ação foi desencadeada após capacitação in loco pela equipe técnica da FIOCRUZ-RJ e IEC-PA, que validaram a implantação da técnica de RT-PCR COVID-19 no LACEN-GO, sendo este o primeiro laboratório da Rede de Laboratórios Centrais de Saúde Pública a ter a técnica implantada e validada. A partir desse momento o LACEN-GO passou a executar a vigilância laboratorial da COVID-19 no Estado de Goiás, mediante a demanda das vigilâncias epidemiológicas de cada município goiano. Ao longo desse processo ocorreram melhorias no diagnóstico do referido agravo passando de métodos de extração manual de RNA, para métodos automatizados, inicialmente utilizando o equipamento QIACUBE HT, com insumos cedidos pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB/MS) e posteriormente, a partir de outubro, com o contrato em comodato de outros dois equipamentos, CHEMAGIC 360, contrato do próprio Estado e o Kingfisher Flex, contrato da CGLAB. Ressalte-se que foram realizados 85.967 diagnósticos de RT-PCR para COVID-19 até 28/12/2020.

OBSERVAÇÕES
Inicialmente a capacidade instalada de realização de RT-PCR para a COVID-19 era de aproximadamente 60 exames/dia, passando para 250 exames/dia e chegando a uma capacidade aproximada de até 1.000 exames/dia após a chegada dos outros dois novos equipamentos.
5. Realizadas capacitações para 92 municípios com um total de 279 profissionais de saúde no diagnóstico do novo Coronavírus (Sars-Cov-2); Em vigilância ambiental entomológica foram capacitados 7 participantes em 2 municípios no manejo, acondicionamento e transporte de escorpiões; Além disso, foram capacitados também 5 participantes em 2 municípios na utilização do TRDPP – Teste Rápido Dual Path Platform.
6. Realizadas ações como medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da pandemia pelo novo Coronavírus, dentre as ações está a possibilidade de habilitar laboratórios da rede privada para que seus dados sejam reconhecidos pelos sistemas nacionais de vigilância. De acordo com a portaria n° 594/2020-SES, em seu artigo 6°, compete à Coordenação da Rede de Laboratórios analisar as propostas e documentações apresentadas e autorizar ou não a habilitação do Laboratório solicitante, sendo que até o mês de novembro 7 (sete) laboratórios foram habilitados: HLA Goiânia, INAC Aparecida de Goiânia, UFG Margarida, Hospital Araújo Jorge, UFG Biotec, UFG ICB e DNA Goiânia. Esse é um dos critérios para o Laboratório que tenha interesse em compor a Rede do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB) do Ministério da Saúde. Além da demanda espontânea de liberação de kits para coleta de material para vírus respiratórios pactuada com as Regionais referentes aos 246 municípios a Rede de Laboratórios atuou no apoio aos Hospitais de Campanha nos municípios de Luziânia, Águas Lindas, Formosa e Goiânia. A Coordenação da Rede também foi responsável pela organização do fluxo de funcionamento da toda a logística de Vigilância Laboratorial empreendida no programa de testagem em massa proposto pelo Governo do estado entre os meses de julho e novembro, testando mais de 20.000 indivíduos nesse período. A Seção de Entomologia realizou duas grandes pesquisas de vetores de Leishmaniose Visceral nos municípios de Teresina e Monte Alegre de Goiás, como parte das ações do projeto de encoleiramento de cães proposto pelo Ministério da Saúde.
7. Realizadas 21 visitas técnicas para orientação e supervisão de vigilância laboratorial.

AÇÃO: 2148 - ATENÇÃO À SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Realização de 1.941 atendimentos pelo SIATE.
Os produtos apresentados referem-se aos atendimentos pré-hospitalares com Suporte Avançado de Vida (SAV) realizados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência – SIATE. Não estão incluídos produtos de Suporte Básico de Vida (SBV), cujas

atividades pertencem ao Corpo de Bombeiros Militar (CBM-GO), dos quais foi gerada uma expectativa de 90 mil atendimentos em 2020, quantitativo este que não está alinhado com o Suporte Avançado de Vida. A meta física programada foi estimada em 90.000 atendimentos para o ano de 2020, considerando o número total de atendimentos conjunto das duas instituições, SIATE e CBM-GO.
- Realização de 108 atendimentos aeromédicos e UTI aéreo realizado.
Os dados informados referem-se ao número de atendimentos realizados pelo SIATE e pelo Centro de Operações Aéreas (COA) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás no atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência, que é viabilizado por meio do Convênio nº 12/2019-SES, o qual é um convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Segurança Pública-SSP para financiamento, estruturação e operacionalização de atendimentos de urgência e emergência terrestre e aéreo com abrangência estadual.
Há de se observar que a SES não dispõe de Contrato para prestação de serviço de UTI Aérea por empresa terceirizada, com isso o número de atendimentos realizados se encontra abaixo da média em virtude do serviço de Asa Fixa (avião) estar inoperante por necessidade de manutenção dos motores e aquisição de peças importadas.
Os atendimentos realizados utilizando asa fixa, decorrem do uso de aeronaves da Casa Civil, tripulada por médico, enfermeiro e piloto cedidos pelo SIATE e Centro de Operações Aéreas do CBMGO.
A partir de setembro do corrente ano, o serviço de asa rotativa (helicóptero), ficou inoperante em virtude do processo licitatório para empresa de manutenção preventiva e corretiva estar em andamento.
- Realização de 02 reuniões de alinhamento com os diretores dos consórcios já existentes, sem ônus para o estado.
- Implantação e operacionalização do Sistema de Regulação Ambulatorial e Hospitalar nos 246 municípios foram realizadas visitas técnicas de acordo com as necessidades apresentadas pelos municípios do Estado de Goiás.
- Por se tratar de um serviço logístico fundamental para a execução das atividades da Superintendência do Complexo Regulador em Saúde, o processo de implantação do Sistema Informatizado de Regulação do Acesso foi implantado nos 246 municípios, 100% dos municípios do Estado de Goiás, no primeiro semestre de 2020.
- 614 pacientes foram atendidos nos serviços de saúde de média e alta complexidade. O serviço de Tratamento Fora de Domicílio Interestadual, sob a Coordenação da SES-GO, por meio da Coordenação da Central Estadual de Regulação de Alta Complexidade e Tratamento Fora de Domicílio (CCERAC/TFD), executa a emissão de passagens aéreas e/ou terrestres e ajuda de custo para pacientes e acompanhantes que, por motivo de não haver serviço habilitado no Estado de Goiás, fazem tratamento de saúde eletivo de alta complexidade em outra Unidade Federativa do país.
No segundo semestre do ano de 2020 o serviço estava funcionando com uma pequena redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo os agendamentos das unidades executantes. Devido a situação de pandemia, com a suspensão de alguns agendamentos em unidades de outros Estados da Federação, houve uma pequena redução no serviço de TFD.
- Realização de 30 Auditorias de competência do Componente Estadual do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (até novembro/2020).
- 74 estabelecimentos sob gestão Estadual que apresentaram produção ambulatorial e hospitalar: (SIA/SUS e SIH/SUS) no 1º semestre.
- 305 visitas Técnicas realizadas em estabelecimentos de saúde nos referidos municípios, dentre elas:
Monitoramento leitos de UTI Goiânia, Nerópolis, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Jataí e São Luis de Montes Belos, Águas Lindas de Goiás e Luziânia; Rede Cardiologia em Goiânia, Anápolis, Rio verde e Catalão; Rede Doença Renal em Goiânia e São Luis dos Montes Belos; Policlínica em Santa Terezinha de Goiás, Posse e Goianésia e Hemorrede em Jaraguá, HCAMP Itumbiara, HCAMP Luziânia, HCAMP São Luís de Montes Belos, HCAMP de Águas Lindas, HCAMP de Goiânia, HCAMP Formosa, HUGOL e HUGO, no município de Goiânia, para a finalidade da implantação da Linha do Cuidado ao AVC.

OBSERVAÇÕES
- Foram cofinanciados no Estado de Goiás, leitos de enfermaria e UTI, nas seguintes unidades de saúde:
• 32 leitos de enfermaria no Hospital Municipal de Alvorada do Norte;
• 11 leitos de enfermaria e 30 leitos de UTI na Santa Casa de Misericórdia de Anápolis;
• 07 leitos de UTI no Hospital Nars Faiad, em Catalão (a partir de Abril/20);
• 08 leitos de enfermaria e 05 leitos de UTI na Santa Casa de Misericórdia de Catalão;
• 04 leitos de UTI no Hospital Domingos Mendes, em Ceres;
• 12 leitos de enfermaria e 10 leitos de UTI no Hospital de Caridade São Pedro D'Alcântara, em Goiás;
• 11 leitos de enfermaria e 07 leitos de UTI no Hospital Padre Tiago, em Jataí;
• 131 leitos de enfermaria e 172 leitos de UTI em Goiânia, por meio do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP.;
• 42 leitos de UTI em Aparecida de Goiânia, por meio do Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP.
• * 17 leitos de enfermaria e 10 leitos de UTI Adulto – Porangatu.
- Planos de trabalho homologados e em vigência, estabelecidos via cofinanciamento às seguintes unidades de saúde:
* Santa Casa de Misericórdia de Anápolis;
* Hospital Domingos Mendes (Ceres);
* Santa Casa de Misericórdia de Goiânia;
* 02 unidades de saúde por meio do PCEP Aparecida de Goiânia;
* Hospital Municipal de Alvorada do Norte;
* Hospital de Caridade São Pedro D'Alcântara (Goiás);
* Santa Casa de Misericórdia de Catalão;
* Hospital Nars Faiad (Catalão);
* Hospital Padre Tiago (Jataí);
* Hospital de Câncer / Araújo Jorge (Goiânia).
- Unidades de saúde que tiveram o contrato, convênio, termo de colaboração e credenciamento/habilitação:
A) Contratos, convênios ou termos de colaboração:
1. Clínica Médica do Rim – CLIMER de Águas Lindas;
2. Santa Casa de Misericórdia em Anápolis;
3. Santa Casa de Misericórdia de Goiânia;
4. Santa Casa e Misericórdia de Catalão;
5. Hospital de Campanha – HCAMP em Porangatu;
6. Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás;
7. Hospital de Caridade São Pedro D' Alcântara;
8. Instituto dos Olhos de Águas Lindas;
9. Hospital Dr.Domingos Mendes;
10. Hospital Padre Tiago.
B) Credenciamento / Habilitação - COVID 19:
1. Hcamp Porangatu (15 leitos). A prorrogação de novembro a dezembro diminuiu para 10 leitos;
2. Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia (30 leitos);
3. Hospital Nasr Faiad de Catalão (12 leitos). A prorrogação de novembro a dezembro diminuiu para 05 leitos;

4. Hospital das Clínicas Dr Serafim de Carvalho (10 leitos);
5. Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara (30 leitos). A prorrogação de novembro a dezembro diminuiu para 15 leitos;
6. Hospital das Clínicas (10 leitos);
7. Hospital de Urgências Dr Henrique Santillo (15 leitos);
8. Hospital Regional de Luziânia (10 leitos);
9. Hospital Regional de Formosa Dr. César Saad Fayad (10 leitos). A prorrogação de novembro a dezembro diminuiu para 05 leitos;
10. Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr Anuar Auad (10 leitos);
11. Hospital de Urgências Gov. Otávio Lage de Siqueira Hugol (13 leitos);
12. Hospital de Urgências de Trindade Walda Ferreira Dos Santos (06 leitos);
13. Hospital Municipal Dr. Evaristo Vilela Machado (10 leitos);
14. Hospital Regional de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Lando (11 leitos);
15. Hospital de Enfrentamento ao Coronavírus de Goiânia (20 leitos);
16. Hospital de Enfrentamento ao Coronavírus de Goiânia (30 leitos);
17. Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia HMAP (10 leitos);
18. Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara (08 leitos). A prorrogação de novembro a dezembro diminuiu para 05 leitos;
19. HCamp Águas Lindas de Goiás (22 leitos - suporte ventilatório);
20. Hospital Municipal de Rio Verde (20 leitos - suporte ventilatório);
21. Hospital Municipal Thuany Garcia Ribeiro (06 leitos - suporte ventilatório);
22. Hospital Municipal Doutor Henrique Santillo (04 leitos - suporte ventilatório);
23. Hospital Regional de Itumbiara São Marcos (20 leitos);
24. Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia HMAP (20 leitos)
25. Hospital Garavelo (05 leitos);
26. Hospital Renaissance Ltda (05 leitos);
27. Hospital Ortopédico de Goiânia Geraldo Pedra (07 leitos);
28. Hospital de Enfrentamento ao Coronavírus de Goiânia (20 leitos)
29. Hospital Estadual de Jaraguá Santino de Amorim (10 leitos);
30. Clínica do Esporte Ortopedia Frat. e Fisioterapia Ltda (05 leitos);
31. Hospital e Maternidade Municipal Célia Câmara (24 leitos);
32. Hospital Municipal de Rio Verde (20 leitos)
33. Credenciamento / Habilitação - Geral (Leitos de UTI) do Hospital São Silvestre (03 leitos de UTI adulto tipo II), Hospital Nossa Senhora Aparecida em Caldas Novas e Hospital Padre Tiago da Providência de Deus em Jataí.

Observação: Os leitos foram habilitados no momento oportuno, o que nada impede que tenha redução dentro desse período. A habilitação e prorrogação de leitos é realizada conforme portarias publicadas pelo ministério da saúde e eles não somatizam elas para efeito de prorrogação, cada uma é realizada no período solicitado.

- Repasse em dezembro de recurso federal aos 246 municípios em virtude da pandemia do Coronavírus para custeio de diversas ações e serviços, excedendo assim a meta física prevista para o produto 9221 – município atendido com serviço de saúde regionalizado via cofinanciamento que tem como meta física prevista atender 10 municípios.
- Transferência de recursos para custeio de ações e serviços nas redes de atenção a saúde municipais (atenção primária à saúde, assistência ambulatorial e hospitalar e vigilância em saúde) decorrentes do coronavírus – covid-19 ao SAMU, UPAS e município com serviço de saúde regionalizado via cofinanciamento.
- A partir do dia 14/12/2020, somam-se aos produtos do SIATE as ocorrências atendidas pelo Suporte Intermediário de Vida (SIV), um novo serviço a ser oferecido pelo SIATE, que encontra-se em Fase Piloto. No período de 14 a 27/12/2020, o SIV atendeu a 37 ocorrências. Já o Suporte Avançado de Vida atendeu a 152 ocorrências no período de 01 a 27/12/2020, totalizando 189 antedimentos do SIATE no período de 01 a 27/12/2020.

AÇÃO: 2149 - ATENDIMENTO ASSISTENCIAL EM SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES
1086 consultas especializadas realizadas.
137 restaurações de dente.
218 exodontias.
93 prótese total (maxilares e mandibulares).
148 prótese coronária.
02 enxerto gengival.
09 gengivectomina.
103 tratamento endodôntico.
02 biópsia de tecidos moles da boca.
20 frenectomia.
120 instalações de aparelhos ortodônticos fixos e aparelhos ortopédicos e ortodônticos removíveis.
451 manutenções dos aparelhos ortodônticos.
01 tratamento cirúrgico para tracionamento dental.
148 remoções de dentes inclusos.
01 remoção de tórus e exostoses.
531 radiografias periapicais.
1.454.237 atendimentos ambulatoriais e hospitalares realizados.
95.254 produções de hemocomponentes realizadas.
46.747 dependentes químicos atendidos.
33 visitas técnicas e supervisões de unidades de saúde nos municípios realizadas.
24.901 atendimentos ambulatoriais no CREMIC realizados. Em razão da disseminação do novo Corona Vírus (2019-nCov), a unidade encontra-se em cumprimento do Decreto Governamental nº 9.633 de 13 de março de 2020, que estabelece as normativas de funcionamento das unidades de saúde; e em sua consideração nº 01 estabelece o Teletrabalho e Desocupação Funcional por Calamidade Pública. Atendimentos restritos devido a Decreto Governamental n°9.633 de 13/03/20 (teleatendimento e profilaxia da dengue). Realização de atendimento das Práticas complementares autorizadas pelo SUS e em fase de implantação no sistema, foram

paulatinamente retomados, sendo estes regulados na unidade.
13.323 atendimentos ambulatoriais no CAPSI realizados.
- Realização do Plano de monitoramento das 17 Unidades Hospitalares gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde (OSS) e do Plano de Monitoramento da Policlínica Regional de Posse, gerenciada por OSS.
- Plano de Monitoramento de Unidade Ambulatorial em 01 Policlínica Regional da Unidade de Posse.
- Realização do Plano de Monitoramento das Unidades de Enfrentamento ao COVID com expansão de atendimento para os Hospitais de Campanha de: Goiânia, São Luis dos Montes Belos, Águas Lindas, Luziânia, Formosa e Itumbiara; finalização da Unidade de Enfrentamento ao COVID-19 do Hospital de Campanha de Águas Lindas.
- Instrução processual para processos de investimentos: Acompanhamento da implantação do prontuário eletrônico nas Organizações Sociais de Saúde (OSS), ressonância magnética para o Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi- HGG, Equipamentos, para Hospital Estadual de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz- HUGO , Central de geradores para o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira – HUGOL, Reforma de três andares Hospital de Campanha de Itumbiara - HCAMP ITUMBIARA para ampliação de leitos, Equipamentos e liberação para implantação do serviço de hemodiálise na Policlínica de Posse. Computadores para HGG e HDT.
- Elaboração de Termos Aditivos com estudos técnicos para 02 Centros Estaduais e 7 Hospitais.
- Plano de Monitoramento e Atualização do Portal: Informações para OS Transparência encaminhadas pelas OSS considerando a legislação Federal, Estadual e a Metodologia de orientação da Controladoria Geral do Estado de Goiás – CGE.
- Confecção de Relatórios de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão - COMACG, de acordo com prazo de vigência contratual.
- Confecção de Notas Técnicas com fiscalizações preliminares.
- Análise e elaboração da prestação de contas de todas as OSS, que são submetidas ao julgamento do gestor da pasta.
2.379 pacientes radioacientados monitorados no CARA. Houve atraso no recadastramento de pacientes em abril e maio devido a Pandemia do COVID – 19.
- Realizada no período de julho a dezembro busca ativa dos pacientes que se encontravam em situação irregular junto ao CARA por falta de recadastramento /monitoramento.
- Criação do atendimento por meio de telerecadastramento, monitoramento e teleconsulta disponibilizado aos pacientes acima de 60 anos ou que se encontravam em situação de risco de exposição ao COVID-19.
- 6 unidades de saúde mantidas.
- Efetivada a integração entre os sistemas SISRAD e SIGVIDAS/IPASGO.
- Realização do alinhamento de dados entre o IPASGO e o CARA, para averiguar as pessoas que se encontravam em situação de bloqueio e/ou exclusão do sistema junto ao IPASGO.

OBSERVAÇÕES
- Vale ressaltar que alguns produtos foram alimentados até novembro, pois não teve fornecimento dos dados do mês de dezembro, bem como a produção das O.S., CAPS e alguns produtos não tiveram atendimentos em dezembro.

AÇÃO: 2150 - CAPTAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Realizados 541 órgãos e tecidos captados. A queda justifica-se pela suspensão das captações de córneas desde o início da pandemia, conforme orientação do Ministério da Saúde.
- Realizados 571 órgãos e tecidos transplantados. No primeiro trimestre de 2020 o Hospital Geral de Goiânia se consolidou como um dos principais centros transplantadores renais do país, tendo ficado em 4° lugar entre os hospitais que mais realizaram essa modalidade de transplante no referido período. Já referente aos transplantes de tecidos houve uma queda de 63% devido a suspensão da captação de córneas desde o início da pandemia.
- Até outubro do corrente ano, por recomendação do Ministério da Saúde através da Nota Técnica Nº 34/2020-CGSNT/DAET/SAES/MS, os transplantes de córneas em caráter eletivo estavam suspensos, acarretando queda na quantidade total de transplantes. Com isso o número de órgãos e tecidos transplantados sofreu queda, uma vez que os transplantes de córnea representam o maior número de transplantes realizados no Estado de Goiás.
- No primeiro semestre houve uma queda de 15% no número de doadores de órgãos, justificado pela pandemia. Já no segundo semestre de 2020 houve um aumento de 10% no segundo semestre em relação ao mesmo período do ano de 2019, mantendo a média de 6 captações/mês durante todo o ano.
- Realizadas 46 campanhas de captação de órgãos e tecidos. Houve redução do número de campanhas devido a pandemia, tendo em vista que as palestras e capacitações eram realizadas no formato presencial. Retomada das palestras em junho (on-line) e algumas capacitações presenciais com número reduzido de profissionais de acordo com os protocolos, visando a segurança de toda a equipe profissional.

AÇÃO: 2151 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA SES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
A) Evolução no 1º Semestre:
- Hospital de Uruaçu: -5,27%
- Hospital de Uruaçu: continuação 5,09%
- Policlínica Formosa: 6,96%
- Policlínica Posse: 2,45%
- Policlínica Goiás: 4,24%
- Policlínica São Luís: 4,42%
- Policlínica Goianésia: 3,13%
- Policlínica Quirinópolis: 3,80%

- HDT Reforma e Ampliação: 1,36%
- Reforma/Adequação Complexo Almoxarifado/UBV: 3,94%
Importante destacar que:
1. Os valores das evoluções das obras foram retirados de planilha de acompanhamento de obras, sendo para este valor considerada a diferença do percentual "% físico executado do valor contratado" das planilhas entre Julho/2020 e Novembro/2019.
2. Os valores negativos de evolução das obras do Hospital de Uruaçu e CREDEQ Morrinhos são em decorrência da correção do valor faturado das obras informado anteriormente pela GOINFRA. E, na obra do Hospital de Uruaçu, houve, também, o aumento do valor do contrato. Como a porcentagem de evolução é a proporção do valor que foi faturado em relação ao valor total, quando há alteração nesses valores, ocorre a alteração na referida evolução.
3. Foi considerada apenas a evolução de OBRAS, não levando em consideração a evolução em termos de equipamentos já entregues nestas Unidades.
B) Evolução no 2º Semestre:
- Hospital de Uruaçu: 2,67%
- Hospital de Uruaçu: continuação 32,37%
- Policlínica Formosa: 12,47%
- Policlínica Goiás: 4,69%
- Policlínica São Luís: 6,15%
- HDT Reforma e Ampliação: 2%
- Reforma/Adequação Complexo Almoxarifado/UBV: 3,76%
Equipamentos médico-hospitalares:
- Criação das Solicitações de Bens e Serviços (SBS´s) para equipar o Hospital Estadual e Maternidade de Uruaçu (HEMU) e para equipar as Policlínicas de Goianésia, Quirinópolis, Formosa, São Luís de Montes Belos e Goiás.
- Início do processo de criação das SBS´s para equipar o Hospital Estadual de Águas Lindas de Goiás (HEALGO).
- Desmobilização dos equipamentos do Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás.
- Recebimento de 55 unidades de Ventiladores Pulmonares da marca Siare, de procedência italiana.
- Gravação do curso com instruções de utilização de Ventiladores Pulmonares de diversas marcas e modelos para profissionais da saúde do Estado.
- Acompanhamento do "Projeto Pneuma" junto à UFG e ao SENAI-GO na recuperação de equipamentos médico-hospitalares.
- Estudo técnico e financeiro de aproximadamente 70 processos de aquisição de equipamentos médico-hospitalares a título de investimento, advindos de ofícios das OSS´s.
- Criação de Procedimentos Operacionais Padrões (POP´s) formulários e fluxogramas para fluxos internos da Coordenação de Engenharia Clínica (CEC) e também para fluxos externos: requisições das OSS´s.
- Mapeamento de processos junto à Gerência de Patrimônio (GPAT).
- Atestado em Notas Fiscais e recebimento de diversos equipamentos médico-hospitalares para equipar as unidades de saúde da SES/GO.
- Manutenção de equipamentos: conclusão da instalação dos grupos geradores nas regionais de saúde; renovação do contrato de elevadores; estudo preliminar e abertura de processo para modernização dos elevadores do CMAC; manutenção dos equipamentos da rede de frio estadual.
- Manutenção predial: Gerenciamento de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em Unidades desta Secretaria; Renovação do contrato de manutenção predial vigente; Elaboração de novo Edital para contratação de serviços de manutenção predial.
- Projetos: Regularização de terreno onde está edificado o Hospital Estadual de Doenças Tropicais (HDT) junto à prefeitura municipal; aprovação de projeto arquitetônico do HDT junto à Vigilância Municipal; aprovação junto ao CBM/GO de projetos de prevenção e combate a incêndio referente à sede da SES, Escola de saúde e HDT; estudo técnico e financeiro de processos de elaboração de projetos, construção, reforma ou adequação de Unidades de Saúde sob gestão de Organizações Sociais, para liberação de recursos a título de investimento.
- Implantação da Policlínica de Posse, com um valor previsto de R$ 10.562.751,72

AÇÃO: 2152 - ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E FORTALECIMENTO DO SUS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- A pandemia Covid-19 exigiu a adoção de novas medidas: webconferências com foco na organização da APS para responder às necessidades em saúde geradas/agravadas pela pandemia.
- Implantação de guia orientador para enfrentamento à pandemia.
- Realização de oficinas temáticas conforme necessidades locorregionais – profissionais mais qualificados.
- Maior articulação interna das equipes de saúde, entre essas e a gestão de saúde e outras instituições.
- Maior articulação entre os pontos de atenção.
- Alinhamento de processos de trabalho – fortalecimento da rede de atenção à saúde.
- Estabelecimento de fluxos de atendimento e processos comunicativos entre os serviços.
- Fortalecimento do apoio técnico aos municípios.
- Organização, planejamento e realização de atividades virtuais em alusão ao Dia Nacional de Doação de Leite Humano, junto com o Comitê Estadual de Aleitamento Materno. Elaboração de Informe Técnico "Orientações sobre os cuidados e atendimento a recém-nascidos diante da pandemia de covid-19".
- Alteração da portaria do teste do coraçãozinho, que agora possui código específico na Tabela de Procedimentos do SUS.
- Envio de memorandos SEI às Regionais de Saúde e unidades de gestão da SAIS divulgando Portarias Ministeriais referentes ao enfrentamento a COVID-19 com enfoque à saúde da gestante, adolescentes e criança (Síndrome Inflamatória Multissistêmica) e homens. As portarias voltadas a transferência de recursos financeiros apresentadas em GT da Atenção e CIB. "Web-aula para trabalhadores da APS sobre Aleitamento Materno".
- Monitoramento mensal dos dados de produção das triagens neonatais (teste do coraçãozinho e orelhinha), testes do olhinho e linguinha e triagem da gestante (teste da mamãe), totalizando 59.712 no ano.
- 225 testes da mamãe pra toxoplasmose realizados.
- Elaborada minuta de Nota Informativa sobre Orientações sobre direito do acompanhante às gestantes/puérperas no contexto da COVID-19, processo SEI n. 202000010025445. "Curso Virtual para Fortalecimento da vigilância e atenção das DTHA/DDA e toxoplasmose".
- Em momento de transição da nova metodologia dos repasses de custeio federal, somado ao contexto da emergência de saúde pública,

a SAIS/GERAP, em consonância com COSEMS/GO, definiu que o cofinanciamento estadual da Atenção Primária dar-se-ia conforme maior repasse realizado ao município no ano de 2019. Os repasses mensais da contrapartida estadual foram realizados aos 246 municípios, pagos de janeiro a dezembro, totalizando 1.533 equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde com valor médio mensal de R$ 5.795.236,88.
- Realização da roda de conversa com gestantes adolescentes do projeto Meninas de Luz, mantido pela OVG.
- Realização de Palestra sobre Direitos Humanos, Ciclos de Vida e o papel do SUS, a instituição de ensino superior e sobre violência obstétrica, voltada a profissionais de saúde da Atenção Secundária e Terciária.
- Realização e participação em eventos e ações educativas e comunicacionais, por meio de plataformas digitais, com enfoque em campanhas consolidadas, internacionalmente e nacionalmente, e datas comemorativas e atravessada pela temática atual, contexto da pandemia, tais como: câncer de mama e colo de útero, aferição de pressão arterial, dosagem de glicemia, orientação sobre hábitos saudáveis, realização de práticas integrativas, Semana Mundial de Aleitamento Materno/Agosto Dourado; Semana Internacional da Juventude; Setembro Amarelo; Dia Internacional do Idoso; Campanha Nacional de Vacinação contra a poliomielite, Outubro Rosa e Novembro Azul. Para além disso, foram realizadas e houve a participação como colaboradora em capacitações: “Capacitação Virtual sobre Medidas de Biossegurança para profissionais de Unidades de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes”.
- Realização de 13 (treze) reuniões virtuais junto às 18 Regionais de Saúde, Coordenadores da APS (SMS) e representantes de Instituições de Longa Permanência, voltadas a orientações quanto a testagem sorológica para COVID-19 e realização de inquérito epidemiológico.

OBSERVAÇÕES
- Distribuição de fórmulas infantis, fase I (0 a 6 meses) e fase II (6 a 9meses) as unidades que realizam o atendimento a criança exposta ao HIV/HTLV. Entre Janeiro a Junho/2020, tivemos a dispensação média para 110 crianças e entre 01/07/2020 e 27/11/2020, tivemos a dispensação média para 110 crianças. Foram 1.278 crianças expostas ao vírus HIV e HTLV beneficiadas com fórmula infantil.
- Monitoramento dos casos de HIV-Aids e sífilis dos 246 municípios do Estado, notificados no SINAN e banco de dados da APAE, através de vigilância epidemiológica.
- Investigação dos casos de transmissão vertical de sífilis e HIV.
- Dispensação mensal de insumos de prevenção para os 246 municípios, ONG e instituições. De 01/07/2020 a 27/11/2020 foram dispensados preservativos masculinos, preservativos femininos e géis lubrificantes.
- Dispensação de 104.070 kits de teste rápido para HIV, 2.550 autotestes para HIV e 179.800 sífilis para os municípios, através das Regionais de Saúde e para os Centros de Testagem e Aconselhamento.
-Elaboração e divulgação do Boletim Epidemiológico Estadual da Sífilis e Boletim Epidemiológico de HIV-AIDS publicados anualmente nos meses de outubro e dezembro respectivamente.
- Distribuição de 1.140.212 kits de saúde bucal que ocorreu por estimativa populacional IBGE a todos os municípios goianos por meio das Regionais de Saúde. Devido à pandemia, as eSB utilizaram de estratégias para entrega à população: durante os atendimentos de urgência, na consulta de pré-natal odontológico, em campanhas de vacinação, ações em abrigos de crianças, em visita domiciliar, em centros de atendimento de covid-19. O monitoramento foi feito nas oficinas de implantação do Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia e pelas regionais, por whatsapp. A abrangência, prioritariamente às gestantes, bebês, crianças, adolescentes, idosos pela equipe de saúde bucal.
- Realização de atividades de educação e promoção em saúde bucal e distribuição de folders de saúde bucal para as equipes de saúde bucal (eSB) - folders de gestante e bebê, adultos, idosos e de câncer de boca, e de saúde criança/adolescentes.
- Compilação de documentos das Regionais de Saúde sobre a situação da rede de atenção as pessoas em situação de violências de suas regiões e as populações específicas.
- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica para a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás.
- Elaboração de protocolos e notas técnicas sobre COVID-19 para as unidades socioeducativas do Estado.
- Solicitação e disponibilização de EPI’s (óculos e capote) para as equipes de saúde das unidades socioeducativas do Estado.
- Participação em Live sobre campanha 18 de maio “Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual infantil”.
- Monitoramento das Unidades Socioeducativas sobre COVID-19
- Realização de duas oficinas on-line: Oficina on-line sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) e Oficina “Tecendo Redes”.
- Solicitação em CIB de testes rápidos para COVID-19 para os servidores e adolescentes das unidades socioeducativas.
- Emissão e divulgação de Nota Técnica (Manutenção de serviços para pessoas em situação de violências).
- Reunião GTI PNAISARI.
- Duas Mesas de debates on-line.
- Realização de duas Oficinas on-line: “Tecendo Redes”.
- Curso on-line de medidas de Biossegurança.
- Quatro Reuniões on-line do Comitê de enfrentamento ao COVID-19.
- Realização de três Oficinas on-line: “Tecendo Redes; Saúde Mental e Violências”; PNAISARI; e duas Mesas de Debate sobre o assusto, on-line.
- 40.700 atendimentos em saúde a reeducando realizados.
- Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator/PAILI – 461 Acompanhamentos dos pacientes do PAILI de janeiro a junho 2020.
- Ações de qualificação: - Cuidados psicológicos durante a pandemia da Covid-19; - Qualificação da Equipe de Teleatendimento na Central de Orientação e Inteligência Covid 19 CORI.
- 11 ações de Apoio Institucional: - Apoio Institucional da equipe Central de Orientação e Inteligência CORI Covid-19; Apoio institucional online no município de Anápolis- modelação CAPS AD III E CAPS III; - Apoio institucional online nos Municípios de Catalão, Goianésia, Rio Verde, Senador Canedo; - Apoio institucional por meio de cinco encontros em cada macro região de Saúde.
- 3 ações de Monitoramento e Avaliação da RAPS.
- Levantamento de necessidades dos CAPS (FormSUS) no atendimento a pandemia e no cuidado psicossocial. .
- Levantamento de necessidades dos Hospitais Gerais FormSUS no atendimento a pandemia e no cuidado psicossocial.
- Produção de dois Boletins dos dados levantados.
- 60 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS implantados e cofinanciados, dentre eles: CAPS I:45; CAPS II:18; CAPS III: 1; CAPS AD:5; CAPSi:3; CAPS II AD:3; CAPS III AD:2; STR: 17.
- Construção e ampla divulgação às Regionais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde de conteúdo com orientações de medidas de Prevenção e Controle de casos de COVID-19 para o sistema prisional. Portarias, Notas Técnicas, Notas Informativas, Boletim Informativo e divulgação de Canais Eletrônicos Oficiais (sites, Apps, entre outros).
- Realização de videoconferências com representantes das dezoito Regionais de Saúde onde foram repassadas orientações quanto aos cuidados com a população privada de liberdade e trabalhadores do sistema prisional sobre o novo coronavírus.
- Foi pactuada a capacitação emergencial dos servidores penitenciários quanto ao uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o modo correto de higienização das mãos e equipamentos utilizados e outras orientações sobre a segurança pessoal

no desenvolvimento do trabalho no ambiente prisional.
- Elaboração de formulário eletrônico a ser preenchida pelas Secretarias Municipais de Saúde com informações pertinentes a população prisional de seu território.
- Realização de duas ações de monitoramentos mensais de consultas especializadas e distribuição contínua de protetores solares aos portadores de XP.
- Realização de assessorias: a) aos municípios elegíveis no Estado de Goiás, aptos e/ou com a ocorrência de População em Situação de Rua, b) para equipes de Consultório na Rua implantada, c) para municípios não-elegíveis, d) para a criação de 3 Serviços Ambulatoriais Especializados do Processo Transexualizador, e) para a criação de 1 Serviço Ambulatorial Especializado em Anemia Falciforme – diagnóstico, acompanhamento e monitoramento da população.
- Apoio à implementação e implantação das Políticas Nacionais de Equidade em Saúde, com os seguintes números de ações realizadas nos municípios e regiões de saúde: LBGT= 14, Negra= 16; população de rua= 5 e indígena= 5.
- Implementação de 01 fluxo assistencial para atenção às pessoas com doença falciforme, desde a triagem neonatal até os adultos, assegurando vinculação das consultas especializadas e exame de apoio diagnóstico.
- Qualificação dos seguintes números de profissionais e lideranças dos movimentos sociais e comunidades tradicionais nas temáticas de saúde das populações: LGBT = 385 pessoas, NEGRA = 460 pessoas, Pop. Rua = 380 e Indígena = 268 pessoas qualificadas.
- Fortalecimento da Rede Intersetorial de Atenção às pessoas em situação de violências.
- Promoção de Mesas de debate – Projeto “Violências em Cena” – iniciativa da Coordenação de Atenção à Saúde de Pessoal em situação de violência, migrante e socioeducativo.
- Capacitação de Doulas, com certicação, para atuarem nas maternidades respeitando as medidas de biossegurança frente à pandemia da COVID 19.
- Capacitação das 18 Regionais de Saúde sobre Rede Intersetorial de Atenção às pessoas em situação de violência, sendo trabalhadas as violências por populações: mulher, criança e adolescente, idosos, negros, migrantes, LGBTI e suas especicidades.
- Capacitação e qualicação dos CAPS das cinco macrorregionais do estado, através de ocinas: “Interface saúde mental e violências – da compreensão à atuação”, em parceria com a Gerência de Saúde Mental e VIVA.
- Capacitação dos CREAS em parceria com a Superintendência da Mulher e Igualdade Racial sobre violências perpetradas contra mulheres e rede intersetorial de atenção, pontos de atendimento e encaminhamentos pertinentes.
- Participação da Coordenação de Atenção à Saúde de Pessoal em situação de violência, migrante e socioeducativo no webnário Maria da Penha para divulgação da Rede intersetorial de Atenção às mulheres em situação de violência.
- Realização do Curso de “Medidas de biossegurança aplicadas à atuação de doulas frente a pandemia de COVID-19", no dia 30 de junho de 2020, período matutino. A ação foi promovida pela Secretaria Estadual de Saúde em parceria com Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás.
- Realização de Live Campanha 18 de maio: Intensicando o olhar da saúde, noticação, prevenção, atenção e educação para o enfrentamento da violência sexual.
- Mesas de debate “Adolescente em conito com a lei – o sistema socioeducativo: violências, indiferenças e proteção”; “Violência Obstétrica em tempos de pandemia”; “Violência contra a Mulher em tempos de pandemia” (parceria com a Coordenadoria Estadual de Violência doméstica e familiar no TJGO e DEAM.
- Participação de reuniões, assembleias ordinárias e extraordinárias do Conselho Estadual dos direitos da criança e adolescente – CEDCA, Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher e Comitê de Convivência Familiar e Comunitária, estabelecendo parcerias intersetoriais para atendimento das demandas relacionadas às situações de violências.
- Composição de Câmara Técnica para Revisão do Plano Estadual de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Articulação entre a SES e SSP/GO para criação de Termo de Cooperação entre as citadas secretarias para disponibilização de servidores nas áreas de enfermagem (enfermeiros e técnicos), psicologia e assistência social, para compor a equipe de atendimento na SALA LILÁS – IML.
- Ocinas da PNAISARI/SINASE para os prossionais do Sistema Socioeducativo, Regionais de Saúde e prossionais de saúde das unidades.
- Referência para a PNAISARI nos municípios (Realizada mensalmente, com temas relativos a Lei do SINASE e da PNAISARI).
- Curso sobre medidas de biossegurança para os prossionais do sistema socioeducativo de Goiás em parceria com a UFG (realizado duas vezes durante o período da pandemia de COVID-19.
- Ocina de Matriciadores de Saúde Mental da PNAISARI-2020, Projeto Educação Continuada.
- Estabelecimento de parceria com a SEDUC- Área do Socioeducativo e PSE para qualicação das ações do PSE e acompanhamento junto às unidades Socioeducativas.
- Atuação junto ao Comitê de monitoramento da Covid 19 no sistema socioeducativo, por meio de reuniões semanais, com participação na elaboração da Nota Técnica de enfrentamento e prevenção da Pandemia nas unidades socioeducativa e da Nota Técnica do retorno das visitas familiares aos adolescentes das Unidades Socioeducativas, bem como acompanhamento epidemiológico da Covid 19 junto a servidores e adolescentes.
- Inicio do monitoramento pelas Regionais Central, Entorno Norte, Entorno Sul, Sul e Norte dos indicadores estabelecidos pela SES (uso de psicotrópicos e atendimentos referenciados e atendidos pela RAPS) e relatórios das ações e estratégias de acompanhamento da PNAISARI junto a Atenção Primária, e após, realizado o consolidado mensal e apresentado no GTI-E.
- Acompanhamento do envio dos indicadores do 1° semestre, da PNAISARI, do Ministério da Saúde junto aos municípios de Goiânia, Formosa, Anápolis, Itumbiara, Luziânia e Porangatu.
- Participação junto ao Ministério da Saúde da Proposta de Novo modelo de Plano de Ação Anual da PNAISARI, em busca de um planejamento mais eciente e passível de acompanhamento mais efetivo pelas Secretarias Estaduais e Ministério da Saúde.
- Orientação aos municípios na elaboração do Plano de Ação Anual da PNAISARI /2021.
- 114 pacientes portadores de xeroderma atendidos.
- Transferência de recursos para custeio de ações e serviços nas redes de atenção a saúde municipais (atenção primária à saúde, assistência ambulatorial e hospitalar e vigilância em saúde) decorrentes do coronavírus – covid-19 ao produto 9062 – equipe de saúde da família implantada/cofinanciada – ESF.

AÇÃO: 2153 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E APRIMORAMENTO DE PESSOAL PARA O SUS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES
2801 - GABINETE DO SECRETARIO DA SAUDE

REALIZAÇÕES

- Implementação da nova versão da Plataforma Moodle para a realização dos cursos ofertados na modalidade EaD com 1.622 inscritos no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola de Saúde (Educa Saúde).
- Implantação software GNUTECA (Sistema de Gerenciamento de Biblioteca-software livre) para gerenciamento de acervos bibliográficos da SES e Indexação na Biblioteca Virtual em Saúde do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. BIREME: Indexação de documentos na Biblioteca Virtual em Saúde/BVS - 148 documentos publicados.
- Indexação da Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás, Cândido Santiago (RESAP) no Sistema regional de informações on-line para revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – Latindex: de 2020, com 21 artigos publicados.
- Estruturação das informações da página da SESG no portal da SES com a gestão das informações na nova página da ESG no site da SES concluída.
- Avaliação e monitoramento de 571 Projetos de Pesquisa no âmbito da SES-GO.
- Efetivação do Núcleo de avaliação de Tecnologia em Saúde da SESG/SES-GO na Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Rebrats), que tem o objetivo de promover e difundir a área de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) no Brasil: Produção do Núcleo: 11 Notas Técnicas de Revisão Rápida (NTRR), 02 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), 03 Pareceres de Revisões Super Rápidas (PRSR) e 02 Pareceres de Políticas de Saúde Informadas por Evidências (PPIE).
- Realização de 23 Cursos para 6.241 egressos nas áreas de atenção à saúde, vigilância em saúde, gestão em saúde, educação popular, metodologias educacionais, metodologias de pesquisa e residência multiprofissional, sendo:
5.166 atores do SUS capacitados/especializados em ATENÇÃO À SAÚDE;
294 atores do SUS capacitados/especializados em GESTÃO EM SAÚDE;
42 docentes da SES-GO capacitados em METODOLOGIAS EDUCACIONAIS;
238 atores do SUS capacitados/especializados em VIGILÂNCIA EM SAÚDE;
131 atores do SUS capacitados/especializados em EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE;
177 profissionais do SUS e comunidade em geral capacitados em METODOLOGIA DE PESQUISA;
63 Residentes multiprofissionais capacitados no EIXO TRANSVERSAL.

AÇÃO: 2154 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Proposição e desenvolvimento de uma Vídeoconferência do Programa Bolsa Família, para esclarecimentos relacionados ao acompanhamento das condicionalidades do programa na 1º Vigência de 2020 e a Pandemia do novo coronavírus (COVID – 19).
- Proposição e desenvolvimento de uma Reunião Virtual de Avaliação dos Programas de Suplementação Nutricional (Ferro, Vitamina A e NutriSus), Bolsa Família na Saúde, Vigilância Nutricional e apresentação do Manual Orientador para o Monitoramento dos Programas pelos Apoiadores das Regionais de Saúde.
- Para o enfrentamento da situação de emergência de saúde decorrente do Coronavírus, não houve possibilidade de realizações de Campanhas neste período em respeito ao Decreto nº 9.634 de 13/03/2020. Superintendência de Vigilância em Saúde.
- Webconferência realizada para a Regional de Saúde (RS) Rio Vermelho e seus municípios jurisdicionados sobre cadastro na plataforma e-Gestor, alimentação das informações do PNSVA no sistema de gestão do programa e preenchimento do FormSUS (formulário eletrônico de controle de estoque). Realizada no dia 06/11/20 com duração de 2h, via plataforma Zoom.
- Divulgação aos municípios e coordenação/organização da palestra ministrada por técnicos da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde sobre a divulgação do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, durante a comemoração do Agosto Dourado (03/08/20, 10h, via Google Meet) – 29 participantes (24 participantes dos municípios e RS. E posterior disponibilização dos slides da apresentação e do Guia Alimentar às RS para que divulgassem aos municípios.
- Acompanhamento da divulgação dos resultados preliminares sobre os indicadores de aleitamento materno no Brasil (documento publicado) do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI).
- Acompanhamento dos resultados publicados mensalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19, realizada em 2020.
- Elaboração da arte de material gráfico sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira (folder sobre a classificação dos alimentos).
- Parceira com o Projeto SISVAN – participação e colaboração nas reuniões sobre a análise dos dados do Sistema pelos alunos de graduação e mestrado da UFG, como componente do Projeto “Ações de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS no Estado de Goiás”.
- Participação do Webinário “ENANI-2019: novas evidências e a agenda de promoção, proteção e apoio à amamentação”, organizado pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro (UFRJ) com participação da CGAN (Gisele Bortolini e Janini Ginani). Foram apresentados os dados preliminares de aleitamento materno do ENANI. Realizado no dia 26/08/20 com duração de 2h07’.
- Participação do Webinário “Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos” em comemoração ao mês de conscientização sobre a importância do aleitamento materno – Agosto Dourado. Organizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Paraná com participação da CGAN (Gisele Bortolini e Glauciene Leister). Realizada no dia 31/08/20 com duração de 1h04’.
- Participação da palestra “Conversa do INU à distância – Agenda de Alimentação e Nutrição no SUS”, organizada pelo Instituto de Superintendência de Vigilância em Saúde Nutrição da UERJ e apresentada pela Coordenadora da CGAN (Gisele Bortolini). Realizada no dia 31/08/20 com duração de 1h16’, via Youtube. Foi abordada a Agenda CGAN.
- 2ª Videoconferência realizada no dia 01/09/2020, às 9h (com os apoiadores das RS e municípios). Apresentação dos resultados da 1ª vigência do PBF na Saúde; Abertura da 2ª vigência e orientações, tendo em vista o Decreto nº 443, prorrogando a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família.
- Parceira com o Projeto SISVAN – participação e colaboração nas reuniões sobre a análise dos dados do Sistema pelos alunos de graduação e mestrado da UFG, como componente do Projeto “Ações de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS no Estado de Goiás”.
- Portarias e materiais encaminhados às regionais e municípios (Apresentação resumo FAN; Instrutivo FAN 2020; Ofício MS FAN 2020; Portarias MS 802 e 1.012 e 6 de consolidação; e-mail MS orientando sobre saldos remanescentes).
- Acompanhamento do processo de aquisição dos sachês (pregão) do Programa NutriSUS, de acordo com informações do MS enviadas por email.

OBSERVAÇÕES
- Acompanhamento dos resultados publicados mensalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19, realizada em 2020.
- Capacitação com os apoiadores das RS sobre apresentação do Manual dos Apoiadores das RS, monitoramento dos programas de

suplementação nutricional, Programa Bolsa Família e Vigilância Alimentar e Nutricional/SISVAN. Dias 21 e 23/09, das 8:30 às 10:30, via Google Meet. No dia 21/09 participaram 16 pessoas, sendo 11 representantes de RS e 1 município e os demais da equipe da VAN/SES. No dia 23 foram 10 participantes das RS, 1 estagiária e 4 membros da equipe da Nutrição.
- Participação da webconferência com as coordenações estaduais do PBF das regiões Norte e Centro-Oeste realizada no dia 24/09/20 das 10-12h, via Google Meet. Assunto: Contextualização PBF no DEPROS; Informe Ofício nº 30/2020 – acompanhamento das condicionalidades da saúde durante a 2ª vigência de 2020; Atualização caderneta de saúde da criança; Espaço para discussão das realidades estaduais. Superintendência de Vigilância em Saúde.
- Participação do Webinário "Ambiente Alimentar e Obesidade Infantil", organizado pela Faculdade de Nutrição da UFAL com participação da CGAN (Gisele Bortolini). Realizada no dia 24/09/20 com duração de 1h35'.
- Participação da reunião com o grupo da pesquisa "Ações de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS no Estado de Goiás" da UFG. Foi abordado o desenvolvimento das atividades nos quatro eixos da pesquisa para conhecimento da equipe envolvida. Realizada por meio de uma videoconferência no dia 25/09/20 com duração de 2h.
- Levantamento das ações exitosas na implementação de ações de alimentação e nutrição nos municípios goianos a pedido da CGAN/MS.
- Parceira com o Projeto SISVAN – participação e colaboração nas reuniões sobre a análise dos dados do Sistema pelos alunos de graduação e mestrado da UFG, como componente do Projeto "Ações de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS no Estado de Goiás".
- Reorganização da série histórica dos dados antropométricos dos municípios (SISVAN).
- Participação do Encontro da CGAN com as Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição, no qual foram abordadas as novas agendas da CGAN para 2020, ressaltando os novos projetos e ações em andamento. Realizado no dia 01/10/20, via plataforma Teams, com duração de 2h45'.
- Participação da semana de DCNT (05-09/10/20) do MS: Panorama das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil.
- Participação da reunião virtual da CGAN com os representantes estaduais do PSE da saúde e da educação, onde foi apresentado o "Monitoramento das metas do PSE e do Crescer Saudável", realizada no dia 08/10/20 com duração de 1h30'.
- Participação da web palestra sobre "Planejamento e execução do FAN", ministrada pela CGAN/MS (Ana Carolina Lucena e Paloma Abelin) para o Estado da Bahia. Realizada no dia 13/10/20 com duração de 1h37', via plataforma Telessaúde Bahia.
- Participação do Web "Encontro da CGAN com Referências Estaduais de Alimentação e Nutrição sobre Obesidade na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)", no qual foi apresentado o Programa de Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS e discutido proposições ao programa. Realizado no dia 14/10/20 com duração de 2h. Superintendência de Vigilância em Saúde.
- Participação no Webinar de "Lançamento das Recomendações do INCA para Prevenção de Câncer pela Alimentação, Nutrição e Atividade Física", dia 16/10, 10:30 às 12h, via Youtube.
- Participação da Reunião da CGAN, CGCTAB e representantes das Secretarias Estaduais de Saúde envolvidos no cuidado às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, para dialogar sobre a "Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020 que dispõe sobre incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde", no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.
- Realizada no dia 18/10/20, com duração de 2h30', via plataforma Teams.
- Acompanhamento da divulgação dos resultados da atenção primária e informações antropométricas (documento publicado) da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 – 21/10/20.
- Acompanhamento dos resultados publicados mensalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19, realizada em 2020.
- Encontro com técnicos dos municípios e regionais de saúde sobre a Agenda CGAN e monitoramento dos programas de suplementação nutricional, SISVAN e bolsa família do ano de 2019. Datas: 21 e 22/10/20, das 8 às 10h. Participaram 19 técnicos no primeiro dia e 34 no segundo, além da estagiária de nutrição e da equipe técnica da Nutrição.
- Participação do Webinar sobre o "Plano para Prevenção e Controle da Obesidade Infantil (PROTEJA)", organizado pela CGAN/MS. Realizado no dia 10/11/2020, via plataforma Teams, das 14:30 às 16:30, com detalhamento da estratégia, ainda em fase de elaboração pelo MS.
- Acompanhamento do Projeto SISVAN – análise dos dados do Sistema pelos alunos de graduação e mestrado da UFG. Superintendência de Vigilância em Saúde.
- Reorganização da série histórica dos dados antropométricos dos municípios (SISVAN).
- Participação da Web Oficina com o tema "Sistema de Micronutrientes do e-Gestor: diálogos sobre o monitoramento", organizada pela equipe técnica de alimentação e nutrição da Secretaria de Estado de Saúde do MT (Esp. Jane Taveira) em parceira com a CGAN/MS (MS. Kátia Godoy). Realizada no dia 11/11/20 com duração de 1h41', via plataforma Tele Educa Mato Grosso.
- Participação da reunião com o grupo da pesquisa "Ações de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS no Estado de Goiás" da UFG. Foi abordado o andamento das atividades da pesquisa em seus quatro eixos de ação. Realizada por meio de uma videoconferência no dia 13/11/20 com duração de 2h.
- Participação do Painel de Evidências Científicas sobre os Programas Nacionais de Suplementação de Vitaminas e Minerais, coordenado pela CGAN/MS no dia 23/11/2020 com duração de 3h, via plataforma Teams. Este web encontro contou com apresentações da equipe do ENANI sobre as prevalências nacionais de hipovitaminose A e anemia em crianças menores de cinco anos, e também, de outras instituições como OPAS/OMS, SBP e Febrasgo trazendo as recomendações diante dessas situações. Houve um momento de discussão para reformulação dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes.
- Participação da videoconferência com as equipes de gestão do Programa Saúde na Escola (PSE) e Bolsa Família (PBF) na saúde, realizando uma discussão sobre a adesão ao PSE ciclo 2021/2022 e sua articulação com o PBF na saúde. Realizada no dia 24/11/2020 com duração de 1h, via plataforma Teams.
- Acompanhamento da divulgação dos resultados parciais do ENANI sobre as prevalências de anemia e hipovitaminose A entre crianças brasileiras menores de cinco anos.
- Acompanhamento dos resultados publicados mensalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19, realizada em 2020.

AÇÃO: 2155 - PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

2801 - GABINETE DO SECRETARIO DA SAUDE

REALIZAÇÕES
- O Centro de Atendimento Estadual de Avaliação Terapêutica Álcool e outras Drogas (Ceat-AD), vinculado a Gerência de Regulação Ambulatorial/SCRS, realizou no 1º semestre de 2020 triagens de pacientes dependentes de álcool e drogas e regulações para as Unidades Terapêuticas que recebem cada perfil de paciente. Após março do corrente ano, com a pandemia da COVID-19, os atendimentos foram suspensos, permanecendo somente as urgências psiquiátricas, justificando assim os resultados de ações alcançados no primeiro semestre de 2020.
- Retomada dos atendimentos em outubro inicialmente exclusivos para as Comunidades Terapêuticas e Conselho Tutelar. Dia 17 de novembro retomamos a demanda espontânea com limite diário de atendimentos de acordo com os protocolos de retorno devido a COVID-19, justificando assim os resultados de ações alcançadas no segundo semestre de 2020.
- Retomada e reuniões do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.
- Entrega de kits mobiliários para os municípios solicitantes no projeto de implantação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas do Estado de Goiás e Ministério
- Em construção do Plano de Contingência de Prevenção ao Suicídio.
- Reuniões Inter setoriais com Ministério Público, Secretaria Estadual de Educação para a realização do Plano de Prevenção ao Suicídio.
- Conclusão do processo de Prestação de Contas de Convênios.
- Realização 10 Oficinas para os CAPS - Violência e Notificação.
- Reuniões Inter setoriais com Ministério Público, SUVISA, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação para a realização da - Proposta de Acolhida Socioemocional para Educandos do Estado de Goiás no Contexto da Pandemia do CORONAVÍRUS.
- Construção do Guia de Saúde Mental- Orientações para o Cuidado Integral no Enfrentamento da COVID-19 na Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Goiás.
- 02 comunidades terapêuticas fiscalizadas.
- 2.065 atendimentos realizados em tratamento do consumo de álcool de outras drogas pela CEAT-AD.
- 03 campanhas de prevenção, reinserção e sensibilização sobre álcool e outras drogas.
- 1582 atendimentos realizados em tratamento do consumo de álcool e outras drogas pelas Comunidades Terapêuticas.

AÇÃO: 2156 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- A SES-GO recebeu 700.000 doses da vacina antirrábica animal para a execução da referida campanha, o que equivale a 50% das doses necessárias. As vacinas foram entregues no mês de junho/2020 e vieram do Ministério da Saúde.
- 7 campanhas de vigilância e prevenção da violência e acidentes de trânsito realizadas, dentre elas: Dia 18 de maio – Dia nacional de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes; Maio Amarelo – mês de prevenção aos acidentes de trânsito; Dia 15 de junho – Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa. Todas as campanhas foram realizadas via redes sociais, com lives e divulgação de post de prevenção dirigidos à população geral.
- A Gerência de Imunizações realizou campanha educativa para as campanhas de vacinação contra Influenza e Sarampo por meio de mídia social. Foram realizadas para estas: mídia espontânea através de veículos de comunicação como: entrevistas, cards para divulgação em whatsApp, facebook e instagram da Secretaria Estadual de Saúde e coletivas com Secretário de Estado da Saúde. Também foram realizadas capacitações para profissionais de saúde por Web conferência. Ressalva-se que as ações realizadas não houveram ônus para o Estado.
- Foi realizado também capacitações presenciais para o projeto Imuniza Goiás com as 18 Regionais de Saúde e respectivamente com alguns municípios destas por web conferência.
- Monitoramento contínuo das coberturas vacinais por meio do SIPNI e aconselhamento de ações que contribuem para o alcance das metas preconizadas para os grupos a fins.
- Vacinação extramuros em modo Drive Thru durante o período de campanha de vacinação Contra Influenza para o grupo prioritário de idosos.
- Dos 246 municípios do Estado, 194 atingiram cobertura vacinal geral maior ou igual a 90%, representando uma homogeneidade de 78,86%. Contudo, não houve alcance da cobertura vacinal preconizada para todos os grupos prioritários.
- Na intensificação de vacinação contra Sarampo, Goiás totalizou 151.130 doses aplicadas para o público de 20 a 49 anos. Para a população de crianças de um ano a cobertura vacinal acumulada até maio de 2020 é de 57,03%.
- Em Goiás, a cobertura vacinal total para influenza alcançou o índice de 94,03%, sendo que a meta preconizada pelo Ministério da Saúde é de no mínimo 90%. Dos grupos prioritários atingiram a cobertura: Trabalhadores de Saúde (103,46%), Indígenas (225,06%) e Idosos (126,19%). Os demais ficaram abaixo da meta preconizada: crianças de 6 meses a menores de seis anos (65,16%), gestantes (82,02%) Puérperas (88,11%), adultos com faixa etária de 55 a 59 anos (74,33) e indivíduos com comorbidades (85,19%).
- Realização de 18 ações prevenção e controle em IST-Aids, através de reuniões de avaliação com Macro Regionais e apoio institucional em Qualificação de Notificações, Execução de Teste Rápido, Manejo Clínico de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Profilaxia Pré-Exposição do HIV, Sistema de Monitoramento Clínico de Pessoas Vivendo com HIV e sistema SISLOBLAB e Manifestações Dermatológicas em Pessoas Vivendo Com HIV.
- As Campanhas de conscientização foram feitas através de mídias sociais para prevenção e detecção precoce de hepatites virais.
- Realizados 3.503 casos de hepatite investigados.
- A coordenação de IST e Hepatites Virais não fazem a investigação de caso notificado e sim o monitoramento do sistema e correção das notificações compulsórias que não atendem aos critérios, e encaminham as solicitações de correção às regionais e aos municípios.
- A Gerência de Imunização desenvolveu o projeto Imuniza Goiás que tem como objetivo específico aumentar a cobertura vacinal de quatro vacinas: Pentavalente, Tríplice Viral, Poliomielite e Pneumocócica 10 Valente, definidas pelo indicador do PQAVS. Contudo, essas vacinas são administradas em conjunto com os demais imunobiológicos pertinentes para a idade da criança o quem vem ao encontro da oportunidade para realizar as demais vacinas, contribuindo para o aumento geral das coberturas vacinais do calendário básico de vacinação das crianças menores de dois anos.
- Destaca-se o contínuo monitoramento das coberturas vacinais bem como o contato por telefone com as Regionais de Saúde e municípios para identificar fatores que estão contribuindo com a baixa cobertura e consequentemente orientar estratégias efetivas para resolução.

OBSERVAÇÕES

- Cobertura vacinal: A CV é mensurada como o percentual de vacinados na população alvo para cada vacina. A fração correspondente ao denominador que compõe o cálculo do indicador de CV para a população de menores de um ano e 1 ano de idade,
- Coberturas vacinais das vacinas Pentavalente, Pneumocóccica 10 valente, Poliomielite e Tríplice viral das crianças menores de 2 anos de idade. Goiás, janeiro a maio de 2020*.
IMUNOBIOLÓGICO JANEIRO FEVEREIRO
Pentavalente (< 1 ano) 91,42 30,85
Pneumocóccica 10 Valente (<1 ano) 82,83 52,1
Poliomielite (< 1 ano) 87,38 47,7
Tríplice Viral (1 ano) 75,4 58,78
Fonte: sipni.datasus.gov.br/vacinação/relatórios/cobertura vacinal
- Durante o mês de janeiro foi monitorado 6 eventos: rompimento de represa em Pontalina; Surto de intoxicação exógena em funcionários da UPA flamboyant em Aparecida de Goiânia; Vendaval em Pirenopólis; Rompimento de represa em Catalão; e monitoramento de 2 surtos: 1 Síndrome Diarréica Aguda; 1 Escabiose.
- Durante o mês de fevereiro foi monitorado 7 surtos: 6 Síndrome Diarréica Aguda; 1 Síndrome mão-pé-boca.
- Durante o mês de março 2 eventos: 1 Surto de Varicela; Monitoramento da Pandemia de COVID-19; mês de abril 3 eventos: 1 Surto de Síndrome Respiratória Aguda; 1 Surto de Influenza Humana por novo subtipo e Monitoramento da Pandemia de COVID-19; maio1 eventos: Monitoramento da Pandemia de COVID-19 e mês de junho1 eventos: Monitoramento da Pandemia de COVID-19.
- Implementação de medidas de prevenção e controle das doenças imunopreviníveis e respiratórias.
- 116 municípios com o Programa de Controle do Tabagismo implantado. 164 Unidades de Saúde realizaram atendimento aos tabagistas. Houve adesão ao tratamento de 59,75%. 1.220 pacientes usaram algum tipo de medicamento para o tratamento do tabagismo (84,08%). 543 pacientes pararam de fumar (37,42%). Os dados/resultados podem ter sido influenciados pela pandemia do novo coronavírus, repercutindo em menor alcance do programa.
- A Coordenação de Doenças Negligenciadas realizou ações de vigilância epidemiológica para o controle de Tuberculose, Hanseníase e DTHA (Doenças Transmitidas por Água e Alimentos). Para os programas de Tuberculose e Hanseníase, todos os Municípios goianos estão contemplados com as políticas públicas para o para o controle dessas doenças. Para as de DTHA, todos os 246 municípios estão contemplados com as políticas públicas para o controle dessas doenças, no entanto, somente 231 implementaram as ações voltadas para monitoramento e investigação.
- Capacitação de 132 profissionais para o manejo clínico da Hanseníase.
- Assessoria remota contínua para controle da Tuberculose.
- Monitoramento in locu em 09 municípios para avaliação e controle do Programa de Hanseníase.
- Avaliação e monitoramento remoto dos indicadores epidemiológicos e operacionais da tuberculose e infecção latente da Tuberculose.
- Monitoramento in locu nos municípios, para avaliação e controle do Programa de TB, não aconteceram em virtude do Decreto governamental para restrição de despesas e em razão da pandemia - covid-19
- 222 municípios com hipertenso e diabético cadastrados.
- Monitoramento indireto das doenças diarréicas transmitidas por água e alimentos para os 246 Municípios.
- Elaboração do boletim epidemiológico com tema: o tabagismo e a covid-19, o qual está sendo avaliado pela coordenação de análise e pesquisa da Suvisa, em sua 4ª revisão, para publicação no site da instituição.

AÇÃO: 2167 - ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENT. AO ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS - APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Implantação temporária de hospitais de campanha para atendimento de pacientes com Covid-19 em Goiás nas seguintes localidades: Águas Lindas de Goiás, Porangatu, Goiânia, Luziânia e Formosa, São Luiz de Montes Belos, Itumbiara e Jataí.
- Ampliação da testagem (Painel Viral) e Aquisição e manutenção de equipamentos e insumos para detecção de SARS COV-2: Essa Meta ficou voltada para as ações da COVID-19 sendo executada parcialmente em virtude da pandemia, sendo os recursos utilizados por outra fonte.
- Em 2020 não foi possível ampliar a vigilância sentinela da Síndrome Gripal (SG) por falta de insumos laboratoriais, com a retomada da realização do painel viral pelo LACEN está previsto a implantação de mais sete unidades sentinelas em Goiânia.
- Ampliação da Rede CIEVS nas Macro Regiões de Saúde (Detecção Monitoramento e Resposta de Surtos de COVID e outros Vírus Respiratórios): Ação já iniciada com a capacitação das equipes (Regional Sudoeste 1 e Centro Sul) e Aguardando disponibilização de recursos para execução.
- Ampliação e implementação da Rede de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (aquisição de equipamentos e insumos): Ampliado os NVEHs em mais 3 Hospitais: HCAMP Goiânia, HEJA - Jaraguá e HUANA - Anápolis.
- Estruturação e manutenção de sistema de monitoramento de COVID (TI): Em desenvolvimento pela TI.
- Ampliação de recursos tecnológicos (Internet; sistemas de webconferências; plataformas de cursos online; computadores e notebooks; smart phone para o plantão do cievs): Recebido do MS: 1 sistema de webconferências; 02 notebooks e 02 Tablets.
- 39 Boletins epidemiológicos COVID-19.
- Elaboração do Plano Estadual de Contingência para o Enfrentamento da Doença pela COVID-19.
- 8 Capacitações realizadas com o nível central (SUVISA), 18 Regionais de Saúde e 135 municípios (484 participantes) sobre Atualização do Guia de Vigilância de COVID-19.
- Envio de relatórios diários de casos de COVID-19 em Goiás para o Ministério da Saúde.
- 15 Capacitações com os Núcleos de Vigilância Epidemiológica dos Hospitais Estaduais e Hospitais de Campanha.
- Elaboração de documentos norteadores para o enfrentamento da COVID-19: 17 informes técnicos; 3 notas técnicas ; 1 nota informativa.
- Participação na construção do Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino do Estado de Goiás.
- Condução das reuniões do Centro de Operações de Emergências - Coronavírus (40 até o momento).
- 150 análises de planilhas dos bancos de dados dos sistemas de informação de COVID-19, para correção de duplicidades e inconsistências de dado.
- Designados técnicos da GVE para a função de apoiadores das Regionais de Saúde.
- Participação do CIEVS nas reuniões do Comitê de Óbito por COVID-19 (mais de 170 óbitos analisados);
- Hospitais beneficiados com recurso: dados extraídos do sistema SIPLAM:
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital São Marcos em Itumbiara;

Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Regional de Luziânia;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de Formosa,
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital de Águas Lindas;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de São Luís de Montes Belos;
Hospital São Cottolengo;
Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros – LACEN/SES-GO;
Hospital das Clínicas Dr. Serafim de Carvalho – Jataí;
Hospital Fernando Cunha Júnior – Hospital do Servidor Público;
Hospital Padre Tiago na providência de Deus – em Jataí;
- Contrato para fornecimento de 60.000 testes de extração de ácidos nucleicos virais automatizado e insumos para pipetagem automatizada com fornecimento de equipamentos.
- Aquisição emergencial de 54.000 unidades de swab de nylon ou poliéster(swab rayon) estéril, embalado individualmente para execução de coletas de amostras biológicas de casos suspeitos de casos de Covid-19.
- Aquisição de materiais e EPI's para o prevenção e controle ao combate a pandemia do COVID-19 a ser utilizados pelos servidores da Casa do idoso da Vila Mutirão.

AÇÃO: 2168 - ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENT. AO ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS - APLICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Hospitais beneficiados com recurso: dados extraídos do sistema SIPLAM
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital São Marcos em Itumbiara;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Regional de Luziânia;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de Formosa,
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital de Águas Lindas;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital Municipal de São Luís de Montes Belos;
Hospital de Campanha para Enfrentamento do Coronavírus – Hospital de Porangatu;
Hospital Fernando Cunha Júnior – Hospital do Servidor Público;
Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad - HDT.
Hospital de Urgências de Trindade – HUTRIN.
Hospital Estadual de Jaraguá Sandino de Amorim – HEJA.
Hospital de Urgências de Anápolis – HUANA.
- Aquisição de equipamentos e mobiliários co o objetivo de estruturar os novos leitos do Hospital de Urgências de Anápolis Dr. Henrique Santillo – Huana.
- Aquisição, via importação direta, de forma emergencial de unidades de ventiladores mecânicos, para fins de operação e funcionamento de Hospitais de Campanha e Hospitais Estaduais.
- Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e logística de transporte aéreo e importação e seguro de ventilador pulmonar mecânico, entrega será em território Italiano, visando o atendimento à emergência em saúde pública.
- Expansão de leitos de unidades de terapia intensiva – UTI e leitos de enfermaria.
- 92 diárias no diárias no Atlantica Hotels Internacional Brasil Ltda (Comfort Suites Flamboyant) por 60 dias, para profissionais da área da saúde que trabalham na linha de frente ao enfrentamento do COVID-19 .
- 500 unidades de filtro anti-bacteriano e anti-viral de única utilização, para uso em ventiladores mecânicos.

AÇÃO: 3051 - PROJETOS E ATIVIDADES NA ÁREA DA SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Entre os meses de Janeiro a Junho/2020, foram solicitados aos municípios/entidades beneficiadas com emendas parlamentares, documentação para instrução dos processos administrativos SEI originados em decorrência das emendas parlamentares impositivas.
- 220 municípios foram contemplados com investimentos em ações e serviços de saúde.

AÇÃO: 3054 - PROJETOS E ATIVIDADES NO HOSPITAL SÃO PIO X EM CERES (EMENDA PARLAMENTAR)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2800 - SECRETARIA DA SAÚDE

U.O.: 2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

REALIZAÇÕES
- Solicitação ao Fundo Municipal de Saúde de Ceres, documentação para instrução processual.
- Em reunião realizada entre técnicos da SES e da Secretaria de Estado da Economia, foi informado a SES que esta ação não deverá ser efetivada no exercício de 2020.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Denes Pereira Alves

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
a) Retomar a produção de produtos para saúde e posterior produção de medicamentos ao Sistema Único de Saúde - SUS;
b) Obter as Boas Práticas de Fabricação – CBPF;
c) Reorganizar administrativa e financeiramente com redução de custos e foco em melhores resultados;
d) Atender o usuário do Sistema Único de Saúde – SUS nas demandas públicas de medicamentos e produtos para saúde.

2.2 Legislação
A IQUEGO é uma sociedade de Economia Mista de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 4.207 de 06/11/1962. É jurisdicionada à Secretaria de Estado da Saúde por força do Decreto nº 457 de 05/06/1975.
Considerando ainda que a IQUEGO possui regramento jurídico regido pela Lei nº 13.303 de 30/06/2016, denominada lei das estatais e Decreto n° 9.402 de 07/02/2019, que dispõe sobre as regras de governança e o tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Indústria Química do Estado de Goiás – IQUEGO é uma Sociedade de Economia Mista criada por meio da Lei Estadual de Goiás nº 4.207/1962, com a finalidade de produzir medicamentos para atender as demandas do Ministério da Saúde - MS, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais, e demais instituições que atendam ou administrem o serviço de saúde pública, gratuita e/ou filantrópica, nos termos do art. 4o, “a”, do Estatuto Social, com a função de regular a formação de preços do mercado, melhoria da qualidade de vida e o aumento da acessibilidade.
Atual diretoria da IQUEGO vem empreendendo esforços na consolidação do plano de recuperação econômico e produtivo. Tem como instrumento norteador os dispositivos da Lei nº 13.303 de 30/06/2016, lei das estatais e Decreto n° 9.402 de 07/02/2019, que dispõe sobre as regras de governança e o tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte.
A IQUEGO tem como missão produzir medicamentos e produtos para a saúde visando salvaguardar as demandas do Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e demais instituições que atendam ou administrem o serviço de saúde pública, gratuita e/ou filantrópica.
Importante frisar que o modelo de sistema de saúde público utilizado no Brasil, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, é um dos maiores do mundo, atendendo cerca de 180 milhões de brasileiros e que abrange desde o atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população. Apenas a título informativo, o Ministério da Saúde, em 2019, pagou mais de R$ 489 milhões bilhões na compra de medicamentos dos componentes básico, especializado, estratégico e para o tratamento da AIDS. Esse Sistema, que tem os governos como clientes, tem despertado o interesse de grandes players mundiais do ramo farmacêutico. FONTE: Painel de Preços - Ministério da Economia.
Aqui em Goiás também percebemos a vitalidade desse setor, sendo o polo farmacêutico de Anápolis referência por seu dinamismo, geração de empregos e renda. Estão presentes na região mais de 168 empresas, sendo 20 grandes laboratórios farmacêuticos nacionais e multinacionais que, juntos, empregam cerca de 6 mil pessoas de forma direta.
Para resolver o problema encontrado pela atual gestão, foi elaborado um plano de recuperação da Iquego, que tem como premissa alavancar novas oportunidades de negócios.
Compõe o plano de recuperação desta empresa, apresentado ao Senhor Governador, a contratação de Parceria de Desenvolvimento Produtivo – PDP, com transferência tecnológica com objetivo de recompor o portfólio desta empresa. Nestas parcerias os investimentos para execução dos projetos, ocorrerão, tão somente por conta do parceiro privado, que ao associar-se com a IQUEGO, acessará o mercado público (SUS), durante todo período de internalização da tecnologia de produção, através da dispensa de licitação fundamentada no ART. 24 DA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 8666/93 (incisos VIII e XXXII), prerrogativas legais que assistem esta Indústria Química do Estado de Goiás.
Neste contexto, atualmente encontra em análise na Procuradoria Geral do Estado de Goiás – PGE/GO, dois chamamentos públicos que trata:
1. CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 001/ 2019 - Processo SEI nº 201900055000087
Realização de Chamamento Público para Licenciamento e/ou comercialização de medicamentos antirretrovirais com transferência de tecnologia para atendimento dos programas de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde, (em consulta na PGE 2019000550000867).
Medicamentos:
Dolutegravir 50mg comprimido revestido
Ritonavir 100mg comprimido revestido
Lopinavir + Ritonavir 200mg + 50mg / 100mg + 25mg comprimido revestido
Ombitasvir/Veruprevir/Ritonavir + Dasabuvir (12,5mg + 75mg + 50mg) + 250mg comprimido revestido
Tenofovir 300mg comprimido revestido
Tenofovir + Lamivudina 300mg + 300mg comprimido revestido
Raltegravir 400mg comprimido revestido e 25mg / 100mg comprimido mastigável
Darunavir 75mg / 150mg / 600mg comprimido revestido
Este projeto tem como benefício contribuir para a execução das políticas públicas de saúde no páis, a partir da inovação científica e tecnológica na produção de Medicamentos para tratamento de infecções por retrovírus; redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS a longo prazo, evitando ficar refém do monopólio e/ou oligopólio internacional no fornecimento de medicamentos e/ou produtos estratégicos para a saúde; racionalização e redução de preços de produtos estratégicos para saúde pública em todo país na medida em que serve como regulador de preço de mercado; comprometimento do parceiro de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas de valor agregado para a inovação produtiva do complexo industrial farmacêutico brasileiro e ainda, alavancar o desenvolvimento sustentável da produção de medicamentos e produtos para a saúde deste importante laboratório público oficial,

aumentando seu portfólio com a inclusão de novos produtos extremamente rentáveis, dando sustentabilidade produtiva e financeira para a Iquego.
Em fase de seleção de Candidatos.
2. CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 002/2019 - Processo SEI nº 201900055000086
Realização de Chamamento Público para licenciamento e/ou comercialização de medicamentos oncológicos com transferência de tecnologia para atendimento à Política Nacional de Atenção Oncológica do Sistema Único de Saúde, (em consulta na PGE 201900055000086).
Medicamentos:
Anastrazol 1mg comprimido
Letrozol 2,5mg comprimido
Mesilato de everolimo 2,5mg / 5mg / 10mg comprimido
Mesilato de imatinibe 100mg / 400mg comprimido revestido
Este projeto tem como benefício contribuir para a execução das políticas públicas de saúde no país, a partir da inovação cientifica e tecnológica na produção de medicamentos para o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – degenerativas, mentais, e oncológicos, dentre outros; reduzindo a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS a longo prazo, evitando ficar refém do monopólio e/ou oligopólio internacional no fornecimento de medicamentos e produtos estratégicos para a saúde; racionalização e redução de preços de produtos estratégicos para saúde pública em todo país na medida em que serve como regulador de preço de mercado, comprometimento do parceiro de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas de valor agregado para a inovação produtiva do complexo industrial farmacêutico brasileiro e ainda, alavancar o desenvolvimento sustentável da produção de medicamentos e produtos para a saúde deste importante laboratório público oficial, aumentando seu portfólio com a inclusão de novos produtos extremamente rentáveis, dando sustentabilidade produtiva e financeira para a Iquego.
O projeto se encontra na Análise de proposta de Candidatos.
Outro projeto em andamento é a Parceria Público-Privada (c), pois combate parte dos problemas estruturais por meio de um projeto de compartilhamento de riscos e ganhos, pactuado em forma de colaboração de finalidade lucrativa, qual seja: o ente público propõe às empresas privadas que invistam em obras e serviços públicos, inclusive na forma de produtos, além da sua responsabilidade de gestão e operação do parque industrial da IQUEGO, da mesma forma, o parceiro acessará o mercado público (SUS), durante todo período da parceria público e privada, através da dispensa de licitação fundamentada no ART. 24 DA LEI DE LICITAÇÕES - LEI 8666/93 (incisos VIII e XXXII).
É um modelo “ganha-ganha” onde a IQUEGO recebe investimentos e portfólio e o parceiro privado consegue alcançar o mercado público de medicamentos com todas as facilidades e vantagens inerentes ao Laboratório Público Oficial. Importante salientar que, nesta alternativa, os resultados advindos da operação fabril permitirão a amortização do passivo da IQUEGO.
Além disso, estrategicamente, como política de governo, a PPP nos ajudará a manter o único Laboratório Público do Centro-Oeste do Brasil, que tem, entre outras potencialidades, situação geográfica privilegiada em termos de logística, capacidade para produzir mais de 1,7 bilhão de unidades de medicamentos ao ano e prerrogativas tributárias e de comercialização diferenciadas.
Desta forma, formulamos uma modelagem de parceria na qual manteremos o controle institucional, patrimonial e decisório, tão importantes para o atendimento das demandas fundamentais do SUS, com investimento, agregação de conhecimento, agilidade e eficiência de um parceiro privado, por todo o período da vigência do contrato de concessão. Isso é fundamental no caso da indústria farmacêutica já que ela, por ser muito dinâmica e competitiva, exige investimentos constantes e velocidade no processo de tomada de decisões.
Acreditamos que a associação entre o público e o privado, via um projeto de parceria, é fundamental e necessária para a IQUEGO e será um grande e decisivo passo na direção de sua modernização, racionalização, aperfeiçoamento do processo fabril e ampliação de sua abrangência logística, resultando na concretização de seus propósitos como empresa pública e em sua perenidade.
4. CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 005/ 2019 - Processo SEI nº 202000055000065
Foi assinada parceria estratégica com transferência
de tecnologia de produtos prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS), a serem registrados em nome
da INDUSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. (IQUEGO) e adquiridos do Parceiro
Tecnológico durante as etapas de absorção do conhecimento, respeitando os marcos regulatórios em vigor,
contemplando medicamentos e plataformas tecnologias estratégicas para o Produto Alcool etilico em Gel e na forma líquida visando o atendimento as necessidades da Pandemia
Este projeto de fabricação e comercialização das preparações antissépticas ou sanitizantes foi implementado em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada à pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), contribuindo no atendimento das políticas públicas emergenciais na prevenção do combate ao Coronavírus.
Ja esta em fase de fabricação e comercialização os seguintes produtos: Álcool Gel: 440g , 1L e 5L - Antisséptico para as mãos; Álcool líquido: 1L, desinfetante de uso geral.
Convênio com faturamento bruto de R$ 76.220,29 ja recebidos, ainda sem divisão de lucro liquido.
Com mais de R$ 280.976,03 entregues a receber de diferentes instituições no Brasil.
5 - CHAMAMENTO PÚBLICO - Processo SEI nº 202000055000003
Projeto de implementação de transferência de plataformas tecnológicas, biotecnológicas e quimioterápicas para fabricação autônoma e independente de medicamentos e insumos estratégicos, prioritariamente, destinados ao Sistema único de Saúde – SUS, objetivando a produção de medicamentos para Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) - Degenerativas, Mentais, Produtos Oncológicos entre outros, nos termos da Lei n.º 13.303/2016.
Este projeto tem como benefício contribuir para a execução das políticas públicas de saúde no páis, a partir da inovação científica e tecnológica na produção de medicamentos para o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – degenerativas, mentais, e oncológicos; redução da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS a longo prazo, evitando ficar refém do monopólio e/ou oligopólio internacional do fornecimento de medicamentos e produtos estratégicos para a saúde; racionalização e redução de preços de produtos estratégicos para saúde pública em todo país na medida em que serve de regulador de preço de mercado; comprometimento do parceiro de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas de valor agregado para a inovação produtiva do complexo industrial farmacêutico brasileiro e ainda, alavancar o desenvolvimento sustentável da produção de medicamentos e produtos para a saúde deste importante laboratório público oficial, aumentando o portfólio com a inclusão de produtos extremamente rentáveis, dando sustentabilidade produtiva e financeira para a Iquego.
Produtos prospectados neste projeto: Bicalutamida 50 mg; Cabazitaxel 40 mg/ml; Cisplatina 1 mg/ml e 0,5 mg/ml; Citarabina 100 mg/ml, injetável; Epirrubicina 2 mg/ml; Exemestano 25 mg; Fluoruracila 50 mg/ml, injetável; Gencitabina 1 g, injetável e 200 mg, injetável; Irinotecano 20 mg/ml, injetável; Metotrexato 25 mg/ml, injetável e 100 mg/ml, injetável; Palonosetrona 0,05 mg/ml, injetável; Pemetrexede 100 mg, injetável e 500 mg, injetável; Vincristina 1 mg/ml, injetável e 0,5 mg/ml, injetável; Voriconazol 50 mg, 200 mg, comprimido e 200 mg, injetável.
Participam deste projeto: Equipe Técnica da àrea de Produção; Equipe de Novos Negócios; Equipe de Licitação; Comissão Técnica -

Portaria nº 003/2020 - PRESI; Controller; Assessoria Jurídica e Auditoria Interna e demais setores quando necessário.
Etapas do projeto para o ano de 2020: Elaboração de Termo de Referência; Publicação do Chamamento Público; Apresentação de proposta e manifestação de interesse (Parceiro); Análise das propostas;
6- Termo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
Projeto de Desenvolvimento e produção em escala piloto de formulações líquidas e semissólidas contendo o repelente sintético DEET, de combate a insetos. Este projeto será REALIZADO em parceria da Iquego com a FUNAPE E UFG. A duração do projeto é de 36 meses a partir da data de assinatura do contrato.
O uso de repelentes de insetos é uma das medidas profiláticas mais eficazes para o controle da transmissão de determinados vírus de grande importância na saúde pública (dengue, febre amarela, filariose, chikungunya, zika). Como exemplo recente do impacto dessas arboviroses na saúde pública pode-se citar a ocorrência de quadros graves como a microcefalia por infecção congênita com zika vírus (4.222 casos em 2016). O desenvolvimento de formulações seguras e efetivas contendo esse ativo repelente é de grande interesse público e beneficiará crianças, idosos e gestantes, que estão entre as mais vulneráveis às doenças veiculadas por mosquitos. Esta produção industrial de formulações com base no DEET apresenta também, custo reduzido, segurança aumentada e efetividade elevada. Além disso, o desenvolvimento destas novas formulações permitirá também o depósito de patente e da escrita de artigos científicos de alto fator de impacto, tendo em vista a relevância e importância do tema. Ainda, a parceria poderá resultar no registro, produção e comercialização dos produtos pela própria Iquego, uma vez que terá o direito à exclusividade na exploração econômica dos ativos desenvolvidos no âmbito desta parceria, aumentando assim, o portfólio de medicamentos e produtos deste laboratório farmacêutico.
Desenvolvimento e produção em escala piloto de formulações líquidas e semissólidas contendo o repelente sintético DEET.
Daniel Jesus de Paula - Coordenador do Projeto -IQUEGO - Bruno Machado Carvalho - Coordenador do Projeto - FUNAPE - Stephania Fleury Taveira - Coordenadora do Projeto - UFG
Etapa realizada no ano de 2020 - Caracterização das formulações iniciais (liberação in vitro, estabilidade, toxicidade in vitro)
Obs.:
1- As datas previstas de execuções das metas/ etapas dos projetos poderão sofrer alterações e atrasos em razão dos problemas causados pela pandemia do COVID-19.
2 - Dificuldades e demora nos processos de licitações e implementações das parcerias para as transferências de tecnologias, em razão de serem projetos inovadores de grande complexidade ainda pouco utilizado no Brasil.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
a) Planejamento estratégico;
b) Deliberações da Diretoria e do Conselho de Administração.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Os indicadores de desempenho estão definidos em “unidades” para a quantidade de medicamentos produzidos, para obras e reformas realizadas e máquinas/ equipamentos adquiridos.
E seguimento de etapas dos cronogramas propostas no Planejamento.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1043 - SAÚDE INTEGRAL
AÇÃO: 2157 - IQUEGO EM AÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2890 - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS - IQUEGO

U.O.: 2890 - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS - IQUEGO

REALIZAÇÕES
PRODUTOS: 8212 e 7915 - Conseguimos atingir a meta para os produtos Tira Reagente que estava em 25.000.000 Tiras. Chegamos ao valor de 73.959.950 vendidas num R$ 27.708.532,08, ultrapassando bastante a meta estimada, devido a bons contratos com a Cidade de São Paulo e o Estado do Paraná. Os aparelhos medidores de glicoses são entregues mediante comodato de acordo com contratos pré estabelecidos pela venda das Tiras reagentes. Foram distribuídos uma quantidade de 119.975 aparelhos nos diferentes contratos, monstrando uma boa proporção favoráveis a Lucratividade do projeto no ano de 2020.
PRODUTO NOVO - ALCOOL A 70%
CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 005/ 2019 - Processo SEI nº 202000055000065
Foi assinada parceria estratégica com transferência de tecnologia de produtos prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS), a serem registrados em nome da INDUSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. (IQUEGO) e adquiridos do Parceiro Tecnológico durante as etapas de absorção do conhecimento, respeitando os marcos regulatórios em vigor, contemplando medicamentos e plataformas tecnologias estratégicas para o Produto Alcool etilico em Gel e na forma líquida visando o atendimento as necessidades da Pandemia. Este projeto de fabricação e comercialização das preparações antissépticas ou sanitizantes foi implementado em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada à pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), contribuindo no atendimento das políticas públicas emergenciais na prevenção do combate ao Coronavírus.
Ja esta em fase de fabricação e comercialização os seguintes produtos:
Álcool Gel: 440g, 1L e 5L - Antisséptico para as mãos;
Álcool líquido: 1L, desinfetante de uso geral.
Convênio com faturamento bruto de R$ 76.220,29 ja recebidos, ainda sem divisão de lucro liquido.
Com mais de R$ 280.976,03 entregues a receber de diferentes instituições no Brasil.

OBSERVAÇÕES
Para o Medidor de Glicose eles são distribuídos em regime de comodato, a empresa oferece os aparelhos/equipamentos (glicosímetros), já codificados e calibrados, compatíveis para utilização das respectivas tiras reagentes de acordo com a quantidade adquirida.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

RODNEY ROCHA MIRANDA

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Formulação da Política Estadual de Segurança Pública, visando a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio; assim como, a formulação da Política Estadual Penitenciária, e, a execução das atividades de defesa do meio ambiente; de segurança do trânsito urbano ou em rodovias, ferrovias e aquavias; de polícia judiciária com a apuração de infrações penais; e, atividades de Defesa Civil.

2.2 Legislação
Lei 3.999/61; Dec. 2.590/86; Lei 12.207/93; Dec. 4.163/94; Dec. 5.136/99; Lei 13.456/99; Lei 14.383/02; Lei 14.750/04; Lei 15.490/05; Dec. 5.980/04; Dec. 5.942/04; Dec. 6.249/05; Lei 16.384/08; Dec. 7.215/11; Dec. 7.238/11; Dec. 7.355/11; Dec. 7.359/11; Dec. 7.360/11; Dec. 7.378/11; Dec. 7.379/11; Lei 17.657/12; Lei 17.995/13; Dec. 7.820/13; Lei 18.282/13; Lei 18.303/13; Dec. 8.205/14; Dec. 8.272/14; Lei nº 19.962/2018; Lei nº 20.491/19, Dec. 9.508/19 e Dec. 9.690/2020.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Em 2020, a SSP-GO trabalhou de forma integrada nos níveis estratégico, tático e operacional, por meio de ações planejadas para o cumprimento de metas estabelecidas pelo novo Plano Plurianual (2020 – 2023) e direcionadas por indicadores de desempenho, visando a realização de ações de políticas públicas voltadas para a prevenção e repressão do crime, com ênfase para a desarticulação de organizações criminosas e para a realização de uma Governança Anticorrupção, através da utilização de instrumentos de planejamento, tais como, regulamentação das ações de Política de Gestão de Riscos da Pasta e de Gestão por Processos, além da LDO, PPA e da LOA.
Em julho do corrente ano, foi publicado o Decreto nº 9.690/2020, que aprovou o Regulamento da SSP-GO e trouxe as competências das Unidades Administrativas que compõem a Pasta, assim como, das Unidades que compõem os órgãos a ela subordinados: Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBMGO e Polícia Civil do Estado de Goiás - PCGO. O documento especifica também a estrutura organizacional e atribuições dos principais dirigentes, dentre outros; permitindo maior clareza e segurança jurídica em relação às competências de cada unidade administrativa e às atribuições de seus titulares.
Neste ano, a SSP-GO recebeu significativo aporte financeiro oriundo de transferências na modalidade Fundo a Fundo, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP ao Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP, que serão aplicados em diversos projetos dos eixos “Enfrentamento à Criminalidade Violenta” e “Valorização dos profissionais de Segurança Pública”, com destaque para a aquisição de soluções tecnológicas, armamentos e munições, viaturas de resgate pré-hospitalar, tecnologias de coleta de dados e cadeia de custódia, equipamentos hospitalares; e, a realização inovadora de um curso de Doutorado para os profissionais de Segurança Pública.
A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás também foi a primeira anfitriã do SENASP Itinerante, que percorrerá as cinco regiões do país em busca de estratégias para fortalecer o setor. A escolha da capital goiana ocorreu devido o destaque, em Segurança Pública, do Estado de Goiás, no cenário nacional, ao liderar o ranking de combate à criminalidade, conforme reconheceu o Ministro da Justiça e Segurança Pública. Na ocasião, foram discutidas estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas entre a cúpula das Forças de Segurança do Centro-Oeste e do Governo Federal, com o objetivo de aumentar a interlocução com os entes da Federação e identificar demandas estruturantes divididos em sete temas: Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; Projeto de valorização dos profissionais de Segurança Pública; SINESP PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) e SINESP CAD (Central de Atendimento e Despacho); Políticas de prevenção à violência; e o SINESP GEOINTELIGÊNCIA.
Seguindo as recomendações da Controladoria-Geral do Estado, oriundas do processo de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) de 2019, a Pasta reestruturou o seu arcabouço normativo com vistas a consolidar a implantação do Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás no âmbito da SSP-GO e ampliar seu escopo de atuação para novas áreas. Tal reestruturação conferiu maior efetividade ao conjunto de procedimentos adotados para assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões legais, morais e éticos, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas de Segurança Pública e a satisfação dos cidadãos, fomentando a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.
Neste novo cenário, a Política de Gestão de Riscos da SSP-GO, para 2020, estabeleceu novos princípios, diretrizes e responsabilidades aos atores envolvidos na gestão de riscos da Pasta, incorporando a análise de riscos à tomada de decisão, identificando eventos em potencial que afetem a consecução dos objetivos institucionais, promovendo o alinhamento do apetite ao risco com as estratégias adotadas, fortalecendo as decisões em resposta aos riscos, e, aprimorando os controles internos administrativos. Para tanto, foram desenvolvidas cerca de 40 atividades de capacitação, treinamento, produção e divulgação de conhecimento, envolvendo, direta ou indiretamente, todas as unidades administrativas básicas e complementares de nossa Estrutura.
Em 2020, os projetos de Segurança Pública, prioritários para a Pasta e para o Governo do Estado de Goiás, passaram a contar com o apoio da Superintendência Central de Captação de Recursos e Prioridades do Governo e do Gabinete de Representação de Goiás em Brasília, compondo as Rodadas de Prospecção de recursos financeiros. A ação, que faz parte de uma estratégia colaborativa para captar recursos e implementar projetos estratégicos em Goiás, mapeia diuturnamente demandas com o intuito de identificar as necessidades e entraves dos projetos, que uma vez resolvidos, trazem agilidade para a conclusão das entregas de segurança pública em benefício da população. Dentre os projetos prioritários apresentados para captação de recursos de obras, ações estratégicas e entregas de Governo estão a finalização das construções do Instituto Médico Legal – IML de Águas Lindas de Goiás (SPTC), da Delegacia de Polícia de Piracanjuba (PCGO) e da Delegacia de Polícia de Morrinhos (PCGO).
Dentro do Programa Goiás de Resultados, a SSP-GO também realizou entregas importantes, à população goiana, para reduzir os indicadores gerais de criminalidade para abaixo da média nacional, reduzir os índices de crimes contra a vida e patrimônio atuando no combate à corrupção e ao crime organizado em suas origens, implantar a Política Estadual de Prevenção da Criminalidade e Violência, e, fortalecer a prevenção social integrada. A Carta de Projetos da Pasta é monitorada continuamente e inclui: a criação da Central de Exames Papiloscópicos do Instituto de Identificação da PCGO; a modernização do Instituto de Identificação do Estado de Goiás; a inovação tecnológica da Unidade de Polícia Judiciária Especializada no Enfrentamento à Corrupção; o fortalecimento da Coordenação de

Operações e Recursos Especiais CORE / GT3 da PCGO; a manutenção de programas educativos (como o Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM e o Choqueano Mirim); a expansão da implantação da Salas Lilás em municípios como Aparecida de Goiânia, Luziânia e Anápolis; e, o avanço do Goiás Biométrico (Projeto de Identificação de Desaparecidos da PCGO), dentre outros.
Além dos projetos citados, o desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Análise de Integrantes de Organizações Criminosas teve relevo em todo o Estado de Goiás. O SISORCRIM, totalmente desenvolvido pela Superintendência de Inteligência Integrada da SSP-GO, sem custos até o momento, teve como objetivo principal instituir base única de integrantes de organizações criminosas que atuam no Estado de Goiás, possibilitando análises de vínculo, mapeamento da atuação, comparação com manchas criminais e compartilhamento da informação acerca da atuação das Organizações Criminosas entre as Agências de Inteligências. O Sistema já se encontra em funcionamento e com capacidade para otimizar a resposta das unidades de inteligência para investigação de integrantes de organizações criminosas atuantes no Estado de Goiás.
RESULTADOS POSITIVOS:
A implantação da Política de Segurança Pública, baseada no tripé INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE, por meio de iniciativas inovadoras que tem garantido a integração das Instituições de Segurança Pública e dos sistemas de Inteligência, com foco na redução da criminalidade e violência no Estado de Goiás, estão delineados em dados estatísticos positivos para o período de janeiro a dezembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. O monitoramento dos indicadores criminais prioritários da SSP-GO apontam para uma redução geral em ocorrências de roubo à instituição financeira (redução de 100,00%), roubo de veículo (redução de 40,95%), roubo a transeunte (redução de 35,33%), roubo em residência (redução de 33,22%), furto em residência (redução de 31,78%), furto de veículo (redução de 31,24%), roubo em comércio (28,30%), estupro (redução de 26,29%), latrocínio (redução de 22,41%), roubo de carga (redução de 18,34%) e homicídio (redução de 9,11%).
Ao estruturar e modernizar as Unidades de Segurança Pública de todo o Estado de Goiás, investindo em avanços tecnológicos para a constituição de uma rede integrada de inteligência à serviço da preservação da Ordem Pública e da Paz Social, os dados estatísticos apontam para um planejamento integrado, refletido em avanços para cada RISP (Regiões Integradas de Segurança Pública), composta por um conjunto de AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública) de nosso Estado, com relevo para: redução de 40,61% de roubo de veículos na 1ª RISP (Goiânia); redução de 46,15% de roubo em residência na 2ª RISP (Aparecida de Goiânia) e de 45,27% de roubo em comércio; redução de 100,00% de lesão corporal seguida de morte na 7ª RISP (Iporá) e na 13ª RISP (Posse); e, redução de 100,00% de lesão corporal seguida de morte e de roubo a instituição financeira na 8ª RISP (Rio Verde), juntamente com uma redução de 64,67% de roubo em comércio na 3ª AISP (Anápolis); redução de 58,90% de roubo a transeunte e 55,17% de roubo em comércio na 4ª RISP (Cidade de Goiás); redução de 44,52% de roubo em residência na 5ª RISP (Luziânia); redução de 100,00% de latrocínio na 9ª RISP (Catalão), na 10ª RISP (Ceres), na 14ª RISP (Jataí); redução de 57,14% na 11ª RISP (Formosa) e de 50,00% na 6ª RISP (Itumbiara), juntamente com 48,60% de roubo em residência e 48,00% de roubo de veículos; redução de 100,00% de roubo de carga na 10ª RISP (Ceres); redução de 60,00% de estupro na 12ª RISP (Porangatu) e de 52,17% na 11ª RISP (Formosa); dentre outras reduções expressivas.
Neste contexto, ressalta-se o trabalho desenvolvido em Gestão Estatística, uma vez que as análises diárias sobre as ocorrências de homicídios e as solicitações de correções (em conformidade com a Portaria nº 266/2019-SSP) fizeram com que a estatística deixasse de ser controlada por planilhas, que por vezes desconsiderava a Base de Dados do Sistema RAI (Registro de Atendimento Integrado) e passasse à modalidade automatizada, gerando um Relatório de Homicídios, com envio automático para os Comandos Estratégicos, fortalecendo assim a atividade de análise criminal e planejamento das Forças de Segurança. Também, foi desenvolvido painel de Caráter Geral, voltado para análise criminal, através do qual é possível visualizar, por exemplo, onde os veículos furtados/roubados em determinado município são geralmente recuperados, índices de média de tempo para recuperação de veículos, faixa horária, dia da semana e tipos de locais onde ocorrem os fatos e além disso a automatização de relatório de veículos furtados/roubados nas últimas 48 horas por município e por RISP enviado diariamente para as unidades operacionais. Foi implantada, ainda, alteração no sistema RAI para melhoria da qualidade do preenchimento das ocorrências criminais prioritárias, de forma que o registro seja feito por passo a passo, com validação do preenchimento para cada natureza prioritária; sendo encaminhamento mensalmente aos comandos das RISPs e AISPs, Relatório de Análise Criminal relacionado aos crimes definidos como Alta Prioridade tendo como referência o mês anterior e apresentando comparativo com o período anterior, como também, o ranking de ocorrências por bairros dos municípios das AISPs, dia da semana e horário de maiores incidências.
Os reflexos do aparelhamento das Instituições de Segurança Pública acusam para o aumento da capacidade de resposta do Estado, assim como da otimização de recursos da malha protetora em ações operacionais de combate à violência e à criminalidade, visualizada nos dados estatísticos deste Exercício, quando comparados ao mesmo período, qual seja, de janeiro a dezembro, de 2019. Em ocorrências proativas, os dados estatísticos também nos conduzem a resultados favoráveis, com destaque para a realização de 19.159 Operações Policiais realizadas, 4.996 ações realizadas de apreensão de arma/munição, 5.467 veículos recuperados, 4.704 foragidos recapturados e 141 organizações criminosas foram desarticuladas.
Ao viabilizar a ampliação da capacidade de resposta do policiamento ostensivo e preventivo, foi possível abordar e identificar 754.811 pessoas em atitude suspeita e 490.989 veículos foram, igualmente, abordados e vistoriados. Em integração, as Forças de Segurança Pública retiraram de circulação 54.037,80 quilos de drogas ilícitas, dentre maconha, cocaína, crack e skunk; evitando assim diversos outros crimes violentos, decorrentes do tráfico de drogas nas áreas centrais e fronteiriças de nosso Estado. A redução dos índices e aumento da capacidade de resposta das Forças de Segurança Pública também é fruto da filosofia de policiamento comunitário, que em Goiás se faz sólida e bem estruturada, enquanto estratégia organizacional que proporciona a aproximação entre as Instituições de Segurança Pública e a sociedade para priorizar, identificar e resolver crimes, baseando-se na crença de que tais ocorrências são parte de um problema social maior que somente terá soluções efetivas se houver a participação de todos na sua identificação, análise e discussão. Neste sentido, ações importantes foram desenvolvidas no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro com a finalidade de atender os anseios da comunidade local conforme sua realidade, como: 53 reuniões comunitárias e 442.279 visitas à comunidade e ao comércio realizadas; totalizando assim, 340.538 ações específicas de policiamento comunitário.
Dentro do Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a mulher do Estado de Goiás, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás também mostrou avanço na combate à violência doméstica com a disponibilização da ferramenta Alerta Maria da Penha, no aplicativo Goiás Seguro, que permite que qualquer pessoa possa, por meio do celular, acionar a Polícia Militar para ajudar mulheres em situação de violência doméstica. A partir da sanção da Lei nº 20.868, de 07 de outubro de 2020, foi criado, na estrutura da Polícia Militar do Estado de Goiás, o Batalhão de Polícia “Maria da Penha” na Cidade de Goiânia, a quem competirá, sem prejuízo de outras atribuições, realizar o atendimento policial militar de natureza preventiva, em todo o Estado de Goiás, às mulheres identificadas como vítimas de violência doméstica e familiar.
Em 2020, a população goiana também contou com o trabalho de defesa civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBMGO, com relevo para 69.975 resgates realizados, 32.076 ações preventivas de acidente, 18.375 ocorrências de busca e salvamento, 13.775 intervenções em incêndios florestais e urbanos, 989 ações específicas de defesa civil e 233 intervenções em ocorrências envolvendo produtos perigosos; totalizando 127.873 atendimentos de urgência e emergência realizados em todo o Estado de Goiás. No

período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro, o CBMGO também realizou 198.339 inspeções técnicas (incluindo atendimentos de Credenciamento, apuração de denúncias, análise de projetos, vistorias de funcionamento e de Certificação Prévia) e diversas atividades preventivas em todo o Estado (tanto, por meio de orientações a turistas, em regiões turísticas do Estado, quanto por meio de atuações em áreas de risco, palestras, ou ainda, atuando em grandes eventos), além de combater diretamente a pandemia do COVID-19, por meio da desinfecção de Terminais de Ônibus da grande Goiânia, órgãos públicos e áreas públicas de grande movimentação.

As atividades de polícia judiciária e apuração de infrações penais também se destacaram em Goiás, com a conclusão e encaminhamento, entre janeiro e dezembro de 2020, de 35.404 inquéritos com autoria definida e com a realização de grandes operações, como a Operação Escobar (contra organização criminosa acusada de praticar os crimes de agiotagem, extorsão, estelionato e lavagem de dinheiro na grande Goiânia); Operação Fraudare (com prisões realizadas em decorrência de estelionatos, lavagem de dinheiro e falsificação de documentos envolvidos na venda de carros de luxo em diversas cidades do Estado); Operação Hércules (que apurou esquema de organização criminosa acusada de fraudar contratos licitatórios da Prefeitura de Silvânia), Operação Zerando a Banca (que desarticulou organização criminosa especializada em jogos de azar e contrabando na cidade de Rio Verde e região); Operação Card Seeking (que resultou na prisão de suspeitos pela prática de golpes na Capital); Operação Data Saving (que investigou golpes utilizados com dados de servidores públicos federais no Entorno do Distrito Federal); Operação Incessante (com a apreensão de mais de 100 quilos de drogas em Jataí); Operação Força Centrífuga III (destinada à prisão de homicidas em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Caldas Novas); Operação Crepitus (para apuração de crimes contra a Ordem Econômica envolvendo a estocagem ilegal de combustíveis); Operação Divisas (contra o roubo de gado na região de Cachoeira Alta); Operação Sofisma (que investigou fraudes de superfaturamentos em contratos de agências públicas); Operação Convite Premiado (deflagrada em Edealina para apurar irregularidades em licitações); Operação Valet (destinada à apuração dos crimes contra a fé pública, lavagem de dinheiro e corrupção na região de Catalão); Operação Fármaco (para investigação de compras superfaturadas de medicamentos pela prefeitura de Montes Claros de Goiás); Operações Guardiões da Inocência e Luz da Infância IV (de combate à pornografia infantil em Goiânia, Trindade, Rio Verde e Distrito Federal); Operação Barcelona (deflagrada para combater o tráfico de drogas em Goiás); Operação Redenção (que desarticulou organização criminosa de tráfico de drogas em Goianira); Operação Sanitatem (para o combate à venda e distribuição de medicamentos falsos em vários Estados); Operação BackDoor II (que apurou esquemas de corrupção no IPASGO); Operação Mais Respeito (que resultou na prisão de vários suspeitos por violência doméstica); Operação Voucher (que combateu o recebimento ilegal de auxílio emergencial do Governo Federal); dentre outras.

O trabalho realizado pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica – SPTC, no presente Exercício, por meio de suas 22 Unidades de Atendimento, ganhou relevo junto à sociedade goiana, com o total de 58.575 atendimentos realizados, tanto pelo Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues, localizado em Goiânia (33.946 atendimentos), quanto pelas Coordenações Regionais distribuídas pelo Estado (com 24.629 atendimentos); além, dos 58.661 laudos emitidos ao cidadão solicitante ou às autoridades goianas, para constituir apurações policiais, judiciais e elucidação de crimes. Para finalidades diversas, o Instituto de Medicina Legal também emitiu 19.476 Laudos, que somados aos 28.409 Laudos das Coordenações Regionais de Polícia Técnico-Científica, totalizaram 47.885 Laudos conclusos emitidos. A SPTC, por meio da Seção de Engenharia Forense (SENG/ICLR) de seu Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR), atuou de maneira eficaz e salutar no rompimento da Barragem da represa de Pontalina, mitigando danos e apurando as causas do acidente; e, inaugurou a sede da 14ª Coordenação Regional de Polícia Técnico-Científica (14ªCRPTC – Luziânia), responsável pelas operações de Medicina Legal (IML) e de Perícia Criminal na parte Sul e Oeste da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE-DF), sendo a 3ª maior (do interior do Estado) em número de atendimentos, e juntamente com a Regional de Formosa (que será reformada em breve), garantirá a cobertura de Medicina Legal e de Perícia Criminal a toda a população do Entorno do Distrito Federal, com um maior e mais efetivo suporte técnico-científico às Investigações Policiais desta Região.

A referida Superintendência também organizou o “Primeiro Curso de Análise de Perfis de Manchas de Sangue”, direcionado aos Peritos Criminais da Instituição. A instrução, que incluiu a análise de casos reais e atividades práticas, capacitou, de maneira inédita, os profissionais, para detectarem nuances e interpretar mais adequadamente os diversos padrões de manchas de sangue que podem ser encontrados em cenários de crimes, tornando-os aptos a diferenciarem vestígios que podem fazer a diferença em uma Investigação Policial, sobretudo aquelas relacionadas aos Crimes contra a Vida, como Homicídios e Feminicídios. No cenário atual de Pandemia, a Polícia Técnico-Científica fez parte da iniciativa do Governo do Estado de Goiás, vacinando os idosos (pessoas com 60 anos ou mais), os trabalhadores da área da Saúde, e demais grupos prioritários contra a Influenza, em estrutura montada com o sistema no estilo “drive-thru”. Promoveu ainda campanha de vacinação de H1N1, não apenas para os seus servidores como também para os profissionais terceirizados e os demais servidores que trabalham na linha de frente das áreas finalísticas da Segurança Pública, além da participação na campanha de vacinação da Operação “Obrigado Caminhoneiro”, realizada em Postos de Combustíveis de Hidrolândia, Anápolis, Catalão, Rio Verde e Jataí. A Superintendência ainda disponibilizou ao Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (LACEN) da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), o Pipetador Automático Qiagility, bem como insumos para seu funcionamento. O empréstimo do equipamento marca a atuação integrada das Unidades de Segurança Pública goianas com os serviços de Saúde Pública no combate a COVID-19, uma vez que o aparelho viabilizou a realização de mais exames em um mesmo intervalo de tempo, contribuindo sobremaneira no diagnóstico e no manejo dos pacientes com COVID-19.

Mantendo-se firmes no combate ao Coronavírus, a SPTC, por meio de sua Seção de Engenharia Forense (SENG/ICLR), atuou também no Projeto “Pneuma” (iniciativa da UFG, do SENAI e do IFG, no qual Peritos Criminais recuperaram ventiladores pulmonares defeituosos e desenvolveram protótipos de ventiladores mecânicos alternativos) e no estudo e seleção de válvulas, componentes de ventiladores pulmonares, viabilizando assim a entrega ao Ministério da Saúde de 6,5 mil aparelhos.

Dentre outras ações de relevo, cita-se que a SPTC, por meio de seu Laboratório de Perícias Ambientais (LPA/ICLR), realizou em junho de 2020, exame de Perícia Criminal em mais de 1.000 hectares da região da Chapada dos Veadeiros, em Cavalcante, mais precisamente no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, valorando danos ambientais detectados e outros vestígios materializados decorrentes de crimes ambientais na região. O local foi alvo de degradação ambiental considerável, o que resultou em ação administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); e em investigação criminal instaurada pela Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Ambientais (DEMA), unidade que requisitou a Perícia Criminal realizada.

Ressalta-se, por fim, que o Laboratório de Biologia e DNA Forense (LBDF/ICLR) da SPTC teve seu trabalho reconhecido e classificado entre as 17 investigações criminais mais importantes do mundo, no programa “DNA – Hit of the Year”, edição 2020, com a “Impius”, investigação conduzida durante força-tarefa da 2ª Delegacia Regional de Polícia, com importante suporte técnico-científico, que apontou resultados inequívocos do Banco de Perfis Genéticos (de DNA) da SPTC. O “DNA – Hit of the Year” é um programa global que reconhece o valor da tecnologia dos bancos de dados de DNA na resolução e prevenção de crimes.

Como destaque no cenário atual de Pandemia, a SSP-GO ampliou sua capacidade de atendimento ao consumidor goiano, por meio, também, da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor – PROCON, que incrementou seus canais de acesso ao cidadão com 10 novas linhas disponibilizadas, no ramal 151, resultando, tal modernização em 260.521 atendimentos prestados. Além da

continuidade das atividades repressivas com a realização de 4.623 diligências fiscais, representando o aumento de 40,03% comparado ao mesmo período de 2019; fato inédito, relacionado com as significativas alterações nas relações de consumo, ocasionadas pela Pandemia, tais como, aumento da demanda por novos produtos, necessidade de suspensão de contratos de prestação de serviços e práticas abusivas na majoração de preços.
Insta salientar, que, mesmo no cenário de incertezas ocasionado pela Pandemia, a SSP-GO solidificou sua Política de Gestão de Riscos e se adequou para melhor atender à população goiana, não apenas por meio de investimentos na estruturação física, reaparelhamento de suas unidades de pronto atendimento e modernização tecnológica; mas também, capacitando 2.330 agentes de Segurança Pública em cursos presenciais e 4.067 na modalidade de Ensino a Distância, num total de 6.397 servidores capacitados em diversas modalidades de aperfeiçoamento profissional; além de 753 profissionais de Segurança Pública promovidos durante o Exercício.
Além disso, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, será o primeiro a oferecer curso de Doutorado para os seus profissionais, na área de Direitos Humanos. O projeto prevê a formação de turma fechada com 50 vagas e está na fase de edital. Destaca-se, ainda, a bonificação de 3.820 armas de fogo apreendidas e 4.449 mandados de prisão cumpridos, o que resultou no pagamento de R$ 1.146.000,00 pelas armas e R$ 1.334.500,00 pelos mandados. Desse modo, a SSP-GO consolida a sua política de integração das polícias e valorização dos agentes de Segurança Pública, à proporção que melhor atende à sociedade goiana.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Publicação do Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública; Atualização de normativas referentes à continuidade da implantação do Programa de Compliance Público – PCP com a ampliação do Escopo no âmbito da SSP-GO; Elaboração do Manual de Gerenciamento Proativo de Processos; e, Execução de Planos de Ação para aplicação dos recursos de transferência na modalidade Fundo a Fundo, pelo Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
1021 - PROGRAMA INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI (por 100 mil habitantes)
Taxa de Homicídio Doloso (por 100 mil habitantes)
Índice de Policiamento Preventivo da Polícia Militar
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP (por 100 mil habitantes)
1039 - PROGRAMA PROTEÇÃO AOS DIREITOS
Taxa de Resolutividade do PROCON

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1021 - INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
AÇÃO: 2076 - FORTALECIMENTO DAS ÁREAS DE INTELIGÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2900 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

U.O.: 2901 - GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
2950 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP

REALIZAÇÕES
Na Ação 2076, que objetiva estruturar a Superintendência de Inteligência Integrada da SSP-GO e Gerências subordinadas, para atenderem às demandas de Inteligência da Pasta, com relevo para 85 atividades de Consultoria prestadas somente em 2020, no período compreendido entre janeiro e julho, cita-se: o suporte técnico, atualização, manutenção preventiva e corretiva, referente à Licença do Software SisSoft2002, versão SOMBRA; a aquisição de Solução em Varredura Eletrônica (para localização e bloqueio de equipamentos GSM, 3G e 4G); além de convênios (Convênio nº 891891/2019 e Convênio nº 891230/2019) firmados para modernizar o Sistema de Inteligência da SSP-GO (por meio da aquisição de equipamentos de inteligência, de tecnologia e drones) e o sistema de análise forense de dispositivos móveis e portáteis da Gerência de Operações de Inteligência da Polícia Civil de Goiás.
Com o intuito de subsidiar as atividades de Inteligência no enfrentamento às Organizações Criminosas atuantes no Estado de Goiás e otimizar a capacidade de investigação de integrantes dessas Organizações, foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento e Análise de Integrantes de Organizações Criminosas (SISORCRIM), que inclui os seguintes módulos de desenvolvimento: Modelagem de Telas; Criação de base de dados no Banco Oracle (Homologação/Produção); Criação de domínio para internet para o sistema (Homologação/Produção); Acesso a consulta para as bases de Endereço (Bairro/Cidade/Estado); Naturezas e Unidades Prisionais; Cadastro do Sistema SISORCRIM no Sistema de Gerenciamento de Login (SSO); Acesso ao WebService do DETRAN – Veículos; Criação do Cadastro de Integrantes das OCRIMs; Webservice MPORTAL; Análise de Vínculo; Análise de Vínculo por ORCRIM; Painel Estratégico (1ª Parte); Mapa de Atuação e Endereço; Mapa de Calor; Painel Estratégico (2ª Parte); Webservice GOIASPEN (1ª Versão); Perfis do Sistema; Relatório Individual; Webservice MPORTAL 2ª Versão; Análise de Vínculo Universal (1ª Parte); Carga de Lote de Faccionados; Módulo Bracelete Eletrônico de Vigilância; Módulo de Validação de Cadastros; Módulo de Identificação de Novos Faccionados; Acompanhamento de Veículos; Rotina de Atualização – APIs; Webservice TJGO; Webservice Empresas; Relatórios de ORCRIM; Relatório Cidade; Relatório Estado; Relatório Agências; Módulo de Auditoria; Módulo de IA (Padrões e Similaridades de Crime); Módulo de Predição; e, Painel Estratégico (3ª Parte – Sistema Prisional).
Este Sistema totalmente inovador, desenvolvido pela Superintendência de Inteligência Integrada da SSP-GO e disponibilizado às demais Unidades de Inteligência, em que pese não ter sido integralmente finalizado, já se encontra em utilização pelas Forças policiais, e, já vem sendo replicado em cursos de formação, tanto para executores como também para futuros multiplicadores, com um quantitativo de 159 Agentes de Inteligência capacitados. A qualificação especializada capacitou os cursandos para a operacionalização da ferramenta e acompanhamento sistematizado e produção de conhecimento sobre organizações criminosas, com uma grade curricular que contempla as disciplinas de Análise Criminal de Inteligência, Análise Sistêmica de Organizações Criminosas, Noções em Produção de Conhecimento e Coleta de Dados em Fontes Abertas, dentre outras.

AÇÃO: 2077 - MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2900 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

U.O.: 2950 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUNESP
2901 - GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

REALIZAÇÕES
Na Ação 2077, destinada a aumentar a capacidade de resposta das Instituições de Segurança Pública foram empregados recursos na

continuidade da construção do Instituto Médico Legal - IML de Águas Lindas de Goiás, na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Compacta (ETE) da Coordenação Regional de Polícia Técnico-Científica CRPTC/IML de Aparecida de Goiânia e na reforma da sede do Batalhão Especializado de Policiamento em Eventos (BEPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás, dentre outras manutenções prediais.
Para aparelhamento das Instituições de Segurança Pública, destacam-se as seguintes aquisições: aparelhos de pontaria óptico (mira holográfica) para utilização em armas longas por unidade especializada da Polícia Militar do Estado de Goiás; 28.000 munições para a Polícia Civil; equipamentos diversos para estruturação do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Goiás; 1230 equipamentos de proteção individual (botas de combate a incêndio e coletes balísticos), e, mobiliários e Software Forense de comparação de imagens (Sistema Operacional) para Superintendência de Polícia Técnico-Científica - SPTC. Em outubro de 2020, foi inaugurada a Sala Lilás na 1ª CRPTC, em Aparecida de Goiânia, que somada à Sala Lilás de Goiânia, inaugurada em 2019, possibilitou a ampliação do atendimento, rápido, eficaz e humanizado às pessoas em situação de violência Sexual.
Para as Unidades de Segurança Pública, mantiveram-se os contratos de fornecimento de combustível e peças para manutenção de aeronaves e os contratos de locação de 2.825 veículos, que somados aos 2.062 veículos que compõem a frota própria atual, totalizam 4.887 veículos disponibilizados à serviço da população goiana. E para o bom andamento do serviço prestado pela SPTC, foram, igualmente mantidos, os contratos de manutenção de câmaras frias, de proteção radiológica, de substituição de peças e aquisição de equipamentos e insumos para realização de exames e materiais papiloscópicos para a identificação humana, assim como o desenvolvimento de atividades do Laboratório de Química, Toxicologia Forense, Biologia e DNA Forense do Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues, assim como, aquisição de produtos pré-hospitalares e de serviço de emissão de Certificados Digitais Padrão.
Em 2020, findo o contrato de prestação de serviço de solução para Vídeo Monitoramento Urbano de Alta Definição, as 195 câmeras instaladas em Goiânia, de propriedade da empresa contratada, foram revertidas para a SSP-GO, somando-se às 70 câmeras já adquiridas e totalizando 265 câmeras instaladas em 265 pontos das vias públicas de Goiânia. Encontra-se, ainda, em processo de licitação a contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva de todos equipamentos e edificações que compõe o Sistema de Vídeo Monitoramento da SSP/GO, como também a contratação da transmissão e veiculação de imagens em FULLHD dos respectivos Pontos de Monitoramento até a Data Center (Sala Segura), Central de Controle e Operação (CCO) e Painel de Visualização e na Estação de Trabalho para Monitoramento.
No campo tecnológico, a SSP-GO contratou serviços especializados para o suporte técnico e manutenção da Solução Goiás Biométrico (sistema crítico de emissão de identidades e pesquisa criminal); do Sistema AFIS para o atendimento das necessidades do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Goiás; e, do Sistema de Gerenciamento de Demandas – SGD (serviço de tecnologia da informação concernente à modelagem, diagnóstico, redesenho e automação dos processos encartados pela SSP-GO), além de adquirir 5.000 licenças de software antivírus para as estações de trabalho e aplicações conectadas à rede corporativa da SSP-GO.
Visando a capacitação dos profissionais de Segurança Pública, recursos foram empregados no pagamento de bolsas de estudo para cursos de formação de servidores ingressos, além de processo seletivo para curso de Doutorado, com turma fechada, na área de Direitos Humanos, que se encontra em fase de Edital e de turmas na modalidade EAD e presencial, totalizando 6.397 agentes de segurança capacitados.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1039 - PROTEÇÃO AOS DIREITOS
AÇÃO: 2135 - MODERNIZAÇÃO E AGILIZAÇÃO NO ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2900 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

U.O.: 2952 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FEDC

REALIZAÇÕES
Na Ação 2135, como principais resultados destacam-se as seguintes realizações: implantação do Posto de Atendimento Virtual na cidade de Planaltina, somando com isso 33 Postos de Atendimento Virtual, distribuídos por todo o Estado, nas unidades VAPT VUPT; e, inauguração da Unidade do VAPT VUPT Bougainville, com relevo para parceria junto à Secretaria de Estado de Administração (SEAD) visando a capacitação dos servidores locais sobre as questões gerais de atendimento e as pertinentes ao Código de Defesa do Consumidor (CDC); além, da manutenção dos 16 Postos de Atendimento distribuídos nas Unidades VAPT VUPT dos seguintes locais: Buriti Shopping, Cidade Jardim, Campinas, Araguaia Shopping, Central do Servidor, Praça da Bíblia, Garavelo, Shopping Buena Vista, Unidade Mangalô, Shopping Passeio das Águas, Portal Shopping, Shopping Cerrado, Lozandes e Aparecida Shopping.
Por meio da Escola Estadual de Defesa do Consumidor, 27 servidores do PROCON GOIÁS foram capacitados, otimizando as entregas ao cidadão goiano, com destaque para a realização de 16 pesquisas de preços (Material Escolar, Teste da Covid-19, Páscoa, Preço dos alimentos da Cesta Básica, Dia dos Namorados, Festa Junina, Dia dos Pais, Semana Brasil e Black Friday), em 292 estabelecimentos abordados, com a apuração de preços de 3.922 itens. Em 2020, o PROCON GOIÁS ainda iniciou a implementação do "Programa Fiscais Mirins do Consumidor", envolvendo várias atividades educativas, tais como: palestras aos alunos de Colégios Estaduais da Capital, concurso de Redação, visita guiada às estruturas internas do PROCON, atividades simuladas de Ação Fiscal e de orientações sobre consumo consciente em shopping da Capital.
Ressalta-se também, a iniciativa do PROCON GOIÁS que promoveu a disseminação de campanhas de conscientização voltadas ao consumidor, por meio das redes sociais, abordando temáticas como: Consumidor em Foco; Agora é Lei; Direito que você tem e não sabe; Greve dos Correios; Semana Brasil e PROCON na Mídia. Além das atividades preventivas, foram realizadas 8.502 diligências fiscais, em 3.789 estabelecimentos comerciais e industriais, resultando na lavratura de 1.962 Autos de Infração, 882 Termos de Constatação, 1.542 Autos de Apreensão, 2.142 Termos de Notificação/Advertências, 1.974 Reclamações de Ofício; e, na apreensão de 131.132 unidades de produtos impróprios para consumo (um montante de 23.898 quilos de produtos apreendidos).
Como inovação tecnológica, buscando modernizar o atendimento ao consumidor, e ainda que não tenham sido efetivadas liquidações nesta Ação, foi firmado o Convênio nº 889654/2019 para implementar um importante sistema de atendimento à população goiana via "chatbot" a ser disponibilizado no website do Procon Goiás e pelo "whatsapp" do consumidor.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

CORONEL PM RENATO BRUM DOS SANTOS - CMT GERAL

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Proteger as pessoas, cumprir a lei, defender o meio ambiente e garantir direitos, promovendo a paz social.

2.2 Legislação
Constituição Federal, de 05/10/88;
Decreto Federal nº 667 de 02/12/1969 (Reorganiza as Polícias Militares);
Decreto Federal nº. 88777 de 30/09/1983 (Regula as Polícias e Bombeiros Militares);
Constituição Estadual de 05/10/89;
Lei nº 8.033 de 02/12/1975 (Estatuto da PMGO);
Lei nº 8.125 de 18/07/1976 (Organização Básica da PMGO);
Lei Delegada nº 08 de 15/10/2003 (Altera a Estrutura do Poder Executivo);
LEI Nº 20.539, DE 06 DE AGOSTO DE 2019 ((Diretrizes orçamentárias exercício de 2020).

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O orçamento foi direcionado a gestão por resultado, considerando o objetivo finalístico da instituição Policia Militar do Estado de Goiás, instituição de 160 anos servindo o povo goiano, com esse víeis foram feitas aplicações e direcionamentos financeiro orçamentário para a boa execução das ações, conforme planejamento de otimização de recursos. Nesse sentido foi possibilitado maior enxugamento da máquina administrativa e melhor aplicação financeira obtendo melhores resultados, com gestão e foco.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Em cumprimento aos objetivos e metas estabelecidas no PPA, o Comando da PMGO deu continuidade à estratégia de priorização das atividades operacionais (finalísticas) da Corporação.
As diretrizes do Comando Geral orientaram as diversas ações no sentido de aumentar os índices da prevenção e combate à criminalidade, propiciando uma maior interação com a sociedade. Nesse sentido foram elaborados planos de policiamentos que contemplaram situações de apoio direto à comunidade e aos cidadãos, bem como ao aperfeiçoamento dos processos e métodos utilizados pela corporação, a saber:
Diretriz de Comando;
Tabela de Ocorrências no Estado de Goiás e Mapa Mensal de Controle de Ocorrências;
Plano de Combate e Redução da Criminalidade.
A partir dos instrumentos acima descritos e embasados em acompanhamento da evolução do cenário de Segurança Pública, especialmente em relação à evolução da criminalidade, foram realizadas reuniões periódicas de coordenação com os Comandantes, Chefes e Diretores de unidades Policiais Militares objetivando implementar ajustes no planejamento inicial do ano de 2020.
Em decorrência dessa sistemática foram elaborados e difundidos documentos orientadores das ações Policiais militares tais como Diretrizes de cunho tático, Planos de Operações, Ordens de Operações, Ordens de Atendimento e Ordens de Serviço, sempre enfatizando a natureza preventiva, bem como outras medidas de engajamento da estrutura administrativa conhecida como ações de recobrimento e apoio.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
PROGRAMA - INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
AÇÃO - INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PMGO
PRODUTOS MONITORADOS
*9177 SEMOVENTE DISPONIBILIZADO
*12920 VIATURA DISPONIBILIZADA PELA POLÍCIA MILITAR
.
PROGRAMA - INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
AÇÃO - PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME
PRODUTOS MONITORADOS
*12639 ABORDAGEM PELA PMGO REALIZADA
*12641 AÇÃO DE APREENSÃO DE ARMA/MUNIÇÃO REALIZADA
*12739 AÇÃO DE APREENSÃO DE DROGA REALIZADA
*9157 ALUNO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS PROERD - FORMADO
*7499 ALUNO DO PROGRAMA POLICIAL MIRIM FORMADO
*12643 BLOQUEIO E BLITZ REALIZADO
*12659 EFETIVO POLICIAL MILITAR EXISTENTE
*12644 EQUIPE DA PMGO 24HS DISPONIBILIZADA
*3827 MUNICÍPIO ATENDIDO COM PATRULHAMENTO RURAL
*12619 PATRULHAMENTO PELA PMGO REALIZADO
*12640 PONTO DE ESTACIONAMENTO DA PMGO DEFINIDO
*12642 VISITA A COMUNIDADE E AO COMÉRCIO REALIZADA
.
PROGRAMA - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO - PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE DO SERVIDOR DA PMGO
PRODUTO MONITORADO
2217 SERVIDOR DA PMGO ATENDIDO EM PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE
.

PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMA: 1021 - INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
AÇÃO: 2078 - INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PMGO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2902 - POLÍCIA MILITAR

U.O.: 2954 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - FREAP/PM
2902 - POLÍCIA MILITAR

REALIZAÇÕES
As ações de Infraestrutura, Logística, Capacitação Profissional e Tecnologia da Informação da PMGO, se desenvolve no decorrer do ano sendo focada na execução dos produtos. Temos a aplicação do policiamento com SEMOVENTES - aquisição de ração, medicamentos e equipamentos para o trato com os animais (equinos e cães); Compra de equipamentos de TI para reposição e troca dos equipamentos danificados; Compara de armamento no projeto de padronização de armamento; Todo mês varias viaturas disponibilizadas por todo estado; Algumas unidades da PMGO reformadas e reaparelhadas.

OBSERVAÇÕES
Os 04 produtos abaixo mencionados não foram efetivados devido a falta de orçamento destinados a esses produtos.
5087 - EQUIPAMENTO/MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA INDIVIDUAL ADQUIRIDO PARA PMGO
12819 - TELEFONE VIA SATÉLITE MÓVEL ADQUIRIDO
8265 - UNIDADE DA PMGO AMPLIADA
8266 - UNIDADE DA PMGO CONSTRUÍDA

AÇÃO: 2079 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2902 - POLÍCIA MILITAR

U.O.: 2902 - POLÍCIA MILITAR
2954 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - FREAP/PM

REALIZAÇÕES
Na ação de Prevenção e Repressão ao Crime, todos os produtos são executados diuturnamente pela PMGO, contudo devido a crise do COVID-19 dois dos produtos não tem sido atendido pela PMGO, tendo seu valor de ralizado zero, que é o 9157 - ALUNO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS PROERD - FORMADO / NUMERO e o 7499 - ALUNO DO PROGRAMA POLICIAL MIRIM FORMADO / NUMERO; o produto 12644 - EQUIPE DA PMGO 24HS DISPONIBILIZADA / NUMERO é o número de equipes disponibilizado em um único dia da trabalho por munícipio; E o produto 3827 - MUNICÍPIO ATENDIDO COM PATRULHAMENTO RURAL / NUMERO é o número de municípios onde a Polícia Militar efetuou algum tipo de atendimento no meio rural, onde vale ressaltar que a Polícia Militar está diuturnamente em todo o grandioso Estado de Goiás fazendo patrulhamentos em ruas, rodovias, estradas, rios e pelo ar, tanto na cidade quanto no campo. Tendo sito feito em todo Estado um total de 63.897 atendimentos rurais durante todos o ano de 2020.

OBSERVAÇÕES
A não execução dos produtos 9157 - ALUNO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS PROERD - FORMADO / NUMERO e o 7499 - ALUNO DO PROGRAMA POLICIAL MIRIM FORMADO / NUMERO, se da em relação ao COVID-19.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1025 - M.O.V.E. GOIÁS
AÇÃO: 2096 - PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE DO SERVIDOR DA PMGO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2902 - POLÍCIA MILITAR

U.O.: 2954 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - FREAP/PM
2902 - POLÍCIA MILITAR

REALIZAÇÕES
O Prorama 1025 - M.O.V.E. GOIÁS, na sua Ação 2096 - PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE DO SERVIDOR DA PMGO, que tem como produto 2217 - SERVIDOR DA PMGO ATENDIDO EM PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE / NUMERO é executado pelo Comando de Saúde da PMGO, onde tenta atender com a clinica, ambulatório e emergência o Policial Militar que a eles procuram. E com a crise causada pelo COVID-19 a atuação do Comando de Saúde se faz muito mais necessária agora.

OBSERVAÇÕES
Devido a crise do Coronavírus, causador da pandemia global, pertence a uma família de vírus (CoV) que já circula no Brasil. Os vírus dessa família podem causar desde resfriados comuns a doenças mais graves, como a Síndrome Aguda Respiratória Severa (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS). O Novo Coronavírus recebeu a denominação SARS-CoV-2 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a doença que ele provoca tem a denominação COVID-19. O Comando de Saúde junto com o HPM - Hospital da Polícia Militar e todos seus colaboradores estão se empenhando cada vez mais a atender o servidor da PMGO.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Coronel BM Esmeraldino Jacinto de LEMOS

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional

Visão: Ser uma corporação militar de referência nacional pela excelência na prestação de serviços de bombeiros, até o ano de 2022.
Missão: Proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente para o bem estar da sociedade.
Valores: Hierarquia, disciplina, ética, responsabilidade, coragem, resistência e aprimoramento técnico-profissional.

2.2 Legislação

Constituição Federal, de 05/10/88; Constituição Estadual, de 05/10/89; Lei nº 11.416, de 05/02/91; Lei nº 15.668, de 01/06/06; Lei nº 14.805, de 09/06/04; Lei nº 15.704, de 20/06/06; Lei nº 15.802, de 11/09/06; Lei nº 16.899, de 26/01/10; Lei nº 17.480, de 08/12/11; Lei nº 18.305, de 30/12/13; Lei nº 15.949, de 19/12/2016; Decreto nº 04.681, de 24/09/96; Decreto nº 07.005, de 30/09/09; Decreto nº 07.622, de 21/05/12; Decreto nº 8.060, de 18/12/13.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, atribuiu ao Corpo de Bombeiros Militar a execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições estabelecidas em lei. Por conseguinte, a Constituição do Estado de Goiás trouxe em seu texto que, além das atividades de defesa civil, cabe ao Corpo de Bombeiros Militar a prevenção e o combate a incêndios, as ações de busca e salvamento, o desenvolvimento de atividades educativas correlatas, bem como as análises de projetos e inspeção de instalações de proteção contra incêndio e pânico.
Fundamentados na nobreza desta missão, ano após ano esta Corporação tem buscado desempenhá-la com afinco, focados na busca da excelência por meio de treinamentos, aparelhamento e doutrinação da tropa. Porém nesse ano de 2020, por força da Pandemia da COVID-19, muitos dos projetos e programas ficaram comprometidos, uma vez que os esforços e recursos foram redirecionados à minimizar os efeitos deste evento adverso. A disseminação global do novo coronavírus impôs novos desafios aos órgãos governamentais.
Nesse sentido o CBMGO atuou em diversas frentes na batalha contra a COVID-19. Equipes da corporação fizeram a desinfecção de locais de aglomeração de público em todo Estado. Em Goiânia, por exemplo, o trabalho começou nos terminais e plataformas do Eixo Anhanguera com a aplicação de produtos químicos que higienizam a superfície e dificulta a propagação da doença por meio do contágio dos usuários do transporte público.
Internamente foi implantada a Central de Controle da Covid-19 do CBMGO para monitorar os casos da doença entre os bombeiros militares goianos e seus familiares, além de traçar medidas preventivas, com o uso obrigatório de máscara dentro dos quartéis. Garantir a segurança dos profissionais que estão na linha de frente no combate à pandemia foi uma das prioridades do Comando Geral da Corporação no ano de 2020. Em todas as ações, o Corpo de Bombeiros Militar tem contado com o apoio fundamental do Governo de Goiás e de entidades da sociedade civil. Recebemos doações de máscaras e reforçamos a compra de materiais e equipamentos de proteção individual.
Em parceria com a Organização de Voluntárias de Goiás (OVG) e o Gabinete de Políticas Sociais, o Corpo de Bombeiros Militar não mediu esforços na arrecadação e distribuição de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo foi promover segurança alimentar a todos os lares goianos.
Já a Banda Sinfônica do CBMGO levou arte e cultura aos cidadãos com o projeto Abraço Musical 193. Desde o início das medidas de isolamento social, os militares músicos do Corpo de Bombeiros Militar se apresentaram em diversas regiões de Goiânia e cidades do interior. Sem aglomerações, levaram boa música às pessoas, tocando canções e alegrando a noite dos moradores, além de transmitir mensagem de paz e esperança durante este período tão difícil de nossa história.
Mesmo com as limitações das atividades de ensino tivemos um total de 574 concluintes nos mais diversos cursos de especialização, formação e estágios realizados sob a coordenação do Comando da Academia e Ensino Bombeiro Militar. Foram 11 cursos na modalidade EAD e 06 cursos na modalidade presencial.
As operações especiais que fazem parte do calendário oficial da Corporação, com por exemplo a Operação Férias que ocorre todos os meses de Julho, e que neste ano foi suspensa por força do Decreto n. 9.674/2020, contou com a presença do CBMGO realizando ações preventivas e de controle para evitar o descumprimento das regras de isolamento nos principais pontos turísticos do Estado.
As ações preventivas e as ocorrências de resgate lideraram os atendimentos dos bombeiros militares durante a Operação Carnaval 2020, onde registrou-se 2.742 ocorrências atendidas. Foram desenvolvidas ações intensivas com reforço diário de 500 bombeiros em 100 postos avançados de monitoramento, além dos atendimentos realizados pelos quartéis operacionais. Todos os quartéis do Estado, em especial das cidades turísticas, estiveram empenhados em garantir a segurança dos foliões durante o feriado.
A Operação Cerrado Vivo desencadeada durante todo o período de estiagem teve como novidades o reforço na utilização de drones para monitorar áreas sujeitas ou em propagação de incêndios, que se intensificam devido a baixa umidade do ar e aumento da temperatura. Os aparelhos transmitiram imagens para a sala de controle, que foi montada para cruzar dados de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
Uma ação que não pode ficar de fora desta síntese é a parceria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) com o Banco de Leite Humano do Hospital Materno Infantil, para desenvolvimento do Programa Amamentar – PROAMA, ativo deste o ano de 2012, por iniciativa da Fundação Dom Pedro II, entidade de assistência social do CBMGO. O PROAMA promove a coleta em domicílio do excesso de leite materno daquelas mulheres que desejam doar para filhos de mães que por algum motivo não conseguem amamentar. Em 2020 foram feitas 803 coletas em domicílio.
Mesmo em meio as restrições para realização de reuniões presenciais, o CBMGO por meio do seu Escritório Permanente de Compliance Público do CBMGO - EPCP manteve o ritmo das atividades visando cumprir com as diretrizes do Programa estabelecido pelo Governo Estadual. Um dos grandes marcos no ano passado foi a elaboração e publicação da Norma Administrativa n. 27, de 22 de julho de 2020, que tem por finalidade regular as atribuições e competências do EPCP, bem como de consolidar o Programa de Compliance Público no âmbito da Corporação.

Por fim, apesar das dificuldades que afetaram substancialmente a liberação dos recursos orçamentários e financeiros, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás conduziu suas ações de forma a manter os atendimentos em todo o território goiano, sem perder o foco de se fortalecer para melhor proteger o cidadão.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Planejamento Estratégico 2012 a 2022;
- Plano de Gestão 2020.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
- Incrementar em 10% a arrecadação em relação ao previsto para o ano de 2019: no ano passado foi arrecadado R$ 34.073.826,33 (trinca e quatro milhões, setenta e três mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e três centavos) pelo Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - FUNEBOM. Em 2019 o total da arrecadação foi de R$ 35.283.142,52 (trinca e cinco milhões duzentos e oitenta e três mil cento e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
Houve uma redução de aproximadamente 3,4% provocada pela restrição à realização de inspeções técnicas e prorrogação da validade de Certificados de Conformidade (CERCON), conforme Portaria 176/2020 do Comando Geral do CBMGO, considerando a decretação de situação de emergência na Saúde Pública do Estado de Goiás em razão da disseminação do novo Coronavírus, via Decreto Estadual n. 9.633, de 13 de março de 2020.
- Executar integralmente os orçamentos do FUNEBOM e do CBMGO: Na Unidade Orçamentária 2903, onde são empenhadas as despesas com concessionárias, diárias e pessoal, foi executado 99% (noventa e nove porcento) do orçamento autorizado. Na Unidade Orçamentária 2953, onde são empenhados os contratos de natureza continuada, obras, despesas correntes e investimentos, foi executado apenas 27% (vinte e sete porcento).
* Indicadores extraídos do Plano de Gestão 2020 - CBMGO.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1002 - PROTEÇÃO À VIDA, AO PATRIMÔNIO E AO MEIO AMBIENTE
AÇÃO: 2003 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SOCORRO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2903 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

U.O.: 2953 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS - FUNEBOM
2903 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES
Como mencionado na Síntese da Gestão, a maioria das atividades e projetos programados para o ano de 2020 sofreram solução de continuidade, ou simplesmente não saíram do papel, devido a crise causada pela pandemia. Um dos exemplos que podemos destacar foi a suspensão do Programa Bombeiro Mirim - PROEBOM, que após tantos anos de sucesso nos resultados, nesse ano que passou não houve abertura de turmas, resultando no lamentável número zero de alunos formados.
Os valores distribuídos são das liquidações de contratos finalísticos, como manutenção e abastecimentos de viaturas, que foram vinculados aos produtos do PPA cujas as metas físicas realizadas correspondem aos dados estatísticos de atendimento do CBMGO.
Abaixo segue dados coletados junto ao Comando de Ensino e Academia Bombeiro Militar - CEABM, dos cursos das atividades de capacitação desenvolvidas no ano de 2020.
1. Turmas EAD – Janeiro a Dezembro/2020:
a) Quantidade de turmas de capacitação ocorridas;
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - 17/02 a 22/06
Estágio de Adaptação de Sargento - 04/05 a 29/06
Estágio de Adaptação de Cabo 1 - 20/01 a 02/02
Estágio de Adaptação de Cabo 2 - 11/05 a 29/06
Estágio de Adaptação de Cabo 3 - 11/08 a 25/09
Estágio de Adaptação de Sargento 2 -24/08 a 16/10
Treinamento de Replicação em Ética - 10/08 a 14/08
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos 2 - 28/09 a 04/12
Treinamento de Replicação em Ética - 21/09 a 25/09
Treinamento de Replicação em Ética - 26/09 a 30/10
Curso de armamento e tiro - 30/11 a 07/12
b) Total de bombeiros capacitados.
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - 35 alunos
Estágio de Adaptação de Sargento - 36 alunos
Estágio de Adaptação de Cabo 1 - 36 alunos
Estágio de Adaptação de Cabo 2 - 40 alunos
Estágio de Adaptação de Cabo 3 - 122 alunos
Estágio de Adaptação de Sargento 2 - 60 alunos
Treinamento de Replicação em Ética -30 alunos
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos 2 - 62 alunos
Treinamento de Replicação em Ética -15 alunos
Treinamento de Replicação em Ética -21 alunos
Curso de armamento e tiro - 15 alunos
Total: 436 Alunos
2. Turmas presenciais – Janeiro a Dezembro/2020:
a) Quantidade de turmas de capacitação ocorridas;
Curso de Formação de Oficiais III (15ª Turma) - 02/09/2019 a 25/03/2020
Curso de Formação de OficiaisO 1 (16ª Turma) - 12/08/2019 a 01/06/2020 (No final do CFO 1, as matérias teóricas foram realizadas EAD. Porém foram finais de matérias. Pode considerar presencial)
CURSO DE INTERVENÇÃO E OPERAÇÕES DE SALVAMENTO EM DESASTRES - CIOSD/2020 (06/01 a 30/03)
EAC - 03/02 a 09/03 (Módulo presencial)
CFP (Niquelândia) - 04/05 a 31/07

b) Total de bombeiros capacitados.
Curso de Formação de Oficiais III (15ª Turma) - 32 alunos
Curso de Formação de Oficiais 1 (16ª Turma) - 33 alunos
Curso de Intervenção e Operações de Salvamento em Desastres - 36 alunos
Estágio de Adaptação de Cabo 1 - 36 alunos
Curso de Formação de Soldado (Niquelândia) - 1 aluno
Total de Alunos: 138

OBSERVAÇÕES

O contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros desse ano de 2020 obrigou o CBMGO priorizar a manutenção das atividades de apoio operacionais e administrativas (despesas correntes) e a reduzir os investimentos (despesa de capital). Processos de aquisições de viaturas, de equipamentos e construção de novas Unidades ficaram suspensos em virtude da contenção de gastos imposta pelos Decretos n. 9.649/2020 e 9.677/2020.

Com isso, a execução orçamentária e financeira do CBMGO (UO 2903) foi utilizada exclusivamente para o pagamento da folha de pessoal e concessionárias. Dos recursos do FUNEBOM (UO 2953), além da Desvinculação da Receita Estadual em 30%, metade do orçamento foi bloqueado para formação da reserva de contingência. O restante que foi liberado serviu basicamente para cumprir com as obrigações junto aos contratos de natureza continuada (serviços essenciais) e aquisição emergencial de materiais de resgate pré-hospitalar, em especial para proteção das equipes que atuaram no serviço de resgate para prevenção contra o contágio do COVID-19.







AÇÃO: 3002 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DO CBMGO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2903 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

U.O.: 2903 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
2953 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS - FUNEBOM

REALIZAÇÕES
Execução da obra de construção do Quartel do CBMGO no Município de Morrinhos, conforme Contrato n. 015/2018, celebrado em 26 de março de 2018 no valor de R$ 887.877,82 (oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos). Processo SEI 201700011000264.

OBSERVAÇÕES
O Contrato 015/2018 está em seu 2º Termo Aditivo de prorrogação. Devido a dificuldades de empenho, principalmente no exercício de 2020 em virtude da Pandemia do COVID-19, a obra está atrasada em seu cronograma de execução. Um novo aditivo está sendo providenciado pois a vigência do atual se encerra no dia 25 de março de 2021.







INSTITUCIONAL

1. Gestor

Odair José Soares

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Tendo como atribuição constitucional precípua apurar infrações penais, exceto as militares e as da competência da União, a Polícia Civil exerce, com exclusividade, a função de Polícia Judiciária, visando garantir a ordem pública e a cidadania, nos termos do art. 144, § 4º, da Constituição Federal e art. 123 da Constituição do Estado de Goiás.

2.2 Legislação
A Polícia Civil foi criada pela Lei n.º 11.438, de 03 de maio de 1991, com modificações dadas pela Lei n.º 13.456, de 16 de abril de 1999 e pela Lei n.º 14.383, de 31 de dezembro de 2002 com alterações sofridas pela Lei Delegada n.º 08, de 15 de outubro de 2003, Lei n.º 14.857, de julho de 2004, Lei n.º 16.272, de 30 de maio de 2008, e pela Lei n.º 16.901, de 26 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 está sendo marcado pela continuidade do processo de crescimento de produtividade no âmbito da Polícia Civil, aquisição de armamento, construção, reforma e ampliação de unidades policiais.
Foram implementados processos orgânicos visando a melhoria do Sistema de Procedimentos Policiais.
Mesmo com uma das mais enxutas estruturas administrativas da Gestão Estadual, a Polícia Civil está garantindo que as ações administrativas impactem positivamente em sua ação finalística, qual seja, a investigação.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
No início de cada ano é elaborado um plano com as principais operações a serem desenvolvidas no período, com previsão de custos, locais e prazos de execução, emprego de efetivo, meios logísticos necessários, nelas incluindo os eventos tradicionais e ações emergenciais. Além isso, é realizada a execução do Planejamento Estratégico próprio e em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, por meio de Planos de Ação anuais.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Índice de Resolutividade de Inquéritos de Homicídios Dolosos

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1021 - INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
AÇÃO: 2080 - INVESTIGAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ELUCIDAÇÃO DE CRIMES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2904 - POLÍCIA CIVIL

U.O.: 2955 - FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO COMBATE À LAVAGEM DE CAPITAIS E ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
2904 - POLÍCIA CIVIL

REALIZAÇÕES
- Viatura disponibilizada: Com a manutenção periódica das viaturas, mais veículos estiveram disponíveis para o servidor no exercício de suas funções. O período de reparo foi reduzido, permitindo maior eficácia na utilização das viaturas.
- Viatura adquirida: Doação recebida do Veículo utilitário Sport Utility Vehicle (SUV), Marca: JEEP, Modelo: Renegade, Automático, Ano: 2020/2020, Cor: Branca (Plotado), Combustível: Alcool/Gasolina, Placa: RED6G89, motorização: 1.8, Chassi: 98861118XLK316524, Renavan: 01227596020 à Polícia Civil do Estado de Goiás (Contrato nº 16/2020) em virtude do Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida)/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP neste ano de 2020.
- Foram realizadas cerca de 2.379 operações policiais até 20 de dezembro de 2020. Foram realizadas cerca de 3.024 prisões. Foram apreendidas 1.049 armas de fogo; 217 munições. Foram apreendidas 14,28 toneladas de maconha; mais de 340 Kg de cocaína; 193 Kg de skunk; 25,8 Kg de anfetamina; 15,75 Kg de crack; 3,38 Kg de haxixe; 6.649 comprimidos de ecstasy; 1.302 unidades de LSD; 737 frascos de lança perfume, entre outras drogas.
- Equipamentos de informática: Recebimento em 2020 dos seguintes itens: 1- Doação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mediante Termo de doação nº 001/2020: 15 computadores e 15 estabilizadores, 2- Doação do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás: 11 computadores, 11 monitores, 11 estabilizadores; 3 - Convênio 880013/2018, 07 mesas digitalizadoras, 09 monitores, 08 computadores, 12 notebook´s (Instituto de Identificação); 4 - Convênio 853784/2017, 04 notebook´s (Instituto de Identificação);
- Unidade da Polícia Civil Reformada: Foram reformadas e ampliadas a 20ª Delegacia de Polícia de Goiânia; 26ª Delegacia de Polícia de Goiânia; 4ª Delegacia de Polícia de Aparecida de Goiânia; Delegacia de Polícia de Pirenópolis; Delegacia de Polícia de São Luis de Montes Belos e Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios.
- Unidade da Polícia Civil Construída: Foram construídas a nova sede da 3ª Delegacia Regional de Polícia de Anápolis, Delegacia de Polícia de Morrinhos e a Delegacia de Polícia de Piracanjuba.
- Devido a pandemia do COVID 19 que gerou isolamento social alguns produtos tiveram a sua quantidade de entrega comprometida, como Servidor da PCGO capacitado e Palestras do Programa Escola Sem Drogas. No mesmo contexto, o Programa Investigador Mirim foi suspenso e portanto não teve nenhum aluno formado.
- Servidor assistido por equipe multidisciplinar: vários servidores foram atendidos por equipe multiprofissional da PCGO nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia, Enfermagem e SESMT, e a maioria através de tele-consultas em virtude da pandemia de COVID-19. Dentre os serviços prestados incluem-se também a vacinação contra a Influenza e a realização de testagem rápida para detecção do COVID-19.
- Sistema de Inteligência Adquirido: Aquisição do CELLEBRITE através do Convênio 891230/2019.

- Armamento adquirido: 20 Carabinas recebidas de doação do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública; recebimento de 10 armas que foram adquiridas com recurso doado pelo Poder judiciário/1ª VaraCriminal da Comarca de Itumbiara-GO/Fundo de Execução Penal.
- Equipamento de proteção individual e coletivo: recebimento de 600 Coletes balísticos que foram adquiridos através do Convênio Plataforma + Brasil,n° 891332/2019 - SENASP/MJ.
- Equipamento operacional: Recebimento de 200 algemas que foram adquiridas através do Convênio Plataforma + Brasil, n°891332/2019 - SENASP/MJ.
- Mobiliário: 05 mesas e 01 armário doados pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mediante Termo de doação nº 001/2020; 100 itens contendo: armários, cadeiras, gaveteiros e mesas doados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás; 27 cadeiras giratórias doadas pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás.

OBSERVAÇÕES
- As reformas e ampliações foram feitas com a parceria da Polícia Civil, Município, CONSEGS, Ministério Público e Poder Judiciário, sem disponibilização de recurso por parte do Estado, com exceção das delegacias: 20ª Delegacia de Polícia de Goiânia, 26ª Delegacia de Polícia de Goiânia e 4ª Delegacia de Polícia de Aparecida de Goiânia que foram feitas com recursos do PDDQDUP. A construção da 3ª Delegacia Regional de Anápolis foi feita com recursos da CODEGO.
- O número de servidores atendidos pela equipe multiprofissional no mês de março de 2020 refere-se também à Vacinação contra Influenza.
- O número de servidores atendidos pela equipe multiprofissional nos meses de junho e julho referem-se também a realização de testagem rápida para detecção do COVID-19 entre os servidores de todo o Estado.
-Ressalta-se que em 2019 foi feita uma aquisição de munições no valor de R$ R$ 68.520,00 com recurso do Tesouro Estadual, cujo empenho se deu em 16/10/2019, sendo este valor dividido em duas parcelas, uma de R$ 40.200,00, liquidada em 17/12/2019 e paga em 27/12/2019 e outra no valor de R$ 28.320,00, liquidada em 15/01/2020 e paga em 22/06/2020, motivo pelo qual esta última parcela passou de 2019 para 2020 como restos a pagar não processados. Com o valor desta última parcela foram adquiridas 6.000 (seis mil) munições que foram entregues em 14/01/2020. Devido a falta de atualização do SIPLAN, este lançamento não foi resgatado do SIOFINet.
- Foram adquiridos e recebidos 433 coletes balísticos no valor de R$ 498.280,00 com recurso do Tesouro Estadual, sendo que o empenho foi realizado em 11/09/2019, liquidação em 15/01/2020 e pagamento em 22/06/2020, de modo que esta despesa passou de 2019 para 2020 como restos a pagar não processados. Devido a falta de atualização do SIPLAN, este lançamento não foi resgatado do SIOFINet.
- Em setembro de 2020, foram recebidas 481 Pistolas da marca Sig Sauer, adquiridas com recurso do Tesouro Estadual com liquidação em dezembro de 2019. Trata-se de compra internacional com pagamento feito através de carta de crédito, conforme previsto em contrato. O contrato original contava com previsão de 700 armas, foi aditivado para um total de 875. As 481 remetem à primeira de três partes de execução deste contrato. A previsão para entrega da segunda e terceira parte do armamento, contam com previsões para janeiro e setembro 2021. A emissão da carta de crédito da segunda fase foi realizada em dezembro 2020.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Agnaldo Augusto da Cruz

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Atuar em sintonia com as diretrizes do governo estadual, garantindo o cumprimento dos direitos e deveres na execução penal. Ser uma organização de referência nacional na segurança, ressocialização e reintegração do apenado.

2.2 Legislação
A Diretoria Geral de Administração Penitenciária-DGAP, foi criada através da Lei n° 19.962/2018 em 03 de janeiro de 2018, iniciando um marco no Sistema Penitenciário do Estado de Goiás pela inovação em ser uma Diretoria autônoma no âmbito administrativo e financeiro dentro da estruturação do Estado de Goiás.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 foi intensamente marcado pela Pandemia de COVID-19, declarada pela OMS, em 11 de março de 2020. Com isso, o Estado de Goiás, por meio doDecreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, declarou situação de emergência em saúde pública.
Diante de tamanho desafio, nos seis meses seguintes, todo o esforço institucional foi direcionado para as ações relacionadas à prevenção e combate ao coronavírus. Nesse contexto, a DGAP instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crises, com atuação direcionada para: a saúde do servidor; a saúde do custodiado; monitoramento diário de casos suspeitos e confirmados através de report instantâneo; compra e distribuição de insumos, EPI, itens de higiene e limpeza e desinfecção e adaptações e obras de infraestrutura.
Em relação a saúde do servidor ocorreram antecipadamente a vacinação contra H1N1 e foram realizados mais de 5.000 testes. Do total de cerca de 4.400 servidores, até hoje tivemos 523 casos confirmados, dos quais 519 já recuperados e 1 óbito. Quanto aos custodiados, aplicou-se mais de 7.000 testes. Do total de 22.102, 1.796 casos foram confirmados, 1.702 já recuperados e 05 óbitos. Observa-se, portanto, que a contaminação no âmbito do sistema prisional ficou abaixo de 10% o que colocou Goiás entre os Estados com menor índice de contaminação de custodiados no país.
Outro ponto relevante diz respeito aos custos destas medidas, que foram custeados com recursos federais e próprios, além de doações recebidas do Judiciário, MP, sociedade civil e outras entidades. Desta forma, a DGAP se organizou para não onerar o Tesouro Estadual com as despesas relacionadas ao combate e prevenção do covid-19.Além disso, primou-se pela racionalidade no processo de compra de forma a minimizar as chances dedesperdício ou a falta de suprimentos.
Providenciou-se adaptações de infraestrutura no Complexo Prisional, Centro de Triagem eSemiaberto com a instalação de Posto Médico local, com o intuito de isolar e tratar melhor os casos infectados e suspeitos. As reformasforam executadas no prazo de 10 dias com a utilização de mão de obra carcerária. Em parceria com a GOINFRA, acelerou-se as obras do Presidio de Águas Lindas, iniciada no ano de 2011. A Unidade foi inaugurada no dia 6 de agosto para que pudesse ser destinado ao tratamento de presos infectados eisolamento em casos suspeitos da região do entorno do Distrito Federal, caso fosse necessário.
As Unidades prisionais foram aparelhadas para realização de audiências por videoconferência e instalados parlatórios para visitas de advogados e família sem contato pessoal.
O órgão avançou ao alcançar o 2º lugar no ranking estadual de transparência, elaborou seu planejamento estratégico para o período ,elaborou o manual de identidade visual e na manutenção corretiva e reformas das Unidades Prisionais, além de impulsionar processos licitatórios para ampliação de outras Unidades, com recursos federais.
No ano de 2020, 15 (quinze) pequenas Unidades Prisionais foram fechadas com o objetivo de otimização logística, de pessoas, custeio e segurança.
Foram implementadas 7(sete) unidades exclusivamente femininas e 1 LGBT. Aparelhamentos estritamente relacionados às áreas de segurança, como armas, munições e outros, só foram retomados no último trimestre, tendo em vista que as aquisições prioritárias foram destinadas as áreas de saúde. No âmbito da segurança o maior desafio relacionou-se à manutenção da ordem, posto que a pandemia causou sentimento de animosidade entre os detentos, porém, a segurança interna e da sociedade foi preservada.
A ampliação do trabalho carcerário sofreu algum impacto em razão das restrições trazidas pela pandemia, ainda assim, houve expressivo aumento em relação ao exercício de 2019 e a meta de 2020 foi superada. Pelo exposto, conclui-se que a pandemia covid-19 deu a tônica das principais ações desenvolvidas no âmbito do sistema prisional em 2020, contudo, o êxito das ações adotadas se destacam em dois aspectos principais: baixo índice de contaminação e óbito e baixíssimo impacto financeiro ao Tesouro Estadual. Além disso, em que pese todo o impacto organizacional trazido pela pandemia, o órgão alcançou avanços na gestão, ressocialização e a segurança prisional foi garantida.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Plano Diretor
Cadeia de Valor
Plano de custeio
Plano de Aquisições Anual
Planejamento Estratégico

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Índice de Execução Orçamentária

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1030 - GESTÃO PENITENCIÁRIA MODERNA
AÇÃO: 2112 - GESTÃO DA CUSTÓDIA PRISIONAL E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2906 - DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

U.O.: 2906 - DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
2951 - FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL - FUNPES

REALIZAÇÕES
Seguem apontamentos separados por área temática dos produtos:
-Empregabilidade (Produtos-9278)
Em relação à empregabilidade do preso destacamos que possuímos o total de 4.802 presos trabalhando, sendo que 441 trabalham remunerados pelo Estado, 1008 trabalham para a iniciativa privada (seguintes empresas: Hering S/A, Sallo Confecções, Focato Confecções, Telemont S/A e INOVAR) e 3.353 trabalham no sistema somente para a remição da pena. No entanto, o resultado apresentado no relatório de metas físicas realizadas aponta apenas 441 presos trabalhando na administração. Tal situação deve-se ao fato de os dados de vinculação financeira serem extraídos da folha de pagamento de presos. Portanto, foram considerados somente os que são remunerados pela Administração. Salientamos que a DGAP buscou junto à Secretaria de Economia o aumento orçamentário e financeiro para ampliar as vagas de trabalho remuneradas. Destacamos que devido a importância da empregabilidade como instrumento de ressocialização o Fundo PROTEGE descentralizou a partir do mês de setembro recursos para atender as demandas do órgão no que diz respeito a remuneração do reeducando. Tais medidas geram economia para os cofres Públicos além de contribuir sobremaneira com a diminuição dos índices de reincidência criminal. Os postos de trabalho disponibilizados atualmente no Sistema Prisional Goiano são: Confecção, horta, cozinha, serviços gerais, Indústria (marcenaria, serralheria e outros), costura de bolas, reciclagem, obras/construção, artesanato, etc.
-Presos capacitados em cursos profissionalizantes e matriculados em rede de ensino (Produtos 8055 e 8054)
A diretoria-Geral de Administração Penitenciária por meio da Gerência de Educação, Módulo de Respeito e Patronato desenvolve diversos trabalhos visando a ressocialização do apenado. Para tanto, a Gerência de Educação oferta aos presos cursos profissionalizantes como: auxiliar de pedreiro; almoxarife e estoquista; vendedor; jardineiro; auxiliar de oficina mecânica; atendimento ao público; construções e reforma de instalações elétricas, hidráulicas e alvenaria; torneiro mecânico; mestre de obras e edificações; informática; assistente administativo-EAD; auxiliar de contabilidade-EAD; higiene, manipulação e preparo de alimentos; garçom; curso de empreendedorismo; agricultura família; segurança do trabalho, higiene e ergonomia; etc. Atualmente possuímos, aproximadamente, 1.000 presos matriculados em rede de ensino convencional, ensino médio e fundamental. Uma vez inserido no ensino formal, o preso tem maior capacidade de compreensão e interação, agregando o senso comum de que é possível a continuidade dos estudos após a saída do cárcere. O estudo é uma forma comprovada de ressocialização, além de possibilitar a remição da pena pelo estudo. A Dgap também oferece aos apenados o projeto da remição pela leitura, que passou a ser implantado em todas as Unidades Prisionais do Estado de Goiás, por meio de parceria com a Secretaria de Educação, Ministério Público e Poder Judiciário de Goiás, que elaboraram uma Portaria conjunta delineando as regras do programa. Ressaltamos que o projeto teve excelente aceitação. Destacamos que a GEMRP dispunha de uma variada gama de projetos voltados para a educação e estudo do preso, cursos profissionalizantes, PRONATEC prisional, Projeto Goás Resultados e tantos outros com o apoio do poder Público direcionados à população carcerária, todavia, muitos projetos tiveram que ser paralisados em razão da Pandemia do Covid-19.
-Atenção às mulheres encarceradas e ao Público LGBT (Produtos: 8053 e 8052)
No que diz respeito à criação de Presídios Regionais Femininos destacamos a criação da Portaria n. 168-2020/2020-DGAP, que visa instituir Políticas Públicas no âmbito Estadual para o recebimento de mulheres presas, provisórias e condenadas, recepcionadas nas Unidades Prisionais Regionais Femininas administradas pela Diretoria-Geral de Administração Penitenciária. Ressaltamos que foram implantados 9 Presídios Regionais Femininos, são eles: Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, URPFEM de Araçu, URPFEM de Luziânia, URPFEM de Corumbaíba, URPFEM de Orizona, URPFEM de Israelândia, URPFEM de Paranaiguara, URPFEM de Barro Alto, URPFEM de Formosa. A regionalização dos presídios é uma medida que tem o objetivo de contribuir com a garantia e a defesa dos direitos individuais e coletivos das mulheres privadas de liberdade, cumprindo com as políticas públicas de humanização do encarceramento feminino.

OBSERVAÇÕES
(...) CONTINUAÇÃO DO RESULTADO DA AÇÃO
Vez que mulheres possuem necessidades distintas dos apenados masculinos. Neste contexto, destacamos que as Unidades de Aparecida de Goiânia, Araçu e Barro Alto possuem salas berçário e outros três estão sendo construídos nas Unidades Prisionais de Serranópolis, Orizona e Corumbaíba. No mesmo sentido destacamos a Unidade de Acreúna, primeira no Estado destinada ao Público LGBT. Que, assim como as mulheres, necessitam de tratamento diferenciado.
-Segurança (Produtos: 7521, 7746 e 8057)
Na área de segurança a meta prevista ficou abaixo do esperado devido aos esforços institucionais terem sido deslocados prioritariamente às ações voltadas para a preservação da saúde. Entretanto, ainda ocorreram a aquisição de armamentos, como pistolas .40 para treinamento de servidores e munições de treinamento de calibres variados. Atualmente, estão em funcionamento BodyScan em diversas unidades da Diretoria-Geral, como: UP Luziânia, Colônia Agroindustrial de Aparecida de Goiânia, UP Mineiros, UP Goianésia, Penitenciária de Rio Verde, UP Novo Gama, UP Anápolis, UP Caldas Novas, UP Catalão, UP Senador Canedo, UP Trindade, UP Jataí e CPP de Luziânia. Medida importante, vez que a Gestão da DGAP visa diminuir ao máximo a entrada de objetos ilícitos dentro das Unidades Prisionais do Estado. Contudo, é imperioso salientar que foram retomadas no último trimestre as aquisições de armamentos, munições e equipamentos de segurança. Em relação a presos monitorados com tornozeleiras eletrônicas citamos que atualmente possuímos uma média de 5.443 presos monitorados em todo Estado de Goiás, ou seja, é realizado nas 8 Regionais Prisionais, atendendo a diversas Comarcas. Ressaltamos que o uso de tornozeleira eletrônica é economicamente viável para os cofres públicos, tendo em vista que custodiar um preso possui custos mais elevados. Além disso, nos serviços contratados de monitoração eletrônica estão previstos o atendimento às mulheres submetidas à medida protetiva de urgência, com a utilização de dispositivo "botão de pânico", que garante eficiência no atendimento a essas vítimas.
- Capacitação profissional dos servidores (Produtos: 7862, 8159, 8163, 9277)
. Em relação a capacitação profissional dos servidores destacamos que as aulas presenciais e práticas foram consideravelmente contingenciadas devido à Covid- 19, mantendo-se apenas as capacitações essenciais para o exercício das atividades operacionais. Neste contexto a ESAP promoveu capacitação de, aproximadamente, 680 servidores nos seguintes cursos: curso de Vigilante Penitenciário Temporário, nivelamento SAECO, Nivelamento semiaberto, Águas Lindas 1, Águas Lindas II, SEACOP I E SEACOP II Foram qualificados, ainda, 26 instrutores e professores da Esap no curso I CIA. Evidenciamos que o produto mais prejudicado pelas limitações impostas pela Covid-19 foi o de servidores capacitados para o POP, pois se trata de um curso EAD, com pelo menos 24 horas de aulas práticas, que não foram autorizadas por medida de segurança e prevenção a disseminação do vírus .
-Combate ao Covid-19 (Produto: 14260)

No que diz respeito ao atendimento de servidores e recuperandos com ações de prevenção à saúde, destacamos que 100% foram atendidos. A diferença do previsto com o que foi realizado no relatório deve-se ao fato da diminuição da população carcerária. Ainda em relação ao combate à Covid-19, informamos que foi instituído o Comitê de Gerenciamento de crise para enfrentamento da doença. No âmbito da Superintendência de Gestão integrada do órgão as iniciativas visaram: a saúde do servidor; monitoramento de casos suspeitos e confirmados; compra e distribuição de insumos, EPI, itens de higiene e limpeza e desinfecção e adaptações e obras de infraestrutura. Houve a compra e distribuição de insumos para o enfrentamento da COVID-19, após o levantamento de necessidade de aquisição de 14 itens: água sanitária, detergente, sabonete líquido, sacos de lixo, papel toalha, álcool gel, avental de descartável, luvas descartáveis, máscaras modelos N-95, óculos de proteção, touca descartável, lençol com elástico e capa impermeável de colchão. Salientamos que diariamente é informado, por meio do site: dgap.go.gov.br, o boletim de casos de Covid-19 no sistema prisional Goiano, proporcionando maior transparência na divulgação dos dados relacionados à doença.
Soluções de tecnologia (Produto: 7749)
Destacamos que o produto de soluções de tecnologia foi criado no final do ano por imposições circunstanciais trazidas pela Pandemia, bem como para o avanço de inteligência organizacional. Intensificou-se investimento na área de tecnologia uma vez que todas unidades receberam investimentos na área, tanto com investimentos em hardware como aumento na conectividade. Atualmente todas as Unidades Prisionais possuem condições de realizar vídeo conferência. Espera-se avanços no ano de 2021 no que diz respeito a aquisição e desenvolvimento de software.
Assistência Material (Produto: 14261 e 8126)
Em relação aos presos assistidos no Sistema Prisional destacamos que 100% foram atendidos. A Diretoria-Geral de Administração Penitenciária disponibiliza aos reeducandos: colchões, toalha de banho, lençóis, sabonetes, papel higiênico, aparelho de barbear, esponja para banho, sabão em barra, absorvente íntimo, creme dental, etc. Em relação as refeições fornecidas o número previsto é incompatível com a realidade fática, devido a inserção de parte da meta ter sido realizada no campo extra cota no momento da elaboração do PPA.
Viatura Disponibilizada (8290)
O quantitativo ficou abaixo da meta pois foi contingenciada em razão das medidas de contenção de gastos.

AÇÃO: 3040 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS E DE ALTERNATIVAS À PRISÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2906 - DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

U.O.: 2951 - FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL - FUNPES
2906 - DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES
No primeiro semestre, devido à pandemia provocada pela Covid-19 a Gerência de Engenharia providenciou as adaptações de infraestrutura no Complexo Prisional, Centro de Triagem e Semiaberto com a instalação de Posto Médico local, com o intuito de isolar e tratar melhor os casos infectados e suspeitos. As reformas foram executadas no prazo de 10 dias com a utilização de mão de obra carcerária.
No que diz respeito a criação de vagas destacamos que a DGAP atua em diversas frentes, como construção, ampliação, reformas pontuais, etc. Muitas intervenções são realizadas com a mão de obra carcerária e custeadas por doações de moradores, conselho da comunidade, sociedade civil, poder Judiciário, Ministério Público e outros.
No que diz respeito a obras públicas podemos destacar a parceria com a GOINFRA, para acelerar as obras do Presidio de Águas Lindas, iniciada no ano de 2011. O presídio, considerado de segurança máxima, foi inaugurado no dia 6 de agosto e tem capacidade para 300 presos. Foi construído com recursos do Governo federal e atende presos de alta periculosidade da Região do Entorno do DF. O presídio de Águas Lindas conta, ainda, com um bloco de tratamento de saúde, onde em um primeiro momento está sendo utilizado para tratamento de presos do Entorno do DF infectados pela covid-19 e para isolamento em casos suspeitos.
No que diz respeito à manutenção predial pontuamos que a DGAP possui contrato vigente relacionado à manutenção preventiva e corretiva. O contrato prevê diversas frentes de intervenção, como: pinturas prediais, manutenções elétricas, manutenções hidráulicas, manutenções corretivas do sistema de esgotamento de água, etc.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

MARCOS ROBERTO SILVA

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Promover um trânsito seguro e humanizado por meio da gestão transparente, efetiva e profissional com foco na excelência do atendimento, educação e preservação da vida. Buscar a redução contínua e gradual das fatalidades no trânsito, através de ações preventivas, repressivas e corretivas, envolvendo, engenharia e fiscalização no trânsito, garantindo assim a satisfação dos usuários, oferecendo serviços fundamentados na ética, respeito, compromisso em servir e em resultados p ser o melhor do Brasil

2.2 Legislação
Decreto Nº 9.751/2020, Lei nº 20.880/2020, Lei nº 20.820/2020, Portaria nº 1078/2020, Portaria nº 1082/2020, Decreto nº 9.668/2020, Decreto nº 9.649/2020, Instrução Normativa nº 1.459/2020- GSE, Decreto nº 9.644/2020, Decreto nº 9.634/2020, Decreto nº 9.628/2020, Decreto nº 9.625/2020, Portaria nº 382/2020, Decreto nº 9.606/2020, Lei nº 20.756/2020, Decreto nº 9.601/2020, Portaria nº 12/2020.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Goiás (DETRAN/GO) se empenhou na prestação de serviços de excelência no atendimento ao cidadão, implementando políticas públicas para um trânsito seguro e humanizado. Investimos em tecnologia para trabalhar da melhor forma neste período crítico de Pandemia, implantamos o CRLV-E, extinguimos a impressão e envio de boletos e documentos. Realizamos projetos inovadores como a Placa Mercosul, integramos nossa base com SSP e JUCEG, visando prevenir fraudes. Foram disponibilizadas 4.014 vagas para o Programa CNH Social. Mesmo diante do cenário instalado pelo COVID-19, destacamos a autarquia realizou 3.180.126 Atendimento presenciais, 3.517.397 auto atendimento por meio do sitio e app, 909.539 tele atendimento através do 154, foram 522.318 CNH emitidas, 102.424 Exames de Legislação de Trânsito aplicados, 168.139 Exames de Prática de Direção realizado. Foram 21.660 metros quadrados de sinalização viária horizontal implantada em 16 municípios goianos e 494 sinalização viária vertical implantada em 7 municípios. os atendimentos presenciais aos usuários desta Autarquia permaneceu inalterado, foi implantado uma novo sistema de agendamento prévio para todos os atendimentos, resultando mais fluidez e evitando aglomerações dentro da Autarquia. Com o objetivo de trazer alívio ao bolso do cidadão, no exercício de 2020, houve a redução de R$ 91.000.000,00 (Noventa e Um Milhões de Reais) entre as taxas de vistorias, emplacamento, revisões de contratos, como exemplo, o contrato com a empresa CASE (Empresa contratada para a emissão do CRLV e CRV), que por determinação da CGE e Gerência de Auditoria (DETRAN/GO), por meio de um processo administrativo, poderá ter que realizar a devolução de R$ 21.000.000,00 (Vinte e um milhões de reais) aos cofres públicos.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Sistema Elaboração Orçamentária -SIOF NET;
Sistema de Administração Financeira- AFT;
Sistema de Eletrônico de informações SEI;
Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual -SIPLAM
Sistema de Registro de Atendimento Integrado - RAI;
Sistema de BI- QlikView;
Previsão de Desembolso Financeiro - PDF
Bizage;
Goiás Digital;
Reuniões de Governança.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
EXAME DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO REALIZADO/ NUMERO;
AUTOATENDIMENTO REALIZADO/ NUMERO;
VEÍCULO LICENCIADO/ NUMERO;
VEÍCULO REGISTRADO/ NUMERO;
ATENDIMENTO PRESENCIAL REALIZADO/ NUMERO;
SISTEMA VEICULAR DIGITAL- SVD REALIZADO/ NUMERO;
VEÍCULO VISTORIADO/ NUMERO;
ENTIDADE CREDENCIADA PARA HABILITAÇÃO DE CONDUTOR/ NUMERO;
SERVIDOR CAPACITADO NA ÁREA EDUCATIVA E PREVENTIVA DE TRÂNSITO/ NUMERO;
UNIDADE DO DETRAN REFORMADA/ PADRONIZADA/ NUMERO;
SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL HORIZONTAL IMPLANTADA/ METRO QUADRADO;
SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL IMPLANTADA/ NUMERO;
NOVA ESTRUTURA DE TI IMPLANTADA/ PERCENTUAL;
SISTEMA RENAEST IMPLANTADO/ NUMERO;
UNIDADE DO DETRAN CONSTRUÍDA/ NUMERO;
DISPOSITIVO AUXILIAR DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO IMPLANTADA/ NUMERO;
CAMPANHA EDUCATIVA/ INFORMATIVA REALIZADA/ NUMERO.
CNH EMITIDA/ NUMERO;
EXAME DE PRÁTICA DE DIREÇÃO REALIZADO/ NUMERO;
PALESTRA EDUCATIVA REALIZADA/ NUMERO;
SERVIDOR CAPACITADO/ NUMERO;
TELEATENDIMENTO REALIZADO/ NUMERO;
CNH SOCIAL EMITIDA/ NUMERO;
CURSO DE RECICLAGEM OBRIGATÓRIO REALIZADO/ NUMERO;
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO REALIZADA/ NUMERO;

BALADA EDUCATIVA REALIZADA/ NUMERO;

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1036 - TRÂNSITO SEGURO
AÇÃO: 2126 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO DETRAN E MOBILIDADE URBANA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

U.O.: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

REALIZAÇÕES
Produto 8348 - Nova estrutura de TI implantada - análise: Mesmo com a Pandemia, o trabalho de reestruturação das unidades do DETRAN nos municípios do Estado não parou, bem como a introdução de ferramentas digitais, igualmente contabilizadas por este indicador. No caso destas, pelo contrário, a Pandemia estimulou a TI a entregar cada vez mais opções digitais ao cidadão de Goiás. Produto 8349 - Sistema RENAEST - análise: Esta meta é para o exercício de 2021 e encontra-se em andamento, o RENAEST é um Sistema Nacional liderado pelo DENATRAN, e nas entregas já realizadas, Goiás é um dos estados mais adiantados, inclusive, houve a solicitação de que nosso case fosse apresentado aos demais Órgãos de Trânsito do País, em conferência online como exemplo de boa condução do Projeto. Esforços Realizados para atingir a Meta; O produto 8348 está mais relacionado ao atendimento de demandas externas a esta Gerência, onde atendemos a clientes internos do Órgão, principalmente a Gerência de Atendimento Regional. O produto RENAEST é um dos projetos estratégicos desta Gerência, e o coordenador de BD & BI está pessoalmente envolvido na liderança técnica. Dentro do produto 8640 foram realizadas diversas reformas nas unidades das Ciretrans no Estado de Goiás, assim como foram efetuadas reformas na Sede do DETRAN/GO, tendo em vista que para o exercício de 2020 não houve previsão para o produto, o mesmo foi implementado para o melhor atendimento nas unidades. O produto 8169, o realizado foi bem superior ao previsto, pois o DETRAN/GO realizou parcerias com as Prefeituras onde elas entraram com os materiais de sinalização viária e a Autarquia com a mão de obra e maquinário, tal parceria se fez necessária devido a não aquisição de materiais de sinalização viária pela Autarquia devido a Pandemia, que houve redução nas aquisições que foi desencadeado o Plano de Contingência de Gastos. O produto 8170 foi o mesmo caso do produto, o previsto não foi alcançado devido a não aquisição de materiais, assim como para o produto 7701, tendo em vista a não aquisição de materiais para realizar os serviços dos produtos citados.

AÇÃO: 2127 - EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO E TRÂNSITO SEGURO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

U.O.: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

REALIZAÇÕES
Quanto aos produtos 8617, 6619 e 7680, no exercício de 2020 devido ao estado de calamidade declarado por conta da Pandemia da COVID-19, não foi possível realizar todas as ações estabelecidas no PPA, não sendo possível cumprir o previsto. Para o produto 6619, somente no mês de outubro/2020, teve o retorno das Baladas Educativas. No produto 7680, foi disponibilizado o Curso de Reciclagem no formato EAD, o que não trouxe prejuízos aos usuários. Para o produto 8617, não foi possível devido a não realização de aulas presenciais, conforme Decreto 9.653/2020. O Produto 13420, devido às ações de enfrentamento à Pandemia da COVID-19, principalmente, quanto à suspensão de aulas e fechamento do comércio, diminuíram consideravelmente as ações de fiscalização de trânsito, não sendo, portanto, atingidas as metas previstas. O Produto 8284 de igual forma ao produto 13420, principalmente pela suspensão das aulas escolares, não foram realizadas as vistorias do transporte escolar no 1º e 2º semestre do ano de 2020. Produto 8618, foram previstas 20 campanhas e no total foram realizadas 23, sendo que 5 campanhas foram realizadas por meio de agências de publicidade quando os contratos ainda estavam vigentes e as demais foram campanhas e divulgações realizadas na mídia espontânea e redes sociais. O produto 8344, o realizado foi superior ao previsto, tendo em vista que foram deslocados servidores da Sede do DETRAN/GO para suprir as ausências dos servidores que fazem parte do grupo de risco, para realizar os atendimentos nas CIRETRANS instaladas no Estado de Goiás, para a Sede do DETRAN/GO os atendimentos foram realizados por meio de agendamentos prévios onde não houve interrupção dos serviços realizados ao usuário. Para o produto 8345, os serviços realizados também foram maiores que o previsto, isso devido ao melhoramento do Sistema, onde trouxe maior agilidade nas análises dos processos o que trouxe maior demanda, fazendo com que os usuários desse serviço tenham como opção principal as solicitações por meio digitais. O Produto 8347, que diz respeito aos atendimentos pelo Disque Detran, os serviços tiveram maior demanda devido aos usuários terem mais dúvidas quantos à renovação de CNH, prorrogações do Licenciamento, IPVA e Seguro DPVAT, assim como o atendimento para agendar serviços na Sede ou em alguma Unidade do Vapt Vutp. Quanto ao produto 7640, todas as vagas foram preenchidas, porém como o processo de Habilitação demanda tempo, nem todos os usuários beneficiados conseguiram concluir o processo, lembrando que por ocasião da Covid-19, as aulas das autoescolas foram suspensas por determinado período. Para os programas 7803 e 7804, tendo em vista a pandemia da COVID-19, os produtos tiveram que ser paralisados para evitar aglomerações, com isso as metas estabelecidas para o exercício de 2020 não foram cumpridas nas suas totalidades, foram realizadas várias adequações na forma de aplicação das provas de legislação de trânsito (7804) e para as provas de prática de direção (7803), onde as aplicações passaram a ter o agendamento prévio havendo tempo necessário para realizar a devida desinfecção dos veículos e motocicletas, com essas alterações foi possível realizar a aplicação dos produtos para o usuário sem muitos prejuízos.

AÇÃO: 2165 - ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (EMENDA PARLAMENTAR)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

U.O.: 2961 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

REALIZAÇÕES
O previsto para o exercício de 2020 foi de 78 (setenta e oito) servidores capacitados, mas devido a Pandemia do novo Coronavírus, apenas 1 (um) servidor foi capacitado na modalidade EAD, dentro da área estipulada, sendo que o mesmo irá ministrar aulas dentro da EPT (Escola Pública de Trânsito) nos cursos que estão previstos para o exercício de 2021. Nesse sentido, não foi possível realizar o previsto

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Lúcia Vânia Abrão

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Promover e coordenar as Políticas Públicas de assistência social, de garantia de direitos e de igualdade e inclusão de mulheres, negros índios, ciganos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoas idosas e população LGBT, por meio de ações integradas e descentralizadas de proteção e inclusão social.

2.2 Legislação
Lei Nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019
Lei Nº 20.491, de 25 de junho de 2019

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social traz como missão institucional “Promover e coordenar as Políticas Públicas de Assistência Social, de garantia de direitos e de igualdade e inclusão de mulheres, negros, índios, ciganos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoas idosas e população LGBT, por meio de ações integradas e descentralizadas de proteção e inclusão social”.
Partindo desta missão, a Secretaria tem desenvolvido ações que contribuem de fato para a promoção da igualdade e garantia de direitos.
Como destaque das ações da Assistência Social, as ações de capacitação continuada, o apoio técnico e o assessoramento aos municípios quanto às ações de Proteção Social Básica, Especial, destinadas aos diversos segmentos da sociedade, público alvo da Secretaria (idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres, população LGBT, negros, comunidades tradicionais, além da população em situação de vulnerabilidade e risco social) foram executadas apesar da pandemia de Covid 19, iniciada em março de 2020 e que persiste até o momento, que exigiu um apoio maior à população mais vulnerável e, paradoxalmente, impôs mais dificuldade a esse atendimento.
No campo da Integração Social e Defesa e Promoção dos Direitos Humanos foram desenvolvidas ações de promoção e garantia dos direitos humanos na busca da inclusão e igualdade de direitos à pessoa com deficiência, altista e à pessoa idosa através. Em uma das ações, foram emitidos milhares de passes livres do deficiente e do altista e de passaporte do idoso.
Em parceria com órgãos e instituições, como o Ministério Público do Trabalho (MPT-GO), Defensoria Pública (DPE-GO), OVG, Pastoral do Migrante, Polícia Rodoviária Federal, ABIN, OAB-GO, Ministério Público Estadual desenvolvemos campanhas e políticas públicas para assegurar o pleno exercício dos direitos das pessoas e populações com algum tipo vulnerabilidade social, como população LGBTI+, população em situação de rua, migrantes, refugiados, apátridas, vítimas do tráfico de pessoas, do trabalho escravo e de violências de toda ordem.
A SEDS coordenou e deu suporte administrativo e técnico ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Política para a População em Situação de Rua no Estado de Goiás (Ciamp-Rua/GO), ao Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Goiás e ao Comitê Estadual de Combate à Tortura.
Em razão da pandemia, os atendimentos no Centro Estadual de Atendimento do Deficiente - CEAD, foram suspensos no mês de março.
Como forma de inclusão e buscando o convívio comunitário da pessoa idosa, foram realizadas no Centro de Convivência dos Idosos diversas atividades que beneficiaram cerca de 120 idosos. A Casa do Idoso da Vila Mutirão acolheu durante este ano apenas 14 idosos, em razão da precariedade da estrutura, que será totalmente reformada. A obra já foi licitada e deve ter início em janeiro de 2021 ao custo de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).
Os gestores e trabalhadores das Instituições de Longa Permanência da Pessoa Idosa (ILPIs) foram capacitados por meio virtual em sessões realizadas todas as quartas-feiras no período vespertino.
A população jovem, principalmente dos Programas Passe Livre Estudantil e Jovem Aprendiz, participou de cursos de capacitação, como o Programa Jovens de Futuro
Com o Programa Passe Livre Estudantil obtivemos como resultado o favorecimento de estudantes sem recursos financeiros próprios ou de familiares para o acesso à educação, auxílio na formação de profissionais que possam vir a colaborar com o desenvolvimento do Estado e incentivo de jovens e adultos a continuarem ou retornarem aos estudos.
Com o programa Jovem Aprendiz foi possível a colocação de adolescente no mercado de trabalho, o que possibilitou a inclusão social e produtiva do adolescente, a diminuição da evasão escolar, o aumento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida.
Durante o ano centenas de entidades e hospitais filantrópicos receberam Auxílio Financeiro, recursos destinados para complementação nutricional de seus usuários e para pagamento de contas de água e energia elétrica, alcançando crianças, adolescentes, idosos, pessoas enfermas, deficientes, pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, pessoas com dependência em substâncias psicoativas, dentre outros, atendidas nas entidades filantrópicas.
A Secretaria de Desenvolvimento Social realizou, por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal, a locação de tendas que foram instaladas em algumas agências onde houve maior circulação de pessoas. As tendas acomodaram os beneficiários do Programa Bolsa Família e Programa Auxílio Emergenciais mantendo o distanciamento entre as pessoas, evitando aglomerações nas portas das agências da Caixa Econômica Federal e, consequentemente, a disseminação do coronavírus.
Nos citados locais foram disponibilizados álcool em gel, máscara, apoio na organização de filas para proporcionar o distanciamento adequado, bem como conscientização da população quanto aos cuidados necessários para se evitar a disseminação do COVID-19.
Através da SEDS também foi possível a distribuição de 420 mil cestas de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade.
Mesmo na pandemia, os trabalhadores municipais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) puderam contar com orientação e apoio técnicos da SEDS em relação aos temas de responsabilidade da equipe estadual do SUAS, que inovou e ampliou suas ações remotamente, atingindo a todos os municípios do Estado. Os webnários abordaram os temas: Violência contra a criança e adolescente; erradicação do trabalho infantil, fortalecimento da garantia de direitos da pessoa idosa, com participação de profissionais de outras unidades federativas.

Foram realizados assessoramento técnico e capacitações virtuais de modo a efetivar a rede socioassistencial para o enfrentamento ao Covid-19. A equipe técnica estadual produziu material informativo (folders, boletins) para disseminação de informações e orientações.
O combate à violência doméstica também foi feito por meio de encontros virtuais, com implementação de plataforma virtual de capacitação online de curso para profissionais que atuam no enfrentamento à violência doméstica, na Rede de Assistência Social e de Educação. Também foram realizadas campanhas permanentes de canais de denúncias de violências contra as mulheres, população negra e povos de comunidades tradicionais, bem como o monitoramento dos casos de violência doméstica no Estado.
Nas comunidades tradicionais foi realizado o mapeamento e diagnóstico, atividades de segurança alimentar e prevenção da Covid 19, com apoio de distribuição de cestas básicas, máscaras e álcool em gel.
De forma integrada o atendimento socioeducativo é importante para redesignação do adolescente na sociedade, resgatando valores e implementado políticas educacionais efetivas. As ações vinculadas ao Programa Nova Chance aos Jovens permeiam a missão institucional de socioeducação atrelada a esta pasta. As intervenções realizadas pelo Plantão Interinstitucional propiciaram, em sua fase investigatória, a triagem dos adolescentes que cometeram ato infracional, que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade em uma unidade CASE
Em continuidade às medidas socioeducativas e visando a proteção do adolescente, a Casa Semiliberdade permitiu a reinserção gradativa dos adolescentes na comunidade. A oferta da educação formal, de cursos de capacitação e o acesso aos serviços de saúde na região onde está situada permitiu ao adolescente vislumbrar outras possibilidades no convívio social.
Com o intuito de dar prosseguimento as medidas socioeducativas, o assessoramento quanto ao cumprimento das medidas em meio aberto representou a possibilidade de favorecer a convivência social norteada pela verificação do efetivo benefício trazido à comunidade e a formação do adolescente. Resultou-se em eficiência no trabalho e melhor atendimento aos objetivos da socioeducação a realização da capacitação dos servidores

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Plano Decenal da Assistência Social
- Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)
- Plano de Assistência Social (PAS)
- Plano Anual de Ação e Aplicação do SUAS
- Plano Anual de Ação e Aplicação do FEDPI (Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa)

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Percentual de políticas públicas implementadas, que se obtém através do número de políticas públicas implementadas em relação à quantidade de políticas públicas sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1017 - INTEGRAÇÃO SOCIAL E DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
AÇÃO: 2067 - AÇÃO DE PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3055 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
3052 - FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECAD

REALIZAÇÕES
Com a ação de integração social e defesa e promoção dos direitos humanos a SEDS buscou promover a inclusão e igualdade de direitos à pessoa com deficiência, altista e à pessoa idosa através, também, da emissão de milhares de passes livres do deficiente e do altista e de passaporte do idoso, além da realização de campanha.
Na busca da promoção dos Direitos Humanos, a SEDS implementou e acompanhou a realização de atividades, em parceria com órgãos e instituições, como o Ministério Público do Trabalho (MPT-GO), Defensoria Pública (DPE-GO), OVG, Pastoral do Migrante, Polícia Rodoviária Federal, ABIN, OAB-GO, Ministério Público Estadual das políticas públicas para assegurar o pleno exercício dos direitos das pessoas e populações com algum tipo vulnerabilidade social, como população LGBTI+, população em situação de rua, migrantes, refugiados, apátridas, vítimas do tráfico de pessoas, do trabalho escravo e de violências de toda ordem.
Coordenou e deu suporte administrativo e técnico ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Política para a População em Situação de Rua no Estado de Goiás (CIAMP-RUA/GO), ao Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Goiás e ao Comitê Estadual de Combate à Tortura.

AÇÃO: 2068 - CONVÍVIO COMUNITÁRIO, ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

REALIZAÇÕES
Como forma de inclusão e buscando o convívio comunitário da pessoa idosa, foram realizadas no Centro de Convivência dos Idosos atividades sócio recreativas , de educação, alfabetização , trabalhos manuais, passeios e outros, com a participação de uma média de 120 idosos.
Com este mesmo objetivo foram desenvolvidas atividades educacionais no Centro Estadual de Atendimento do Deficiente - CEAD, porém os atendimentos ocorreram somente até o mês de março, quando teve início a pandemia pelo novo Coronavírus e os mesmos foram suspensos.
A ação, buscando a proteção social e a garantia de direitos da pessoa idosa proporcionou atendimento para idosos na Casa do Idoso da Vila Mutirão, acolhendo durante este ano apenas 14 idosos. Este número ficou limitado pois existe o planejamento de uma reforma estrutural , onde já foi finalizado processo licitatório para contratação de empresa no valor disponibilizado pelo governo estadual de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para esta obra.
Também foi realizada a capacitação dos gestores e trabalhadores de Instituições de Longa Permanência da Pessoa Idosa - ILPIs, por

meio virtual , vídeo conferências realizadas semanalmente ás quartas feiras no período vespertino.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1023 - JOVENS DE FUTURO
AÇÃO: 2085 - AÇÃO DE PROMOÇÃO DA JUVENTUDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES
A ação buscou a valorização e inclusão do jovem e adolescente principalmente através dos Programas Passe Livre Estudantil e Jovem Aprendiz.
Com o Programa Passe Livre Estudantil obtemos como resultado:
Favorecimento de estudantes sem recursos financeiros próprios ou de familiares o acesso à educação;
Auxilio na formação de profissionais que possam colaborar com o pleno desenvolvimento do Estado de Goiás;
Incentivo de jovens e adultos a continuarem ou retornarem aos estudos.
Com o programa Jovem Aprendiz foi possível a colocação de adolescente no mercado de trabalho, o que possibilitou:
- inclusão social e produtiva do adolescente;
- diminuição da evasão escolar;
- aumento da renda familiar;
- melhoria da qualidade de vida.

OBSERVAÇÕES
A quantidade de jovens colocados no mercado de trabalho, como aprendizes, através do Programa Jovem Aprendiz foi menor que aquela prevista pois, devido à pandemia do novo coronavírus, os adolescentes permaneceram em casa, realizando teletrabalho, quando possível, e as vagas que foram se tornando ociosas não foram preenchidas.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1034 - NOVA CHANCE AOS JOVENS
AÇÃO: 2119 - AÇÃO DE INTEGRAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
3054 - FUNDO ESPECIAL DE APOIO A CRIANÇA E AO JOVEM

REALIZAÇÕES
De forma integrada o atendimento socioeducativo é importante para redesignação do adolescente na sociedade, resgatando valores e implementado políticas educacionais efetivas. As ações vinculadas ao Programa Nova Chance aos Jovens permeiam a missão institucional de socioeducação atrelada a esta pasta. As intervenções realizadas pelo Plantão Interinstitucional propiciaram, em sua fase investigatória, a triagem dos adolescentes que cometeram ato infracional. Caso o adolescente seja sentenciado com uma medida socioeducativa de privação de liberdade a internação ocorre em uma unidade CASE e tem por finalidade preservar a integridade física do adolescente e manter a ordem pública. Em continuidade às medidas socioeducativas e visando a proteção do adolescente, a Casa Semiliberdade permitiu a reinserção gradativa do mesmo na comunidade. A oferta da educação formal, de cursos de capacitação e o acesso aos serviços de saúde na região onde esta situada permitiu ao adolescente vislumbrar outras possibilidades no convívio social. Com o intuito de dar prosseguimento as medidas socioeducativas, o assessoramento quanto ao cumprimento das mesmas em meio aberto representou a possibilidade de favorecer a convivência social norteada pela verificação do efetivo benefício trazido à comunidade e a formação do adolescente. Resultou-se em eficiência no trabalho e melhor atendimento aos objetivos da socioeducação a realização da capacitação dos servidores.

AÇÃO: 3041 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

REALIZAÇÕES
Não houve finalização das obras de novos Centros de Atendimento socioeducativo.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1040 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
AÇÃO: 2137 - AÇÕES INTEGRADAS DE PROMOÇÃO À CIDADANIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

REALIZAÇÕES
Através da ação foi possível o atendimento a centenas de entidades e hospitais filantrópicos, com o pagamento do Auxílio Financeiro, que as beneficiou com recursos para complementação nutricional de seus usuários e para pagamento de contas de água e energia elétrica, alcançando crianças, adolescentes, idosos, pessoas enfermas, deficientes, pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, pessoas com dependência em substâncias psicoativas, dentre outros, atendidas nas entidades filantrópicas.
A Secretaria de Desenvolvimento Social realizou, por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal, a locação de tendas que foram instaladas em algumas agências onde houve maior circulação de pessoas. As tendas acomodaram os beneficiários do Programa Bolsa Família e Programa Auxílio Emergenciais mantendo o distanciamento entre as pessoas, evitando aglomerações nas portas das agências da Caixa Econômica Federal e, consequentemente, a disseminação do coronavírus.
Nos citados locais foram disponibilizados álcool em gel, máscara, apoio na organização de filas para proporcionar o distanciamento adequado, bem como conscientização da população quanto aos cuidados necessários para se evitar a disseminação do COVID-19.
A ação proporcionou alimentação a milhares de famílias, com a distribuição de cestas de alimentos.

AÇÃO: 2138 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES
A Secretaria de Desenvolvimento Social, buscando efetivar a orientação e apoio técnicos aos trabalhadores municipais do SUAS, em relação aos temas de responsabilidade da equipe estadual do SUAS, mesmo em tempos de pandemia, inovou e ampliou suas ações remotamente, atingindo a todos os municípios do Estado. Os webnários realizados pela Superintendência de Desenvolvimento, Assistência Social e Inclusão abordaram os temas: Violência contra a criança e adolescente; erradicação do trabalho infantil, fortalecimento da garantia de direitos da pessoa idosa, com participação de profissionais de outras unidades federativas. Foram realizados assessoramento técnico e capacitações virtuais com o intuito de minimizar os impactos e dificuldades dos trabalhadores municipais do SUAS, de modo a efetivar a rede socioassistencial para o enfrentamento ao Covid-19. A equipe técnica estadual produziu material informativo (folders, boletins) para disseminação de informações e orientações.
Por meio de plataforma virtual, a equipe técnica da SEDS realizou mais de 160 orientações e apoios técnicos remotos, possibilitando uma execução ampla e satisfatória nos municípios, mesmo em tempos de pandemia.

AÇÃO: 2167 - ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENT. AO ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS - APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

REALIZAÇÕES
Como forma de enfrentamento ao novo coronavírus, de modo especial junto à pessoa idosa, estão sendo adquiridos materiais de proteção individual para serem utilizados em instituições de longa permanência da pessoa idosa, bem como gêneros alimentícios para a Casa do Idoso.

OBSERVAÇÕES
As aquisições encontram-se em andamento.

AÇÃO: 2174 - PROTEÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 3051 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

REALIZAÇÕES
A ação não fora finalizada

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1044 - SOMOS TODOS IGUAIS

AÇÃO: 2158 - IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DAS MULHERES, PESSOAS LGBTQIA, NEGROS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

REALIZAÇÕES

Através da execução da ação, foi possível buscar o combate à violência doméstica por meio de encontros virtuais, com implementação de plataforma virtual de capacitação online de curso, para profissionais que atuam no enfrentamento à violência doméstica, na Rede de Assistência Social e de Educação; com o mesmo objetivo, foram realizadas campanhas permanentes de canais de denuncias de violências contra as mulheres, população negra e povos de comunidades tradicionais, bem como o monitoramento dos casos de violência doméstica no Estado;

Buscou-se o combate às desigualdades junto as comunidades tradicionais através do mapeamento e diagnóstico, atividades de segurança alimentar e prevenção da COVID19, com apoio de distribuição de cestas básicas, máscaras e alcool em gel;

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Marcio Cesar Pereira

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
- Formular e executar Ciência, tecnologia e inovação;
- Promover Comércio exterior e atração de investimentos nacionais e internacionais de base tecnológica;
- Promover a Tecnologia da informação;
- Promover educação profissional, tecnológica e superior;
- Políticas estaduais de cidades: habitação, desenvolvimento urbano, região metropolitana, obras públicas e cidades inteligentes;
- Fomentar Políticas Públicas em infraestrutura, transporte, habitação, telecomunicação e energia.

2.2 Legislação
- Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019;
- Decreto Estadual nº 9.581, de 12 de dezembro de 2019;
- Decreto Estadual nº 9.506, de 04 de setembro de 2019;
- Decreto Estadual nº 9.461, de 09 de julho de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Com a Reforma Administrativa promovida pela Lei Estadual nº 20.820, de 04 de agosto de 2020, a Rede de Institutos Tecnológicos passou a ser denominada e redistribuída em Escola do Futuro do Estado de Goiás (EFGs), vinculadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, e Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás (Cotecs), vinculados à Secretaria de Estado da Retomada - SER. Desde então, a SEDI e a SER têm trabalhado na separação administrativa e pedagógica destas unidades de ensino. Assim, a SEDI passou a manter 6 (seis) Escolas do Futuro, contemplando os municípios de Aparecida de Goiânia, Mineiros, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Goiânia (com duas escolas).
As EFGs têm como proposta de trabalho atender as demandas inerentes à formação de profissionais técnicos com perfil voltado para o domínio de tecnologias inovadoras (de base tecnológica). As principais formações técnicas na área de Tecnologia serão em Inteligência Artificial, Robótica, Big Data, Data Science e Internet das Coisas (IoT). A EFG em Artes Basileu França continuará atuando na formação profissional e tecnológica na área de Artes (música, dança, teatro, artes visuais e circo).
A SEDI avança na implantação de sistema informatizado para gestão de cursos presenciais e EaD em Goiás. O Sistema Informatizado de Gestão Acadêmica (Siga) vai facilitar o acompanhamento pedagógico de cursos superior, técnico, de qualificação e capacitação nas modalidades presencial e EaD.
Durante a pandemia, a TI do Estado teve um papel fundamental para manter os serviços públicos em funcionamento. Soluções em tecnologia no âmbito do Estado permitiram realização de atividades como teletrabalho, aulas virtuais, colações de grau e até tour virtual por museus.
Foi colocado em operação o Laboratório de Inovação de Goiás, que é um ambiente destinado a fomentar, engajar, apoiar e desenvolver a inovação com foco DO e NO cidadão, com o propósito de contribuir para mudar o mindset da TI do Estado, conectando pessoas para promover a inovação e melhoria dos serviços ao cidadão. Projetos em andamento no laboratório:
- Modernização do banco de dados estatísticos - IMB;
- Chat bot matrícula Seduc;
- Modelos para reconhecimento de caracteres em placas de veículos - SSP;
- Prova de conceito para a recepção de dados de passagem de veículos de carga visando fiscalização do ICMS - Economia;
- Registro de passagem de veículos nas rodovias monitoradas;
- Fluxo de ouvidoria apoiado por inteligência artificial;
- Projeto de análise dos dados de empresas de telecomunicação versus empresas de tecnologias;
- Implantação do portal de notícias do Estado de Goiás - Cora.

Uma parceria entre o Governo do Estado de Goiás e a União levou internet via satélite a 1,8 mil famílias de assentamentos rurais do Estado. A ação, realizada em conjunto pela SEDI e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, contemplou as comunidades de dez assentamentos goianos. Com o acesso à internet, os moradores destas áreas poderão acompanhar aulas on-line do programa GoiásTec – Ensino Médio ao Alcance de Todos, participarem de cursos de aperfeiçoamento e capacitação e utilizarem a rede para acessar serviços digitais, como os oferecidos pelo portal Goiás Digital.
Em setembro, o Governo de Goiás disponibilizou dados de comércio exterior ao alcance de todos. O trabalho foi realizado pelas equipes da Superintendência de Negócios Internacionais e pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação, que desenvolveram dashboards (painéis e gráficos) que possibilitam o acesso a dados e informações da área de Comércio Exterior de forma intuitiva e facilitada, com uso de ferramentas do Power BI da Microsoft (Business Intelligence). Investidores, gestores públicos, empresários, empreendedores, acadêmicos, estudantes ou qualquer cidadão passaram a ter acesso às informações e dados do comércio exterior, balança comercial do Brasil e de Goiás, de forma simplificada.
A SEDI, por meio da Superintendência de Negócios Internacionais, e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás - FAPEG, estão executando o Programa de Qualificação para a Exportação (Peiex) da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - ApexBrasil. O objetivo do Programa é capacitar empresas para que elas iniciem o processo de internacionalização de forma segura e planejada.
Desde o início do ano, após a seleção de técnicos altamente qualificados na área internacional, vem sendo oferecido atendimento personalizado e focado nas necessidades das empresas participantes, orientando-as nos caminhos mais adequados para iniciar as operações de exportação.
Em dezembro, deverá ser realizado evento de apresentação dos resultados já obtidos. Com a apresentação de depoimentos de empresários atendidos e que já realizaram suas primeiras experiências no comércio exterior.
A secretaria, em parceria com o Instituto Campus Party - ICP, abriu inscrições em agosto para o credenciamento de ONGs e/ou instituições do Estado com interesse em participar da instalação do Projeto Include. Os laboratórios de robótica são voltados para

educação e desenvolvimento tecnológico de crianças e adolescentes, de 10 a 18 anos. Em Goiás, eles serão instalados em Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Luziânia, Valparaíso de Goiás e Goiânia.
Em outubro, teve início as visitas técnicas às instituições credenciadas e pré-selecionadas para o Projeto Include. As visitas fazem parte da programação de habilitação.
O governador Ronaldo Caiado lançou, no final de setembro, o Programa de Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, o Sukatech, sob a responsabilidade da SEDI.
O Sukatech tem como objetivo auxiliar a formação profissional de jovens na área de tecnologia da informação, ao mesmo tempo em que apoia o descarte responsável de materiais, periféricos e equipamentos de informática da administração pública. O Estado poderá ainda receber doações deste tipo de material também de organizações públicas e privadas.
O projeto prevê a implantação de um Centro de Recondicionamento de Computadores e Capacitação (CRC), que terá capacidade para processar cerca de mil toneladas de resíduos eletrônicos ao ano, com a expectativa de que 1,5 mil computadores sejam recondicionados e doados a escolas públicas e instituições sociais.
O Governo de Goiás, por meio da SEDI, formalizou em agosto a doação dos Terminais Rodoviários de Passageiros de Damolândia e Jussara, pertencentes ao Estado, para as respectivas prefeituras. Os termos de cessão dos terminais foram assinados pelos prefeitos Américo Osório dos Santos e Silva e Wilson da Silva Santos, que agora passam, oficialmente, a ser responsáveis pelas estruturas. Com a doação dos terminais, o Governo de Goiás promove a descentralização de sua infraestrutura, contribuindo para a agilidade na operação e manutenção dos terminais, assim como no atendimento às demandas dos seus usuários.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
PPA
Projetos
Orçamento
SIPLAM
BO - Business Object
Planilha Acompanhamento SEDI
Report SEDI

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
EVENTO DE CTI REALIZADO
PARQUE TECNOLÓGICO APOIADO
SERVIÇO DIGITALIZADO IMPLEMENTADO
BARRAMENTO DE SERVIÇOS IMPLEMENTADO
NOVO PORTAL DA TRANSPARENCIA IMPLANTADO
PORTAL DE SERVIÇOS AO CIDADÃO DISPONIBILIZADO
PROJETO DA INFRAESTRUTURA DE TI PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ELABORADO
SOLUÇÃO DE BIG DATA IMPLANTADA
SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE IMPLANTADA
TERMINAL RODOVIÁRIO DESCENTRALIZADO
EMPREGO GERADO POR MEIO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS
DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL REALIZADO (PEIEX).
FEIRA E EVENTO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL REALIZADO
ALUNO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL ATENDIDO
ALUNO EM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO ATENDIDO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA
ALUNO ATENDIDO COM BOLSA ARTISTA
ALUNO EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE À DISTÂNCIA ATENDIDO
PARCERIA COM O SETOR PRIVADO PARA ADMINISTRAÇÃO DOS ITEGOS FIRMADA
ALUNO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO ATENDIDO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA
ALUNO EM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO ATENDIDO (PRESENCIAL)
EMPRESA ATENDIDA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1003 - CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE
AÇÃO: 3006 - INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, TELECOMUNICAÇÕES E MOBILIDADE URBANA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
3151 - FUNDO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS - FVLT
3153 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DE GOIÂNIA - FUNDEMETRO

REALIZAÇÕES
No setor de telecomunicações, de acordo com dados da Anatel e da Política de Expansão das Telecomunicações (link abaixo), 210 municípios goianos estão atendidos com a tecnologia 4G por pelo menos uma operadora, o que corresponde a 85,4% do total de municípios goianos.
https://antigo.anatel.gov.br/setorregulado/component/content/article/115-universalizacao-e-ampliacao-do-acesso/telefonia-movel/423-telefonia-movel-municipios-atendidos
Em relação à cobertura celular móvel para o agronegócio, o Governo de Goiás lançou, no dia 3 de dezembro de 2020, o “5G para o agronegócio em Rio Verde”, uma rede de internet móvel 5G voltada ao agronegócio, em caráter experimental, no Sudoeste Goiano.
https://www.goias.gov.br/servico/108-agenda/123687-goi%C3%A1s-lan%C3%A7a-rede-m%C3%B3vel-5g-para-o-agroneg%C3%B3cio-em-rio-verde.html
Está em estudo um modelo de gestão inteligente de cidades contextualizado à realidade de Goiás, priorizando aspectos da gestão pública, dentro de uma visão que acelere o desenvolvimento econômico e social dos municípios goianos de forma inclusiva.
Produtos a serem tratados no “Programa Goiás de Cidades Inteligentes”: “Atendimento de Municípios Goianos com Cobertura 4G”, “Política de Expansão da Fibra Ótica”, “Cobertura Celular Móvel para Agricultura Empresarial e Familiar Rural” e “Praça Pública Municipal Modernizada”.
No ano de 2020 a Infraestrutura de Transportes realizou o monitoramento e gestão nos Terminais Rodoviários de Passageiros - TRPs dos municípios de Água Limpa, Aragoiânia, Buriti Alegre, Inhumas, Moiporá, Ouvidor, Posse, Sanclerlândia e Santa Bárbara de Goiás.

Foram pagas despesas de custeio e realização de reforma nos banheiros do TRP de Posse.
Os produtos Projeto Básico do BRT Norte/Sul e o Projeto para o BRT Entorno Sul tiveram os seus contratos de repasse cancelados pelo Ministério das Cidades.
Estão em elaboração os termos de referência para licitação da gestão, contratação de projetos e contratação de empresa de manutenção para os terminais rodoviários do estado de Goiás, bem como de estudo de viabilidade para realização de concessão pela Goiás Parcerias.
Com relação aos programas metropolitanos, estão sendo tomadas ações para a conclusão do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMG, que se encontra hoje 70% concluído.

OBSERVAÇÕES
O ano de 2020 foi muito atípico em decorrência do enfrentamento da pandemia da Covid-19. Grande parte dos recursos foram transferidos para as ações que tiveram o objetivo de amenizar as perdas que a sociedade teve e continua tendo nesse período. Uma ação que tomou grande parte dos recursos orçados foi a subvenção econômica para custeio da METROBUS, que passou de R$ 4 milhões previamente locados para um total de até R$ 18,7 milhões neste ano, destes foram repassados R$ 17 milhões à empresa no intuito de realizar a cobertura dos déficits operacionais.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1018 - GOIÁS INTERNACIONAL
AÇÃO: 2070 - INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

REALIZAÇÕES
a) Fomenta Centro-Oeste: o Cenário do Comércio internacional no Centro-Oeste FIE - Fórum de Internacionalização de Empresas -Julho 2020 (live com 3h2min de duração - 99 participantes - apoio do Instituto Jovem Exportador.)
b) A importância da exportação no Estado de Goiás - julho 2020 (live com 1h30min de duração - 51 participantes - apoio da FAJE-GO - Federação dos Jovens Empresários.)
Missão:
- Delegação de GanSu - China em março de 2019 - interesse no setor de mineração (Níquel e Nióbio) - Pecuária e importação de carne - intercâmbio técnico-cultural
- Delegação de Henan - China em julho de 2019 - Negociação para exportação de milho orgânico (empresa Milhão - estruturando distribuição direta via porto seco de Henan
- Delegação da Espanha em julho de 2019 - Investimento usina fotovoltaica
- China/CIEE- China International Import Export em novembro de 2019 - Venda de produtos goianos direto ao Mercado consumidor chinês- Prospecção de novas tecnologias - acesso a novos mercados
- Vale do Silício em dezembro de 2019 - Atração de Investimento Internacional : empresa de base tecnológica, mobilidade urbana, energias renováveis
Feira e Evento:
- Internacionalização da TECNOSHOW em Rio Verde - GO - Ação inovadora de estruturação do Pavilhão Internacional com a presença de embaixadas da Argentina, Belarus, Bolivia, Coreia do Sul, Hungria, Indonésia, Macedônia, Uruguai, Espanha, El Salvador, Guiana - Inclusão da tecnoshow na agenda oficial das embaixadas desses países.
PEIEX
- Inicio em junho de 2020, devido ao cronograma exigido para lançamento de edital para contratação da equipe definida pelo Programa e ainda não realizou nenhuma oficina e plano de internacionalização.
- foram realizados 02 diagnósticos empresariais
Estudos
- Não foi possível a realização de estudos pelo fato da suspensão do processo de contratação da Euromonitor International, conforme os termos do processo n. 201914304003504 e, ainda pelo número reduzido de servidores.
- Elaboração de Painéis com informações Eletrônicas baseadas em BI da Balança Comercial
PEE - 2019
- Elaboração e Lançamento do Projeto
PNCE - 2020
- Operadores em parceria com a SIC - Secretaria de Indústria e Comércio
2020 - Participação da Campus Party com a realização de Painel com tema: impacto da inovação para exportação
2019 - Reunião de feedback da missão china /CIEE para empresários interessados em parceria com o Conselho Temático de Comércio Exterior - CTComex
2020 - Eventos internacionais e nacionais realizados e/ou apoiados 9 ver anexos

26º FIE

FÓRUM DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

CENÁRIOS INTERNACIONAIS PARA 2021:
POLÍTICA, ECONOMIA, OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS

MODERADOR



Leonardo Tiroli
Presidente do FIE

Palestrante e debatedor
INICIATIVA PRIVADA



Sergio Pereira
Sócio da Ankon Consultoria e Educação Executiva e especialista em expansão global de negócios

Palestrante e debatedor
INICIATIVA PRIVADA



Carlo Barbieri
Presidente do Grupo Oxford USA

Palestrante e Debatedor
INICIATIVA PRIVADA



Luiz Dall Agnol
Sócio e assessor de investimentos alta renda na Manhattan Investimentos

Palestrante e debatedor
GOVERNO



Sara do Socorro Silva
Gerente de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás - SEDI

09 dezembro 18h30 - Brasília ONLINE **GRATUITO**

Leonardo Tiroli
leonardotiroli@gmail.com

INFORMAÇÕES:
+55 19 97408-5109
+55 19 97165-0707

@fiebrasil

REALIZAÇÃO: TBi Eventos & Negócios; TIROLI &PARTNERS

PATROCÍNIO OURO: ICAMP; brazify; FINOCCHIO & USTRA; BUENO CAUSO; ADVANCED; BRAZIL GLOBAL; iFriend





PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1019 - GOVERNO DIGITAL
AÇÃO: 2074 - IMPLANTAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

REALIZAÇÕES
11477 - BARRAMENTO DE SERVIÇOS IMPLEMENTADO

- Realizada a contratação de uma plataforma única e integrada que permitirá a exposição de serviços digitais ao cidadão, desonerando os órgãos da preocupação tecnológica e provendo uma maior agilidade para o cidadão. Com a plataforma única e integrada implantada, ficará mais fácil para que os serviços públicos sejam disponibilizados de forma digital ao cidadão, fazendo com que o Estado entre, de fato, na Transformação Digital.
11364 - SERVIÇO DIGITALIZADO IMPLEMENTADO
- Realizada a contratação de prestação de serviços de suporte à soluções de software, compreendendo análise, documentação, desenho da solução de software e detalhamento da arquitetura de aplicação e dados da solução conforme requisitos definidos pelas áreas de negócio e sistemas da DAbM, padrões de qualidade, metodologias e estrutura tecnológica, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, contemplando a transferência de conhecimento e agregação tecnológica, respeitando os padrões de desenvolvimento, desempenho e qualidade. Tal prestação de serviços visa atender os sistemas corporativos do como por exemplo Nota Fiscal Eletrônica e Consumidor (NFE e NFCe), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema de RH e Folha de Pagamento do Estado (RHNET), Sistema de Contabilidade do Estado (SCG), Sistema de Operações Financeiras do Estado (SIOFI), Sistema de Compras Governamentais do Estado (Comprasnet), Sistema de Diárias, Sistema de Contratos, Sistema de Arrecadação da Secretária da Fazenda (ARR e DARE), Sistemas do Detran (Portal Detran), Sistema de Material (SIGMATE), Portal Transparência, Dezenas de aplicações de Business Intelligence-BI utilizadas pela SEFAZ e outros órgãos
11458 - SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE IMPLANTADA
- Realizada a aquisição de solução de armazenamento baseado em infraestrutura "hiperconvergente", composta por serviço de instalação, treinamento e suporte pelo prazo de 60 (sessenta) meses.
8195 - SOLUÇÃO DE BIG DATA IMPLANTADA
- Realizada a contratação de prestação de serviços de solução tecnológica para atendera as demandas correlatas ao ambiente Big Data.

OBSERVAÇÕES
11438 - PROJETO DA INFRAESTRUTURA DE TI PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL ELABORADO
- Realizada a contratação de um núvem pública para treinamento de chatbots (Machine Learning) para interação com o cidadão através do portal Goias Digital (https://www.go.gov.br/home), classificação de demandas para encaminhamento para auditoria da Ouvidoria e interação com o chat Vitória para orientação da população em relação ao COVID-19.
- Realizada contratação de atualização de solução integrada de Balanceamento de Carga e Entrega de Aplicações em produção no ambiente tecnológico do Data Center Corporativo do Estado de Goiás, contemplando upgrade de hardware, atualização de novas versões do software, garantia para os equipamentos, suporte técnico especializado e operação assistida para toda solução de hardware e software do objeto, sobretudo para atender Sistemas e Aplicações Corporativas do Estado de Goiás como por exemplo, Nota Fiscal Eletrônica e Consumidor (NFE e NFCe), Sistema de Arrecadação da Secretária da Fazenda (ARR e DARE), Sistemas do Detran (Portal Detran) e Portal Transparência
- Realizada a contratação de serviços de telecomunicações para tráfego de dados das aplicações corporativas, tráfego de voz e imagens, videoconferência e acesso à Internet, interligando unidades prediais em todo o território do Estado de Goiás.
- Realizada a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA e CORRETIVA DE HARDWARE incluindo suporte técnico, assistência técnica, fornecimento de peças de reposição e mão de obra especializada em equipamentos IBM.
- Realizada a conclusão da aquisição de Solução Container Datacenter (CDC) Modular e/ou Marítimo no que diz respeito a prestação de serviços de Suporte, Garantia e Inicialização da Solução.
- Realizada a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de alta disponibilidade, de segurança de dados e backup de Banco de Dados Oracle.
- Realizada a aquisição de 10 (dez) computadores servidores e 10 (dez) serviços de instalação de computadores servidores, incluindo serviços de garantia por um período de 60 (sessenta) meses
- Realizada a aquisição de serviços de subscrição e suporte técnicos da plataforma tecnológica de software Red Hat e de licença de software antivírus incluindo garantia, atualização de versão e suporte técnico por 30 (trinta) meses.
- Realizada a aquisição e expansão de sistema de armazenamento de Dados (Storage) do Data Center Corporativo do Estado de Goiás.
- Realizada a aquisição de 02 (dois) servidores de backup para o Data Center Corporativo da Estado de Goiás.
- Realizada a contratação de empresa fornecedora para compra de periféricos de computadores com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses para atender as demandas da SEDI.
- Realizada a aquisição de equipamentos terminais para a realização de videoconferências em salas de reunião da Secretaria e Subsecretarias da SEDI, bem como a contratação de licenças de Solução Integrada de Videoconferência em Nuvem (Cloud), contemplando atualização de software e suporte técnico da Contratada, pelo período de 12 meses

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1020 - INOVAR MAIS
AÇÃO: 3028 - DESENVOLVIMENTO DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
3150 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FUNCTEC

REALIZAÇÕES
No Produto "ESCOLA DE TALENTO IMPLANTADA - CÓDIGO 7716", processo SEI 202014304000634, o Termo de Fomento 04/2020-SEDI, foi publicado em 22/07/2020 para a implantação de 06 (seis) Laboratórios de Robótica Include para a qualificação de jovens na utilização e criação de ferramentas digitais, de robótica e de internet das coisas, voltadas à execução de projetos que apresentem soluções práticas em resposta às demandas da economia local, como forma de difusão tecnológica a fim de estimular a produção de bens e serviços.
11/12/2020: Após o lançamento do Projeto e encerramento da fase de recebimento de cadastros de entidades que se interessaram em participar do Projeto Include e terem um Laboratório de Robótica implementado em uma sala de sua unidade, deu-se a fase de vistoria

aos locais, onde 06 instituições (Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge no Distrito de São Jorge/Alto Paraiso, Associação Kalunga de Cavalcante, Instituto Federal de Goiás em Luziânia, Casa da Cultura Mestre Sabá em Valparaíso, Colégio Estadual do Setor Palmito em Goiânia, e Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas também em Goiânia) foram pré-selecionadas e possuem a data final de 15/12/2020 para adequação das salas com os requisitos mínimos necessários para o recebimento dos respectivos laboratórios. O Plano de Comunicação segue o cronograma de execução. E está previsto para 23/12/2020 o resultado da Seleção dos Facilitadores, Monitores e Coordenadores do Projeto pelo Instituto Campus Party.
No produto "EVENTO DE CTI REALIZADO / NUMERO - 7795", processo SEI 202014304000210, o Termo de Fomento nº 3/2020 - SEDI foi publicado no D.O.E. em 3/7/2020 para realização da Campus Party Digital Goiás 2020, tendo por objetivo desenvolver o empreendedorismo digital e o ecossistema empreendedor de tecnologia do Estado de Goiás por meio de palestras, workshops, conferências, competições e atividades diversas digitais relacionadas à tecnologia, inovação, empreende-dorismo, jogos digitais, economia criativa, economia compartilhada e tecnologias da informação e comunicação. O evento foi realizado dias 9, 10 e 11 de julho de 2020, simultâneamente, em 31 países em 5 continentes, reunindo mais de 2,6 mil palestrantes e mais de 1,4 milhões de visualizações. Além dos palcos temáticos des, a SEDI promoveu parcerias estratégicas no estado que resultou em um palco extra no evento: o palco Goiás, onde foram realizados um total de 53 painéis, palestras e workshop ministrados por 113 palestrantes. No 3º FÓRUM EDUCAÇÃO DO FUTURO - A EDUCAÇÃO PÓS-COVID: Um Olhar Sobre a Educação Superior, Sala do Futuro, que contou com um total de 143 participantes, de diversas áreas de atuação. No espaço "Startups & Makers", 42 projetos foram selecionados e colocados em destaque no hotsite 'Goiás na Campus', no endereço http://cpgoias.org.
No produto "STARTUP APOIADA / NUMERO - 8201", processo SEI 202014304001710, foi feita a contratação da empresa ARAUJO E COSTA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME para execução do Projeto de Requalificação de Arquitetura, Interiores e Engenharia do Centro de Inovação a ser implementado à Av. Universitária c/ Rua 261, nº 609, Setor Leste Universitário, em Goiânia-GO.

OBSERVAÇÕES
* Projeto Sukatech: Foi publicado em 27/11/2020 o Chamamento Público n. 01/2020 para seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebração de Termo de Colaboração objetivando a estruturação e a operacionalização de um Centro de Recondicionamento e Capacitação – CRC capaz de reciclar e recondicionar resíduos eletroeletrônicos, animar a cadeia produtiva do segmento, capacitar jovens e adolescentes na área e promover a educação ambiental, compondo o denominado "Projeto Sukatech". A data final para recebimento das propostas é 28/12/2020.
Agurdando dados consolidados da Campus Party Digital Goiás 2020 que serão fornecidos pelo Instituto Campus Party.

AÇÃO: 3029 - DESENVOLVIMENTO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS E DEMAIS AMBIENTES PROMOTORES DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
3150 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FUNCTEC

REALIZAÇÕES
* Produto Código 7946 - Museu de CTI Instalado: O projeto não foi iniciado por falta de recursos.
Os produtos abaixo estão contemplados no PRODOC, que consta no processo SEI 201914304003626, assinado com UNESCO. Os Termos de Referência para execução das atividades estão na fase final da elaboração.
Código 7991 - Parque Tecnológico apoiado:
1- Existem projetos em andamento com o apoio e consultoria da UNESCO.
2- 1 projeto sobre Biogás, em andamento, apoiado pela SEDI, com o Parque Tecnológico do Instituto Federal Goiano (TECNOIF) - Rio Verde. O projeto prevê transformação de dejetos suínos em energia elétrica
3- 1 projeto de Biogás para desenvolvimento de novas tecnologias para produção e refino de biogás para uso veicular, apoiado pela SEDI, Ministério do Desenvolvimento Regional, FAPEG e IFG.
Código 8020 - Plano de CTI formulado: o Plano de CTI está no escopo das consultorias do PRODOC da UNESCO.
Código 7620 - Centro de Inovação implementado: Realizado o Chamamento Público 001/2020 para transformação do Centro de Convenções de Anápolis em Polo Tecnológico (o processo ainda está em andamento SEI 201914304003747).
Código 11221 - Arcabouço Legal Revisado: equipe da SEDI já iniciou a revisão do arcabouço legal de inovação de Goiás, o trabalho será complementado por uma consultoria do PRODOC, em tramitação.

OBSERVAÇÕES
Produto Código 7946 - Museu de CTI Instalado: O projeto não foi iniciado por falta de recursos.
O documento de projeto (Prodoc), cujo recurso financeiro foi aprovado dia xx de dezembro de 2020 e contemplará várias consultorias, que atuarão em todo o ecossistema de inovação de Goiás. As consultorias serão distribuídas, até dezembro de 2022

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1029 - MATRIZ ENERGETICA DE GOIÁS
AÇÃO: 3039 - ENERGIA COMPETITIVA E SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

REALIZAÇÕES
Estudos de atualização do Programa Goiás Solar para o Programa de Energias Renováveis foram feitos, e culminaram em algumas ações: - minuta para aprovação e lançamento do novo Programa; - demandas específicas para outras secretarias, como a Secretaria da Economia (incentivos fiscais), a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (licenciamento ambiental), Fundo de

Amparo à Pesquisa e Instituto Mauro Borges (estudo sobre sistemas de armazenamento de energia e mercado de veículos elétricos), dentre outras;
Processos SEI relacionados: 201914304003752, 201914304003753, 202000004040459.
O produto "Balanço Energético do Estado de Goiás – BEGO" será realizado dentro do Plano Estadual de Energia. Este se trata de parceria da SEDI com a UFG e a FAPEG para estudos de mercado e elaboração de documento técnico que incorporará uma visão integrada da expansão da oferta e demanda de recursos energéticos, do seu potencial, da oferta de combustíveis e insumos, considerando variáveis econômicas, do mercado, questões socioambientais e avanços tecnológicos. Termo de Referência elaborado.
Quanto aos prédios públicos eficientes, unidades consumidoras estaduais (UCs) foram levantadas, especialmente as Escolas do Futuro, e receberão diagnóstico energético e projeto de geração fotovoltaica em suas unidades para execução no próximo ano. Termo de Referência elaborado. Processos SEI relacionados: 201914304003853, 202014304002445, 202000010039633.
Produtos "Atlas Solarimétrico do Estado de Goiás", "Projeto de Pesquisa do Nióbio para Baterias", e "Projeto de Pesquisa do Silício para Células Fotovoltaicas" serão tratados em conjunto com o Plano Estadual de Energia.
Os produtos "Geração de Energia com Fontes Renováveis Ampliada" e "Política de Expansão do Sistema Elétrico" são tratados diretamente pela jurisdicionada Celg Geração e Transmissão (Celg GT), e serão indiretamente considerados no Plano Estadual de Energia do Estado de Goiás.

OBSERVAÇÕES
O ano de 2020 foi muito atípico em decorrência do enfrentamento da pandemia da Covid-19. Grande parte dos recursos foram transferidos para as ações que tiveram o objetivo de amenizar as perdas que a sociedade teve e continua tendo nesse período. Uma ação que tomou grande parte dos recursos orçados foi a subvenção econômica para custeio da METROBUS, que passou de R$ 4 milhões previamente locados para um total de até R$ 18,7 milhões neste ano, destes foram repassados R$ 17 milhões à empresa no intuito de realizar a cobertura dos déficits operacionais.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1032 - MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA
AÇÃO: 2117 - MORAR BEM GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3152 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FEHIS
3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

REALIZAÇÕES
No ano de 2020 foram realizados estudos para elaboração dos termos de referência para elaboração de avaliação das políticas habitacionais referentes a moradia, regularização fundiária urbana e construção de equipamentos comunitários.
Parceria a ser firmada entre a SEDI e IMB estudarão os termos e andamentos para a avaliação habitacional.

OBSERVAÇÕES
O ano de 2020 foi muito atípico em decorrência do enfrentamento da pandemia da Covid-19. Grande parte dos recursos foram transferidos para amenizar as perdas que a sociedade teve e está tendo nesse processo.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1038 - PROFISSIONAIS TRANSFORMANDO GOIÁS
AÇÃO: 2132 - REDE ITEGO CONSOLIDADA E COM FOCO NO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3100 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

U.O.: 3150 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FUNCTEC
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA
3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

REALIZAÇÕES
Rede ITEGO em números:
Número de cursos ofertados:
5 cursos Superiores
45 cursos Técnicos
450 cursos Qualificação Profissional
1.200 Cursos Capacitação/Atualização
Matrículas novas no período:
Modalidade Presencial (incluindo REANP)
1º Semestre
0 Alunos atendidos em curso Superior

1.632 Alunos atendidos em curso Técnico
7.241 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
5.745 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
2º Semestre
186 Alunos atendidos em curso Superior
1.224 Alunos atendidos em curso Técnico
4.855 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
7.396 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
Modalidade EaD
1º Semestre
40 Alunos atendidos em curso Técnico
2.554 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
7.651 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
2º Semestre
1.646 Alunos atendidos em curso Técnico
2.172 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
6.605 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
Ainda, em função da pandemia do COVID-19 para que os alunos não tivessem perdas significativas quanto ao processo de ensino-aprendizagem, a SEDI, conforme orientações exaradas pela Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO e Conselho Estadual de Educação – CEE/GO aderiu ao Regime Especial de Aulas não Presenciais por meio de Tecnologias – REANP, ou seja, os cursos ofertados na modalidade presencial estão em execução na plataforma Moodle (www.ead.go.gov.br), sendo, 290 cursos em andamento, 1.821 turmas e 36.981 alunos atendidos no ano de 2020, discriminado, conforme apresentado abaixo:
Superior: 5 cursos, 38 turmas e 1.046 alunos
Técnico: 35 cursos, 189 turmas e 7.614 alunos
Qualificação Profissional: 92 cursos, 674 turmas e 15.478 alunos
Capacitação/Atualização: 144 cursos, 902 turmas e 14.521 alunos
Pronatec: 14 cursos Técnicos, 18 turmas e 199 alunos
Os atendimentos foram realizados pelas unidades descentralizadas dos antigos ITEGOs, com o total de 31.785 horas em ações de DIT, atendendo 586 empresas, sendo 299 foram no primeiro semestre e 287 no segundo semestre.

OBSERVAÇÕES
A Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI), em conformidade com a Lei Estadual nº 15.503, de 28/12/2005, e suas alterações posteriores, celebrou cinco contratos de gestão com Organizações Sociais qualificadas em Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento e Inovação Tecnológica – DIT.
O objeto da parceria foi a transferência da administração dos equipamentos públicos consubstanciadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertadas por meio de cursos e programas de formação inicial continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, das ações de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - DIT, por meio de atividades de transferência de tecnologia, prestação de serviços tecnológicos, promoção e fortalecimento de ambientes de inovação, bem como as atividades de apoio ao setor produtivo.
A Rede ITEGO era composta por 29 Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás – ITEGO, criados e denominados pela Lei n. º 18.931, de 08 de julho de 2015 que foi decretada e sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás nos termos dos artigos 10 da Constituição Estadual, e 108 da Lei Complementar nº 26 de 28 de dezembro de 1998. A Lei n. º 18.931 ainda foi alterada pelas Leis n. º 19.657 e 19.876 em 1º de junho de 2017 e 1º de novembro de 2017, respectivamente, no entanto com 23 em funcionamento.
O ITEGO foi uma instituição educacional de direito público, responsável pela execução da política de educação profissional tecnológica e inovação, sendo um espaço criativo e colaborativo, que integrava a Rede Pública Estadual de Educação Profissional, destinada à oferta de Educação Profissional e Tecnológica – EPT nas diversas categorias e modalidades: Formação Inicial e Continuada (Capacitação/ Atualização e Qualificação Profissional), Habilitação Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, nas formas presenciais e a distância, bem como de prestação de serviços de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica – DIT.
Faziam parte da estrutura do ITEGO o Colégio Tecnológico – COTEC, unidade descentralizada vinculada administrativa e pedagogicamente ao ITEGO.
O COTEC podia ofertar cursos e programas de formação inicial e continuada e, ou Habilitação Técnica de Nível Médio. E ambos podiam prestar serviços de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica – DIT.
Salienta-se que a Lei nº 20.820/2020, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás em 04/08/2020, tranferiu 17 cargos de Diretor de Instituto Tecnológico do Estado de Goiás para a Secretaria de Estado da Retomada - SER, alterando sua denominação para Diretor de Colégio Tecnológico do Estado de Goiás.
A SEDI por sua vez continuou com 6 cargos de Diretor de Escolas do Futuro do Estado de Goiás.
Destaca-se a motivação de atuação das Escolas do Futuro, vinculadas à SEDI tem como proposta de trabalho atender, preferencialmente, demandas inerentes à formação de profissionais técnicos, com perfil voltado para o domínio de tecnologias inovadoras (base tecnológica), tais como: Inteligência Artificial, Internet das Coisas, BigData, Data Science, Robótica, STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), dentre outras, para fomentar o desenvolvimento e construção de uma articulação e interação das demandas da Indústria 4.0 com as da Educação 4.0 e 5.0, bem como dos COTECs que estão potencializados, preferencialmente, à gestão do trabalho, do emprego, do empreendedorismo e da qualificação profissional de maneira mais racional e num único órgão, cujo foco passa a ser o trabalhador.
Nestes termos, se fez necessário solucionar, em caráter emergencial, a subordinação jurídica dos equipamentos públicos, hoje denominados Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás – ITEGOs, conforme sua criação na Lei nº 18.931/15, por meio da revogação, uma vez que, passarão a denominar-se Escolas do Futuro do Estado de Goiás - EFG, vinculados a SEDI, e Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás - COTEC vinculados a SER, tendo em vista que, apesar das alterações promovidas na Lei nº 20.820/20, no que tange às competências e estrutura administrativa de algumas Pastas, não houve a caracterização da "cisão" e tampouco mudança da denominação dos mesmos.
Por fim, informa-se que foi encaminhado o processo 202014304001607 ao Governador proposndo a revogação das Leis nº 18.931/2015, 19.657/2017 e 20.238/2018, que cria e denomina os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás – ITEGOs – e dá outras providências e, ato contínuo, criar e denominar as Escolas do Futuro do Estado de Goiás – EFGs e os Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás – COTECs em Lei, bem como alteração na Lei Complementar nº 26/1998.
Rede ITEGO em números:
Número de cursos ofertados:
5 cursos Superiores

45 cursos Técnicos
450 cursos Qualificação Profissional
1.200 Cursos Capacitação/Atualização
Matrículas novas no período:
Modalidade Presencial (incluindo REANP)
1º Semestre
0 Alunos atendidos em curso Superior
1.632 Alunos atendidos em curso Técnico
7.241 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
5.745 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
2º Semestre
186 Alunos atendidos em curso Superior
1.224 Alunos atendidos em curso Técnico
4.855 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
7.396 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
Modalidade EaD
1º Semestre
40 Alunos atendidos em curso Técnico
2.554 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
7.651 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
2º Semestre
1.646 Alunos atendidos em curso Técnico
2.172 Alunos atendidos em curso de Qualificação Profissional
6.605 Alunos atendidos em curso de Capacitação/Atualização
Ainda, em função da pandemia do COVID-19 para que os alunos não tivessem perdas significativas quanto ao processo de ensino-aprendizagem, a SEDI, conforme orientações exaradas pela Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO e Conselho Estadual de Educação – CEE/GO aderiu ao Regime Especial de Aulas não Presenciais por meio de Tecnologias – REANP, ou seja, os cursos ofertados na modalidade presencial estão em execução na plataforma Moodle (www.ead.go.gov.br), sendo, 290 cursos em andamento, 1.821 turmas e 36.981 alunos atendidos no ano de 2020, discriminado, conforme apresentado abaixo:
Superior: 5 cursos, 38 turmas e 1.046 alunos
Técnico: 35 cursos, 189 turmas e 7.614 alunos
Qualificação Profissional: 92 cursos, 674 turmas e 15.478 alunos
Capacitação/Atualização: 144 cursos, 902 turmas e 14.521 alunos
Pronatec: 14 cursos Técnicos, 18 turmas e 199 alunos
Em 2020, com relação a oferta no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC foi finalizado e o Ministério da Educação – MEC autorizou a transferência do saldo financeiro para o Programa Novos Caminhos.
Neste sentido, foram pactuadas 1.152 vagas em cursos de Qualificação Profissional, na modalidade EaD, eixo tecnológico Gestão e Negócios, com previsão de início dos cursos pactuados está prevista para 11/01/2021.
Em função do encerramento do PRONATEC e aprovação de nova pactuação no Programa Caminhos, destaca-se que no 1º semestre foram finalizadas as últimas turmas em andamento e no 2º semestre os profissionais bolsistas trabalharam em atividades como: aprovação e lançamento de vagas e matrículas no SISTEC, processo seletivo de alunos e de professores, elaboração de plano de cursos, elaboração de caderno de didático e estruturação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
Em 2020 foram realizadas ações de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - DIT, com o propósito de levar inovações incrementais para empresas e Arranjos Produtivos Locais (APLs) do estado Goiás.
Os atendimentos foram realizados pelas unidades descentralizadas dos antigos ITEGOs, com o total de 31.785 horas em ações de DIT, atendendo 586 empresas, sendo 299 foram no primeiro semestre e 287 no segundo semestre.
Foram executadas também ações de Atividades Prático Acadêmicas (APAs), que são atividades suplementares de cunho pedagógico realizadas pelos alunos, com o objetivo de fortalecer a relação teoria-prática e propiciar a articulação de conhecimentos e habilidades adquiridas, nesta ação houve o atendimento de 5.871 alunos.
Quanto aos eventos foram realizados:
a) De 9 e 11 de julho de 2020 a Campus Party Digital Goiás 2020 em parceira com o Instituto Campus Party. No escopo deste evento foi realizado o 3º FÓRUM EDUCAÇÃO DO FUTURO - A EDUCAÇÃO PÓS-COVID: Um Olhar Sobre a Educação Superior, onde foi publicado um manifesto e contou com 143 participações.
b) De 19 e 23 do mês de outubro de 2020 aconteceu a Semana Estadual de Ciência e Tecnologia realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI em parceria com a Secretaria de Estado da Retomada - SER. Neste evento foram realizadas um total de 42 atividades dentre elas, palestras, minicursos, rodas de conversa, relatos de experiência, oficinas e exposições e contou a participação de 25.219 pessoas.
As despesas citadas abaixo são referente a vigilância de abril/2020 da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, sendo a primeira para o pagamento do fornecedor (valor liquido da nota), e as demais para pagamento de impostos:
1ª despesa (valor líquido)
- Total 17.177,53
- R$ 12.624,82 foi vinculado a capacitação EAD e R$ 4.552,71 a qualificação EAD
2ª despesa (INSS)
- Total R$ 2.276,54
- R$ 1.673,17 foi vinculado a capacitação EAD e R$ 603,37 a qualificação EAD
3ª despesa (ISSQN)
- Total R$ 1.034,79
- R$ 760,53 foi vinculado a capacitação EAD e R$ 274,26 a qualificação EAD
4ª despesa (IRRF)
- Total R$ 206,96
- R$ 152,11 foi vinculado a capacitação EAD e R$ 54,85 a qualificação EAD
TOTAL: R$ 20.695,82
Capacitação EAD: R$ 15.210,62
Qualificação EAD: R$ 5.485,19

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Robson Domingos Vieira

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado de Goiás.

2.2 Legislação
Lei de criação da FAPEG nº 15.472, de 12/12/05
Lei nº 16.690, de 04/09/09 (concessão de bolsas e outros)
Lei nº 16.922, de 08/02/10 (incentivo à inovação tecnológica)
Lei nº 20.491, de 25/06/2019 (reforma administrativa)
Decreto nº 9.597, de 21/01/2020 (Estatuto da Fapeg)

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) é um órgão jurisdicionado à Secretaria de Desenvolvimento e Inovação, conforme Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, que trata da organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
No âmbito de sua competência, a Fapeg adotou um conjunto de ações a partir da nova gestão iniciada em 2019, com o objetivo de proporcionar maior transparência, agilidade na execução de suas atividades e eficácia na entrega dos serviços prestados à sociedade, com escopos voltados à Ciência, Tecnologia e Inovação.
Várias ações conjuntas, sob demanda governamental, foram adotadas e implementadas na Fapeg, dentre as quais destacam-se a revisão da Carta de Serviços, coordenada pela Secretaria de Administração (Sead), finalizada e incluída no Portal Goiás Digital, para nortear o cidadão na busca dos serviços de seu interesse e oferecidos pela Fundação, bem como a construção do Planejamento Estratégico da Fapeg, coordenado pela Comissão Setorial de Planejamento da Secretaria da Economia, com realização de dez oficinas e encontros neste período, com a participação da Comissão de Planejamento da Fapeg, lideranças e Alta Administração.
Dando sequência às atividades referentes ao Programa Compliance Público (CPC), implantado em 2019, sob a coordenação da Controladoria Geral do Estado (CGE), para prevenir falhas nos processos e assegurar a eficiência e a ética no serviço público, foram cumpridas as agendas previstas para o período em destaque, com elaborações, entregas e acompanhamentos dos planos de ação pelas áreas selecionadas e validados pelo Comitê Setorial do Compliance Público Fapeg/CGE.
Para aprimorar a execução das ações finalísticas deste Órgão, estão sendo desenvolvidas atividades de criação de banco de dados para implementação do Centro de Síntese - que tem como objetivo extrair informações inteligentes dos projetos, do Lattes e de outras bases de dados científicas e de inovação -, que serão utilizadas para tomadas de decisões. E, como mecanismo de gestão dos fomentos concedidos pela Fundação, estão sendo realizadas atividades para efetivação do monitoramento dos projetos em execução e avaliação dos resultados técnico-científicos previstos nos Planos de Trabalho, bem como para análise de prestações de contas financeiras das parcerias estabelecidas.
Novos desafios sugiram com o advento da pandemia causada pelo Coronavírus e para que não houvesse paralisação nas atividades desenvolvidas pela Fapeg, foram adotadas estratégias para cumprimento do isolamento social - em conformidade com as orientações técnicas editadas por meio de decretos governamentais -, sem comprometer a continuidade dos serviços prestados à sociedade, minimizando os atendimentos presenciais e a adoção do sistema de teletrabalho. Neste período, foram promovidas diversas lives com a participação de especialistas das diferentes áreas de abordagens, bem como da Alta Direção, gerentes e técnicos, que foram ao encontro das ações da Fapeg de modo a informar, orientar e dispor de ferramentas para aproximação do usuário aos serviços prestados pelo Órgão. Utilizando-se desses meios virtuais, foram realizados diversos eventos, dentre os quais destacam-se:
• Semana da Capacitação do Programa Centelha Goiás, desdobrada em três lives realizadas pela Fapeg, que promoveram discussões sobre os primeiros passos para a formulação de negócios inovadores e sobre propriedade intelectual; atividade de integração com vários parceiros do ecossistema goiano de inovação e o repasse de informações sobre os procedimentos para aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo de Goiás aos selecionados, bem como esclarecer dúvidas sobre contratação, prazos, prestação de contas e relatórios técnicos.
• Nerd Empreendedor: bacharelado em Inteligência Artificial na Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia), que discutiu as mudanças na história da formação universitária e o papel do novo bacharelado em Inteligência Artificial no conceito de Universidade Empreendedora, com a participação de professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenador do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia), bem como do Presidente da Fapeg no Palco Goiás da Campus Party, realizada virtualmente em Goiânia. Ainda nesse evento, foram apresentados os painéis “Inovações no combate à Covid-19”, com a participação do Diretor Científico e de Inovação da Fapeg e pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), e “Adaptações da Educação Durante a Pandemia: o que vem depois? ”, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), com participação de educadores, reitores e pesquisadores, representantes da UEG e da Fapeg.
• Como fica o cenário da inovação em 2020? Este evento foi promovido pela Ninho Desenvolvimento Empresarial, com a participação do Presidente da Fapeg e outros convidados, discutindo a organização dos processos de inovação, investimentos públicos e privados, além de outras abordagens como a Portaria nº 1122 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que define as prioridades referentes aos projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para alinhar a atuação ministerial ao Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023 e alcançar os objetivos e metas estabelecidos nos programas finalísticos.
• Participação do presidente da Fapeg como palestrante sobre pesquisa aplicada à economia 4.0 no evento II Integra, promovido pelo Instituto Federal Goiano (IFGoiano) do Campus Morrinhos.
• Realização de uma live para debater o racismo e a discriminação racial, em alusão ao dia dedicado à consciência negra no Brasil, promovida pela OVG e Fapeg com o tema “Consciência Negra em Pauta”, com abordagem da identificação histórica do negro na sociedade.
Participação da Fapeg no encerramento de uma série de três webinares sobre ética realizados pela Secretaria Geral da Governadoria

(SGG) dentro do Programa de Compliance Público, pelo Chefe de Gabinete, com o tema “Ética Aplicada”, considerando sua referência como doutor em Filosofia e pós-doutor em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.
• Palestra proferida pela Chefia de Gabinete da Fapeg com o tema “Introdução à Ética” solicitado pela Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa GO) para ministrar aos seus servidores.
• Participação do Presidente da Fapeg na mesa virtual realizada no 17º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (Conpeex) da Universidade Federal de Goiás (UFG), com o tema “Inteligência Artificial e Fármacos”.
• Participação do Presidente da Fapeg na mesa virtual realizada no webinar “Inteligência Artificial e Patentes no Brasil” da Universidade Federal de Goiás (INF-UFG), cujo evento marcou a parceria entre o Instituto de Informática com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a FAPEG, o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da UFG (PRPI/UFG) e a Agência UFG de Inovação.
• Participação do Presidente da Fapeg como entrevistado do Podcast ENRICH Innovation Station, uma iniciativa do ENRICH in Brazil, e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), com o objetivo de destacar as prioridades e os desafios mútuos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre a União Europeia e o Brasil. Com a participação, também, do Ministro-Conselheiro para a Transformação Digital, da Delegação da União Europeia no Brasil. Foi discutido o tema “Estratégias Digitais e Perspectivas para Recuperação Pós-Pandemia”, com abordagem das principais estratégias digitais e ações promovidas pelo Brasil e pela União Europeia em meio à pandemia.
• Participação da Diretoria Científica e de Inovação da Fapeg na mesa virtual “Pesquisas com foco na Saúde Coletiva,” da 4ª Jornada Científica da Secretaria da Saúde (SES-GO), em que foram apresentadas dezenove pesquisas científicas desenvolvidas durante a pandemia causada pela Covid-19, discorrendo sobre a atuação da Fapeg e de editais que contemplam a área da saúde, com objetivo de identificar projetos de pesquisa e inovação em todas as áreas do conhecimento produzidas no Estado que possam contribuir para reduzir os impactos da pandemia de Covid-19.
Como atividades promovidas pelo Comitê Permanente para Questões da Mulher e Diversidade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), foram realizadas lives com os temas “Família e Relações Violentas e Empoderamento da Mulher”, com abordagens realizadas por Psicóloga, especialista na referida área e servidora pública da Secretaria da Saúde, e “O que é o Comportamento Suicida e o que Podemos Fazer para Ajudar”, com a participação de profissional da área de psiquiatria, como pauta definida em função do Setembro Amarelo.
Pautada nas premissas que norteiam ações prioritárias para utilização dos recursos do Tesouro, como retenção de talentos, apoio a projetos de pesquisas aplicadas e regionalização, a Alta Administração da Fapeg está atenta a áreas que demandem pesquisas estratégicas, bem como a oportunidades de não apenas fortalecer, mas buscar novas parcerias, equalizar oportunidades de inclusão científica e contribuir para o efetivo desenvolvimento socioeconômico, conforme programas que integram o PPA 2020-2023.
Neste primeiro ano do ciclo, estão sendo conduzidas as ações de implantação do Centro de Excelência de Inteligência Artificial do Estado de Goiás (Ceia) e do Centro de Excelência em Agricultura Exponencial (Ceagre).
O Ceia foi lançado em 2019 pelo Governo de Goiás por meio da Fapeg e da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi) e prevê investimentos no valor global de R$12.000.000,00.
Após articulações com o MCTIC, realizadas pela Sedi e Fapeg, em 2019, o Ceia foi credenciado na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) em Goiás, por meio de seleção pública nacional, proporcionando mais agilidade no processo de desenvolvimento dos projetos que buscam financiamentos de pesquisas na área de inteligência artificial.
Já o Centro de Excelência em Agricultura Exponencial (Ceagre), “consiste em inovações aplicadas à cadeia do agronegócio que permitam o crescimento da geração de valor em uma curva exponencial utilizando como meio a Internet das Coisas (IoT), Big Data, Cyber Phisical Systems (CPS) e outras tecnologias voltadas para o Agro 4.0”. Teve as atividades iniciadas em março deste ano e fará parte do Polo de Inovação do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) em Rio Verde - primeira unidade a conquistar o credenciamento Embrapii em Goiás.
Com o objetivo de fortalecer a vocação agrícola do Estado por meio de projetos de pesquisa aplicada, capazes de levar tecnologias exponenciais ao campo e agregar valor aos produtos, sua meta é tornar-se uma referência na promoção do empreendedorismo agropecuário, dando respostas às demandas por soluções inovadoras que propiciem alcançar a excelência no agronegócio. A obra, que teve a iniciativa do Governo de Goiás, por meio Fapeg e do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, tem a parceria da Prefeitura de Rio Verde, da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia).
O principal objetivo da Fapeg com esse apoio é potencializar a infraestrutura já existente do parque tecnológico do IF Goiano de Rio Verde, que contará, ainda, com um prédio que está sendo construído no centro dessa cidade, em área cedida pela Prefeitura, para o funcionamento do hub de negócios, que é uma espécie de vitrine onde acontecerão os shows cases para demonstrar conceitos e tecnologias aplicados à agropecuária. Além dessa construção e da estrutura existente no parque científico e tecnológico do IF Goiano, como laboratórios, salas, equipamentos e do quadro de profissionais, o Ceagre conectará uma área de 400 mil hectares, que funcionará como um grande laboratório a céu aberto, onde serão validadas tecnologias exponenciais. Para esse projeto, está previsto o valor de R$15.000.000,00 a serem desembolsados até 2023.
Ainda neste período de análise, foram lançadas as seguintes chamadas públicas:
• Chamada Pública 07/2019 - Tecnova II (Segunda edição)
A segunda edição do Programa de Apoio à Inovação Tecnológica (TECNOVA II) visa desenvolver os setores econômicos considerados estratégicos nas políticas públicas federais e aderentes à política pública de inovação do Estado, tendo como principal objetivo promover um significativo aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do País. Os recursos destinados ao Programa são de R$4.200.000,00 (não reembolsáveis), sendo R$2.800.000,00 provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/Finep e R$1.400.000,00 a serem aportados pela Fapeg. Este fomento é destinado a empresas goianas que apresentem projetos de desenvolvimento de produtos (bens ou serviços) ou processos inovadores, que tenham sede no estado de Goiás e apresentem faturamento bruto anual de até R$ 16 milhões, com registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) em data anterior a 18 de junho de 2019.
• Chamada Pública 01/2020 – Confap/CNPq/UK Academies 2019-2020
É resultante da articulação do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e o Fundo Newton com seus parceiros do Reino Unido: Academy of Medical Sciences, British Academy, Royal Academy of Engineering e a Royal Society, que assinaram um Memorando de Entendimentos visando estimular a colaboração científica entre pesquisadores do Reino Unido e do Brasil, de iniciativa do governo britânico, para promover o desenvolvimento social e econômico dos países parceiros, por meio de pesquisa, ciência e tecnologia. Nesse contexto, a Fapeg e os demais parceiros de outros estados brasileiros cobrem os custos relacionados à vinda de pesquisadores vinculados a instituições do Reino Unido, ao estado de Goiás e demais regiões do Brasil das respectivas agências envolvidas. As academias britânicas, por sua vez, lançam chamadas para seleção de propostas para brasileiros irem ao Reino Unido. O objetivo dessa parceria é fomentar grupos de pesquisas no Brasil em cooperação com parceiros vindos do Reino Unido, na modalidade de fomento Fellowship, em todas as áreas do conhecimento, viabilizando a colaboração entre pesquisadores no desenvolvimento de projetos de pesquisa considerados estratégicos pela Fapeg. Para a modalidade Jovem Pesquisador, a duração é de até seis meses com

bolsa mensal no valor de R$ 7.000,00. Na modalidade Pesquisador Sênior, é necessário que o pesquisador visitante possua vínculo em instituições de pesquisa e título de doutor por mais de sete anos para atuar no projeto. A duração desse auxílio é, também, de até seis meses, sem prorrogação. Entre os itens financiáveis estão passagem aérea, seguro de viagem e bolsa mensal no valor de R$ 10.000,00.

• Chamada Pública 02/2020 - Programa de Qualificação para Exportação PEIEX

O Programa é uma iniciativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil, que visa qualificar empresas que queiram iniciar a exportação de seus produtos e/ou serviços. O convênio com a FAPEG visa a execução do PEIEX na região Goiânia e municípios que estejam dentro de um raio de 100 km da capital; e região de Rio Verde e municípios que estejam dentro de um raio de 100 km daquela cidade. Esta seleção é destinada a proponentes que tenham titulação mínima de Mestre para a bolsa de Monitor; graduação completa para Técnico e curso superior em andamento para Apoio Técnico, com formação acadêmica nas áreas de Comércio Exterior, Administração e Relações Internacionais. Os recursos financeiros para essa chamada são de R$5.900,00 para Monitor; R$4.800,00 para Técnico e R$900,00 para Apoio Técnico, com o total de 40 bolsas e duração de 24 meses.

• Chamada Pública 03/2020 – Programa Governo com Ciência

Esta chamada visa contribuir para a aproximação da comunidade científica com organismos do setor público estadual, apoiando projetos de pesquisa aplicada que resultem na implementação de políticas públicas de relevante impacto social, tendo como maior beneficiário a sociedade goiana. A FAPEG financiará as atividades de pesquisa do projeto, desenhado e executado conjuntamente pela instituição de pesquisa e a instituição parceira do Estado, corresponsáveis pela implementação efetiva dos resultados. Dentre os objetivos do Programa, destacam-se:

- produzir análises sobre formas de gestão e políticas públicas inovadoras que subsidiem a formulação de políticas públicas criativas e viáveis;
- apoiar pesquisas interdisciplinares;
- produzir diagnósticos, identificar obstáculos e dificuldades enfrentadas na área da ação social do poder público estadual;
- elaborar metodologias padronizadas e acessíveis de avaliação de políticas públicas, inclusive mediante a transferência de tecnologias apropriadas;
- sistematizar, disseminar e fazer o balanço dos trabalhos acadêmicos que acumularam conhecimento nas áreas de atuação pertinentes às políticas públicas, bem como divulgar experiências passadas bem-sucedidas;
- formar e capacitar, de maneira sistemática, os quadros administrativos, do ponto de vista de sua eficiência no tratamento dos problemas sociais a serem enfrentados pela administração pública.

• Chamada Pública Nº 04/2020

Seleção de profissionais para formação de cadastro de reserva do Programa de Qualificação para Exportação – PEIEX

• Chamada Fapeg nº 05/2020 – 7ª Edição do Programa Pesquisa para SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS

O objetivo da Chamada é fomentar projetos de pesquisa que promovam a melhoria da qualidade da atenção à saúde no estado de Goiás, representando significativa contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&IS), no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). O valor máximo por proposta é de R$ 150.000,00 e a duração máxima dos projetos de 24 meses.

• Chamada Nº 06/2020 - Seleção de Bolsistas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – PDCTR

O objetivo desta seleção é reduzir as desigualdades regionais, estimulando doutores de outras regiões do país e de outros países com experiência em ciência, tecnologia e inovação e/ou reconhecida competência profissional em instituições de ensino superior (IES), de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI) e/ou empresas públicas ou privadas, para atuarem em instituições de ensino superior e/ou pesquisa localizados na Região Metropolitana de Goiânia ou no município de Anápolis, bem como em instituições acadêmicas e institutos de pesquisa localizados nos demais municípios goianos.

• Chamada Emergencial União Europeia - Desenvolvimento de Terapêutica e Diagnóstico para Combater Infecções por Coronavírus

Com o impacto da pandemia causada pelo Coronavírus e a necessidade premente de apoiar pesquisas voltadas ao tema, a Fapeg publicou orientação que define os critérios para associação de pesquisadores a esta Chamada do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), lançada pela Innovative Medicines Initiative (IMI), junto com a Comissão Europeia e a European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations (EFPIA). A União Europeia destinou orçamento de até 45 milhões de euros a instituições/pesquisadores brasileiros, e o Governo do Estado de Goiás apoiará o custeio de até R$250 mil por proposta, para o desenvolvimento de estudos que identifiquem novos agentes terapêuticos e sistemas de diagnósticos precoces, eficazes e confiáveis relacionados ao novo Coronavírus (SAR-CoV-2).

• Convocação de Projetos Científicos e de Inovação para Enfrentamento ao Covid-19.

Em parceria Fapeg/Sedi/Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, esta convocação visa identificar projetos que possam contribuir de forma relevante na redução dos impactos da pandemia de covid-19 e facilitar o direcionamento de esforços e recursos para viabilização das ações estratégicas.

• Chamada Confap Transnacional de Conjunto de Poluentes Aquáticos (Aquatic Pollutants Joint Transnational Call - AP)

A Fapeg publicou as orientações que definem os critérios de participação de candidatos nesta Chamada, lançada pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e União Européia (UE), com destinação de aproximados 25 milhões de euros financiados por 32 organizações de 26 países. O Governo de Goiás, por meio desta Fundação, participa da Chamada com o orçamento máximo de 1,5 milhão de euros por proposta. O objetivo é apoiar projetos de pesquisa e inovação de pesquisadores doutores vinculados a Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas (sem fins lucrativos), Instituições Científicas e Instituições Tecnológicas e de Inovação, com sede no Estado, que estabeleçam abordagens integradas e intersetoriais para gerenciamento de riscos, que levem a impactos no ecossistema aquático, meio ambiente e saúde humana.

• Chamada Internacional Confap – MSCA Rise 2020

Esta chamada compõe o programa de pesquisa e inovação da União Europeia - Horizonte 2020 - Ações Marie Skodowska-Curie - e financia intercâmbios de pessoal em período de curto prazo entre organizações acadêmicas, industriais e comerciais em todo o mundo. Tem a participação do Governo de Goiás, por meio da Fapeg, como cofinanciador de até três projetos que tenham pesquisadores sediados no Estado, com financiamento global de coparticipação limitado a R$ 120 mil e vigência de até três anos para projetos aprovados. O objetivo desse programa é promover a colaboração internacional e intersetorial para desenvolver os conhecimentos, habilidades e carreiras dos participantes e, ao mesmo tempo, criar laços entre as organizações que atuam nos diversificados setores da economia, inclusive Instituições de Ensino Superior (IES), pequenas e médias empresas.

• Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores – Centelha Goiás

Foram realizadas ações de continuidade ao processo de seleção deste Programa, lançado por meio da Chamada Pública nº 3, em setembro de 2019. Os recursos são providos pelo Governo do Estado de Goiás, por meio da Fapeg, em parceria com o MCTIC, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), e operado pela Fundação Certi. A chamada foi desenvolvida em três etapas, constituídas por capacitações, oficinas e workshops com especialistas em várias áreas. Inicialmente foram inscritas 917 ideias e cadastrados 2.185 empreendedores. 202 ideias foram aprovadas na primeira etapa e 102 na segunda. A etapa final do Programa foi desdobrada no mês de maio deste ano, com a divulgação da lista final dos 50 projetos aprovados sob o critério de melhores ideias inovadoras referentes a produtos (bens ou serviços) e

processos, dos quais, 28 foram selecionados e vão receber valores não reembolsáveis de até R$60 mil cada um para execução de seus negócios. Os 22 projetos restantes foram aprovados como suplentes para receberem o benefício em caso de desistência ou inabilitação entre os primeiros selecionados, ou se houver disponibilidade de recursos.

• Chamada do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD

Chamada publicada pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), no conjunto de suas Fundações, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o MCTIC, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de sítios de pesquisa ecológica de longa duração em ecossistemas brasileiros, que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. O Programa financia uma rede de sítios de pesquisa distribuídos nos diferentes biomas brasileiros, no desenvolvimento de projetos que abrangem estudos sobre efeitos de um amplo escopo, como: mudanças climáticas, perda, fragmentação e degradação de ambientes naturais, destruição de habitats, superexploração, invasão de espécies, assim como ações de conservação e/ou restauração de ecossistemas nativos, tendo em vista a sustentabilidade ambiental. As propostas aprovadas poderão ser cofinanciadas pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) com até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por proposta de sítio PELD.

• Confap - CNPq - H2020 Green Deal Call

Chamada financiada pelo programa Europeu de fomento à Pesquisa e Inovação Horizonte 2020, foi lançada pela União Europeia com o apoio do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) no conjunto de suas Fundações, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O investimento total é de 1 bilhão de euros para pesquisas e inovações que ofereçam soluções à crise climática e ajudem a proteger o ecossistema e a biodiversidade.

• Continuidade de pagamentos de chamadas anteriores, referentes a bolsas de Mestrado, Doutorado e bolsas para desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Para incrementar a receita destinada aos fomentos concedidos pela Fundação, foram realizados, também neste ano, articulações com agências de fomentos e diversos segmentos da sociedade para captar novos recursos e garantir a continuidade das ações de formação de recursos humanos em pesquisa e inovação.

Dentre os compromissos, foi realizada reunião para aprimoramento de proposta técnica apresentada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) dentro do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Pós-Graduação dos estados, com a participação de pró-reitores de pós-graduação e pesquisa de instituições de ensino superior. O objetivo foi chancelar as áreas prioritárias beneficiadas com recursos do Programa, conforme protocolo de intenções assinados entre Capes e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) em dezembro de 2019. O evento resultou na definição de áreas prioritárias, como: Tecnologia da Informação; Energia/Mineração; Biotecnologia e Nanotecnologia; Biodiversidade; Alimentos; Economia Circular; Agronegócio; Fármaco e Saúde.

O Programa prevê o volume de recursos no valor de R$200 milhões para todo o Brasil e o número total de 1.800 bolsas para os cursos de Mestrado e Doutorado que tenham conceitos 3 e 4. Para o estado de Goiás, esses recursos físicos e financeiros serão definidos por meio de Edital a ser lançado pela Fapeg. Alinhada aos objetivos da Capes, a ação da Fapeg visa mitigar as desigualdades regionais e contribuir com o desenvolvimento estratégico da pós-graduação, promovendo a formação de recursos humanos de alto nível por meio da integração entre Governo, Comunidade Acadêmica e Setor Privado.

Outra ação realizada pela Gestão neste semestre foi a de visitas a unidades empresariais e acadêmicas do município de Catalão pela Diretoria da Fapeg, acompanhada de representantes da Universidade Federal de Catalão, com o objetivo de identificar demandas e oportunidades de aplicação de investimento previsto no valor de R$4 milhões para desenvolvimento de pesquisas na área de mineração, destinados aos estudos de impacto.

Neste último mês do ano, a Alta Administração participou de vários eventos, dos quais a inauguração do Centro Multiusuário de Pesquisa de Bioinsumos e Tecnologias em Saúde (CMBiotecs) do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), da Universidade Federal de Goiás (UFG), que teve, também, apoio financeiro desta Fundação; da inauguração do Hospital das Clínicas (HC-UFG), do novo prédio da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) e do Centro de Excelência de Agricultura Exponencial.

Em comemoração ao 15º aniversário da Fapeg, foi realizado o lançamento do selo comemorativo, com o slogan “Ciência que Impacta”, em parceria Fapeg/Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), o qual acompanhará a logomarca da Fundação no decorrer de 2021.

Ainda neste mês, o Presidente da Fapeg, Dr. Robson Domingos Vieira, participou da solenidade de celebração da 2° edição do Prêmio Goiás Mais Transparente e do Ranking Programa de Compliance Público 2020, organizado pela Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), como parte das atividades da Semana Internacional de Combate à Corrupção.

Na ocasião, foi entregue ao representante da Fapeg o troféu de premiação pelo primeiro lugar no Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás (PCP), cuja proposta é reconhecer os esforços dos órgãos para tornar a Administração Pública mais eficiente e transparente.

Outra conquista da Fapeg foi o selo da Categoria Ouro – Excelência em Transparência no ranking do Prêmio Goiás Mais Transparente, com pontuação de 86,77%, por meio de avaliação realizada pela CGE em parceria com o TCE, como reconhecimento aos esforços dos órgãos e das empresas em buscar a excelência em transparência e estimular o aperfeiçoamento contínuo para o atendimento de exigências legais e das melhores práticas de entrega de informações para sociedade.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA

Plano de Aplicação Orçamentária: planejamento orçamentário dos projetos previstos para 2020, aprovados pelo Conselho Superior da FAPEG (Consup).

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho

• Bolsa de Doutorado concedida: Consiste no número de bolsas de Doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) ou Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) concedidas por meio da Fapeg para viabilizar a formação de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no estado de Goiás.

• Bolsa de Mestrado concedida: Consiste no número de bolsas de Mestrado em Instituições de Ensino Superior (IES) ou Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) concedidas por meio da Fapeg para viabilizar a formação de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no estado de Goiás.

• Bolsa de Iniciação Científica concedida: Consiste no número de bolsas de Iniciação Científica em Instituições de Ensino Superior (IES) ou Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) concedidas por meio da Fapeg para incentivar a formação de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no estado de Goiás.

• Bolsa de Iniciação Científica Júnior concedida: Consiste no número de bolsas de Iniciação Científica Júnior em Instituições públicas de ensino fundamental, médio e profissionalizante concedidas por meio da Fapeg para incentivar a formação de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no estado de Goiás.

• Bolsa de Pós-Doutorado concedida: Consiste no número de bolsas de Pós-Doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) ou Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) concedidas por meio da Fapeg para viabilizar a formação de recursos humanos em

Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no estado de Goiás.
• Bolsa de Pesquisa em Área Estratégica concedida: Consiste no número de bolsas de pesquisa concedidas por meio da Fapeg para viabilizar a implementação de projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado de Goiás.
• Auxílio Pesquisa em Área Estratégica concedido: Consiste no número de auxílios pesquisa concedidos pela Fapeg para o desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas do estado de Goiás.
• Projeto de Pesquisa em Área Estratégica implementado: Consiste no número de projetos de pesquisa em áreas estratégicas implementados por meio de fomentos concedidos pela Fapeg.
• Projeto de Pesquisa em CT&I implementado: Consiste no número de projetos de pesquisa em CT&I nas diversas áreas do conhecimento, implementados por meio de fomentos concedidos pela Fapeg.
• Auxílio à Pesquisa Aplicada concedido: Consiste no número de auxílios à pesquisa aplicada concedidos pela Fapeg para o desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas do estado de Goiás.
• Bolsa de Pesquisa Aplicada concedida: Consiste no número de bolsas de pesquisa aplicada, concedidas por meio da Fapeg, para viabilizar a implementação de projetos em áreas estratégicas do estado de Goiás.
• Bolsa Incubadora concedida: Consiste no número de bolsas concedidas nas modalidades Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI) e Apoio Técnico (AT) para implementação de projetos de estruturação e certificação de incubadoras de empresas de base tecnológica.
• Projeto Incubadoras de Empresas implementado: Consiste no número de projetos para estruturação e/ou certificação de incubadoras de empresas de base tecnológica implementados por meio de fomentos concedidos pela Fapeg.
• Centro de Excelência implantado: Consiste na construção, estruturação e funcionamento de centro de excelência em inteligência artificial, visando gerar inovações capazes de alavancar o crescimento econômico e social do estado de Goiás.
• Evento de CT&I realizado: Consiste no número de eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) realizados por meio de fomentos concedi-dos pela Fapeg.
• Laboratório de CT&I equipado: Consiste no número de laboratórios de CT&I equipados, visando maior integração entre instituições de ensino, pesquisa e empresas para melhoria do processo produtivo.
• Livros, Periódicos e Outros Conteúdos de CT&I publicados: Consiste no número de publicações de material para divulgação da Ciência, Tec-nologia e Inovação (CT&I) apoiadas pela Fapeg.
• Participação em Eventos de CT&I realizada: Consiste no número de pesquisadores participantes em eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) apoiados pela Fapeg
• Projeto de Pesquisa Aplicada implementado: Consiste no número de pro-jetos de pesquisa aplicada, implementados por meio de fomentos conce-didos pela Fapeg.
• Projeto de Subvenção Econômica à Inovação implementado: Consiste no número de projetos de subvenção econômica à inovação tecnológica im-plementados com fomentos concedidos por meio da Fapeg.
• Sede Fapeg equipada: Consiste no percentual de reestruturação da Fapeg, por meio da aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como de mobiliário.
• Sede Fapeg reformada: Consiste na execução e conclusão da obra de re-forma/construção da sede da Fapeg.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1004 - CIENTISTAS TRANSFORMANDO GOIÁS
AÇÃO: 2005 - PESQUISA EM CT&I

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3161 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG

U.O.: 3161 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG

REALIZAÇÕES
De janeiro a dezembro de 2020, os produtos implementados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) nesta ação, referentes a bolsas de formação e projetos de pesquisa, no valor de R$4.843.249,37, foram realizados por meio de chamadas públicas lançadas em anos anteriores e acordos com outras instituições públicas e privadas.
Os produtos Bolsa de Doutorado, Bolsa de Mestrado e Bolsa de Pós-Doutorado foram concedidos por meio das seguintes chamadas públicas:
• 03/2016, 03/2017; 03/2018 e 05/2018: editais lançados pela Fapeg;
• 04/2019 – Chamada colaborativa: edital lançado em parceria Fapeg/Fapesp;
• Fapeg/Sedi/Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação: Convocação de Projetos Científicos e de Inovação para Enfrentamento ao Covid-19.
Foram continuadas as bolsas concedidas por meio de acordo firmado em ano anterior, bem como por novas parceiras entre esta Fundação e outras instituições, tais como:
• Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater);
• Controladoria Geral do Estado (CGE);
• Secretaria da Economia/IMB; e
• UFG/Funape/Fapeg, para realização emergencial de testes moleculares do novo coronavírus SARS-CoV2 pela Rede de Laboratórios de campanha da UFG.
Nesse período, 123 profissionais altamente qualificados para o mercado de trabalho realizaram suas defesas com bolsas concedidas pela Fapeg, sendo 94 pesquisadores com títulos de Mestres e 29 como Doutores. Os benefícios foram concedidos por meio das chamadas 03/2016, 03/2017, 03/2018, 05/2018 e a 07/2018, concedida com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
• Bolsa de Pesquisa em Área Estratégica
Os resultados das ações desenvolvidas com recursos alocados no produto Bolsa de Pesquisa em Área Estratégica, por meio da Chamada 02/2020 - Fapeg/Apex Brasil, impactaram no atendimento a 60 empresas goianas, que estão recebendo consultorias, cursos e apoio técnico de especialistas do Programa, que atende ao objetivo de preparar as empresas brasileiras para o início do processo de exportação de seus produtos e serviços de forma planejada e segura.
Em Goiás, o Programa de Qualificação para Exportação (Peiex) é executado por meio de parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), Fapeg e Apex Brasil.
• Projeto de Pesquisa em CT&I
O produto Projeto de Pesquisa em CT&I foi implementado nesta ação por meio das seguintes chamadas:
Chamada Pública Confap/CNPq /Fapeg/Newton Fund - The UK Academies.
Com o objetivo de fomentar a vinda de pesquisadores britânicos para trabalhar com pesquisadores brasileiros no Brasil, essa chamada

foi lançada por meio do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), no conjunto de suas Fundações, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizada com The Royal Society, The Academy of Medical Sciences e British Academy, no escopo do Fundo Newton, beneficiando três projetos aprovados, no valor total de R$34.820,00.

Chamada ERC – Confap/CNPq 2019.

Destinada a pesquisadores doutores vinculados a instituições de pesquisa brasileiras para visitarem projetos de pesquisas europeus financiados pelo Conselho Europeu de Pesquisa (European Research Council – ERC), essa chamada fomentou três projetos de pesquisa aprovados, totalizando R$21.000,00.

Chamada Pública Mobility Confap Italy Call - MCI 2019

Essa chamada visa desenvolver projetos por meio da Chamada Pública para mobilidade Mobility Confap Italy – MCI 2019, destinada a pesquisa em universidades italianas, lançada em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), no conjunto de suas Fundações, e a Universidade de Bolonha, representando a rede de Universidades Italianas. Foram R$18.724,38 destinados a auxílio deslocamento.

Chamada Colaborativa nº 04/2019 Fapeg-Fapesp

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de parcerias científicas que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico nos respectivos estados e o fortalecimento de redes de pesquisa colaborativa envolvendo os estados de Goiás e de São Paulo, a referida chamada beneficiou 10 projetos aprovados em parceria entre a Fapeg e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), no valor de R$827.801,91.

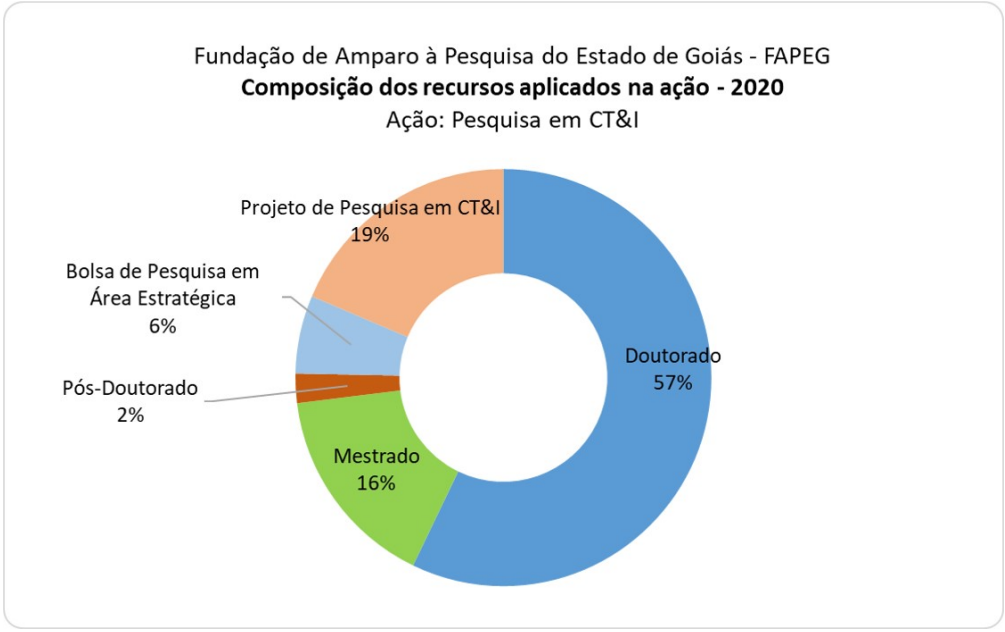
OBSERVAÇÕES

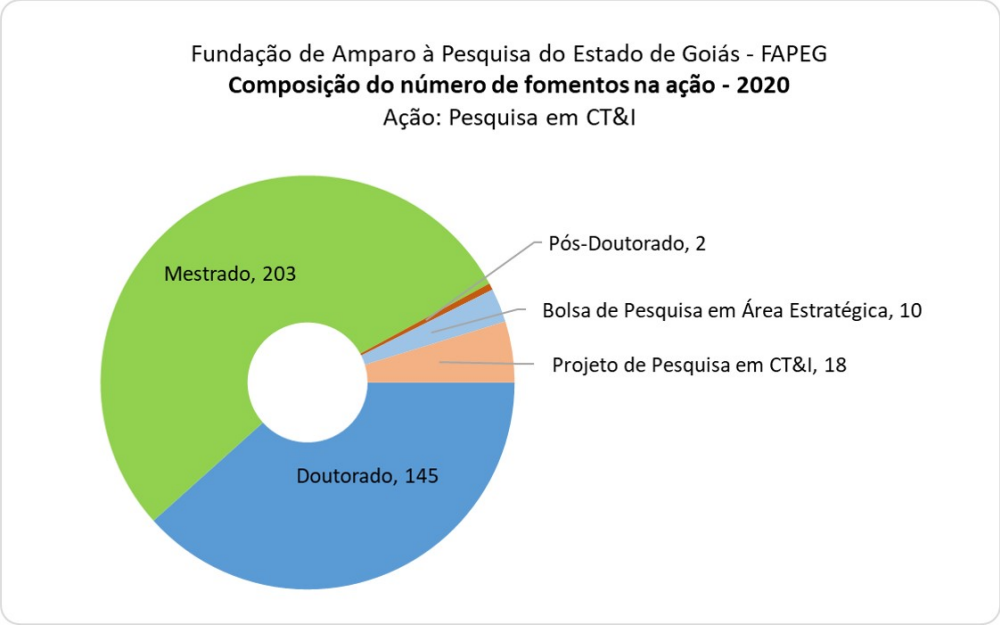
Os resultados dos benefícios desta ação estão expressos em gráficos.



Foto: Sedi

Com apoio do Peiex, peças íntimas produzidas pela indústria goiana Art.Renda começam a ganhar espaço no mercado norte-americano (www.fapeg.gov.br)





PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1020 - INOVAR MAIS
AÇÃO: 2075 - INOVAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3161 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG

U.O.: 3161 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG

REALIZAÇÕES
O valor de R$13.901.441,98, alocados para contemplar os produtos implementados nesta ação, fomentou 69 projetos, 132 bolsas de pesquisa aplicada, um laboratório equipado e dois centros de excelência no período de janeiro a dezembro de 2020.
• 43,16% foram destinados à Implantação do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia), no valor de R$3.500.000,00 e Centro de Excelência em Agricultura Exponencial (Ceagre), no valor de R$2.500.000,00, totalizando R$6 milhões de reais para investimento, custeio e 69 bolsas de pesquisa aplicada.
O Ceia, que integra o laboratório de Inteligência Artificial (IA) da UFG, visa estimular a competitividade e a efetividade organizacional das instituições públicas e privadas, com desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial nas áreas de saúde, segurança pública, logística, energia, dentre outras.
Com 45% de implantação, além da chancela Embrapii conquistada neste primeiro ano, já foram desenvolvidos quatro projetos a partir de levantamentos realizados em várias secretarias de Governo, tais como: Mineração de dados para identificação de fraudes tributárias; Chatbot para triagem de suspeita de Covid-19; Chatbot para Carta de Serviço, Biométrica veicular para a Secretaria de Segurança Pública, além da criação da Plataforma de Correção Automática de Redação, que é um projeto piloto com o objetivo de popularizar a IA no ensino básico.
O Ceagre, concebido por meio de parceria Fapeg/IF Goiano/Funape, também já possui chancela Embrapii, e visa fortalecer a vocação agrícola do Estado por meio de projetos de inovação que possam viabilizar altas tecnologias de baixo custo ao produtor rural, como Internet das Coisas, Biotecnologia, Big Data e Inteligência Artificial capazes de proporcionar efetiva gestão em toda cadeia da produção agrícola, de forma preventiva, controlada e com agregação de valor aos produtos.
Inaugurado recentemente e com 20% de implantação, um dos resultados já apresentados foi o lançamento da primeira rede móvel da tecnologia 5G na unidade modelo, em caráter experimental no Brasil, para testar tecnologias exponenciais.
• Projeto de Subvenção Econômica: 37 projetos fomentados (25,74%), sendo: 19,53% para os contemplados na segunda edição do Programa Tecnova II (R$2.714.451,67), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/Finep (Chamada 07/2019); e 6,22% referente ao Programa Centelha (R$864.003,38), por meio da Chamada 03/2019.
• Em parcerias realizadas com instituições públicas e privadas, a Fapeg fomentou 32 projetos de pesquisa aplicada e 18 bolsas de pesquisa aplicada:
Fapeg/Sedi/Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, para realização de mapeamento de proposta para enfrentamento ao Covid-19, no valor total de R$1.510.362,93 para fomento a 12 projetos e 1 bolsa (10,86%);
Fapeg/UEG (R$450.000,00) para desenvolver 13 projetos que integram o “Programa de Melhoramento Genético de Bovinos Leiteiros APL Lácteo da Região de São Luís de Montes Belos” (3,24%);
Fapeg/Senai (R$326.000,00), para desenvolver um projeto e três bolsas para ampliação da infraestrutura de soluções do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, com aporte de 2,35% do montante;
Fapeg/UFG/EVZ (R$293.814,00) para apoiar projeto de “Expansão da pesquisa e da transferência de tecnologia na EVZ/UFG" (2,11%);
Fapeg/Economia/IMB (R$269.710,00) para execução de 5 projetos de pesquisa aplicada e 14 bolsas de pesquisa aplicada com vistas à avaliação de programas sociais da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), bem como projeto relacionado a programa de incentivos fiscais do estado de Goiás (1,94%).
As demais parcerias tiveram aporte para concessão de 45 bolsas de pesquisa aplicada, no total de R$873.100,00 para atender aos

acordos: Fapeg/Emater (12); Fapeg/UFG (19); Fapeg/CGE (4); Fapeg/Embrapa (3); Fapeg/Faeg (2); Fapeg/IEL (4) e acordo UK/Brasil, projeto de colaboração entre pesquisadores do Brasil e Reino Unido na área de doenças infecciosas negligenciadas (1).
• Laboratório de CT&I Equipado: 4,32% do total da ação, em parceria Fapeg/UniEvangélica, com o objetivo de promover e ampliar a ciência, a tecnologia e a inovação no Centro Norte Goiano (R$600.000,00).

OBSERVAÇÕES
Projetos de Pesquisa Aplicada aprovados para auxiliarem no enfrentamento à pandemia Sars-Cov-2, Covid-19:
• Estratégia acelerada por inteligência artificial para reposicionamento e descoberta de fármacos para covid-19
• Diagnóstico molecular rápido para Covid-19
• Avaliação de Polimorfismos dos Genes ECA e ECA2 na Susceptibilidade a Manifestações mais Graves da Covid-19
• Avaliação da infecção de células de indivíduos de diferentes faixas etárias com ou sem comorbidades pelo SARS-CoV-2 e a consequente produção de anticorpos
• Monitoramento da circulação do novo coronavírus SARS-COV-2 em área com adoção precoce de medidas de controle
• Programa de Reabilitação Pulmonar Ambulatorial e Domiciliar Covid-19
• Mapeamento das variações genéticas do Coronavirus (SARS-COV-2) em Goiás
• SARS-CoV-2 em Goiás: Estimativa da soroprevalência na população estudada, perfil de excreção, antigenicidade e evolução viral
• Avaliação do desempenho de testes rápidos na detecção salivar do novo coronavírus (covid-19)
• Trabalho pedagógico com tecnologias digitais e móveis na rede pública de educação básica durante o período de suspensão das aulas presenciais pelo contingenciamento Covid-19
• Desenvolvimento de modelo preditivo de complicações clínicas em pacientes com infecção por Covid-19 baseado na presença de morbidades crônicas
• Identificação de componentes imunológicos celulares e moleculares associados à Covid-19: perspectivas para estratégias terapêuticas e vacinais.



Governo de Goiás, UFG e parceiros assinaram termo de cooperação para estruturação do Ceia *(Foto: Edimar Ferreira Comunicação Sedi)*



Solenidade de inauguração do Ceagre
Foto: Edinan Ferreira/Comunicação Sedi



Presidente da Fapeg destacou importância do Ceia para reter talentos em Goiás
Fotos: Edinan Ferreira Comunicação Sedi

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Prof. Dr. Valter Gomes Campos

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Contribuir para o desenvolvimento regional, ofertando o ensino superior, a pesquisa cientifica e as ações extensionistas com qualidade a partir de uma gestão de resultados baseada em dados e indicadores.

2.2 Legislação
LEI Nº 20.491, DE 25 DE JUNHO DE 2019.
LEI Nº 20.748, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.
DECRETO Nº 9.593, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.
LEI Nº 20.755, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.
LEI No 20.754, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Universidade Estadual de Goiás - UEG está em pleno processo de restruturação iniciado desde o exercício de 2019. Tal restruturação está alicerçada sob uma nova hierarquia de atuação, moldada a partir da edição do Decreto Nº 9.593 de 17 de Janeiro de 2020, que aprovou o novo Estatuto da Universidade. Cabe destacar, que a principal mudança institucional do ponto de vista da estrutura, foi o redesenho de suas unidades de atuação. Passando a adotar um modelo no qual a UEG está representada em todas as regiões do Estado de Goiás por meio de oito Campus Regionais. Além do foco de atuação agora direcionado para os aspectos regionais do Estado, a UEG ainda permanece atuando com suas trinta e três Unidades Universitárias, ofertando o ensino superior, a pesquisa e as atividades extensionistas. Também é importante mencionar que outro ponto de grande mudança foi a adoção do novo modelo de vestibular, já implantado para seleção do primeiro semestre de 2020.
Outro aspecto relevante da restruturação, está envolto à construção ainda em andamento da nova matriz curricular. Desse modo, apesar das limitações e dificuldades impostas pela atual pandemia do COVID-19, a UEG ainda tem conseguido manter o atendimento à sociedade goiana, contribuindo para a manutenção do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Além dos instrumentos de monitoramento da execução orçamentária e financeira própria do Plano Plurianual vigente, a Universidade Estadual de Goiás - UEG, possui o Sistema de Avaliação Institucional próprio cuja periodicidade de avaliação é anual. O último relatório publicado é referente ao exercício de 2018 e está disponível no link http://www.avaliacaoinstitucional.ueg.br/referencia/10916
Quanto ao relatório do exercício de 2019, já foi devidamente finalizado, estando em fase de procedimentos finais para publicação. Concomitantemente, já está sendo desenvolvido a aplicação dos questionários da avaliação do exercício de 2020.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Enade, IGC e Geocapes
- ENADE: como parte do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, as suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e as suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e às outras áreas do conhecimento. A avaliação do ENADE incluiu um grupo de estudantes selecionados: os concluintes. O Conceito ENADE tem como base um procedimento bastante estabelecido na estatística chamado afastamento padronizado. A nota final do curso depende de duas variáveis, a saber: o desempenho dos estudantes concluintes na Formação Geral e o desempenho dos estudantes concluintes no Componente Específico. A nota final da IES, em um determinado curso, é a média ponderada da nota padronizada dos concluintes no Componente Específico e da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral. A partir da edição de 2015, o cálculo do Conceito Enade passou a ser realizado por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela IES no Sistema Enade.
Nota UEG no último boletim de desempenho do ENADE divulgado (2018):
Faixa 1: dois cursos em três Campus/Unidades Universitárias
Faixa 2: cinco cursos em três Campus/Unidades Universitárias
Faixa 3: quatro cursos em nove Campus/Unidades Universitárias
Faixa 4: três cursos em quatro Campus/Unidades Universitárias
- IGC: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:
1. média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
2. média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;
3. distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.
Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade.
Nota UEG no último boletim de desempenho do IGC divulgado (2018):
IGC (contínuo): 2,5233
IGC (Faixa): 3
- GeoCapes: não é somente um indicador, mas sim uma ferramenta de dados georreferencial que disponibilizada um conjunto de indicadores a partir das informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério

da Educação (MEC) . De forma simplificada, pode ser definida como uma base de dados que consiste em referenciar informações de acordo com sua localização geográfica. É uma maneira de disponibilizar informações acerca dos mais diversos cenários em que a Capes participa ou está relacionada. De acordo com o tipo de informação que se deseja obter, os mapas interativos exibem, em escala de cores, a variação numérica do indicador que foi selecionado para cada município, Unidade da Federação ou país. Além disso, o aplicativo oferece opções de visualização de gráficos e de tabelas com dados referentes ao indicador em questão.
Com relação à nota conceito atribuída aos Programas de Pós-graduação da UEG na última avaliação quadrimestral com ano base de 2018 temos:
6 Programa com Conceito 3
5 Programas com Conceito 4
Finalmente é importante ressaltar que cada um desses indicadores possui um cronograma de avaliação próprio, ao qual as Instituições de Ensino Superior não possuem poder de influência.
Cabe ainda informar que o acompanhamento de tais indicadores pode ser obtido a partir dos seguintes acessos:
https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/
http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1038 - PROFISSIONAIS TRANSFORMANDO GOIÁS
AÇÃO: 2133 - ACESSO, PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E ÊXITO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE QUALIDADE, EMPREENDEDORA E INOVADORA.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3162 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

U.O.: 3162 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

REALIZAÇÕES
Em 2020, apesar de todas as limitações impostas pela pandemia da COVID-19, a UEG conseguiu realizar várias ações positivas nas áreas da graduação, pesquisa e extensão universitária. Pode ser apontado o lançamento do programa Minha Vaga - Processo Seletivo para Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Portadores de Diploma de Curso de Graduação, cujas vagas foram disponibilizadas para mais de 30 municípios e totalizando 2.395 vagas. Ainda com relação à Graduação, houve também uma série de aquisições e contratações voltadas para manutenção do funcionamento dos cursos em andamento, como a locação de imóvel para aulas do curso de Educação Física da Unidade de Porangatu e locação de imóvel para abrigar o núcleo de arqueologia do Campus Cora Coralina na Cidade de Goiás; pagamento de bolsas de iniciação à docência; aquisição de insumos e sementes para o plantio da safra na Fazenda Escola do Campus Oeste em São Luiz dos Montes Belos; entre outras aquisições. Houve também a implementação do Programa Bolsa Social, que ao todo serão 1.600 bolsas de R$300 concedidas para alunos de famílias de baixa renda. O programa é voltado para alunos em situação de vulnerabilidade social, identificados em famílias que constam no CadÚnico. Já na área da pesquisa e pós-graduação, o Ministério da Educação autorizou o 17° mestrado para a UEG. O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu é em Gestão, Educação e Tecnologias e será sediado na Unidade Universitária de Luziânia. Foi realizado também, o processo seletivo de bolsa de iniciação científica. O PROIN – Programa de Incubadora da UEG, foi contemplado pela chamada pública nº 06/2019 da FAPEG, que possibilita a expansão das atividades do programa. Ainda na área de pesquisa, materiais de laboratórios foram adquiridos por meio de recursos do convênio CAPES/PROAP 2015 – 817164/2015. Em relação a Ações de Extensão, foi executado durante todo o ano o pagamento de bolsas do projeto MedioTec, desenvolvido a partir do Pronatec. Houve também o lançamento da bolsa permanência a estrangeiros, cujo resultado final da seleção e concessão das bolsas ocorreu em março, contemplando 15 alunos estrangeiros. Aconteceu o Festival de Cultura da UEG, realizado de forma on-line, em plataforma digital, pela "UEG TV", sendo 18 apresentações artísticas, assistido por 2.555 pessoas ao longo dos três dias de realização. Ainda houve a publicação de um edital para a bolsa de Ações Extensionistas e dois editais para Bolsa Conectividade. Além das áreas finalísticas da graduação, extensão e pesquisa, também houveram atividades relevantes nas áreas meio, como por exemplo na Tecnologia da Informação. Principalmente depois do início das atividades remotas, com intuito de auxiliar a comunidade acadêmica em suas atividades, principalmente, no prosseguimento do ano letivo. Além de ter sido desenvolvido também um Sistema de Informação para que a eleição para os representantes do Conselho Superior Universitário se realizasse de forma online. O que possibilitou pela primeira vez um plenário na UEG de forma exclusivamente remota.

AÇÃO: 3049 - PROJETOS E ATIVIDADES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (UEG), DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3162 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

U.O.: 3162 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

REALIZAÇÕES
Parte do montante dos valores decorrentes das emendas parlamentares estaduais foram direcionados para o Programa Dinheiro Direto no Câmpus – PROCAMPUS, objeto da Lei Estadual n. 20.028 de 05 de abril de 2018, conforme estabelecido na Portaria n. 1.236/2020 – UEG SEI 000017137268 (202000020014172).
A parte remanescente foi alocada da seguinte forma:
- Processo 202000020009872 - Aquisição de equipamentos de som e de videoconferência para melhorar a estrutura do Campus Sudoeste – Quirinópolis;
Processo 201700020007948 – cujo objetivo é a transferência de recursos para o financiamento na implementação de ações para execução do Projeto de Pesquisa - Efeito do diluente nas características estruturais e fisiológicas do espermatozoide e sua fertilidade in vivo e in vitro em bovinos – desenvolvido no Campus Oeste - São Luís de Montes Belos;
- Processo 202000020009750 - Aquisição de mobiliário de escritório para atender as necessidades administrativas e acadêmicas do Campus Oeste - São Luís de Montes Belos;
- Processo 202000020013259 - Aquisição de divisórias em MDF para melhorar a estrutura do Campus Sudoeste – Quirinópolis.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Pedro Henrique Ramos Sales

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, se faz responsável pela execução da política estadual de transporte e obras públicas, compreendendo a realização de obras civis e de infraestrutura; a administração de aeródromos; permissão ou concessão de uso das faixas de domínio; diretrizes de fiscalização operacional, estrutural e administrativa das vias públicas sob sua administração.

2.2 Legislação
Lei 13.550/1999; Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015, que aprova o regulamento da AGETOP e dá outras providências, além do Decreto nº 8.954, de 23 de maio de 2017, que altera este. Lei nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019, que altera a nomenclatura da Agência, e esta passa a se denominar GOINFRA; Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019 e- Lei nº 20.820, de 04 de agosto de 2020 - Altera a Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Os aspectos gerais da gestão no ano de 2020, nesta autarquia, se detêm ao atendimento das necessidades e interesse público, com a execução de obras civis e de infraestrutura, além da fiscalização de vias públicas sob sua administração, identificação das necessidades e determinação das diretrizes de fiscalização operacionais, estruturais e administrativas, imprescindíveis ao desenvolvimento e crescimento econômico do Estado de Goiás, levando sempre em consideração o objetivo institucional, no âmbito do governo estadual.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
A cargo do que versa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para o planejamento nos atentamos à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que nos aponta as prioridades do governo, estabelecendo parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, LOA, e garantindo, dentro do possível, a realização das metas e objetivos do Governo do Estado contemplados no Plano Plurianual - PPA.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Controlamos cada diretriz do PPA sob responsabilidade da GOINFRA, através
do Sistema de Gestão NOVO SIPLAM - Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual, com a vinculação de um ou vários produtos a cada liquidação de despesa específica realizada por esta autarquia. Relatórios podem ser disponibilizados, conforme necessidade, pelo sistema em questão e, desta forma, os programas e ações da Agência e de qualquer outra entidade do Estado, apresentam transparência e eficiência mas sobretudo, resultados, que auxiliam e direcionam a gestão.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1003 - CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE
AÇÃO: 2004 - INFRAESTRUTURA CIVIL SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

REALIZAÇÕES
A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) foram finalizadas as obras do ginásios de esportes da Vila Propício, os serviços da rede de água pluvial do presídio de Águas Lindas de Goiás; a ampliação e adequação da sede do DETRAN, no Município de Goiânia; a demolição do ginásio de esportes do Colégio Alcides Jubé, na cidade de Goiás; a implantação da iluminação pública na Rodovia GO-521, desde a entrada BR-040 até a entrada do Bairro Morada das Graças e em toda a Orla do Lago do Município de Cidade Ocidental; a construção do Centro de Atendimento ao Candidato VAPT-VUPT do DETRAN, com pista de provas de direção e CETRAN, no Autódromo Internacional de Goiânia. Além da retomada de várias outras as obras, como a adequação da Praça de Esportes do Setor Pedro Ludovico em Goiânia e a reforma dos Centros de Atendimentos Socioeducativos - CASE's de Luziânia e Formosa.

OBSERVAÇÕES
A ação de Infraestrutura Civil Sustentável visa atender ao Programa Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana Eficientes, com a ampliação, construção e adequação de próprios públicos. Os serviços serão executados em várias cidades pela Diretoria de Obras Civis - DOC e englobam obras em praças, hospitais, presídios, ginásio de esportes,
passarelas, unidades de saúdes, dentre outras.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1036 - TRÂNSITO SEGURO
AÇÃO: 2125 - POLICIAMENTO PREVENTIVO, REPRESSIVO, FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA VIÁRIA.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

REALIZAÇÕES
A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, através de um Termo de Cooperação com a Secretaria de Segurança Pública - SSP e Polícia Militar do Estado de Goiás, mantém 36 postos do Comando da Polícia Militar Rodoviária - CPMR, ficando a cargo desta Agência a aquisição dos etilômetros, fornecimento dos tablets, e o fornecimento dos demais recursos materiais necessários à prestação do serviço público (tais como água, energia, telefone e internet). Foram disponibilizadas 70 viaturas tipo STATION WAGON, equipadas com sinalizador acústico, visual e plotagem, e rádio transceptor para uso portátil, destinados ao policiamento militar rodoviário do Estado de Goiás; através de locação, com toda a manutenção já incluída além da disponibilização de combustível.
51,6 km de rodovias duplicadas são videomonitorados, Goiânia/Bela Vista, Goiânia/Aparecida de Goiânia, Goiânia/Senador Canedo, Goiânia/Trindade, o que traz mais segurança para o usuário.

OBSERVAÇÕES
A ação Policiamento Preventivo, Repressivo, Fiscalização e Segurança Viária é uma prioridade governamental, sendo parte do programa TRÂNSITO SEGURO. Sua implementação irá melhorar diretamente as condições de
segurança e de transporte da região contemplada, incrementando os indicadores relacionados da gestão estadual.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1041 - ROTAS DA PRODUÇÃO E DO TURISMO
AÇÃO: 2139 - CONCESSÃO RODOVIÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

REALIZAÇÕES
não houve realização

AÇÃO: 2140 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA, SUAS OBRAS DE ARTES, E AERÓDROMOS ESTADUAIS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3180 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE TRANSPORTE - FCT
3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

REALIZAÇÕES
Por ser uma atividade contínua a GOINFRA realizou a manutenção de 9.423,9 KM de rodovias NÃO-PAVIMENTADAS e 12.033,40 KM de rodovias PAVIMENTADAS. Para as rodovias não pavimentadas foram realizados os serviços reconformação da plataforma, revestimento primário descontínuo e manutenção, além dos serviços de revestimento primário contínuo, terraplenagem, restaurações de bueiros, recuperações de erosões e aterros, reparo de balsas (10 un.), manutenção do sistema de drenagem e substituições de pontes de concreto (4un.), recuperação de pontes de madeira e mistas (20 un.).Nas rodovias pavimentadas foram realizados os serviços de manutenção da faixa de domínio, intervenções em segmentos no leito estradal, tais como reparos localizados, roçagem, limpeza de elementos de drenagem, revitalizações pontuais, intervenções em 14 bueiros e manutenções de 11 aeródromos. Manteve-se o Gerenciamento de Tráfego Rodoviário de Cargas e Passageiros e as equipes de plantão em todas as regiões goianas para atender as emergências.

OBSERVAÇÕES
A ação de Manutenção da Malha Viária visa atuar nos 21.867,70 km da malha rodoviária goiana. São executados, pela Diretoria de Manutenção – DMA, serviços de manutenção, sinalização e restauração de rodovias, buscando melhoria na segurança e qualidade no escoamento da produção e no fluxo de turistas no Estado. Também estão contemplados os serviços das Supervisoras que se justificam por aprimorar o suporte técnico e o controle tecnológico das obras previstas. Dessa maneira, essa ação se faz fundamental no desenvolvimento econômico de Goiás, ofertando um sistema logístico de transporte eficaz, sobretudo para produtos advindos da indústria e agropecuária.

AÇÃO: 2141 - PAVIMENTAÇÃO DA MALHA VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE SUAS OBRAS DE ARTES, E AERÓDROMOS ESTADUAIS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3180 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE TRANSPORTE - FCT
3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

REALIZAÇÕES
Construção de uma ponte sobre o Rio Santa Maria, localizado na rodovia GO-236, trecho Alvorada do Norte / Flores de Goiás, finalização de três bueiros, dois na GO -060 km174 e km 207, e um na GO-080 km 133 (Jaraguá/ Artulândia) e a elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica da rodovia GO-591, trecho: Cabeceiras/div. GO/MG, GO.132, trecho: Colinas do Sul/Minaçu e GO-080 techo: Trevo da BR-153 (Jaraguá/Aratulândia). Realizou também a solicitação da homologação do aeroporto de Santa Helena de Goiás.

OBSERVAÇÕES

A ação Pavimentação da Malha Viária visa atuar em trechos prioritários da malha rodoviária goiana, através da Diretoria de Obras Rodoviárias - DOR, executando serviços de implantação, pavimentação e sinalização rodoviária, buscando melhorias na segurança e qualidade no escoamento da produção e no fluxo de turistas no Estado. Também estão contemplados os serviços das Supervisoras que se justificam por aprimorar o suporte técnico e o controle tecnológico das obras previstas . Dessa forma, essa ação se faz fundamental no desenvolvimento econômico de Goiás, garantindo um sistema logístico de transporte eficiente para a indústria e agropecuária.

AÇÃO: 2142 - RECONSTRUÇÃO DA MALHA VIÁRIA, SUAS OBRAS DE ARTES, E AERÓDROMOS ESTADUAIS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA
3180 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE TRANSPORTE - FCT

REALIZAÇÕES
Restauração e recuperação da GO.060, Trecho: Iporá / São Luis dos Montes Belos / Firminópolis,

OBSERVAÇÕES
A ação Reconstrução da Malha Viária visa atuar em trechos prioritários da malha rodoviária goiana, através da Diretoria de Obras Rodoviárias - DOR, realizando serviços restauração de rodovia e semi-implantação de rodovias
não pavimentadas, buscando melhorias na segurança e qualidade no escoamento da produção e no fluxo de turistas no Estado. Também estão contemplados os serviços das Supervisoras que se justificam por aprimorar o
suporte técnico e o controle tecnológico das obras previstas .

AÇÃO: 2143 - SEGURANÇA RODOVIÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

U.O.: 3163 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA
3180 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE TRANSPORTE - FCT

REALIZAÇÕES
Foi paga a iluminação das rodovias que ainda eram de responsabilidade da GOINFRA, e realizou a reforma da Sala de Controle de Segurança Viária na Sede.

OBSERVAÇÕES
A ação de Segurança Rodoviária visa garantir aos melhoria na fiscalização rodoviária para garantir
segurança e proteção ao usuário da malha rodoviária goiana; a implementação melhora diretamente as condições de segurança e de transporte da região contemplada, incrementando os indicadores relacionados da gestão estadual.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

RENE POMPEO DE PINA

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Exploração de serviços de distribuição e exploração de gás natural, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, podendo participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objetivo social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades.

2.2 Legislação
Lei n° 13.641, de 09 de junho de 2000 (Lei de Criação da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – Goiasgás), alterada pela Lei n° 14.908, de 09 de Agosto de 2004.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O Governo do Estado de Goiás sancionou, em 09/06/2000, a Lei n° 13.641, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Agência Goiana de Gás Canalizado S.A., uma empresa de economia mista. A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do ESTADO DE GOIÁS que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo, como variável chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, consolidado na Goiasgás, buscou conciliar o preceito constitucional – que estabelece como de competência dos Estados membros da Federação a distribuição de gás canalizado – com a necessidade de se promover uma gerencia empresarial para a distribuição de gás natural e com uma solução que contempla as limitações dos recursos do tesouro nos Estados.
Ações empresariais e principais desafios: as questões afeitas à logística de transporte do gás natural vêm sendo avaliados em profundidade com os agentes do setor no país, com uma mobilização de esforços, como é sabido, que conta, com a ação de todos os sócios da Goiasgás, incluindo o Governo do Estado de Goiás, que tem feito gestões junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e ANP, no sentido de buscar apoio para iniciativa de se construir um gasoduto de transporte a partir do Gasoduto Bolívia Brasil – GASBOL, até o Estado de Goiás. Pelo fato de não existir a distribuição de gás natural canalizado no Estado de Goiás, a Companhia buscou no ano de 2006 uma alternativa para viabilizar a distribuição do gás natural em Goiás, através do gás natural liquefeito – GNL. Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás LTDA - GÁSLOCAL, em Novembro de 2006 o Estado de Goiás, passou a contar com uma nova matriz energética, iniciando a distribuição de gás natural no Estado, no entanto, o contrato de compra e venda de gás natural entre as partes se encerrou em novembro de 2018 e o mesmo não foi renovado. Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito a GOIASGÁS, avançou significativamente no processo de desenvolvimento de Projetos de Gás Natural de Origem Renovável – Biometano, a partir da vinhaça da cana de açúcar, resíduos orgânicos industriais e de resíduos de animais.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- Definição do plano de trabalho para o desenvolvimento do projeto Técnico e Econômico para a produção e distribuição de Biometano em Anápolis;
- Termo de Confidencialidade assinado com um Grupo Alemão para a viabilizar uma planta de gás natural através de vinhaça e resíduos agroindustriais em local a definir;
- Assinatura do Protocolo de Intenções para a compra de gás natural através do BIOGNL produzido no Estado de São Paulo.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
-Expansão da rede de distribuição de gás natural canalizado para o segmento veicular;
-Retomar a comercialização do gás natural canalizado para o segmento veicular;
-Implantação da rede de distribuição de gás natural canalizado para o segmento industrial;
-Implantação das plantas de produção e distribuição de Biometano.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1029 - MATRIZ ENERGETICA DE GOIÁS
AÇÃO: 3035 - GÁS NATURAL EM GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3190 - AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A - GOIÁSGÁS

U.O.: 3190 - AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S/A - GOIÁSGÁS

REALIZAÇÕES
O projeto para a comercialização de gás natural para a Indústria continua em andamento, ainda não foi concluído.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

HIPOLITO PRADO DOS SANTOS

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Fortalecer a gestão pública e o desenvolvimento econômico e social por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao Governo do Estado de Goiás.

2.2 Legislação
A GOIÁS TELECOM é uma empresa de sociedade de economia mista estadual subsidiária de capital autorizado ("Sociedade"), criada como Celg Telecom, em 18/04/2008, através da lei nº 16.237/2008, CNPJ: 10.268.439/0001-53, apta a explorar os serviços no mercado de tecnologia da informação e comunicação, tendo todas as licenças e outorgas na ANATEL de SCM – LICENÇA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Goiás Telecom criada em 18 de abril de 2008 com vista a atender as demandas do Estado e ser uma empresa estratégica no que tange a Tecnologia da Informação.
Com um anel de fibra óptica de 614 km, a GT dispõe de uma infraestrutura que pode atender o Estado em diversas regiões, inclusive as mais remotas e menos interessantes comercialmente para a iniciativa privada. Sediada em Goiânia está apta para atender o mercado privado e o Estado.
Desde sua criação, com 12 anos de existência, ainda não havia iniciado a operação efetivamente. Em 2019, na gestão atual, foi implementado várias ações para que a mesma desse início as atividades para o fim a qual foi constituída.
A estruturação da empresa se deu em grande parte por uma teimosia, crença e absoluta determinação em apostar no potencial que a GT dispõe para oferecer ao mercado. O momento que vivemos é quase impositivo entender que a tecnologia é certamente o que o mercado em todos os segmentos tem a demandar para continuidade dos negócios e convivência social. Está amplamente divulgado a demanda que a sociedade mundial tem buscado por serviços tecnológicos para continuar a "vida", tanto no que tange ao trabalho, home office, por exemplo, bem como o entretenimento, que hoje, por conta da imposição restritiva que o COVID estabeleceu e que continua promovendo, e que pelo que se mostra, num horizonte de médio e longo prazo, a necessidade de cuidados que obrigará a sociedade estar muito mais "in que out" no dia a dia, tanto em relação ao trabalho como na família.
Fato é que a demanda de conectividade que já vinha crescendo de forma acelerada, agora, passa a ser exponencialmente demandada no mundo, e isso não é diferente em nosso Estado. Esse crescimento exige investimento por parte dos fornecedores e que certamente ao fazê-lo, repassará esses custos de expansão ou atualização tecnológica ao consumidor final. Isso, obrigará aos consumidores, pessoa física e jurídica a pagar mais pelos serviços contratos e/ou para manter seus contratos, ou ainda para aquisição de maiores velocidades, atendendo assim o maior número de aplicativos e uso dos equipamentos que exigem conectividade no dia a dia da sociedade, tanto no setor privado como público. Esse cenário valoriza mais e mais a infraestrutura que a Goiás Telecom dispõe para oferecer, principalmente ao Estado, tanto na velocidade de atendimento as demandas atuais e futuras, como na economia dessa contratação, pois dispomos de condições diferenciadas em nosso portifólio. Outro ponto interessante, que pode fortalecer muito a operação, tanto do ponto de vista da relação Estado cliente e Estado fornecedor (o Estado é o maior acionista da GT), é ter a Goiás Telecom como a empresa como principal fornecedora na redundância, o que efetivamente já foi comprovada sua capacidade técnica em atender, tanto na agilidade, estabilidade dos serviços prestados, com baixíssimo índice de ocorrências, quase zero. Provando assim, tanto aqui na capital como no interior, a capacidade de atendimento nas demandas "emergências" (não programadas), feitas pelo Estado, oferecendo total condição de atender as políticas públicas no segmento que estamos inseridos.
A empresa se encontra na fase inicial de suas operações, ainda dependendo do estado para cumprimento de suas obrigações legais e de custeio, mas com possibilidade no médio e curto prazo sair desse cenário, tendo em vista as oportunidades comerciais que vem sendo implementada pela alta direção.
Missão - Ser o fornecedor de soluções tecnológicas do Estado de Goiás para setor público através de inovação, com tecnologia de ponta, processos claros e eficientes, transparência e Ética.
Visão - Ser uma organização de destaque nacional em constante crescimento, reconhecida pela excelência no relacionamento com seus parceiros e clientes, alcançando resultados altamente inovadores e eficazes.
Valores -
• Consciência que o trabalho pode sempre ser feito da melhor maneira em prol dos clientes;
• Dedicação à administração pública direta e indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista), beneficiando toda população goiana;
• Foco na inovação, que impactará positivamente nos negócios dos clientes e na vida da população;
• Ética, responsabilidade e confiabilidade na prestação de nossos serviços.
VISÃO GERAL
A empresa se encontra na fase inicial de suas operações, ainda dependendo do estado para cumprimento de suas obrigações legais e de custeio, mas com possibilidade no médio e curto prazo sair desse cenário, tendo em vista as oportunidades comerciais que vem sendo implementada pela alta direção.
VISÃO JURÍDICA
No aspecto jurídico a empresa está apta para venda no mercado privado, mas no setor público algumas restrições legais ainda impedem a venda direta sem licitação. Embora que um parecer pode possibilitar o Estado uma economia e agilidade no fornecimento dos serviços hoje atendido pela iniciativa privada.
VISÃO FINANCEIRA
Ainda depende de subsídios do governo até que consiga um desenvolvimento das atividades necessárias para uma independência. A expectativa é que a curto prazo se obtenha as condições predefinidas para um avanço na receita prevista oriunda da iniciativa privada.
Forças - empresa do Estado, Capacidade Técnica, Estrutura Disponível, Agilidade no Atendimento, Inclusão Digital – Regiões Norte e Noroeste

Fraquezas - Natureza da Operação, Baixo Capital para aumento do portifólio, Dependência de Contrapartida do Estado
Oportunidades - Contratação Imediata, Foco no Governo, Alta Qualidade, Redução de Custo
Conectividade – Inclusão Digital
Ameaças - Recursos para Investimentos, Atrasos na Contrapartida, Aumento de verba para custeio
Em 2020 a Goiás Telecom implantou como degustação a conectividade aos órgãos estaduais: Saneago, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás, Agência Goiana de Habitação, Organização das Voluntárias de Goiás, TV Brasil Central, Secretaria Estadual da Saúde e Batalhão Rural,
A empresa ACESS - Conct Pesquisa e Cobrança, que é a prestadora de serviços de call center da SANEAGO, contratou os serviços da Goiás Telecom para execução de seus serviços.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento Estratégico
Busines Plan

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Nº de munícipios atendidos - 17
Nº de órgãos implantados - 7

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1003 - CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE
AÇÃO: 3007 - INCLUSÃO DIGITAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3191 - GOIÁS TELECOM

U.O.: 3191 - GOIÁS TELECOM

REALIZAÇÕES
Considerando as situações de definição orçamentária do Estado a Goiás Telecom teve suas atividades restritas a execução de obras e serviços por meio de convênios, aguardando uma definição do governo do Estado quanto ao sistema operacional a ser adotado a partir de 2021. Independentemente desse cenário 32 municípios foram atendidos além da revisão e inclusão de novos eixos que redundarão na necessidade de alteração do Plano Plurianual 2020-2024.
Informamos ainda que atualmente a Goiás Telecom está presente em 160 municípios goianos, dos quais 17 são executados com fibra ótica própria e os outros 143 realizados através de parcerias.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

PAULO CÉSAR REIS

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Explorar a operação de serviços de transporte coletivo de passageiros, de característicos urbanos, em municípios, aglomerados urbanos e áreas metropolitanas

2.2 Legislação
Lei estadual nº 13.049/1997 de 16/04/1997
Lei estadual nº 13.086/1997 de 19/06/1997
Lei estadual nº 15.047/2004 de 29/12/2004
Lei estadual n.º 15.516 de 05/01/2006
Lei estadual n.º 16.118 de 04/09/2007
Lei estadual n.º 15.346/2005 de 14/09/2005
Lei 15.047 de 29/12/2004
Decreto n.º 8.676 de 23 de junho de 2016
Lei Estadual n.º19.217 de 11/01/2016
Lei Estadual n.º 19.283 de 04/05/2016
Decreto n.º 8.749 de 12/09

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
- Ações impactantes
3.1.1. – Ação de Melhoria da Infraestrutura de transporte do Eixo Anhanguera
3.1.1.1. Manutenção do Pavimento e da Estrutura de Segregação do Eixo Anhanguera
Manutenção - A manutenção do pavimento asfáltico da pista exclusiva de ônibus bem como a manutenção/Conservação da Estrutura de Segregação do Eixo Anhanguera foram realizados nos 14 Km do Eixo Anhanguera pelo Consórcio Operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Grande Goiânia – Consórcio RedeMob, entidade de direito privado à qual a Metrobus está integrada. Essa atividade, basicamente, consistiu na realização de operação tapa-buraco com massa asfáltica (CBUQ+Emulsão) e substituição de materiais da estrutura de segregação da pista de ônibus (tubos, grades e totens de concreto) ao longo do eixo.
3.1.1.2 Manutenção / Conservação dos Terminais de Integração de Passageiros e Estações do Eixo Anhanguera
• Terminal Padre. Pelágio
a) Serviço de limpeza do terminal, manutenção das instalações físicas; manutenção e conservação dos gramados
b) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias
c) Revitalização da sinalização horizontal, inclusive faixas de pedestres
d) Limpeza e recuperação das valas de esgoto;
e) Revisão nas instalações e troca de lâmpadas elétricas do terminal;
f) Limpeza da caixa d'água e da fossa séptica;
g) Serviço de poda nas plantas do jardim e área interna do terminal;
h) Irrigação das plantas e jardins;
• Terminal Dergo
a) Serviço de limpeza e conservação do terminal, manutenção e conservação dos gramados;
b) Revitalização da sinalização horizontal no acesso ao aterminal
c) Reparos nos banheiros;
d) Manutenção de bebedouros;
e) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias;
f) Manutenção de bebedouros;
g) Troca de calhas danificadas
01 - MEOBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS
• Terminal da Praça A
a) Serviço de limpeza e conservação do terminal;
b) Manutenção e conservação dos gramados;
c) Pintura de grades metálicas;
d) Reparo e pintura em banheiros;
e) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias;
f) Serviço de poda nas plantas do jardim e área interna do terminal;
g) Irrigação das plantas e jardins;
• Terminal Praça da Bíblia
a) Serviço de limpeza e conservação do terminal;
b) Manutenção e conservação dos gramados;
c) Pintura da grade metálica e paredes;
d) Pintura de sinalização horizontal;
e) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias;
f) Construção de banheiros para os funcionários;
• Terminal Novo Mundo
a) Serviço de limpeza e conservação do terminal, manutenção e conservação dos gramados;
b) Reparos em banheiros;
c) Revisão nas instalações elétrica e hidrossanitárias;
d) Serviço de poda nas plantas do jardim e área interna do terminal;
e) Irrigação das plantas e jardins;
f) Instalação de equipamentos de segurança

• Estações de Embarque / Desembarque
a) Serviço de limpeza e conservação das estações
b) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias;
3.1.2.Rede de Conectividade para os usuários do Eixo Anhanguera
A Rede de Conectividade para os usuários do Eixo Anhanguera tem o objetivo de tornar os serviços da Metrobus mais atrativos para os usuários do sistema de transporte da RMG.
Esta Rede será implantada após a implantação do novo sistema de bilhetagem através do Consórcio RedeMob por meio Consórcio Operacional integrado por todas concessionárias da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos, Consórcio RedeMob, que tem por objeto a consecução das obrigações acessórias previstas nos contratos de concessão firmado pelas concessionários com o órgão Gestor da Rede de Transporte Coletivo
b) Revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
• Contrato de Concessão de Serviços de Transporte firmado entre a Metrobus e a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo, onde constam ações a serem desenvolvidas pela entidade com os respectivos prazos de realização;
• Plano de Ação com metas definidas pela Diretoria Executiva
• Programa de Compliance Público
• Programa Goiás de Resultados

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
I. Fator de Cumprimento de Viagem
II. Fator de Pontualidade Operacional
III. Passageiros Transportados/Mês:
IV. Índice de Passageiros por Quilômetro – IPK

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1003 - CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE
AÇÃO: 3003 - AÇÃO DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DO EIXO ANHANGUERA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3193 - METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS

U.O.: 3193 - METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS

REALIZAÇÕES
A execução, mesmo que parcial desta ação de melhoria da infraestrutura de transporte do Eixo Anhanguera já apresenta resultados satisfatórios no que diz respeito a segurança dos usuários no momento do embarque nas estações. No período de janeiro a agosto não há rsgistro de queda de passageiros nas rampas de acessos às estações de embarque. Este resultado positivo só foi alcançado em face da emplantação de Guarda Corpos nas rampa das estações de maior fluxo de passageiros, produto 11063

OBSERVAÇÕES
O isolamento social em decorrência da pandemia do Covid-19 provocou impactos diretos na demanda de transporte e na receita da Metrobus. Os custo com a operação se mantiveram nos mesmo patamares anterior a pandemia, uma vez que a empresa não reduziu a quantidade de veículos em operação, em face da determinação governamental de reduzir a lotação dos ônibus. A queda da receita e a manutenção dos custo com a operação inviabilizou a entrega dos demais produtos previstos nesta ação

AÇÃO: 3004 - REDE DE CONECTIVIDADE PARA OS USUÁRIOS DO EIXO ANHANGUERA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3193 - METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS

U.O.: 3193 - METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A - METROBUS

REALIZAÇÕES
Os estudos técnicos para implantação da rede de conectividade nos ônibus, terminais e estações do Eixo Anhanguera não foram realizados até o mês de agosto.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Lucas Fernandes de Andrade

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A AGEHAB tem a finalidade de implementar e executar as políticas, programas e ações voltadas ao direito de habitação, bem como a regularização fundiária, especialmente da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades.

2.2 Legislação
Lei nº 14.542/03, que autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas a construções vinculadas ao Programa Habitar Melhor e dá outras providências;
Lei nº 16.559/09, que autoriza a concessão de subsídio complementar expresso em "Cheque Moradia", na situação que especifica, relativo ao Programa Habitar Melhor;
Decreto nº 7.419/11, que regulamenta a Lei nº 14.542/03;
Lei nº 17.545/12, que dispõe sobre a Regularização Fundiária.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A gestão está marcada pela busca incessante da redução do déficit habitacional do Estado e da retomada de obras paralisadas com o objetivo precípuo de levar moradia digna e de qualidade para as famílias de baixa renda em todo o Estado. Ademais, promovemos a construção e a reforma de equipamentos comunitários, que são espaços de integração e convivência social, consequentemente, possuem o caráter preventivo e de minimização dos efeitos de vulnerabilidade social.
Na construção de unidades habitacionais temos realizados parcerias com Municípios, Organizações da Sociedade Civil e Construtoras. Entregamos aos cidadãos goianos 2.255 unidades habitacionais em 10 Municípios Goianos.
Também, entregamos a população do nosso Estado 06 equipamentos comunitários, sendo Conselhos Tutelares, Creche e Sala de Velório e 1.663 escrituras entregues.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Para nortear às políticas públicas habitacionais em nosso estado, a AGEHAB se baseia nos Programas do Governo Estadual, os quais estabelecem metas e ações a serem realizadas para a conquista dos objetivos planejados. Nosso planejamento também é efetivado com base no Indicador de Déficit Habitacional e do Índice Multidimensional da Carência das Famílias, ambos do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Para mensurar nosso desempenho, nos casos de construção e reforma de unidades habitacionais utilizamos o Déficit Habitacional do Instituto Mauro Borges (IMB) e número de famílias beneficiadas.
Já para construção e reforma de equipamentos comunitários utilizamos os seguintes indicadores: a demanda local, a necessidade do equipamento solicitado e a efetividade no atendimento de toda a comunidade.
Na Regularização Fundiária, usamos com indicador: quantitativo de escrituras entregues e imóveis regularizados.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1032 - MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA
AÇÃO: 2114 - EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

U.O.: 3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

REALIZAÇÕES
Ressaltamos, que construímos e reformamos equipamentos comunitários que levam lazer, cultura, educação, esporte e diversão as comunidades locais do Estado. Os equipamentos comunitários são construídos para o atendimento de toda os cidadãos como forma de socialização, integração e geração de lazer.
Foram entregues 06 equipamentos comunitários em 05 municípios.

AÇÃO: 2115 - GOIÁS ESCRITURAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

U.O.: 3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

REALIZAÇÕES
A AGEHAB juntamente com a Secretaria de Estado da Administração - SEAD e Procuradoria Geral do Estado – PGE trabalharam na elaboração da Nova Lei de Regularização Fundiária do Estado que veio desburocratizar o procedimento e acrescentou mais um instrumento de regularização a legitimação fundiária.
Com firme propósito de levar o título de propriedade ao cidadão goiano que aguardava há anos a consolidação de sua propriedade entregamos 1.663 escrituras em 04 Municípios Goianos.

AÇÃO: 2116 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

U.O.:

3194 - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

REALIZAÇÕES

A AGEHAB através de uma gestão inovadora tem fortalecido sua rede de parcerias com os Municípios, Governo Federal, Construtoras e Organizações da Sociedade Civil. Temos buscado executar as políticas, programas e ações habitacionais, com transparência e celeridade atingindo a população vulnerável e retomando inúmeras obras paralisadas.

Neste sentido, entregamos 2.255 unidades habitacionais em 10 Municípios Goianos levando dignidade e melhores condições de habitabilidade.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Antônio Carlos de Souza Lima Neto

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Formular e executar políticas públicas voltadas à agricultura, pecuária e abastecimento: políticas de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, sanidade animal e vegetal, promover a regularização fundiária, otimizar o abastecimento de alimentos, planejar e supervisionar os projetos de irrigação de interesse do Estado de Goiás. Enfim, promover a competitividade do agronegócio goiano em sinergia com as demandas do setor, desde a produção até a comercialização.

2.2 Legislação
LEI Nº 20.491, DE 25 DE JUNHO DE 2019;
LEI Nº 20.417, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019;
DECRETO Nº 9.569, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
No exercício de 2020 teve início a implantação do PPA 2020 – 2023. No referido PPA foram atribuídas diversas ações que impactam o desenvolvimento do Estado de Goiás, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA.
Apesar dos desafios enfrentados em 2020, o agro não parou as atividades e mostrou sua força para a retomada econômica de Goiás.
Foram aprovadas 56 cartas consulta do FCO, em um total de R$ 43,8 milhões, com expectativa de geração de 75 novos empregos diretos no Estado de Goiás. O montante deve contemplar produtores de pequeno e pequeno-médio porte.
As cartas aprovadas foram apresentadas por produtores de 32 municípios, com destaque para Rio Verde, Bom Jesus de Goiás, Mineiros, Orizona e Paraúna. O objetivo maior do Conselho do FCO é contemplar os produtores que mais precisam, fomentando a geração de renda em todas as regiões do Estado.
Houve também entrega do Selo Arte para Queijarias Artesanais - A Seapa e a Agrodefesa, em conjunto com representantes da cadeia produtiva do leite e instituições ligadas à agropecuária, se mobilizaram para ampliar a produção de queijos artesanais e gerar oportunidades na retomada econômica de Goiás. A estratégia foi a efetivação da política pública do Selo Arte, criada pelo Mapa e regulamentada pela Agrodefesa, com foco em regularização de estabelecimentos, segurança dos alimentos e desenvolvimento da economia local por meio da agroindustrialização.
A ação culminou na entrega da habilitação de 3 plantas para a produção de queijos artesanais em 03/10/2020, e as equipes seguem acompanhando mais de 20 projetos em tramitação e em desenvolvimento, mapeando as potencialidades regionais do Estado de Goiás.
Tivemos a elaboração Manual de Boas práticas para funcionamento de feiras considerando a essencialidade das feiras livres para o abastecimento da população e renda dos pequenos produtores, o Manual foi produzido para auxiliar os feirantes e os consumidores em relação aos procedimentos a serem adotados nas feiras livres de hortifrutigranjeiros durante a pandemia da Covid-19. Além da cartilha, servidores da Seapa reforçaram os esclarecimentos durante visitas realizadas às feiras livres, onde acompanharam a montagem das mesmas. Garantiu-se assim, o afastamento das barracas e a aplicação das orientações de higiene e de distanciamento social, bem como a possibilidade de realização das mesmas em formatos mais seguros, como o drive-thru. A iniciativa “Feira Segura” foi reconhecida internacionalmente, sendo apresentada em publicação da Associação Norte-Americana de Funcionários dos Transportes das Cidades (Nacto, da sigla em inglês) como uma das estratégias para a mitigação do risco de contaminação pelo coronavírus.
Foi realizado um evento on-line em comemoração à Semana da Agricultura Familiar. A programação virtual contou com conteúdo técnico e informativo e foi transmitida pelo canal do Youtube da Seapa. O evento ocorreu de 20 a 24 de julho e, dentre os temas abordados, destacaram-se a comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Selo Arte, boas práticas na produção de leite, manejo de pastagem, produção de camarão em água doce, regularização fundiária, irrigação e o acesso ao crédito rural.
A Seapa efetivou a entrega de bens à Prefeitura de Uirapuru por meio do Contrato de Repasse nº 0326493-51/2010/MDA/CAIXA (projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário”). Os itens entregues beneficiarão a Escola Família Agrícola do município, equipando sua cozinha e provendo aos estudantes que residem na mesma mais conforto durante sua capacitação. O município se destaca por sua expressiva quantidade de estabelecimentos de agricultura familiar e tem na instituição uma aliada na capacitação dos jovens, promovendo o desenvolvimento econômico e social das famílias camponesas.
Foram entregues freezer horizontal, refrigerador, liquidificador industrial, forno elétrico, fogão industrial e cilindro para massa industrial, adquiridos com recursos do Convênio nº 735609/2010, no valor total de R$ 9.209,80. Mais informações podem ser obtidas no Processo SEI 202017647000817.
Foram entregues 9 distribuidores de calcário, por meio do Contrato de Repasse 1021470-61 / Convênio: 814074/2014. Os equipamentos possibilitarão a correção da acidez do solo, melhorando a produtividade e aumentando a renda dos produtores dos municípios de Nova Crixás, Araguapaz, Britânia, Mundo Novo, Faina, Matrinchã, Uirapuru, Crixás e Aruanã.
Em prol do bem estar da sociedade Goiana durante a pandemia em 2020 foram entregues cestas básicas à famílias de assentamentos e acampamentos rurais. Como ação integrante da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, a Seapa viabilizou, conjuntamente com a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), o Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), a entrega de 256 toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social de 287 assentamentos e acampamentos localizados em 91 municípios.
Alavancamento da psicultura através da doação de 32 tanques-rede e alevinos de tilápia para 11 famílias que integram a Associação de Aquicultores do Parque Aquícola Conquista (AAQUIPAC) de Minaçu, na região Norte do Estado, com o objetivo de incentivar a atividade dos pequenos produtores da região, apoiando famílias rurais em situação de vulnerabilidade social. Ação faz parte do programa O Agro é Social, desenvolvido por meio de parceria entre Seapa, Emater e Gabinete de Políticas Sociais.
Trabalho conjunto com cervejaria valoriza APL da mandioca goiana. O Governo de Goiás e a Ambev (multinacional do setor de bebidas) assinaram no dia 4 de agosto Protocolo de Intenções para fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca. A empresa vai criar uma marca de cerveja goiana a partir da fécula da mandioca, como parte das ações de fortalecimento da economia, geração de emprego e

renda no Estado.
Mais de 220 toneladas de mandioca, matéria-prima da bebida, foram adquiridas pela Ambev de agricultores familiares. Parceria que gerou emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social.
Publicação mensal do Boletim de Mercado do Setor Lácteo Goiano. O índice é publicado mensalmente pela Seapa, em parceria com Instituto Mauro Borges (IMB), a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e o Sindicato das indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite) e leva em consideração os preços recebidos pela indústria no mercado atacadista. As publicações podem ser facilmente encontradas pelo público em: https://www.agricultura.go.gov.br/informativos/boletimdo-setor-l%C3%A1cteo.html.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Cadeia de Valor, Plano Estratégico, Câmara Temática para levantamento de demandas e Banco de Projetos.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Percentual de Recursos Deliberados - FCO;
Quantidade de Cartas Consulta para Financiamento Deliberada e Aprovada - FCO;
Municípios Beneficiados com a Patrulha Mecanizada;
Quantidade de Informações Georreferenciadas;
Número de Boletins do Agronegócio Disponibilizados;
Número de Títulos de Regularização Fundiária Emitidos;
Quantidade de Cadeias Produtivas Fomentadas.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 3022 - APL RURAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

U.O.: 3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

REALIZAÇÕES
- Doação de 32 tanques-rede e alevinos de tilápia para 11 famílias que integram a Associação de Aquicultores do Parque Aquícola Conquista (AAQUIPAC) de Minaçu com previsão de investimento de 1,8 milhão para fomentar a piscicultura na região.
- Articulação com UEG ações para o APL Lácteo de São Luís de Montes Belos
- Assinatura de Protocolo de Intenções do Governo de Goiás e a Ambev para fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca;
- Publicação mensal do Boletim de Mercado do Setor Lácteo Goiano

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1035 - O AGRO É DE TODOS
AÇÃO: 3042 - GOIÁS RURAL SUSTENTÁVEL E EMPREENDEDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

U.O.: 3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

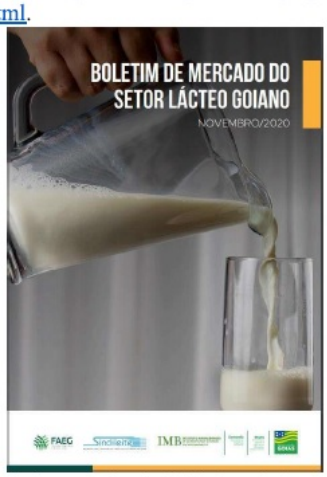
REALIZAÇÕES
- Lançamento do Manual de Orientação para Queijarias Artesanais agregando valor à cadeia produtiva do leite, promovendo segurança dos alimentos e adequação à legislação vigente do Selo Arte.
- Entrega da habilitação de 3 plantas para a produção de queijos artesanais em 03/10/2020, e as equipes seguem acompanhando mais de 20 projetos em tramitação e em desenvolvimento, mapeando as potencialidades regionais do Estado de Goiás.
- Elaboração do Manual de Boas práticas para funcionamento de feiras;
- Assinatura do termo aditivo de recursos ao PAA Estadual. o programa adquire produtos da agricultura familiar e provê alimentação saudável para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, estimulando a economia local por meio de ciclos curtos de comercialização;
- Realizado evento on-line em comemoração à Semana da Agricultura Familiar A programação virtual contou com conteúdo técnico e informativo e foi transmitida pelo canal do Youtube da Seapa. O evento ocorreu de 20 a 24 de julho e, dentre os temas abordados, destacaram-se a comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Selo Arte, boas práticas na produção de leite, manejo de pastagem, produção de camarão em água doce, regularização fundiária, irrigação e o acesso ao crédito rural.
- Identificação das potencialidades da equideocultura goiana. Após demandas levantadas pela cadeia produtiva, a Seapa, em conjunto com Agrodefesa, Mapa e Faeg, instituíram Grupo de Trabalho para ações em sanidade equídea em Goiás, com plano de ação voltado para ações em pesquisa, levantamento de dados e educação sanitária.
- Entrega de bens à Prefeitura de Uirapuru por meio do Contrato de Repasse nº 0326493-51/2010/MDA/CAIXA (projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário”). Os itens entregues beneficiarão a Escola Família Agrícola do município, equipando sua cozinha e provendo aos estudantes que residem na mesma mais conforto durante sua capacitação.
- Houve a reativação da Câmara Temática de Saúde Animal, Inspeção e Defesa Agropecuária objetivando discutir assuntos pertinentes ao setor, promovendo maior entrosamento entre órgãos, as entidades representativas e a sociedade civil. Realizaram-se encontros da Câmara Temática “O Agro é de Todos” para discutir tecnologia e inovação com foco no agronegócio goiano
Projeto “Juntos pelo Agro” atingiu a região Norte do Estado Criado com o objetivo de atender e esclarecer dúvidas da população, conhecer demandas dos cidadãos, e promover o desenvolvimento da agropecuária nos diferentes municípios do Estado, o foi realizado no dia 6 de março no Parque de Exposições Agropecuárias de Porangatu. Foram realizados atendimentos diversos, desde emissão de Declaração de Emissão ao Pronaf (DAP), orientações sobre crédito rural, rastreabilidade vegetal, regularização fundiária, Selo Arte, Guia de Trânsito Animal (GTA), manuseio e descarte de embalagens até oferta de cursos de qualificação profissional. A programação contou também com exposição e feira de produtos e oficinas.

- Entrega de 9 distribuidores de calcário, por meio do Contrato de Repasse 1021470-61 / Convênio: 814074/2014. Os equipamentos possibilitarão a correção da acidez do solo, melhorando a produtividade e aumentando a renda dos produtores dos municípios de Nova Crixás, Araguapaz, Britânia, Mundo Novo, Faina, Matrinchã, Uirapuru, Crixás e Aruanã.
-Foram aprovadas 56 cartas consulta do FCO, em um total de R$ R$ 467,7 milhões aprovados, com expectativa de geração de 75 novos empregos diretos no Estado de Goiás. O montante deve contemplar produtores de pequeno e pequeno-médio porte.
- Implantação de 2 Projetos de Assentamento de Irrigação, parceria com a CODEVASF- PA Bom Sucesso/Santa Cruz e PA Santa Maria do Paranã com Estudos de Viabilidade em andamento, Previsão de entrega em Dez/21
- Está em fase de implantação, a primeira Unidade Demonstrativa de Gestão de Solo e Água do Estado, que será localizada na Estação Experimental Santa Vitória, em Araçu, município a 65 quilômetros da capital.

2. Produto 11178 – CADEIA PRODUTIVA MAPEADA

Publicação mensal do Boletim de Mercado do Setor Lácteo Goiano

O índice é publicado mensalmente pela Seapa, em parceria com Instituto Mauro Borges (IMB), a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e o Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite) e leva em consideração os preços recebidos pela indústria no mercado atacadista. As publicações podem ser facilmente encontradas pelo público em: https://www.agricultura.go.gov.br/informativos/boletim-do-setor-l%C3%A1cteo.html.



Boletim do mês de novembro de 2020, disponível no site da Seapa.

AÇÃO: 3043 - REGULARIZA CAMPO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

U.O.: 3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

REALIZAÇÕES
No ano de 2020 foram realizadas 98 vistorias técnicas e entregues 98 títulos definitivos de domínios de terras.
Foram realizadas reuniões em Teresina de Goiás, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás
O foco de atuação tem sido a região Nordeste do Estado, por ser onde ocorreu a demarcação da maioria das terras públicas goianas, com destaque para os municípios de Alto Paraíso, Nova Roma, São João D'Aliança, Colinas do Sul, Cavalcanti e Teresina de Goiás. Foram entregues títulos também a produtores de outras localidades, como Porangatu e Água Fria de Goiás



Entrega de Títulos Definitivo de Domínio



Reuniões em Teresina de Goiás, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás.

AÇÃO: 3044 - SEAPA É DE TODOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

U.O.: 3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

REALIZAÇÕES

- A Seapa compõe o comitê gestor goiano do Plano Estratégico 2017/2026 do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa, instituído pelo Ministério da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As reuniões periódicas acompanham e desenvolvem ações com foco na melhoria do status sanitário do rebanho goiano, objetivando a retirada da vacinação obrigatória até 2026. Dentre as ações desenvolvidas em 2020, destaca-se o II Fórum Goiás Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, realizado de forma virtual e transmitido gratuitamente pelo canal do Youtube da Seapa
- Houve a reativação da Câmara Temática de Saúde Animal, Inspeção e Defesa Agropecuária objetivando discutir assuntos pertinentes ao setor, promovendo maior entrosamento entre órgãos, as entidades representativas e a sociedade civil. Realizaram-se encontros da Câmara Temática “O Agro é de Todos” para discutir tecnologia e inovação com foco no agronegócio goiano.
- Efetuadas visitas a queijarias e fazendas visando identificar oportunidades de turismo rural e ações estratégicas para desenvolvimento e agregação de valor à cadeia produtiva do leite, levantamento técnico dos fluxos de produção e orientações acerca da legislação vigente;
- Estão previstas para o 1º semestre de 2021reuniões com novos prefeitos e secretários municipais de agricultura



As reuniões periódicas são realizadas predominantemente de forma virtual, respeitando as normas sanitárias para prevenção da disseminação da Covid-19.



Em reunião realizada em 10/03/2020, abordou-se o Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa.



Na edição da região Norte, a ação teve parceria também com a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), Goiás Fomento, Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (Itego), Prefeitura, Vigilância Sanitária e Sindicato Rural de Porangatu.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3200 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

U.O.: 3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

A Seapa tem dado andamento nos processos licitatórios dos equipamentos e mobiliários para o Banco de Alimentos, sendo que já foram adquiridos: forno elétrico,
balança de piso, estrado palete, lixeira container, caixas monobloco, seladora, despolpadora e desidratador; Foi entregue um também furgão tipo Fiorino. No que se refere aos demais itens, foi feita a reprogramação e a aquisição deve ocorrer em 2021.
Tem-se dado andamento nos processos licitatórios dos equipamentos e mobiliários para as Centrais de Recebimento e Distribuição, sendo que já foram adquiridas 910 unidades de palete. No que se refere aos demais itens, foi feita a reprogramação e a aquisição deve ocorrer em 2021.
quanto ao convênio par Gestão do Banco de Alimentos, o Termo de Fomento n° 01/2019 foi prorrogado através do Primeiro Termo Aditivo.
Os programas intitulados "Lavoura Comunitária" e o "Horta Comunitária" atingiram seus objetivos específicos em momentos pretéritos, e que não tiveram atualização. Atualmente, estes foram descontinuados devidos a problemas herdados. Ressalta-se que este não teve continuidade desde o ano de 2019, devido as reformas administrativas do governo estadual, sendo então desenvolvidos novos projetos para atendimento da demanda como: Projeto Feira do Produtor, a Entrega de cestas básicas a famílias de assentamentos e acampamentos rurais e o Projeto de Desenvolvimento Social e Produtivo da Mandioca.

OBSERVAÇÕES

Construção do Banco de Alimentos da CEASA, no município de
Goiânia/GO
Contrato de Repasse Nº 0398.204-69/2012 MDS/CAIXA/SED – Programa Segurança Alimentar e Nutricional (Convênio SICONV nº 774845/2012) - Implantação de Banco de Alimentos por meio de construção de edificação e aquisição de equipamentos e utensílios
Valor destinando a cobrir despesas com o contrato 097/2014, com a firma Arena Engenharia, referente a Edificação do Banco de Alimentos, de
acordo com a Portaria e Autorização de Despesas nº <202004874> de 08/05/2020. RDF 2519, DDO 6330 e PDF 2020320100062

3. Produto 4662 – FAMÍLIA BENEFICIADA COM LAVOURA COMUNITÁRIA

O programa intitulado "**Lavoura Comunitária**" atingiu seus objetivos específicos em momentos pretéritos, e que não tiveram atualização. Atualmente, estes foram descontinuados devidos a problemas herdados. Ressalta-se que este não teve continuidade desde o ano de 2019, devido as reformas administrativas do governo estadual, sendo então desenvolvidos novos projetos para atendimento da demanda.

Os projetos abaixo vêm de encontro ao objetivo social do anterior, valorando a produção do pequeno produtor, gerando renda e redução da vulnerabilidade social.

Projeto Feira do Produtor

De acordo com a Emater, existem em Goiás mais de 18.000 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf ativas que direta ou indiretamente comercializam seus produtos em algum centro urbano ou estabelecimento comercial. Percebe-se que os agricultores familiares dominam as técnicas produtivas, mas encontram dificuldades para comercializar sua produção. Tomando por base o exposto na Lei Estadual da Agricultura Familiar (Lei nº 19.998/2018), é papel do Estado o estímulo à comercialização, por meio dos programas institucionais e da criação de espaços com feiras e centrais de comercialização e abastecimento. Desta forma, o projeto já aprovado, proverá, com recursos do Fundo Protege, estrutura mínima de comercialização (1 barraca e 5 caixas plásticas hortifruti) a 30 agricultores familiares em 50 municípios do Estado de Goiás. Mais informações podem ser obtidas no Processo SEI 202017647001543.

Entrega de cestas básicas a famílias de assentamentos e acampamentos rurais

Como ação integrante da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, a Seapa viabilizou, conjuntamente com a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), o Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), a entrega de 256 toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social de 287 assentamentos e acampamentos localizados em 91 municípios.



As entregas beneficiaram 16 mil famílias em todo o Estado.

AÇÃO 3045 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1. Produto 7753 – BANCO DE ALIMENTOS EQUIPADO

Entregas já realizadas do Banco de Alimentos

A Seapa tem dado andamento nos processos licitatórios dos equipamentos e mobiliários para o Banco de Alimentos, sendo que já foram adquiridos: forno elétrico, balança de piso, estrado palete, lixeira container, caixas monobloco, seladora, despolpadora e desidratador (SEI 201514304001901). Também já foi entregue um furgão tipo Fiorino (SEI 202017647000948). No que se refere aos demais itens, foi feita a reprogramação e a aquisição deve ocorrer em 2021.



Itens já entregues ao Banco de Alimentos: monobloco, containers, balança, forno elétrico e estrado palete.

Entregas já realizadas das Centrais de Recebimento e Distribuição

A Seapa tem dado andamento nos processos licitatórios dos equipamentos e mobiliários para as Centrais de Recebimento e Distribuição, sendo que já foram adquiridas 910 unidades de palete. No que se refere aos demais itens, foi feita a reprogramação e a aquisição deve ocorrer em 2021. Mais informações podem ser obtidas no Processo SEI 201514304000256.



Os paletes licitados já se encontram em posse da Seapa.

4. Produto 10977 – KIT PARA A PRODUÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA DOADO

O programa intitulado "**Horta Comunitária**" atingiu seus objetivos específicos em momentos pretéritos, e que não tiveram atualização. Atualmente, estes foram descontinuados devidos a problemas herdados. Ressalta-se que este não teve continuidade desde o ano de 2019, devido as reformas administrativas do governo estadual, sendo então desenvolvidos novos projetos para atendimento da demanda.

O projeto abaixo vem de encontro ao objetivo social do anterior, valorando a produção do pequeno produtor, gerando renda e redução da vulnerabilidade social.

Projeto de Desenvolvimento Social e Produtivo da Mandioca

A ser operacionalizado com recursos do Fundo Protege, o projeto busca alavancar da economia local e garantir que os alimentos cheguem de forma segura às regiões de insegurança alimentar, além de proporcionar mecanismos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, concretizando o desenvolvimento sustentável de produtores da agricultura familiar, assentados e comunidades tradicionais rurais que desejam iniciar a produção de mandioca nos municípios de Cavalcante, Flores de Goiás, Porangatu e Posse. Mais informações podem ser obtidas no Processo SEI 202017647001910.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

JOSÉ ESSADO NETO

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
PROMOVER A SANIDADE ANIMAL, VEGETAL E SAÚDE PÚBLICA.

2.2 Legislação
Lei de Criação de defesa nº 14.645, de 30 de dezembro de 2003, Decreto nº 5.911, de 10 de março de 2004, publicado no Diário Oficial do estado de Goiás em 15 de maço de 2004, legislação estadual, Leis nºs 13.453/1999 - 13.998, 14.245/2002 e Decretos nºs 5.652/2002 e 6.795/2005, 7.887/2013 e 7.888/2013, Leis federal nºs 8.171/1991 e 9.712/1998.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Goiás é um Estado predominantemente agropecuário, onde a produção de carnes bovinas, suína e avícolas para exportação tem grande destaque, atendendo as exigências de países como Estados Unidos, Comunidade Europeia, Japão e Austrália, além da geração de emprego na área rural.
A Agrodefesa também busca a produtividade agrícola, desenvolvendo programas sanitários para que as diversas culturas, tais como a soja, citrus, algodão, videira dentre outras, não sejam prejudicadas pelas pragas que tanto atrapalham a produtividade e a exportação.
Nesse contexto, a AGRODEFESA está sempre aprimorando e buscando novas tecnologias, desenvolvendo programas sanitários e fiscalizando para que haja alta produtividade e recordes de produção agrícola, para que nossos produtos tenham condições de atender os mercados mais exigentes.
GERÊNCIA DE SANIDADE ANIMAL
• Emissão de 1.009.474* Guias de Trânsito Animal emitidas pela AGRODEFESA, via escritórios locais ou emitidas com senha e login de produtores rurais e médicos veterinários credenciados, originadas em 87.642 estabelecimentos rurais para o transporte o trânsito intra e interestadual de animais, sendo 81,33% das GTAs emitidas para bovinos, 13,79% para aves e 3,61% para a movimentação de suínos;
• Melhoria das informações de geolocalização de propriedades rurais do Estado, com rebanho bovino e bubalino, passando de 48% para o percentual de mais de 98% de estabelecimentos com coordenadas geográficas no SIDAGO;
• Finalização do módulo de emissão informatizada de exames de Brucelose e Tuberculose por médicos veterinários habilitados, por meio de login e senha SIDAGO, junto ao Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PECEBT;
Vacinação contra Brucelose de um total de 1.782.209 bezerras bovinas e 1.220 bubalinas no período de janeiro a 21 de dezembro de 2020;
• Realização do estudo de eficiência vacinal contra a Febre em 87 propriedades rurais do Estado de Goiás, com coleta de material em bovinos na faixa etária de 12 a 24 meses, totalizando 435 amostras, para atendimento compromissos de certificação sanitária firmados com a União Europeia (UE). As coletas foram realizadas por 16 equipes de Fiscais Estaduais Agropecuários - FEAs e Agentes de Fiscalização Agropecuárias – AFAs e têm o objetivo de manutenção da área habilitada à exportação para a UE;
• Realização de 45 auditorias em 32 municípios e 57 reauditorias para manutenção das exportações de carne bovina para a União Europeia (357 estabelecimentos rurais aprovados pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV). O Estado de Goiás possui atualmente 357 propriedades aptas a exportação para União Europeia, sendo o 2º no ranking nacional;
• Realização de estudo para verificação da prevalência da Anemia Infecciosa Equina - AIE no Estado de Goiás, 393 propriedades rurais e 1885 amostras de soro sanguíneo de equídeos coletadas por meio de 27 equipes de de Fiscais Estaduais Agropecuários - FEAs e Agentes de Fiscalização Agropecuárias – AFAs. O intuito do estudo é o desenvolvimento do Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos no Estado com o controle estratégico da AIE;
• Manutenção da certificação do Estado de Goiás como zona livre de Peste Suína Clássica – PSC, reafirmado pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE no ano de 2020. Para tanto, foram executadas ações de vigilância ativa com coleta de 837 amostras de soro sanguíneo em frigoríficos (580), granjas (82) e vigilância passiva por aumento de mortalidade de suínos nas granjas (175) em Goiás, o qual integra a Zona Livre de PSC reconhecida internacionalmente;
• Informatização dos certificados emitidos de não notificação para Doença de Aujeszky, visando o trânsito de suínos com finalidade engorda fora de Goiás. Antes da informatização os certificados eram emitidos manualmente pelas Unidades Veterinárias Locais, o que gerava transtornos, principalmente para aquelas localizadas no Sudoeste goiano devido à grande quantidade de demanda no principal polo de suinocultura do Estado. A informatização permitiu que os certificados gerados eletronicamente sejam inseridos de forma automática nas GTAs, possibilitando melhor controle e agilidade nas emissões, além de diminuir o fluxo de pessoas nos escritórios;
• Realização de 20 capacitações pela Gerência de Sanidade Animal, sendo 05 para público interno, totalizando 295 servidores capacitados na área de sanidade animal e 10 capacitações para público externo totalizando 602 participantes;
• Realização de 216 ações de controle de morcegos hematófagos Desmodus rotundus, com captura de quirópteros, cadastro e revisão de abrigos e controle populacional;
• Vacinação de 5.671.791 cabeças de bovídeos na etapa nov/20 para Raiva dos Herbívoros localizadas em 68.637 propriedades rurais;
• Vacinação contra Febre Aftosa na etapa maio/2020 de 22.775.902 bovinos e bubalinos, com índice de 99,51% e de 10.357.043 bovinos e bubalinos de até 24 meses na etapa nov/2020, com 99,13% de vacinação;
• 428 atendimentos realizados à notificação de suspeita de doenças, sendo 251 para enfermidades vesiculares (compatíveis com Febre Aftosa) e nove atendimentos à mortalidade em suínos, 52 relativos à síndromes neurológicas, 12 atendimentos à ocorrência de Brucelose e oito (8) de Tuberculose, 42 atendimentos à focos de AIE e 21 para Mormo e 33 atendimentos realizados para aves em propriedades rurais (vigilância passiva);
• Registro e monitoramento de 912 estabelecimentos avícolas comerciais de corte e postura;
• Credenciamento de 57 médicos veterinários da iniciativa privada para emissão de Guias de Trânsito Animal de aves e ovos férteis de 11 empresas avícolas e credenciamento de 18 Médicos Veterinários para emissão de GTA de suínos de 2 empresas atuantes no Estado;
• Cadastramento de 375 estabelecimentos comerciais de venda de aves vivas no SIDAGO, as quais se caracterizam como pontos de risco para o Programa Estadual de Sanidade Avícola em Goiás.

GERÊNCIA DE SANIDADE VEGETAL

• Programas Estaduais de Prevenção e Controle de Pragas nas seguintes culturas: algodão (Bicudo do Algodoeiro), banana (Sigatoka Negra e Fusarim oxysporum f.sp cubens Raça 4), citros(Cancro Cítrico, Pinta Preta e Greening), Curcubitáceas/ SMR (Mosca-das-Frutas), feijão (Mosca-branca e Mosaico Dourado), girassol(Ferrugem Asiática), soja (Ferrugem Asiática), tomate (Mosca-branca e Geminivírus), uva (Cancro da Videira);

• Emissão Fitossanítário de: 93.352 ATV – Autorização de Trânsito Vegetal, 81.116 PTV Permissão de Trânsito Vegetal, 1.666 CFO Certificados Fitossanitários de Origem, 2.539 CFO Certificados Fitossanitários de Origem Consolidado, 272 Autorizações de Aquisição de Mudas de outras unidades de federação, 33 Autorizações de Plantios fora do calendário legislativo (pesquisa e projetos públicos de irrigação), 1.403 Fichas de Inspeção Fitossanitária, 1.605 Termos de Fiscalizações, 169 Autos de Infração.

• Instruções Normativas Estaduais publicadas: INE n.º 04, de 17/06/2020; prorrogação da colheita de girassol; INE n.º 07, de 18/08/2020; antecipação do calendário de plantio da soja; INE n.º 95, de 18/09/2020; reconhece o SMR em áreas de cucurbitáceas em Luziânia.

• Monitoramento para manutenção dos status Fitossanitários: Manutenção do reconhecimento dos status fitossanitários de “Praga Ausente” para Cancro Cítrico em Goiás e “Área Sob Erradicação” nos municípios de Itajá, Lagoa Santa e Jataí; Manutenção do reconhecimento de “Área Livre” para Sigatoka Negra em Goiás, com exceção de 21 municípios da região oeste; Manutenção da ausência da praga Mosca-da-Carambola no estado de Goiás; Levantamento Fitossanitário da praga ausente Fusarim oxysporum f.sp cubens Raça 4 em áreas de banana; Levantamento Fitossanitário da praga ausente Candidatus Liberibacter spp. (greening).

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ANIMAL

• Foram realizadas 22.454 fiscalizações em trânsito de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal; 1.523 fiscalizações em eventos pecuários; atualização de 5 (cinco) manuais de fiscalização e procedimentos operacionais padrão; realização de 8 (oito) ações conjuntas (MPE, DECON, SUVISA, SEC, COD e Batalhão Rural) nominadas: Combate a carne clandestina; elaboração da Instrução Normativa 06/2020 que dispõe sobre o registro de entidades promotoras de eventos pecuários; participação na elaboração de 9 (nove) minutas de portarias para realização de eventos pecuários, durante a pandemia; elaboração e inclusão do projeto AGRODRONE na plataforma do governo.

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO VEGETAL

• FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS : Foram realizadas 34.005 fiscalizações de trânsito de vegetais (27.469 em Postos Fixos e 6.536 em Unidades Móveis);

• FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICO: 324.244 recebidas de forma digital, pelo Sistema de Inteligência e Gestão Estadual de Agrotóxicos – SIGEA, 324.244 receitas agronômicas ; realizadas 2.379 fiscalizações de agrotóxicos em propriedades rurais; feitos 938 check list em propriedades rurais, dentro do Programa Agroativo, conforme Instrução Normativa nº 03, de 07/10/2019; realizadas 1.108 fiscalizações em estabelecimentos comerciais de agrotóxicos; 915 check list realizados em estabelecimentos comerciais, dentro do Programa Agroativo, conforme Instrução Normativa nº 03, de 07/10/2019; feitas 16 fiscalizações em Unidades de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos - UREV; realizadas 13 fiscalizações em empresas prestadoras de produtos fitossanitários

• FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS: Foram promovidas 1.085 Fiscalizações em estabelecimentos comerciais de sementes e mudas; foram coletadas 130 amostras de sementes para análise fiscal.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE E DIAGNÓSTICO VETERINÁRIO

• No ano de 2020 o laboratório passou por mais uma avaliação externa da Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO para manutenção da acreditação junto ao referido órgão e manutenção do credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como laboratório que compõe a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários. Ainda, durante a avaliação foi solicitada e aprovada a extensão da acreditação para realização de exames de mormo e peste suína clássica (PSC) pela técnica de ensaio imunoenzimático (ELISA). Mesmo enfrentando o estado de calamidade pública causado pela pandemia do novo corona vírus o laboratório manteve o funcionamento de forma ininterrupta, realizando mais de 4.955 exames de Anemia Infecciosa Equina (AIE), Brucelose, Mormo, Raiva, parasitológicos diversos, microbiológicos diversos e produção de autovacinas.

• Colaborou com as ações de vigilância ativa e passiva realizadas pela Gerência de Sanidade Animal (GESAN), produzindo meio de cultura/conservação para coleta de amostras e recebendo outras para encaminhamento a laboratórios de referência para realização de diversos ensaios de importância para a sanidade da pecuária goiana como: saneamento de propriedade para Mormo, vigilância em aves para doença de New Castle (NC) e Influenza Aviária(IA), monitoramento de PSC, vigilância de doenças vesiculares, encefalopatia espongiforme bovina, entre outras.

• Além disto, organizou a remessa de amostras para o inquérito de eficiência vacinal para Febre Aftosa e atualmente está realizando as análises do inquérito de AIE, promovido pelo Programa Estadual de Sanidade de Equídeos (PESE) da agência.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS

• Foram recebidas 4.643 amostras de 72 diferentes tipos de produtos de origem animal, 2.889 oriundas de clientes e 1.754 oriundas de fiscalização, totalizando 19.228 análises laboratoriais realizadas em 2020. Destas análises, 12.839 foram processadas pelo setor de Físico-Química e 6.389 pelo setor de Microbiologia. A atuação do LABQUALI representa uma das etapas fundamentais na Defesa Sanitária Animal do Estado de Goiás, seja na contribuição com as ações de fiscalização e inspeção da AGRODEFESA, seja na proteção à Saúde Pública, a análise laboratorial é uma ferramenta essencial para a certificação da qualidade dos alimentos de origem animal, permitindo a transparência das ações e informações para a sociedade. Foi realizada capacitação profissional de todos os servidores do laboratório, baseada na ISO 17.025:2017. Educação sanitária para médicos veterinários, que atuam na área de alimentos, e alunos de medicina veterinária, além da aquisição de novos equipamentos para otimização das atividades laboratoriais.

GERÊNCIA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES

• O LASO/LABSEM/AGRODEFESA conseguiu o Certificado de Registro nº 373440 do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Comando Militar do Planalto, com validade até 24/03/2022 para compra de Nitrato de Potássio (KNO3) produto controlado pelo Exército Brasileiro, usado para realização de quebra de dormência de sementes de forrageiras no teste de germinação;

• Foi realizada com sucesso a transição total do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório Oficial de Análise de Sementes – LASO/LABSEM da versão da NBR ISO/IEC 17025:2005 para a versão NBR ISO/IEC 17025:2017 em setembro/2020;

• O laboratório Oficial de Análise de Sementes - LASO/LABSEM/AGRODEFESA recebeu para análise: 130 amostras da fiscalização da AGRODEFESA(GEFISV); 106 amostras da ADAPAR; 48 amostras de produtores de sementes; 118 amostras de produtores rurais que não possuem RENASEM; 03 amostras da EMBRAPA; 42 amostras da EMATER; 01 amostra de Interlaboratorial, sendo 202 amostras de forrageiras, 106 amostras de soja, 89 amostras de milho, 29 amostras de gergelim, 09 amostras de feijão, 05 amostras de sorgo, 03 amostras de centeio, 01 amostra de ervilha e 01 amostra de trigo, totalizando 448 amostras no ano de 2020. É importante destacar que em decorrência da pandemia Covid-19 as coletas de amostras de sementes foram bastante comprometidas; das 448 amostras recebidas pelo LASO/LABSEM, foram realizados 276 Testes de Germinação; 353 Análises de Pureza; 325 Exame de Sementes Nocivas; 08 Verificação de Outras Cultivares; 25 Retestes para comprovação de sementes abaixo do padrão; 02 Replicadas; 17 Reanálises; 166 Testes de Tetrazólio; 81 Testes de Vigor; 03 Testes de Peso de Mil Sementes e 90 Testes de Sementes Infestadas;

• 643,53 t de produtos classificados pela prestação de serviços de Classificação Vegetal da AGRODEFESA em (t) toneladas, no ano de 2020:

• Feijão (Tipo 1), 181,00 t; feijão (Tipo 2), 15,00 t; feijao (Tipo 3), 6,00 t; canjica de Milho (Tipo 1), 149,40 t; Soja (Tipo 1),12,00 t; milho (Fora de Tipo), 150,10 t; Arroz beneficiado (Tipo 1), 30,00 t; arroz em casca (Tipo 1), 100,03 t.
EDUCAÇÃO SANITÁRIA:
• Houve um crescimento significativo, com o aperfeiçoamento profissional, através de cursos, treinamentos, reuniões, campanhas que possibilitaram a evolução constante dos técnicos da AGRODEFESA, com a utilização de ferramentas modernas, simplificando a relação com nosso cliente externo.
GERÊNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
• Inovações realizadas pela AGRODEFESA em 2020 no âmbito da tecnologia da informação: Novo contrato de links de IP Dedicado e MPLs, com melhores links e maior economicidade; aquisição de computadores, monitores, estabilizadores e anti-vírus com recursos do convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; aproximadamente 18.000 atendimentos realizados através do Webservice para devolução de embalagens de agrotóxico; implantação do sistema para controle de comercialização de insumos e atestados de exame de brucelose e tuberculose; painéis de gestão de fiscalização, documentos de trânsito e propriedades rurais; aplicativo para Emissão de GTA; melhorias nos Controles visando a retirada da vacinação de febre aftosa em Goiás; sistema para entrega e análise de sementes; novo sistema para controle de concessão de diárias do Convênio; controle de notificação de vacinação assistida; termo de coleta vegetal; melhorias no Sistema SIDAGO nos eixos de sanidade, fiscalização e inspeção; integração informatizada entre AGRODEFESA e o Programa Expresso (Goiás Digital); reformulação do cadastro de dispositivos legais; implantação e melhorias da plataforma de gestão agropecuária (PGA), com integração sistêmica entre os órgãos de defesa agropecuária no país.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Lei nº 20.539, de 06 de agosto de 2019, dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício 2020.
Lei Orçamentária Anual (LOA): Lei nº 20.754, de 28 de janeiro de 2020, orça a receita e fixa a despesa do estado para o exercício 2020.
Decreto nº 9.657, de 28 de abril de 2020: Estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária e financeira e procedimentos contábeis para o exercício de 2020, além de fixar os limites anuais de empenho e pagamento para os órgãos da Administração Direta e Indireta.
Decreto nº 9.737, de 27 de outubro de 2020: Estabelece medidas de racionalização de gastos com pessoal eoutras despesas correntes e de capital, na administração direta,autárquica e fundacional do Poder Executivo e nas empresas estatais dependentes.
Decreto nº 9.740, de 06 de novembro de 2020: Dispõe sobre o encerramento da execução orçamentária, financeira econtábil do exercício financeiro de 2020
Orçamentário Geral do estado de Goiás - 2020 (versão publicada no Diário Oficial)

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Aumentar a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar;
Taxa do crescimento do PIB

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1035 - O AGRO É DE TODOS
AÇÃO: 2121 - PROMOVER A SANIDADE ANIMAL, VEGETAL E SAÚDE PÚBLICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3261 - AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA

U.O.: 3261 - AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA

REALIZAÇÕES
A ação de Promover a sanidade animal, vegetal e saúde pública obteve os seguintes resultados:
ANÁLISE LABORATORIAL REALIZADA / NUMERO: 25.275 análises realizadas entre Exames para diagnósticos de doenças veterinárias. microbiologia, parasitologia e auto vacinas; análises de qualidade dos alimentos; análise de sementes e classificação de Produtos de Origem Vegetal.
CAMPANHA EDUCATIVA/INFORMATIVA REALIZADA / NUMERO: 114 Publicações envolvendo Campanhas obrigatórias/informativas e educativas realizadas: Campanha de vacinação contra febre aftosa, brucelose e raiva; Campanha para o vazio sanitário e agroativo.
SERVIDOR DA AGRODEFESA CAPACITADO / NUMERO : 1.086 Com Cursos e treinamentos através da Escola de Governo e Treinamentos internos.
FISCALIZAÇÃO EM TRÂNSITO REALIZADA / NUMERO : 61.373 Termos de fiscalizações de animais, produtos e subprodutos de origem animal; Produtos e subprodutos de origem vegetal, agrotóxicos e seus componentes e afins, com Barreiras fixas e com equipes volantes.
ESTABELECIMENTO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL FISCALIZADO E INSPECIONADO: 52.241 termos de fiscalizações expedidos em fiscalizações e inspeções em estabelecimentos comerciais, propriedades e indústrias.
CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA PRESTADORES DA AGRODEFESA REALIZADO:366 Habilitação de responsáveis técnicos para emissão de receitas agronômicas, emissão de Certificação fitossanitário de origem (CFO) e Certificação fitossanitario de origem consolidado (CFOC).

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Pedro Leonardo de Paula Rezende

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Objetivos estratégicos: Fornecimento de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária; Desenvolvimento Rural Sustentável; Desenvolvimento de tecnologias, investimentos em sistemas e aplicativos; Produção de mudas e sementes de qualidade; Capacitação de produtores rurais; Qualificação de servidores com o desenvolvimento de conhecimento e habilidades; Incentivo à pró-atividade e gestão por resultados; Finalização das obras e reforma do Complexo de Inovação, dentre outros.

2.2 Legislação
Lei Nº 20.491 de 25 de julho de 2019 que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
1. Continuidade nas obras e reformas do Complexo de Inovação;
2. Continuidade no Programa de Demissão Voluntária – PDV;
3. Continuidade no desenvolvimento de atividades técnicas por meio de convênios firmados com as Prefeituras Municipais;
4. Prospecção de novos convênios federais para aquisição de veículos, notebooks, tabletes, implementos agrícolas, dentre outros;
5. Gestão rigorosa nos contratos de compras e licitações;
6. Gestão por resultados com avaliações de desempenho por metas individuais e regionais;
7. Expansão da metodologia da Rede de Inovação Rural com foco na elaboração do Balanço Social, Econômico e Ambiental;
8. Expansão na produção de mudas e sementes geneticamente melhoradas;
9. Ampliação do selo de identificação geográfica de APLs com grande impacto na Agricultura Familiar;

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
1. Plano Estratégico;
2. Programa de Compliance Público nos seus 4 eixos de atuação;
3. Transformação pública com a elaboração da cadeia de valores, carta de serviços publicada no portal digital e arquitetura de processos;
4. Mapeamento de competências com o PROMOVE;
5. Programa Goiás mais transparente;
6. Programa Goiás de Resultados;
7. Projetos o “Agro é Social” e “Rede de Inovação Rural”;
8. Controles via sistemas internos como: Emater Mobi, SISTEC, SISCRED, SISCONTAR, Projetos de Pesquisa, dentre outros.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
1. Atendimento ao Produtor rural realizado;
2. Família do produtor rural assistida;
3. Unidade de transferência de tecnologia implantada;
4. Sementes produzidas;
5. Análises laboratoriais realizadas;
6. Mudas produzidas;
7. Cadeia produtiva regional implantada;
8. Tecnologia agropecuária validada e implementada;
9. Evento técnico / científico agropecuário realizado;
10. Publicação técnico e científica realizada;
11. Produtor rural capacitado;
12. Servidor capacitado e atualizado;
13. Projeto de pesquisa implantado;
14. Aplicativo para produtor rural e técnico da Emater implantado;
15. Complexo de inovação rural concluído;
16. Estação da Emater reformada;
17. Subestação de energia construída;
18. Usina de beneficiamento de sementes adquirida.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1035 - O AGRO É DE TODOS
AÇÃO: 2122 - ASSISTENCIA TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PARA AUMENTO DO EMPREGO E RENDA NO SETOR AGROPECUÁRIO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

U.O.: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

REALIZAÇÕES
Produto 10020 - Produtor Rural Capacitado
Recomendações de produtos, práticas e processos inovadores adaptados aos produtores rurais.
Produto 8153 - Servidor Capacitado e Atualizado
Capacitação e atualização de técnicos em diversas áreas de conhecimento técnico e administrativo (tecnologias agropecuárias,

planejamento e gestão de propriedades, elaboração de projetos, compliance público, ética, etc.)
Produto 8417 - Evento técnico / científico agropecuário realizado
Transferência e disseminação de conhecimentos com intuito de introduzir novas tecnologias nas propriedades rurais, possibilitar a elevação da renda das famílias e aumento na qualidade de vida.
Produto 8066 - Produtor rural assistido
A execução deste produto está contemplada no produto 9076 (atendimento ao produtor rural realizado).
Produto 9806 - Unidade de transferência de tecnologia implantada
Recomendações por meio da extensão rural de produtos, práticas e processos inovadores adaptados para os pequenos produtores.
Produto 8150 - Semente produzida
Produção de sementes com material genético de alto padrão fitossanitário e fisiológico, direcionados aos produtores rurais.
Produto 7576 - Cadeia produtiva regional implantada
Cadeias produtivas trabalhadas da produção a comercialização de produtos em regiões específicas.
Produto 7930 - Muda produzida
Produção de mudas com elevado potencial produtivo, livre de pragas e doenças.
Produto 7810 - Família do produtor rural assistida
Desenvolvimento e crescimento dos produtores rurais e suas famílias por meio da assistência técnica e extensão rural, onde foram introduzidos e aperfeiçoado os pilares tecnológicos, comportamentais, de cooperação e em gestão da propriedade. Tendo como resultados:
a) Introdução de novas tecnologias nas propriedades;
b) Aumento da produção e produtividade;
c) Aquisição de novos conhecimentos para comercialização de produtos;
d) Geração de novas rendas às famílias (mulheres e jovens rurais);
e) Desenvolvimento econômico e consequente aumento do PIB no município;
Produto 9076 - Atendimento ao produtor rural realizado
Transferência de conhecimento aos produtores rurais, por meio da assistência técnica e extensão rural, nas áreas de produção, comercialização de produtos, subprodutos e derivados, elaboração de projetos com acesso a créditos, difusão de novas tecnologias, introdução de novas cadeias produtivas, desenvolvimento de ações no meio ambiente, criação de conselhos, organizações e associações rurais, dentre outras.

AÇÃO: 2123 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS, ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES TECNOLÓGICAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

U.O.: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

REALIZAÇÕES
Produto 8085 - Projeto de pesquisa implantado
Desenvolvimento de atividades técnico científicas que geram soluções tecnológicas e/ou inovadoras às propriedades rurais assistidas pela Emater.
Produto 7508 - Análise laboratorial realizada
Realização de análises para dar suporte ao programa de melhoramento genético do milho e da soja, avaliar a qualidade do banco ativo de germoplasma, além de apoiar tecnicamente os escritórios regionais.
Produto 8107 - Publicação técnico e científica realizada
Transferência e disseminação de conhecimento em tecnologias e processos inovadores para os produtores rurais (principalmente agricultura familiar) e outros públicos afins.
Produto 8404 - Tecnologia Agropecuária validada e implementada
Unidades desenvolvidas pela pesquisa agropecuária, (por demonstração, observação ou multiplicação) e que resultam em oferecer tecnologias adaptadas à realidade do produtor rural.

AÇÃO: 2124 - MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO FISICA E DE RECURSOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

U.O.: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

REALIZAÇÕES
Produto 8262 - Unidade da Emater Reformada
Produto 9794 - Subestação de energia construída
Produto 7515 - Aplicativo para produtor rural e técnico da Emater implantado
Aplicativo em fase de implantação (87,5% implantado).
Produto 7771 - Estação da Emater reformada
Produto 7646 - Complexo de Inovação Rural concluído
Obra em execução (70% concluída).
Produto 8272 - Usina de beneficiamento de sementes adquiridas

AÇÃO: 2162 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE - EMATER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

U.O.: 3262 - AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER

REALIZAÇÕES
Não houveram resultados nessa ação em razão da suspensão temporária da realização dos exames médicos periódicos.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Wilmar da Silva Gratão

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
As Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA-GO) é uma empresa de economia mista criada em 1970 constituída nos termos da lei nº 5.577, de 20/10/75 e regulamentada pelo Decreto nº 70.502, integrante do Sistema Nacional de Centrais Abastecimento – SINAC. A necessidade da criação do complexo em Goiás ocorreu em decorrência da precária comercialização dos hortifrutigranjeiros, sem qualquer norma oficialmente instituída e condições adequadas de operacionalização da comercialização, sem garantias

2.2 Legislação
Decreto Federal nº 70.502 de 11/05/72, conforme decretos nº 65.750 de 26/11/69 e nº 66.332 de 17/03/70 e Lei nº 8.987/95

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Instalar, implantar, administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios ou serviços atípicos do comércio atacadista de hortigranjeiros.
Participar dos planos e programas de Governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e entidades vinculadas ao setor, através, inclusive, de participação acionária.
Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Indicadores de desempenho estão publicado na Carta de Governanca Corporativa
Aspectos da comercialização na CEASA-GO e Quando Comprarativo Do Valor E Quantidade Comercializado Na Ceasa/Go Atacado

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 3047 - EXPANSÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CEASA/GO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3290 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO

U.O.: 3290 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO

REALIZAÇÕES
Revitalização da Rua da Mandioca no GNPC foi realizado dentro do projeto e concluída no prazo previsto atendendo antiga reclamação de produtores rurais e comerciantes que atuam naquela região do entreposto comercial da CEASA-GO por trazer solução ao odor gerado pela resíduo resultante do beneficiamento da mandioca, além de inibir futuros estragos da pavimentação.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1040 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
AÇÃO: 3046 - ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3290 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO

U.O.: 3290 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO

REALIZAÇÕES
Apesar do impacto da pandemia Covid 19 resultados observados apresentaram-se acima do planejado.
Pelos relatórios de execução/planejamento no início do exercício vislumbrava-se atendimentos na ordem de 70 famílias/entidades, entretanto, ao final do exercício foi observado número de atendimentos mensais superior a 500.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Adonídio Neto Vieira Junior

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional

A Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços tem como principal objetivo a formulação e execução de políticas estaduais de desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos serviços, com intuito de promover um ambiente de negócios atrativo, qualificado e seguro, capaz de conquistar a confiança de investidores e empreendedores, tendo como foco o aumento da produtividade, do empreendedorismo e fomento a geração de emprego e renda, contribuindo para um Estado de pleno emprego e sem desigualdades.

2.2 Legislação

- Lei nº 20.417 de 06/02/2019
- Lei nº 20.491 de 25/07/2019
- Lei nº 20.748 de 17/01/2020
- Decreto nº 9.554 de 14/11/2019
- Lei nº 4.320, de 17/03/1964
- Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000
- Lei nº 8.666, de 2/06/1993
- Lei nº 20.754, de 28/01/2020
- Lei nº 20.539, de 06/agosto/2019
- Decreto nº 9.657 de 28/abril/2020
- Decreto nº 9.561, de 21/novembro/2019
- Decreto 7.141 de 06/agosto/2010

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais

Por meio da Lei Estadual nº 20.417/2019, foi promovido a cisão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – SED e instituída a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços/SIC. Desde então, a SIC vem cumprindo seu papel e dando saltos consideráveis com relação aos objetivos propostos, principalmente para o ano de 2020, projetando o Estado de Goiás rumo ao desenvolvimento econômico e social.

Em Goiás, dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego- Caged, divulgados no mês de dezembro pelo Ministério da Economia, revelam a recuperação de vários setores da economia com a retomada de contratações. Os números indicam que o Estado está em primeiro lugar na Região Centro-Oeste do Brasil na geração de empregos, tanto nos dados do mês de novembro quanto no acumulado de janeiro a novembro de 2020, apresentando em novembro saldo positivo de 6.413 (seis mil, quatrocentos e treze) novos empregos, resultado do total de admissões e desligamento do período. No acumulado do ano (janeiro a novembro), Goiás apresentou saldo de 28.200 (vinte e oito mil e duzentos) empregos, ficando à frente de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Com os números registrados em novembro, o Estado recupera os empregos perdidos nos meses mais críticos da pandemia – março, abril e maio –, quando sofreu queda de 30.211 (trinta mil e duzentas e onze) vagas. Somente a soma dos saldos positivos alcançados nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro atinge a marca de 28.200 (vinte e oito mil e duzentos) empregos, número que coloca Goiás na sexta posição nacional, ficando atrás de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Pará e Minas Gerais. Ainda conforme aponta o Caged, a indústria de Goiás segue puxando a recuperação da economia e gerando emprego. Os dados mostram no painel por setores da economia que o setor industrial produziu um saldo de 11.258 (onze mil, duzentos e cinquenta e oito) postos de trabalho entre janeiro e novembro.

Conforme a pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM), divulgada pelo IBGE em novembro, o setor industrial do Estado de Goiás alcançou crescimento de 2,5% no último mês de setembro. Esse percentual coloca Goiás na primeira posição entre os Estados pesquisados pelo IBGE. Das 15 (quinze) unidades federativas avaliadas, apenas 3 (três) apresentaram resultados positivos. A pesquisa do IBGE ainda indicou que o setor cresceu 3,4% no acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Destaca-se que, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Mauro Borges (IMB), o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de Goiás resultou em crescimento de 6% no terceiro trimestre de 2020, comparado com o mesmo período de 2019. Já o PIB do Brasil para esse setor foi de -0,9%, também na comparação com o ano de 2019. Nesse cenário, a indústria caminha para fechar o ano de 2020 como a grande locomotiva para ajudar no processo de recuperação da economia no pós-pandemia de Covid-19. De acordo com o IBGE/IMB, o setor em Goiás apresentou números positivos consecutivos nos três trimestres, com 2,5%, 1,8% e agora 6%, enquanto que, no Brasil, oscilou com 0,3%, -14,1% e no último com -0,9%.

Com relação a abertura de novas firmas, em 2020 Goiás também registrou um crescimento substancial. De acordo com análise estatística da Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg), Goiás registrou o melhor mês de outubro dos últimos cinco anos na abertura de firmas, com 2.375 (duas mil trezentos e setenta e cinco) novas empresas registradas, contra 2.094 (duas mil e noventa e quatro) em igual período de 2019; 1.707 (mil setecentos e sete) em 2018; 1.402 (mil quatrocentas e duas) em 2017 e 1.286 (mil duzentas e oitenta e seis) em 2016.

Outro salto importante, que vai impulsionar a economia e a geração de emprego e renda, são as empresas que pretendem se instalar ou ampliar suas atividades em Goiás. Em 2020, foram realizados 4 (quatro) eventos para assinatura de protocolos de intenções. No evento realizado em fevereiro foram assinados 44 (quarenta e quatro) protocolos com empresas que serão instaladas em 27 (vinte e sete) municípios diferentes. Das empresas instaladas, o destaque fica por conta da Cervejaria Imperial que efetivará investimentos da ordem de R$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), gerando cerca de 1.600 (mil e seiscentos) empregos diretos e indiretos na cidade de Jataí. No evento realizado em maio foram firmados novos 24 (vinte e quatro) protocolos para investimentos totais em torno de R$ 1.170.000.000,00 (um bilhão cento e setenta mil reais) em 20 municípios diferentes. O destaque foi a empresa do ramo de mineração Amarillo Mineração, que se implantará em Mara Rosa, com aporte de aproximadamente R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e geração de 3.450 (três mil quatrocentos e cinquenta) novos empregos diretos e indiretos. No evento realizado em agosto, foram assinados mais 23 (vinte e três) protocolos de intenções para instalação de novos empreendimentos com investimentos de

R$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos mil reais) e geração de 16.900 (dezesseis mil e novecentos) novos empregos diretos e indiretos em 12 (doze) diferentes municípios. A empresa Enercom Energias Renováveis será implantada em Luziânia, com investimentos na ordem de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e geração de mais de 1.500 (mil e quinhentos) empregos diretos e indiretos, o que contribuirá para que o estado atinja um patamar mais elevado de fornecimento de energia para a população de Goiás, por meio da geração de energia em placas fotovoltaicas. No evento realizado em novembro contou com a participação de 44 (quarenta e quatro) empresas, que firmaram compromisso de realizar investimentos de mais de R$ 4.865.000.000,00 (quatro bilhões e oitocentos e sessenta e cinco mil reais) em 22 (vinte e dois) municípios, gerando aproximadamente 26.900 (vinte seis mil e novecentos) empregos diretos e indiretos. A CAOA investirá cerca de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no município de Anápolis, em uma linha de montagem de um novo produto, possibilitando a criação de 6.000 (seis mil) novas vagas de empregos diretos e indiretos.
Outro índice de crescimento que merece destaque foi em relação as exportações. No levantamento do Ministério da Economia, Goiás ocupa a 11ª posição no ranking dos estados que mais exportaram no mês de novembro. No período entre janeiro e novembro a situação é melhor e Goiás é o 8º na pauta de exportações. Com relação as importações o Estado ficou na 11ª posição em novembro. Em junho, Goiás se manteve no “top 10” dentre os estados brasileiros que mais exportaram, ocupando a 9ª posição, à frente de estados tradicionalmente exportadores como Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Enquanto as exportações brasileiras tiveram um decréscimo de -2,68% no mês de junho, as exportações goianas cresceram 36,30%, alcançando 4,26% de todas as exportações brasileiras, segundo maior índice de participação desde o início da apuração das estatísticas. Quando avaliadas as vendas de produtos para outros países, na comparação entre setembro de 2020 com o mesmo período de 2019, destaca o aumento de produtos do complexo soja em 53,81%. A soja in natura registrou incremento de 21,00% nas vendas e o óleo de soja de 150,11%. Dentre os municípios exportadores, Rio Verde segue na liderança entre os municípios que mais exportaram no mês de setembro, respondendo por 15,57% de tudo que foi vendido para outros países. Alto Horizonte vem na segunda colocação (10,13%), seguido por Barro Alto (7,22%), Jataí (4,48%), Mozarlândia (4,28%), Cristalina (4,22%), Palmeiras de Goiás (4,03%), Ouvidor (3,55%), Itumbiara (3,53%), Luziânia (3,29%), Goiânia (3,25%), Catalão (2,90%), São Simão (2,63%), Crixás (2,36%) e Anápolis (2,01%). Nesse cenário, Goiás vem conseguindo manter o crescimento em suas exportações mês após mês e como resultado temos um dos maiores superávits em nossa balança comercial com relação a junho de 2020, num patamar de 70% maior que o de junho de 2019, puxado principalmente pela soja, carnes e minérios. No acumulado do ano, o saldo é de cerca de 2,4 bilhões de dólares. O que significa mais de 13 bilhões de reais a mais na economia do Estado, que auxiliam na manutenção e crescimento da economia, mesmo diante da crise da COVID-19. Para estimular a exportação de pequenas e médias empresas, Goiás aderiu ao PNCE - Programa Nacional da Cultura Exportador do ministério da Economia, cujo objetivo é liberar uma linha de crédito e dar consultoria a estas empresas. Apesar das situações externas adversas de um ano atípico, Goiás demonstra estabilidade e continuidade das exportações entre janeiro e novembro de 2020, com saldo de US$ 4,5 bilhões de dólares, sendo US$ 1,3 bilhão a mais que o mesmo período em 2019. A China segue sendo o principal parceiro comercial de Goiás. No mês de novembro, o país aparece no topo da lista entre os compradores, seguida por Vietnã, Turquia, Espanha, EUA, Japão, Indonésia, Holanda, Canadá, Hong Kong, Emirados Árabes, Coreia do Sul, Taiwan, Reino Unido e Irã.
Com relação ao setor mineral, a mineração em Goiás é responsável por 175 (cento e setenta e cinco) mil empregos diretos e indiretos e conta com 346 (trezentos e quarenta e seis) estabelecimentos constituídos, o que representa 4,24% das empresas extrativas de mineral no País. A Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços acredita que um dos setores da economia que vai ajudar a tirar o Brasil da crise é o da mineração, o que nos leva a manter a atenção a este segmento, buscando estreitar as parcerias e fortalecer as atividades que promova novos investimentos no Estado.
Outro advento que projeta o Estado de Goiás é a produção de commodities. Goiás é um dos maiores produtores de commodities no Brasil, bem como de carnes e minérios, em especial ouro e cobre. Muito do que é produzido no Estado é enviado para outros países, sendo Goiás um dos grandes responsáveis pela segurança alimentar da China, União Europeia e outros importantes parceiros comerciais.
Mesmo ante a crise mundial provocada pela pandemia, Goiás, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, vem batendo recordes de exportações e crescimento, devido em especial ao trabalho desenvolvido junto às embaixadas e aos países parceiros, com grande importância para missões internacionais. Soma-se a isso o trabalho com foco na atração de investimentos estrangeiros, responsável pela vinda de grandes nomes como Mitsubishi, John Deere, Johnson & Johnson, Hyundai, Pfizer para Goiás.
Com relação aos incentivos para as pequenas empresas e o fomento ao empreendedorismo, no período de janeiro a novembro de 2020, foram aprovados 67 (sessenta e sete) projetos de viabilidade econômico e financeira referente aos Programas e Subprogramas do PRODUZIR, sendo 28 (vinte e oito) Implantações, 06 (seis) Expansões, 08 (oito) Reenquadramentos da Implantação, 01 (um) Reenquadramentos da Expansão, 03 (três) Readequação da Expansão do Microproduzir para o Produzir, 13 (treze) Implantações do Comexproduzir, 01 (uma) Implantação do Logproduzir, 02 (duas) Implantações do Microproduzir, 03 (três) Expansão do Microproduzir , 01 (uma) Expansão Comexproduzir e 01 (uma) Relocalização, prevendo investimentos na ordem de 1,27 bilhões de reais e geração de 4.506 (quatro mil quinhentos e seis) empregos diretos e uma projeção de concessão de incentivos, na ordem de R$ 11,5 bilhões de reais, até o ano de 2.032.
Quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), entre janeiro e novembro de 2020, foram aprovados R$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões) para empresas do segmento rural e R$ 1.963.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil reais) para o seguimento empresarial, perfazendo um total de R$ R$ 2.443.000,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil reais). Com isso foram gerados 7.164 (sete mil cento e sessenta e quatro) empregos diretos com 659 (seiscentas e cinquenta e nove) cartas-consulta aprovadas. Esses recursos ajudaram muito a retomada das atividades econômicas goianas, mostrando a importância do FCO para o desenvolvimento do Estado de Goiás.
Já o programa Goiás Empreendedor/Microcrédito disponibilizou um montante de R$ 613.215,98 (seiscentos e treze mil, duzentos e quinze reais e noventa e oito centavos) em contratos de crédito, atendendo empreendedores de 21 (vinte e um) municípios goianos. Com a oferta da Linha Emergencial para permissionários do transporte escolar no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) e com juros subsidiados, o Programa foi responsável pela viabilização de 382 (trezentos e oitenta e dois) contratos de crédito, num valor total de R$ 3.438.000,00 (três milhões e quatrocentos e trinta e oito reais) até o momento.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
PPA
LOA

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
PROGRAMA GOIÁS EMPREENDEDOR:
• Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (Variação Acumulada – ANO)
• Pesquisa Mensal de Serviços (PAS) – PMS (Variação Acumulada – ANO)
• Produção Física da Indústria Geral – PIM (Variação Acumulada – ANO)
• Taxa de Desocupação
• Volume de intenção de investimento anunciado em Goiás (US$ bilhões)

PROGRAMA GOIÁS INTERNACIONAL:
• Exportações Goianas (Valor FOB US$)
• Percentual das Exportações de Bens de Consumo
• Saldo - Balança Comercial - Valor FOB (US$)

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 2055 - APOIO À IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLOS REGIONAIS DE MINERAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3352 - FUNDO DE FOMENTO A MINERAÇÃO - FUNMINERAL
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REALIZAÇÕES
Atuamos e Monitoramos com forte ação nos polos de mineração do Norte e Nordeste Goiano. Ênfase aos projetos ligados à cidade de Minaçu, com implementação do Decreto 9518 que permitiu retomada das operações da Mina Crisotila com geração de mais de 1000 empregos diretos e indiretos, recolhimento da ordem de 30 milhões em tributos federais, estaduais e municipais, reativação da economia local com injeção da ordem de 6 milhões e recolhimento superior a 6 milhões em royalties e cfem para o Estado; Apoio ao licenciamento do projeto Terras Raras em fase inicial de implantação no município; Destaque à atuação no Nordeste Goiano com projeto de levantamento de geodiversidade e diagnósitco de recursos minerais em fase de liberação de recursos junto ao Ministério.

AÇÃO: 2056 - ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO EMPREENDEDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR

REALIZAÇÕES
Está em andamento o processo para Contratação de empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que será responsável pela criação do SISTEMA DE GESTÃO DA ÁREA FINALÍSTICA DA SIC e pela criação do PORTAL DE SERVIÇOS ON LINE DA SIC, respeitando os padrões de desenvolvimento, desempenho e qualidade estabelecidos pela Gerência de Tecnologia da Secretaria de Industria, Comércio e Serviços – GT/SIC.

AÇÃO: 2057 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3352 - FUNDO DE FOMENTO A MINERAÇÃO - FUNMINERAL
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REALIZAÇÕES
Ação e interface de apoio ao licenciamento de ampliações e novos projetos com impacto na geração de emprego e renda dos municípios mineradores: ouro, fosfato, nióbio, alumínio, vermiculita, calcário, terras raras e agregados resultando em novos investimentos da ordem de bilhões de reais; Ação e apoio junto ao governo federal, em decretar o Setor Mineral como atividade essencial durante a pandemia, garantindo recordes de geração de emprego, renda e impostos na atividade mineral; Em 2021, Goiânia será a capital da mineração no Brasil com a BRASMIN, Feira da Indústria da Mineração.

AÇÃO: 2058 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRODUZIR/FOMENTAR/FCO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3350 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS - FOMENTAR
3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR

REALIZAÇÕES
No período de janeiro a dezembro de 2020, foram aprovados 77 projetos de viabilidade econômico e financeira referente aos Programas e Subprogramas do PRODUZIR,sendo 32 Implantações, 6 Expansões, 8 Reenquadramentos da Implantação, 1 Reenquadramentos da Expansão, 3 Readequação da Expansão do Microproduzir para o Produzir, 18 Implantações do Comexproduzir, 1 Implantações do Logproduzir, 2 Implantações do Microproduzir, 3 Expansão do Microproduzir , 2 Expansão Comexproduzir e 1 Relocalização prevendo investimentos na ordem de 1,27 bilhões de reais, geração de 4.506
empregos diretos e uma projeção de concessão de incentivos, na ordem de R$ 11,5 bilhões de reais, até o ano de 2.032. Já o Programa Fomentar não teve apresentação de projetos em 2020. Neste mesmo período, 12 empresas beneficiada pelo programa, iniciou a utilização dos incentivo.
O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) é uma linha de crédito com prazos, limites e encargos financeiros diferenciados, destinada a empresas que se dedicam a atividade produtiva nos setores rural, industrial, agroindustrial, mineral, de turismo, de infraestrutura econômica e de comércio e serviços na região Centro-Oeste.
Foram aprovados para empresas do segmento rural R$ 480 milhões e empresarial R$ 1,963 bilhão entre janeiro e novembro de 2020, perfazendo um total de R$ 2,443 bilhões. Com isso foram gerados 7.164 empregos diretos com 659 cartas-consulta aprovadas.
Esses recursos ajudaram muito a retomada das atividades econômicas goianas, mostrando a importância do FCO para o desenvolvimento do Estado de Goiás.



AÇÃO: 2059 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3350 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS - FOMENTAR
3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR

REALIZAÇÕES
Como resultado da ação de desenvolvimento regional, por intermédios das atividades técnicas, foi possível contribuir com o desenvolvimento dos municípios, propiciando melhoria da qualidade de vida da população, principalmente as que se encontram em maior vulnerabilidade econômica. As ações desenvolvidas, atinge nosso objetivo, bem como, o objetivo do Gabinete de Políticas Sociais do Governo do Estado, que é o de auxiliar os municípios, buscando parcerias com demais organismos estatais, para reduzir as desigualdades sociais por meio da geração de empregos, novas oportunidades de trabalho, atração de novos investimentos, melhor trafegabilidade e dinamismo no atendimento ao cidadão.
Quanto ao produto “"Contrato de Gestão com Organização Social Aprovado”, atuamos na análises processuais e elaboração das resoluções para deliberação do Conselho Estadual de Investimentos, concessões e parcerias, com a finalidade de formalizar os contratos com as Organizações Sociais de Saúde – OS, tendo por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços nas Unidades Assistenciais de Saúde.

OBSERVAÇÕES
No produto “Obras para desenvolvimento industrial, comercial e de serviços executada”, o processo 201200030000025, que tem como objeto a pavimentação com galerias de águas pluviais e praça no distrito de Buenolândia, Município de Goiás, refere-se a regularização de despesas de exercícios anteriores.

Atividade de campo em pareceria com a equipe da Goiás Turismo para elaboração do projeto referente ao Caminho de Cora Coralina





Vissitas Técnica para Fiscaliação e Levantamento de Obras no Estado de Goiás



Usina de Álcool - Morrinhos

	Decimal	DMS
Latitude	-17.926956	17°55'37" S
Longitude	-49.235324	49°14'7" W

2020-11-12(qui) 10:40



Vistoriar instalação com placas de identificação e aferir boletim de medição final - Palminópolis

	Decimal	DMS
Latitude	-16.920339	16°55'13" S
Longitude	-50.136172	50°8'10" W

2020-10-20(ter) 17:08

do projeto de Logística Reversa.



Aterro Sanitário de Guapó



RNV Renove - Gestão e Solução em Resíduos

AÇÃO: 2060 - GOIÁS EMPREENDEDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA

REALIZAÇÕES

-O ano de 2020 teve início com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, que passou a ser conhecido como o Novo Coronavírus (Covid-19). Essa situação impactou a economia e as relações sociais em todo o mundo, inclusive, é claro, no Brasil.

Mesmo com este advento, tem-se trabalhado muito para minimizar os efeitos desta pandemia e com o Intuito de auxiliar os micro e pequenos empresários, a SIC promoveu vídeo aulas, que estão disponíveis no canal da SIC no Youtube, com os seguintes temas: “Exportação como oportunidade”; “12 métodos de inovação para você superar a crise”; “Linhas de créditos para empréstimos do Estado”; “Fatores importantes para superar a crise”; “Gestão financeira”; “Empreendendo na nova Década”; “Juventude empreendedora”; “Simples Nacional e as Mudanças pós Coronavirus”; “Inovação, Marketing, e oportunidade na Crise”; “Metas Smart e ciclo PDCA”; “O que fazer quando algo não está dando certo”; “Relações Trabalhistas e Mudanças Legislativas Durante a Pandemia”; “Recuperação Judicial e

Falência"; "Business Model Canvas Part. 1 e 2"; "Medidas de Higienização nas Empresas para Prevenir o Contagio do Coronavirus".
Em 04 de agosto de 2020 com a LEI Nº 20.820, foi criada a Secretaria da Retomada, com objetivo de dirimir os impactos negativos da pandemia do novo coronavírus na economia goiana, com medidas que irão fortalecer e priorizar a geração de empregos, a qualificação profissional, o financiamento das atividades econômicas e o empreendedorismo, ficando alguns produtos desta ação sob responsabilidade desta pasta.
Foi Desenvolvido o programa "Mais Crédito" com o objetivo de fornecer ferramentas para que micro e pequenas empresas organizem e negociem suas dívidas de natureza comercial, especialmente aquelas contraídas durante o período em que estes negócios permaneceram sem atividade em decorrência do isolamento social, provocado pela pandemia de COVID-19, afim de estimular a retomada da atividade econômica no Estado de Goiás.
• No evento realizado nas cidades de Caldas Novas, Rio Quente e Morrinhos, micro e pequenos empresários tiveram, pela primeira vez, acesso a linhas de crédito junto à Goiás Fomento e Sicoob. Os ramos de atividade mais atendidos foram comércio, entretenimento, ramo de alimentos e salão de beleza, representando, respectivamente, 56,09%, 12,19%, 12,19% e 7,31% das empresas atendidas.
• No evento realizado na Acieg, micro e pequenos empresários puderam negociar suas dívidas, receber consultoria financeira e, nos casos onde houve necessidade, buscar crédito junto às instituições bancárias ali instaladas (Goiás Fomento, Banco do Brasil, Sicoob Lojicred, C6 Bank e Garante Goiás/BRB).
• No evento realizado nas cidades de São Jorge e Alto Paraíso de Goiás, micro e pequenos empresários tiveram, pela primeira vez, acesso a linhas de crédito junto à Goiás Fomento. Importante ressaltar aqui, que todas as empresas atendidas eram relacionadas ao turismo da região da Chapada dos Veadeiros (pousadas, bares e restaurantes).
• No evento realizado na cidade de Minaçu, micro e pequenos empresários tiveram, pela primeira vez, orientação e acesso a linhas de crédito junto à Goiás Fomento e Sicoob, maioria das empresas atendidas foram no ramo de Mecânica Automobilística.
O estado de Goiás até a data do dia 15/12/2020 teve uma concessão com um quantitativo de significativo, ultrapassando a meta, onde 4 mil empresas foram beneficiadas pelos os programas da Agência Goiasfomento.
O Projeto da cerveja de mandioca implantado desenvolvido juntamente a AMBEV com o intuito de induzir investimentos em municípios que necessitam de desenvolvimento econômico, onde uma das únicas (se não a única) fontes de renda é a agricultura. Foi realizada uma articulação com o mercado consumidor para garantia de demanda para a geração de renda para os agricultores. Até o presente momento a AMBEV comprou um total de 222 toneladas de mandioca desses pequenos produtores nos Municípios de Flores de Goiás; Itaberaí; Cavalcante; Posse; Buritinópolis; Niquelândia; Colinas do Sul; e Mundo Novo, sendo 352 famílias impactadas positivamente com esse projeto, entre produtores, colhedores, carregamento e etc.
O Governo destinará 1,8 milhão para estruturar um frigorífico de beneficiamento de tilápia no município de Minaçu. Estima-se que esse investimento irá gerar aproximadamente 2 mil empregos diretos e indiretos, sendo com isso uma ação para o APL de piscicultura na região Nordeste do Estado.

OBSERVAÇÕES
Como forma de promover o artesanato goiano, foi realizado a 31ª Feira Nacional de Artesanato, com a finalidade de exposição e venda, no qual 25 artesãos representaram o Estado de Goiás 5 representantes da CARTAGO. No mapeamento dos artesãos em Pirenópolis foi anunciada a criação do selo; A oficialização da cooperativa; Abertura da loja colaborativa da Coopeart. Na cidade de Morrinhos; Aprovação do projeto do CERART e 27 novos cadastros de artesãos no sistema do Programa do Artesanato Brasileiro.
Após a restauração do prédio que vai abrigar a administração da pasta do Turismo e a Casa do Artesanato Goiano, inaugurou-se no dia 16/12/2020 a Casa do Turismo, no Centro de Goiânia, um espaço com uma loja com artesanato disponível para venda de artistas dos 246 municípios goianos, com esse espaço irá fortalecer a política de atração de turistas, consequentemente vai gerar mais empregos e renda, além de levar a arte dos goianos para outros estados e países.
Durante o ano de 2020 foi realizado o Evento de Lançamento do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), em Goiás, com o objetivo de ampliar o número de exportadores, além de criar um ambiente seguro de trabalho, em que os empreendedores tenham confiança de dar o passo rumo à exportação, e para que tudo corra bem, no decorrer do mesmo ano, foram realizadas ações de capacitação, que apresentou o perfil de maturidade, que resultaram na entrega do Plano de Ação e serviço a cada uma das empresas participantes do PNCE. Foram realizadas ações de capacitação, destinadas a empreendedores participantes do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). As reuniões de apresentação do perfil de maturidade, que resultaram na entrega do Plano de Ação e Serviços a cada um das empresas participantes, foram realizadas através de vídeo conferência. No total, foram realizadas 20 reuniões.
Encontro Nacional de Comércio Exterior, realizado nos dias 12 e 13 de novembro, online, com a apresentação de um workshop intitulado "Atração de Investimentos e a Nova Economia". O "Fórum Brasil Export", realizado em Brasília, nos dias 22 e 23/11/2020, apresentando resultados de Comércio Exterior do Estado de Goiás.
No dia 08 de dezembro, a SIC participou de uma live, juntamente com o presidente do Sindicarne, Leandro Stival, discorrendo sobre o tema "Atração de Investimentos para Goiás e Comércio Exterior).
A geração de empregos em Goiás no ano de 2020 segue em ritmo crescente. E os dados divulgados hoje pelo Caged/Ministério da Economia mostram que as vagas de trabalho perdidas no período da pandemia já foram recuperadas. Depois de forte retração nos meses de março, abril e maio, nos meses que se seguiram até outubro, os vários setores da economia reagiram e o saldo hoje é positivo.
O saldo (diferença entre admissões, 49.753; e demissões, 40.948) no mês de outubro foi de 8.805 empregos. E no período entre janeiro e outubro o saldo é de 22.550 novas vagas de trabalho.
No Brasil o saldo, entre janeiro e outubro, também é positivo: 394.989 vagas de trabalho. Em 2019, nesse mesmo período, o saldo era de 70.852.


BRASIL
EXPORT


ARTESANTO GOIANO


Lançamento da cerveja regional Esmera de Goiás, produzida a partir da fécula da mandioca

AÇÃO: 2061 - GOIÁS EMPREENDEDOR - MICROCRÉDITO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3353 - FUNDO DE FINANCIAMENTO DO BANCO DO POVO DO ESTADO DE GOIÁS
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REALIZAÇÕES

Em janeiro, o Programa Goiás Empreendedor - Microcrédito, iniciou os trabalhos visitando o Município de Iporá através do SIC em Ação, que resultou na assinatura de 2 (dois) contratos, um no valor de R$ 15.000,00, com taxa de 0,25% ao mês, para uma empresa de montagem e manutenção de computadores. E outro no valor de R$ 4.897,70, para compra de equipamentos e insumos de salão de beleza, com taxa de 0,25% ao mês.
Em fevereiro, o Goiás Empreendedor, através do SIC em Ação, visitou os Municípios de Itapuranga e Goianápolis, que resultou na assinatura de 1 (um) contrato no valor de R$1.800,00 para aquisição de uma máquina de costura.
Em maio, a partir de uma parceria com a Prefeitura de Catalão, foi inaugurado no município a Sala do Empreendedor, que possibilitou aos micros e pequenos empresários da região melhor atendimento, conforto e acesso ao Programa Goiás Empreendedor. Até o momento no espaço já foram atendidos mais de 150 empresários, gerando 11 novos contratos, sendo que três já estão em fase de pagamento, com os valores de R$14.250,00, R$16.139,24 e R$15.999,00.
No geral, durante todo o ano de 2020, foram realizados 52 contratos pelo Programa Goiás Empreendedor - Microcrédito, que resultaram na liberação de R$ 613.215,98 (seiscentos e treze mil, duzentos e quinte reais e noventa e oito centavos), atendendo a 21 municípios do Estado de Goiás.
Já a partir de julho, o Goiás Empreendedor - microcrédito, passou a ofertar a Linha Emergencial para os Permissionários do Transporte Escolar, que até o momento já foram pagos 395 contratos, cada um no valor de R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais), totalizando na liberação de R$ 3.555.000,00 (Três Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil Reais).

OBSERVAÇÕES

A partir de março, por força do Decreto de Calamidade Pública devido à pandemia de COVID - 19, foram suspensas as atividades de acompanhamento técnico e de assinaturas de contratos nos municípios do interior e os atendimentos presenciais na sede do Goiás Empreendedor - Microcrédito, na Avenida Anhanguera, Centro - Goiânia.
No momento, os atendimentos do Goiás Empreendedor - Microcrédito, estão sendo feitos por telefone, whatsApp e email. As documentações para a contratação dos financiamentos são enviadas para os emails da Gerencia de Financiamento e Microcrédito.


Goiás
Empreendedor
MENORES TAXAS DO MERCADO


Goiás
Empreendedor
Programa do Governo do Estado de Goiás
GOIÁSFOMENTO



PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1018 - GOIÁS INTERNACIONAL
AÇÃO: 2071 - INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REALIZAÇÕES
Dentre as várias ações da unidade GEIAM destaca-se o fortalecimento dos números da balança comercial de Goiás como resultado das ações de busca de mercados alternativos e capacitação e promoção das empresas goianas para o mercado internacional.
• Reestruturação do Relatório da Balança Comercial Brasil e Goiás
Elaboração de 12 edições do Relatório mensal da Balança Comercial do Estado de Goiás, que consiste nos números das exportações e importações do Estado em relação ao Brasil e seus respectivos produtos. Informações importantes para a tomada de decisão nas empresas que atuam no comércio exterior. Por meio desse instrumento o empresário pode visualizar quais os mercados são mais promissores para seu produto.
• Programa PNCE (Programa Nacional da Cultura Exportadora) - www.pnce.economia.gov.br
Programa para preparar as empresas goianas para o mercado internacional. Cerca de 20 (vinte) empresas estão sendo preparadas para exportar seus produtos por meio dessa metodologia, coordenada pela SIC em Goiás e em parceria nacional com o Ministério da Economia. As empresas que já aderiram ao PNCE em Goiás, entre outras: Tecmarques, Petiscos & Cia Alimentos, Coopcerrado, The Black Beans, Alca Foods, Brasil Fértil, Fats Açaí, Gabitec, Net Suprema, Nova Metalúrgica It Solutions, Vangard Brazil Cosmetics, Alambique Caialua, Estação Solar, Riqueza Mineira.
• Estruturação da participação do Estado de Goiás na feira TecnoShow. / Tarefas: coordenação e licitação dos stands das secretarias participantes. Envio de convite da TECNOSHOW a embaixadas. Mesmo a Feira tendo sido cancelada, toda a preparação para a participação da SIC já havia sido realizada.
• Negociação para instalação de uma planta de montagem automotiva de uma montadora chinesa na cidade de Itumbiara – Recepção da delegação chinesa em Goiás
• Negociação junto a Secretaria da Economia para simplificar a emissão da guia de importação, trazendo mais rapidez e transparência para que faz importação, principalmente de insumos para as indústrias goianas.
• Apoio na busca e importação de equipamentos de segurança e medicamentos contra o COVID 19
• Apoio na implementação da empresa de armas Delfire em parceria com a empresa Arex da Eslovênia. Reunião com a embaixada da Eslovênia
• Análise de acordos comerciais Arábia Saudita e Egito afim de verificar a viabilidade de exportações para esses países.
• Estudo de prospecção sobre Omã: exportação e importação Brasil/Goiás x Omã (2015 a 2019; 2019 e 2020); Principais produtos que Goiás não exporta para Omã que poderia exportar – Novas parcerias com o país. O foco é aumentar as exportações de ouro e minerais, bem como trazer investidores para Goiás.

• Recepção à empresa CP CHINA GLOBAL SUPPLY CHAIN a fim de ampliar a exportação de carnes para a China. Foram realizadas visitas técnicas a frigoríficos e confinamentos de gado, acompanhados do SINDICARNE Goiás e SEAPA.
• Apoio no processo de internacionalização do aeroporto de Goiânia.

OBSERVAÇÕES

A pandemia por conta do COVID-19 criou oportunidades na Superintendência de Atração de Investimentos Internacionais – SAII no sentido de proporcionar um pouco mais de tempo e dedicação para o desenvolvimento de ferramentas fundamentais e necessárias para a atividade de atração de investimentos internacionais e capacitação e preparação das empresas goianas para o acesso ao mercado internacional. Mesmo não realizando missões internacionais e visitas presenciais a embaixadas estrangeiras no Brasil, tanto a SAII como o Estado como um todo saem fortalecidos e instrumentalizados para as ações pós pandemia.Portanto, algumas metas não foram possíveis atingi-las.



Recepção à empresa CP CHINA GLOBAL SUPPLY CHAIN a fim de ampliar a exportação de carnes para a China.





AÇÃO: 2072 - PROMOVER GOIÁS NACIONAL E INTERNACIONALMENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR
3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REALIZAÇÕES

A GEPEGE (Gerência de Promoção do Estado de Goiás no Exterior), trabalhou-se em 2020 com foco na busca incansável pela promoção do Estado de Goiás no exterior, tendo como meta: identificar, prospectar investidores, compradores e promover a indústria, o comércio e os serviços de Goiás. Foi necessária muita criatividade para driblar a pandemia, mas por meio de reuniões virtuais e ferramentas digitais foram realizados contatos com empresas estrangeiras, embaixadas e câmaras de comércio.

• Site “Investe Goiás” (www.investe.goias.gov.br).

Criado para apresentar Goiás para o mundo. Por meio de vídeos, informações e imagens é um instrumento fundamental para atrair investimentos para o Estado e colocá-lo definitivamente no “radar” de empresas e pessoas, por meio digital e virtual, em todo o mundo.

• Revista “GO Comex Magazine” –
Uma nova forma de ver o Comércio Exterior em Goiás
(https://www.sic.go.gov.br/files/Comunicacao/3edicao.pdf)

A criação da Revista “GO COMEX Magazine” tem como objetivo desmistificar os dados da balança comercial de Goiás, apresentando-os de forma eminentemente analíticos e visualmente interessante. Nesse ano de 2020 já foram lançadas 3 edições da Revista.

• Projeto “Made in Goiás”

A implementação desse projeto vem promover e incentivar a exportação de produtos manufaturados da Indústria Goiana. Nesse sentido foi realizada uma aproximação com a AER44 (Associação Empresarial da Rua 44) e com o Sindicarne Goiás. Foi elaborada e estruturada uma metodologia de ação e realização de reuniões com Associações, Sindicatos e representantes de entidades de classe.

• Atendimento a prefeitura e câmaras de comércio internacionais, visando levar investimentos internacionais para essas cidades.

• Apoio a empresas para participação online da 128ª Canton Fair - Feira comercial realizada na China entre a primavera e o outono de todos os anos desde a primavera de 1957 em Canton.

• Visita às empresas Canpack, Cargil, Caramuru Alimentos e Alca Foods instaladas no município de Itumbiara, no Sul do Estado, para estimular as empresas a usarem o gás natural nos seus processos industriais e conhecimento dos processos industriais.

OBSERVAÇÕES

A pandemia por conta do COVID-19 criou oportunidades na Superintendência de Atração de Investimentos Internacionais – SAII no sentido de proporcionar um pouco mais de tempo e dedicação para o desenvolvimento de ferramentas fundamentais e necessárias para a atividade de atração de investimentos internacionais e capacitação e preparação das empresas goianas para o acesso ao mercado internacional. Mesmo não realizando missões internacionais e visitas presenciais a embaixadas estrangeiras no Brasil, tanto a SAII como o Estado como um todo saem fortalecidos e instrumentalizados para as ações pós pandemia.

SITE "INVESTE GOIÁS"







AÇÃO: 2073 - PROSPECÇÃO DE INVESTIMENTOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3300 - SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

U.O.: 3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR

REALIZAÇÕES

As atividades envolvidas com a prospecção de investimentos têm por finalidade a realização de eventos para assinatura de protocolos de intenções. Para isso são utilizados com apoio o programa Produzir, o Mais Goiás, as fontes de financiamento como a Goiasfomento e o FCO, além da política de comercialização de lotes industriais nos diversos distritos da Codego.

Para que esses eventos tivessem números de empresas suficientes para justificar a realização, os técnicos da Superintendência de Prospecção de Investimentos fizeram mais de 200 contatos através de reuniões, dentro e fora do estado, encontros, contatos telefônicos com o objetivo de demonstrar as diversas potencialidades econômicas, logísticas e naturais do estado, além de das demonstrações técnicas e financeiras para que os investidores possam vislumbrar novas oportunidades.

Os eventos para a assinatura dos protocolos de intenções são importantes para dar visibilidade para toda a população Goiana, dos empreendimentos que serão instalados nos diversos municípios goianos, gerando novos empregos que possibilitarão uma maior geração de renda e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos goianos, além de ser uma oportunidade para uma melhor distribuição desses investimentos, atingindo o maior número possível de municípios.

Sendo assim, em fevereiro foram assinados 44 protocolos com empresas que serão implantadas em 27 municípios diferentes. Das empresas instaladas o destaque fica por conta da Cervejaria Imperial que efetivará investimentos da ordem de R$900.000.000,00, gerando cerca de 1600 empregos diretos e indiretos, na cidade de Jataí.

No evento de maio foram firmados novos 24 protocolos para investimentos totais em torno de 1.170.000.000,00, em 20 municípios diferentes. O destaque foi a empresa do ramo de mineração Amarillo Mineração, que se implantará em Mara Rosa, com aporte de aproximadamente R$600.000.000,00 e 3450 novos empregos diretos e indiretos.

Em agosto, 23 novos empreendimentos com investimentos de R$1.600.000.000,00, 16900 novos empregos diretos e indiretos em 12 diferentes municípios. A empresa Enercom Energias Renováveis se implantará em Luziânia, com investimentos da ordem de $250.000.000,00 e 1500 empregos diretos e indiretos e contribuirá para que o estado atinja um patamar mais elevado de fornecimento de energia para o povo de Goiás, por meio da geração de energia em placas fotovoltaicas.

Em novembro novo evento com a participação de 44 empresas, que firmaram compromisso de realizar mais de R$4.865.000.000,00 em 22 municípios e gerarão aproximadamente 26900 empregos diretos e indiretos. A CAOA investirá cerca de R$1.500.000.000,00 no município de Anápolis em uma nova linha de montagem de um novo produto, possibilitando a criação de 6000 novas vagas de empregos diretos e indiretos.

Acreditamos que no ano de 2021 será possível retomar as atividades normalmente e os demais produtos receberão atenção especial.

OBSERVAÇÕES

A superintendência de Prospecção de Investimentos desenvolve atividades que visam prestar atendimento a empresários interessados em implantar aqui seus empreendimentos. Para isso seus técnicos emprendem viagens para fora do estado quando uma delas requerem a visita de um deles em suas dependencias. Por outro lado, participam de reuniões na própria Secretaria visando demonstrar os grandes benefícios proporcionados pelo \governo do \estado. \A principal ferramenta utilizada são os programas de incentivos fiscais, que diminuem as despesas tributárias e financeiras das empresas. O programa Produzir e agora o Mais Goias são as ferramentas que dão esse suporte. Outro fator que seduz os empresários é ótima localização de nosso estado, possibilitando a cobertura de mais de 70% de todo o território brasileiro, num raio de até 800km.


VITAMEDIC


#SIC NA IMPRENSA
Diário da Manhã
Empresa se instala em Goiás sem medo da pandemia
WANDELL SEIXAS
Carlos Brito, diretor geral de Varejo da Nutrien Brasil, afirmou, em entrevista ao DM, que a empresa, recém chegada a Goiás, não "tem medo da pandemia ao investir e expandir os seus negócios". Fazendo blague da presença do coronavírus que paralisou praticamente o mundo, disse que "o vírus da prosperidade foi ocasionado" em momento de desafio.
Demonstrou inteira confiança nos destinos do País e a escolha para se instalar no Estado deveu-se à importância da produção agropecuária. Para o entrevistado, já existe um plano estratégico para o ano que vem. A Nutrien, maior fornecedora mundial de insumos e serviços agrícolas, pretende chegar a todos os pontos nacionais.
Segundo Brito, a empresa produziu e distribuiu 25 milhões de toneladas de potássio, nitrogênio e fosfato em todo o mundo. "Com esta capacidade e nossa rede líder de varejo agrícola, estamos bem posicionados para suprir as necessidades e demandas de nossos clientes".
Resultados em 2019. Vendas: US 20,0 bilhões. Lucro líquido: US 992 milhões. Emprega mais de 22 mil funcionários. Adianta que "no Brasil estamos construindo a maior e melhor distribuidora de insumos agrícolas". Para a próxima safra agrícola, mais de cem registros de defensivos genéricos estão previstos.
A cadeia de suprimentos é muito estruturada e com uma atuação estratégica, mas há um espaço ainda a ser mais explorado: a distribuição. Identificando essa oportunidade e o potencial do mercado nacional, a Nutrien decidiu atuar no território nacional para oferecer uma nova plataforma de varejo de insumos agrícolas e serviços com o compromisso em servir os agricultores.
Metas
O objetivo é atingir R$10 bilhões em vendas até 2024, por meio de aquisições e metas cuidadosamente selecionadas que alavancarão a presença da empresa nos estados de SP, MG e GO e nos permitirão ampliar nossa atuação para estados, em que ainda não estamos presentes, como MT, MS e PR. Investimento e desenvolvimento em soluções digitais inovadoras para o Agronegócio, oferecendo tecnologia, serviços e uma experiência diferenciada para os nossos clientes. No Brasil, fatura cerca de R$2 bilhões. Quadruplicado o tamanho da empresa no Brasil nos últimos 12 meses, passando de receita de R$500 milhões para R$2 bilhões. Emprega cerca de 1.000 funcionários.
SIC
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços
Somos todos GOIÁS
GOVERNO DO ESTADO


SAÍDA
SAÍDA

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Fabrício Borges Amaral

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A identificação, o desenvolvimento e a exploração de potenciais turísticos do Estado;
A captação de recursos para o turismo e execução de ações a ele relacionadas;
A prestação de serviços técnicos, o monitoramento de impactos socioeconômicos, ambientais, culturais sobre a atividade turística e a qualificação de profissionais do ramo do turismo;
O apoio na realização de eventos ou festas tradicionais do Calendário Turístico do Estado de Goiás.

2.2 Legislação
A Agência Estadual de Turismo - GOIÁS TURISMO, Entidade da administração indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, criada pela Lei no 13.550, de 11 de novembro de 1999, é uma Entidade autárquica estadual, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços, nos termos da alínea “c” do inciso VIII do art. 44 da Lei no 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Considerando o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, em que declara emergência de saúde diante do Novo coronavírus (COVID-19).
Considerando o Decreto nº 9.649, de 13 de abril de 2020, em que institui o plano de contingenciamento de gastos para o enfrentamento da Pandemia de COVID-19.
Considerando o Decreto nº 9.653 de 19 de abril de 2020, em que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública e todas as alterações, que prevê "proibição de todos os eventos públicos e privados de quaisquer natureza, desde que presenciais, inclusive reuniões, espaços comuns de condomínios verticais e horizontais destinados exclusivamente ao lazer tais como churrasqueiras, piscinas, salões de jogos e festas, espaços de uso infantil, salas de cinemas e/ou demais equipamentos sociais que ensejem aglomerações e que sejam propícios à disseminação da COVID-19".
Considerando o Decreto 9.674, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre a limitação de atividades na região do Rio Araguaia que impliquem em aglomeração de pessoas para lazer e turismo, como forma de combate à disseminação da COVID-19 no Estado de Goiás. Não foi realizada a Temporada de Férias do Araguaia, e com isso, não foi realizada a praia acessível, em atendimento ao decreto estadual retro citado. Por isso, o Programa Praia Acessível, que colocou cadeiras de rodas no Vale do Araguaia durante a Temporada 2019, em parceria com a Unimed, para que pessoas com necessidades especiais pudessem tomar banho de rio, não foi implementado este ano. Porém, coordenamos a Operação Araguaia, com ações de orientação aos turistas, inibindo a aglomeração de pessoas ao longo do rio durante a temporada de férias.
Muitas ações do turismo envolvem aglomerações e para erradicar a Pandemia do COVID 19 no Estado de Goiás, esta Autarquia ficou impossibilitada de realizar a maioria das ações propostas para o ano.
Porém, foram realizados:
- Levantamento da Agência Estadual de Turismo aponta crescimento no número de cadastros novos e de renovações desde o início da pandemia do novo coronavírus. Levantamento da Agência Estadual de Turismo aponta crescimento no número de cadastros novos e de renovações desde o início da pandemia do novo coronavírus. De janeiro a dezembro de 2020 foram registrados 2.198 novos cadastros e 1780 renovações, totalizando 3.978 cadastros. No mesmo período de 2019 foram feitos 415 novos registros e 257 renovações. De março a julho de 2020, mesmo durante a emergência sanitária e com os empreendimentos turísticos fechados, o número de novos cadastros em Goiás aumentou 85% em relação ao mesmo período do ano passado.
Somando os que fizeram o cadastro pela primeira vez e as renovações, no ano passado foram 672 e agora, 3.978 registros. Mais que o quíntuplo de 2019.
Devido a Pandemia do coronavírus e a liberação das linhas de crédito especiais oferecidas pelo governo para o Turismo, fornecidas pela Goiás Fomento, que exigiam o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos como pré-requisito para a liberação do crédito, e ainda, a alta se deve também aos mutirões de renovação realizados pela equipe do Cadastur em Goiás, mesmo estando em teletrabalho. O Cadastur Goiás alcançou primeiro lugar no ranking nacional de cadastros novos e renovações, conforme noticiado pelo Ministério do Turismo.
- A Goiás Turismo atuou diretamente para a contratação - em parceria com a SES - de hotéis para hospedagem de servidores da área da saúde em linha de frente ao enfrentamento do novo coronavírus em Goiânia, resultando no programa Hotéis Mais Saúde que beneficiou os profissionais com a contratação de 92 quartos.
- Dentro da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado foi criado grupo de trabalho para a inclusão de pessoas com deficiência no Turismo goiano. A Goiás Turismo integra a comissão, com o objetivo de criar políticas públicas para garantir acessibilidade aos PCDs (Pessoas com Deficiências) nos principais destinos turísticos do Estado.
- As redes sociais da Goiás Turismo foram utilizadas para a transmissão de lives com representantes das 10 Regiões Turísticas do Estado, dos segmentos turísticos, gestores municipais e especialistas sobre ações focadas na superação da crise e pós-pandemia, com planejamento para médio e longo prazo. Desde o início da pandemia, essa modalidade de trabalho ajudou a ouvir demandas e divulgar as ações do Governo para empresários e profissionais do setor, além de ajudar na promoção do Estado.
- É importante destacar que foi verificado aumento do número de seguidores nas redes sociais da Goiás Turismo e crescente engajamento.
- A autarquia planejou ações focadas no pós-crise: marketing de Goiás, promoção dos atrativos turísticos, trabalhar pela regionalização, consultorias aos empresários por meio de parcerias com o Sistema S.
- A Goiás Turismo, contando com a parceria da Associação Caminho de Cora Coralina e ajuda de empreendedores e voluntários de cidades e povoados à beira do Caminho, reforçou a sinalização nos 300 quilômetros do percurso para a reabertura da trilha para turistas. O Caminho de Cora Coralina retoma as atividades depois de ficar sem receber visitantes oficialmente durante cinco meses, por causa da

pandemia do novo coronavírus.
- Foram publicados pelo Observatório do Turismo 41 Boletins Especiais de Panorama do Turismo em Goiás frente à Covid-19, monitorando semanalmente o impacto da pandemia no setor no Estado. Os estudos permanecerão sendo publicados durante todo o período de pandemia. Também foram entregues pelo Observatório do Turismo de Goiás, responsável por pesquisas quantitativas e qualitativas em eventos do Governo de Goiás, particulares e alternativos, base para o Boletim de Dados anual, pesquisas realizadas antes da pandemia.
- Produção de Estudos Estatísticos de Dados Relevantes do Estado de Goiás, Pesquisa Comparativa dos Indicadores de Satisfação dos Festivais Gastronômicos em parceria com o Sebrae e o Boletim de Dados 2019, pelo Observatório, além de relatórios, artigos científicos, publicações e apresentações em congressos nacionais e internacionais. E ainda Inventários da Oferta Turística de Trindade, Rio Quente, Paraúna e Santa Rita do Araguaia, pesquisas Goiânia Mostra Artesanato e Baixa Temporada em Pirenópolis, Censo Hoteleiro de Caldas Novas e de Rio Quente, Carnaval Antigo, Carnaval dos Amigos, Carnaval de Três Ranchos e Pós-Carnaval 2020, Planejamentos Estratégicos de Cristalina e Corumbá de Goiás e Dossiê das Cachoeiras de Goiás e das Folias de Cristalina.
- Foram realizadas pela Agência Estadual de Turismo reuniões on line com as Instâncias de Governanças, visando divulgar as linhas de crédito e ainda receber as demandas para a consolidação e enfrentamento à pandemia.
- A Goiás Turismo atuou na interlocução com o Comitê de Crise, tratando de protocolos de retorno e encaminhando as demandas ouvidas nas reuniões, além de dar andamento às ações durante a crise.
- A autarquia, em parceria com a GoiásFomento, disponibilizou linhas de crédito específicas para empresários do ramo de Turismo, em que a Goiás Turismo articulou a criação e auxiliou na divulgação e acesso aos financiamentos junto ao Trade Turístico Estadual.
- Participação da Goiás Turismo nas reuniões do FCO.
- A Goiás Turismo participou das articulações pela internacionalização do Aeroporto Santa Genoveva, que duraram um ano. Todas as exigências da Anac e as adaptações físicas foram prontamente atendidas e o aeroporto de Goiânia agora tem capacidade de movimentar 6 milhões de passageiros por ano, que vai beneficiar, principalmente, o Turismo, a indústria, o comércio e o agronegócio do Estado. O próximo passo da autarquia é lançar mão de estratégias de convencimento técnico - como a redução do QAV que nos deixou mais competitivos - para conquistar companhias aéreas estrangeiras e trazer voos para a capital.
- A Agência Estadual de Turismo assinou convênios com o Ministério do Turismo, com repasses de valores vultosos, para criação de infraestrutura e sinalização do Caminho de Cora Coralina e ainda para qualificação de prestadores de serviços e gestores das 10 (dez) Regiões Turísticas de Goiás. Assinados contrato de repasse e convênio para a retomada do Turismo em 2021 que somam quase R$ 5 milhões. A autarquia firmou contrato de repasse de R$ 3,9 milhões com a Caixa Econômica Federal para investimento em infraestrutura turística. Os recursos do Ministério do Turismo foram viabilizados por emendas parlamentares.
A Goiás Turismo fez convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de quase R$ 1 milhão, para o “Projeto de Retomada, Inovação e Fortalecimento das Regiões Turísticas do Estado de Goiás pós-pandemia”, para beneficiar os 79 municípios turísticos goianos.
Redigidas e apresentadas 5 propostas referentes a emendas parlamentares federais, que foram inseridas na Plataforma +Brasil e já pré aprovadas pelo Ministério do Turismo e pela Sudeco. Agora passam por análise na Caixa Econômica Federal para, em seguida, termos os Contratos de Repasse formalizados.
- Garantidos R$ 886 mil para investimentos na implantação de infraestrutura turística no Parque Estadual de Terra Ronca, graças à emenda impositiva de bancada.
- A autarquia articulou junto ao Congresso Nacional visando recursos e atenção especial para o Turismo. Como liderança no Fornatur, a Goiás Turismo é responsável pela interlocução em Brasília junto ao Legislativo e ao governo federal, inclusive Ministério do Turismo, Embratur, Ministério de Meio Ambiente e Ministério da Economia, defendendo um novo olhar para o Turismo.
Realizadas parcerias com duas provas off road que unem divulgação do Estado e solidariedade. Dois destinos turísticos de Goiás entraram na rota do maior rally das Américas que, por causa da pandemia do novo coronavírus, se transformou no Rally da Solidariedade, levando acesso gratuito à medicina de qualidade e fomentando a economia em comunidades carentes. O Sertões 2020, instalou duas unidades de Telemedicina no Norte goiano para beneficiar a população local durante um ano e doou cerca de 58 toneladas em cestas básicas com alimentos comprados de pequenos produtores da região.
O Mitsubishi Motorsports 2020 mostrou Goiás quando os competidores encararam um trajeto de 200 quilômetros por estradas vicinais nos arredores de Goiânia, passando por Senador Canedo, Caldazinha e Bela Vista de Goiás, Brazabrantes e Inhumas, enfrentando desafios em meio às belezas naturais da região. O foco da temporada é a solidariedade e a ajuda ao comércio local, onde foram comprados todos os itens. Cada inscrito doou uma cesta básica e itens de higiene pessoal de prevenção ao coronavírus. Para cada cesta arrecadada, a Mitsubishi Motors doou outra igual às instituições de caridade das cidades onde o evento passou.
Criada força-tarefa do governo estadual comandada pela Goiás Turismo para conter aglomerações nos municípios turísticos. A autarquia reúne Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e prefeituras em ações de orientação e conscientização da população, reforço na fiscalização para assegurar o cumprimento de protocolos sanitários de prevenção contra a Covid-19, maior patrulhamento nas rodovias e inspeção ambiental.
Assumida a administração do Centro Cultural Oscar Niemeyer. Minireforma administrativa do Governo do Estado , Lei nº 20.820, transferiu a Diretoria do espaço cultural para a Goiás Turismo, em agosto de 2020. Mesmo em tempo de pandemia, a nova gestão começou a implementar projetos, firmar parcerias e criar atrações, reabrindo o local para a comunidade, mantendo todos os protocolos e distanciamento social recomendados.
Realizada em Goiânia, de forma semi-presencial, a 100ª Reunião do Fornatur. Os gestores de Turismo dos estados brasileiros fizeram um balanço das ações e resultados de 2020 e debateram as estratégias para a retomada do Turismo em 2021, tão prejudicado pela pandemia do novo coronavírus. O encontro contou com a participação de representantes do Ministério Turismo, de entidades como a Confederacao Nacional de Municipios, da iniciativa privada e da aviação.
O governo de Goiás, por meio do Observatório da Goiás Turismo, realizou o segundo seminário somos todos Goiás, com a temática “Retomada do Turismo protagonismo do empreendedorismo goiano”, o encontro contou com a participação de renomados profissionais para discutir o futuro do turismo no Estado. Aconteceu no último dia 07 e 08 de dezembro de 2020, no formato de webinar, em que os participantes puderam conhecer mais sobre: Eventos; Gastronomia; Vitivinicultura; Produção Cultural; Artesanato; Associativismo e Negócios Turísticos.
A Goiás Turismo apoiou o Abeta Summit 2020, congresso brasileiro de Ecoturismo e turismo de aventura, o evento é realizado desde 2003, sendo o principal da cadeia produtiva do turismo de natureza no Brasil. É um dos mais importantes fóruns de discussões do setor e reúne empresários e gestores públicos, consultores, acadêmicos, ativistas, jornalistas, guias e condutores de atividades em ambiente naturais. Goiás foi destaque sendo capa da revista Abeta, que trouxe anúncio dos principais atrativos da região da Chapada dos Veadeiros.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Planejamento Estratégico de 2019 e revisão com a orientação da Secretaria de Estado da Economia;

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Foi construído junto à Secretaria de Estado da Economia, uma revisão do Planejamento Estratégico em que foram elaborados indicadores estratégicos, em fase de finalização e desdobramentos em ações, projetos e processos.
Como ainda estão em fase de finalização e deliberação por parte da alta gestão, estarão sendo utilizadas para o próximo semestre.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1026 - MAIS CULTURA E ARTE
AÇÃO: 2098 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA GOIANA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON

REALIZAÇÕES
Com o advento da Lei nº 20.820, transferiu a Diretoria do espaço cultural para a Goiás Turismo, em agosto de 2020.
Os músicos da orquestra filarmônica estavam com os contratos temporários irregulares e a Secretaria de Estado da Cultura fez o desligamento dos mesmos, ficando portanto em vigor o contrato do maestro, valor liquidado até outubro de 2020, quando o mesmo também foi suspenso.
Sem a vigência dos contratos dos músicos e do maestro não foram possíveis a realização dos Concertos previstos nas metas.

AÇÃO: 2101 - PROMOÇÃO E APOIO A FESTAS E EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 2550 - FUNDO DE ARTE E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDO CULTURAL
2551 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
3380 - FUNDO ESTADUAL DO CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER - FECCON
2501 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA

REALIZAÇÕES
Realizada a divulgação do evento Rally Internacional do Sertões no ano de 2020, por meio da locação de ground de estrutura para a exposição de camionete plotada para o evento na Esplanada do Centro Cultural Oscar Niemeyer.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1028 - MAIS TURISMO
AÇÃO: 2108 - ESTUDO E QUALIFICAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

REALIZAÇÕES
Foram publicados pelo Observatório do Turismo 41 Boletins Especiais de Panorama do Turismo em Goiás frente à Covid-19, monitorando semanalmente o impacto da pandemia no setor no Estado. Os estudos permanecerão sendo publicados durante todo o período de pandemia. Também foram entregues pelo Observatório do Turismo de Goiás, responsável por pesquisas quantitativas e qualitativas em eventos do Governo de Goiás, particulares e alternativos, base para o Boletim de Dados anual, pesquisas realizadas antes da pandemia.
Produção de Estudos Estatísticos de Dados Relevantes do Estado de Goiás, Pesquisa Comparativa dos Indicadores de Satisfação dos Festivais Gastronômicos em parceria com o Sebrae e o Boletim de Dados 2019, pelo Observatório, além de relatórios, artigos científicos, publicações e apresentações em congressos nacionais e internacionais. E ainda Inventários da Oferta Turística de Trindade, Rio Quente, Paraúna e Santa Rita do Araguaia, pesquisas Goiânia Mostra Artesanato e Baixa Temporada em Pirenópolis, Censo Hoteleiro de Caldas Novas e de Rio Quente, Carnaval Antigo, Carnaval dos Amigos, Carnaval de Três Ranchos e Pós-Carnaval 2020, Planejamentos Estratégicos de Cristalina e Corumbá de Goiás e Dossiê das Cachoeiras de Goiás e das Folias de Cristalina.
A Agência Estadual de Turismo assinou convênios com o Ministério do Turismo, com repasses de valores vultosos, para criação de infraestrutura e sinalização do Caminho de Cora Coralina e ainda para qualificação de prestadores de serviços e gestores das 10 (dez) Regiões Turísticas de Goiás. Assinados contrato de repasse e convênio para a retomada do Turismo em 2021 que somam quase R$ 5 milhões. A autarquia firmou contrato de repasse de R$ 3,9 milhões com a Caixa Econômica Federal para investimento em infraestrutura turística. Os recursos do Ministério do Turismo foram viabilizados por emendas parlamentares. A Goiás Turismo fez convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de quase R$ 1 milhão, para o “Projeto de Retomada, Inovação e Fortalecimento das Regiões Turísticas do Estado de Goiás pós-pandemia”, para beneficiar os 79 municípios turísticos goianos.
Redigidas e apresentadas 5 propostas referentes a emendas parlamentares federais, que foram inseridas na Plataforma +Brasil e já pré aprovadas pelo Ministério do Turismo e pela Sudeco. Agora passam por análise na Caixa Econômica Federal para, em seguida, termos os Contratos de Repasse formalizados.
As redes sociais da Goiás Turismo foram utilizadas para a transmissão de lives com representantes das 10 Regiões Turísticas do Estado, dos segmentos turísticos, gestores municipais e especialistas sobre ações focadas na superação da crise e pós-pandemia, com planejamento para médio e longo prazo. Desde o início da pandemia, essa modalidade de trabalho ajudou a ouvir demandas e divulgar

as ações do Governo para empresários e profissionais do setor, além de ajudar na promoção do Estado. Foram realizadas pela Agência Estadual de Turismo reuniões on line com as Instâncias de Governanças, visando divulgar as linhas de crédito e ainda receber as demandas para a consolidação e enfrentamento à pandemia.
Considerando o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, em que declara emergência de saúde diante do Novo coronavírus (COVID-19).
Não foram possíveis as qualificações previstas, porém o processo do convênio com o Ministério do Turismo que visa a qualificação dos prestadores de serviços e dos gestores das 10 (dez) regiões turísticas está em iminência de ser licitado, para assim que possível, as qualificações darem início.

OBSERVAÇÕES
O produto Profissional na área de gestão do turismo capacitado, preenchido o valor financeiro, por se tratar de convênio com o SEBRAE e o valor vinculado ser a contrapartida desta Autarquia. As ações serão realizadas em 2021, e então preenchida a meta física no produto retrocitado e outros produtos.

AÇÃO: 2109 - EVENTOS TURÍSTICOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

REALIZAÇÕES
Considerando o Decreto nº 9.653 de 19 de abril de 2020, em que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde públicas e todas as alterações, que prevê "proibição de todos os eventos públicos e privados de quaisquer natureza, desde que presenciais, inclusive reuniões, espaços comuns de condomínios verticais e horizontais destinados exclusivamente ao lazer tais como churrasqueiras, piscinas, salões de jogos e festas, espaços de uso infantil, salas de cinemas e/ou demais equipamentos sociais que ensejem aglomerações e que sejam propícios à disseminação da COVID-19".
Mesmo diante da pandemia, foram realizadas parcerias com duas provas off road que unem divulgação do Estado e solidariedade. Dois destinos turísticos de Goiás entraram na rota do maior rally das Américas que, por causa da pandemia do novo coronavírus, se transformou no Rally da Solidariedade, levando acesso gratuito à medicina de qualidade e fomentando a economia em comunidades carentes. O Sertões 2020, instalou duas unidades de Telemedicina no Norte goiano para beneficiar a população local durante um ano e doou cerca de 58 toneladas em cestas básicas com alimentos comprados de pequenos produtores da região.
O Mitsubishi Motorsports 2020 mostrou Goiás quando os competidores encararam um trajeto de 200 quilômetros por estradas vicinais nos arredores de Goiânia, passando por Senador Canedo, Caldazinha e Bela Vista de Goiás, Brazabrantes e Inhumas, enfrentando desafios em meio às belezas naturais da região. O foco da temporada é a solidariedade e a ajuda ao comércio local, onde foram comprados todos os itens. Cada inscrito doou uma cesta básica e itens de higiene pessoal de prevenção ao coronavírus. Para cada cesta arrecadada, a Mitsubishi Motors doou outra igual às instituições de caridade das cidades onde o evento passou.
A Goiás Turismo apoiou o Abeta Summit 2020, congresso brasileiro de Ecoturismo e turismo de aventura, o evento é realizado desde 2003, sendo o principal da cadeia produtiva do turismo de natureza no Brasil. É um dos mais importantes fóruns de discussões do setor e reúne empresários e gestores públicos, consultores, acadêmicos, ativistas, jornalistas, guias e condutores de atividades em ambiente naturais. Goiás foi destaque sendo capa da revista Abeta, que trouxe anúncio dos principais atrativos da região da Chapada dos Veadeiros.
O governo de Goiás, por meio do Observatório da Goiás Turismo, realizou o segundo seminário Somos Todos Goiás, com a temática “Retomada do Turismo protagonismo do empreendedorismo goiano”, o encontro contou com a participação de renomados profissionais para discutir o futuro do turismo no Estado. Aconteceu no último dia 07 e 08 de dezembro de 2020, no formato de webinar, em que os participantes puderam conhecer mais sobre: Eventos; Gastronomia; Vitivinicultura; Produção Cultural; Artesanato; Associativismo e Negócios Turísticos.
Realizada em Goiânia, de forma semi-presencial, a 100ª Reunião do Fornatur. Os gestores de Turismo dos estados brasileiros fizeram um balanço das ações e resultados de 2020 e debateram as estratégias para a retomada do Turismo em 2021, tão prejudicado pela pandemia do novo coronavírus. O encontro contou com a participação de representantes do Ministério Turismo, de entidades como a Confederacao Nacional de Municipios, da iniciativa privada e da aviação.
Criada força-tarefa do governo estadual comandada pela Goiás Turismo para conter aglomerações nos municípios turísticos. A autarquia reúne Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e prefeituras em ações de orientação e conscientização da população, reforço na fiscalização para assegurar o cumprimento de protocolos sanitários de prevenção contra a Covid-19, maior patrulhamento nas rodovias e inspeção ambiental.
A Goiás Turismo, por meio do Presidente Fabrício Amaral, participou do 7º encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, em Salvador - Bahia, no qual ministrou a palestra "Goiás nas trilhas de longo curso - conectando patrimônios".

AÇÃO: 2110 - PRODUTOS, COMUNICAÇÃO E MARKETING EM TURISMO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

REALIZAÇÕES
Levantamento da Agência Estadual de Turismo aponta crescimento no número de cadastros novos e de renovações desde o início da pandemia do novo coronavírus. De janeiro a dezembro de 2020 foram registrados 2.198 novos cadastros e 1780 renovações, totalizando 3.978 cadastros. No mesmo período de 2019 foram feitos 415 novos registros e 257 renovações.
De março a julho de 2020, mesmo durante a emergência sanitária e com os empreendimentos turísticos fechados, o número de novos cadastros em Goiás aumentou 85% em relação ao mesmo período do ano passado.
Somando os que fizeram o cadastro pela primeira vez e as renovações, no ano passado foram 672 e agora, 3.978 registros. Mais que o quíntuplo de 2019.
A meta prevista de 250 (duzentos e cinquenta) foi estimada baseada na média de anos anteriores, porém devido a Pandemia do coronavírus e a liberação das linhas de crédito especiais oferecidas pelo governo para o Turismo, fornecidas pela Goiás Fomento, que exigiam o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos como pré-requisito para a liberação do crédito, e ainda, a alta se deve também aos mutirões de renovação realizados pela equipe do Cadastur em Goiás, mesmo estando em teletrabalho.

OBSERVAÇÕES

O Cadastur Goiás ficou em primeiro lugar no ranking nacional de cadastros novos e renovações, junto ao Ministério do Turismo, no ano de 2020.

AÇÃO: 2111 - SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE, INFRAESTRUTURA E TURISMO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

U.O.: 3361 - GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS

REALIZAÇÕES

A Goiás Turismo, contando com a parceria da Associação Caminho de Cora Coralina e ajuda de empreendedores e voluntários de cidades e povoados à beira do Caminho, reforçou a sinalização nos 300 quilômetros do percurso para a reabertura da trilha para turistas. O Caminho de Cora Coralina retoma as atividades depois de ficar sem receber visitantes oficialmente durante cinco meses, por causa da pandemia do novo coronavírus.

Considerando o Decreto 9.674, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre a limitação de atividades na região do Rio Araguaia que impliquem em aglomeração de pessoas para lazer e turismo, como forma de combate à disseminação da COVID-19 no Estado de Goiás. Não foi realizada a Temporada de Férias do Araguaia, e com isso, não foi realizada a praia acessível, em atendimento ao decreto estadual retro citado. Por isso, o Programa Praia Acessível, que colocou cadeiras de rodas no Vale do Araguaia durante a Temporada 2019, em parceria com a Unimed, para que pessoas com necessidades especiais pudessem tomar banho de rio, não foi implementado este ano. Porém, coordenamos a Operação Araguaia, com ações de orientação aos turistas, inibindo a aglomeração de pessoas ao longo do rio durante a temporada de férias.

Dentro da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado foi criado grupo de trabalho para a inclusão de pessoas com deficiência no Turismo goiano. A Goiás Turismo integra a comissão, com o objetivo de criar políticas públicas para garantir acessibilidade aos Pessoas com Deficiências - PCDs nos principais destinos turísticos do Estado.

Inauguração da Casa do Turismo.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Euclides Barbo Siqueira

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Legitimar as atividades empreendedoras com segurança e agilidade crescentes, de forma a contribuir cada vez mais com o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás.

2.2 Legislação
Decreto Federal nº 916, de 24 de outubro de 1890 - Cria o registro de firmas ou razões comerciais
Lei nº 213, de 12 de julho de 1900 - Lei de criação;
Lei nº 7.351, de 30 de junho de 1971 - Transforma a JUCEG em entidade autárquica;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências;
Decreto nº 1800, de 30 de janeiro de 1996 - Regulamenta a Lei nº 8.934.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Em Janeiro de 2020, a Junta Comercial do Estado de Goiás firmou convênio com o SEBRAE para fins de elaboração do planejamento estratégico anual da Autarquia, de acordo com as novas metas traçadas pelo Governo do Estado e envolvendo colaboradores de todas as Unidades da Casa, de forma a traçar um caminho coletivo para o avanço nas melhorias de nossos processos e a efetividade de entregas esperadas pelos cidadãos que utilizam nossos serviços.
Almejamos metas de curto, médio e longo prazo, mas principalmente, sermos referência em gestão de registros públicos através do permanente engajamento e motivação dos nossos colaboradores, que são os multiplicadores naturais da nova cultura organizacional focada em resultados que buscamos.
A pandemia e consequentes quarentena e desaceleração das motrizes econômicas de nosso País e Estado, comprometeram a plena implementação do referido planejamento, mas não impediram a Junta Comercial do Estado de Goiás de avançar. A agenda de protocolo de processos totalmente eletrônicos, cuja primeira fase se completou em novembro de 2019 (abrangendo empresários individuais, Eirellis e empresas limitadas) foi finalizada em 2020: hoje todos os demais tipos de empresas podem utilizar o protocolo digital (Sociedades Anônimas, Consórcios e Cooperativas que não tiverem se modernizado para tanto, continuam podendo utilizar o protocolo físico). Dessa forma, podemos afirmar que a Juceg disponibiliza protocolos 100% digitais a todos os usuários. Esse novo procedimento permitiu a extinção de várias etapas, tornou o processo mais ágil e eliminou grande parte da demanda de mão-de-obra da Juceg para atendimento presencial, uma vez que o cliente protocola do seu próprio escritório.
Com o mesmo empenho, a implantação da matriz de controle de riscos do Programa de Compliance Público foi iniciada em Fevereiro e integralmente implementada no mês de Julho, cabendo a partir daí aos proprietários dos respectivos riscos acompanharem essa matriz e, ao Comitê Setorial, monitorar esse acompanhamento. Após poucos meses do início dos trabalhos, já foram percebidas várias melhorias nos níveis de risco verificados e nos resultados obtidos. O caso mais emblemático se refere aos dados referentes aos atendimentos do SIC – Serviço de Informação ao Cliente: a migração para o protocolo digital gerou um aumento exponencial do número de solicitações, o que acabou saturando o sistema de atendimento telefônico e provocando a perda de muitas ligações por desistência do usuário – risco identificado durante o processo de gestão. Para tratar esse risco, foi implantado um sistema de Atendimento Inteligente, intensificando os atendimentos via chat e e-mail, com a meta de reduzir em 50% o número de abandono das ligações até o final de 2020. Com uma melhor distribuição de demandas nos canais de atendimento e um monitoramento eficiente, já no mês de Junho, essa redução chegou a 89%, com uma queda de 62% de abandono de ligações em Janeiro de 2020 para 7% em Junho, redução que foi mantida no mês de Novembro.
Outro indicador importante que demonstra que o nível de atividade da JUCEG se mantém alto e melhorando em 2020, apesar das limitações impostas pela realidade do momento: é o tempo médio para abertura de uma empresa em Goiás foi reduzido de 25:48:30h em 2019 para 11:03:38h em 2020, colocando nosso Estado em terceiro lugar no ranking nacional publicado pelo Ministério da Economia.
O constante estímulo ao treinamento dos servidores foi intensificado em 2020, graças às inúmeras possibilidades de cursos online disponibilizados e ao contingente de colaboradores que aproveitaram tais oportunidades. Nesse ritmo, em Julho, esse número já alcançava a casa dos 108 servidores qualificados. Foram promovidos também cursos online internos, com conteúdo técnico dirigido especificamente à nossa equipe finalística.
Também na esteira dos eventos online, a participação da Juceg em eventos do Registro Mercantil não sofreu com a pandemia e a redução de gastos demanda pelo Governo: foram 26 eventos com a participação de membros de vários escalões da Casa, ultrapassando a meta de 2020, prevista em 10 eventos.
Ao sistema de convênios, ferramenta que disponibiliza os dados e imagens da JUCEG para outros entes governamentais, tornando o acesso mais fácil, rápido, seguro e menos dispendioso (economizando despesas de correios e fotocópias, além de horas de trabalho de servidores da Casa), foi acrescentada a parceria com a Superintendência de Vigilância em Saúde - SUVISA/SES, como também a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Goiás- SR/PF/GO em 2020, o que melhora o atendimento através da REDESIM. De 2012, quando o trabalho foi iniciado, até 2018, foram firmados nove convênios. Atualmente, portanto, temos 19 entes governamentais conveniados.
Ações necessárias para os próximos anos
JUNTA 100% DIGITAL
Consiste na recepção de todos os processos apenas de forma eletrônica.
Os tipos jurídicos Sociedades Anônimas, Cooperativas e Consórcios, não integrados em 2020, pois foi necessário realizar algumas customizações no sistema de tramitação dos processos, já têm acesso ao modelo digital. Contudo, estamos num momento híbrido de transição para essas PJ's, no qual as duas formas, física e digital, são aceitas. O objetivo eliminar a forma física de todos os tipos jurídicos no médio prazo.
CONCURSO PÚBLICO

Realização de concurso público para suprir as necessidades de pessoal de todos os setores da JUCEG, tendo em vista a carência de corpo técnico qualificado, bem como o quadro reduzido de servidores efetivos. Ressalta-se que nunca foi realizado concurso público para a Juceg, em seus 120 anos de existência.
INTEGRAÇÃO DAS PREFEITURAS E ÓRGÃOS AO REDESIM
Visando o desenvolvimento e ampliação dos serviços da Juceg a todos os municípios goianos, objetivamos alcançar a totalidade de prefeituras integradas à RedeSim no médio prazo, bem como a expandir a integração com órgãos que fazem parte do processo de formalização de empresas. Para esse projeto, deve ser fortalecida a relação de trabalho em conjunto com o SEBRAE, que por meio da sensibilização, apoio logístico e infraestrutura contribui com a aproximação e manutenção dos entes participantes da RedeSim. Criação da Rede de atendimento ao cidadão, prefeituras e órgãos da REDESIM, mediante parceria com o SEBRAE/GO.
GESTÃO DE PESSOAS
Capacitação contínua dos servidores que prestam serviços em nossas unidades, onde estaremos desenvolvendo ações que aperfeiçoem os fluxos dos processos, a maximização da produtividade, a redução de erros, garantindo assim a otimização e a qualidade dos serviços oferecidos.
Ampliação, no âmbito da JUCEG, das normas previstas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Além do PPA/LOA a Junta Comercial do Estado de Goiás utiliza os planejamentos estratégicos elaborados a cada ano, os quais estabelecem objetivos, metas e indicadores. Os indicadores são avaliados pela alta direção e firmados planos de ação para o alcance das metas e/ou correção de atividades que apresentarem baixo desempenho.
Outro método de organização e controle de todos os passos-chave do funcionamento JUCEG é a implantação do Compliance e o mapeamento dos processos, bem como a capacitação interna dos servidores, que promoveram maior agilidade e segurança na prestação de serviços do registro mercantil.
Em 2020 demos a continuidade do "Projeto Capacita JUCEG" que oferece aos servidores treinamento online sobre os procedimentos do registro mercantil que, além da capacitação, tem como objetivo a padronização dos procedimentos e a qualificação continuada de todos os colaboradores da Junta Comercial do Estado de Goiás. Este projeto também apoia os servidores ingressantes na JUCEG para apresentação da autarquia e no conhecimento específico sobre o registro mercantil.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Indicadores de desempenho de Janeiro a Dezembro/20:
* Percentual de processos entregues em relação ao tempo:
- 90,15% entrega em até 24 horas
- 4,28% entre 24 a 48 horas
- 5,56 % acima de 48 horas
* Quantidade de empresas constituídas – 23.896
* Quantidade de empresas extintas – 11.481
* Quantidade de servidor capacitado - 109
* Quantidade de prefeituras integradas a REDESIM – 143 Totalmente integradas.
* Receita total - R$ 29.841.243,99.
* Despesa total - R$ 14.773.953,42.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1014 - GOIÁS ÁGIL
AÇÃO: 2053 - JUCEG ÁGIL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3362 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG

U.O.: 3362 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG

REALIZAÇÕES
ESCOLA PERMANENTE DA JUCEG IMPLANTADA – Não tendo sido disponibilizado pela Secretaria da Educação um servidor apto a assumir a coordenação pedagógica da Escola de Registro Mercantil, iniciaram-se tratativas junto à Escola de Governo para realização de um Processo Seletivo, com vistas a prover tanto essa vaga quanto outras existentes na Autarquia. Como a pandemia dilatou o prazo desse andamento por tempo indeterminado, decidiu-se focar na produção de aulas virtuais, que a princípio, não demandariam a disponibilidade do coordenador pedagógico.
PARTICIPAÇÃO EM EVENTO DE REGISTRO MERCANTIL – A JUCEG participou de 26 eventos de Registro Mercantil, 02 (dois) de forma presencial e os demais de forma online, devido à pandemia.
MONITORAMENTO DO CPF REALIZADO – Serviço em execução, disponível para os usuários. Totalizadas 332 solicitações, destas, 44 concluídas pelo usuário/emitidas. Serviço está disponibilizado, porém necessita de maior divulgação. Foi encaminhada demanda para a Coordenação de Comunicação da Casa para trabalho nesse sentido.
CURSO PRESENCIAL REALIZADO A SER OFERECIDO PELA ESCOLA PERMANENTE DE REGISTRO MERCANTIL - JUCEG – Conforme informado acima, devido à situação epidêmica, até o momento não foi implantada a Escola Permanente de Registro Mercantil, impossibilitando a oferta dos cursos.
CERTIFICADO DIGITAL EMITIDO – A Procuradoria Setorial da JUCEG emitiu o parecer PROCSET- 10969 Nº 216/2020 (000014617453,) enumerando os motivos pelos quais a JUCEG está impedida de prestar serviço de certificação digital. Dessa forma o projeto foi cancelado e não tivemos nenhuma emissão de certificado digital.
CURSO À DISTÂNCIA REALIZADO A SER OFERECIDO PELA ESCOLA PERMANENTE DE REGISTRO MERCANTIL - JUCEG – Conforme informado acima, devido à situação epidêmica, até o momento não foi implantada a Escola Permanente de Registro Mercantil, impossibilitando a oferta dos cursos.
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS DE DADOS DE CPF DA JUCEG E SSP-GO IMPLANTADO- O processo no SEI 202000024000941 foi inaugurado por ofício do nosso Presidente ao Secretário da SSP, o qual lhe deu andamento pedindo manifestação de áreas pertinentes. A Superintendência de Inteligência Integrada, através de sua Gerência de Contrainteligência Estratégica, manifestou-se favoravelmente e sugeriu a realização de uma reunião entre as partes. O Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, através da Seção de Elaboração de Atos Administrativos, também se manifestou favorável. Em 27/04/2020, os autos foram encaminhados ao Instituto de Identificação, para se manifestar sobre a possibilidade de acesso ao registro do RG, representando assim 15% do projeto. Não houve andamento após essa data.

OBSERVAÇÕES

CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE - Não foi aprovado para inclusão no PPA.
CONCURSO PÚBLICO PARA JUCEG REALIZADO – Não foi aprovado para inclusão no PPA.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Rivael Aguiar Pereira

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Contribuir para a execução de políticas públicas de desenvolvimento do Estado de Goiás por meio de crédito para empreendimentos produtivos, com estímulo ao crescimento sustentável visando a geração e manutenção de emprego e renda, modernização das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual com redução das desigualdades sociais e regionais.

2.2 Legislação
Criada por autorização da Lei 13.533 de 15/10/1999, é uma sociedade de economia mista de capital fechado e é regida pela Lei nº 6.404/1976 e Lei nº 13.303/2016. A GoiásFomento foi constituída em 08/05/2000 e iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano. É uma instituição financeira de fomento fiscalizada por órgãos de controle externo e pelo CMN/BACEN.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O ano de 2020 é atípico em face da crise econômica ocasionada pela COVID-19, exigindo da gestão pública ações emergenciais de apoio às empresas goianas visando superação do atual cenário de pandemia pela qual atravessa o país. As ações desenvolvidas pela GoiásFomento em consonância com as políticas públicas governamentais no sentido de atenuar os impactos econômicos provocado pela redução do nível das atividades produtivas, passa pela criação de linhas de crédito emergenciais com recursos próprios e de repasses de fontes federais de financiamento. Para a mitigação de riscos a GoiásFomento aderiu ao PRONAMPE, além da formalização de convênios de cooperação técnica e financeira com fundos garantidores como o FAMPE do Sebrae Nacional e com a Associação de Garantia de Crédito de Goiás - AGC.
Nesse sentido, foram criadas linhas de crédito com juros subsidiados para o atendimento às microemrpresas, em especial, para capital de giro visando a manutenção do fluxo financeiro das empresas.
Foram instituídas linhas de crédito em parceria com instituições federais como o FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo e através de programas como o PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado em parceria com a Caixa Econômica Federal e, do PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
PARCERIAS
Sebrae em Goiás
Foi firmada parceria entre o Governo de Goiás por meio da GoiásFomento, e o Sebrae-GO para oferecer orientação aos micro e pequenos empresários goianos nas fases pré-crédito, durante os desembolsos do financiamento e no pós-crédito.
Na fase pré-crédito, o empreendedor faz curso on-line gratuito, na modalidade Ensino a Distância (EAD), denominada Oficina de Crédito Consciente. Na segunda fase, já com o contrato assinado, é promovida consultoria gratuita por meio do Sebrae. O objetivo é prestar orientação em todas as fases da contratação do financiamento, de forma a otimizar os resultados do negócio.
Segundo o presidente da GoiásFomento, Rivael Aguiar, a parceria com o Sebrae é “muito importante”, porque algumas linhas de financiamento operadas pela agência são do tipo crédito orientado, que exigem do tomador que ele passe por uma capacitação. São os casos do Microcrédito Orientado, que disponibiliza até R$ 21 mil, e é destinado a microempreendedores individuais (MEI) e microempresas, e também do Crédito Produtivo, uma linha subsidiada. “Com essa parceria, estamos atendendo a determinação do governador Ronaldo Caiado, no sentido de facilitar o acesso ao crédito”, destaca Rivael.
Associação Comercial, Industrial e de Serviço do Estado de Goiás - ACIEG e Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil Seção Goiás (IEPTB-GO)
O Governo de Goiás, por meio da GoiásFomento, firmou convênio com a Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg) e o Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil Seção Goiás (IEPTB-GO), cujo principal objetivo é facilitar o acesso ao crédito por parte dos micro e pequenos empresários goianos, a partir da solução de débitos cartorários.
Por meio dessa cooperação mútua, empresários inadimplentes e protestados pela GoiásFomento, poderão negociar o valor das custas cartorárias incluindo o débito entre os itens a serem financiados, agilizando e facilitando para os empreendedores, que poderão acessar as linhas do programa Mais Crédito, da Secretaria da Retomada, durante atendimento presencial que ocorre na sede da associação até o dia 30 de setembro.
O presidente da GoiásFomento Rivael Aguiar destacou que o convênio é muito importante para regularizar a situação de alguns empresários junto à GoiásFomento. “Antes, esses valores das custas cartorárias tinham de ser pagos à vista, o que muitas vezes inviabilizava o acordo”, afirmou.
PNMPO - CAIXA
O Governo de Goiás, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC) e da GoiásFomento, recebeu o repasse no valor de R$ 20 milhões da Caixa Econômica Federal para operar o Microcrédito Orientado no Estado. Os recursos serão destinados a microempreendedores individuais (MEI), autônomos e microempresas com faturamento anual de até R$ 360 mil. A linha de crédito é destinada a despesas de capital de giro e investimentos, inclusive despesas fixas, como folha de pagamento de pessoal, um dos principais problemas hoje das firmas devido à crise econômica causada pela pandemia do coronavírus e pela suspensão da maior parte das atividades produtivas.
O valor do empréstimo do Microcrédito Orientado é de até R$ 21 mil por tomador, com seis meses de carência e 36 meses para o pagamento. Ele é denominado orientado porque a instituição financeira presta orientação ao empreendedor, por meio de uma visita in loco à empresa no primeiro contrato, depois ficam dispensáveis essas visitas. A taxa de juros cobrada é inferior à da média praticada no mercado. O Microcrédito Orientado da GoiásFomento terá juro a partir de 1,12% ao mês se o tomador contratar com o fundo de aval, seguro garantia ou outro tipo de garantia.
O presidente da GoiásFomento, Rivael Aguiar, destaca que, com o acréscimo desses R$ 20 milhões repassados pela Caixa, a instituição financeira realizará em torno de R$ 30 milhões em operações de microcrédito. A aplicação desses recursos poderá gerar em torno de 1.500 empregos e por volta de R$ 7,5 milhões em tributos estaduais, estima ele. “O Microcrédito Orientado tem uma importância muito grande para a GoiásFomento, pois um dos pilares do Plano de Governo de Ronaldo Caiado é promover o desenvolvimento regionalizado

e apoiar os micro e pequenos empreendedores", afirmou Rivael. Acrescentou que participar do Programa Nacional de Microcrédito da Caixa Econômica Federal é fato considerável para a Agência de Fomento, que já dispõe de know-how na concessão de financiamentos a microempreendedores e microempresas.

Frisou ainda que esta é a missão da instituição financeira: atuar com excelência na concessão de crédito, fomentando a geração de emprego e renda. "Nesse momento de incerteza econômica, seu papel social é ainda mais importante para a economia goiana", destacou.

CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás

Por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e a GoiásFomento, o Governo de Goiás formalizou com a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) parceria com a implantação de posto de atendimento da Casag para apoiar os associados nas solicitações de crédito junto à GoiásFomento, no Centro de Excelência da entidade no Jardim Goiás, em Goiânia.

A partir de convênio assinado no início deste mês, a Casag disponibilizou profissionais que foram treinados e orientados pela GoiásFomento para fazer o atendimento exclusivo aos advogados, com a orientação sobre as linhas de crédito e o encaminhamento de propostas. Isso agiliza o atendimento à categoria.

Os advogados inscritos na Casag terão 50% de desconto na taxa de abertura de cadastro (TAC), em todas as linhas de crédito disponibilizadas pela Agência que, por sua característica de instrumento de fomento, opera com juros bem inferiores aos praticadas no mercado. O prazo para pagamento pode chegar a 48 meses, com 12 meses de carência, dependendo da operação de crédito. O deputado estadual Cairo Salim, representou a Assembleia Legislativa de Goiás, na cerimônia.

Rede de apoio da OVG

A rede de proteção social foi criada pela OVG, Gabinete de Políticas Sociais e o Governo de Goiás e tem a parceria da Federação do Comércio de Goiás (Fecomércio-GO) e Sesc. Empresas de diversas áreas integram a campanha com a doação de produtos e serviços. Todas as secretarias, empresas públicas, fundações e autarquias do estado estão participando com a arrecadação de cestas e mobilização para a doações em dinheiro. A presidente de honra da OVG e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais, Gracinha Caiado, afirma que é uma determinação do governador Ronaldo Caiado manter a população informada sobre as ações para garantir apoio aos goianos afetados pelo Coronavirus (Covid-19). "Vamos prestar contas de cada centavo que recebemos. A transparência demonstra o nosso respeito a todos aqueles que se uniram a nós através do gesto solidário da doação", garante Gracinha Caiado.

A GoiásFomento possui forte engajamento em atividades sociais cumprindo sua responsabilidade social com efetiva participação em programas sociais, unidos na solidariedade para ajudar os mais necessitados durante período de isolamento contra a propagação do novo coronavírus. Com esse sentimento, a GoiásFomento realiza uma campanha para arrecadar doações que serão revertidas em cestas básicas e produtos de higiene. A distribuição ficará a cargo da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e Gabinete de Políticas Sociais (GPS). Os colaboradores da GoiásFomento se desdobram para alcançar o maior número de doações e a divulgação da campanha está sendo intensificada nas redes sociais da Agência e nos grupos de WhatsApp. Além disso, uma equipe de voluntários da GoiásFomento foi destacada para auxiliar a OVG no trabalho de entrega das cestas às famílias que estão com maior necessidade de alimentos em seus lares.

O presidente da GoiásFomento, Rivael Aguirar, esclarece que a ação atende ao chamado do governador Ronaldo Caiado à solidariedade, que o momento inspira, e que a agência cumpre seu papel social; unindo forças no combate a propagação do coronavirus em Goiás. "É importante a união de esforços e cada um dá sua parcela de contribuição para amenizar os graves problemas decorrentes da pandemia. A solidariedade salva vidas", pontua o presidente.

PRONAMPE

O Governo de Goiás por meio da GoiásFomento, somente no primeiro mês de operação do empréstimo com recursos do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe, desembolsou R$ 21 milhões em empréstimos, beneficiando 309 micro e pequenos empresários goianos. No total, foram desembolsados R$ 29 milhões no âmbito do programa.

O Pronampe é um programa do governo federal instituído pela Lei 13.999 de 18 de maio de 2020, destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos pequenos negócios, sendo criado para socorrer o setor produtivo em meio à pandemia da Covid-19.

Diante da grande procura, a Agência de Fomento buscou aumentar o limite para operações do Pronampe junto ao Ministério da Economia. A instituição financeira já tinha total disponíveis cerca de R$ 21 milhões do programa do governo federal, com o propósito de apoiar micro e pequenos empresários que estão passando por dificuldades financeiras devido à pandemia. Com o aporte de mais R$ 18 milhões, no total a GoiásFomento tem agora R$ 39 milhões em crédito.

Segundo o presidente da GoiásFomento, Rivael Aguiar, a orientação do governador Ronaldo Caiado é facilitar ao máximo o acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas, principalmente neste momento de crise econômica provocada pela pandemia. Por isso, a Agência participa dessa segunda etapa do Pronampe.

Ele lembrou que o programa é do governo federal, mas conta com a participação das instituições financeiras, inclusive as públicas estaduais, como é o caso da GoiásFomento e que, as instituições financeiras concedem os empréstimos com recursos próprios e o governo federal entra com as garantias viabilizando a segurança das operações.

A GoiásFomento é uma Agência de Fomento, portanto, seu papel é a concessão de crédito para empresas que não estão conseguindo financiamento nos bancos comerciais tradicionais. "Aqui na GoiásFomento a empresa não precisa ter esse relacionamento prévio", destacou. A empresa faz um cadastro da proposta, apresenta a documentação, é feita a análise da proposta, e finalmente é concedido ou não esse crédito. No caso do Pronampe, esse crédito tem uma facilidade maior na análise, porque já tem o limite pré-determinado.

No programa, as empresas podem obter até R$ 100 mil, dependendo do seu faturamento. A taxa máxima de juros é Taxa Selic mais 1,25% ao ano. As parcelas do empréstimo deverão ser quitadas no prazo máximo de 36 meses, incluído o período de carência, que é de oito meses.

Turismo - FUNGETUR

O Governo de Goiás, por meio da GoiásFomento, disponibilizou para o setor de turismo um montante de R$ 60 milhões. Os recursos de diversas linhas de crédito se destinam a apoiar esse segmento da atividade produtiva que foi duramente afetado pela pandemia da Covid-19, mas que começa a dar os primeiros sinais de retomada.

De acordo com o presidente da GoiásFomento, Rivael Aguiar, a instituição financeira dispõe de R$ 60 milhões destinados a empreendedores do setor de turismo instalados em todas as cidades goianas. São bares, restaurantes, pousadas, hotéis, agências de viagem e promotoras de eventos, entre outras empresas. Todos esses segmentos, e muitos outros vinculados ao setor do turismo, podem ter acesso às linhas de crédito ofertadas a taxas de juros subsidiadas. "São os juros mais baixos do mercado", destacou.

A linha de crédito para capital de giro puro destinado às empresas do setor de turismo opera com juro de 5% ao ano mais o INPC, 60 meses para pagar e 12 meses de carência. Existem ainda financiamentos para investimentos e aquisição de equipamentos. Para investimento em obras civis, o prazo de pagamento pode chegar até a 20 anos, com 5 anos de carência.

Acrescentou que os financiamentos oferecidos pela GoiásFomento atendem a uma determinação do governador Ronaldo Caiado, no sentido de facilitar o acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas. "Atendendo a essa determinação, a Agência tem buscado recursos junto ao Ministério do Turismo para oferecer crédito a esse setor tão importante da economia goiana, que é o do

turismo", destacou.
Em parceria com a Goiás Turismo, a GoiásFomento criou a linha crédito GF Turismo Microcrédito Orientado Guias de Turismo, que será operacionalizado com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), repassados pelo Ministério do Turismo. Essa modalidade vai financiar o capital de giro dessa categoria de profissionais em Goiás. Os beneficiados devem estar inscritos e regulares no Sistema Nacional de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).
Fundo de Aval do Sebrae
O Governo de Goiás, por meio da GoiásFomento, assinou convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Goiás) e passará a operar o Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas (Fampe). Por meio do aval concedido pelo Fampe, a Agência de Fomento vai poder realizar até R$ 36 milhões em operações de crédito. Esse valor facilitará o acesso ao crédito por parte dos pequenos negócios de Goiás, que estão prejudicados pela pandemia do novo coronavírus.
De acordo com o presidente da GoiásFomento, Rivael Aguiar, a prioridade será para as operações de até R$ 50 mil, porém a concessão de garantias para operações maiores não está descartada. "Nossa expectativa é que os pequenos negócios sejam beneficiados com mais de 60% do valor contemplado com o convênio firmado com o Sebrae", informou. Os micro e pequenos empreendedores que contratarem financiamentos pelo Fampe terão taxas de juros menores, cujos parâmetros ainda estão sendo estudados.
Destacou ainda que a parceria com o Sebrae Goiás representa grande avanço no acesso ao crédito por parte dos pequenos empreendedores e das microempresas do Estado. Isso porque, atualmente, em torno de 80% dos clientes da GoiásFomento não conseguem obter um financiamento por falta de avalista. Esse cenário doravante será revertido, com a GoiásFomento passando a operar o Fampe, e ainda representa uma ação para desburocratizar o processo de contratação. Com este Fundo de Aval, a expectativa é de aumento de aproximadamente 2,5 vezes no volume de aprovações de crédito pela Agência.
O Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas – Fampe, concede aval complementar aos pequenos negócios, quando esses não possuem todas as garantias necessárias para obter um financiamento. Ele é destinado ao microempreendedor individual (MEI), à microempresa e às empresas de pequeno porte com faturamento bruto anual de até R$ 4,8 milhões de reais.
GarantiGoiás
O Governo de Goiás, por meio da GoiásFomento, e a Associação de Garantia de Crédito de Goiás (GarantiGoiás) firmou termo de parceria para prestação de garantia aos clientes da instituição financeira, em modelo semelhante ao de um fundo de aval, como o Fundo de Aval das Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae. A prioridade será para operações do crédito produtivo rural, mas outros segmentos também serão atendidos.
A empresa cliente da instituição financeira a ser atendida por esta garantia terá de apresentar proposta, que será avaliada e, posteriormente, caso sua documentação esteja regularizada, ela se tornará associada da GarantiGoiás, que é uma Sociedade Garantidora de Crédito (SGC). Esta situação será utilizada para garantir operações de crédito.
O valor mínimo para garantia do crédito rural é de R$ 5 mil, sendo que o valor máximo por associado é de R$ 160 mil. O aval cobre 80% do valor do empréstimo, da mesma forma como opera o Fampe. Já com relação aos microempreendedores individuais, o valor é de até R$ 24 mil. Para a microempresa é de até R$ 56 mil; e para a pequena e a média empresa, de até R$ 80 mil.
As sociedades garantidoras de crédito (SGC) são instituições que têm como objetivo complementar as garantias exigidas de seus associados em operações de crédito no sistema financeiro. Podem também fornecer aval técnico, comercial e assessoria financeira aos associados.
Dessa forma, as SGC funcionam como sistemas de garantia de crédito capazes de viabilizar o acesso das micro e pequenas empresas às melhores linhas de crédito (prazos, juros, carência e demais condições adequadas à necessidade da empresa) disponíveis no sistema financeiro.
FINEP – Agência Brasileira de Inovação
O Governo de Goiás, por meio da GoiásFomento, está retomando a operação das linhas de crédito Inovacred e Inovacred Express da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que estava suspensa para remodelagem do programa. A Finep é uma empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que atua em toda a cadeia da inovação. No momento, a Agência de Fomento tem disponíveis R$ 15,9 milhões para a operacionalização dos programas Finep no Estado.
A Finep retomou seus programas com nova modelagem, por meio da unificação dos regulamentos determinada pela Portaria MCTIC nº 1819/2020. Em dezembro passado, a empresa pública firmou convênio para realizar parceria com o Governo de Goiás – abrangendo a Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi) e a GoiásFomento -, visando disponibilizar recursos para as startups, micro, pequenas e médias empresas goianas que desejam transformar seu negócio por meio da inovação.
Um dos produtos ofertados, o Finep Inovacred, financia treinamentos, aquisição de tecnologia, desenvolvimento conjunto com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), compra e desenvolvimento de softwares, consultoria, equipamentos, matéria-prima, licenças-patentes, testes/certificados, serviços de terceiros, entre outros. Também são operacionalizados os programas Finep Inovacred 4.0, Finep Inovacred Conecta, Finep Inovacred Expresso, Finep Aquisição Inovadora, entre outros.
O agente financeiro credenciado, como a GoiásFomento, é responsável pela análise de crédito, constituição de garantias, análise técnica e acompanhamento dos projetos, prestação de contas e cobranças. As empresas beneficiadas são divididas em dois portes: 1, aquelas que têm faturamento anual inferior a R$ 4,8 milhões: e 2, pequenas empresas, com faturamento anual igual ou superior a R$ 4,8 milhões até R$ 16 milhões.
Técnicos da GoiásFomento, da Secretaria de desenvolvimento e Inovação (Sedi), Fapeg, empresários e projetistas participaram de treinamento por videoconferência, promovido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para a apresentação dos produtos e procedimentos atualizados das operações descentralizadas da empresa. A Finep é uma empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que atua em toda a cadeia da inovação.
Programa Especial para Mulheres
A criação do programa Mulher Empreendedora proporcionou à GoiásFomento o aumento em 139% o volume de recursos liberados para o público feminino. Com a pandemia e as limitações do trabalho presencial, o programa permitiu que esse público tivesse acesso a linha essencial de financiamento, tão necessário para a manutenção do fluxo de caixa e a abertura de novas oportunidades de negócios com a migração para o comércio eletrônico.
A ação deu tão certo que esse público passou a representar 46,6% dos clientes da GoiásFomento, entre março a 31 de outubro, quando chegou ao fim o Programa Mulher Empreendedora. Nesse período a agência liberou R$ 27,84 milhões para empresas com mulheres na administração. Os números são bem superiores aos de 2019, quando, no mesmo período, a Agência liberou para elas R$ 11,67 milhões em operações de crédito.
Transporte Escolar
O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), liberou R$ 3,168 milhões em empréstimos para 352 pequenos empresários goianos que atuam no transporte escolar e que estão com suas atividades paralisadas desde o mês de março quando se iniciou a pandemia pelo novo coronavírus.
A criação dessa linha de crédito especial foi uma decisão do governo para ajudar nesse momento de crise os empresários de todas as regiões do Estado. Cada permissionário pode solicitar até R$ 9 mil. No total foram disponibilizados R$ 18 milhões para o atendimento de

até 2 mil trabalhadores do transporte escolar, com 12 meses de carência, 48 meses no total para pagamento, com juros 0,8% ao mês.
Cartão Fomento
A GoiásFomento credenciou três empresas emissoras de cartão private label para emissão de cartão de crédito na modalidade pré-pago, a ser utilizado nos desembolsos das operações de crédito. As principais bandeiras, VISA, MASTER e ELO foram adotadas, alcançando a maioria dos estabelecimentos fornecedores comerciais, industriais e de serviços no Estado de Goiás.
A implementação do cartão tem como objetivo facilitar a utilização dos recursos pelos usuários, possibilitando maior efetividade nas auditorias de aplicação de recursos objeto dos financiamentos, principalmente na modalidade de capital de giro, visto que, a chave da nota fiscal ou imagem do documento é informado eletronicamente por meio de aplicativo próprio para smartphone, disponibilizados nas lojas google play e aplle store.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
O Planejamento Estratégico elaborado para o período de 2019-2022, juntamente com o orçamento anual, é utilizado como instrumento balizador para o alcance de metas e objetivos estabelecidos pela GoiásFomento com a participação ativa dos Conselhos de Administração e Fiscal, alinhado ao planejamento governamental e à visão de futuro da atual gestão.
As metas de 2020 estão definidas no PPA, contemplando valores individualizados por município, região de planejamento e por produto.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Empregos gerados/mantidos. O número de empregos gerados e/ou mantidos é identificado por financiamento liberado. No exercício de 2020, ano atípico para a atividade produtiva, visto que a economia passou por forte recessão no primeiro semestre, foram gerados/mantidos 10.381 empregos diretos, contempladas todas as regiões de planejamento.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1012 - GESTÃO TRANSFORMADORA
AÇÃO: 3016 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SEDE DA GOIÁSFOMENTO.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3390 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO

U.O.: 3390 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO

REALIZAÇÕES
Em 2020, o investimento realizado pela GoiásFomento totalizou R$ 189.971,85, incluindo amortização de software, aquisição de equipamentos de T.I., móveis e outros equipamentos. Outros investimentos em infraestrutura de T.I. serão realizados oportunamente, pois dependem de reforma e ampliação da estrutura física da GoiásFomento.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 2062 - CONCESSÃO DE CRÉDITO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3390 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO

U.O.: 3390 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIASFOMENTO

REALIZAÇÕES
No exercício de 2020 a GoiásFomento contratou R$ 104.013.700,29 em 5.077 contratos e foram gerados e/ou mantidos 10.381 empregos distribuídos em todas as regiões do Estado.
Mesmo num ambiente pouco favorável às atividades produtivas, o financiamento por meio de instituições financeiras públicas foram importantes para evitar o fechamento definitivo de diversas empresas permitindo a manutenção do emprego e renda, imprescindíveis para a retomada da economia.

OBSERVAÇÕES
O número informado R$ 104.013.700,29 (cento e quatro milhões, treze mil, setecentos reais e vinte e nove centavos), como contratado em 2020, contempla diversas ações empreendidas pela GoiásFomento e dentre elas, destaca-se:
• Concessão de crédito para a manutenção do fluxo de caixa das empresas, visando manter a mão-obra-contratada nas microempresas e empresas de pequeno porte;
• Prorrogações de parcelas das operações ativas, conforme autorizadas pelo Banco Central, com vencimento entre 01/03/2020 a 30/09/2020;
• Renegociações de operações de crédito com prorrogação de contrato e concessão de prazo de carência;
• Operações contratadas, com crédito disponibilizado aos mutuários, aguardando a solicitação de desembolsos.
O ano de 2020 foi atípico para na economia em face da pandemia causada pela COVID-19. A atuação da GoiasFomento foi pautada por diversas normas e leis emanadas tanto no âmbito Federal quanto no do Estado causando a intervenção com medidas excepcionais regulatórias, com mecanismos mitigadores de riscos para as instituições financeiras, mas principalmente para não deixar que ocorresse um colapso na economia principalmente nos micro, pequenos e MPEs, que é quem responde por mais de 50% dos empregos gerados no país. Além disso, as medidas visaram a expansão do crédito, e outras sob a forma de transferência de renda, tendo como objetivo final a minimização dos impactos sobre as famílias e os demais agentes econômicos.



Vendia na feira no fim de semana para pegar o dinheiro, pagar funcionários e continuar produzindo. Com a pandemia do coronavírus as vendas caíram. O financiamento da GoiásFomento vem para colocar minhas contas em dia e para ter capital de giro. Servirá para comprar insumo e ampliar meu negócio. Isso pra mim é excepcional".

Nathália Vicente Vieira Prado
Vicentina Moda Infantil - Goiânia-Go

GoiásFomento
Valorizamos o seu negócio

SIC
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços

Somos todos GOIÁS
GOVERNO DO ESTADO



Em um momento de tantas incertezas, e na hora que mais precisava, tive o apoio da GoiásFomento. Com isso, consegui manter uma funcionária. Repaginei a loja num espaço amplo, confortável e aconchegante para receber a clientela. Espero conquistar mais clientes e crescer mais".

Tatiana Vaz da Costa
Empresária / Ipameri
Valentina Store moda feminina

GoiásFomento
Valorizamos o seu negócio

SIC
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços

Somos todos GOIÁS
GOVERNO DO ESTADO



Usei parte do financiamento (R$ 70 mil) para pagar aluguel e condomínio da loja, assim como férias e salários das funcionárias, pois a loja ficou fechada quatro meses em função da pandemia. Esse financiamento junto à GoiásFomento foi fundamental para reabrirmos a nossa loja Avive Brasil Pedras e Cristais, no aeroporto de Goiânia".

Orlando Caetano
Empresário / Goiânia

GoiásFomento
Valorizamos o seu negócio

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Hugo Cunha Goldfeld

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO, tem por objeto a promoção do desenvolvimento econômico mediante o desempenho de atividades de fomento para incremento da economia, geração de emprego e renda e conservação do meio ambiente, cabendo-lhe: implantar e manter em suas áreas administradas serviços de apoio e de logística necessários ao funcionamento das atividades; e explorar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, restritos às suas áreas.

2.2 Legislação
- Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/1941;
- Lei Estadual nº 7.766, de 20/11/1973;
- Lei Estadual nº 17.257, de 25/01/2011;
-Lei federal nº 12.527, de 18/11/ 2011;
-Lei estadual nº 18.025, de 22 /05/2013;
- Lei Estadual nº 19.064, de 14/10/2015, alterada pela Lei nº 19.433, de 30/08/2016;
- Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016;
- Estatuto Social da CODEGO;
- Regulamento para alienação de áreas e empreendimentos da CODEGO;
- Regulamento dos serviços e água e esgoto da CODEGO.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
1. VISÃO GERAL DA CODEGO
MISSÃO, VISÃO E VALORES
Missão - Promover o desenvolvimento econômico regional de forma sustentável, mediante a diversificação da economia, para diminuição da desigualdade social e geração de empregos e renda.
Visão - Ser referência na atração de investimentos, oportunizando ambientes de negócios favoráveis, promovendo soluções criativas e inovadoras, com excelência para contribuir com a diminuição das desigualdades regionais em Goiás.
Valores: Goianidade, Responsabilidade, Confiança, Ética, Transparência, Empatia, Lealdade, Respeito, Diálogo, Comprometimento, Trabalho em equipe e União.
Para o alcance da missão e visão, tem como proposta de valor: a objetividade nos processos, relacionamentos de longo prazo, relações de confiança, infraestrutura e logística, bem como a responsabilidade ambiental, e o fornecimento de água e esgoto com qualidade e perenidade, às industriais instaladas nos distritos.
COMPETÊNCIAS
Conforme a lei de criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás, nº 19.064, de 14 de outubro de 2015, compete a CODEGO:
I. contratação, execução e administração de projetos, obras, serviços ou empreendimentos, em imóveis de sua propriedade ou de terceiros, que atendam ao objetivo de desenvolvimento do Estado;
II. implantação e manutenção, em suas áreas ou empreendimentos administrados, de serviços de apoio e de logística necessários ao funcionamento das atividades, mediante contrapartida financeira;
III. exploração dos serviços de abastecimento de água bruta e potável, e de esgotamento sanitário, restritos às áreas ou empreendimentos sob sua administração, objeto de regulamentação própria;
IV. implantação, manutenção e administração de serviços urbanos em seus empreendimentos, em imóveis de sua propriedade ou de terceiros, tais como iluminação pública, dentre outros, mediante contrapartida financeira;
V. promoção de atos de execução em desapropriação, constituição de servidões, aquisições, alienações, onerações, permutas, locações e arrendamentos de bens móveis e imóveis destinados à implantação de atividades que atendam ao objetivo de desenvolvimento econômico do Estado;
VI. aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, com ou sem valores agregados, incluindo os oriundos da retomada de propriedade resolúvel, sua oneração, locação, arrendamento, concessão, cessão ou concessão de direito real de uso ou outras que recaiam sobre o direito de propriedade ou posse, na forma do regulamento da companhia;
VII. participação em sociedades, associações, consórcios, contratos de programa, concessões e outras formas associativas previstas em lei com empresas estatais ou privadas e entes públicos;
VIII. delegação, subdelegação ou sub concessão de serviços nos termos da lei.
INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS
A CODEGO detém áreas localizadas em distritos, polos e condomínios empresariais, disponíveis às indústrias que queiram se instalar no Estado de Goiás, são eles:
Distrito Industrial de Anápolis - DAIA I
Distrito Industrial de Anápolis - DAIA NORTE
Distrito Industrial de Catalão - DIMIC
Distrito Industrial de Itumbiara _ DIAGRI
Distrito Industrial de Porangatu
Distrito Industrial de Goianira
Distrito Industrial de Senador Canedo – DASC
Distrito Industrial de Senador Canedo – DISC
Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia - DAIG
Distrito Industrial de Rio Verde I - DARV I
Distrito Industrial de Rio Verde II – DARV II
Distrito Industrial de Morrinhos

Distrito Industrial de Goiás
Distrito Industrial de Goianésia - DAIGO
Distrito Industrial de Rubiataba
Distrito Industrial de Abadiânia
Distrito Industrial de Bela Vista de Goiás
Distrito Industrial de Luziânia – DIAL
Distrito Industrial de Inhumas
Distrito Industrial de Mineiros I – DAIM I
Distrito Industrial de Mineiros II – DAIM II
Distrito Industrial de Orizona
Distrito Industrial de Caldas Novas
Distrito Industrial de Piracanjuba
Distrito Industrial de Pontalina

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando a missão da Companhia e visando a incrementação de políticas públicas no Estado de Goiás, a CODEGO atua no setor de disponibilização de áreas para instalação de indústrias nos polos, distritos e condomínios de sua propriedade. A Companhia também é responsável pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto das empresas instaladas em seus domínios.

INFRAESTRUTURA NO DAIA

Pavimentação
Drenagem
Eletrificação
Iluminação
Abastecimento de água
Captação de água
Poços artesianos
Estação de Tratamento de água
Rede de Esgoto
Estação de Tratamento de Esgoto
Administração
Pórtico de Acesso

RAMOS DE ATIVIDADES NO DAIA

Ramos de Atividade – farmacêuticos; químicos; alimentícios; materiais plástico, papel e papelão; indústria mineral; máquinas e equipamentos; metal; serviços auxiliares; construção civil; transporte; têxtil; gestão de resíduos; madeireiro; moveleiro; soluções ambientais, automobilístico; indústria de grãos; lavanderia; materiais elétricos; materiais hospitalares; produtos de higiene pessoal e produtos de perfumaria.

No DAIA está instalado o segundo maior polo farmoquímico do Brasil, composta por 18 empresas, dentre elas está instalada a maior empresa de genéricos da América Latina, o Laboratório Teuto. Outro destaque é a Neoquímica do grupo Hipermarcas.

O Distrito possui muitas empresas em destacando-se, a montadora Hyundai, Champion, Granol, DHL Logística, Colatex e Midway.

SUSTENTABILIDADE

Com o propósito de mitigar os efeitos do período de estiagem, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego) vem promovendo ações para minimizar os impactos da crise hídrica e fornecimento de água.

Vem sendo realizadas sistematicamente revisões em todo o sistema de abastecimento do Daia, com reparação das perdas hidráulicas. Esse trabalho acarretou no incremento de quase 6% no abastecimento, mesmo durante o período de seca, evitando o colapso do serviço.

O planejamento da estatal para 2021, inclui a reestruturação e ampliação de todo o sistema de abastecimento de água do Daia, que fornece água tratada para mais de 150 indústrias, além de 52 bairros da região sul de Anápolis, que atende 17% da população do município.

Além disso, há a previsão de perfuração de novos poços artesianos e os reservatórios de água da Companhia devem ser ampliados, tendo em vista o projeto de expansão do Daia e a chegada de novas indústrias para o município.

PROJETO PRÓ-ÁGUA CODEGO

Este ano foi lançado o projeto Pró-Água Codego, em parceria com a Prefeitura de Anápolis, para ampliar de forma responsável a disponibilidade hídrica e garantir para nos próximos anos o abastecimento de água.

Na primeira etapa, o programa realizou o plantio de mais de 3 mil mudas, dentro da proposta de reflorestamento. Na sequência, em discussão com os órgãos ambientais, o objetivo é criar Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Assim, regiões degradadas e de nascentes serão recuperadas, monitoradas e protegidas. Um trabalho de conscientização sobre a preservação também tem sido realizado junto aos moradores e empresários da região.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO DAIA EM NÚMEROS

Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)
151 empresas abastecidas
16.093 empregos gerados
Consumo: 26 mil m³/dia
Município de Anápolis - Saneago
52 bairros da região Sul de Anápolis são abastecidos pelo sistema da Codego
Mais de 24 mil famílias são abastecidas pelo Sistema DAIA, o que representa 17% da população de Anápolis
Infraestrutura de abastecimento de água no DAIA
Barragem da lagoa de captação de água bruta
Área inundada: 9.171 m³
Volume acumulado: 10.617 m³
Barragem de Regularização de vazão (pulmão):
Área inundada: 50.816 m³
Volume acumulado: 141.429 m³
Capacidade de bombeamento: 280 litros/s
Tubulação da rede que interliga a captação e Estação de Tratamento de Água – ETA: 400 mm
Estação de Tratamento de Água – ETA
2 reservatórios de alvenaria: 5.000 m³ cada, totalizando 10.000m³ ou 10.000.000 litros
Tubulação da rede de distribuição ETA-DAIA: 500 mm
Capacidade de bombeamento: 300 litros/s – volume permitido pela outorga
3 reservatórios “elevados”: 500 m³ cada, totalizando 1500 m³ ou 1.500.000 litros.
Medidas emergenciais adotadas pela CODEGO
Revisão de todo o sistema de produção, evitando o desperdício de 1.200 m³

Incremento de quase 6% no abastecimento mesmo durante o período de seca e com a estrutura no limite
Perfuração de poços artesianos
5 poços artesianos elevaram a capacidade de abastecimento da CODEGO, com ampliação da vazão em 70 m³/hora
Essas ações de curto prazo evitaram o colapso do abastecimento
AÇÕES FUTURAS
• Redimensionamento da infraestrutura para ampliação do DAIA.
• Promover a eficiência, modernização e ampliação do sistema de abastecimento.
• Ampliar a revisão do sistema de água para evitar perdas hidráulicas, que chegam a 40%.
3 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2020/2021
Na atual gestão, empossada em julho / 2020, O planejamento estratégico da CODEGO foi rediscutido, reavaliado e revalidado no mês de outubro de 2020, publicado e disseminado nos canais de comunicação da Companhia.
A construção de procedimentos operacionais que visam norteiar as atividades de cada setor que compõe a estrutura da Companhia, tem sido prioridade na atual gestão.
No segundo semestre deste exercício, a atual gestão, preocupou-se com a reformatação das unidades gerenciais e técnicas, a fim de dar maior transparência, agilidade e responsabilização nos atos praticados para o alcance dos objetivos.
Foram estruturados os departamentos de:
3.1. Auditoria Interna com a subdivisão de Controle Interno de Conformidades e a regulamentação do Procedimento Investigatório Preliminar e do Processo Administrativo Disciplinar, subordinado ao Conselho Administrativo.
A CODEGO investiu R$ 92,5 mil na contratação de auditoria independente, que está revisando todos os registros contábeis e contratos firmados, passando a estatal a limpo. A iniciativa traz mais confiabilidade aos registros contábeis e financeiros da Companhia, alinhando os procedimentos aos padrões internacionais de contabilidade. Como consta no Diário Oficial do Estado do dia 24/11/2020, a vencedora da licitação foi a empresa Russell Bedford Brasil.
3.2. Governança e Compliance – com a incumbência da revisão das normativas, políticas, mapa estratégico, organograma, estatutos e regimento interno, o setor de Governança foi efetivamente instituído em agosto de 2020, fundamentando suas ações nos princípios de transparência, equidade, prestação de constas e responsabilidade corporativa.
O Compliance foi implantando com a missão de instaurar o Programa Compliance Público para o acompanhamento e gestão da matriz de riscos, e aplicação dos eixos ética, transparência e responsabilização.
Os esforços empreendidos pela atual gestão da CODEGO contemplam, ainda, a adoção de um programa robusto de integridade, com tolerância zero para qualquer ato de corrupção e desvio de conduta, com o mapeamento, gestão e tratamento de riscos, bem como, a capacitação dos colaboradores para a promoção de um ambiente ético e transparente. Essas medidas estão alinhadas com o Programa de Compliance Público do Governo de Goiás.
3.3. Reestruturação da área administrativa, com a elaboração da política e do plano de cargos e salários, definição de atribuições de cada área e função que compõe o organograma da empresa, procedimentos internos padronizados, realocação de pessoas, plano de gestão de pessoas, e, de treinamento/capacitação de colaboradores.
3.4. Reestruturação da Diretoria Técnica, definindo os objetivos e metas a serem alcançadas; redefinição dos produtos constantes no Plano Plurianual de acordo com a realidade da Companhia; contratação de profissionais qualificados para o exercício das funções; realização de Termos Técnicos de Cooperação junto a Agência Goiana de Infraestrutura – GOINFRA, com a finalidade de dar maior celeridade e eficiência nos processos de infraestrutura dos distritos.
3.5. Atualização cadastral e fundiária das empresas: A Companhia realizou ao final do ano de 2020, o chamamento público para o envio da documentação cadastral das empresas instaladas em suas propriedades, a fim de subsidiar a CODEGO com informações técnicas e cadastrais para serem atualizadas nos cartórios e nos projetos urbanísticos dos distritos.
Com todos os processos em mãos, o Comitê Multissetorial da CODEGO analisará caso por caso nos até o início do ano de 2021.
Podem ocorrer inconsistências e, diante delas, haverá os levantamentos técnicos feitos pelas empresas. Depois será enviado a equipe da CODEGO para conferir se o que a empresa apresentou é compatível com o que ela tem na Companhia.
A análise tem caráter regularizador e as empresas que não participarem deste chamamento perdem o direito de regularizar a sua situação com a CODEGO, Cartórios e Prefeituras, o que possibilita a propositura de ações judiciais e medidas administrativas de retomada dos imóveis.
Ao final do ano foi contemplado os Distritos de Anápolis e o de Catalão. No exercício de 2021 a regularização fundiária e cadastral abrangerá todos os demais distritos.
PLANO PLURIANUAL
O Plano Plurianual 2020-2023 foi revisado pela Diretoria Executiva e pela área técnica, que será publicado no início do ano de 2021, em função da necessidade de contemplar a revisão do PPA Estadual, oportunidade que serão veiculadas, em lei própria, as novas diretrizes dos órgãos da administração direta e indireta do Estado de Goiás.
Para 2021 está programado o valor de R$ 25.947.948,11 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos) para realização de investimentos em obras de infraestrutura e de meio ambiente nos distritos industriais da CODEGO, que equivale a 52% (cinquenta e dois porcento) da sua receita anual prevista. Deste montante, R$ 1.318.000,00 (um milhão, trezentos e dezoito mil reais) estão previstos para serem destinados a sustentabilidade relacionada ao abastecimento e tratamento de água e esgoto.
Vale ressaltar que as despesas previstas no PPA para ano de 2020 que não foram contempladas no respectivo período, serão transferidas para serem executadas no exercício de 2021.
RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
As fontes de recursos da Companhia para execução dos investimentos provêm da prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto fornecidos às empresas instaladas nos distritos, polos e condomínios empresarias, alienação e venda de terrenos, e de rendimentos financeiros aplicados.
ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos na CODEGO, com vistas à incorporação da análise de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas.
O Programa Compliance Público (PCP) foi instaurado na Companhia no exercício de 2019, mas teve sua implantação efetiva a partir de agosto de 2020. No segundo semestre deste ano, houve a implementação de mecanismos mais rígidos de governança, controle interno e compliance em todas as áreas da empresa. O Comitê Setorial de Compliance Público da Codego validou o documento de Escopo, Contexto e Critérios, além do Plano de Comunicação, Matriz de Riscos/ Ações, do monitoramento do primeiro e do segundo quadrimestre de 2020.
Após realizada a identificação dos riscos, suas causas e suas consequências potenciais apontados na matriz de riscos em conjuto com o gestor da Controladoria Geral do Estado de Goiás, há a análise dos riscos e avaliação dos mesmos pelo Comitê Setorial. O tratamento contínuo dos riscos é realizado pelos proprietários e concomitantemente, o setor de Compliance com os consultores da CGE realizam o

monitoramento referente ao quadrimestre, com os registros das evidências e evolução dos planos de ação.
Gestão de Riscos na Companhia promove:
I. a identificação de eventos em potencial que afetem a consecução dos objetivos institucionais;
II. o alinhamento do apetite ao risco com as estratégias adotadas;
III. o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos;
IV. o aprimoramento dos controles internos administrativos.
Categorias de riscos:
I. Estratégicos – riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Unidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada;
II. De Conformidade – riscos decorrentes do órgão/entidade não ser capaz ou hábil para cumprir com as legislações aplicáveis ao seu negócio e não elabore, divulgue e faça cumprir suas normas e procedimentos internos;
III. Financeiros – riscos decorrentes da inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas/desconhecidas e/ou complexas de alto risco;
IV. Operacionais – riscos decorrentes da inadequação ou falha dos processos internos, pessoas ou de eventos externos;
V. Ambientais – riscos decorrentes da gestão inadequada de questões ambientais, como por exemplo: emissão de poluentes, disposição de resíduos sólidos e outros;
VI. De Tecnologia da Informação – riscos decorrentes da indisponibilidade ou inoperância de equipamentos e sistemas informatizados que prejudiquem ou impossibilitem o funcionamento ou a continuidade normal das atividades da instituição. Representado, também, por erros ou falhas nos sistemas informatizados ao registrar, monitorar e contabilizar corretamente transações ou posições;
VII. De Recursos Humanos – riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da instituição em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.
CONTROLE INTERNO
O setor de controle interno tem como função identificar as conformidades e não-conformidades dos processos, de acordo com os procedimentos pré-estabelecidos. Caso verifique irregularidades, os apontamentos servirão de base para que se promova a readequação dos processos, colaboradores ou encaminhamento para investigação preliminar ou possível processo administrativo disciplinar, quando for o caso. A aplicação dos controles servem para identificar os procedimentos, ações ou documentos que garantem o alcance dos objetivos do processo e diminuam a exposição aos riscos.
AUDITORIA INTERNA
A auditoria interna, auxiliar do Conselho de Administração da CODEGO, tem como função principal avaliar o processo de gestão, nos seus diversos aspectos, tais como gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a Companhia está sujeita. A auditoria interna irá incluir a frequência de métodos para responsabilização em caso de desvios de conduta.
OUVIDORIA
A Ouvidoria é um canal importante que tem o intuito de possibilitar e estimular a comunicação direta entre administradores e administrados, numa relação que seja capaz de promover o aprofundamento da vontade social e proporcionar maior transparência e eficiência à gestão pública.
A demanda atendida pela Ouvidoria da CODEGO em 2020 foi de 90 pedidos dentre eles: sugestões, solicitações e denúncias.
Qualquer pessoa pode formalizar, em caráter de sigilo ou não, que sua identificação será preservada. As manifestações podem ser sugestões de melhorias, elogios, reclamações, denúncias ou questionamentos em relação à Companhia pelo telefone (62) 3604-3119, pelo e-mail ouvidoria@codego.com.br ou presencialmente na sede da estatal, no setor Marista, em Goiânia.
FATORES DE RISCO
Contexto dos fatores de riscos
a) Stakeholders Externos relacionados às Áreas/Atividades do Escopo:
• Governo Federal;
• Governo do Estado de Goiás;
• Prefeituras;
• Empresas/Indústrias privadas instaladas nos Polos/Distritos e Condomínios da CODEGO;
• Empresas/Indústrias privadas interessadas em assentar nos Polos/Distritos e Condomínios da CODEGO;
• Cidadão do Estado de Goiás;
• Fornecedores
b) FATORES ECONÔMICOS, FINANCEIROS e TECNOLÓGICOS que possam influenciar as Áreas/Atividades do ESCOPO:
Os fatores econômicos e financeiros que podem influenciar são os benefícios fiscais que o Governo de Goiás pode oferecer às industriais, que se instalarem no Estado de Goiás, bem como, o valor subsidiado das áreas destinadas aos distritos industriais da CODEGO.
c) Reclamações da sociedade feitas por meio da OUVIDORIA, em relação as Áreas/Atividades do ESCOPO;
d) Fatos políticos, jurídicos e regulatórios que poderão ter influência em relação ao
ESCOPO;
• Políticas Públicas Municipais;
• Alterações de Leis Ambientais;
• Alterações de Políticas de Benefícios Fiscais.
e) Fatores ambientais:
No ano de 2019, a Companhia enfrentou uma crise relacionada ao fornecimento de água às empresas assentadas no Distrito Industrial de Anápolis, em virtude do período de seca que se instalou no Estado de Goiás.
Como já é de conhecimento, em Goiás existe um período de estiagem de 06 meses, no período de maio a outubro. Algumas providências já estão sendo tomadas para que a crise hídrica tenha um impacto menor. A perfuração de poços artesianos é uma das medidas para suprir a falta de água no período de seca na região de Anápolis, que recebe o abastecimento de água através da CODEGO. Obras de desassoreamento também são atividades que compõem as prioridades para conservação do meio ambiente dos distritos da Companhia.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
1. Revisão do Estatuto Social da CODEGO
2. Revisão do Regimento Interno
3. Elaboração do Estatuto do Comitê de Auditoria Estatutária
4. Revisão do Regulamento de áreas
5. Implantação do sistema SEI
6. Implantação de sistema integrado
7. Revisão do Código de Ética
8. Elaboração de Procedimento Operacionais:
Fundo Fixo

Gerenciamento de Contratos
Termo de Designação de Gestor
Termo de Designação do Fiscal
Atendimento aos Órgãos de Controle
Pagamento de Notas Fiscais
9. Implantação efetiva do Programa Compliance Público - Realização de 03 palestras internas para todos os colaboradores e capacitação de 38 colaboradores pela Escola de Governo no eixo ética.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
1. Índice de Liquidez Geral - 18,57%
2. Índice de Liquidez Corrente - 15,21
3. Índice de Liquidez seca - 6,92
4. Índice de participação do capital de terceiros - 0,06%
5. Índice de Composição de endividamento - 0,94%
6. Índice de Endividamento Geral - 0,03%
7. Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido - 0,77
8. Índice de Imob. dos Recursos não circulantes - 0,77
9. Média mensal de faturamento fornecimento de água - R$ 1.925.103,75
10. Média mensal de faturamento tratamento de esgoto - R$ R$ 880.317,97
11. Maturidade da matriz de riscos meta 3 - resultado 3,94
12. Capacidade de gerenciamento da gestão de riscos meta 15 - resultado 10
13. Índice Goiás mais transparente - 11,96
14. Ranking Programa Compliance Público - meta 60,00 - resultado 70,66

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 3023 - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3391 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO

U.O.: 3391 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO

REALIZAÇÕES
ANEL VIÁRIO - DAIA CONCLUÍDO / NUMERO - Obra em andamento
Contratação de Empresa de Engenharia para fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para execução de serviços de reparos localizados superficiais e remendos profundos em pré misturado a frio – PMF, bem como, limpeza e pintura dos dispositivos de drenagem superficiais nos Distritos Agroindustriais da CODEGO (Anápolis, Luziânia, Goianésia, Pontalina, Goianira, Itumbiara, Porangatu e Uruaçu).
Contratação de empresa para serviços comuns de engenharia para fornecimento de materiais e mão de obra para execução dos serviços de pintura das edificações pertencentes à CODEGO, nos diversos Distritos Agroindustriais desta Companhia.
Contratação de empresa para realização de serviços comuns de engenharia para perfuração de até 3.000 metros, desobstrução e tamponamento de poços tubulares profundos no Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA.
Contratação de empresa de engenharia para execução do serviço de micro revestimento asfáltico a frio com polímeros (MRAF), tipo (RC1C-E) no Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA.
Contratação de empresa de Engenharia para execução dos serviços emergenciais de estabilização do aterro sobre o bueiro celular no Ribeirão Extrema, localizado na Rodovia Contorno, trecho DAIA/BR060.
É válido ressaltar que foram executados alguns serviços não previstos no PPA, tais como:
Desassoreamento da lagoa de captação de água bruta e do reservatório de vazão do Distrito do Agroindustrial de Anápolis - DAIA.
Contratação de empresa para serviços comuns de engenharia para fornecimento de materiais e mão de obra para execução dos serviços de construção de abrigos para parada de ônibus no Eixo Principal (GO-330) do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA.
Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica em engenharia na área de pavimentação asfáltica, com orientações técnicas, assessoria e treinamento de equipes para elaboração de projeto básico padrão de pavimentação asfáltica, fiscalização e execução de obras por administração direta nos Distritos Agroindustriais e outras de responsabilidade da CODEGO.
Damos destaque para as ações abaixo mencionadas realizadas entre agosto e outubro/2020 (a partir da nova gestão):
• Análise Técnica de todos os contratos, desde sua contratação até a execução, com emissão de relatórios detalhados e sugestões para possíveis providências;
• Finalização do contrato PROCESSO SEI 202010216000120 (sem pagamento no momento, aguardando reparos para liberação) - Reforma Cavalhódromo por possíveis irregularidades
• Providências quanto a possíveis problemas na estrutura de concreto armado do Cavalhódromo;
• Rescisão do contrato PROCESSO SEI 201910216000203 por possíveis irregularidades;
• Execução do contrato SEI 202010216002185 (em execução) cascalhamento na Via VP-03D e muro de contenção na via VP-01D do DIAGRI;
• Manutenções corretivas e ações emergenciais para garantir a operação dos sistemas de água e esgoto;
• Início do processo de estudo para diagnóstico e emissão de relatórios com soluções para futuras intervenções nos sistemas de água, esgoto, drenagem pluvial e recuperação de áreas degradadas nos principais distritos (DAIA, DAIAG, DIAGRI, DIMIC e DASC/DISC);
• Respostas a solicitações e questionamentos do Ministério Público e TCE quanto a problemas da gestão anterior;
• Elaboração de diversas vistorias técnicas a empresas situadas nos distritos sob responsabilidade da CODEGO (análise de projeto de ocupação da área POA, cronograma físico de obra, funcionalidade, confirmação de dados de assentamento e demandas em geral).
JUSTICATIVA PPA NÃO REALIZADO.
A CODEGO do período de elaboração e lançamento do PPA 2020-2024 no sistema SIPLAN, até a data do presente relatório, teve quatro diretorias executivas na sua gestão.
Este fato teve impacto direto na condução da Companhia, impedindo o cumprimento da execução da maior parte das obras e serviços programados no seu Plano Plurianual.
Apenas a atual Diretoria, tomou para si o direcionamento estratégico redefinindo o planejamento, execução e condução das obras e serviços programados no PPA CODEGO 2020-2024, promovendo a sua reprogramação orçamentária e de execução.

OBSERVAÇÕES
JUSTICATIVA PLATAFORMA LOGÍSTIVA

A execução das obras e serviços previstos para a Plataforma Logística do DAIA, programados, no PPA CODEGO 2020-2024, se encontra em estágio de definição governamental em relação a sua implementação. Reuniões vem sendo realizadas entre a Secretaria e Economia, Planejamento e Orçamento e a Direção da CODEGO, visando decidir sobre o futuro da área e da realização do projeto.
Finalizando informamos que as obras relacionadas a pavimentação e construção de poços tubulares profundos, referentes as ações 8757 e 8959, foram lançadas, para tratamento na matriz de riscos, pelo setor de Compliance da CODEGO, em virtude da identificação de irregularidades na sua condução e resultados finais.







INSTITUCIONAL

1. Gestor

Ênio Caiado Rocha Lima

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de Parcerias Público Privadas (PPP) e outras parcerias de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás.

2.2 Legislação
Lei 6.404/76 Lei de Sociedade por Ações;
Lei 14.910 11/08/2004 Lei de criação da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás;
Lei 13.303 30/06/2016 Lei das Estatais.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
Ao início do ano de 2020 a nova Diretoria deu maturidade aos estudos técnicos preliminares dos Ativos de Desestatização do Estado de Goiás feitos em 2019 e também iniciou apoio Técnico aos Municipios Goianos no atendimento do Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e ao Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.
Por ocasião da realização da 22ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Concessões – CIPAC em 07/04/2020, ficou aprovado a GOIÁS PARCERIAS a elaborar estudos de modelagem técnica, operacional, econômico-financeira e jurídico-institucional para o possível cenário de desestatização da Metrobus Transportes Coletivos, Indústria Química de Goiás - IQUEGO, Centro Cultural Oscar Niemeyer - CCON, Terminais Rodoviários de Passageiros e Pátios de Veículos Apreendidos.
Dando prosseguimento ao desenvolvimento das ações integradas de apoio aos municípios Goianos na estruturação dos projetos e constituição de consórcios de resíduos sólidos, foi elaborada e disponibilizada uma Cartilha orientativa para o Gerenciamento Intermunicipal dos Resíduos Sólidos Urbanos. Além disto, a Goiás Parecerias também atuou estrategicamente no apoio para viabilização de recursos de origem federal para aquisição de equipamentos e maquinários necessários à operação dos aterros sanitários, tendo em vista a insuficiência financeira dos entes integrantes dos consórcios.
Quanto à estruturação de projetos de Parceria Público Privada e Concessoes, além dos cinco projetos acima indicados, foram realizadas tratativas para que a empresa atue na estruturação de mais três projetos de relevância para o Governo do Estado de Goiás, e através dos quais se espera alcançar resultados positivos para a população goiana, conforme segue abaixo:
I - Estabelecimentos Prisionais e Ressocialização da População Carcerária;
II - Concessões Rodoviárias;
III - Parques Estaduais.
Como parte da estruturação dos projetos apontados acima, inicialmente foram levantados dados e estatísticas sobre a execução dos serviços a fim de que fosse traçado diagnóstico completo das atividades desenvolvidas, bem como fossem identificadas as necessidades de investimentos para modernização ou ampliação dos equipamentos ou serviços públicos.
Seguindo as orientações da Lei Estadual 14.910/2004, bem como da Instrução Normativa n. 10/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, os dados obtidos foram consolidados e apresentados sob a forma de Relatórios Preliminares, nos quais são apontados, além do diagnóstico do serviço, benchmarking da delegação de serviços semelhantes, experiências de sucesso e lições para aprendizado a fim de que erros cometidos por outros entes públicos não fossem repetidos pela Administração Pública do Estado de Goiás. Além desta atuação, também foram implantados grupos de trabalho para estruturação dos projetos e posterior contratação de parceiros privados.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Acordo de Cooperação Técnica com BNDES;
Minutas de Editais e Termos de Referência de Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMI;
Minutas de Contratos de Estruturação Técnica, Jurídica, Ambiental e Economica Financeira de Projetos de Concessões;
Minutas de contratação de Projetos em Concessões;
Reuniões e acompanhamento dos Municípios Goianos ao atendimento do Plano Nacional de Residuos Sólidos e do Marco Regulatório do Saneamento Básico;
Documentos e ações que atendam a Politica de Compliance Público;
Documentos institucionais da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias)

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Atas de Reuniões da Diretoria Colegiada;
Os indicadores estão relacionados aos prazos de cumprimento do Cronograma de Ações/Atividades dos Projetos:
1)- Etapa da Pré Análise: 2 meses;
2)- Definição de Escopo: 1 mês dias;
3)- Estudos Técnicos: 8 meses;
4)- Processo Licitatório: 3 meses;
5)- Adjudicação: 3 meses.
Atas de Reuniões com Municípios Goianos

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1016 - EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO
AÇÃO: 2065 - VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 3392 - COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS - GOIASPARCERIAS

U.O.: 3392 - COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS - GOIASPARCERIAS

REALIZAÇÕES
24/10/2019 – Nova Diretoria da Goiás Parcerias assumiu a empresa;
25/10/2019 à 31/10/2019 – Análise de pendências de ações da última Diretoria. Foi detectado que não foram cumpridas nenhuma ação referente aos projetos com objetivos em colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás.
01/11/2019 à 04/11/2019 – Análise de 15 potenciais projetos de desenvolvimento econômico e social ao Estado de Goiás.
19/11/2019 à 22/11/2019 – Diretoria do BNDES enviou modelo de Minuta de Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre o referido Banco e o Estado de Goiás.
27/11/2019 – Reunião com a Diretoria da Regional da Caixa Econômica Federal para apresentação dos projetos de PPP's potenciais da Goiás Parcerias.
02/12/2019 à 20/12/2019 - Definição e planejamento de outros Projetos de desenvolvimento econômico e social ao Estado de Goiás (Ativos de Desestatização) para serem iniciados no ano de 2020.
Ao inicio do ano de 2020 a nova Diretoria deu maturidade aos estudos técnicos preliminares dos Ativos de Desestatização do Estado de Goiás feitos em 2019 e também iniciou apoio Técnico aos Municipios Goianos no atendimento do Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e ao Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.
07/04/2020 - Definição de Projetos Prioritários – CIPAC (Reunião 07.04.2020) : IQUEGO / METROBUS / CENTRO CULTURAL OSCAR NIEMEYER / TERMINAIS RODOVIÁRIOS / PÁTIO DE VEICULOS APREENDIDOS.
Abril 2020 à Agosto 2020:
1 - Estudos Técnicos, Econômicos e Jurídicos dos Projetos Prioritários:
a. Reuniões técnicas com representantes das Secretarias;
b. Elaboração de relatórios preliminares de viabilidade de desestatização (Técnico e Jurídico);
c. Elaboração de Cronograma/Planejamento de desestatização dos Projetos em Software Primavera – P6;
d. Elaboração de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI:
i. IQUEGO – Revisão final de Edital de Licitação e Termo de Referência
ii. PÁTIOS DE VEÍCULOS APREENDIDOS – Revisão final de Edital de Licitação e Termo de Referência;
iii. Consolidação de informações Técnicas enviadas pelos representantes das Secretarias;
iv. DEMAIS PROJETOS – Revisão inicial de Edital de Licitação e Termo de Referência;
e. Acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) do Estado de Goiás com o BNDES:
i. Reuniões de alinhamento do Plano de Trabalho;
ii. Elaboração de relatórios de informações técnicas;
2 - Elaboração e lecionamento do Curso de Formação em Concessões para colaboradores efetivos da Goiás Parcerias;
3 - Acompanhamento e consultoria Técnica aos Municípios Goianos na questão do Gerenciamento Intermunicipal dos Resíduos Sólidos – RSU:
a. Reuniões Técnicas rotineiras com mais de 100 Municípios Goianos;
b. Elaboração e disponibilização da Cartilha orientativa para o Gerenciamento Intermunicipal dos Resíduos Sólidos Urbanos;

OBSERVAÇÕES
Ressalta-se que também foram realizados trabalhos de apoio consultivos e paralelos as atividades dos projetos prioritários, como por exemplo:
1 - Acompanhamento e comunicação dos processos SEMAD nas atividades de apoio aos Municípios Goianos no Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
2 - Apoio na obtenção de verbas parlamentares para financiamento de equipamentos operacionais e infraestrutura ao Consórcios Intermunicipais para o atendimento da Política de Gestão de Resíduos Sólidos;
3 - Levantamento topográfico real do Morro da Serrinha;
4 - Elaboração de Plano de Trabalho para reurbanização e recuperação do Morro da Serrinha;
5 - Apoio técnico na documentação imobiliária do Morro da Serrinha;
Participação em Seminários e WorkShop`s;
6 - Benchmarking com outros Estados e Municípios Brasileiros;
7 - Reuniões com representante de outras pastas do Estado de Goiás (DGAP/ECONOMIA/ETC);
8 - Reuniões com representantes de outras pastas do Governo Federal (Caixa Econômica - CEF/Empresa Brasileira de
9 - Logistica – EPL/ Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI / Ministério do Desenvolvimento Regional / Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID)
10 - Elaboração do orçamento do ano de 2021 - já enviado para Sead e Secretaria da Economia.
11 - Auditoria do exercício de 2019 concluída, apresentados aos conselhos e com publicações em veículos de comunicação oficiais.
12 - Sustentabilidade financeira: valor de dividendos de 2020 somados aos de 2021, oriundos da Saneago, serão suficientes para cobrir despesas da Goiás Parcerias para estes dois anos, sem necessidade de subvenção econômica.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

Adriano da Rocha Lima

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
Assessoramento técnico, institucional e operacional ao titular do Poder Executivo Estadual no desenvolvimento das ações de Governo, na articulação com os demais entes federados e com o governo federal, outros poderes e na promoção da integração das ações de Governo desenvolvidas pelos demais órgãos estaduais com a sociedade.

2.2 Legislação
A Secretaria-Geral da Governadoria é um órgão da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Goiás, criada pela Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019.
Regulamento Interno aprovado pelo Decreto n. 9.557 de 21 de novembro de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
O trabalho desenvolvido pela Secretaria-Geral da Governadoria baseou-se desde o início, nas competências definidas por meio da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019 (Lei da Reforma Administrativa, alterada pela Lei nº 20.820, de 04 de Agosto de 2020), do Decreto nº 9.557, de 21 de novembro de 2019 que aprovou o Regulamento da SGG, e recentemente do Decreto 9.682, de 24 de junho de 2020, que estabeleceu os mecanismos de governança do monitoramento e da avaliação de obras, ações estratégicas e entregas prioritárias do Governo do Estado de Goiás, bem como nas diretrizes estratégicas determinadas pelo Governador do Estado.
Neste sentido, destaca-se a seguir parte das principais iniciativas desenvolvidas pelas equipes da SGG no ano de 2020. São iniciativas realizadas em atenção ao cumprimento das competências da SGG no apoio ao Governador de Estado e aos diversos órgãos setoriais de governo, em especial na assessoria em temas de interesse do estado e no acompanhamento dos projetos prioritários e de captação de recursos, como subsídio à tomada de decisão, ao acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão.
A partir de janeiro de 2020, foram realizadas “ações estruturantes” direcionadas a dar sustentação ao trabalho planejado e necessário ao intuito de alavancar os resultados na área de articulação e captação e de monitoramento dos projetos de captação e prioridades governamentais. Essas ações concentraram-se na formação da Rede de Acompanhamento dos Projetos de Captação de Recursos e Prioridades Governamentais, na capacitação das equipes das setoriais e na manutenção de instrumentos de comunicação com os agentes dessa Rede.
Outra ação estruturante desenvolvida a partir de outubro de 2019 e potencializada a partir de janeiro de 2020, foi o Plano de Capacitação em matéria de captação de recursos e monitoramento dos projetos prioritários. Vale destacar a promoção do I Módulo do curso de Captação de Recursos e Plataforma +Brasil, via Escola de Governo Henrique Santillo, vinculada à SEAD. O referido módulo foi promovido em março de 2020, nesta ação foram capacitados 25 servidores, de 19 órgãos do Estado, mobilizados a partir dos integrantes da Rede de Acompanhamento de Projetos. Também durante o mês de março, em uma ação dirigida com as equipes da SES e SGG, foram capacitados 20 servidores das duas secretarias, sobre o Sistema do Fundo Nacional de Saúde (FNS).
Nesta linha também se realizou a primeira edição da “Maratona do Conhecimento”: 7 seminários on line (webinarios) que totalizaram mais de 12 horas de conteúdo. Esses eventos compõem o conjunto de ações estruturantes planejadas e implementadas pela Secretaria em apoio aos órgãos e foram conduzidos pela equipe técnica da SGG e convidados do Ministério da Economia (Governo Federal) e do Governo do Estado do Amapá. Nesta iniciativa somaram-se 817 participantes que buscaram ampliar os seus conhecimentos em captação de recursos para os projetos de governo, um número significativo de servidores estaduais que se mostraram comprometidos com o tema, fortalecendo essa rede de agentes engajados com os projetos governamentais do Estado de Goiás.
Ainda, com o foco no fortalecimento da articulação com os demais entes federados e com o Governo Federal, esta Secretaria manteve a colaboração junto à Rede +Brasil, coordenada pelo Ministério da Economia, a qual vem desenvolvendo atividades de interesse comum e o desenvolvimento de ações conjuntas de capacitação, melhoria da gestão e de fortalecimento da comunicação e transparência, relativas às Transferências da União, operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil. Vale destacar a capacitação de 2 servidores do Estado de Goiás, junto ao Governo Federal, como multiplicadores de conhecimento da Plataforma +Brasil.
Ressalta-se também, o trabalho de monitoramento e assessoramento, aos órgãos do Estado, realizado pelo Gabinete de Representação de Goiás no Distrito Federal em conjunto com a Superintendência Central de Captação de Recursos e Prioridades Governamentais da SGG.
Além disso, considerando o Decreto nº 9.446, de 15 de maio de 2019, bem como o Decreto n° 9.449, de 07 de Junho de 2019, e o monitoramento do Programa Goiás de Resultados junto à Vice-Governadoria, destacam-se as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa, o qual é composto por 08 DIRETRIZES Estruturantes, em consonância com 20 Metas Prioritárias distribuídas em 32 entregas, que produzem transformação social por meio de 115 produtos (ações). Destacam-se neste sentido, as seguintes entregas:
Disque Denúncia à corrupção;
Protocolo de Segurança Escolar e estímulo à cultura da paz nas escolas;
Sala Lilás – sala de proteção às mulheres e crianças vítimas de violência;
Digitalização dos atos empresariais e toda a cadeia de processos de atendimento na JUCEG.
Seguem em execução ainda no âmbito do Programa:
Meta Os 3 “Is” - Integração, Inteligência e Integridade - 41% de execução;
Meta Reinserção Social - 35% de execução;
Meta IDEB Real – 17% de execução;
Meta Conheça Goiás - 48% de execução;
Meta Goiás do Empreendedorismo e Renda - 53% de execução;
Meta Cadeias Agro Sustentáveis - 28% de execução;
Meta Atração de Novo Negócios - 39% de execução;
Meta Rede de Oportunidades - 13% de execução;
Meta Biometria Cidadã - 10% de execução;
Meta Municípios Mais Fortes - 10% de execução;

Meta Goiás Digital - 53% de execução;
Meta AGORA - 35% de execução.
Por fim, destaca-se a adesão desta SGG ao Compliance, cujo objetivo é delimitar o escopo, conhecer o contexto e definir os critérios de riscos, e assim, personalizar o processo de gestão de riscos da Secretaria-Geral da Governadoria - SGG. Isso permitirá um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
Utiliza PPA e LOA apenas.

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Não foram implementados indicadores de desempenho.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1008 - EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS
AÇÃO: 2159 - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4000 - SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

U.O.: 4001 - GABINETE DO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

REALIZAÇÕES
Manutenção mensal do Conselho Estadual de Educação - CEE realizada, com vigilância e monitoramento, manutenção e conservação da sede do CEE, fornecimento de água e esgoto e energia elétrica.
O Conselho Estadual de Educação de Goiás tem agenda ativa e todas as informações e deliberações são publicadas no página eletrônica: https://cee.go.gov.br/

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1012 - GESTÃO TRANSFORMADORA
AÇÃO: 2046 - GOIÁS DE RESULTADOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4000 - SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

U.O.: 4001 - GABINETE DO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

REALIZAÇÕES
Dentre as atividades delegadas ao Vice-Governador está a coordenação do Programa Goiás de Resultado, instituído pelo Decreto nº 9.446, de 15 de maio de 2019. Este Programa objetiva a gestão de recursos técnicos e institucionais orientados para a integração das ações e potencialização de resultados na esfera governamental, racionalização do tempo e emprego de recursos públicos, bem como ampliação da qualidade no atendimento da rede de serviços públicos estaduais ou parceiros, com o foco direto na necessidade do cidadão.
O Programa Goiás de Resultados é composto por 08 DIRETRIZES Estruturantes, em consonância com 20 Metas Prioritárias distribuídas em 32 entregas que produzem transformação social por meio de 115 produtos (ações). Destaca-se até o momento as seguintes entregas:
1. Disque Denúncia à corrupção;
2. Protocolo de Segurança Escolar e estímulo à cultura da paz nas escolas;
3. Sala Lilás – sala de proteção às mulheres e crianças vítimas de violência;
4. Digitalização dos atos empresariais e toda a cadeia de processos de atendimento na JUCEG.
Seguem as principais metas, em execução:
1. Meta Os 3 “Is” - Integração, Inteligência e Integridade - 41% de execução;
2. Meta Reinserção Social - 35% de execução;
3. Meta IDEB Real – 17% de execução;
4. Meta Conheça Goiás - 48% de execução;
5. Meta Goiás do Empreendedorismo e Renda - 53% de execução;
6. Meta Cadeias Agro Sustentáveis - 28% de execução;
7. Meta Atração de Novo Negócios - 39% de execução;
8. Meta Rede de Oportunidades - 13% de execução;
9. Meta Biometria Cidadã - 10% de execução;
10. Meta Municípios Mais Fortes - 10% de execução;
11. Meta Goiás Digital - 53% de execução;
12. Meta AGORA - 35% de execução.

OBSERVAÇÕES
Segue o detalhamento das principais metas, em execução:
1. Meta Os 3 “Is” - Integração, Inteligência e Integridade:
O objetivo da meta é reduzir os indicadores gerais de criminalidade para abaixo da média nacional até 2022, diminuindo os crimes e a violência, pela integração, inteligência e integridade. É composta por 06 projetos no qual podemos destacar o projeto “Implementação do sistema de Segurança Pública na área rural” em execução pela SSP e PM, que em março de 2020 Goiás foi destaque em policiamento rural com uso de tecnologia.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 41% de execução.
2. Meta Reinserção Social:
O Objetivo da meta é desenvolver medidas eficazes para reestruturação do Sistema Prisional, fortalecendo a ressocialização até 2022. É composta por 03 projetos no qual podemos destacar que no 1º semestre de 2020 a criação de vagas de empregos buscando a ressocialização e a diminuição de custos da administração pública: confecção de uniformes escolares, enxoval hospitalar, tijolos, manutenção de prédios etc., em parceria com os Órgãos: DGAP, SEDUC, SANEAGO, OVG, AGEHAB, GOINFRA, e durante a pandemia

a produção de mais de 300 mil mascaras de proteção facial que foram distribuídas para os agentes de segurança pública para o enfrentamento da Pandemia.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 35% de execução.
3. Meta IDEB Real
O Objetivo da meta é garantir uma estrutura mínima para que os estudantes da rede escolar estadual tenham dignidade e condições de proficiência até 2022.É composta por 07 projetos no qual podemos destacar o projeto "Goiás TEC - aulas a distância e inovação tecnológica na formação de alunos e professores.", em execução pela SEDUC e ABC, o mesmo foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Goiás em Junho de 2020 e permitirá acesso ao ensino médio a todos, oferecendo no primeiro momento aulas em unidades escolares da zona rural, distritos e regiões de difícil acesso, ou com falta de professores de áreas específicas de conhecimento, por meio da transmissão ao vivo via satélite.
No mês de junho de 2020 foi instituída a Força-Tarefa da Educação, Turismo, Esporte e Cultura elencando 12 projetos das Pastas SEDUC, SEEL, SECULT e Goiás Turismo, direcionando para o planejamento de ações coordenadas e proativas, no curto, médio e longo prazo, com melhor aproveitamento dos recursos e potencialidades disponíveis.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 17% de execução.
4. Meta Conheça Goiás
O objetivo da meta é até 2022, implantar a política estadual integrada entre o Turismo, Cultura e Esportes, estruturando novos destinos e produtos turísticos de Goiás e desenvolvendo uma cultura de permanência e estruturação promovendo o pertencimento, a geração de legado e o desenvolvimento de uma cidadania cultural. É composta por 08 projetos no qual podemos destacar o projeto "Desenvolvimento do Caminho de Cora Coralina" em execução pela Goiás Turismo e "Implantação do Instituto de Promoção da Cultura Estrangeira em Goiânia" em execução pela SECULT.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 48% de execução.
5. Meta Goiás do Empreendedorismo e Renda
O objetivo da meta é criar um ambiente favorável para dinamizar a economia para os pequenos negócios e iniciativas empreendedoras, que contribuam para a geração de emprego, renda e riquezas, até 2022. É composta por 05 projetos no qual podemos destacar o projeto " Ampliação do acesso ao crédito com taxas de juros subsidiadas e oferta de orientação e cursos técnicos (práticos e tecnológicos)- Programa Goiás Empreendedor" em execução pela SIC e o projeto "Projeto Certificado Digital - Criação e funcionamento de Autoridade de Registro Digital da JUCEG" em execução pela JUCEG.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 53% de execução.
6. Meta Cadeias Agro Sustentáveis
O Objetivo da meta é viabilizar e fortalecer as cadeias produtivas do agronegócio até 2022, investindo em tecnologia, fomentando pesquisas, sustentabilidade e os processos na defesa agrícola. É composta por 04 projetos no qual podemos destacar o projeto "Certificação internacional do Estado como zona livre de febre aftosa com suspensão da vacinação." em execução pela AGRODEFESA e o projeto "Novo modelo do licenciamento ambiental" em execução pela SEMAD.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 28% de execução.
7. Meta Atração de Novo Negócios
O Objetivo da meta é criar um ambiente econômico favorável, simplificado e atrativo para atrair novos investimentos, novos negócios e garantir ganhos líquidos fiscais, fazendo frente aos investimentos sociais, até 2022. É composta por 08 projetos no qual podemos destacar o Projeto "Atração de Novos Negócios" em execução pela SIC e o projeto "Parques Tecnológicos aliados ao Arranjo Produtivo Local" em execução pela SEDI.
No mês de junho de 2020 foi instituída a Força-Tarefa do Desenvolvimento Econômico Regionalizado de Goiás visando promover o desenvolvimento econômico regional inteligente, inovador, sustentável e duradouro, por meio de um trabalho conjunto dos Órgãos Estaduais que tenham relação direta e indireta com esse tema. Estão designados as Pastas SIC, SEDI, SEAPA, SEAD, ECONOMIA, SEMAD, FAPEG, IMB e CODEGO.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 39% de execução.
8. Meta Rede de Oportunidades
O objetivo da meta é executar a Rede de Oportunidades, zerando a existência de famílias goianas em situação de vulnerabilidade extrema no Estado de Goiás até 2022. É composta por 06 projetos no qual podemos destacar o projeto "Construção de 17.500 Unidades Habitacionais" em execução pela AGEHAB que no 1º semestre de 2020 já entregou 40 casas em Barro Alto, 34 em Bonfinópolis, 101 em nova Veneza além de receber 122 propostas de convênios habitacionais de 66 municípios Goianos.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 13% de execução.
9. Meta Biometria Cidadã
O Objetivo da meta é facilitar o acesso do cidadão às políticas públicas de forma integrada durante todo o seu ciclo de vida, por meio da tecnologia biométrica e compartilhamento de bases de dados, até 2022. É composta por 08 projetos no qual podemos destacar os projetos "Bebê Ipasgo" e "Biometria Neonatal" em execução pelo IPASGO e Instituto de Identificação da Policia Civil que pretende se conectar ao cidadão durante todo o seu ciclo de vida, buscando dados e informações para oferecer políticas públicas mais eficientes em um momento tão importante como o nascimento de uma criança. A nova tecnologia utilizada pelo Governo de Goiás consegue entregar capturas biométricas com resolução três vezes maior do que os outros leitores que circulam no mercado. Em seguida, os dados são enviados para o Instituto de Identificação que prepara a carteira de identidade da criança, garante maior segurança no processo de identificação dos recém-nascidos e ainda diminui os riscos de trocas ou roubos de bebês.
O Programa Goiás de Resultado elaborou em conjunto com Órgãos: SEDI, SEAD, SES, SEDS, SEDUC, DETRAN, IPASGO, Policia Civil, SSP minuta de anteprojeto de lei e decreto que institui o Sistema Estadual de Informações Cidadãs o qual constitui-se numa política de apoio à gestão pública para a formulação de ações relacionadas aos eventos de vida do cidadão, por meio do acesso às informações biométricas, digitais e eletrônicas.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 10% de execução.
10. Meta Municípios Mais Fortes
O objetivo da meta é desenvolver até 2022 uma carteira de ações destinadas ao aprimoramento institucional dos municípios. É composta por 04 projetos no qual podemos destacar o projeto "Fomentar a captação de recursos no âmbito dos municípios" em execução pela Secretaria Geral da Governadoria.
O Programa Goiás de Resultados elaborou, em conjunto com a SEDI, Vice-Governadoria, AGEHAB, CGE, DGAP, SGG, Goiás Turismo, IPHAN, SEMAD, SIC e Goiás Telecom, um página web para disponibilizar material expositivo visando auxiliar os municípios a como aderir aos serviços prestados pelos Órgãos Supracitados de modo que o resultado se a transformação da vida dos goianos e na melhoria na gestão pública municipal. (https://www.vicegovernadoria.go.gov.br/18-munic%C3%ADpios-mais-fortes.html)
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 10% de execução.
11. Meta Goiás Digital
O Objetivo da Meta é tornar os serviços públicos de atendimento ao cidadão digitalizados até 2022. É composto por 09 projetos no qual podemos destacar o projeto "Inovação no mecanismo de Compras Governamentais" em execução pela SEAD e "Integração dos sistemas

corporativos do servidor" em execução por 07 Pastas (SEDI, SEAD, PM, BM, GOIÁSPREV, SES e SEDUC) que cederam servidores da área de Tecnologia da Informação para elaboração e adequação do sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás frente as alterações legislativas pertinentes aos servidores públicos.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 53% de execução.
12. Meta AGORA
O Objetivo da meta é uma nova experiência de atendimento integrado ao cidadão. É composta por 04 projetos no qual podemos destacar o projeto "Implantação do Portal Único do Cidadão" executado pela SEAD e SEDI o qual lançou o portal Goiás Digital (https://www.go.gov.br/), favorecendo o acesso do cidadão aos serviços públicos.
No 1º Semestre de 2020 a meta está com 35% de execução.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1016 - EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO
AÇÃO: 2066 - ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DA REDE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4000 - SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

U.O.: 4001 - GABINETE DO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

REALIZAÇÕES
Para garantir o cumprimento de suas atribuições no âmbito da captação de recursos e no apoio ao acompanhamento da ação governamental, a SGG tem empenhado esforços para aperfeiçoar e fortalecer as iniciativas de apoio aos órgãos estaduais em todo o ciclo de captação de recursos. As etapas que compõem esse ciclo vão desde a identificação e qualificação das demandas, elaboração/preparação dos projetos, apoio ao adequado envio das propostas e atendimento a diligências por meio dos sistemas de captação e gestão de convênios, acompanhamento e suporte no monitoramento diário da regularidade junto ao CAUC (Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) para fins de celebração, suporte à execução e prestação de contas, dentre outras ações realizadas pela Superintendência Central de Captação de Recursos e Prioridades Governamentais.
Neste contexto, destaca-se que a partir de janeiro de 2020, foram realizadas novas "ações estruturantes" direcionadas a dar sustentação ao trabalho planejado e necessário ao intuito de alavancar os resultados na área de articulação e captação de recursos, bem como no monitoramento dos projetos governamentais já em execução. Essas ações concentraram-se na formação da Rede de Acompanhamento dos Projetos de Captação de Recursos e Prioridades Governamentais, na capacitação das equipes das setoriais e na manutenção de instrumentos de comunicação com os agentes dessa Rede.
Outra ação estruturante desenvolvida desde outubro de 2019 e potencializada a partir de janeiro de 2020, foi o Plano de Capacitação em matéria de captação de recursos e monitoramento dos projetos. Nesse âmbito destaca-se a realização do I Módulo do curso de Captação de Recursos e Plataforma +Brasil, via Escola de Governo Henrique Santillo, vinculada à SEAD. Esse módulo foi promovido em março de 2020 e capacitou 25 servidores, de 19 órgãos do Estado, mobilizados a partir dos integrantes da Rede de Acompanhamento de Projetos.
Também como ações estruturantes focadas no fortalecimento das equipes, realizou-se no mês de março de 2020, a capacitação de 20 servidores da SGG e SES, sobre o Sistema do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e, ainda, no período de março e abril de 2020 a primeira edição da "Maratona do Conhecimento", que consistiu em 7 seminários on line (webinários), totalizando mais de 12 horas de conteúdo. Nesta iniciativa somaram-se 817 participantes que buscaram ampliar os seus conhecimentos em captação de recursos, fortalecendo essa rede de agentes engajados com os projetos governamentais do Estado de Goiás.
Além disso, a partir da metodologia de acompanhamento e monitoramento de projetos implementada junto à Rede, foram realizados até julho de 2020 cinco ciclos mensais de acompanhamento dos projetos governamentais, cadastrados pelos órgãos do Estado, culminando em uma série de reuniões e iniciativas de apoio a esses setoriais para a resolução de problemas e melhoria da gestão dessas iniciativas.
Vale destacar a capacitação de 2 servidores do Estado de Goiás, junto ao Governo Federal, como multiplicadores de conhecimento da Plataforma +Brasil.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1017 - INTEGRAÇÃO SOCIAL E DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
AÇÃO: 2069 - APOIO AS FAMÍLIAS DE NACIONAIS NO EXTERIOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4000 - SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

U.O.: 4001 - GABINETE DO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

REALIZAÇÕES
Não houve nenhum goiano em situação de risco e vulnerabilidade no exterior, neste período.
Uma família foi atendida com auxílio funerário para serviços de cremação e traslado de cinzas, falecido em Portugal.

INSTITUCIONAL

1. Gestor

CÉSAR AUGUSTO SOTKEVICIENE MOURA

2. Visão Institucional

2.1 Objetivo Institucional
I - formular e executar a política pública estadual de: a) mobilização social para a retomada do emprego, do empreendedorismo, da escolaridade e de investimentos que reorganizem o desenvolvimento nos âmbitos econômico, humano e social; b) defesa e promoção do emprego e da renda; c) formação, qualificação e capacitação de pessoas visando ao emprego; d) atividades relacionadas com economia criativa, arranjos produtivos locais e cooperativismo;
e) fomento e fortalecimento ao micro e ao pequeno.

2.2 Legislação
Lei nº 20.820/2020, publicada em 04 de agosto de 2020, que alterou a Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019.

3. Auto-Avaliação da Gestão

3.1 Síntese da Gestão - Aspectos Gerais
A Secretaria de Estado da Retomada é a primeira estrutura com status de secretaria do país que possui, como objetivo principal, retomar a economia no pós-pandemia. Foi criada pela Lei Nº 20.820/20 e promove ações para o desenvolvimento do emprego e renda e para estimular o empreendedorismo através de capacitação, qualificação e fortalecimento ao micro e pequeno empreendedor, promovendo o crescimento econômico e social dos/as goianos/as mais vulneráveis.
Sua criação representa a decisão do Governo de Goiás em buscar soluções para garantir a recuperação econômica antes do fim da pandemia, priorizando as pessoas que mais precisam do apoio e da atenção do Estado, sendo este um dos principais fatores que justificam o nascimento e permanência da Secretaria. A Retomada assumiu algumas funções das Secretarias de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico e Inovação e da Indústria e Comércio e construiu parceria ampla, que inclui outras secretarias e órgãos do Estado e de instituições externas ao Governo de Goiás, estabelecendo conexões também com projetos relacionados à economia criativa, arranjos produtivos locais (APLs), cooperativas e artesanato, visando acelerar o desenvolvimento regional.
Todos os projetos e programas da Retomada são baseados na identificação de oportunidades que podem contribuir para a recuperação econômica e social de Goiás. Seus principais eixos de trabalho são:
i) fortalecimento da economia goiana através de conexões estratégicas;
ii) capacitação e qualificação profissional;
iii) apoio para acesso ao mercado de trabalho;
iv) preservação e fortalecimento das micro e pequenas empresas, das atividades artesanais e da economia criativa;
v) estímulo e promoção do emprego e da renda.
Para tanto, as ações já estão sendo tomadas para mitigar os impactos e retomar o crescimento, apostando nas inovações, capacitações e na disponibilização de crédito para os grupos mais afetados como o PROGRAMA MAIS CRÉDITO, com o objetivo de fornecer, em conexão com a GOIASFOMENTO e outros parceiros, ferramentas para que micro e pequenas empresas organizem e negociem suas dívidas de natureza comercial.
Na primeira etapa do programa, em parceria com Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás - ACIEG foram realizados atendimentos presenciais disponibilizando bancas de conciliação, consultoria financeira pelo SEBRAE, disponibilização de linhas de crédito e outras ferramentas facilitadoras para negociação.
Atualmente, o programa Mais Crédito, em parceria com a Fecomércio, está sendo executado no interior, com a opção de atendimento remoto e presencial. Desta forma, continuaremos o trabalho de estímulo à economia no próximo ano para absorção dos trabalhadores que perderam seus empregos devido à pandemia.
Para incrementar a oferta de trabalho e a demanda de mão de obra foi desenvolvido o Programa MAIS EMPREGO, que visa promover a re(qualificação) e (re)colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Além disso, o programa cria conexões visando a qualificação profissional, para que trabalhadores goianos ocupem vagas de emprego nas atuais e futuras empresas e indústrias em operação no Estado de Goiás. Antes de sua criação o SINE oferecia em média 360 vagas. Porém, de agosto à novembro de 2020, o SINE ofereceu 7.856 vagas, o que corresponde à, aproximadamente em 100 dias da existência da Secretaria, um aumento de 15% do total de vagas ofertadas em 2019.
Foi criado o Programa MAIS EMPREGO até você – COTEC (Colégio Tecnológico) Móvel, que possibilitou levar a estrutura da capacitação e qualificação profissional gratuita à regiões vulneráveis.
Foi criado o PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR constituído com a Parcerias Público-Privadas (PPP), facilitando o acesso às informações por parte das grandes empresas acerca de setores vulneráveis do Estado (ex: Artesãos, Agricultores Familiares...); A Secretaria de Estado da Retomada teve a sua 1° PPP firmada com a AMBEV, envolvendo a SEAPA e a EMATER para produção de uma cerveja regional de mandioca.
Foi feito um mapeamento dos artesãos do Estado para o desenvolvimento do SISTEMA DO ARTESANATO GOIANO. Foram visitados e cadastrados os artesãos localizados nos municípios de Olhos D'Água, Pirenópolis, Mineiros, Chapadão do Céu, Morrinhos, Caldas Novas e Rio Quente.
Foi criado o CERART – Centro de Referência do Artesanato do Estado de Goiás para que atua como um ponto de encontro para produtores, gestores, agentes e entusiastas do artesanato e da economia criativa. Além de ser um polo de produção e disseminação do conhecimento, através de cursos de qualificação profissional na área, visando difundir o saber/fazer dos mestres artesãos e possibilitar um espaço para exposições e vendas.
Foi feito um trabalho de estruturação da CARTAGO – Cooperativa dos Artesãos de Goiás – Artesãos goianos cooperados podem divulgar, comercializar e representar oficialmente o artesanato goiano em todo o Estado.
Foi criado o SELO DO ARTESANATO GOIANO, um selo único, que garantirá a origem dos produtos artesanais goianos, estimulando a busca pela excelência da cadeia produtiva do setor, além de promover o acesso à mercados.
Foi criado o COOPERA GOIÁS, em parceria com o Sistema OCB/GO, que reúne ações para o fortalecimento das cooperativas, por meio de conexões para consultorias, palestras, acompanhamento de processos constitutivo e estruturação de redes de cooperação.

3.2 Planejamento - Instrumentos Utilizados além do PPA/LOA
- PPA
- Projetos
- Orçamento
- SIPLAM

Devido a recente criação da Pasta, estão em fase de desenvolvimento:
- Compliance Público
- Carta de Serviços

3.3 Descrição dos Principais Indicadores de Desempenho
Em fase de criação, pois a Secretaria da Retomada recebeu ações de outras Secretarias, como a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços / Secretaria de Desenvolvimento e Inovação e Secretaria de Desenvolvimento Social, onde o PPA está em fase de revisão para a formalização dos indicadores e metas para mensurar seu desempenho.
Obs: Esclarecemos que vinculamos as despesas executadas pela SEDS por imposição do sistema, mas as despesas efetivamente executadas pela Secretaria da Retomada são os referentes a partir de agosto de 2020, portanto, não somos responsáveis pelos gastos anteriores a esta data realizados pela unidade 3001.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1015 - GOIÁS EMPREENDEDOR
AÇÃO: 2054 - AÇÃO DE PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4200 - SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

U.O.: 3056 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA
4250 - FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO
3001 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

REALIZAÇÕES
Os resultados da Ação de Promoção das Políticas Públicas de Emprego e Renda previstas para o exercício de 2020 tiveram como parâmetro o planejamento previsto para o exercício de 2019. As orientações para formatação das Metas físicas e Financeiras seguem as orientações do Ministério da Economia, que é o responsável pela implementação das Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda. As metas propostas para dois principais Produtos que compõe a ação do PPA, tiveram seus resultados afetados pelo enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19.
Os resultados das metas propostas tiveram como parâmetro 4 indicadores de intermediação de mão de obra, estabelecidas para os entres federados que são: De esforço na captação de vagas; de adequação de perfil das vagas; de eficiência dos encaminhamentos; e De eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro Desemprego.
Todas as unidades de atendimento ao trabalhador (SINE), tiveram seus serviços suspensos ao público no período de março a meados de maio de 2020. O serviço de Captação de Vagas junto aos empresários, também foi suspenso o que impactou diretamente nos dados referentes aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho. O número de trabalhadores habilitados ao Seguro Desemprego, aumentou significativamente, em razão dos desligamentos causados com o enfrentamento da Pandemia mundial.
Mesmo com todas as dificuldades Goiás fechou com saldo positivo no acumulado - com ajustes. Segundo dados do CAGED, a variação relativa entre as admissões e os desligamentos, entre janeiro a novembro de 2020, fechou com saldo de (2,30%).

OBSERVAÇÕES
O Governo do Estado de Goiás, promoveu reforma administrativa na sua estrutura organizacional do Poder Executivo, com a Edição da Lei n.º 20.820, de 4 de agosto de 2020.
As atribuições da Superintendência de Capacitação e Geração de Emprego foram transferidas para Secretaria de Estado da Retomada.
A reestruturação e modernização propostas com a implantação do Programa Mais Emprego, tem como foco principal a recuperação das Políticas Públicas, voltas para o Emprego, Trabalho e Renda no Estado de Goiás.
Embora as vagas captadas e ofertadas ficassem abaixo das metas programadas, o comparativo dos dados divulgados pelos Institutos de Pesquisa, demonstram que Goiás, com a implantação de novas políticas de enfrentamento a crise causada pela Pandemia da COVID-19, está caminhando para superação dos obstáculos.
A Secretaria de Estado da Retomada, iniciou ainda no exercício de 2020, a implantação de uma Unidade Modelo de atendimento aos trabalhadores e aos empresários. A ideia e facilitar o acesso aos serviços disponibilizados pelo Programa Mais Emprego, nas 54 Unidades do SINE, distribuídas em 40 municípios goianos.

AÇÃO: 2060 - GOIÁS EMPREENDEDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4200 - SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

U.O.: 3301 - GAB. SEC. DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
3351 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS - FUNPRODUZIR
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA

REALIZAÇÕES
CARAVANA GOIAS EMPREENDEDOR PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO REALIZADA - Resultado = Foram visitados 05 (cinco) municípios para a concessão de créditos.
Foram atendias ao todo 421 empresas nos municípios visitados:
- 10 em MInaçu;
- 12 em São Jorge
- 09 em Alto Paraíso
- 42 em Caldas Novas e
- 348 em Goiânia.

ARTESÃO QUALIFICADO PARA GESTÃO DO NEGÓCIO / NUMERO = Resultado = 0

OBSERVAÇÕES
Não houve qualificação do artesão porque ainda estamos fazendo o mapeamento do artesanato goiano. onde foram visitados ateliês, memoriais e exposições nos municpipios de Olhos D'Água e Pirenópolis. Mas já foi criado o Centro do Artesanato Goiano - CERART, onde serão ministrados os cursos assim que forem adquiridos os maquinários e equipamentos necessários.
A Caravana Goias Empreendedor contou com a parceria da Goiás Fomento, Banco do Brasil, Sicoob,Lojicred, C6 Banck e Garante Goiás/BRB, OCB, ACIEG, FECOMERCIO vários outras entidades.

PROGRAMAS DE GOVERNO
PROGRAMA: 1038 - PROFISSIONAIS TRANSFORMANDO GOIÁS
AÇÃO: 2132 - REDE ITEGO CONSOLIDADA E COM FOCO NO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 4200 - SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

U.O.: 3150 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FUNCTEC
1750 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROTEGEGOIAS
3101 - GABINETE SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA

REALIZAÇÕES
EVENTO DE EDUCACAO EM FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA, QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO REALIZADO / NUMERO = 0
Por força da Portaria intersecretarial nº 02/2020 as ações referente ao produto em questão ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação. A partir de 2021 seria da competência da Secretaria da Retomada. Segue em anexo a Portaria nº 02/2020 que não coube o seu arquivo no anexo, pois excede o tamanho máximo.
Segue o trecho principal:
8.6 Por força da Portaria Intersecretarial nº 001/2020 (000014845198) o Monitoramento Econômico-Financeiro diário e mensal (contábil) e a fiscalização da execução contratual, permanece a cargo da SEDI até o 31/12/2020, por se tratar do último dia útil do término do período de assunção ali estabelecido, e assim, a partir desta data, todo e qualquer processo inerente a fiscalização da Entidade Supervisora (pedagógico e metas/financeiro), será de competência exclusiva da Secretaria de Estado da Retomada, sendo assim, a SCFT não terá mais acesso as ferramentas de fiscalização (SIGA, SIPEF e KPI-EPT) dos Colégios Tecnológicos sob a responsabilidade daquela Pasta.

OBSERVAÇÕES